UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Giancarlo Livman Frabetti

A metropolização vista do subúrbio:

Metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

São Paulo, junho de 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A metropolização vista do subúrbio:

Metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul

Giancarlo Livman Frabetti

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

São Paulo, junho de 2013.

Dedico este trabalho a

Celso Antônio de Oliveira Frabetti (*in memorian*)

e Tereza Livman Frabetti,

por meio de cujas histórias de vida eu pude despertar.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e o amor de minha família.

A Rosyres de Carvalho Oppido pela paciência e por me dar a motivação de que eu precisava para ir de encontro à vida.

A Tereza Livman Frabetti e Bianca Livman Frabetti, a quem espero poder retribuir o companheirismo e a compaixão sempre. Minha avó Hermínia, minha inspiração para voar.

A Ana Beatriz de Carvalho Oppido Livman Frabetti e Maria Carolina Tavares da Costa Livman Frabetti, por me darem os motivos para sorrir.

Sr. Ronaldo Oppido e d. Romíria Oppido, que trazem o som para esta casa.

Ao meu orientador. Prof. Dr. Júlio César Suzuki, cuja confiança e incentivo me fizeram abraçar definitivamente o pensamento.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a fazer uma leitura da metropolização a partir do ponto de vista das transformações sociais e espaciais operadas no subúrbio. Diante desse objetivo, traçamos uma retrospectiva do Município de São Caetano do Sul em sua transição de núcleo rural até sua articulação metropolitana. Com base nas categorias de trabalho, propriedade privada e cotidiano, o trajeto aqui empreendido nos leva à observação da reprodução da vida suburbana conforme se dá o crescimento da Cidade de São Paulo, mas, nesse movimento, a própria vida suburbana se desfaz e degrada em um fragmento da metrópole.

ABSTRACT

The present research aims to take a view on metropolization from the suburban perspective, considering its social and spatial transformations. Hence, a retrospective approach on the municipality of São Caetano do Sul was taken in order to cover its transition from a rural suburb to its metropolitan articulation. Based on three analytical categories such as labor, private propriety and everyday, this retrospective leads us on the observation of suburban reproduction as São Paulo´s growth take place, but, as this movement develops, suburban life itself crumbles and degrades into a metropolitan fragment.

Índice dos Capítulos

Índice das Figuras

Índice dos Gráficos

Índice das tabelas

Índice dos anexos

Introdução

Apresentação do problema de pesquisa

A metropolização, tomada do ponto de vista particular do estudo da morfologia urbana, pode ser concebida como nada mais do que o processo de integração entre uma cidade que cresce e os seus subúrbios, resultando na chamada conurbação entre esse centro urbano e os núcleos dos seus arredores, os quais estão, por sua vez, funcionalmente ligados à cidade. Embora a metropolização seja um processo complexo, multifacetado, resultado de múltiplas determinações e, por isso, não se possa reduzi-lo (a não ser provisoriamente) a esquematismos analíticos baseados em uma lógica formal e identitária, a visão morfológica da metrópole enquanto uma estrutura polarizada por uma cidade associada a outras localidades circundantes, cujos limites passam a se confundir entre si conforme se dá o seu crescimento, permite-nos uma apreciação introdutória sobre o fenômeno metropolitano a partir da qual encaminhamos a apresentação do problema de pesquisa a ser desenvolvido no presente trabalho.

A transformação da cidade neste imenso complexo urbano de fragmentos aparentemente desconexos que é a metrópole, por cuja dinâmica agora passa imprescindivelmente o próprio movimento de reprodução da sociedade contemporânea, envolve desde sua origem o desenvolvimento da relação entre a cidade e os seus arredores. Ainda que a geografia urbana clássica no Brasil não tenha se dedicado a enfrentar os problemas de ordem lógica e sistêmica postos na base da metropolização, atendo-se muito mais à classificação e descrição dos fenômenos do que propriamente à sua explicação, houve, nessa linha de trabalho, a preocupação de indicar a existência de uma articulação entre a cidade que crescia e o estabelecimento de formas urbanas como o subúrbio.

O trabalho de Juergen Richard Langenbuch acerca da chamada estruturação da grande São Paulo expõe de modo emblemático o estudo da evolução das formas urbanas a partir do estabelecimento dos povoados-estação, dos subúrbios-estação e dos subúrbios-entroncamento ao redor da cidade (LANGENBUCH, 1968). A partir de uma abordagem histórico-evolutiva, Langenbuch reconstitui a formação da metrópole

por meio da análise da difusão, nos arredores da cidade, de infraestruturas (linhas ferroviárias, rodovias) às quais correspondia a criação dos núcleos suburbanos de aglutinação da população. "Nisto está um mérito (nem sempre bem compreendido): o de estudar São Paulo pela conformação que vai adquirindo seu entorno" (SEABRA, 2003: 34).

Este caminho de compreensão da urbanização por meio das transformações ocorridas nos arrabaldes da cidade, proposto pela geografia brasileira (e, particularmente, paulista) entre as décadas de 1940 e 1970, revela-se também na obra em quatro volumes intitulada *A Cidade de São Paulo*, organizada por Aroldo de Azevedo[1] por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo, na qual há um volume integralmente dedicado ao estudo dos subúrbios paulistanos. Contando com trabalhos de Pasquale Petrone[2], Antônio Rocha Penteado e Emília Viotti Costa, o livro trazia uma compilação de informações demográficas, econômicas e a caracterização do meio tanto dos chamados subúrbios rurais[3] quanto dos subúrbios industriais de São Paulo. O espaço dedicado particularmente a tratar da caracterização e das funções dos arrabaldes citadinos no quarto livro da obra dirigida por Azevedo é indicativo de que as preocupações desse grupo de geógrafos estavam se voltando para as então novas questões relativas ao crescimento da cidade e, dentre elas, certamente se punha a da relação entre a cidade e os núcleos e campos do seu entorno.

---

[1] O geógrafo Aroldo de Azevedo já havia, então, publicado seu trabalho denominado *Subúrbios Orientais Paulistas*, defendido como sua tese de livre-docência, no qual ele faz uma extensiva descrição da formação e das funções dos núcleos a leste de São Paulo com relação à sua metrópole.

[2] Além de sua participação na coletânea organizada por Aroldo de Azevedo tratando do subúrbio industrial de Osasco, a importância de Petrone para os estudos urbanos se deve, sobretudo, por ele ser autor da clássica obra *Aldeamentos Paulistas*, na qual, além de mostrar a importância dos aldeamentos planaltinos na antiga Capitania de São Vicente na configuração da rede urbana em torno daquela que viria a ser a cidade de São Paulo, também indica a formação daquilo o que ele chamou de cinturão caipira no entorno da cidade. Este cinturão caipira caracterizou-se pela presença do modo de vida rústico, assim como pelo intercâmbio, ainda que modesto, com a cidade.

[3] Acerca do estudo dos subúrbios rurais de São Paulo em sua relação com a cidade no seu processo de metropolização, destaca-se o trabalho de Manoel Seabra tratando do desenvolvimento da chamada agricultura fundamentalmente comercial em Vargem Grande Paulista por conta da implantação da Cooperativa Agrícola de Cotia. Seabra, em sua análise desta relação entre o subúrbio rural e a metrópole paulistana, não se furta de fazer colocações sobre como o cinturão verde (ou seja, essa faixa de terras que se caracteriza como uma região econômica agrícola tributária da cidade) começava a dar lugar a um cinturão de especulação imobiliária, decorrente do progressivo parcelamento de terras rurais para dar lugar a chácaras de recreio ou a conjuntos habitacionais suburbanos.

Ao efetuar este esforço de caracterização dos núcleos e campos situados nos arrabaldes de São Paulo, atentava-se ao movimento de incremento demográfico nesses núcleos e ao então novo caráter de lugar de residência da população trabalhadora conforme se dava a modernização da própria capital, resultando no parcelamento das terras rurais das antigas chácaras e sítios que circundavam a cidade de São Paulo (PENTEADO, 1958: 9). Na medida em que estabeleciam funções com relação à cidade que passava crescentemente a se industrializar e a concentrar população e mercado consumidor, os subúrbios conformaram-se como parte da própria metrópole, estabelecendo-se certa unidade entre esta e aqueles.

É possível, contudo, adentrar outro nível de entendimento da efetivação de uma relação entre a cidade e seus subúrbios se considerarmos que esta relação se refere ao aprofundamento da divisão do trabalho entre campo e cidade, isto é, a uma crescente especialização da produção tanto na cidade quanto nos seus arredores e, consequentemente, à intensificação do intercâmbio entre esses espaços, cabendo ainda observar que aqui não se trata apenas da produção e do intercâmbio de bens materiais, mas também de bens imateriais (das ideologias, dos modos de ser, dos desejos) estabelecidos na medida em que se desenvolve a própria criação das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade[4].

Nesta relação de troca, mas também de subordinação dos arredores citadinos ao centro, a cidade apareceu no Brasil como lugar do mandar e o subúrbio como lugar do trabalhar: "o subúrbio é o lugar do trabalho, em oposição à cidade, que é o lugar do poder e do saber" (MARTINS, 2000: 134-5). As zonas suburbanas ao redor de São Paulo, por exemplo, tiveram, ao longo de praticamente todo o século XX, a importância de abastecer a cidade com mercadorias provenientes da atividade agrícola ou de pequenas fábricas tais como as olarias, carvoarias e serrarias, tendo ainda se configurado como um dos lugares fundamentais para a gênese e a consolidação da classe trabalhadora neste país. Se a cidade foi o lugar da obra e das decisões que

[4] Os conceitos de produção e de intercâmbio (e a relação entre eles), tomados neste sentido amplo que envolve tanto os bens materiais quanto os bens imateriais de maneira geral, foram usados por Karl Marx e Friederich Engels em *A Ideologia Alemã* (1977) no sentido de apoiar o pensamento segundo o qual a separação entre a cidade e o campo, bem como a oposição entre eles, define-se pela própria divisão do trabalho. A leitura de que a divisão do trabalho social está na base da distinção e da oposição dos interesses entre o campo e a cidade é retomada por Henri Lefebvre (1972).

transformam a sociedade, os arredores da cidade foram o lugar da realização dessa nova ordem.

Por isso, a proposta de retomada do estudo da relação entre a cidade e seus subúrbios para a compreensão da metropolização traz aqui não exatamente a questão das funções prestadas pelo subúrbio conforme cresce a cidade, mas, sobretudo, trata-se da compreensão do desencontro e da coexistência entre temporalidades distintas; trata-se, enfim, de uma busca pelos termos da urbanização não a partir de uma perspectiva do poder, mas a partir da perspectiva do trabalhador e morador do subúrbio.

> Compreender o centro a partir do subúrbio e mesmo da periferia é uma inversão do código de interpretação do processo histórico. É um modo de compreender o todo como fruto dos resíduos problemáticos de um desenvolvimento econômico e urbano anômalo, carregado de débitos sociais (MARTINS, 2001: 83).

O subúrbio não é só o lugar onde reside e labuta a classe trabalhadora, mas é, acima de tudo, o lugar no qual se desenvolve a própria vida do trabalhador, sua morada no sentido mais amplo da palavra. E é a partir dos eventos cotidianos da vida que o trabalhador e sua família vivem e veem as grandes mudanças que reconhecemos como sendo a modernização.

> A história do subúrbio é a história dos que ficaram à margem da História, confinados nos espaços residuais do trabalho e do local de trabalho. É a crônica do fragmentário, do que sobrou de um penoso dia de trabalho. A história no subúrbio é a explosão ocasional no cenário suburbano de episódios da grande História. (...) O subúrbio é coadjuvante, circunstante e ocasional. A grande história aparece residualmente no subúrbio e nem por isso é menos verdadeira. O lugar da história reconhecível é a cidade e nela o centro. Além do mais, no subúrbio a história não ganha visibilidade como história e sim como crônica, como sucessão de episódios desconectados, como circunstância da História (...) (MARTINS, 2001: 83-4).

Encontramos amparo para discutir, do ponto de vista da vida cotidiana, as grandes transformações sociais (e, evidentemente, históricas) ocorridas no subúrbio por conta do processo de metropolização na obra da geógrafa Odette Carvalho de

Lima Seabra, na qual ela trata do lugar do bairro[5] no processo de urbanização de São Paulo a partir de um ponto do vista qualitativo, indagando "como indivíduos e famílias, enquanto moradores do bairro, vivem e sobrevivem os embates que resultam da modernização geral, implicada no desenvolvimento do capitalismo como formação social" (SEABRA, 2003: 14).

Em outras palavras, constituem um campo privilegiado para a análise da urbanização as contradições entre, de um lado, a vida comum do trabalhador e do morador suburbano e, de outro lado, as transformações sociais dadas com a industrialização (e com o aparecimento da compra de mercadoria como meio tendencialmente único de satisfação de necessidades), com a propriedade privada da terra (e as segregações espaciais dela decorrentes) e com a imposição de uma racionalidade planificadora sobre a cidade e seus arredores (e, por consequência, sobre a própria vida cotidiana da família do trabalhador). O entendimento da metamorfose da cidade em metrópole através das contradições entre a modernidade e a vida social e de trabalho do morador suburbano[6] traz a possibilidade de se restituir ao processo seus elementos sistematicamente ignorados na medida em que a visão formal e quantitativa da metropolização tendeu a tomar idealmente a figura do trabalhador e do morador dos subúrbios.

---

[5] Há diferenças significativas entre as categorias de *bairro* e de *subúrbio*, embora uma de nossas referências no desenvolvimento da problemática aqui apresentada seja a discussão sobre o bairro e a vida de bairro fundada nas anotações de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1971: 195-203). Em especial, notamos o caráter de paróquia necessariamente presente nos bairros, enquanto os subúrbios podem já se organizar em torno de um entroncamento do sistema de transportes, por exemplo. De modo que podemos afirmar que todo bairro nasce como uma espécie de subúrbio, embora nem todo subúrbio tenha o caráter paroquial de um bairro: "Primeiramente subúrbio, ou apêndice exterior, este fragmento [o bairro] é absorvido [pela cidade], porém mantém uma vida própria, que com a absorção se intensifica". Todavia, a condição suburbana de estar ao mesmo tempo fora da cidade e a ela necessariamente relacionado repercute na existência de um determinado âmbito, necessariamente comum entre bairro e subúrbio, o qual nos permite ler tanto um quanto o outro como espaços de vida construídos à escala humana, isto é, como unidades de vida baseada nas relações imediatas, interpessoais, "desenvolvendo-se à sombra das instituições, porém mediante modelos não institucionais", as quais encontram na urbanização o limite a partir do qual essas unidades (assim como a cidade) transbordam. E, assim como o bairro, o subúrbio também é uma "unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros [e sem subúrbios], pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole. Porém, não pode haver cidade".

[6] "A única maneira de estudar o bairro, sem cair no fragmento e nele permanecer, sem ficar preso a um pedaço de realidade que por ter uma dinâmica própria seduz, é considerar que a cidade é a totalidade de referência para o bairro e enquanto totalidade a cidade é a sociedade" (SEABRA, 2003: 23).

O ocultamento do subúrbio no pensamento social brasileiro sugere que o modo de pensar dos intelectuais, de maneira geral, não se libertou dessa perspectiva colonial da relação de dominação entre a cidade e o subúrbio. Pois a indústria nacional não se desenvolveu no centro culto e politizado, e não só nos bairros, mas também nos subúrbios (o que significa dizer que essa história da gênese da indústria no Brasil deve se contar de uma perspectiva do trabalhador que reside nesses subúrbios, e não da perspectiva do mandar, do poder que reside na cidade). Em outras palavras, os estudos sobre a gênese da classe trabalhadora no Brasil ignoram a origem peculiar do operariado nacional, "promovem a separação entre a classe e seu espaço, lidando com uma classe sem espacialidade", com uma existência abstrata e uma relação fantasmagórica com o urbano (MARTINS, 1992: 9).

A abordagem da metropolização da partir de uma perspectiva que privilegia o trabalhador e o morador suburbano encontra, contudo, um problema posto pela própria realidade urbana no curso do seu desenvolvimento: com a chamada explosão-implosão da cidade, o antigo subúrbio é inserido na textura fragmentada (e indiferenciada) do tecido metropolitano, subsumindo seu caráter ao da metrópole, diluindo-se nesse complexo de pontos e nexos interligados por vias cujas distâncias determinam-se pelo tempo abstrato de circulação das mercadorias. "O urbano se ergue como modo de vida, manifestamente, sobre a oposição cidade-campo que tende a anular" (SEABRA, 2003: 2). E, enfim, essa classe trabalhadora, cujo lugar de trabalho, moradia e, sobretudo, de vida foi o subúrbio, passou ela mesma por transformações definidas pela emergência de um estágio de acumulação do capital no qual, conforme aponta o GRUPO KRISIS (1999), o próprio trabalho passou a tornar-se crescentemente descartável, resultando em relações de trabalho também progressivamente precarizadas.

Diante do rompimento dos laços de sociabilidade da vida cotidiana no subúrbio e pela evidência da negatividade do trabalho (conforme expressa DAMIANI, 2004), perguntamos: como passa ocorrer a reprodução do morador-trabalhador que vê e vive as mudanças impostas pela modernidade dado o transbordamento da cidade e dos seus subúrbios na metropolização? Se entendermos que o trabalho, o consumo e o lazer, o habitar (a casa), a experiência de vida na cidade, a constituição de uma visão política (e a respeito da política) por parte das famílias trabalhadoras incluem-se agora

no plano da reprodução na sociedade da produção de mercadorias que se generalizou, cabe, a partir desse resultado do processo, refazê-lo, a fim de descobrir os nexos da relação entre subúrbio e cidade perdidos por conta de um longo tempo de negligência da importância da trajetória suburbana na metropolização de cidades brasileiras.

Buscamos, em nossa pesquisa, reconstituir o processo de metropolização por meio da análise da relação entre a cidade e os seus arredores suburbanos, fundamentando esta análise no trabalho, na propriedade privada e na vida cotidiana do morador suburbano. Propomos aqui a realização de um mergulho profundo na trajetória de constituição, reprodução e perecimento da vida suburbana para entender a formação da metrópole e, com essa maneira de ver a metropolização, oferecer uma contribuição para a compreensão atualmente existente acerca do próprio processo geral de reprodução social.

A fim de atingir os objetivos acima expostos, recorremos a uma localidade concreta como referência para a realização de nossa pesquisa, sendo esta compreendida aproximadamente pelos atuais limites político-administrativos do município de São Caetano do Sul, o qual surge como subúrbio de São Paulo e, no decorrer do processo de urbanização, passa a integrar a massa aparentemente caótica de fragmentos unidos entre si pelos circuitos da valorização do capital que corresponde à metrópole contemporânea.

As razões para elencar de São Caetano do Sul como unidade de referência para a realização desta pesquisa escoram-se basicamente no fato de que, no curso da constituição e destituição do subúrbio nesta localidade, apresentaram-se praticamente todas as características do trajeto que vai da gênese do subúrbio (enquanto subúrbio rural), passando pelo estabelecimento da própria vida suburbana em sua plenitude (com o aparecimento do trabalhador livre operário e a propriedade privada da terra que define o loteamento como unidade de ocupação urbana) até a sua articulação metropolitana (em tempos de reestruturação produtiva da indústria e de emergência da metrópole de serviços). Pode-se, portanto, afirmar que o estudo das particularidades históricas da trajetória de São Caetano do Sul em relação aos termos do processo de metropolização de São Paulo, conforme estes se apresentam, traz os elementos necessários para discutirmos o subúrbio diante dos problemas colocados pela reprodução social moderna neste país.

Subúrbio e modernização no Brasil

Subúrbio é uma categoria que pode ter sua definição estabelecida a partir de uma variedade de pontos de vista, os quais podem ser tomados como divergentes ou, até, complementares. Ele pode inicialmente ser visto como a zona limítrofe entre a cidade e o campo, correspondendo aos núcleos do entorno citadino que estabelecem uma relação funcional para com a cidade que os polariza. É o que se pode apreender, por exemplo, das breves observações conceituais feitas por Aroldo de Azevedo em seu estudo sobre os subúrbios situados a leste de São Paulo:

> O conceito vulgar da palavra subúrbio corresponde ao de "arrabalde ou vizinhança de uma cidade ou de qualquer povoação", o que, em princípio, satisfaz e aproxima-se do conceito geográfico. Entretanto, não basta essa proximidade do centro urbano: torna-se necessário que haja certa interdependência entre a cidade e os seus subúrbios, uma relação ativa e passiva entre uma e outros (AZEVEDO, 1945: 29-30).

Aparece embrionariamente neste fragmento a identificação do duplo caráter do subúrbio: o de ser um "arrabalde", ou uma externalidade em relação à cidade, ao mesmo em que à cidade ele se relaciona e se refere, tendo-a como sua totalidade. De modo mais ou menos elaborado, esta ideia reaparece em outros textos abordando o subúrbio. Mas, embora haja de alguma forma essa constante na conceituação do termo, é interessante constatar as diferenças entre o que se chama de subúrbio nos Estados Unidos e no Brasil, especialmente no caso das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (entre as quais também existem significativas diferenças históricas e contingenciais entre as localidades denominadas suburbanas).

No caso norte-americano, os subúrbios tais como eles são hoje identificados aparecem no pós-segunda guerra e se constituíram como lugar de moradia das famílias dos profissionais que enriqueceram e optaram por sair do centro degradado, habitando grandes casas com gramados imensos à frente, interligadas entre elas e à cidade por alamedas arborizadas e amplas, favoráveis ao uso do automóvel. Os subúrbios norte-americanos são lugares, ainda, da elite branca e dos valores conservadores, portanto, apontados como áreas de auto-segregação de uma

determinada parcela da população com relação aos enclaves de pobreza e de problemas sociais os quais passaram a ser encontrados nas áreas centrais das grandes cidades dos países ricos da América do Norte.

Por conta desse caráter de lugar de residência e de reprodução da cultura associada à classe média, os subúrbios estadunidenses são considerados redutos urbanos de uma população definida segundo sua subjetividade de caráter conformista e consumista[7]. É nos subúrbios que, atualmente, reside a maioria do povo norte-americano: um fenômeno demográfico (NICOLAIDES & WIESE, 2006).

> Na Europa e nos Estados Unidos, a sociologia utilizou a concepção de subúrbio para definir os espaços residenciais de alto nível ao redor das grandes cidades, algo no limite entre o rural e o urbano, ou o lado "bom" do urbano. Os que eram economicamente dependentes da cidade, onde tinham seus empregos, no final do dia refugiavam-se no subúrbio. Há aí uma crítica do urbano como lugar de viver (...) (MARTINS, 2001: 79).

Já no Brasil, assim como em outros países da América Latina, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, o subúrbio é compreendido como a área do entorno metropolitano no qual a classe trabalhadora proletarizada foi se estabelecer conforme ela migrou para as cidades nas quais o processo de industrialização estabeleceu seus grandes polos de atração demográfica, tendo essa classe trabalhadora um acesso restrito apenas aos terrenos de preços mais baixos localizados fora das cidades (e,

---

[7] Na letra da canção *Little Boxes*, de Malvina Reynolds, encontra-se uma dos mais popularmente conhecidos textos críticos ao modo de vida suburbano nos Estados Unidos (ou, em inglês, aquilo o que se chama de *suburbia*). Usando a metáfora das "pequenas caixas", as quais são descritas como sendo todas parecidas e feitas de material de segunda, a compositora tanto caracteriza as casas suburbanas quanto satiriza seus moradores. Devido à simplicidade sintética por meio da qual esta crítica é apresentada no texto da canção em questão, transcrevemos aqui um trecho relativamente longo do seu conteúdo: "Little boxes on the hillside / (…) And they´re all made out of ticky tacky / And they all look just the same / And the people in the houses / All went to the university / Where they were put in boxes / And they came out all the same / And there's doctors and lawyers / And business executives / And they're all made out of ticky tacky / And they all look just the same / And they all play on the golf course / And drink their martinis dry / And they all have pretty children / And the children go to school / And the children go to summer camp / And then to the university / Where they are put in boxes / And they come out all the same (…)". Traduzindo-se livremente para o português este trecho, teríamos o seguinte: "Pequenas caixas na encosta / (...) E elas todas são feitas de material de segunda / E elas todas parecem iguais / E as pessoas nas casas / Foram todas para a universidade / Onde elas foram colocadas em caixas / E elas todas se tornaram a mesma coisa / E há doutores e advogados / E executivos de negócios / E eles todos são feitos de material de segunda / E eles todos se parecem / E eles todos jogam no campo de golfe / E bebem seus martinis secos / E eles todos tem filhos bonitos / E os filhos vão para a escola / E os filhos vão para o acampamento de verão / E depois para a universidade / Onde eles todos são postos em caixas / E eles todos se tornam a mesma coisa (...)".

particularmente, fora dos bairros de elite)[8]. Neste caso, diferentemente do que ocorre no entorno das metrópoles norte-americanas, o subúrbio no Brasil é caracterizado como área de segregação, e não de auto-segregação urbana. Essa visão de subúrbio como área de segregação da classe trabalhadora na metrópole escora-se na ideia de que a estrutura interna dos grandes aglomerados urbanos em países considerados de "urbanização dependente", além de superpopulosos, "caracterizam-se pela justaposição, à primeira massa urbana, de uma massa crescente de população não empregada e sem função precisa na sociedade urbana, depois de ter rompido seus elos com a sociedade rural" (CASTELLS, 1983: 64).

Mas, além de mero lugar de moradia da classe operária, o subúrbio ainda consiste no espaço da reprodução das práticas e das subjetividades próprias da classe trabalhadora, em especial da ideologia segundo a qual o estado de prosperidade é alcançado por meio do esforço pessoal e do trabalho, desfrutando-se dessa prosperidade na medida em que se realiza a formação de um patrimônio (bem como se amplia o consumo de mercadorias). Enquanto espaço de reprodução da ideologia do trabalho, o subúrbio é um "modo de ocupação territorial baseado num modo de vida" (MARTINS, 2001: 75).

É possível falar que houve certo modo de vida suburbano na medida em que a vida cotidiana do morador do subúrbio, em sua relação ambígua de proximidade e de externalidade em relação à cidade, incorreu na existência de uma temporalidade particular da ação e da relação entre os indivíduos, a qual era irredutível à temporalidade imposta pela abstração do valor e da sua circulação, mas que também não existiu senão dentro dos termos da sociedade moderna. Neste caso, o subúrbio emerge como categoria de análise fundamental para se compreender a própria classe

---

[8] Sob influência desta visão, atualmente existe uma confusão entre os conceitos de subúrbio e periferia, conforme aponta MARTINS (2001). Dentre os trabalhos brasileiros de geografia e de sociologia urbana baseados nesta visão de subúrbio como lugar do exército industrial de reserva (visão situada no campo das *contradições no espaço*), destacamos o de KOWARICK (1983), autor que, em sua obra, vale-se da categoria de *periferia* para tratar das zonas urbanas marcadas pela auto-construção das casas proletárias, tendo sido pioneiro no uso desse termo. O trabalho de Kowarick marca um tempo a partir do qual as aqui mencionadas disciplinas das ciências humanas passaram a substituir o uso do termo *subúrbio* pelo termo *periferia* para designar o lugar do trabalhador (e das contradições relativas à sua condição) na metrópole. Arriscamos afirmar que essa mudança conceitual coincide mais ou menos com o momento a partir do qual as indústrias começavam a efetuar um movimento de evasão dos seus antigos lugares de concentração no Brasil. Voltaremos a tecer considerações sobre a diferença entre subúrbio e periferia no decorrer de nosso trabalho.

trabalhadora, sua constituição e seus dilemas nos rumos tomados pela modernidade, sua ação e sua mentalidade diante da história ou, ainda, para que se venha a contar "a história dos homens sem História, dos que vivem à margem da história oficial, da história do poder e dos poderosos, dos que mandam" (MARTINS, 2000: 134).

José de Souza Martins chama a atenção para o fato de que, quando se pensa no povo brasileiro, raramente se pensa no subúrbio, havendo uma identidade muito maior da nação com o Brasil de Casa Grande e Senzala (MARTINS, 2001). Optamos, neste trabalho, por falar do silêncio, fundamentando-nos para isso em nosso esforço de compreensão sobre a abordagem crítica do cotidiano nas obras de Henri Lefebvre e, no Brasil, de José de Souza Martins. Silêncio das condições objetivas e subjetivas da vida e da obra do trabalhador no mundo cujas relações sociais passam a ser cada vez mais mediadas por imagens, estas últimas, escolhidas estrategicamente dentre todas as coisas no mundo como aquela que vem a substituir as outras coisas existentes, as quais elas mesmas, aprisionadas na forma-mercadoria, já vinham mediatizando as relações sociais de modo geral. Esse mundo no qual as pessoas, objetos, ideias valem o tanto quanto vendem (mais do que isso, valem o quanto aparecem), carece exatamente do sentido (aparentemente sem sentido) da vida cotidiana, das pequenas coisas que diariamente constituem a própria vida. Por isso, falar do silêncio: um silêncio, em primeira instância, da monotonia da rotina, mas um silêncio que guarda e escamoteia eventos inúmeros da vida, os quais passam despercebidos pelo pensamento porque não são elaborados pelos intelectuais, apesar de eventualmente o serem (de modo estereotipado) pelos fabricantes de ideias e ideologias (pelos publicitários, por exemplo). Mas o subúrbio (bem como aquilo o que dele hoje resta, soterrado pelos fragmentos da metrópole), lugar do silêncio porque silenciado, tem essa sua aparente calmaria eventualmente rompida pelo extraordinário que pode ser representado, por exemplo, pelo desastre, pelo horror. Foi o caso, por exemplo do assassinato de Ernesto Felix Baraldi pelo próprio filho, Egídio Segundo Baraldi em uma véspera de Natal, fato publicado no Diário da Noite em 26/12/1944[9]. Ou, mais recentemente, o fato ocorrido no Colégio Alcina Dantas Feijão em 22/09/2011, no qual uma criança atirou contra uma professora, suicidando-se em seguida; caso de morte

[9] Disponível no endereço eletrônico http://memoria.bn.br/DocReader/hotpage/hotpageBN.aspx?bib=221961_02&pagfis=25932&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader, último acesso em 10/06/2013.

provocada por arma de fogo em escolas que passou a ser tratado nos meios de comunicação como "mais um" na lista de outras tragédias (de motivações e naturezas extremamente diferentes, apesar de todos eles ocorridos em lugares de origem suburbana) tais como em Realengo, no Rio de Janeiro, ou mesmo Columbine, no Estado norte-americano do Colorado, em 20/04/1999. É nesses momentos que os acontecimentos da vida normalmente silenciosa no subúrbio aparecem, contudo, imediatamente reinseridos numa infindável coleção de tragédias, promovendo, com a reiteração dessas notícias, o contraditório aspecto de banalidade da violência. Enfim, própria vida cotidiana não aparece porque não representava objeto de interesse para o discurso moderno e, a princípio, também não para o discurso pós-moderno, ávido de curiosidades e aberrações chocantes num primeiro instante, mas rapidamente substituídas por outras curiosidades e aberrações cada vez mais chocantes. Diga-se de passagem, personalidades com trânsito nesse mundo das imagens, tais como a atriz Cássia Kiss (oriunda de São Caetano do Sul) frequentemente se referem ao seu passado suburbano como uma "fase" de suas vidas, distinta e anterior ao "sucesso", inclusive, no caso da referida atriz, uma fase de conflitos familiares terminada quando ela, ainda jovem, resolveu sair da casa dos pais e ir morar na cidade.

No presente trabalho, apresentamos o conceito de suburbanização como modo de abordagem possível para a apreensão desta realidade que é, ao mesmo tempo, uma condição e um produto fundamentais da modernidade brasileira: a vida cotidiana das famílias trabalhadoras e sua relação com a propriedade privada. Não existe problematização acerca do subúrbio sem que as questões propostas estejam envolvidas por um universo maior que é o da modernidade. Considerando-se que a modernização brasileira tem uma série de peculiaridades as quais já geraram as mais diversas polêmicas na história do pensamento social, o esforço de uma geografia abordando o modo como os espaços de vida são rompidos e integrados fragmentariamente nas tramas da modernidade parece relevante para a compreensão da reprodução social neste país.

No Brasil, a concepção de subúrbio é usada desde o século XVIII para designar os confins da cidade, indicando uma unidade entre a cidade e seu contorno. O termo, a princípio, se referia às áreas rurais dos arredores da cidade de São Paulo (PINHO, 2010: 31). Ou seja, o subúrbio era:

> (...) o território que no contorno da cidade tem uma relação íntima e cotidiana com ela, embora ali estejam os bairros rurais. O subúrbio era o lugar de moradia dos potentados rurais. E, no caso de São Paulo, era (...) o lugar de concentração dos índios aldeados (...) e mestiços livres, deles descendentes (...). Era, enfim, um cinturão caipira. A indústria começou a se desenvolver, em São Paulo, na segunda metade do século XIX (...) (MARTINS, 2000: 136-7).

O subúrbio, em suas origens, esteve, portanto, vinculado à diferenciação rural-urbana ou campo-cidade, o que podemos verificar no caso de São Paulo e seus arredores (PINHO, 2010: 32). Sua gênese se dá ao final de um tempo (o tempo da vila de São Paulo colonial) ao longo do qual os núcleos agrários constituíram as verdadeiras centralidades demográficas econômicas do planalto, enquanto a própria vila de São Paulo era nada mais do que a expressão jurídica e administrativa do estabelecimento desse agrário, isto constituindo o objetivo do projeto colonial (ALFREDO, 2004). O aparecimento do caráter suburbano, ao final desta época, se deu nos núcleos que mantinham certo intercâmbio com a metrópole, nos quais já se desenvolvia uma indústria ceramista, por exemplo, anunciando as transformações que estariam por vir.

Nesse tempo da emergência dos subúrbios rurais de São Paulo – ou do seu cinturão caipira, conforme denominação de Pasquale Petrone (1964) – existiu socialmente, de um lado, o caipira, ou o morador e trabalhador suburbano, enquanto, de outro lado, na cidade, situava-se o poder, os homens bons. “A cidade o era a partir da ideia de que nela se encontravam os que decidiam e mandavam”. A partir desta expressão espacial da divisão entre o trabalho dos que fazem e o trabalho dos que pensam, anunciou-se uma nova forma da relação campo cidade: não mais “a cidade como o apêndice do campo”, mas o contrário (MARTINS, 1992).

Enfim, se os subúrbios no Brasil se formaram ainda num contexto em que a cidade era um apêndice do campo, tal processo seria invertido quando São Paulo ganhou primazia “não só de centro simbólico”, mas como centro econômico (PINHO, 2010: 32). Uma cidade que centralizava não só os campos e núcleos dos seus arredores como, fundamentalmente, toda uma extensão de terras continente adentro nas quais se implantou uma economia agrário-exportadora baseada na grande propriedade de terra e na mão-de-obra incialmente escrava, posteriormente sob o regime de colonato

– um vigoroso processo de produção de capital que impulsiona a modernização de São Paulo. O aparecimento desta nova relação entre a cidade e seu entorno deve-se, portanto, a uma série de transformações ocorridas, neste tempo, na sociedade brasileira.

Particularmente na localidade de São Caetano, dois acontecimentos transcorridos e vividos pelo morador suburbano expressam essas grandes transformações sociais: no antigo Núcleo Colonial de São Caetano temos um dos primeiros experimentos oficiais de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre em São Paulo; além disso, dentre as primeiras indústrias brasileiras, algumas surgiram no subúrbio que hoje viria a se constituir como o ABC paulista ("duas ocorrências diretamente relacionadas com as profundas transformações que a sociedade brasileira começou a sofrer pouco antes do final do Império e que se tornaram marcos de sua história") (MARTINS, 1992: 12).

Estas primeiras indústrias suburbanas surgem a partir de 1880, quando os industriais de São Paulo começaram a vender seus terrenos mais próximos ao centro e comprar terrenos maiores nos subúrbios. A cidade começa então a se libertar das oligarquias e a tornar-se o foco das transformações sociais, econômicas e políticas modernas e civilizadas. Além da indústria e do operário, aparece o contrato como nova modalidade de relacionamento social; surge também o lucro fabril como modo de acumulação de riqueza (diverso do já existente tributo da renda fundiária e também do lucro especulativo do comércio) (MARTINS, 1992: 8).

Os subúrbios começam, então, a estabelecer-se naquele que seria o seu caráter definitivo: o de serem lugares do operariado brasileiro, do trabalhador urbano, ainda que este tenha inicialmente vivido em condições que não se desvinculam dos traços rurais. Falava-se, a partir desse momento, em subúrbio para designar os núcleos de trabalhadores situados nos arredores de cidades que tiveram expressivo crescimento demográfico e econômico. Apesar do traço particular pelo qual se caracteriza o subúrbio como a presença do urbano no rural, algumas localidades suburbanas chegaram até a ter seus próprios projetos urbanísticos, destacando-se neste sentido o caso de Paranapiacaba, a antiga vila do Alto da Serra, na qual se operava a transposição da escarpa da serra do mar pelas composições ferroviárias paulistas.

Foi somente “a partir dos anos trinta e sobretudo nos anos quarenta que a indústria acabou de ocupar grandes espaços do subúrbio e, ao mesmo tempo, estimular a ocupação dos espaços restantes com moradias operárias” (MARTINS, 2000: 138). Portanto, essas localidades dos arredores paulistanos, ou seja, os seus subúrbios, têm como conteúdo histórico não só o nascimento, mas, ainda, a reprodução da classe trabalhadora que serviu de contingente para a indústria desde o início do século XX, no Brasil. Estes subúrbios, na sua relação funcional para com a cidade, passam não somente a fornecer matérias-primas e produtos agrícolas, mas agora principalmente a mão-de-obra que faria girar a maquinaria do capital e os terrenos para as indústrias e para moradia do trabalhador.

Devido a esse histórico pelo qual os subúrbios paulistas transitam de núcleos rurais a polos industriais e de moradia da classe trabalhadora, os estudos de geografia urbana publicados em meados do século XX reconhecem três funções principais dos subúrbios com relação à cidade, sendo a *função residencial* a mais generalizada. Esta função se dava por conta da possibilidade de possuir a casa a um preço baixo e à “vida sossegada e algo rural” que, afirmava-se, compensava “os bondes superlotados”. Mencionava-se ainda a existência da *função industrial*, “com um surto entre 1914-18 que veio firmar essa característica”, a exemplo de Santo André, São Caetano e Osasco. Finalmente, a função agrícola continuava sendo “muito importante” e constituía, “sob certos aspectos, uma tradição dos subúrbios de São Paulo” (AZEVEDO, 1945: 32-33).

Foi com o desenvolvimento da rede de transportes interligando a cidade e os núcleos dos arredores que os antigos subúrbios começam a conhecer um crescimento demográfico significativo, enquanto novos núcleos começam a aparecer, colocando-se com maior vigor aquilo o que foi denominado função residencial do subúrbio. Destaca-se, entre as infraestruturas que tiveram o papel de acelerar a suburbanização da população, os trilhos ferroviários e, posteriormente, as grandes estradas e avenidas. Esta relação entre as vias de transporte e a suburbanização é abordada especialmente na terminologia segundo a qual, no entorno de São Paulo, alguns povoados-estação vieram a transformar-se em subúrbios-estação; transformação que se dá especialmente por causa do aparecimento da função residencial suburbana (a qual era incipiente nos povoados-estação) (LANGENBUCH, 1968).

Enquanto lugares de moradia, ou do habitat da classe trabalhadora, mas também como espaços de reprodução da vida e do habitar no seu sentido amplo, bairros e subúrbios são tidos, diante da modernidade, como elementos postos e necessários, em condição de serem mobilizados pela produção e reprodução capitalista. Para que na fábrica estivessem homens e mulheres como força de trabalho, no bairro (e nos subúrbios operários) estava a estrutura que suportava sua reprodução (a festa, a dança, a morte, os jogos, o amor). Circunstâncias, contudo, cada vez mais determinadas pelo abstrato. A cidade e o bairro (assim como os subúrbios), os quais são fenômenos pré-modernos, foram enredados na produção capitalista, correspondendo a uma certa espacialização do processo social da modernidade (SEABRA, 2003).

Ocorre, neste tempo de (des)encontro entre a temporalidade da indústria e a temporalidade centrada nessas unidades da vida imediata que foram o bairro e o subúrbio, a afirmação positiva desses espaços, ou em outras palavras, uma realização, ainda que parcial, das promessas da modernidade: a formação do patrimônio e uma ampliação do acesso ao consumo de mercadorias para o proletariado imediatamente oriundo do mundo rural, assim como a possiblidade de educação para os filhos e a construção de uma perspectiva de futuro. Mas o bairro e o não-bairro seguem juntos: a afirmação positiva do bairro já acumulava elementos de sua superação. "As continuidades históricas integram produtivamente o processo social até o momento em que este mesmo processo entra numa fase de reprodução", isto é, as continuidades históricas expressas nos bairros e subúrbios seriam fragmentadas, tiradas do seu fundamento para integrar o processo de valorização expresso, espacialmente, na metropolização de São Paulo (SEABRA, 2003).

Estas formas urbanas de origem pré-moderna satelitizadas pela cidade, assim como seus conteúdos, seriam solapados pela mesma produção capitalista por meio da qual vieram, em determinado momento, a atingir sua plenitude. O crescimento da cidade de São Paulo constitui o mais notável caso brasileiro de urbanização em termos de intensidade pela qual uma cidade veio a multiplicar seu contingente de habitantes, concentrar investimentos de capital, infraestrutura e serviços diversos e de grande porte. E, no curso desse gigantesco incremento quantitativo da urbanização de São Paulo, o qual já vinha se processando e conheceria um salto a partir de meados do

século XX, desdobrou-se um processo extensivo e intensivo de adensamento dos seus subúrbios, observando-se no conjunto de municípios dos arredores paulistanos um crescimento significativo no número de habitantes, nos investimentos de capital, na diversificação dos serviços.

Os bairros e subúrbios, além dos núcleos e campos dos arredores rurais paulistanos, no decorrer da modernização da cidade de São Paulo, passaram por transformações concomitantes, sendo tragados pelas determinações da produção do espaço metropolitano e, por meio desta, da reprodução social fundada no valor e na troca de mercadorias. A produção acelerada de unidades de propriedade privada, a qual encontra-se totalmente inscrita nos circuitos abstratos da valorização, dissemina esta mercadoria (a propriedade privada) de modo a resultar na grande conurbação metropolitana de São Paulo (embora a disseminação da propriedade se faça de modo socialmente desigual, resultando em novos padrões de segregação na metrópole). De produto, o espaço torna-se produtivo, passando a haver a reprodução ampliada dos bairros e subúrbios até estes atingirem a sua articulação metropolitana (SEABRA, 2003).

Do ponto de vista territorial, este adensamento urbano que ocorre de modo extensivo e intensivo resulta naquilo o que veio a ser expresso como a Região Metropolitana de São Paulo: um conjunto de 39 municípios entre os quais a pulverização administrativa veio a contraditoriamente encontrar o agravamento dos problemas práticos comuns vividos por estes municípios, tais como o problema habitacional, ao qual ainda se associam as questões da irregularidade da distribuição dos equipamentos coletivos e os problemas assim denominados "ambientais" (as enchentes, a moradia em áreas de risco ou de restrição ao uso e ocupação do solo, a insalubridade causada pelo despejo do lixo urbano, entre outros).

Na medida em que a urbanização é a generalização do tempo de circulação abstrato sobre o tempo da vida de bairro e sobre a própria cidade, ocorre a implosão da cidade e dos bairros, a fragmentação da metrópole (SEABRA, 2003). Diante dessa fragmentação do tecido urbano metropolitano dada com a implosão-explosão da cidade, tanto esta quanto seus bairros e subúrbios se esfacelam, são dominados pelas estruturas de circulação do capital. Entre os anos de 1950 e 70, a emergência do modernismo e da planificação constitui exatamente a tendência de aniquilação do

traço rural suburbano, portanto, a aniquilação do subúrbio em nome do progresso. Contraditoriamente, aniquilado esse caráter rural e instaurado o caráter industrial e urbano, ocorrendo a conurbação de parte significativa dos subúrbios a São Paulo, passa-se então a gestar a subsequente reestruturação da economia industrial e aquilo o que veio a se reconhecer como uma urbanização desordenada, implodindo simultaneamente cidade e subúrbio: a grande metrópole de serviços vai se pronunciando entre os escombros da sociedade industrial.

Atualmente, os municípios vizinhos a São Paulo têm grande expressividade demográfica e integram-se à economia metropolitana numa estrutura de complexidade sem precedentes. Para além dos subúrbios, formaram-se as periferias, lugares da pobreza urbana e da precariedade no acesso aos equipamentos coletivos. Mas, diante da extrema fragmentação do tecido urbano, até a noção de periferia como lugar do exército industrial de reserva é colocada em questão, simplesmente porque o trabalho perdeu centralidade na medida em que existe uma crise do processo de acumulação por conta da qual o trabalhador passa a ser expelido do processo de produção. No entanto, o meio de satisfação das necessidades e desejos dos indivíduos se faz, de modo generalizado na sociedade, por meio do consumo de mercadorias. Por isso, embora seja vista como lugar da pobreza e da precariedade de acesso aos meios coletivos, a periferia não deixa de ser importante lugar de consumidores que, inclusive, se endividam para consumir (PINHO, 2010).

No entanto, nosso trabalho aqui apresentado argumenta no sentido de que, justamente com a crise do subúrbio, da vida suburbana, enfim, com a metropolização rompendo os laços da vida imediata que caracterizavam a sociabilidade própria das áreas exteriores à cidade mas a ela relacionadas, passa enfim a existir uma elaboração sobre o que é o subúrbio[10] e sobre o trabalhador que nele leva sua vida, seja na

[10] Um texto de Newton Cannito publicado no blog Revista de Cinema em 16/10/2011 intitulado "Menos periferia e mais subúrbio" argumenta no sentido de que a "nova classe média" (evidentemente compreendida por Cannito como uma população correspondente a uma determinada faixa de renda) começa cada vez mais ir ao cinema, devido ao recente incremento do seu poder aquisitivo. Contudo, nosso cinema, ainda segundo Cannito, é um cinema elitista, no seguinte sentido: "Só fazemos filme sobre ricos e sobre favela. E quem gosta de favela é elite. Quem é de subúrbio, quem é classe média baixa, quem é classe C ou foi classe C na infância não tem curiosidade pela periferia". Sua proposta, no artigo aqui referido, portanto, é a de que o cinema brasileiro deveria começar a "retratar" mais o morador suburbano, visto como segmento da população ("a maior parte da população brasileira") a qual ele deseja ver fazendo filas nas portas das bilheterias do país. Disponível em:

literatura[11], seja na teledramaturgia[12] brasileira. O lugar do silêncio, sobre o qual nunca se falava a não ser por conta do eventual horror e da violência rompendo sua vida cotidiana, começa a provocar interesse na medida em que sua imagem passa a ser potencial mercadoria a ser oferecida seja à "nova classe média", seja à "velha classe média". Ele ressurge a partir de uma ideia de fora dele mesmo, de uma visão oficial, estereotipada e espetacular, como estratégia de mercado. Sobretudo porque no subúrbio (ou no que dele restou) se identifica o reduto de mentalidade peculiar e do modo de vida associados ao trabalhador que, por meio do trabalho, constituiu propriedade, família, estabeleceu sua casa e pôde educar seus filhos; condição, esta, que, embora tenha se esfacelado, ressurge como utopia e até como crítica (conservadora) diante da emergência de um (bravo) mundo novo feito do fechamento das oportunidades de emprego aparentemente estável contraditoriamente

http://revistadecinema.uol.com.br/index.php/2011/10/menos-periferia-e-mais-suburbio-3/, último acesso em 10/06/2013.

[11] Um exemplo de grande profundidade (devido à precisão na observação da realidade e sua transformação em literatura), ainda que abordando questões absolutamente desconfortáveis, e que, portanto, foge ao caráter de todas as outras obras as quais aqui estamos citando para falar da emergência do subúrbio enquanto imagem é o do romance "Subúrbio" de Fernando Bonassi, publicado pela primeira vez em 1994, no qual a narrativa circular e, de certa forma, tediosa reflete poeticamente a aridez da vida cotidiana entre um casal de idosos cansados de si mesmos sendo quebrada pelo extraordinário representado pelo encontro do velho com uma menina, desembocando em um final trágico.

[12] A telenovela "Avenida Brasil", de João Emanuel Carneiro, produzida e transmitida pela Rede Globo de Televisão entre os meses de março e outubro de 2012, foi estrategicamente realizada no exato momento em que os resultados da política econômica do governo federal passavam a surtir o resultado de aumentar a capacidade de compra de uma faixa da população brasileira que até então vivia em condição de pobreza ou no seu limiar. Na referida novela, cuja narrativa transcorre no fictício Bairro do Divino, situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, o subúrbio era retratado como lugar da espontaneidade, da honestidade e de uma vida de privações mas com amor e com sentido, ao contrário dos bairros ricos da cidade que eram retratados como lugar da frieza, do interesse e da vida com abundância mas privada de calor humano. Há ainda o cenário da extrema pobreza, o lixão, no qual a bondade quanto o mal se confundem diante da extrema carência. Na trama, o jogador de futebol Tufão, oriundo do subúrbio e enriquecido por conta de sua profissão (mas nunca tendo abandonado o Divino e seu estivo de vida despojado), casa-se com Carminha, a prepotente e aproveitadora vilã de origem pobre que casa-se com Tufão para usar sua riqueza em proveito próprio, inclusive sustentando seu amante, Max. O trânsito de personagens entre os universos do lixão, do subúrbio e da Zona Sul centrava-se na exaltação da vida (concebida, idealizada) do homem comum, da sua alegria de não passar pelas agruras da miséria a ponto de ter que fazer qualquer coisa para sobreviver e nem estar tão cego pelo luxo que não consiga mais se relacionar como ser humano. Segundo IORIO (2012) "Em meio às discussões sobre o protagonismo da nova classe C na programação da principal emissora de tevê do país e o esforço das ficções seriadas em representar seu universo, buscando a identificação deste novo público consumidor, [o trabalho da aqui citada autora] apresenta apontamentos para olhar a narrativa ficcional televisiva não como um espelho da realidade, mas como uma 'telerealidade', um 'bios virtual', como propõe o sociólogo Muniz Sodré".

acompanhado de uma aceleração do consumo por meio do endividamento, evidenciando a eminência do colapso (o qual já se anuncia na forma da nova violência urbana, do entupimento da infraestrutura urbana, até do hedonismo no comportamento jovem). Enquanto resíduo do que um dia foi o subúrbio, acabou-se por "constituir um estilo de vida particular, marcado por uma peculiar mentalidade suburbana. O imaginário do subúrbio ainda hoje é um imaginário familístico e rural. Mais do que mudar, o subúrbio permaneceu" (MARTINS, 2000: 140).

Como pode ser lido a partir do caso específico de São Caetano do Sul, na mesma medida em que o operariado fabril e a vida suburbana são arrebatados pelo processo de modernização na sua contemporaneidade, passa-se a vender a ideologia da vida no subúrbio: objeto de estratégia comercial para o imobiliário que se expandiu no município após processada a reestruturação industrial da década de 1990. No caso em questão, esse novo "morador" de São Caetano do Sul hoje *consome*, sobretudo, *a imagem de um lugar* (cuja apropriação é mediada pela mercadoria imobiliária) *representado*[13] como sendo o das famílias que vieram a formar seu patrimônio por meio do trabalho, acreditando ter se confinado em um idílico reduto da ordem e da moralidade, no qual propriedade e o ideal de bem-estar estariam garantidos por conta da oferta de segurança e infraestrutura (situando-se, portanto, em oposição à população enquadrada pelo ideário que se tem sobre a periferia e seus problemas).

Uma vez apresentada a relação necessária entre subúrbio e modernização posta na raiz do nosso problema de pesquisa, retomamos aqui nosso objetivo central neste trabalho, que é o de empreender uma interpretação do processo de metropolização fundada nas transformações no mundo do trabalho, na propriedade privada e na vida cotidiana do morador suburbano por meio da reconstituição da trajetória específica compreendida pela gênese, reprodução e destituição-instituição da localidade suburbana correspondente aos limites do atual município de São Caetano do Sul. Os procedimentos utilizados na investigação conduzida sob o objetivo

[13] As observações acima apresentadas são inspiradas pelo seguinte texto: "A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados na economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo ter efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela *não é*" (DEBORD, 1997: 18)

acima exposto e a forma da apresentação dos resultados da pesquisa realizada sob a problemática aqui apresentada refletem o encadeamento lógico posto por trás do processo geral de suburbanização (em sua relação com o processo de metropolização), como se verá a seguir.

Materiais de pesquisa e plano de apresentação do trabalho

A pesquisa efetuada diante de nossa indagação central é baseada fundamentalmente na coleta e interpretação de material referente aos diversos momentos da trajetória suburbana do município de São Caetano do Sul. Dentre os materiais examinados, destacamos primeiramente a série cartográfica correspondente às fases da urbanização do local elencado para a realização deste estudo. Obtivemos, junto ao Departamento de Obras e Habitação da Prefeitura de São Caetano do Sul uma série cartográfica de arquivo cujas cópias acompanham os capítulos de nosso trabalho como anexos comentados e relacionados com o desenvolvimento da problemática. Por meio destes documentos, foi possível não só reconstituir as fases da produção de loteamentos de terrenos, mas, ainda, analisar o estabelecimento das diretrizes postas de acordo com os seguidos planejamentos urbanos feitos para a localidade.

Outro tipo de documento pesquisado para a realização de nossa análise refere-se ao histórico da legislação de uso e ocupação do solo. Foi feita a consulta às Leis de Zoneamento de 1955, de 1964, de 1985 e de 2000, bem como a todas as suas modificações posteriores por meio de consulta ao acervo da Câmara Legislativa de São Caetano do Sul. Os documentos recentes relativos ao Plano Diretor de São Caetano do Sul e seu Zoneamento Estratégico também foram consultados como material de embasamento para nossa argumentação.

Para a elaboração de gráficos e tabelas com dados censitários de diversas naturezas fizemos a consulta aos bancos de dados do IBGE e da Fundação Seade em seus respectivos sítios eletrônicos, tendo posteriormente organizado todo esse material para sua apresentação visual e para estabelecer relações entre eles.

Recorremos ainda a diversas fontes secundárias, em especial nas obras de José de Souza Martins e de Ademir Médici, autores que publicaram estudos baseados em

aprofundada pesquisa acerca do subúrbio de São Caetano. Foi-nos de grande valia também o acesso à extensa coleção da revista Raízes, publicada pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, a partir da qual encontramos não somente estudos e depoimentos de diversos autores e memorialistas, mas também tivemos acesso a um enorme banco de imagens as quais utilizamos na reconstituição histórica das fases da suburbanização de São Caetano, assim como em sua interpretação.

O resultado deste trabalho se apresenta em seis capítulos. No primeiro capítulo, tratamos da gênese do subúrbio rural de São Caetano, analisando a relação entre a vila de São Paulo colonial e seus arredores e o lugar da antiga Fazenda e do Bairro de São Caetano nesse contexto. No Capítulo 2, abordamos o momento em que, diante das grandes transformações sociais brasileiras no século XIX, a cidade de São Paulo passa a ser uma centralidade econômica a partir da qual se organiza o espaço rural do entorno. Momento em que a fundação do Núcleo Colonial de São Caetano viabiliza a formação da propriedade privada da terra e o trabalho livre nesta localidade.

Nos três capítulos seguintes (Capítulos 3, 4 e 5), apresentaremos o subúrbio de São Caetano atingindo sua plenitude e, a partir dela, entrando na fase de sua reprodução ampliada, até atingir a sua articulação metropolitana. Inicialmente, conforme desenvolvemos no Capítulo 3, dá-se o surgimento das primeiras indústrias em São Caetano e a conversão da terra rural em terra urbana, resultando na produção dos primeiros loteamentos e na formação de uma rede entre o centro e os bairros do então Distrito de São Caetano, pertencente ao município de São Bernardo do Campo. Em seguida, no Capítulo 4, tratamos de como ocorre a reprodução ampliada dos loteamentos de terra e o estabelecimento da grande indústria em São Caetano, momento em que se multiplicam os problemas urbanos decorrentes do adensamento habitacional sem infraestrutura. O intenso crescimento de São Caetano, agora rebaixado a segundo Distrito do município de Santo André, resulta no movimento autonomista da década de 1940, a partir do qual emancipa-se o agora município de São Caetano do Sul. Enfim, tratamos no Capítulo 4 de como a indústria instalada em São Caetano do Sul (e, principalmente, o parque industrial de São Bernardo do Campo, cujo crescimento ocorre a partir da década de 1950) estabelece o polo industrial do ABC, momento em que o planejamento se instaura sobre o subúrbio estendendo a

lógica racional da indústria para toda a sociedade. Contudo, momento também em que se define a implosão-explosão da cidade e a destruição do subúrbio e da sua vida imediata baseada na localidade.

O Capítulo 6 deste trabalho finalmente refere-se à fase de articulação metropolitana de São Caetano do Sul, que de subúrbio-estação metamorfoseia-se em uma conjunto de fragmentos da metrópole. Começaremos analisando este momento a partir da reestruturação produtiva processada no Brasil a partir da década de 1990, quando o desemprego e a precarização do trabalho se impõem pelos novos arranjos conduzidos para resolver a crise de acumulação do capital. Diante dessa crise do trabalho, examinamos como o antigo subúrbio operário converte-se em lugar de desenvolvimento de uma economia integrada à metrópole de serviços, assim como expomos a transformação do próprio trabalhador, na medida em que o operariado fabril passa a dar lugar ao trabalho intelectual que aparentemente se autonomiza nesse estágio da crise. Mas, a seguir, mostramos como a produção do urbano como meio de reprodução do consumo se impõe sobre o município de São Caetano do Sul, transformando a própria qualidade do morador (que vai da condição de morador à condição de mero consumidor do espaço). Este morador-consumidor se coloca sob tal categoria na medida em que se se torna proprietário privado de uma unidade no município, de modo que a produção do espaço passa a aproveitar-se de toda a estrutura produzida no subúrbio para, por meio de sua destruição, vender a imagem de São Caetano do Sul como lugar privilegiado para se morar na metrópole.

Anexo n°1 – Planta do Município de São Caetano do Sul (2010)

Tecnicamente elaborada com todos os requisitos cartográficos que conferem precisão na leitura das informações ali contidas, inserimos esta planta ao início do presente trabalho com a finalidade de apresentar a unidade territorial identificada como Município de São Caetano do Sul, cujo espaço focamos em nossa análise a fim de buscar (em um lugar determinado) os elementos de pesquisa que nos permitissem argumentar diante de nossas indagações geográficas.

Observar na legenda do mapa as denominações dos bairros de acordo com o que consta no Decreto Municipal n°3.064 de 15 de fevereiro de 1968. Apesar dessas denominações oficiais atualmente utilizadas para todos os efeitos terem sido elaboradas impondo seu princípio de racionalidade técnica sobre os espaços de representação (mutilando, com seus limites artificialmente estabelecidos, as antigas denominações dos bairros e vilas que historicamente tinham se tornado referências populares tanto para a finalidade útil de orientação na cidade quanto para a constituição de uma identidade para com o lugar), procederemos na redação desse trabalho por nos remeter constantemente às novas denominações das porções internas ao Município de São Caetano do Sul. Justificamos o uso da denominação oficial por conta de nossa tentativa de facilitar ao leitor a identificação dos espaços citados ao longo do texto, visto que as antigas denominações são difíceis de delimitar, já que seus limites se confundem tanto sincrônica quanto diacronicamente (ver Anexo n°6).

Nesta planta também constam os atuais nomes das ruas de São Caetano do Sul, muitas das quais serão citadas ao longo do texto e cuja localização e traçado podem se fazer necessários em alguns momentos à compreensão de nossa argumentação.

Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

EDIÇÃO 2008
PLANTA DO MUNICIPIO
DE
SÃO CAETANO DO SUL
ESTADO DE SÃO PAULO
24-10-1948
28-7-1877
SÃO CAETANO DO SUL
PREFEITO MUNICIPAL
JOSÉ AURICCHIO JUNIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E HABITAÇÃO
SEOHAB
ENGº. JULIO MARCUCCI SOBRINHO
1 BAIRRO DA FUNDAÇÃO
2 CENTRO
3 BAIRRO SANTO ANTONIO
4 BAIRRO SANTA PAULA
5 BAIRRO BARCELONA
6 BAIRRO OLÍMPICO
7 BAIRRO OSWALDO CRUZ
8 BAIRRO CERAMICA
9 BAIRRO BOA VISTA
10 BAIRRO SANTA MARIA
11 BAIRRO JARDIM SÃO CAETANO
12 BAIRRO NOVA GERTY
13 BAIRRO MAUA
14 BAIRRO PROSPERIDADE
15 BAIRRO SÃO JOSÉ
LEGENDA
INDUSTRIAS
EDIFICIOS PÚBLICOS SAUDE ENSINO
IGREJAS
SANTO ANDRÉ
SÃO PAULO
SÃO BERNARDO DO CAMPO
FAIXA DA ELETROPAULO
LEVANTAMENTO E DESENHO EXECUTDO PELA D.O.S.M.
SEÇÃO DE CADASTRO E URBANISMO
CHEFE DA SEÇÃO
LUIZ CARLOS FERREIRA DA SILVA

Capítulo 1 – Da Cidade de São Paulo Colonial e seus aldeamentos à emergência do subúrbio no caso da antiga Fazenda de São Caetano

A problematização do subúrbio enquanto categoria de análise do processo de urbanização brasileiro não pode prescindir da compreensão das condições prévias sob as quais veio a ocorrer a gênese da relação entre a cidade e seus arredores neste país. E as condições prévias para a constituição formal da divisão entre campo e cidade no Brasil estiveram dispostas ao longo do contexto da efetivação do projeto colonial português de dominação territorial sobre o continente sul-americano, em cujo sentido estava a produção, por meio do trabalho escravo, de mercadorias primárias destinadas à comercialização na Europa.

A distribuição de títulos de concessão de terras para colonos portugueses e a escravidão do negro africano em terras americanas do Atlântico Sul constituíram ali a base para instauração dessa economia mercantilista. Como condição da efetivação desse projeto de exploração agrária da colônia com base no trabalho escravo, surgiram as primeiras vilas, cidades, povoados e arraiais coloniais da América portuguesa. Enquanto fatores da realização do projeto colonial lusitano em terras sul-americanas, os aglomerados antigos não só executavam funções determinadas dentro do sistema de exploração econômica agrícola para exportação (por exemplo, sediando os mercados de escravos), mas, sobretudo constituíram o meio para que a institucionalidade do projeto de domínio colonial sobre as terras sul-americanas se realizasse. E é essencialmente neste último sentido que podemos pensar, particularmente, a antiga vila de Piratininga: considerando o papel dos aglomerados na organização da sociedade baseada no trabalho escravo e na economia mercantil voltada à exportação, São Paulo estava, de modo geral, à parte das grandes áreas de exploração econômica no Brasil colonial. Originada no movimento de interiorização do domínio português sobre as terras e os povos indígenas da Capitania de São Vicente, esta vila não teve sua existência diretamente relacionada com a produção agrícola de gêneros tropicais para exportação.

Portanto, o processo de exploração econômica das terras que se estendiam a partir do atlântico sul-americano e de efetivação de sua territorialidade própria estabeleceu uma série de centralidades econômicas e demográficas mais significativas do que São Paulo nos primórdios da colonização brasileira. Uma breve recapitulação das origens da vila de Piratininga nos permite, enfim, apontar com mais precisão o lugar ocupado pela antiga cidade de São Paulo (e de outros núcleos da Capitania de São Vicente) no contexto do estabelecimento, em terras sul-americanas, de uma economia agrária e de uma sociedade colonial inseridas no sistema mundial mercantilista.

A ocupação da Capitania de São Vicente, no interior da qual se situou a antiga vila de Piratininga, começou pelo litoral, estendendo-se desde a ilha de Santo Amaro até Cananéia. A vila de São Vicente, fundada entre 1510 e 1516, foi inicialmente o núcleo de maior condensação nesta Capitania (BRUNO, 1967). Com a chegada de Martim Afonso de Souza e a fundação de São Vicente é estabelecido oficialmente o processo de colonização do litoral. Mas a presença de europeus no litoral vicentino já tinha sido efetuada por João Ramalho e Antônio Rodrigues (PETRONE, 1989: 22). Os relatos sobre João Ramalho mencionam que ele intermediou a relação entre os Tupiniquins e os membros da primeira expedição oficial na Capitania de São Vicente, expedição da qual resultou a fundação da vila homônima à Capitania, tendo João Ramalho ainda se casado com a filha do cacique Tibiriçá e se tornado pai de vários filhos mestiços.

Há relatos de que "o produto de comércio em São Vicente pré-afonsino deve ter sido o próprio indígena e São Vicente deveria ser, portanto, uma feitoria de escravos" (PETRONE, 1989: 22). Mas a partir da chegada da expedição de Martim Afonso, inaugura-se em São Vicente "um processo de criação de uma verdadeira colônia de exploração e mais propriamente colônia de plantage" com base no trabalho escravo do indígena (PETRONE, 1989: 23). Produziu-se neste sistema de exploração, por certo período, a cana-de-açúcar, única atividade produtiva na capitania que chegou a entrar por algum tempo no circuito da economia mercantilista, sendo a vila de São Vicente, de fato, a centralidade que nesta época determinava em última instância a vida não somente econômica, mas, ainda, institucional na capitania. "A criação de uma vila, aproveitando a presença de um núcleo já existente, foi uma forma

de estabelecer os primeiros quadros político-administrativos para a área" (PETRONE, 1989: 24).

Mas a colonização da Capitania de São Vicente que, a princípio, havia se estabilizado no litoral, acabou tomando, mais precocemente que em qualquer outro lugar do Brasil, um sentido de penetração em direção ao interior (PETRONE, 1989: 25). O núcleo da baixada litorânea não só executou funções ligadas às áreas produtoras de mercadorias agrícolas para exportação, mas ainda, constituiu ponto estratégico de "articulação com a retroterra continental, quando as condições estimulavam os processos de penetração" (PETRONE, 1989: 20), tendo em vista o sentido continental do estabelecimento do colonizador a partir do litoral vicentino. O rápido declínio da atividade açucareira em São Vicente, entre outros fatores, condicionou o processo de colonização nesta Capitania a voltar-se na direção do alto do planalto e a basear-se simultaneamente no aprisionamento de indígenas submetidos à escravidão e no domínio sobre as terras do interior do continente.

> As relações desses primeiros habitantes brancos da baixada marinha com os indígenas não tardaram a propiciar o conhecimento do planalto por eles. E foi decerto João Ramalho o primeiro desses pioneiros a percorrer a vereda escarpada que se insinuava entre as brenhas espessas da floresta serrana e a ressurgir nos campos que seriam chamados de Piratininga. Pois os europeus usavam os bugres como intermediários que deveriam percorrer o litoral e a zona da serra acima para aprisionar inimigos (os goianases ou tupiniquins viviam em guerra com seus vizinhos do norte, os tamoios, e do sul, os carijós) que eram conduzidos a São Vicente (BRUNO, 1967: 2).

João Ramalho foi o fundador e alcaide do antigo povoado de Santo André da Borda do Campo, primeiro núcleo no alto do planalto separado da planície litorânea pela escarpa da Serra do Mar. Núcleo, este, elevado à condição de vila já em 1553, porém, de curta existência, motivo pelo qual sua localização exata nunca foi exatamente identificada. Mas a historiografia nos lega que o núcleo jesuítico de São Paulo de Piratininga não foi o primeiro assentamento a se formar a partir do alto da escarpa da serra do mar. Os dois povoados em questão coexistiram por alguns anos, até que a população de Santo André fosse, em 1560, integralmente transferida para o núcleo jesuítico de Piratininga. Apesar de efêmero, o antigo núcleo de Santo André chegou a ter uma vida institucional que incluía um alcaide, vereadores, etc., e alguns

dos chamados homens bons de Santo André também o foram no núcleo que viria a se tornar a vila de São Paulo de Piratininga. Esta última veio a constituir-se, a partir de 1554, "em torno de uma casa de conversão de índios estabelecida pelos jesuítas em local que era escala para muitas nações de bugres, em sua situação de centro natural do sistema hidrográfico da região" (BRUNO, 1967: 5).

Todos os fatores que influenciaram a localização da Vila de Piratininga evidenciam sua condição particular de ser um assentamento de localização estratégica visando a expansão desse domínio colonial para as terras e povos do interior. Ao explicar as raízes para a localização da cidade de São Paulo, Caio Prado Jr. (1989) tenta demonstrar que seu sítio é determinado por fatores naturais e demográficos pré-existentes à chegada do colonizador, tornando-o lugar ideal para a instalação da cidade que seria o centro do projeto de dominação territorial a partir do alto do planalto. Situada no alto da colina entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, a localização de Piratininga permitia, em primeiro lugar, a visão estratégica contra ataques autóctones.

> Nos primeiros tempos, a principal preocupação dos colonos é, e não poderia deixar de ser, de natureza defensiva. A ameaça mais significativa e constante era a dos Carijó, embora também os Tupinambá tivessem causado problemas sérios para os europeus, sem falar dos próprios Tupiniquim, instrumentos de instabilidade, antes de terem sido pacificados. (...) (PETRONE, 1995: 63).

Além da localização privilegiada do ponto de vista estratégico, a proximidade do sítio original do colégio jesuítico de Piratininga com os cursos hídricos do Tamanduateí e do Anhangabaú permitia aos seus habitantes, ainda, facilidade de acesso à água para o gado e para pesca (fatores vantajosos de Piratininga em relação a Santo André da Borda do Campo, levando Caio Prado Jr. a levantar a hipótese de que tais fatores teriam contribuído para a extinção da antiga vila de Santo André). Além de proporcionar o abastecimento hídrico que viabiliza a fixação demográfica, fator importante a princípio, a proximidade do núcleo jesuítico de Piratininga em relação ao curso do rio Tamanduateí posteriormente favoreceria também o deslocamento por meio da rede hídrica em direção a todo o interior, a partir do rio Tietê (PRADO JR, 1989).

A própria região dos campos de Piratininga já era local de relativa concentração demográfica antes da chegada dos jesuítas e dos colonos portugueses. Os Campos de Piratininga constituíam uma clareira em meio à mata tropical fechada dos terrenos cristalinos; por conta dessa característica fisiográfica, esta era uma área já habitada por povos indígenas do planalto, os quais a empresa colonial pretendia submeter seja à fé cristã, seja ao trabalho forçado. Assim, a antiga "área *core*" do povoamento indígena também se tornaria "área *core*" do povoamento europeu (PETRONE, 1995: 45).

Sobre a presença indígena em tempos anteriores à chegada do colonizador, Petrone aponta a existência de três grupos: os Tupinambá (ocupando a porção ao norte de São Sebastião), os Tupiniquim (entre São Sebastião e Cananéia) e os Carijó (dispostos na área ao sul de Cananéia). Os Tupiniquim, tradicionalmente conhecidos como Guaianá, dividiam-se em três grupos: os Guaianá propriamente ditos, os Guaianá-Tupinaqui e os Guaianá-Muiramomi, dentre os quais nos interessa mais de perto o primeiro grupo, que ocupava uma faixa de terra que ia do litoral ao sertão, passando pelos locais onde posteriormente viriam a surgir Santo André e São Paulo (PETRONE, 1995: 31).

Eram grupos seminômades, com a atividade econômica englobando a agricultura de coivara, a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais, necessitando, segundo Petrone, de ampla área de subsistência. Não havia, portanto, apropriação privada da terra, mas apropriação coletiva de um amplo espaço na qual eram realizadas as atividades necessárias para a obtenção dos meios de vida. Citando Benedito Calixto, Petrone afirma que os Guaianá, os quais ocupavam as áreas dos Campos de Piratininga, iam ao litoral nos meses de maio, junho e julho, a fim de "fazer provisão de peixes, ao mesmo tempo que escapavam dos rigores do inverno planaltino" (PETRONE, 1995: 32). Portanto, a mais significativa zona de povoamento dos Guaianá não era o litoral, e sim, os Campos de Piratininga, no alto do planalto, sendo a faixa marinha uma "zona periférica subsidiária" (PETRONE, 1995: 33); a área de campos era um nódulo interiorano de cristalização demográfica, dando o sentido continental do povoamento indígena nesta parte da América do Sul.

Devido à maior presença demográfica do indígena no planalto paulista que se estendia a partir da escarpa da Serra do Mar em direção ao interior, o litoral não

interessava nem ao colono, nem ao catequizador (PETRONE, 1995: 36-38), os dois principais grupos envolvidos na formação de núcleos de colonização na Capitania de São Vicente. A densidade demográfica relativamente alta dos campos de Piratininga, ainda segundo Petrone, certamente atraiu tanto a presença do colonizador quanto a dos missionários jesuítas, fundadores do pequeno povoamento em torno do colégio em Piratininga. Ali, a ordem religiosa jesuítica empreendeu inicialmente seu projeto de catequização indígena, por meio do qual os povos originários dessas terras eram convertidos à fé católica, mas também ao trabalho, à disciplina e à cultura europeia.

Os colonos paulistas, por sua vez, realizavam uma atividade de pouca representatividade econômica, ligada ao abastecimento local e de São Vicente. Desde os primórdios da Capitania de São Vicente, estabeleceu-se o intercâmbio econômico entre o planalto e o litoral, embora fosse considerado um comércio primitivo, sem operações de vulto, com escassez de moeda (ALMEIDA, 2008: 118). Contudo, é possível afirmar que os Campos de Piratininga e o litoral consistiam, no início do processo de colonização, uma mesma área de subsistência: a vila de São Vicente momentaneamente ligada à economia exportadora e o alto do planalto como área de produção de bens para consumo interno. “O caminho que ficou conhecido em seguida como a trilha dos Tupiniquim constituía o instrumento dessa associação”, integrando no mesmo espaço econômico duas áreas separadas pelo alinhamento da Serra do Mar (PETRONE, 1995: 45).

É importante ainda indicar a presença de caminhos terrestres que irradiavam a partir dos campos de Piratininga em direção ao interior, por meio dos quais seria possível empreender, posteriormente, as entradas em direção às terras continentais as quais também viriam a ter seus habitantes e seus recursos explorados pelo colonizador português.

> (...) enquanto no litoral a necessidade do porto se justificava em função das articulações entre as rotas marítimas e as rotas terrestres, no reverso da Serra do Mar a articulação da rota de passagem da serra com as rotas planaltinas explica, na prática, a presença de um verdadeiro porto seco (...), fruto de amarração de rotas na linha da serra (PETRONE, 1995: 46-8).

Dadas as características do seu sítio diante dos objetivos inerentes ao processo de colonização na Capitania de São Vicente, os Campos de Piratininga “sediaram o

primeiro núcleo estável de povoamento europeu no interior do Brasil" (PETRONE, 1995: 40). A existência vila de São Paulo de Piratininga consolidou o local a partir do qual se cristalizariam as condições estratégicas necessárias à realização do movimento de domínio colonial sobre as terras e sobre a gente do sertão que se estendia imensamente em muitas direções a partir do planalto paulista.

A vila de São Paulo de Piratininga englobou a primeira de uma série de missões para conversão religiosa de indígenas, as quais viriam a se constituir como parte do conjunto dos aldeamentos paulistas. Já para os colonos portugueses, este contingente demográfico implicava "outra circunstância, esta de natureza econômica, que impulsiona o povoamento do planalto. São as numerosas tribos aí estabelecidas e que apresentam aos colonos um farto abastecedouro de mão-de-obra" (PRADO JR, 1989). Assim, do ponto de vista do colonizador, o indígena era indistintamente o habitante da terra que se pretendia conquistar e o possuidor da força de trabalho a qual, por meio da sua sujeição como pessoa à condição de escravo, seria posta a serviço das necessidades da empreitada colonial.

Seja por meio da catequização do indígena, seja até mesmo por meio do seu aprisionamento para força-lo ao trabalho, a região dos Campos de Piratininga passou, desde o período seiscentista, a ser socialmente e territorialmente organizada sob os imperativos do projeto colonial português por meio da constituição dos núcleos de povoamento denominados aldeamentos, entre os quais se formou um conjunto de aglomerados de população indígena e mestiça sob administração de jesuítas ou colonos. É a partir desse conjunto de núcleos de povoamento colonial que passou a se assentar toda a ordem social e, inclusive, territorial sobre as terras planaltinas da Capitania de São Vicente.

> (...) os Campos de Piratininga conheceram desde logo o enquadramento de inúmeras aldeias indígenas no processo comandado pelo europeu, além da criação de novos aldeamentos. Considerando as primeiras décadas dos Seiscentos, os núcleos de povoamento do planalto multiplicaram-se pelos arredores do Campo, contribuindo, também, para a tessitura daquela que viria a se tornar a rede urbana paulista (PETRONE, 1995: 46).

Antes de traçar algumas observações sobre a relação entre esses aldeamentos paulistas e a antiga cidade de São Paulo, cabe aqui lembrar a distinção entre os termos

aldeia e *aldeamento*. Aldeia é o termo por meio do qual o colonizador passou a identificar a relação da organização social tribal com a terra de que o indígena se apropriava[14]. Já o termo aldeamento, para Petrone, serve para designar os "núcleos de origem religiosa ou leiga", recebendo essa denominação "para distinguir tais aglomerados 'criados', daqueles outros, tipicamente espontâneos" (PETRONE, 1995: 105). Nos aldeamentos, passou a haver o estabelecimento da posse individual ou familiar da terra, não mais o seu domínio coletivo tribal, embora a terra tivesse um preço ínfimo. O termo aldeamento expressa, portanto, o fenômeno ocorrido dentro do processo de colonização, melhor que a ideia de aldeia, a qual se refere ao contexto da sociedade tribal anterior.

Tomando como referência o trabalho de Pasquale Petrone sobre os aldeamentos indígenas do alto do planalto paulista, podemos apontar já no século XVII a existência de aldeamentos como os de Pinheiros, Guarulhos, Itapecerica, M'Boy, São Miguel, Barueri, Carapicuíba, Escada, Itaquaquecetuba e São José. Estes aldeamentos surgiram em torno da área dos Campos de Piratininga e definiram-se em função do próprio processo de colonização: Pinheiros e São Miguel, por exemplo, surgiram em uma fase de choques entre colonos e indígenas. Outros, como Barueri, que foi criado no século XVIII, estiveram relacionados com a doação de terras. Houve, inclusive, aldeamentos que surgiram em função de outros aldeamentos, como é o caso de Itapecerica e Embu, denotando uma relação interna entre eles (PETRONE, 1995: 110-122).

A população desses aldeamentos era composta majoritariamente por indígenas e mestiços, vivendo em comunidades pouco numerosas e habitando algumas poucas casas que comumente rodeavam a capela central. Junto aos aldeamentos, encontravam-se as terras de cultivo, nas quais se desenvolvia o roçado, uma agricultura que incorporava técnicas indígenas no intuito de produzir gêneros para o seu próprio consumo, comercializando-se eventualmente o excedente na cidade.

---

[14] Aldeia, em Portugal, era o termo usado para designar o vilarejo, o povoado ou núcleo de concentração no meio rural, portanto, forma de aglomeração de caráter oposto ao da cidade. O termo, no contexto da colonização paulista, passou a ser usado para designar o agrupamento tribal indígena (PETRONE, 1995: 105). "A aldeia indígena é, em consequência, dentro da psicologia do colono, a não-cidade, não apenas porque é expressão da vida rural, mas sobretudo porque está longe de fornecer condições de prestígio que só a cidade, mesmo que modestíssimo embrião de aglomerado urbano, pode fornecer" (ALFREDO, 2004).

Portanto, mesmo os aldeamentos jesuíticos consistiam em lugares de reprodução da mão-de-obra indígena (ALFREDO, 2004: 81). De modo geral, o século XVII:

> (...) caracteriza-se pela extensa ocupação da mão-de-obra escrava indígena no cultivo das lavouras comerciais do planalto paulista que realizavam um circuito colonial interno, de abastecimento das áreas diretamente vinculadas ao exclusivo metropolitano. Desta maneira, a presença do indígena na lavoura era uma característica importante do período [para a realização de uma riqueza comercial] (ALFREDO, 2004: 81).

Esses aldeamentos se dividiam entre aldeias do padroado real e as aldeias jesuíticas: estas últimas, sujeitas à administração da Capitania e de seus termos, enquanto as primeiras eram administradas pelos missionários da Companhia de Jesus. Os jesuítas, a princípio, tinham ingerência sobre os aldeamentos de modo geral, até terem sido expulsos de Piratininga em 1640 por conta do conflito de interesses entre eles e os colonos: "o tipo de relações que logo se estabeleceram entre o colono e o indígena não poderia satisfazer aos objetivos dos jesuítas, especialmente em face da instituição da escravatura como prática rotineira" (PETRONE, 1995: 65).

Foi com base na discordância sobre a questão da escravização indígena que se deu o conflito entre colonos e jesuítas, que acabou culminando com a mencionada expulsão destes últimos das terras de Piratininga. "Uma bula do Papa Urbano VIII, de março de 1638, contendo graves penas e censuras a favor do indígena, foi o estopim que justificou, a 13 de julho de 1640, a expulsão dos jesuítas de São Paulo" (PETRONE, 1995: 95). Apesar o retorno dos jesuítas, a 14 de maio de 1653, e de novos atos da metrópole tentando coibir a escravidão indígena, a escravidão era fato rotineiro. Vale ainda mencionar que, em sua volta, os jesuítas foram reintegrados na posse de suas fazendas, mas não puderam mais interferir nos aldeamentos sob controle das Câmaras, comprometendo-se a partir de então a não mais amparar ou recolher indígenas dos moradores (PETRONE, 1995: 184).

De qualquer forma, os aldeamentos em geral, fossem eles jesuíticos ou do Padroado Real, desempenharam o papel de submeter de alguma forma o trabalho do indígena, de concentrar essa população e forçá-la a viver sob uma determinada ordem inclusive simbólica, religiosa, cultural. O trabalho do indígena foi principal o meio a

partir do qual eram executadas todas as atividades necessárias à realização do projeto colonial nas terras paulistas.

Fundamentalmente, as funções exercidas pelos aldeamentos enquanto elementos a serviço do próprio processo de colonização estiveram ligadas ao trabalho do indígena. Os aldeamentos foram verdadeiras reservas de força de trabalho a serviço do processo colonial, fornecendo indígenas para as mais variadas atividades e objetivos (PETRONE, 1995: 203). Os indígenas deveriam cultivar o solo e serem preparados para diversos ofícios: eram constantemente solicitados para atividades no mundo rural, como a agricultura e a criação de animais, assim como a construção das instalações das propriedades rurais. Foram também utilizados na expansão bandeirante dentro do continente sul-americano, fossem eles índios voluntários, escravos ou administrados. Inclusive, a arregimentação de indígenas administrados para os descobrimentos fez com que aldeamentos ficassem desfalcados de seus habitantes (PETRONE, 1995: 207). A serviço de sua Majestade, os indígenas dos aldeamentos foram, ainda, utilizados pelos poderes públicos, em âmbito municipal ou no âmbito da Capitania, para todo e qualquer tipo de obra ou serviço público, a exemplo da própria reparação da antiga trilha dos Tupiniquim, que se tornaria o caminho do Padre José de Anchieta. Seu trabalho foi, enfim, empregado na construção e reparo de fortalezas de defesa e portos, como meio de transporte de cargas em tropas, na prestação de serviço de caseiros, como amas-de-leite ou ajudando a criar crianças (PETRONE, 1995: 203-218).

As formas jurídicas não muito claras para definir a condição do indígena aldeado, na época, abriram caminho para viabilizar a sua escravidão. E mesmo apesar de decretada a liberdade do autóctone, ficava em aberto, na própria lei, o direito de tê-lo sob domínio pessoal. Havia, por exemplo, os indígenas administrados, não considerados exatamente cativos, pois não eram vendidos nem dados como pagamento de dívidas, mas eram força de trabalho colocada inteiramente à disposição do colono. Na condição de administrado, o indivíduo é tutelado por um administrador, "que o sustenta, veste-o, dá-lhe condições para se tornar um cristão ou para atender seus deveres de cristão, em troca recolhendo seus serviços" (PETRONE, 1995: 83), sendo esses indígenas administrados por particulares, em seus sítios, ou por aldeamentos, tutelados pelo governo da Capitania (PETRONE, 1995: 95).

> O indígena administrado é aquele tutelado que em troca deve serviços ao seu tutor, ou mesmo é escravizado. A escravização do indígena como algo formalmente aceito vai até o ano de 1758, quando a instituição da administração é extinta, embora os aldeamentos continuem até o século XIX (ALFREDO, 2003: 114).

Havia diversas formas de escravidão indígena, inclusive, formas de escravidão disfarçadas depois de que impedimentos legais começaram a se opor ao cativeiro indígena (PETRONE, 1995: 62). A empresa paulista de captura de indígenas sertão adentro foi realizada pelos próprios colonos, não somente para explorar seu trabalho em suas terras, mas para vendê-los na capitania de São Vicente.

Devido à intensificação do sentido continental da colonização por consequência da desvinculação dada entre a baixada litorânea e a economia mercantil primário-exportadora, a principal mercadoria produzida pelo colono paulista, já a partir dos primeiros anos de fundação do colégio, passou a ser, sobretudo, o escravo indígena. A escravidão de indígenas pelo sertão sul americano desenrola-se ao longo de todo o século XVII por conta daquilo o que o colonizador chamava de guerras justas, nas quais os indígenas aprisionados eram feitos escravos para trabalhar nas roças ou para serem vendidos para outras capitanias. (PETRONE, 1995: 71).

A escravidão indígena implica o processo de destituição da condição tribal de relacionamento com a terra, atuando como um elemento viabilizador da propriedade voltada para as relações de troca que a lógica comercial buscava realizar (ALFREDO, 2004: 83). Isso porque a política de aldeamentos "esteve intimamente atrelada a uma diferenciação entre terras privadas e terras de aldeamentos", ou seja, uma "liberação de terra a ser ocupada por uma racionalidade não tribal", constituindo-se, a partir dessa liberação de terra para a apropriação individual ou familiar, "um período de nossa história em que vão se desenvolvendo elementos materiais para a realização da propriedade da terra como elemento fundamental do processo social" (ALFREDO, 2004: 79).

Com o início das expedições de entrada pelo território, o aprisionamento indígena cresceu imensamente. "Durante todo o século XVII, a captura e o comércio de índios se desenvolveu como atividade econômica estável dos grupos de população radicados no planalto paulista" (CANABRAVA, 1967: 23).

> Se o bandeirantismo ou sertanismo não foi um movimento povoador – no sentido de ocupação imediata de novas áreas territoriais – a verdade é que criou caminhos e devassou terras que seriam mais tarde povoadas, ao mesmo tempo em que incorreu novos e imensos contingentes de bugres (até então em parte selvagens) à empreitada colonizadora, transformando-os (muitas vezes a contragosto) em agentes do processo de povoamento (BRUNO, 1967: 6).

Para ANSELMO (2004: 80), as expedições de entrada para apresamento de indígenas ocorreram por conta da necessidade de se consolidar o domínio colonial sobre o vasto sertão e inserir terra a sua gente na engrenagem de funcionamento do mercantilismo. Por isso mesmo, a particularidade de São Paulo no contexto do Brasil colonial: enquanto as regiões agroexportadoras caracterizavam entradas mais lentas, só que mais sedentarizadas, as bandeiras entravam rapidamente, sem, contudo, fundarem núcleos estáveis a princípio (mas viabilizando a apropriação futura de terra).

Entre os anos de 1640 e 1730, São Paulo passa a se individualizar com relação às demais capitanias devido à descoberta das jazidas de minerais metálicos pelas expedições bandeirantes. “O descobrimento dos primeiros jazimentos de ouro nas Minas Gerais incentivou o fenômeno estradista justificando uma utilização sempre maior de indígenas” (PETRONE, 1995: 72). Com o desenvolvimento da atividade mineradora, registra-se a estagnação de São Paulo. Aparentemente, teria sido fase despovoadora da capitania, pois o interesse pela descoberta da minas e em seguida pela sua exploração teriam levado para lá famílias paulistas, seus agregados e bugres cativos.

Ocorre nesta época, inclusive, o desmembramento da província de São Paulo. A cidade, por sua vez, passou a se relacionar com a atividade de deslocamento das tropas (entre 1730 e 1775), por conta de ser o ponto central de uma rota comercial, situado no entroncamento de uma rede de caminhos. Até o século XVII, São Paulo se definiria pela singularidade de ser um entroncamento de rotas comerciais (cuja maior parte, aliás, era feita por meio do escambo). Não era uma cidade na acepção real do termo; “... se integrara ao circuitos do capital mercantil como centro da administração colonial, com as funções religiosa, militar, político-administrativa, comercial e cultural” (SEABRA, 1987: 26). É reforçado aqui o caráter de São Paulo como centralidade cuja

vida econômica é baseada na produção que ocorre primordialmente no campo, no meio agrário. Portanto, era a antiga vila de São Paulo que existia em função da atividade produtiva desenvolvida no campo, e não o contrário.

O modo de distribuição espacial da população nesse contexto social baseado nos aldeamentos indígenas foi eminentemente caracterizado pelo padrão de povoamento rural dispersivo. A “dispersão teria sido a forma mais característica de habitat nos primórdios do processo de povoamento” (PETRONE, 1995: 58). O urbano no mundo colonial é considerado, sobretudo, expressão da ruptura de um mundo tribal para um mundo agrário (ALFREDO, 2003: 112). A produção do espaço urbano apoia-se no trabalho não urbano, ou seja, “... o sentido da cidade na sua gênese constituía-se como um projeto agrário, cujo sucesso estava determinado à consequente formação da propriedade privada da terra” (ALFREDO, 2003: 108-9). A cidade, no interior da colônia:

> (...) estabelece-se como o espaço necessário para a realização da propriedade privada, sem a qual não seria possível a administração colonial. A cidade, como projeto, é meio, o agrário é o objetivo do processo. Contudo, busca-se administrar o não urbano, por isso mesmo, o agrário não pode ser definitivamente destituído, pelo contrário, ele é reposto, de condição passa a resultado do processo colonial (ALFREDO, 2003: 109).

A relação desenhada entre a cidade de São Paulo e os núcleos dos seus arredores nos primeiros séculos da colonização foi uma relação fundada, por um lado, nesse caráter jurídico, administrativo e eclesiástico da cidade de São Paulo e, por outro lado, no caráter de lugar da produção econômica e de cristalização do povoamento que tiveram os aldeamentos. Uma relação, portanto, entre o centro político, simbólico e cultural do domínio colonial e as áreas rurais que foram o espaço efetivo de estabelecimento dessa estratégia de domínio colonial sobre a terra com vistas à realização da economia mercantil de base agrária. A relação entre os espaços rural e citadino, portanto, era a de que a cidade era expressão jurídica do projeto colonial de domínio sobre as terras indígenas, estando o povoamento concentrado nos aldeamentos. Consequentemente, a centralidade nesse período histórico era dos aldeamentos (porque condicionavam a cristalização do processo de povoamento), não das vilas (ALFREDO, 2003: 112).

> (...) pensar a cidade de São Paulo antes do século XIX torna-se empiricamente inconsistente, pois o núcleo central da cidade só se explica pela dinâmica do seu entorno agrário (...). [As] centralidades da vida social naquele período estabeleciam-se fora da cidade propriamente dita (ALFREDO, 2003: 109).

O núcleo urbano de São Paulo era, portanto, a "periferia das estruturas sociais de então", um apêndice do campo; este último, por sua vez, organizava-se por conta da conquista territorial de modo a suprir a demanda interna, exercendo ainda o papel de comportar a vida social e econômica. Portanto, no que se refere à divisão do trabalho entre cidade e campo, tratava-se de uma relação de caráter horizontal, na qual o poder representado e exercido no centro não consistia em estruturas e instituições especializadas em sujeitar seus campos à atividade agroexportadora, mas no aparato jurídico-administrativo disposto como condição para o objetivo de transformar a terra tribal no espaço agrário, para o que ainda concorreu a própria presença das ordens religiosas e a territorialização das hierarquias da Igreja Católica.

Catequização, escravização e redução do indígena estiveram apoiados "numa primeira e importante divisão do trabalho que a condição escrava, neste contexto planaltino e talvez mesmo brasileiro implicou": uma separação entre o pensar e o fazer, entre ação e concepção, constituindo um mundo baseado na exploração do trabalho alheio, instaurando, ainda, nessa sociedade escravista, a separação entre cidade e campo. A "formação de uma sociedade agrária apoiada na escravidão do trabalho indígena, já continha em sua gênese os elementos que estruturariam uma realidade urbana", não só porque houve aglomerações populacionais posteriores no entorno dos aldeamentos, mas por que estes constituíram a divisão entre o mental e o material, fundamental para a constituição da cidade moderna (ALFREDO, 2004: 84). Os aldeamentos e a cidade não caracterizavam o espaço propriamente urbano, mas traziam os elementos societários que fundariam este espaço. Na verdade, nesse tempo, o que se tem quanto à constituição da realidade urbana, particularmente no planalto, é a ruralização da cidade, a qual era sustentada e tinha seus contornos definidos pela realidade agrária (ALFREDO, 2004: 84). Nos aldeamentos, diferentemente das aldeias, o que se firma na organização social não é a condição tribal, mas a da separação entre os que pensam e os que fazem.

> O fenômeno que se nos aponta neste caso particular de São Paulo, porque não dizer, da urbanização brasileira, é a produção do espaço urbano em uma realidade em que a produção do espaço citadino não se deu. Mais do que isso, trata-se de uma realidade em processo de constituição de uma sociabilidade urbana, porém que pressupõe o agrário como, surpreendentemente, seu resultado e não sua condição (ALFREDO, 2004: 97).

Aqui, era a cidade como um meio do processo cuja finalidade era a realização de uma sociabilidade monetarizada. Na Capitania de São Vicente, não se tratou de apartar o camponês da terra, como no caso clássico europeu, mas do estabelecimento de um agrário que já era administrado por centros de poder. Contudo, o estabelecimento desses centros de poder não era, ainda, a finalidade do processo, mas a efetiva reprodução do agrário (ALFREDO, 2004: 97).

A vida social e econômica que se concentrava nos aldeamentos, contudo, passa a se desestruturar a partir do já mencionado esvaziamento demográfico e econômico da cidade de São Paulo, o qual ocorreu conforme se deu o aparecimento da economia mineradora no interior. Define-se, a parir daí, o início da fase de decadência dos aldeamentos, os quais passaram a ter diminuição demográfica considerável, passando também pela pauperização e pela precarização das condições de vida das famílias que continuaram a habitar esses núcleos.

Começava também a se evidenciar o problema da grilagem das terras dos indígenas aldeados (PETRONE, 1995: 295). “Os aldeamentos de Pinheiros e São Miguel foram os primeiros a ver suas terras invadidas e tomadas por intrusos”, por tratarem-se de núcleos antigos e por sua proximidade com São Paulo, numa “área que muito precocemente interessou um processo de povoamento relativamente denso” (PETRONE, 1995: 299). “Desde muito cedo, também, o aforamento das terras dos aldeamentos contribuiu com sua parcela para completar a obra de espoliação processada pelos intrusos” (PETRONE, 1995: 300), prática rotineira principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Utilizava-se do argumento de que os indígenas não sabiam cultivar as terras para aforá-las, sendo este aforamento uma fonte de renda para a administração do aldeamento (PETRONE, 1995: 301). O problema fundiário, portanto, agravou-se nesse período de dispersão da população e

de degradação das condições de vida nos aldeamentos, registrando-se disputas fundiárias entre foreiros e os moradores dos aldeamentos.

Com a aplicação do Plano Rendon, ocorreu o término oficial da condição de tutelados dos indígenas. "Integrados na massa dos moradores, com os mesmos direitos e deveres, os indígenas deixaram de ter quem os representasse, de um momento para outro ficando na dependência exclusiva de sua própria iniciativa" (PETRONE, 1995: 308). "Nos últimos lustros do século XVIII já se definira a inevitável decadência dos aldeamentos, quase sem exceções" (PETRONE, 1995: 193). A instituição da administração, especificamente a administração particular, porém, só foi extinta a partir da metade do século XVIII: "o fim oficial da administração particular coincidiu com a fase de transição dos fatos da vida econômica da Capitania, à qual se sucedera outra, marcada por uma economia de mercado e por um importante afluxo de escravos africanos" (PETRONE, 1995: 95).

O esgotamento das minas, evidente desde 1770, possibilitou o reflorescimento da atividade para exportação ligada ao cultivo do solo. A atividade canavieira desenvolvida na região de Campinas, que também tinha na cidade de São Paulo um importante entroncamento de suas rotas para a exportação e de administração dos negócios, constituirá o momento em que a referida estagnação econômica e demográfica começa a se reverter. A cidade começou a ganhar status e aspecto de praça comercial por conta do início de uma fase de renascimento da atividade agrícola, havendo crescimento numérico dos engenhos de açúcar no interior paulista, com destaque para Jundiaí, Campinas e Itu, entre outros. Em 1846, Campinas se distinguia como maior centro exportador da província.

Estruturalmente, a propriedade açucareira se conservava latifundiária e escravocrata. A expansão da lavoura se fizera tumultuosamente, ao sabor das posses e da ocupação de terras devolutas, as quais precederam quase sempre a sesmaria que lhe daria legitimidade de natureza legal. O canavial avançava conforme se dava o rápido esgotamento das terras (CANABRAVA, 1967: 30). O auge da atividade deu-se em 1846 e sua queda já em 1854, com a supressão do tráfico (1850) e os preços altos dos escravos. O plantio de café, maciço desde 1844-45, indicava claramente os novos rumos da economia paulista.

Enfim, se olhamos para a emergência da centralidade de São Paulo numa retrospectiva, é possível entender que essa descontinuidade não vem de fatores externos ao próprio processo, mas já se embutia como germe na primeira divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal que se deu entre São Paulo e os núcleos e campos dos seus arredores. Em outras palavras, entre São Paulo e os aldeamentos e fazendas circunvizinhas, a constituição de uma relação rural-urbano no interior de uma sociedade colonial e escravocrata já começava a sugerir, a partir já da metade do século XVIII, a emergência do subúrbio como categoria da cidade que então passava a se anunciar nas entrelinhas. É o que veremos a seguir ao percorrermos o trajeto que vai da concessão e posse de terras no Tijucuçu à emergência do subúrbio no caso da Fazenda e do Bairro de São Caetano

A cidade de São Paulo tem um trajeto bastante peculiar no sentido de deixar de ser um apêndice do campo, vindo então a inverter esta relação. A gênese da centralidade exercida pela cidade de São Paulo sobre os núcleos rurais e campos dos seus arredores e do interior, que se efetiva com a instauração dos circuitos propriamente urbanos da economia nessa cidade, insere-se como um momento, ou uma descontinuidade histórica, no curso do longo processo de conquista colonial das terras sul-americanas pela coroa portuguesa com vistas à efetivação da sua lógica de acumulação mercantil. No entanto, essa descontinuidade é apenas relativa, na medida em que ela não se constituiu por completo a partir de um único evento histórico (ou mesmo de um conjunto deles), mas se fez a partir de avanços e recuos no tempo, inclusive na coexistência simultânea e conflituosa de diferentes temporalidades históricas.

Para compreender o caso da emergência da cidade de São Paulo enquanto centralidade econômica dominando o campo é preciso voltar no tempo antes mesmo do momento marcado pelas intensas transformações sociais ocorridas no Brasil, dadas definitivamente a partir do segundo quartel do século XIX, observando o que estava ali se processando para que tais mudanças viessem a ocorrer. Apontaremos a seguir a existência de alguns dos primeiros indícios desse novo significado da cidade no Brasil a partir da observação da origem remota dos subúrbios de São Paulo, especificamente da antiga localidade de São Caetano, tomando a suburbanização do mundo rural dos arredores paulistanos como evidência das transformações que se anunciavam na

própria cidade. A compreensão da suburbanização, por sua vez, se dará a partir da análise considerando as relações de trabalho e de apropriação da terra no caso da antiga fazenda beneditina de São Caetano, cuja existência esteve significativamente relacionada com a da cidade de São Paulo. A formação dessa fazenda correspondeu, como se verá, à transferência para a Ordem de São Bento da titulação de terras as quais vieram sendo herdadas desde os primórdios da colonização planaltina na Capitania de São Vicente.

Especificamente quanto à questão do sistema de titulação de terras no Brasil colonial, deve-se sublinhar que estas eram baseadas no regime de concessão, não tendo ainda nessa época, portanto, se constituído a moderna propriedade privada da terra neste país. As terras dispostas no entorno da cidade de São Paulo nos tempos coloniais eram apropriadas por meio de termos de outorga concedidos pela coroa portuguesa para sesmeiros que assumiam o compromisso de investir recursos para produzir nessa terra e pagar os tributos exigidos pela coroa. Outra forma de apropriação da terra podia dar-se por meio do aforamento ou, ainda, por conta da existência de posseiros que se estabeleciam nessa grande região, havendo incontáveis casos de conflito fundiário envolvendo, de um lado, estes últimos e, de outro lado, pretensos titulares de terras.

A introdução da forma da apropriação territorial oficial pelo sistema de sesmarias no Brasil diferiu em muito da maneira como este sistema tinha operado anteriormente em Portugal. Na Europa, o sistema de sesmarias consistiu na permissão de uso de pequenos pedaços de terra em concessão dada pela alta nobreza a alguém que se dispusesse a ocupar e produzir nessa terra, mediante o pagamento de tributos como o dízimo (ABREU, 1997). Em Portugal, é importante notar que a instituição das sesmarias:

> (...) introduziu um elemento importante na legislação da época, já que restituiu ao Estado o princípio da *não absolutização da terra* (grifo nosso), outorgando-lhe domínio eminente sobre todo o território, o que abria caminho para combater o latifúndio e expropriar qualquer propriedade que não fosse aproveitada no tempo convencionado (ABREU, 1997: 203).

Na transposição do sistema de sesmarias para o Brasil ocorre uma transformação do sesmarialismo português em sesmarialismo colonial. Em primeiro

lugar, “ao conceder as primeiras sesmarias, Martim Afonso já o fez em caráter perpétuo, contrariando o texto régio que estabelecia que [em Portugal] a doação seria apenas vitalícia”; além disso, as dimensões das sesmarias em terras sul-americanas eram muito maiores do que aquelas verificadas no agro português (ABREU, 1997: 206-7). Portanto, ao contrário do sesmarialismo em Portugal, o regime de concessão de terras no Brasil abriu caminho para a exploração de amplos espaços ocupados de forma predominantemente esparsa (o que particularmente se verifica no caso da cidade de São Paulo colonial). Fato que coadunava com o caráter da economia colonial no Brasil, voltada à produção de bens primários para comercialização na Europa e realizada com base na exploração do trabalho escravo e na expropriação territorial das populações aqui existentes antes da chegada do colonizador.

Os tributos sobre a concessão de terras em colônias sul-americanas era cobrado, pela Coroa Portuguesa, com base na estreita relação que tinha com a Igreja Católica. O principal desses tributos era o dízimo, um ônus que recaia sobre toda agricultura e pecuária coloniais (ABREU, 1997: 210).

> A América Portuguesa era, então, uma sociedade marcada pela presença da Igreja, com a participação da qual se estabelecia a formação territorial, em que a reprodução das relações sociais era calcada, até meados do século XIX, na concessão de terras, no trabalho escravo e no capital mercantil (SUZUKI, 2007: 136).

Além das sesmarias de terras dadas a particulares para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Brasil colonial, havia ainda as sesmarias dadas aos conselhos para o patrimônio municipal e as sesmarias de chãos, ou seja, a “doação de solo aos moradores dos núcleos urbanos para que ali se constituíssem suas casas de moradia e quintais” (ABREU, 1997: 218). As sesmarias de chão não estavam sujeitas ao dízimo.

Sob esse regime de apropriação de terras por meio da concessão de sesmarias, cabe apontar que predominava a chamada posse útil da terra, ou seja, não havia distinção entre o titular legal da terra e aquele que dela se apropriava para produzir ou explorar trabalho alheio. Portanto, neste caso, a posse não estava apartada da propriedade (ou seja, não era possível ser titular de uma terra que não se ocupasse). Os súditos titulares de terras tinham, ainda, que realizar obras necessárias ao reino

(pontes, caminhos) com seus próprios recursos. A condição para usar a terra, além de lealdade ao rei, era, enfim, a de demonstrar condições de usar a gleba (ou seja, a condição de se ter escravos) (BAITZ, 2011: 102).

A transmissão de um domínio útil nessas circunstâncias pretéritas (ou seja, a alienação das sesmarias dadas a particulares) foi principalmente dada ou pela partilha entre os herdeiros, ou pela *enfiteuse* (termo específico usado para designar a transferência do domínio útil).

Havia também um pequeno mercado de venda e arrendamento de datas de terra desde o início da colonização, embora isso inicialmente não sinalizasse uma inversão na lógica de reprodução das relações sociais como posteriormente viria a ocorrer em São Paulo. Essa situação pontual se dava por conta dos sesmeiros mais antigos que passaram a vender terras junto aos centros de povoamento, em locais privilegiados, aos colonos portugueses que chegaram posteriormente. Mas o comércio de datas se dava mais por conta das benfeitorias do que da terra em si. Primeiramente, porque não se podia vender o que não se lhe pertencia, também porque havia, na época, imenso estoque de terras não colonizadas disponíveis gratuitamente. A riqueza estava fundamentalmente nos escravos, que podiam também ser alugados (como escravos de ganho) (BAITZ, 2011: 106).

Enfim, no Brasil colônia o acesso oficial à terra se dava pelo apossamento consentido, formalizado pelos institutos como as sesmarias e as datas urbanas de terras, com obrigatoriedade do cultivo nas sesmarias. Se não cultivadas, as terras podiam voltar para a coroa como devolutas. A titulação por sesmaria é, portanto, diferente do título definitivo de propriedade: no primeiro caso, a titulação era provisória, porque a origem e destino das terras era a Corte, não se tratando, neste caso, da privatização da terra, mas de sua "pessaolização" (BAITZ, 2011: 104).

Em outras palavras, a propriedade neste país nem sempre foi absoluta: no Brasil colonial não cabia aos súditos o direito absoluto de propriedade, mas o uso, por concessão, dos bens reais, ainda que o monarca, pessoalmente, não estivesse lá. O rei permitia a quem quisesse produzir ali o uso dessa terra, mediante o termo de concessão (BAITZ, 2011: 100). O patrimônio real estava disponível ao uso pelos súditos que lhe prestassem fidelidade, formando um quadro de relações que, por um lado, eram pré-contratuais e, por outro lado, estavam inseridas em um regime capitalista de

produção escravista (BAITZ, 2011: 102). Isso não se confunde com o sistema moderno, porque se tratava de um contrato unilateral, e não bilateral, uma vez que no caso do sistema de sesmarias, o conjunto de direitos de propriedade não estava assegurado por uma estrutura com independência da pessoa do rei (BAITZ, 2011: 103).

Sobre esta questão da apropriação de terras, agora particularmente na relação entre a antiga cidade de São Paulo colonial e seus arredores, cabe aqui expor o caso da titulação das terras do Tijucuçu, cuja área parcialmente coincide com a do atual município de São Caetano. A origem conhecida da apropriação colonial das terras do Tijucuçu remonta ao registro do ano de 1598, tempo em que Paulo Rodrigues Sobrinho obteve de seus irmãos as sesmarias herdadas do pai, Garcia Rodrigues, "que fora vereador na vila de Santo André e novamente em São Paulo, depois de extinta aquela". Tratava-se de terras provavelmente obtidas pela família ainda no tempo de Santo André da Borda do Campo. O sociólogo José de Souza Martins afirma que esta é a única concessão andreense de terras cuja localização está perfeitamente indicada em documentos, porque foram herdadas pelo bandeirante Duarte Machado, que se casara com Joana Sobrinho, filha de Paulo Rodrigues Sobrinho (MARTINS, 1990: 12).

O Tijucuçu situava-se entre dois extremos: os campos da Mooca e o caminho novo do mar (MARTINS, 1991: 8). Sobre a correspondência entre as áreas do antigo Tijucuçu e do atual município de São Caetano do Sul[15], é importante notar que:

> (...) boa parte do antigo Tijucuçu não é abrangida pelo atual município. Por outro lado, nem toda a localidade que era conhecida como bairro de São Caetano, nos séculos XVIII e XIX, faz parte do município atual. E mais: a antiga Fazenda de São Caetano, transformada em núcleo colonial em 1877, constituiu apenas uma parte do que hoje é São Caetano (MARTINS, 1990: 4).

[15] Os atuais limites de São Caetano do Sul, definidos a partir de 1916 quando este havia se tornado Distrito de São Bernardo, abrangem "(...) parte do antigo Tijucuçu (seu lado leste), parte da antiga Fazenda de São Caetano (seu lado leste), parte do antigo bairro de São Caetano (seus lados leste e sul), parte do antigo núcleo colonial (seu lado leste) e estamos falando, também, de uma localidade que os autores locais não têm mencionado: Inhoaíba, que aí pelos meados do século XVI, era o nome que se dava à região que ficava entre o Tijucuçu e a Borda do Campo (nos dias de hoje incluiria, provavelmente, área que fica ao sul do município, adiante do cemitério da Estrada das Lágrimas, entrando por Rudge Ramos)" (MARTINS, 1991: 4).

A palavra Tijucuçu, de origem tupi, significa barreiro, identificação toponímica referente à presença da planície aluvial formada pela confluência de dois rios, atualmente denominados Tamanduateí e dos Meninos, neste local. O rio antigamente denominado Tamanduateí (correspondente ao que hoje se chama rio dos Meninos) era o nome antigo do rio que atravessava os Campos do Tijucuçu e os de Inhoaíba – terra ruim, terra de campo, em tupi. Ele desemboca no atual Tamanduateí, antigamente conhecido como Caaguaçu ("muito grande, em tupi, porque a montante da foz do atualmente chamado rio dos Meninos, o atual Tamanduateí saía do campo e entrava na região de floresta") (MARTINS, 1990: 12).

Segundo o trabalho de pesquisa de José de Souza Martins, existiu uma história social específica do Tijucuçu entre os séculos XVI e XVII, marcada pela transferência dos moradores de Santo André da Borda do Campo para São Paulo, em 1560 (já que o Tijucuçu estava a princípio no termo dessa vila quinhentista), perecendo sob efeito da agricultura itinerante e o deslocamento de grandes fazendeiros para outras regiões, caracterizada, ainda, por claros vínculos de parentesco entre seus moradores (MARTINS, 1991: 4). Há menções documentais esparsas a nomes de moradores do Tijucuçu em várias ocasiões, a mais antiga delas por volta de 1596, no Testamento de Isabel Félix, que vivia no Caminho Novo do Mar (MARTINS, 1990: 12).

> Referências documentais à população da localidade que veio a ser, mais tarde, São Caetano, ocorrem desde o século XVI. Já a 7 de dezembro de 1589 o procurador do Conselho, isto é, da Câmara da Vila de São Paulo, requeria que ´se fizesse a ponte grande que está (no) caminho do Tijucuçu´, nome que ela teve até o século XVIII (MARTINS, 1990: 12).

Trata-se, na citação acima, da Ponte da Tabatinguera (a qual terminava na rua homônima, em São Paulo, cuja denominação permanece até hoje), construída sobre o atualmente chamado rio Tamanduateí. Todos os moradores de Tijucuçu e Piqueri e os de Piratininga foram mandados ao trabalho de construir a ponte (MARTINS, 1990: 12), demonstrando, neste caso, a obrigatoriedade dos moradores em realizar obras públicas nessas terras em troca do direito de habitá-las.

Outra referência muito antiga dessa localidade é o antigo Caminho do Tijucuçu, o qual orientava-se em direção à Mooca, seguindo para leste e acompanhando o Tamanduateí e atravessando os campos do Tijucuçu, passando a seguir pela margem

direita do atual rio dos Meninos. A Câmara dizia, em 1620, que era caminho real (principal) e muito antigo. Era o caminho que, vindo do mar, passava pela antiga vila de Santo André da Borda do Campo e ia dar no lugar onde os jesuítas construíram sua capela, em 1554 (ou seja, o Caminho Velho do Mar, nome que o diferencia do Caminho Novo do Mar, que vinha da vila passando pelo Ipiranga até a divisa entre os atuais São Caetano e Rudge Ramos) (MARTINS, 1990: 12).

A apropriação das terras do Tijucuçu por particulares não excluiu por muito tempo a existência de terras comuns. O uso dessas terras relacionava-se às características fisiográficas da paisagem, aproveitadas de acordo com as atividades agrárias que ali podiam ser realizadas. Enquanto a agricultura itinerante era praticada nos capões e nas matas, as terras de campos da região eram preservadas para uso comum, constituindo, portanto, bens comunitários (MARTINS, 1991: 8).

> Só podiam ser obtidos em sesmarias e cultivados os capões e as matas. Isso porque, nessa época, praticava-se a chamada ´agricultura de roça´, um tipo de agricultura que não se fazia no campo, porque não era considerado fértil nem apropriado para a lavoura, mas em terras em que se podia derrubar a mata, fazer a queimada, cultivadas, depois, durante um certo número de anos. Na região, os campos eram reservados ao gado, criado em comum (MARTINS, 1991: 10).

Por conta dessa aparente desocupação dos campos na região do Tijucuçu, houve a interpretação histórica de que a região era despovoada antes da chegada dos imigrantes italianos (em 1877), havendo registros que mencionam "as áreas de campos desertos nas cartas de sesmarias da época", o que não era sinal de despovoamento, mas do contrário. A existência das terras comuns nos campos utilizados para pastagem era exatamente evidência de que havia povoamento de origem colonial nessas terras, havendo registros da dificuldade, na época, para os fazendeiros encontrarem terras cultiváveis (os capões de mata) no Tijucuçu, porque estes já estavam ocupados (MARTINS, 1991: 10). Foi o caso de Manoel Temudo, fazendeiro criador de gado que teve dificuldades no requerimento de sesmaria para cultivar os capões de mata nesta região: "Temudo era criador de gado e solicitara os capões para fazer roças, habilitando-se, assim, a usar os campos como pastagens" (MARTINS, 1991: 12).

A história social do Tijucuçu tomaria novo sentido a partir do século XVII, com a doação de suas terras à Ordem de São Bento, a qual se tornaria proprietária não só da fazenda de São Caetano, mas também da fazenda de São Bernardo. As fazendas beneditinas formaram-se com as doações de terra efetuadas por famílias de titulares fundiários ligadas aos antigos colonos e bandeirantes paulistas: uma doação, em 1631, do capitão Duarte Machado (o qual, conforme mencionado anteriormente em nosso trabalho, herdara as terras do Tijucuçu do sogro Paulo Rodrigues Sobrinho) e outra de Fernão Dias Paes, em 1671. Fernão Dias adquiriu suas terras em um leilão, após a morte de Manuel Temudo, dono anterior. A doação de Fernão Dias Paes foi feita para:

> (...) cumprir promessa e contrato de manutenção de capela-mor no Mosteiro de São Bento, celebrado em 1650, onde a família do doador teria jazigo, como tem até hoje. Manutenção que seria assegurada por uma renda anual de oito mil réis, posteriormente substituída pela doação das terras no Tijucuçu (MARTINS, 1991: 12).

Duarte Machado, por sua vez, também era criador de gado, além de ter sido caçador de índios. Em sua doação, além das terras do Tijucuçu, herdadas de seu sogro, Duarte Machado também transferiu à Ordem de São Bento outras sesmarias de terras as quais obtivera em seu nome no ano de 1618. Ao contrário de Manoel Temudo, Duarte Machado solicitara, nesse pedido de ampliação de suas terras, as áreas de campos, e não os capões, uma vez que capões ele já os tinha em suas sesmarias herdadas (MARTINS, 1991: 13).

Convém assinalar que a ideia de bairro, aplicada ao Tijucuçu e São Caetano, é firmada apenas no século XVIII, antes disso, falando-se apenas em Tijucuçu. Este nome perdura tempos depois das citadas doações de terras à ordem beneditina: mesmo quando já tinha sido erguida a capela de São Caetano (entre 1717 e 1720) a denominação antiga permanecia, aparecendo, em 1743, referência à mudança de nome para Fazenda de São Caetano do Tijucuçu e, depois, simplesmente Fazenda de São Caetano, quando, enfim, o padroeiro empresta o nome ao bairro (MARTINS, 1990: 13- 14).

Nesse solo encharcado e argiloso a Ordem de São Bento levantou um complexo produtivo rural ao qual correspondeu a história social específica da Fazenda de São Caetano, povoada por índios administrados e escravos negros (africanos e crioulos).

Nesta fazenda de grandes dimensões territoriais, desenvolvia-se a criação de gado proveniente dos campos de Curitiba, a agricultura e, principalmente, a produção ceramista, fabricando:

> (...) telhas, tijolos, lajotas, canaletas, que, por mais de 130 anos, nos séculos XVIII e XIX, foram utilizados em construções na cidade de São Paulo e reforma de seus edifícios, como o Palácio do Governo da Capitania, no Pátio do Colégio, o Convento de São Francisco, o Convento de Santa Teresa, o chafariz da Misericórdia, além do próprio Mosteiro de São Bento, sua Igreja e suas casas de aluguel (MARTINS, 1991: 5).

Registra-se que as telhas e tijolos produzidos na fazenda de São Caetano e utilizados na construção do mosteiro de São Bento foram embarcados por meio do rio Tamanduateí e desembarcados no Porto Geral que existia às margens do mesmo rio, na altura da vila de São Paulo. Além de se tratar de uma produção fabril voltada ao abastecimento da demanda construtiva que aparecia na cidade, esta atividade ceramista na Fazenda de São Caetano merece destaque por tratar-se de atividade desenvolvida sob um sistema de produção que já anunciava a divisão manufatureira do trabalho, incorporando tecnologia sofisticada para a época e, inclusive, chegando a impor o tempo medido pelo relógio na vida cotidiana dos moradores da fazenda.

A localização Fazenda, com sua casa-grande, suas senzalas e sua capela, teve seus contornos geográficos definidos pelos cursos d´água locais (constituindo referências naturais para seus limites), constituindo praticamente uma ilha separada por rios, ribeirões e córregos (MARTINS, 1990: 14).

> Fora desses limites, a Fazenda ainda possuía terras, mas preferiam os monges aforá-las: as terras baixas, sobretudo na várzea e nas ilhotas do rio dos Meninos, a pequenos agricultores, e as terras altas, do que é hoje bairro Barcelona (lugar denominado Ressaca no século XIX), Bairro Santa Maria e Vila Palmares (Sto. André), a carreiros e pequenos criadores, que também praticavam um pouco de agricultura (MARTINS, 1990: 14).

Há, portanto, outra história social identificada em tempos antigos nesta região, caracterizada por ser uma história social diversa, porém relacionada com a da Fazenda de São Caetano. Trata-se do chamado Bairro de São Caetano, formado por uma população caipira que, no século XVIII, concentrava-se nas áreas atualmente

compreendidas pelos bairros Barcelona, Santa Maria, Vila Palmares (em Santo André), Boa Vista, Nova Gerti, Mauá, Jardim São Caetano e São José, ou seja, nas áreas externas aos limites da fazenda. Era uma população de “brancos pobres e de mestiços de índios e brancos, dedicada à pequena agricultura, ocupante ou foreira de terras, que trabalhava principalmente com carros de bois no transporte de mercadorias” (MARTINS, 1991: 5). Ocupavam áreas de pastagens em meio aos capões de mata. Outras localidades adjacentes também eram reduto da população caipira:

> No século XVIII, o atual bairro Rudge Ramos, que se chamava Tamanduateí, começou a ser chamado de Meninos. Em meados do século XIX, a denominação de bairro do Tamanduateí alcançou toda a área que é hoje constituída pelos bairros São José, Jardim São Caetano e Mauá, em São Caetano do Sul (MARTINS, 1991: 11).

A formação dos Bairros de São Caetano e dos Meninos relaciona-se com a intensificação da movimentação no Caminho do Mar a partir do século XVIII, dada por conta do transporte de açúcar do interior para o porto de Santos. O florescimento da economia açucareira, consequentemente, da exportação de açúcar pelo porto de Santos e seus reflexos no tráfego local, repercutiram claramente na economia do lugar. Portanto, além dos monges beneditinos e dos escravos que residiam nas terras da fazenda de São Caetano, havia também esta população de foreiros caipiras que tiveram sua existência econômica ligada à prestação de serviços às tropas de burros que passavam por estas rotas de transporte de mercadorias.

Vale aqui assinalar que o bairro de São Caetano tinha algumas características particulares que o diferenciam da típica definição de bairro rural como forma de organização social dispersa.

> Mesmo no século XVIII, não se tratava de uma economia autárquica, no pleno sentido que tal expressão assumiu entre os historiadores. Seus moradores praticavam uma economia mercantil de base monetária. Só secundariamente eram agricultores autônomos. A principal atividade da maioria parece ter sido a pequena criação de gado e o trabalho como condutores de carros de boi no transporte de mercadorias. O que, provavelmente, se explica porque o bairro estava situado numa teia de caminhos que se orientavam para o vizinho Caminho do Mar (MARTINS, 1990: 18).

Além da prática dessa economia mercantil de base monetária, outro componente não característico do Bairro de São Caetano foi a sua organização "ao redor da fazenda de São Caetano, que era uma fazenda industrial, pouco comum na época". O bairro tinha também um vínculo quase formal com a administração pública: a Câmara chegou a obrigar os moradores aos trabalhos de mão-comum. E, finalmente, a função religiosa, que no bairro rural tradicional é desempenhada pelo povoado, aqui era desempenhada pela própria fazenda (MARTINS, 1990: 18).

Fazenda e bairro de São Caetano constituíam realidades sociais e econômicas distintas, apesar de ocuparem espaços contíguos. Caracterizavam-se particularmente pela presença de seus diferentes grupos humanos, dentre outros que vieram a fazer parte da história das diversas localidades as quais antecederam a formação territorial de São Caetano do Sul. "Grupos que habitaram essas localidades nos diferentes ciclos e expansão populacional da vila e, depois, cidade de São Paulo, em cujo termo localizou-se o Tijucuçu e da qual São Caetano tem sido subúrbio, assim adjetivada desde o século XVIII": os criadores de gado no Tijucuçu entre os séculos XVI e XVII, os escravos e índios administrados da Fazenda de São Caetano, bem como os brancos pobres e os mestiços do Bairro de São Caetano nos séculos XVIII e XIX e, enfim, os imigrantes italianos que viriam a formar o Núcleo Colonial de São Caetano ao último quartel do XIX (MARTINS, 1991: 4). Mesmo depois da fundação do núcleo colonial com a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos, o bairro de São Caetano continuou existindo com seus moradores antigos, registrando-se inclusive que a integração entre caipiras e imigrantes foi lenta e eventualmente conflituosa[16] (MARTINS, 1990: 14).

Em 1765, com a restauração da Capitania de São Paulo e com a nomeação do seu governador e Capitão-Geral, Morgado de Mateus, é feito o recenseamento da população do então já denominado bairro de São Caetano, com um segundo censo em 1780. O de 1765 arrolou nominalmente onze famílias e seus 37 membros (densidade demográfica proporcionalmente equivalente à do núcleo colonial de São Caetano em

[16] "Essa integração [entre o antigo Bairro de São Caetano e o Núcleo Colonial que ali passaria a existir a partir do século XIX] ganhou definição territorial apenas em 1916, com a criação do distrito de paz de São Caetano e a perda de algumas áreas para São Paulo e São Bernardo: a lei que criou o novo distrito juntou num único território o Bairro e o Núcleo. Não é antigo sublinhar que o primeiro juiz de paz veio de velha família do antigo bairro de São Caetano: José Mariano Garcia Jr." (MARTINS, 1990: 14).

1877). Mas o censo de 1765 não incluiu os moradores da Fazenda de São Caetano, em que havia, nesta época, 19 escravos, parte dos quais índios administrados (incluídos no recenseamento do mosteiro, junto com os monges, como domésticos vivendo nas Fazendas da Ordem Beneditina), com situação jurídica diferente do escravo (MARTINS, 1990: 12). A não inclusão do pessoal da fazenda no censo de 1765 revela a diferença entre a fazenda e o bairro, entre suas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais diversas.

Há que se sublinhar o fato de que estas localidades diversas entre si não se definiam por limites territoriais e administrativos, mas pelos vínculos sociais que mesclavam vizinhança (sendo vizinho não somente o morador confinante, mas aquele de quem se espera apoio na hora da doença e da morte, que partilha festas e que é potencialmente obrigado aos trabalhos de mão-comum, ao mutirão) e parentesco (MARTINS, 1990: 13).

Registra-se, com o estudo das linhas genealógicas as quais foram possíveis de se reconstituir, casamentos entre parentes e de par de irmãos com outro par de irmãos, inclusive mostrando a força do patriarcado rural, uma vez que os filhos homens permaneciam em torno do patriarca, enquanto as filhas mulheres mudavam-se após o casamento (MARTINS, 1990: 14-15). Os moradores cuja genealogia não foi reconstituída eram os mais pobres. Apesar das diferenças econômicas entre os distintos grupos domésticos, os sobrenomes da localidade se mesclam entre si. “Esse parentesco, porém, não correspondia a uma homogeneidade social e étnica da população do Bairro de São Caetano no século XVIII” (MARTINS, 1990: 15).

Dessa relação de parentesco entre indivíduos de diferentes grupos sociais, resulta a ocorrência de casos de pessoas formalmente livres, mas ao mesmo tempo tendo sua condição social sujeitada e inferiorizada, de acordo com estruturas então vigentes. Foi o caso do Mestre Marcos, feitor da Fazenda entre 1754 e 1757, que, além de cuidar de outros escravos, tinha sua própria produção agrícola, aforando, em 1762, uma ilhota no rio Tamanduateí. Sendo índio administrado, “era teoricamente livre, sujeito, no entanto, à tutela de seus amos, os monges de São Bento”. Sua situação era ambígua: nem era igual aos outros índios e escravos da fazenda, nem era considerado branco (MARTINS, 1990: 16).

As relações entre a Fazenda e o Bairro de São Caetano estiveram, portanto, determinadas por estas distintas condições sociais de seus moradores. Destacam-se nestas relações entre Fazenda e Bairro, em primeiro lugar, o estabelecimento de vínculos de natureza religiosa entre os moradores e as respectivas capelas, relacionamento que era “variado e dependia claramente da condição social de cada um”: escravos e povo, presentes às celebrações, eram, todavia, diferentes entre si, portanto, tinham papéis diferentes também nessas ocasiões. A centralidade religiosa para esta população estabelecia-se na antiga capela de São Caetano, no interior da Fazenda.

A capela original foi construída entre 1717 e 1720, no local onde hoje se encontra a Matriz Velha de São Caetano. Inicialmente consistindo em uma pequena igreja rural, nela celebravam-se missas todos os domingos. “Sofreu ampla e delicada reforma entre 1769 e 1784, quando também houve uma reforma da casa-grande” da Fazenda de São Caetano. “Uma segunda reforma ocorreu entre 1817 e 1828, quando foi totalmente reedificada” (MARTINS, 1992: 55). “A reforma e ampliação realizada no século XVIII fez da Capela de São Caetano uma obra de arte”: contando inclusive com a contribuição de projetos do engenheiro e militar José Custódio de Sá e Faria (autor do projeto para o frontispício desta obra), a Capela de São Caetano pode ser considerada, por sua arquitetura e pelo acervo de imagens religiosas na época, um exemplar da arte barroca numa fazenda de um subúrbio paulistano (MARTINS, 1992: 57).

Não obstante a distinção entre lugar do trabalho e do lugar do mandar que aparecia na relação entre São Paulo e a fazenda de São Caetano, caracterizando a origem da relação entre a cidade e seus subúrbios, a fazenda beneditina foi lugar que comportou a obra, a monumentalidade e o estilo. “Os beneditinos, tanto em São Caetano quanto em São Bernardo, procuraram fazer de sua presença uma presença missionária permanente e, num certo sentido, civilizadora, ainda que de estilo monástico” (MARTINS, 1990: 16).

Mas, além da relação estabelecida entre a Fazenda e o Bairro de São Caetano por conta da centralidade religiosa da Capela acima referida, outro fator fundamental definia a relação entre os dois espaços sociais em questão: os moradores do Bairro de São Caetano eram foreiros dos monges beneditinos, portanto, habitavam e tinham o domínio útil sobre porções das terras formalmente pertencentes à Ordem de São

Bento. Entretanto, o pagamento do foro para a Ordem de São Bento era quase simbólico. “Em 1797, dizia-se que um foreiro de S. Caetano pagava anualmente oitocentos réis de renda. Vinte anos antes, só com o vinho para celebração das missas em S. Caetano, o mosteiro gastava cem réis semanais” (MARTINS, 1990: 17).

Há evidências de que foreiros tinham obrigações para com os titulares da terra, como a de dar abrigo a monges que estavam de passagem e a de zelar pelo gado do mosteiro, sendo ainda, proibidos de cortar madeira de lei (bem como eram obrigados a denunciar quem o fizesse) (MARTINS, 1990: 18).

Neste movimento de apropriação da terra dado na relação entre a Ordem de São Bento, titular da Fazenda, e os caipiras foreiros habitantes do Bairro, seus ocupantes, registra-se que algumas destas famílias, posteriormente, chegaram a tornar-se proprietárias por direito das terras por elas aforadas à referida ordem religiosa:

> Muitos desses vizinhos eram foreiros da Ordem de São Bento, na complicada relação jurídica de quem pagava e de quem recebia foro de terras naquela época: era lícito ao foreiro construir benfeitorias na terra aforada, das quais se tornava legítimo proprietário. Podia, assim, ocorrer compra e venda de bens imóveis em terras alheias, sem que na transação a própria terra estivesse envolvida, mediante simples pagamento de laudêmio ao dono do terreno. A Lei de Terras, de 1850, abriu caminho para que os dois direitos coincidissem, o da terra e o da benfeitoria. O que levaria, em 1856, muitos foreiros de São Caetano e, mais ainda, de São Bernardo, a fazerem o registro paroquial de terras, aparentemente dos beneditinos, em seu próprio nome (MARTINS, 1990: 16).

Constam, inclusive, casos de transferência do domínio útil ou de mudança de sítio por parte dos foreiros no tempo da existência da Fazenda e do Bairro de São Caetano:

> Às vezes, os foreiros mudavam de terreno no interior da fazenda, aforando terras pegadas ao sítio anteriormente alugado. Outras vezes o mesmo sítio aparece sucessivamente aforado a diferentes pessoas (...). Em outros casos, os foreiros deixavam o aforamento em herança, tendo os herdeiros direito de preferência na continuidade do arrendamento (MARTINS, 1990: 17).

Nestas observações sobre as relações apropriação da terra dadas no contexto da coexistência da Fazenda de São Caetano e do bairro de São Caetano aparecem

indícios de que já se desenhava, a partir de meados do século XVIII, uma inversão na forma de apropriação da terra (e do seu sentido na reprodução social). Esse caso da apropriação das terras tituladas à Ordem de São Bento por parte de seus foreiros já esboçava um novo sentido possível da apropriação da terra, uma forma privada de apropriação. Uma carta de concessão feita ainda no século XVII indicava:

> (...) uma substancial mudança de mentalidade a respeito do uso de terra. Já não estavam sujeitos à apropriação de particulares apenas os capões de mata para agricultura, mas toda a terra que estivesse dentro de um perímetro claramente descrito. Os campos, que no século XVI eram de uso comum, passaram, no século XVIII, a fazer parte das sesmarias demarcadas, pertencentes a particulares (...). Portanto, começa a aparecer a concepção de propriedade no seu sentido moderno (MARTINS, 1991: 11).

Mas além do aforamento de terras e do pagamento de laudêmios no Bairro de São Caetano, dados em um contexto colonial e escravista, mas apresentando características cada vez mais próximas do modo de apropriação fundiário identificado com a propriedade moderna da terra, havia, ainda, entre esses habitantes do bairro e os monges do Mosteiro, uma relação comercial e até mesmo financeira. Os monges compravam parte da produção dos foreiros, numa relação comercial que tinha, contudo, suas peculiaridades, as quais a afastavam da típica contratualidade nela suposta (MARTINS, 1990: 18). “O Mosteiro também emprestava dinheiro a juros aos vizinhos da Fazenda, sob fiança ou sob hipoteca”, procurando os beneditinos “ter garantias reais, hipotecárias, para seus empréstimos”, mas também o fazendo com o objetivo de que os foreiros usassem o dinheiro emprestado para incorporar benfeitorias às terras de patrimônio da Fazenda, sendo esses empréstimos “claramente orientados por sua equivalência com o preço provável dos sítios dos que pediam dinheiro” (MARTINS, 1990: 17). Os monges de São Bento também eventualmente cediam nome a empréstimos (agiam como fiadores), embora o fizessem sem cobrar em troca, numa relação de favor (MARTINS, 1990: 18).

Sujeito a uma criteriosa disciplina econômica, surge entre a Fazenda de São Caetano e seus vizinhos um relacionamento regular, formalmente orientado por critérios contratuais e racionais, “mas cheio de ambiguidades decorrentes do seu contexto extra-econômico: a dependência pessoal dos administrados, a escravidão dos

negros e o caráter rentista do vínculo com muitas famílias do lugar" (MARTINS, 1990: 18).

Mas, das atividades econômicas desenvolvidas na Fazenda de São Caetano, nenhuma delas tinha tanta importância para as contas do Mosteiro quanto a produção ceramista realizada em seus fornos:

> (...) nas contas do Mosteiro, a quantia proveniente o aforamento de terras era ínfima: durante 47 anos, de 1871 a 1828, os foros arrecadados pelo Mosteiro alcançaram tão somente 2,4% do total dos vários rendimentos obtidos no período. De fato, a principal fonte de recursos dos beneditinos estava na comercialização dos produtos da fábrica de telhas, tijolos e louças da Fazenda de São Caetano (MARTINS, 1990: 17).

Enfim, conforme já assinalamos, na fazenda beneditina, embora muitas atividades eram organizadas de modo a garantir diretamente a satisfação das necessidades dos seus habitantes, produzia-se fundamentalmente um material de construção que era utilizado na cidade para a produção de sua monumentalidade, para a perpetuação da obra. O rio Tamanduateí, via natural de comunicação entre a Fazenda de São Caetano e São Paulo, tinha então uma estrutura portuária que era exatamente o produto encravado no território da divisão do trabalho entre a cidade e seu subúrbio. As próprias condições de navegabilidade do rio Tamanduateí não tardaram em deteriora-se. Por causa da devastação dos capões de mata ao longo do rio dos Meninos (registradas já em 1764), da incorporação das águas deste rio à rotina econômica da fazenda de São Caetano e da abertura de um canal que funcionou como dreno na mesma Fazenda, o antigo Tamanduateí (Meninos) teve o nível de suas águas reduzido em relação ao Caaguaçu (atual Tamanduateí), mudanças que vieram a revelar que o atual rio dos Meninos é o afluente do Tamanduateí, e não o contrário, como se pensava na época (MARTINS, 1990: 12).

A relação com a propriedade da terra, no caso aqui observado, começava a dar indícios, mesmo dentro de um sistema ainda colonial e escravista, de que a relação entre campo e cidade tenderia a uma inversão: não se trataria mais agora de um meio agrário no qual abundava terra e do qual a cidade era mera expressão jurídica e administrativa, mas de um modo cada vez cada vez mais particular e, portanto, excludente de apropriação da terra combinado à emergência de uma centralidade, a

da cidade de São Paulo, cuja dinâmica econômica, bem como o dispêndio com a obra e a monumentalidade, passariam a verticalmente definir e demandar a produção dos seus campos circundantes.

Diante dessa nova forma de relação entre a cidade e as fazendas como a dos monges beneditinos (e dessa com o bairro), começa a ser usada a expressão *subúrbio* em documentos oficiais: ”em 1798, uma nota à margem da lista oficial de escravos da Fazenda de São Caetano dizia que o mosteiro de São Bento ´tem terra nesta cidade, bairro de São Caetano, no subúrbio...´” (MARTINS, 1991: 15).

> A noção de subúrbio surge e se dissemina em clara relação com o desenvolvimento urbano de São Paulo. Começa a aparecer algum tempo depois da antiga vila ter sido elevada a cidade, o que aconteceu em 1711. Até então a vila era apenas uma extensão da roça, das fazendas e sítios em que os habitantes de fato viviam. A cidade não era um lugar de moradia permanente de grande número de habitantes (MARTINS, 2001: 75).

Nesta relação da cidade com seus subúrbios, esboça-se a primeira divisão do trabalho efetiva entre São Paulo e seu entorno.

> (...) até o início do século XX, o subúrbio era constituído de toda a região agrícola tributária da cidade de São Paulo. Quando foi desmembrada de São Paulo, em 1889, a vila de São Bernardo era basicamente um núcleo rural e assim se conservou durante muito tempo (...). Essa vocação suburbana e tributária já se havia manifestado quando os monges de São Bento mandaram construir, em 1730, o primeiro de três fornos de sua fábrica de telhas, tijolos e louças vidradas na Fazenda de São Caetano (MARTINS, 2001: 28).

Existem questionamentos de natureza teórica sobre a proposta de José de Souza Martins em pensar a urbanização de São Paulo a partir do subúrbio, tendo São Paulo como um fenômeno que se estabelece do subúrbio para o centro. Para estes autores críticos da noção de subúrbio, esta deve ter uma conotação que pressuponha o seu oposto, qual seja, o centro. Considerando que as atividades econômicas no mundo colonial baseavam-se nos aldeamentos, portanto no meio agrário, sendo a cidade apenas sua expressão jurídica, “não seria mais conveniente compreendermos a cidade e o urbano como periferias?” (ALFREDO, 2003: 111).

Argumentamos, no sentido contrário ao exposto por ALFREDO (2003), que, a partir de meados do século XVIII, passou a se estabelecer outra dinâmica da cidade (já em sua constituição, como tal) com relação seus arredores, a qual se revela exatamente pela emergência do subúrbio e de sua vocação tributária para com a cidade. Os aldeamentos paulistas e seu mundo agrário, que foram centrais na vida social paulista até meados do século XVIII, estavam já decadentes tanto demograficamente quanto em suas funções, a partir desse período. Entre este tempo e a metade do século XIX, São Paulo passa a ser o grande entroncamento da produção que se dava no interior antes da descida para o porto de Santos. Em seu entorno, começa a se formar, nesta época, o seu "cinturão caipira" (PETRONE, 1995), o qual, de modo todavia intermitente, já tinha o papel suburbano de abastecer a cidade de São Paulo com carvão e lenha, gêneros agrícolas e materiais de construção.

Esse tempo é um ínterim entre a cidade São Paulo colonial e a cidade de São Paulo moderna, revelando a superação da primeira para a constituição da última. Nesse tempo, ainda não havia sido editada a Lei de Terras, mas o todo o interior canavieiro e cafeeiro passou a ser ocupado já conforme uma lógica (embrionária) da propriedade privada (com a abertura de novas terras agrícolas), assim como o próprio núcleo urbano e as áreas suburbanas também conheceram um avanço na apropriação de terras e na sua transação (houve um período de indefinição na legislação antes da lei de terras, o que permitiu o avanço da grilagem). Com essa apropriação de terras indicando uma superação do sesmarialismo e, com isso, a própria emergência da terra como bem de entesouramento, o papel de São Paulo na organização do espaço agrário parece começar a se inverter.

> O reconhecimento de São Paulo como cidade teve a ver com a difusão de atividades propriamente urbanas e a ampliação do núcleo estável do número dos moradores urbanos. Em decorrência, a cidade começa a deixar de ser apêndice do campo e o campo começa a se tornar apêndice da cidade. É o momento do surgimento e difusão da noção de subúrbio, o que de algum modo coincide com a restauração da Capitania de São Paulo e o estabelecimento de um capitão-general residente na cidade. São Paulo tornou-se, assim, capital da então extensa capitania, residência de um representante da Corôa e presença do poder central e monárquico em face do poder municipal e republicano da Câmara (MARTINS, 2001: 25).

O caráter “simbólico” da cidade de São Paulo, nesse contexto, começa a demandar a obra, a monumentalidade. Não é por acaso que, no tempo em que São Paulo floresce como cidade, entre fins do XVIII e ao longo de todo o XIX, surge nos documentos oficiais a noção de subúrbio.

Diante dessa nova centralidade urbana, aparecem os elementos de constituição das localidades suburbanas, externas à cidade, mas que com a cidade têm sua existência relacionada. Na hierarquia dos poderes que neste tempo se estabelece entre cidade e seus subúrbio, conforma-se igualmente uma hierarquia dos espaços e da estrutura urbana, apontando para a metrópole embrionária, germe da metrópole. O subúrbio foi uma definição classificatória decorrente da mentalidade em transformação e modernização, relacionando-se esta definição ao próprio estilo barroco e sua concepção da vida estamentalmente ordenadora das diferenças, das desigualdades.

> “A designação “subúrbio” nos fala de uma nova concepção do espaço que nele vê as variações de um estilo, de uma vida com estilo, da vida vivida, de certo modo, como obra de arte, preocupada com os adornos e os detalhes, a beleza do insignificante. Ainda que no agudo contraste desses adornos da realidade branca com a servidão dos índios administrados e a escravidão dos negros. (...) A noção de subúrbio suaviza as descontinuidades bruscas da espacialidade que a nova realidade do poder colonial acentua, num momento em que a tradição começa a ser invadida e ameaçada pela razão. (...) A consciência de uma realidade espacial intermediária entre a cidade e o campo, limiar e híbrida e sem sentido porque indefinida, se manifesta na categoria subúrbio e, por meio dela, na estética dos significados de um mundo feito de extremos e desencontros...” (MARTINS, 2001: 77).

Tais mudanças de mentalidade (e de necessidades sociais e estéticas) processadas nesta época também mudam a espacialidade das velhas fazendas, por exemplo, as já citadas amplas e refinadas reformas que os monges de São Bento mandaram nessa época fazer no Mosteiro e nas sedes de suas fazendas em São Caetano e São Bernardo.

> As casas e capelas deixam de ter funções de mera utilidade para agregar funções de bem estar e de prazer estético. Contaminadas, porém, pelas novas concepções das Luzes, que se esboçam nessa quadra da história europeia e, conflitiva e fragmentariamente, chegam até aqui, até mesmo ao subúrbio (MARTINS, 2001: 28).

Para José de Souza Martins, o estilo barroco presente até na vida suburbana em sua gestação parece “conciliar os contrários, estetizar o conflito, até mesmo o conflito social, no encaracolado das concepções e das formas”. Sob esta nova maneira de ver o mundo (e, simultaneamente de se embaçar a visão de mundo), a cidade torna-se um centro de poder, com um representante do poder absoluto confirmando o império e a monarquia.

A nosso ver, a gênese da centralidade de São Paulo já se dá a partir de meados do século XVIII, não exatamente por conta do aparecimento dos engenhos açucareiros no interior de São Paulo (caracterizados ainda por serem grandes fazendas monocultoras produzindo com base no trabalho escravo), mas, sobretudo, porque essa inserção das terras paulistas na economia de base agroexportadora ocorreu em uma época na qual o Brasil já se defrontava com o novo contexto da modernização, a qual se ainda processava somente na Europa, mas que repercutia mundialmente na medida em que anunciava o aparecimento de outra ordem social e econômica, cuja tendência era exatamente a de se generalizar para além da própria Europa. Transformações importantes estariam por se processar no Brasil e, especialmente em São Paulo, tendo já sido anunciadas pela emergência da relação entre a cidade e seus subúrbios.

Capítulo 2 – Trabalho livre e propriedade privada da terra no Núcleo Colonial de São Caetano

O século XIX foi um período de intensas transformações no modo como se dava a reprodução das relações sociais no Brasil. Com o desenvolvimento da economia cafeeira no interior de São Paulo, a capital torna-se um centro de negociações dessa produção, de administração desse novo negócio do setor primário exportador (sobre o qual o a economia brasileira se sustentou ao longo desse período). Uma série de transformações, que se desenham a partir da crise do trabalho escravo e culminam com a transformação da terra em novo bem de entesouramento, se anunciam nesta fase de metropolização de São Paulo, que também é uma fase de aprofundamento da divisão do trabalho entre esta capital e seus arredores rurais.

A economia cafeeira desenvolveu-se a partir do início do século XIX a partir do Vale do Paraíba, tendo ao longo desse século se expandido principalmente pelo interior de São Paulo por meio da formação de novas fazendas cafeicultoras, ou seja, no movimento de avanço da chamada frente pioneira, estudada por MONBEIG (1984). A cafeicultura se deu com base fundamentalmente no trabalho escravo (posteriormente substituído pelo trabalho em regime de colonato do imigrante) e no grande latifúndio monocultor, produzindo uma mercadoria voltada à exportação, tornando-se rapidamente uma atividade que se destaca por gerar um impulso econômico até então desconhecido em terras paulistas, constituindo um período de intenso acúmulo de capital e terras nas mãos da oligarquia agrária paulista.

Segundo MONBEIG (1984), o movimento de expansão da cafeicultura "foi o simples prosseguimento de uma progressão que, principiada na região montanhosa do Estado do Rio de Janeiro, continuara pelo chamado 'Norte', o vale do Paraíba, e tinha ganhado a região de Campinas". As plantações, nesta última área, então conhecida como o Oeste de São Paulo, "eliminaram lenta, porém seguramente a agricultura tradicional e a cana-de-açúcar" (MONBEIG, 1984: 95). Ou seja, nessa região da depressão periférica paulista, as antigas formas de ocupação da terra seriam suplantadas pelo movimento de formação das fazendas de café, enquanto, ao avançar

mais em direção ao sertão, passou a ser necessário desmatar vastas áreas de florestas para formar cafezais.

Nos primeiros momentos do desenvolvimento da lavoura cafeeira, o trabalho escravo, no qual se baseou a fase inicial da cafeicultura em São Paulo, em especial a escravidão negra, era menos representativa do que em outras regiões do Brasil colonial. “São Paulo, cujas culturas de cana jamais tinham sido comparáveis às de Pernambuco ou da Bahia, possuía estoque servil muito limitado” (MONBEIG, 1984: 101). Com base nos dados do recenseamento de 1872, Monbeig mostra que a “população de escravos era mais elevada nos velhos centros cafeeiros”, como Bananal, Barreiros e Areias. “Nos centros de cultura de cana-de-açúcar, a porcentagem não ia além de 32%, como em Itu, ou 20% como em Porto Feliz” (MONBEIG, 1984: 101-102). Nas novas áreas produtoras de café a esta época, como Araras e Atibaia, a proporção de negros era ainda menor. “(...) a política antiescravista se precisava; restringia-se cada vez mais o comércio de negros e o problema da mão-de-obra começava a preocupar os fazendeiros” (MONBEIG, 1984: 100).

A partir do século XIX, começa a haver em São Paulo um crescimento numérico da população. Registra-se que eram muito reduzidas as dimensões da cidade de São Paulo ao longo de todo o século XIX: em “1810 a parte compacta da cidade ainda se restringia à extremidade do esporão que constitui o interflúvio Tamanduateí-Anhangabaú, e que corresponde à parte antiga do atual centro paulistano” (LANGENBUCH, 1968: 12).

Ainda no terceiro quartel do século XIX, registra-se que São Paulo era pouco populosa (havia algo na faixa de 30.000 habitantes), sendo igualmente reduzida a extensão da cidade na época. Denominavam-se chácaras as terras que circundavam imediatamente a cidade (Pari, Brás, Mooca, Cambuci, Vila Mariana, Santa Cecília, Barra Funda e Bom Retiro). A cidade de São Paulo era circundada por um cinturão de chácaras, em algumas das quais residiam “paulistanos ilustres”. Destacam-se três aspectos dessas chácaras: seu caráter residencial, sua beleza paisagística e a importância das árvores frutíferas. Revelavam, inicialmente, uma preocupação com o abastecimento das famílias de aristocratas residentes nessas chácaras, mas a finalidade comercial não estava completamente ausente; “pode-se afirmar que as chácaras formavam um cinturão de características funcionalmente suburbanas em

torno de São Paulo" (LANGENBUCH, 1968: 15). Desde meados do século XVIII já se verificava o desmembramento de algumas chácaras em favor da expansão urbana. No Brás, além de elegantes casas de campo verificavam-se alguns casebres e ranchos "menos aristocráticos".

Externamente ao "cinturão de chácaras", apareciam as terras com o título de sítio e fazenda, muitas delas pertencendo igualmente a pessoas residentes em São Paulo (nessas terras, era primordial a função agropecuária) (LANGENBUCH, 1968).

Portanto, LANGENBUCH (1968) divide os arredores de São Paulo em duas faixas concêntricas: o cinturão de chácaras, organizado pela cidade e para a cidade (com propriedades menores, função residencial e secundariamente a da produção frutícola), cemitérios, hospitais, depósito de pólvora, e o cinturão caipira, caracterizado pela produção agrícola de subsistência, extrativa e pelo artesanato; afirma-se que este cinturão não era inteiramente organizado em função de São Paulo, dada a importância da "agricultura de subsistência", das áreas incultas e do papel polarizador de alguns núcleos caipiras, apesar das importantes atividades de abastecimento da capital que ali começavam a se instalar (além da função religiosa e de recreação) (LANGENBUCH, 1968: 97).

Além de chácaras, sítios, fazendas, terras de ordem religiosa e lotes coloniais, havia ainda grandes extensões de terras devolutas (em 1890, são contados 1.000 requerimentos para sua concessão). A propriedade fundiária nem sempre era bem definida e delimitada: havia posseiros, "intrusos" que se estabeleciam tanto em terras dos antigos aldeamentos quanto em terras devolutas. A situação fundiária indefinida somava-se à prática da agricultura itinerante, a "roça", largamente empregada nos aldeamentos, e continuada muito tempo depois.

> É de se supor que os indígenas continuassem a proceder assim ao longo da época que ora nos interessa, enquanto dispusessem de terra para fazê-lo. Os índios aldeados aliás mais nada faziam do que seguir o sistema de cultura tradicional de seus ancestrais, sistema esse assimilado pelo colonizador europeu, e que continuaria sua existência grandemente em função dos mestiços de ambas as raças (LANGENBUCH, 1968: 21).

Em 1836, fora a cidade de São Paulo, havia quatro vilas, seis freguesias, três capelas curadas. Santo Amaro era uma das vilas; Itapecerica e M'Boy eram Capelas

Curadas. Havia ainda uma série de localidades sem predicamento oficial, ou seja, bairros rurais; alguns deles viriam dar nome a cidades (como Embu e São Lourenço da Serra) ou bairros, como a Mooca e o Ipiranga (LANGENBUCH, 1968: 54).

Destaca-se, nos aglomerados dos arredores de São Paulo, esta época, a “prestação de serviços à circulação”, por exemplo, o “comércio e aluguel de animais de carga ou de montaria, hospedagem de viajantes compreendendo pernoite, alimentação e fornecimento de víveres, engajamento da população urbana como tropeiros” (LANGENBUCH, 1968: 62-3). Destacava-se também a função religiosa dos aglomerados. Além disso, as autoridades civis exerciam suas funções nos aglomerados, ainda que neles não residissem, encerrando a função político administrativa das vilas.

Nesse contexto dos primeiros anos de aceleração do crescimento da cidade de São Paulo, ganha importância o escravo negro a partir desse crescimento inicial da economia cafeeira. As relações sociais na vila de São Paulo davam-se envolvendo fundamentalmente o trabalho compulsório: tratava-se da renda capitalizada escravista em São Paulo (SUZUKI, 2004). Apesar da variedade que conformava os escravos no trabalho de edificação – negros braçais, escravos de eito, negros de ganho, escravos domésticos – Paulo César Xavier Pereira trata, no geral, do “escravo assalariado”, como modo de prenunciar as alterações em curso nas relações capitalistas no Brasil. Chama-se a atenção para o fato de que o escravo assalariado deveria trabalhar de modo o mais intenso possível a fim de restituir rapidamente, por meio do seu aluguel, o investimento feito em sua compra. O escravo, desse modo, possibilitava “um rendimento de capital como juros do investimento feito pelo proprietário na sua aquisição e treinamento” (PEREIRA, 1990: 1.2/6). Conclui-se que o pagamento pelo trabalho do escravo de aluguel era um “processo de proletarização embrionário” alavancado com a crise da escravidão, portanto, concomitante com a chegada das primeiras levas de imigrantes.

A partir da segunda metade do século XIX começará a ser implantada a política imigrantista no Brasil, ganhando maior impulso a imigração europeia para substituir os escravos na lavoura do café. Trata-se de um novo momento da política imigratória no Brasil: com o país às vésperas da Proclamação da República, o trabalhador estrangeiro passa a ser massivamente convocado para movimentar a máquina agrária da economia paulista exportadora. “A implantação da estratégia de suprir a grande lavoura com o braço imigrante

implicava numa requalificação do discurso sobre o lugar do europeu branco na sociedade: ao invés de pequeno produtor independente, braço para a grande lavoura", ou seja, ocorre uma mudança da imigração colonizadora (a qual, contudo, ainda viria a acontecer, como mostraremos no caso no Núcleo Colonial de São Caetano) à imigração-trabalho (VAINER, 2000: 18). Todavia, não como trabalhador assalariado, mas dentro de uma relação de trabalho específica, o colonato (nem feudal, nem capitalista, como descreve MARTINS, 1979).

A partir da segunda metade do século XIX começará a ser implantada a política imigrantista no Brasil, ganhando maior impulso a imigração europeia para substituir os escravos na lavoura do café. Trata-se de um novo momento da política imigratória no Brasil: com o país às vésperas da Proclamação da República, o trabalhador estrangeiro passa a ser massivamente convocado para movimentar a máquina agrária da economia paulista exportadora. "A implantação da estratégia de suprir a grande lavoura com o braço imigrante implicava numa requalificação do discurso sobre o lugar do europeu branco na sociedade: ao invés de pequeno produtor independente, braço para a grande lavoura", ou seja, ocorre uma mudança da imigração colonizadora (conforme trataremos mais detidamente a seguir, ao abordar o caso no Núcleo Colonial de São Caetano) à imigração-trabalho (VAINER, 2000: 18). Todavia, não como trabalhador assalariado, mas dentro de uma relação de trabalho específica, o colonato (nem feudal, nem capitalista, como descreve MARTINS,1979).

"Os plantadores das regiões novas foram naturalmente os primeiros a tomar a iniciativa de recorrer aos trabalhadores livres" (MONBEIG, 1984: 103). O apoio dos poderes públicos foi decisivo para essa a efetivação da imigração estrangeira para trabalhar nas lavouras de café.

> O governo imperial concordara em adiantar somas destinadas ao pagamento dos gastos de viagem dos imigrantes (...). Devia o Senador Vergueiro [fazendeiro], por sua parte, cobrar dos colonos o reembolso progressivo das despesas da viagem que ele a seguir transferia ao governo. De ora em diante, o apoio oficial à imigração consistiu principalmente em facilidades concedidas à travessia (MONBEIG, 1984: 103).

Essa política de subsídio do governo imperial à imigração estrangeira fundamentou impulsionou a "marcha pioneira" das grandes fazendas cafeicultoras, nos planaltos ocidentais. Monbeig também menciona que alguns fazendeiros participaram diretamente da organização da imigração. "Os mesmos homens que se

agrupavam para fundar companhias de estradas de ferro associavam-se para recrutar seus operários imigrantes" (MONBEIG, 1984: 103).

O lento processo de abolição da escravidão no Brasil, segundo MARTINS (1979), requereu, antes, o "aprisionamento" da terra como mercadoria pelo capital. Foi uma manobra imprescindível para que o capital pudesse deixar de subordinar diretamente a pessoa mesma do trabalhador, no caso o negro cativo, e passasse a subordinar apenas o trabalho que se dava na terra. Importava, nesse contexto, tanto a garantia de monopólio de classe sobre a terra quanto a garantia de oferta de força-de-trabalho à lavoura cafeeira.

A terra, como mercadoria e bem pessoal de que se pode auferir renda, no qual se pode investir dinheiro cobrando um retorno de quem nela venha a produzir e, inclusive, sendo ainda possível nada produzir nela e somente esperar o aumento do preço desse bem, tornou-se reserva de valor e de patrimônio, fato derivado do processo histórico que levou o Brasil a ter sido contemplado com uma das estruturas fundiárias mais concentracionistas e injustas do mundo. A terra passaria, enfim, a ser o principal instrumento de produção do capital no Brasil. Daí o autor falar de um capitalismo de tipo rentista no Brasil: o comum na estrutura fundiária brasileira é que o proprietário e o burguês sejam personificados numa só pessoa, e não o contrário, como aconteceu nas nações capitalistas de formação mais antiga na Europa. O capitalismo é rentista no Brasil, porque o desenvolvimento do capital se fez colado à propriedade da terra, e está no centro da constituição da nossa sociedade (MARTINS, 1994).

Novas formas de produção e apropriação do espaço urbano seriam criadas a partir de então, relacionando-se com o fim da escravidão no Brasil, isto é, com "a superação das condições determinadas pelo uso predominante do trabalho escravo como principal elemento de produção e de expressão da riqueza colonial" (PEREIRA, 1988: 57).

Uma vez que, no bojo das transformações que ocorriam no Brasil ao final do século XIX, estava o aparecimento da terra como elemento de entesouramento ao invés do escravo, tornou-se crescente a importância da propriedade imóvel destinada à produção para o mercado. "A utilização do trabalho livre configurava novas relações em que a apropriação do excedente era assegurada pela propriedade da terra e não mais pela propriedade da capacidade de trabalho" (PEREIRA, 1988: 59). Cria-se "a

possibilidade de desenvolvimento do mercado imobiliário e o deslocamento de capital-dinheiro gasto pelo fazendeiro na compra do escravo para a compra de terras" (PEREIRA, 1988: p. 64).

No século XIX começa a haver uma disputa pela propriedade da terra na cidade com vistas a sua comercialização. A terra começara já a assumir funções econômicas, que se expressam no seu preço como equivalente geral de riqueza. Enfim, a absolutização da terra estava se constituindo *antes* da própria Lei de Terras: SUZUKI (2004) critica a posição segundo a qual a Lei de 1850 deu início à absolutização da propriedade privada da terra, mostrando que em São Paulo já se processavam significativamente os negócios com terras antes mesmo da Lei de Terras, sendo esta apenas uma formalização jurídica de uma realidade já conformada na transição da renda capitalizada escravista em renda capitalizada da terra. Vale ainda mencionar, todavia, que a concessão e a doação continuam até depois da República.

Nesta metamorfose da propriedade, que transitou do escravo para a terra, emergiu, a forma de produção de moradia por encomenda como modo de se edificar a cidade, visto que o interesse pela propriedade passou a se situar "sobretudo na construção de casas com a finalidade de aluga-las, comprometendo o interesse pela propriedade de escravos". Torna-se, assim, mais interessante, a obtenção de rendas provenientes da propriedade imobiliária (PEREIRA, 1990: 1.2/22).

Tais mudanças inseriam-se num contexto em que a cidade de São Paulo, enquanto centro de negociações da produção cafeeira, passaria a concentrar capitais e a se urbanizar. A produção do café (por meio de relações não especificamente capitalistas de trabalho) e, sobretudo, a contínua formação de novos cafezais eram sem dúvida negócios lucrativos para os fazendeiros; contudo, a concentração da riqueza gerada nesse processo ocorreu fundamentalmente nas mãos do capital comercial e financeiro sediado em São Paulo. Esse desenvolvimento das forças produtivas no campo não poderia se processar sem que, contraditoriamente, houvesse essa centralidade, agora não mais com a função de expressão político-religiosa da produção realizada fundamentalmente no meio agrário circundante, mas, sobretudo, encarregada da administração da economia cafeeira processada no interior do Estado e de sua relação com o mercado externo. Ocorrerá, assim, um movimento de drenagem da renda capitalizada da terra para a produção do espaço urbano em São

Paulo, verificado inicialmente com a chegada da rede ferroviária da qual a cidade era o principal entroncamento. São Paulo, de uma vila economicamente pouco importante passa, no período da cafeicultura, a concentrar capitais e urbanizar-se.

> A cidade, *locus* privilegiado de localização das bolsas de valores, de concentração da atividade comercial, passa, então, a concentrar e materializar as condições gerais de produção e de consumo das atividades urbanas e agrárias. Em uma situação muito distinta da que encontrávamos quando havia quase que completa autonomia das fazendas no que concerne à produção da riqueza (SUZUKI, 2007: 138).

Um dos fundamentais fatores de migração dos capitais da cafeicultura para a produção do espaço na cidade de São Paulo, engendrando sua modernização, foi a construção da ferrovia Santos-Jundiaí, por conta da necessidade dos cafeicultores de acelerar o transporte do produto de regiões cada vez mais distantes do interior de São Paulo em relação ao porto de Santos, local de onde o café era embarcado para a venda na Europa, além de que o próprio Porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente.

> Isso se vê na participação dos fazendeiros em sociedades ferroviárias, ao redor de 1870. Tornava-se urgente a construção de estradas de ferro. À medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente. (...) Era necessário, portanto, uma ferrovia que unisse Santos a Jundiaí, além dos últimos escarpamentos. (...) A construção dessa via férrea foi confiada a uma sociedade inglesa, que inaugurou o tráfego em 1867, quando já cabia projetar em prolongar a linha (MONBEIG, 1984: 98).

Dessa última obra encarregaram-se os fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. “Obtiveram eles que os ingleses renunciassem ao privilégio que anteriormente lhes havia outorgado para estender sua linha até Rio Claro”. Formou-se, então, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em fins de 1868. “654 acionistas haviam subscrito as 25.000 ações de 200$000 cada uma, perfazendo um capital de 5.000 contos de réis. A maior parte eram fazendeiros, muitos dos quais pertenceram à recente nobreza imperial” (MONBEIG, 1984: 98). A partir de 1875, “escalaram

fazendeiros e cafeeiros o escarpamento de basaltos e arenitos, indo instalar-se nas manchas de terra roxa dos planaltos" (MONBEIG, 1984: 95).

Último entroncamento dessa malha ferroviária antes dos trilhos seguirem por uma única via à estação de Paranapiacaba e, do Alto da Serra, para o porto de Santos, a cidade de São Paulo, começa a ganhar a função de centro de administração dos negócios com o café. Alguns fazendeiros, por meio das relações de negócio, estavam em contato com o mundo europeu; estavam, pois, "a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, da França, da Itália e da Alemanha". Inspiravam-se em ideias e nos progressos da rede ferroviária e da indústria europeia. Imitar esses exemplos, "associando-se aos europeus que vinham para o Brasil, impunha-se a esses proprietários-negociantes, ao mesmo tempo como dever nacional e como excelente ocasião de consolidar suas fortunas" (MONBEIG, 1984: 96-7).

É no contexto histórico de constituição da propriedade privada da terra no Brasil que se dá o crescimento e ordenamento da cidade de São Paulo (SUZUKI, 2004). Ocorreu "desde muito cedo uma atuação programada sobre o mercado de terras na cidade quando a burguesia foi deixando de habitar o centro de negócios para habitar novos bairros" imediatamente no entorno da cidade, passando a se ampliar o retalhamento das chácaras paulistanas (SEABRA, 1987: 33). O processo de crescimento de São Paulo teve, a partir de então, um ritmo acelerado: "disto deriva uma maior valorização dos terrenos da cidade como também das áreas que iam sendo ocupadas para além dos limites propriamente centrais". Passava a ocorrer um mecanismo de retenção de terras "com vistas à apropriação de rendas fundiárias que o crescimento da cidade por si só tornava possível". No final do século XIX, São Paulo começava, enfim, a aparecer como local "a partir do qual se define uma unidade de vida social que integra e opõe o rural e o urbano" (SEABRA, 1987: 32). No sentido de aprofundar as considerações sobre o surgimento dessa unidade que integra e opõe o rural e o urbano, trazemos a seguir o caso da formação do Núcleo Colonial de São Caetano, criado nesse contexto da transição para o trabalho livre e para o regime de propriedade privada da terra como fundamento da reprodução social e da produção da cidade a partir de então e, ainda, um caso a partir do qual se pode estudar a consolidação de uma inversão na relação campo-cidade no Brasil.

Como visto, as transformações ocorridas na base da reprodução das relações sociais no Brasil ao longo do século XIX efetuaram-se a partir da metamorfose da terra em mercadoria e do surgimento do trabalho livre. O processo de constituição destas categorias fundamentais do capital neste país se deu na complexa passagem de uma economia colonial e escravista para outra economia cada vez mais urbano-industrial, a partir da qual se originou o movimento de produção do espaço da moderna cidade de São Paulo (embora esta passagem viesse a ser essencialmente marcada pela permanência da economia de base agrário-exportadora e de caráter rentista por muitas décadas ainda).

A gênese da cidade moderna é, todavia, indissociável da constituição de um espaço suburbano nos seus arredores: um dos fatores que evidenciam os processos de transformação do caráter da cidade de São Paulo é exatamente o de que seus campos circunvizinhos passam a se organizar economicamente no sentido de serem tributários das demandas determinadas verticalmente pela cidade.

No entanto, não só a gênese da moderna cidade de São Paulo incidiu como uma determinação sobre as transformações que também vieram a ocorrer em seus subúrbios; a constituição da própria vida suburbana, em sua banalidade e em sua relação ambígua de externalidade e de contato com a cidade, foi um meio pelo qual se criaram algumas das condições necessárias para a realização daqueles grandes eventos sociais (o surgimento do trabalho livre e da propriedade privada da terra). A criação da vida suburbana como um meio para as transformações sociais no Brasil do século XIX pode ser apreendida pela análise da implantação dos diversos núcleos coloniais para a imigração e estabelecimento de trabalhadores livres e pequenos proprietários fundiários, experiências criadas dentro de uma determinada linha existente entre as políticas de substituição do trabalho escravo no Brasil.

A implantação de colônias de trabalhadores livres em regime de propriedade privada da terra no Brasil ocorreu em várias circunstâncias no curso do século XIX, tendo estas colônias sido implantadas no contexto da longa crise do trabalho escravo dada neste período. Podemos brevemente mencionar que as primeiras de tais experiências aconteceram imediatamente após o início do reinado de Pedro I, especialmente no sul do Brasil, mas também no sertão de Santo Amaro, ao sul da cidade de São Paulo (com a instalação, em 1829, da Colônia de Santo Amaro, de

imigrantes de origem alemã) (ZENHA, 1977). A política de implantação dessas colônias de imigrantes também foi executada no período do segundo reinado, havendo, no entorno da cidade de São Paulo, a criação dos núcleos coloniais de Santana, da Glória, de São Bernardo e de São Caetano no último quartel do século XIX (ALVES, 2001). Todos eles núcleos próximos à cidade de São Paulo (o que foi especialmente o caso do núcleo da Glória) e a ela ligados por caminhos antigos (ou mesmo pela ferrovia, como era o caso de São Caetano):

> O imaginário espacial das colônias derivou dessas concepções a respeito do espaço do trabalho livre. Teve no centro o privilegiamento do trabalho familiar autônomo e do acesso fácil aos mercados. O espaço adequado da colonização era, nesse entender, o que viabilizasse uma sociedade de pequenos produtores de mercadorias. Nesse sentido, o local dessa sociedade deveria ser um local satelitizado pela cidade, dela próximo ou dependente (MARTINS, 1992: 130).

Evidentemente, como aprofundaremos adiante, essas experiências com o trabalho livre consistiram em apenas uma das vertentes da política imigrantista no Brasil, a qual se voltaria fundamentalmente a outra vertente, por sua vez orientada pelo objetivo de atração de mão-de-obra para as grandes fazendas cafeeiras sob a relação de trabalho de colonato.

No antigo subúrbio de São Caetano, a formação dos elementos fundamentais da reprodução social moderna (trabalho livre e propriedade privada), a qual já tinha sido contraditoriamente esboçada no contexto anterior de uma sociedade colonial e escravista (desde que começou a apropriação particular dos campos de uso comum nas terras da Fazenda de São Caetano), estabeleceu-se de modo definitivo a partir dos registros paroquiais (logo após 1850) e, enfim, com a implantação do Núcleo Colonial de São Caetano. Composto por imigrantes italianos que, ao longo do último quartel do século XIX, instalaram-se nos antigos domínios da Fazenda da Ordem de São Bento (a qual fora desapropriada para esta finalidade), o Núcleo de São Caetano foi uma dessas experiências levadas pelo governo imperial no sentido de formar colônias de imigrantes atuando em regime de trabalho livre familiar (não assalariado) e detendo a pequena propriedade de lotes coloniais rurais de terra.

> Os núcleos coloniais de São Caetano e São Bernardo eram, num certo sentido, experimentos de antecipação da nova ordem republicana que estava sendo gerada no ventre de uma sociedade escravista que era, ainda, fundamentalmente colonial. (...) São Caetano e São Bernardo eram considerados incubadeiras da nova sociedade, baseada no trabalho livre, e no novo regime político, o republicano. (...) Os núcleos coloniais dos arredores da cidade de São Paulo foram tratados como estufas de proteção e adaptação do novo tipo humano representado pelo imigrante (MARTINS, 1992: 132).

A formação do núcleo colonial de São Caetano inicia-se em 28 de julho de 1877, com a chegada da primeira leva de imigrantes às terras que haviam sido desapropriadas da ordem beneditina (MÉDICI, 1993: 43). Houve, numa primeira etapa, três levas de imigrantes para o núcleo de São Caetano, respectivamente nos anos de 1877, 1878 e 1879, ocorrendo, neste último ano, uma paralisação do aporte de colonos. Na primeira etapa da imigração para São Caetano, assinala-se que nem todas as famílias optaram por permanecer definitivamente no núcleo, havendo imigrantes que já partiram para outras localidades logo nos primeiros meses após sua chegada. Registra-se que, em 4 de agosto de 1877 (uma semana após a fundação do núcleo colonial) 21 colonos de 3 famílias recusam a terra e exigiram sua transferência para Santa Catarina, onde tinham parentes (MARTINS, 1992: 80-82).

A interrupção da distribuição de lotes no núcleo de São Caetano, em 1879, foi o ponto culminante da política ambígua do Império no que se referia aos objetivos da atração de imigrantes diante da evidente crise trabalho escravo no Brasil. De um lado, havia o projeto de introduzir no país inovações técnicas na agricultura e nos ofícios para as quais o trabalhador europeu seria supostamente, segundo o preconceito inerente à mentalidade dos planejadores do governo, mais bem qualificado do que o brasileiro. De outro lado, diante do caráter agrário-exportador e rentista que perdurava e definia a economia brasileira nesta época, resultou outra política que preconizava a imigração como nada mais do que fonte de mão-de-obra para a lavoura cafeeira nos latifúndios (MARTINS, 1992: 80-82).

Esta primeira fase de instalação do Núcleo Colonial de São Caetano foi decorrente da primeira dentre as duas tendências acima citadas, isto é, a afirmação da política imigrantista voltada para a pequena propriedade agrícola, cuja produção deveria se destinar ao mercado interno (MARTINS, 1992: 86) e, fundamentalmente, ao

abastecimento da cidade. De fato, a mentalidade dos planejadores sob cuja política vieram a ser implantados os núcleos coloniais dos arredores de São Paulo era a de que o imigrante seria o agente introdutor de métodos mais modernos de trabalho. Uma concepção segundo a qual "num mesmo espaço até então ocupado por escravos e caipiras, o imigrante seria o diferente e inovador (...) [e] introduziria a renovação dos produtos e dos métodos agrícolas" (MARTINS, 1992: 127), ainda que os imigrantes que vieram ao núcleo de São Caetano fossem camponeses oriundos de uma das regiões mais pobres da Itália na época.

Mas, enfim, no sentido oposto ao setor da alta cúpula do governo que advogava a necessidade de se formar mão de obra livre e especializada no Brasil (necessidade que, na cabeça dos planejadores, era contemplada pelo tipo representado pelo imigrante europeu), existia outro setor das elites políticas que via no imigrante apenas um depositário da força de trabalho necessária à realização da produção agrícola nas grandes fazendas cafeeiras, realizando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas de modo a não se alterar a estrutura social existente (MARTINS, 1992: 34).

Devido a essa ambiguidade da política imigrantista para os núcleos coloniais, houve, mesmo durante a primeira fase de implantação do Núcleo Colonial de São Caetano, momentos de abandono do projeto por parte do governo, até mesmo períodos de falta de fornecimento de víveres e de pagamento das diárias prometidas pelo governo, ocasionando revoltas entre os colonos. De modo geral, esses colonos sofriam com os reflexos da política governamental de imigração, que oscilava ora favoravelmente à instalação do trabalhador livre no entorno de São Paulo (período em que chegaram a receber subsídios), ora considerando que o imigrante deveria fornecer mão-de-obra para a grande fazenda cafeeira (ocasionando o abandono de todas as formas de auxílio ao núcleo colonial pelo governo). Aponta-se que:

> (...) enquanto durou a tutela do governo, até 1879, o núcleo colonial teve na pessoa do engenheiro Leopoldo José da Silva um administrador zeloso e interessado (...). Com a emancipação, o núcleo foi praticamente abandonado pelo governo, que só voltaria a se interessar por ele em 1887, na época da chamada 'Grande Imigração', que antecedeu de imediato a abolição da escravidão negra (MARTINS, 1992: 34).

A partir deste ano de 1887, haveria uma retomada da imigração para o núcleo de São Caetano, caracterizando a segunda fase da implantação do núcleo colonial com chegada de mais duas levas de imigrantes até que se desse, em 1890, o encerramento da distribuição de terras neste local. Nesta segunda etapa de formação do núcleo de São Caetano, definida pela retomada da distribuição de terras, o intuito político sob a instalação de novos colonos em São Caetano passou a ser, sobretudo, o de se criar uma peça de propaganda da imigração italiana no exterior, uma vez que havia denúncias da precariedade das condições de vida e de trabalho na lavoura cafeeira (MARTINS, 1992).

A expansão do núcleo após a sua retomada foi pequena, cessando já ao final de 1890 por não haver mais terrenos disponíveis a esta ampliação, já que não existiam mais terras devolutas nos arredores. Os limites dessa expansão possível do núcleo colonial de São Caetano também se definiram pelo reconhecimento dos direitos dos antigos foreiros e posseiros da Ordem de São Bento sobre as terras que ocupavam, estabelecendo-se nessas terras os confins do núcleo de São Caetano (MARTINS, 1992: 99). O núcleo colonial receberia, ao todo, 88 famílias de origem italiana, "sendo 40 em lotes urbanos e 48 em lotes suburbanos [rurais]" (MÉDICI, 1993: 43).

Em contraste com a visão dos planejadores do núcleo colonial, os imigrantes vindos a São Caetano em 28 de julho de 1877 eram camponeses procedentes da região do Vêneto que, naquela época, era uma das mais pobres da Itália, ocupada por pequenos proprietários e pequenos estabelecimentos trabalhados em regime de parceria, atingida pela crise agrícola decorrente da Unificação Italiana, além de ter sido atingida pela fragmentação das propriedades, em decorrência dos direitos de herança (MARTINS, 1992).

Uma vez instalados nas terras do Núcleo Colonial de São Caetano, os colonos tiveram que construir suas casas e preparar a terra para nela poderem desenvolver a lavoura; enfim, coube ao imigrante realizar todo o trabalho que tornaria possível sua própria sobrevivência nas novas terras em que passaria a morar. Devido à mencionada falta de pagamento de subsídios e de fornecimento de bens necessários à sobrevivência (e mesmo ao início dos trabalhos agrícolas planejados para o desenvolvimento do núcleo), houve graves dificuldades de sobrevivência para essas famílias camponesas nos primeiros anos de sua instalação em São Caetano. É

importante mencionar que todos os colonos tiveram que pagar por suas terras, além de terem contraído todas as dívidas referentes ao dinheiro recebido do governo por conta de adiantamentos e mesmo de sua alimentação. O governo não emitiu um só título sem o pagamento desses débitos, o que só aconteceu em 1891, depois da República, 14 anos depois da chegada dos primeiros colonos (MARTINS, 1992: 89).

Argumenta-se que, ao contrário do que advoga a visão histórica oficial sobre a imigração em São Caetano, uma visão sobre a presença do imigrante italiano que José de Souza Martins qualifica de triunfalista, sua história real é uma história de trabalho e pobreza e não uma história de triunfo e riqueza. "Nessa história deformada, privilegia-se o ato do conquistador e não o ato do trabalhador" (MARTINS, 1992). Martins, portanto, dá destaque para o tempo de pobreza e trabalho, doença e morte, vivido pelos colonos nos primeiros anos do seu assentamento em São Caetano.

No sentido de confirmar o estado de pobreza desses imigrantes após sua chegada ao Brasil, Martins revela, com base em fontes documentais, a constante presença da morte na história local do núcleo colonial entre 1877 e 1979 (os primeiros anos de formação do núcleo de São Caetano, quando estava sob a tutela do governo imperial). Registra-se que, até outubro de 1877 (três meses após a chegada da primeira leva de imigrantes, portanto), já haviam morrido 18 pessoas na localidade – "uma morte a cada 5 dias, uma frequência alta num grupo com pouco mais de 150 pessoas, menos de 40 famílias, diversas das quais aparentadas entre si" (MARTINS, 1992: 33). Em outras palavras, provavelmente viveu-se um estado quase permanente de luto nos primeiros tempos do Núcleo Colonial de São Caetano.

Devido ao fato de inicialmente não ter sido projetado um cemitério na localidade, os colonos tinham que fazer longos percursos para enterrar seus mortos. Primeiramente, dirigiam-se até o antigo núcleo de São Bernardo; posteriormente, dirigiam-se ao Brás, bairro da cidade de São Paulo em cuja paróquia acabaria sendo incluído. Era também muito complicado, nos primeiros anos da formação do núcleo colonial, o acesso ao tratamento médico, farmácias, estando esses profissionais também em lugares relativamente distantes, como o Brás, em São Paulo. Também não havia um padre próprio da localidade de São Caetano, sendo as missas rezadas por párocos que percorriam os arredores de São Paulo realizando seus cultos. Nesse tempo, a morte tinha precedência sobre a festa (registra-se o cancelamento de

algumas destas devido a falecimentos entre os moradores): a morte de um morador ainda era então considerada "um fato coletivo e não um fato privado, razão pela qual o luto tinha um alcance social muito maior do que tem hoje" (MARTINS, 1992: 32).

Do ponto de vista da relação econômica para com a cidade, as famílias de imigrantes as quais vieram a formar a maioria da população do Núcleo Colonial de São Caetano basicamente se ocupavam de atividades agrícolas e de transformação voltadas à produção de mercadorias destinadas à venda nos mercados urbanos de São Paulo. Abordaremos a dinâmica econômica do Núcleo de São Caetano com base no que MARTINS (1975) chama de economia do excedente: trabalhadores camponeses livres, portanto, não dissociados dos seus meios de produção, cujo trabalho em parte produz diretamente os meios de vida de que necessitam e, em parte, produz gêneros destinados à troca no mercado, seja a troca direta por bens que o próprio camponês não pode produzir, seja a troca envolvendo relações monetarizadas.

Entre as atividades econômicas desenvolvidas no núcleo de São Caetano, as mais importantes no sentido de que eram meios para aquisição de dinheiro foram a cultura de videiras e a fabricação de vinho e, posteriormente, a fabricação de carvão e a os fornos utilizados pelas olarias e pela pequena atividade ceramista (MARTINS, 1992), produção, esta última, que já havia sido desenvolvida nos tempos da antiga fazenda de São Caetano, e que seria o embrião das muitas olarias e da futura indústria ceramista de São Caetano.

No caso da atividade agrícola, esta era baseada na produção de gêneros diversos em pequena escala, dentre as quais se destacou a produção de uvas e de vinhos – o Vinho São Caetano, que chegou a ser vendido na capital, mas cuja produção teve sucesso efêmero devido à disseminação de uma praga que arrasou os parreirais dos produtores no núcleo colonial. Em 1887, registou-se o cultivo de 65.390 videiras, resultando na produção de 428 pipas de vinho. Contabilizou-se, no ano referente, 85:101$400 de rendimentos provenientes da produção agrícola em São Caetano, dos quais, mais de 64 contos correspondiam à produção de vinho. Em 1888, porém, por causa da infestação causada pela filoxera (que liquidou a uva "Isabel" ao redor de São Paulo) registrou-se o decréscimo da produção do Vinho São Caetano, apesar do aumento das videiras (foram cultivadas 65.748 videiras neste ano, mas produzidas somente 24,5 pipas de vinho). Mas, apesar desta queda na produção, os produtores de

uvas continuam plantando novas videiras nos anos seguintes, pois, em 1889, a quantidade de videiras subiu para 82 mil (MARTINS, 1992: 112).

Estes dados a respeito da produção vinícola em São Caetano revelam o comportamento econômico específico do camponês no trabalho do colono imigrante. Embora tivesse havido prejuízo, o pequeno agricultor continuou investindo na mesma atividade no ano seguinte, ao contrário do que normalmente ocorre em uma empresa capitalista de voltada à acumulação, na qual o prejuízo deve levar ao encerramento da produção. A prática camponesa de voltar a investir em uma atividade cujo retorno foi baixo (ou até inferior aos custos de produção) decorre do fato de que a família camponesa constitui-se como uma unidade de trabalho voltada à satisfazer suas próprias necessidades de consumo e não exatamente ao objetivo de acumulação da riqueza (CHAYANOV, 1986), embora essa racionalidade econômica camponesa possa se realizar por meio do mercado e de relações de troca monetizadas.

Contudo, as crescentes dificuldades de desenvolvimento de atividades econômicas entre as famílias do núcleo de São Caetano refletiam no fato de que, segundo MARTINS (1992), alguns colonos deixavam seus terrenos incultos e passavam a dedicar-se ao corte de madeira e lenha em outros terrenos, fato por conta do qual alguns desses colonos chegaram a ser punidos pelas autoridades fiscalizadoras do Núcleo Colonial. Com base nos dados dos livros de lançamentos do município de São Bernardo (ao qual, nesta época, o núcleo de São Caetano pertencia), revela-se que, entre 1890 e 1892, predominavam na economia do núcleo de São Caetano as pequenas fábricas de carvão (MÉDICI, 1993: 46). Somente a partir do início do século XX a figura do fabricante de carvão começa a desaparecer em São Caetano.

Já era também relevante, nessa época, outro ramo econômico originado enquanto pequena indústria rural, mas que viria a se tornar importante na economia local: trata-se das olarias. Além da olaria de Samuel Eduardo da Costa de Mesquita[17], a qual existiu entre 1880 e 1893 aproveitando os fornos da antiga Fazenda de São Caetano, várias famílias de colonos também trabalharam nesta atividade. É o caso, por

[17] Sobre Samuel Eduardo da Costa de Mesquita, é importante adiantar a informação de que não se trata de um colono imigrante, como o nome já faz supor, mas de um investidor em terras que arrematou lotes no Núcleo Colonial de São Caetano em nome de um intermediário. Voltaremos a outros detalhes sobre a história de Mesquita enquanto proprietário de terras em São Caetano adiante.

exemplo, de Giuseppe Ferrari com sua olaria no rio dos Meninos, que forneceu, em 1895, tijolos para a construção do Museu do Ipiranga (MARTINS, 1992: 117).

De modo correlato ao desenvolvimento da agricultura e das carvoarias e olarias, começava a ser percebido em São Caetano o aparecimento dos primeiros estabelecimentos de comércio e os serviços. Estas atividades eram ainda pouco diversificadas, constando, na época referida, alguns armazéns, um sapateiro, um açougue, um ferreiro e uma padaria (MÉDICI, 1993: 43). Estes estabelecimentos cumpriam o papel de fazer a intermediação entre as famílias camponesas moradoras do núcleo colonial (com seu limitado poder de compra) e a oferta de mercadorias provenientes de outros lugares, especialmente bens de consumo os mais indispensáveis e que não podiam ser produzidos na própria localidade.

O lugar de concentração desse pequeno conjunto de atividades comerciais desenvolveu-se inicialmente ao redor do pátio da antiga Capela de São Caetano, onde hoje existe a Matriz Antiga (ver Figura n°1 na página seguinte) do município de São Caetano do Sul, no atual Bairro Fundação. Ao redor desta centralidade, distribuíam-se os lotes urbanos do núcleo colonial, entrecortados pelas ruas as quais vieram a definir a rede viária desta parte de São Caetano. Para além desta pequena centralidade formada pela capela e pelos estabelecimentos comerciais em lotes urbanos, seguindo o traçado dos antigos caminhos que existiam desde os tempos da Fazenda e do Bairro de São Caetano, adentrava-se o Núcleo Colonial até os seus confins por meio dos seus lotes rurais. Com base na análise de mapas antigos, entre outros documentos, Martins nota que:

> (...) quem projetou o núcleo colonial de São Caetano não opôs à lógica espacial rural, ainda do tempo do Brasil Colônia, plasmada nas estradas e caminhos já existentes, uma lógica espacial nova, sobretudo uma lógica urbana ou potencialmente urbana. (...) como lógica espacial, a planta do núcleo colonial de São Caetano não constituiu uma inovação nem um rompimento com o espaço já existente (MARTINS, 1992: 126-127).

O fato é que, quando "os primeiros imigrantes italianos chegaram ao núcleo colonial de São Caetano (...) o velho Bairro de São Caetano já dispunha de pequena e antiga rede de caminhos" (MARTINS, 1992: 119), abertos ainda nos tempos da fazenda beneditina. Verifica-se que até mesmo algumas ruas ainda hoje existentes no

município de São Caetano do Sul coincidem com esses antigos caminhos ou com parte deles. Contudo, note-se ainda, atravessando os lotes urbanos do Núcleo Colonial, a presença dos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí, introduzindo nesse local outra lógica de circulação, oposta à dos bairros caipiras, que era a da modernidade, um componente espacial que seria fundamental na futura instalação das primeiras indústrias nessa localidade.

Figura n°1 – Igreja Matriz

Procissão de Santo Antônio em frente à antiga Igreja Matriz (1908). É o registro fotográfico mais antigo que se tem do Núcleo Colonial de São Caetano. Fonte: Raízes. Ano XVI - n° 29. São Caetano do Sul, julho de 2004.

A permanência dos velhos caminhos que outrora interligaram a sede da Fazenda de São Caetano, seus bairros e o Caminho do Mar, remete-nos a um fator indispensável na análise para se compreender o Núcleo Colonial de São Caetano. Trata-se da presença, no interior das terras compradas pelo governo para a criação do núcleo, dos sitiantes do antigo Bairro de São Caetano, ali já instalados desde o século XVIII por conta da relação que mantinham com esses velhos caminhos. Estes antigos foreiros das terras da Ordem de São Bento tiveram, em 1888, o reconhecimento do direito à titulação das terras que ocupavam porque, quando a Lei de Terras (de 1950) determinou que fossem feitos os registros paroquiais das terras possuídas a qualquer

título, “muitos foreiros dos Beneditinos se apresentaram diante do vigário da Sé, em São Paulo, e perante o vigário de São Bernardo, para registrar em seus nomes as terras que aforavam”. Apesar das mesmas terras também terem sido registradas pelo Abade de São Bento nas duas paróquias, o governo, quando as comprou para realizar a implantação do Núcleo Colonial, teve que determinar o reconhecimento das terras já ocupadas e registradas pelos antigos foreiros mediante o pagamento do seu preço oficial estabelecido, assim como ocorria com os colonos estrangeiros (MARTINS, 1992: 77).

Esta presença das famílias caipiras do Bairro de São Caetano até os tempos do Núcleo Colonial pode ser constatada no caso de Deolinda Maria da Conceição, moradora da antiga Vila Ressaca (situada no vale atualmente correspondente aos limites entre os bairros Barcelona e Olímpico). Deolinda veio da Mooca para morar na Vila Ressaca em 1870, tendo ensinado a alguns dos primeiros imigrantes italianos os costumes agrícolas brasileiros. Foi mãe de José Mariano Garcia Jr., que se tornou agente de Correio em 1902, juiz de paz em 1916, fez política e ocupou cargos públicos (MARTINS, 1992: 78).

Também são citados entre os moradores não italianos do Núcleo de São Caetano os nomes de João Floriano de Toledo (parente de Deolinda Maria da Conceição), de família de carreiros e milicianos que desde o século XVIII ocupavam as terras de todo o atual bairro Santa Maria; de Francisco Antônio de Jesus, com a posse de quase todo o bairro Olímpico; de José Antônio Mariano, posseiro das terras entre o rio dos Meninos e o Ribeirão do Moinho Velho, hoje incluídas no interior dos limites do município de São Paulo, mas que fizeram parte da antiga fazenda de São Caetano. Já as terras correspondentes aos atuais bairros São José, Jardim São Caetano e Mauá eram de Ana Joaquim do Espírito Santo desde 1874 (MARTINS, 1992: 99).

A análise sociológica dos conflitos ocorridos entre o poder público instituído e os moradores (imigrantes e caipiras) a partir do surgimento do Núcleo Colonial é reveladora da distinção que as autoridades públicas faziam entre esses dois grupos de moradores aqui abordados. Dois casos são mencionados por José de Souza Martins: o primeiro de 1883, em que caipiras da região atacaram um sítio na vizinhança do núcleo colonial. Notícia que, na interpretação de Martins, sugere que o caso “(...) se tratava de uma reação dessas vítimas da mudança no regime de propriedade” (MARTINS,

1992: 138), mudança dada com a apropriação privada das terras comunais em áreas de campos na região, resultando na perda do direito desses caipiras de utilizarem livremente essas terras. O segundo caso, ocorrido em 1878, foi a revolta dos próprios colonos, na época em situação de pobreza e fome, contra a falta de pagamentos de suas diárias e pelos trabalhos que realizavam no núcleo (por exemplo, o de construção de casas). Nota-se ainda que a reação das elites com relação a cada revolta foi diferente: no primeiro caso, a ação dos caipiras foi tida como vadiagem, havendo, portanto, a punição, e no segundo caso, a revolta foi considerada a expressão de um direito, havendo, nesse caso, a negociação entre governo e colonos (MARTINS, 1992: 138).

Mas além dos antigos foreiros da Ordem de São Bento, cujo reconhecimento e demarcação de terras definiram os limites do Núcleo de São Caetano, cinco outros não italianos são citados entre os nomes das pessoas que obtiveram lotes de terra do governo quando este as distribuiu, entre 1877 e 1890, para a criação do núcleo colonial. São eles: Hermann Juncker, Dr. Samuel Eduardo da Costa de Mesquita, João Antônio Pedroso, Antônio Manoel da Silveira Sampaio e Joaquim José d´Oliveira.

O alemão Hermann Juncker, assim como os antigos foreiros da Ordem de São Bento, já morava nas terras a ele pertencentes quando os colonos italianos chegaram para formar o Núcleo de São Caetano. A localização desses lotes é hoje compreendida no interior do município de São Paulo e correspondente aos atuais bairros de Vila Carioca e parte de Heliópolis. Terras que, entre 1663 e 1671, haviam sido de Manuel Temudo, adquiridas depois por Fernão Dias Paes e, no mesmo ano, doadas ao mosteiro de São Bento. Juncker as comprara do alemão Carlos Abraão Bresser[18], em 1853 (que, por sua vez, as tinha comprado de outro alemão, Leonardo Laugenckhardt, em 1846, por 100$000) (MARTINS, 1992: 75).

Juncker, em cumprimento à Lei de Terras, registra essas terras em seu nome no ano de 1856, declarando ao vigário da Sé ser proprietário desse sítio de campos e matos no Moinho Velho e recebendo seu título provisório em 1879. Todavia, ele nunca viria fazer o pagamento à Tesouraria da Fazenda do valor correspondente aos seus lotes, estipulado em 117$220, para conseguir seu título definitivo. Mesmo assim

[18] Bresser fora engenheiro de Câmara de São Paulo e também fora da Diretoria de Obras públicas, cargos ligados ao planejamento e à urbanização.

Juncker já havia vendido, em 1861, uma área de 16.112 metros quadrados, por 400$000, à SP Railway, para a passagem da ferrovia. Enfim, no ano de 1881, Hermann Juncker vende seus sete lotes por dois contos de réis para João Antônio Pedroso, um aparentado de antigos foreiros da Ordem de São Bento (MARTINS, 1992: 76).

João Antônio Pedroso, por sua vez, solicitou à Inspetoria de Terras, em 1890, o título definitivo dos sete lotes que comprara de Hermann Juncker, uma área correspondendo a um total de mais de 1 milhão e 100 mil metros quadrados. Ao contrário de Juncker, João Antônio Pedroso não se negara a pagar à tesouraria os 117$220 pelos quais foram avaliadas suas terras, desde que obtivesse seu título definitivo, já que os preços pagos pelos colonos estavam abaixo do preço de mercado (MARTINS, 1992: 77).

Percebe-se, especialmente no histórico da transferência das terras de Hermann Juncker para a São Paulo Railway e para João Antônio Pedroso, o componente de especulação com o preço da terra que começou a existir na medida em que o acesso à terra por meio da compra havia definitivamente convertido este bem em uma mercadoria como outra qualquer, ou em um bem que podia ser posto em equivalência com qualquer outro bem existente. De modo que, ainda na primeira fase de distribuição das terras do Núcleo de São Caetano aos colonos italianos, já havia inclusive lotes sendo adquiridos por especuladores que viam no título de propriedade não um meio para assegurar o trabalho familiar, mas um instrumento de entesouramento e uma fonte de rendimentos.

A condição de investidor fundiário constata-se especialmente no caso de Samuel Eduardo da Costa Mesquita, o qual atuava profissionalmente como dentista no município de São Paulo e, não obstante, veio a se tornar proprietário de lotes coloniais em São Caetano. Com dinheiro de Mesquita, o intermediário Antônio Manuel da Silveira Sampaio pediu e obteve, em 1879, o lote n. 64, pagando por ele a quantia de 120$020. Mesquita pretendia fazer neste local uma olaria (a Tijolos Paulista), aproveitando os fornos ali existentes desde o tempo da fazenda beneditina, tendo investido mais de dois contos de réis na olaria (MARTINS, 1992: 114). Samuel Eduardo da Costa Mesquita tornou-se definitivamente proprietário das terras de Antônio Sampaio em 1880 (MARTINS, 1992: 75), vindo posteriormente a adquirir outros lotes de colonos italianos em São Caetano, conforme veremos adiante.

Por hora, diante da transformação no regime de apropriação fundiária definitivamente realizada na localidade de São Caetano por conta tanto da distribuição de títulos de lotes de terra aos colonos imigrantes (e, eventualmente, a proprietários especuladores) quanto do reconhecimento formal dos direitos de seus antigos ocupantes, interessa-nos tecer algumas considerações de natureza teórica sobre a transformação da terra em mercadoria. Ou seja, cabe aqui tratar do significado específico da propriedade privada da terra no interior de uma ordem social fundada no valor, de modo que possamos dar conta dos desdobramentos decorrentes da distribuição de títulos de propriedade privada sobre lotes de terra a particulares (italianos ou não italianos) na análise do caso do Núcleo Colonial de São Caetano.

Uma questão que emerge quando se trata do surgimento da moderna propriedade privada da terra, isto é, da transformação do significado da terra na reprodução social (passando da condição de domínio útil para a condição de mercadoria), é a de como a terra – um bem não produzido pelo trabalho humano – pode ser coerentemente vista, no interior da teoria do valor em Marx, como uma mercadoria (a qual, por definição, tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção).

Segundo a tradição teórica da crítica à economia política fundada por Karl Marx, sob a ordem de produção capitalista, todas as coisas, materiais ou não, produzidas pelo trabalho ou constituídas como dádivas da natureza, estão virtualmente equiparadas de maneira abstrata pela troca de mercadorias. Como bem ao mesmo tempo útil e intercambiável, a mercadoria tem tanto um valor de uso quanto um valor de troca. De um lado, os objetos convertidos em mercadorias têm sempre propriedades intrínsecas, pelas quais se atribui a eles o seu valor de uso. Por outro lado, no momento da troca, esses diferentes usos precisam ser equalizados. A conversão do caráter útil dos objetos em *quantuums* que permitem tal equação é expressa pelo valor de troca, contraditoriamente também contido em cada mercadoria. Ou seja, apesar do uso de cada mercadoria ser exclusivo (dadas as propriedades particulares dos objetos), todos eles podem ser mensuráveis e intercambiáveis com base nessa abstração que é o valor (MARX, 1945a). Os dois polos da mercadoria (uso e troca) são um o pressuposto do outro, definindo-se entre eles uma simultaneidade dos contrários: para seu produtor, ela não tem utilidade

nenhuma, é mero depósito de valor, meio de troca. Seu valor, para o produtor, é o de que ele pode trocá-la por outras mercadorias de propriedade alheia. Mas, para isso, ela tem que se tornar um valor de uso para outros (HARVEY, 1979).

Todavia, a própria troca de mercadorias se estabelece não com base nas propriedades físicas dos objetos, mas está calcada no tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (MARX, 1945a). A conversão da terra em mercadoria, elemento das transformações sociais as quais estamos estudando no âmbito da relação entre a metrópole e seus subúrbios, encerra, então, uma dificuldade teórica que se põe diante do fato de que a terra, ela mesma um bem não produzido, entra no circuito das trocas mercantis. Se, na teoria do valor em Marx, temos o tempo de trabalho como unidade por meio da qual se dá a mensuração e a equalização entre mercadorias com diferentes usos, como, no âmbito dessa mesma teoria do valor, é possível conceber a conversão da terra (dádiva da natureza, bem que não resulta do trabalho humano) em mercadoria, ou seja, em bem quantitativamente comparável a outros bens cujo valor se estabelece a partir justamente do tempo de trabalho?

A terra é, de fato, um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido e nem criado pelo trabalho. A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, a terra mesma, a rigor, não tem valor, e sua apropriação não pode ser legitimada pelo processo de produção capitalista. Por isto, ela, como mercadoria, é uma mercadoria qualitativamente diferente de todas as outras (MARTINS, 1979). Por não ser uma mercadoria como outra qualquer, os conceitos de valor de uso e valor de troca, quando se refere aos bens fundiários, tomam significado em situações especiais.

Mas, além de não ter sido produzida por meio do trabalho, a singularidade da terra enquanto mercadoria também decorre de outros fatores próprios a esse bem em particular. Primeiramente, a terra e suas benfeitorias têm localização fixa, não podem ser movidos à vontade, de modo que essa localização absoluta confere privilégios de monopólio a quem tem direitos para determinar o uso naquele local. Ademais, trata-se de uma mercadoria indispensável a todos (uma vez que não se pode viver sem ocupar um espaço, por exemplo), tendo ela numerosos usos, os quais, ainda, não são mutuamente exclusivos. Também diferentemente do que ocorre com as outras mercadorias em geral, a terra e suas benfeitorias mudam de mãos com pouca frequência, relativamente, tomando eles a forma específica de mercadoria (ou seja, sendo trocados por outros bens) muito raramente, apesar de estarem

constantemente em uso. Porém, a terra é um bem permanente, e a durabilidade dos benefícios é geralmente considerável. Os direitos de propriedade privada sobre seu uso, portanto, proporcionam a oportunidade de “estocar riqueza” (inclusive, gerando a expectativa de que esta riqueza estocada na terra gere rendimentos, conforme se verá com mais detalhes adiante). Enfim, como a troca mercantil da terra ocorre em um instante, embora seu uso perdure, os direitos de consumo sobre ela por um longo período são adquiridos por um grande dispêndio num curto período (HARVEY, 1979: 157-60).

Estas características, de certa maneira únicas, inerentes à terra e suas benfeitorias permanentes enquanto mercadorias, constituem ainda propriedades necessárias e aproveitáveis no interior do processo de produção capitalista. Então, além de bem de consumo, a terra também se põe como uma condição de produção com atributos irreprodutíveis, desigualmente distribuídos pelo espaço, passíveis de serem apropriados por particulares e a partir de cujas propriedades intrínsecas é possível produzir, por meio do trabalho, a riqueza. Apesar de não produzida pelo trabalho humano (e, sobretudo, da irreprodutibilidade dela mesma e de seus atributos), as porções de terra sobre o globo terrestre podem ser monopolizadas pelos seus respectivos proprietários privados, e a disponibilidade desse recurso, agora posto como finito, para seu uso como condição de produção de mercadorias no processo de acumulação do capital, encontra-se agora necessariamente mediada pelos proprietários fundiários. Estes, diante de sua condição de detentores de uma condição de produção indispensável ao capital (mas que não pode ser produzida no interior do mesmo processo do capital), impõem o pagamento de um tributo para que se permita o uso de suas terras.

Em outras palavras, o tributo pago pelos produtores aos proprietários pelo uso da terra é um tributo que incide sobre o fato de que estabelecer-se numa localidade por meio da ocupação de uma parcela de terra é algo imprescindível em determinados instantes do processo de produção. Esse tributo é denominado renda fundiária na obra de Marx. Delimitando teoricamente, a renda da terra é um tributo socialmente cobrado pelos proprietários de terra devido ao fato do solo ser uma condição geral e indispensável de produção e devido ao fato de que são esses proprietários os detentores do monopólio sobre a propriedade privada dessa terra (MARX, 1945b).

A propriedade da terra é ao mesmo tempo condição e produto do florescimento dessa ordem de produção capitalista: esta última é antecedida e encontra, no curso do seu desenvolvimento, formas não capitalistas de propriedade, a partir das quais veio a se constituir a forma especificamente capitalista de apropriação

da terra (na qual posse e propriedade encontram-se separados, ou seja, o domínio absoluto da terra, em oposição ao seu domínio relativo). Seja a partir da propriedade territorial feudal, seja a partir da pequena unidade de produção camponesa (trabalhada pelo produtor direto, para quem a apropriação da terra é uma condição de produção, aliás, a mais vantajosa, bem como uma condição de florescimento de sua ordem de produção), a propriedade privada emerge de relações pretéritas em cuja crise se encontra sua origem.

Se apropriação útil da terra, entre os camponeses, é a condição essencial para que haja uma ordem de produção não capitalista, então o capital deve expropriar essa terra para se consolidar, para formar suas categorias fundamentais, essa é a lógica exposta no capítulo sobre a acumulação primitiva do capital. A ordem de produção capitalista pressupõe o total alijamento entre trabalhador e meios de produção para poder convertê-lo em operário, assim, também, o capital pressupõe que, na agricultura, haja expropriação do solo do trabalhador rural e sua sujeição a um capitalista (aquele que explora a agricultura em busca do lucro).

A renda, portanto, pode surgir em uma variedade de maneiras, dependendo do modo de produção dominante. Mas Marx está particularmente interessado em "como se manifesta a renda numa economia de mercado competitiva" (HARVEY, 1979: 179). Assim, para efetuar a análise da forma da propriedade capitalista e da existência da renda da terra, Marx parte do pressuposto de que tanto a agricultura como a manufatura estão dominados pela ordem de produção capitalista. Embora o pagamento pelo uso da terra não seja exclusivo da sociedade capitalista (e nem tenha surgido com ela), Marx estuda a renda a partir de uma agricultura que se explora por capitalistas, que só se distinguem de outros capitalistas por conta do elemento em que investem, isto é, em que põem capital e trabalho assalariado, conjugadamente, para produzir valor ampliado. Compreende-se, portanto, a renda (e a forma especificamente capitalista da propriedade fundiária) por meio da suposição necessária de que a ordem capitalista se apoderou da agricultura e todas as esferas de produção da sociedade burguesa, da suposição da plena maturidade da livre competição entre os capitais, da possibilidade destes passarem de uma esfera da produção à outra, de haver igual tipo de lucro médio, etc. Enfim, a forma de

propriedade territorial que Marx estuda é uma forma específica histórica, uma forma transformada pela influência do capital.

Com a moderna propriedade privada da terra, sob a ordem de produção capitalista, se estabelece a especificidade do poder dos proprietários fundiários nos quadros da reprodução social: juridicamente detentores exclusivos dos direitos de uso (ou de alienação do uso) da terra, esses proprietários podem ou não dispô-la no processo produtivo, dependendo do retorno que esse processo produtivo esteja oferecendo pelo uso da terra. Portanto, a renda da terra, em última análise, é uma fração da mais-valia global destinada ao proprietário fundiário como pagamento feito pelo uso da terra e seus atributos, necessários ao processo de produção.

HARVEY (1984) recupera em Marx a interpretação sobre como e porque parte da mais-valia gerada no processo de produção capitalista corresponde ao proprietário de terra. Esse tributo sobre o uso da terra se dá porque a forma da propriedade sob o capitalismo pressupõe que o proprietário não esteja necessariamente obrigado a investir para produzir nessa terra; ele pode simplesmente ceder o direito de uso dessa terra, bem como de seus atributos, a um investidor capitalista. Ou seja, sob o regime da moderna propriedade privada da terra torna-se possível que haja propriedade sem a necessidade de apropriação concreta da terra. A separação entre a posse e a propriedade da terra em si, ou seja, o fato de que não é necessário investir ou mesmo apropriar-se concretamente do solo para ser seu proprietário, é considerado por Marx como um dos principais avanços da ordem de produção capitalista sobre as sociedades anteriores. A propriedade privada da terra é o instrumento jurídico que garante ao proprietário não somente a possibilidade de ele mesmo produzir nessa terra, mas a possibilidade de ceder sua terra, mediante o pagamento de renda, a qualquer um que, tendo capital, precise e esteja disposto a pagar para utilizá-la.

A equivalência da terra com outras mercadorias é dada, na verdade, na comparação entre, de um lado, a capacidade que os atributos da terra têm de alterar a produtividade do trabalho nela realizado e, de outro lado, o trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, ou seja, o valor. No momento em que se o proprietário transaciona a terra por outro bem, o que ele está oferecendo é a capacidade futura de se produzir riqueza a partir da potencialização da produtividade do trabalho dada por conta do aproveitamento das propriedades específicas (e dificilmente reprodutíveis, às vezes irreprodutíveis) da terra em

que se realiza este trabalho. Ou seja, o que se põe em equivalência no mercado é, de um lado, a capacidade que a terra tem de gerar rendimentos futuros com relação a, de outro lado, o tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir as outras mercadorias, determinando-se o preço da terra que pode ser vendida ou alugada.

Resta ainda mencionar que, sob as condições historicamente específicas determinadas pelo modo de produção capitalista, a particularidade da terra enquanto um bem intercambiável, durável e indispensável no processo de produção, cria as condições possíveis para que, enfim, a terra possa ainda usada como reserva de valor. Isso se dá porque os atributos particulares da terra enquanto mercadoria tornam possível ao proprietário armazenar o valor investido na compra desta terra por tempo indeterminado.

Entretanto, o investimento na terra, do ponto de vista do capital, é um dispêndio inútil, improdutivo, mas obrigatório, colocando-se contraditoriamente como uma barreira à sua livre circulação: é um investimento empregado em um bem que não produziu mais valia para ser materializado (não provém da relação capital/trabalho), mas que precisa ser feito porque o capitalista eventualmente depende deste recurso para produzir. Por sua vez, o proprietário exige participação na apropriação da riqueza socialmente produzida, já que ele pode ou não dispor a terceiros (participantes do processo de produção) esse bem mantido por direito sob seu controle, um bem que não é reprodutível pelo mesmo capital, ou melhor, um bem que tem propriedades irreprodutíveis ou reprodutíveis apenas sob circunstâncias muito especiais. Trata-se, enfim, de um bem necessário à produção capitalista, mas que imobiliza uma parcela do capital a qual poderia ser usada produtivamente, ou seja, investida para gerar mais-valia.

É por conta desse caráter contraditório e intrínseco à produção capitalista assumido pela propriedade da terra que Marx dedica seus escritos sobre a conversão do sobrelucro em renda da terra, nos quais ele alerta a respeito de sua necessidade de estabelecer uma análise da propriedade territorial dentro dos pressupostos da generalização da produção capitalista em todas as esferas da sociedade. Assim, a propriedade territorial só é assunto de preocupação na medida em que parte da mais-valia criada corresponde ao proprietário de terra. Portanto, não é possível tratar dessa parte de O Capital como se ela pudesse ter sido concebida independentemente de tudo o que foi exposto anteriormente nessa obra. A renda da terra só pode ser entendida a partir e dentro do processo de produção capitalista (HARVEY, 1984).

A compreensão do processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil se dá no contexto histórico de transição de uma economia agrário-exportadora baseada no trabalho escravo e no regime de concessão de terras para outro contexto em que, a despeito do surgimento do trabalho livre e da compra e venda como forma única de acesso à terra, permanecia a reprodução social baseada no latifúndio e na exploração do trabalho do imigrante em regime de colonato. Nesse sentido, afirma-se que o capitalismo no Brasil tem um caráter rentista, dado o poder do proprietário fundiário na reprodução social neste país.

Dada a centralidade da propriedade da terra e do e do poder do proprietário fundiário rentista na emergência da modernidade no Brasil, torna-se agora possível compreender os desdobramentos da política de distribuição de lotes coloniais a imigrantes em regime de trabalho livre nas colônias criadas em torno da cidade de São Paulo, em especial, para este estudo ora apresentado, no Núcleo Colonial de São Caetano.

Diante da economia desenvolvida pelo imigrante italiano em São Caetano, a qual se realizava com base no trabalho familiar, com o passar do tempo, o tamanho dos lotes pertencentes aos colonos (152.000m^2, pouco mais de 6 hectares) passou a não mais comportar a família extensa. Os arranjos para dividir a terra entre todos os filhos se tornavam difíceis após, no máximo, a terceira geração, passando a não mais permitir a agricultura familiar, já que as famílias de colonos eram numerosas, inclusive algumas já tinham chegado ao Brasil com pais, filhos e netos (MARTINS, 1992: 97). Começa a se verificar a existência do conflito entre direito individual de propriedade (e de herança) e a estrutura da família central no pai ou num dos filhos, uma história de tensões que pode ser exemplificada no caso extremo do episódio até de um parricídio no Natal de 1944 (MARTINS, 1992: 93).

Os imigrantes que não conseguiram tornar-se colonos se constituíram na "primeira base de um mercado imobiliário que alterou muito a fisionomia do núcleo colonial" (MARTINS, 1992: 110). Por conta dessa venda de terras entre os próprios colonos, José de Souza Martins afirma que, na segunda fase da implantação do núcleo de São Caetano (1886-1891), o acesso aos lotes já teve um caráter predominantemente mercantil. Os novos colonos passaram a adquirir lotes diretamente de antigos colonos, obtendo depois o título. Sobre a venda de terras no núcleo colonial, registra-se que dezessete colonos revenderam ou abandonaram lotes, entre 1881 e 1891, ou seja, menos de 11 anos após o seu recebimento e antes da obtenção dos títulos definitivos. Apesar de preço dos lotes estar abaixo do preço de mercado, as dívidas com alimentação e adiantamentos eram pesadas (inclusive, os

débitos eram da família extensa, passando, portanto, de pai para filho) (MARTINS, 1992: 90-93).

Com a crise da atividade agrícola, tornando-se agora mais fácil vender terra para obter dinheiro, restaram duas possibilidades: a) fim do núcleo em detrimento da especulação imobiliária; b) Renda da agricultura estimulando outras atividades, como o comércio e a pequena indústria. O que chegou a acontecer (MARTINS, 1992: 111). Mas, dada a dificuldade de sobrevivência dos colonos (bem como, diante do interesse de especuladores sobre estas terras suburbanas atravessadas pela ferrovia), começa a haver, aproximadamente a partir da última década do século XIX, a venda de terrenos para particulares, como o citado Samuel Eduardo da Costa Mesquita, e para grupos empresariais como o Banco União, caracterizando nesse ato a compra de terra com objetivo especulativo.

O colono Luigi D´Agostini, por exemplo, em fevereiro de 1889, vende 73% do seu lote colonial (parte "de cima" da ferrovia que lhe atravessava) a Samuel Eduardo da Costa Mesquita. Em fevereiro de 1889, D´Agostini devia pagar 318$585 pelos seus débitos. Em 1885, já tinha pagado 120$792 pelos seus dois lotes: o de n. 28 (62.875 m2), ao lado do pátio da capela, e o de n. 79, no atual b, Boa Vista, de 134.851 m2 (89). Comprara, então, 197.726m2 por 120$792, pagos em 1885, dos quais vendeu 46.000m2, em dezembro de 1889, por 1.000$000 (um conto de réis). Por esses 46.000m2, pagara 28$102 (em quatro anos, tendo vendido suas terras por um preço 35,6 vezes maior do que as comprara).

O também colono Antônio Gallo tinha em seu nome um área de 334.907m^2, sendo ele um dos maiores proprietários do Núcleo Colonial. Em janeiro de 1891, antes mesmo de receber o título definitivo das terras, o que só ocorreria em fevereiro, vendeu o lote de n. 47 ao Banco União de São Paulo (que comprava/permutava vários terrenos ao longo de ferrovias). Concentrando a propriedade, o Banco previu o deslocamento da indústria acompanhando a estrada de ferro. Este grande grupo econômico também arrematou terras de Luigi Coppini, permutando o lote n. 63 por outro terreno já à direita do Tamanduateí, em Figueira, atual Vila Alpina (terra, por sinal, com documentação errada, o que foi motivo de litígio entre Coppini e o Banco União). O banco em questão comprou, ainda, em 1890, a Vila Ressaca de D. Deolinda, além de terras de Antônio Álvares Penteado (1890) e de Natale Furlan (1891). Nas

terras do Banco União se estabeleceriam grandes indústrias a partir de 1890, como a fábrica de bebidas do próprio banco, a Cia. Mecânica e Importadora (1911) e a General Motors (em 1929), as quais se instalariam nessas terras, entre outras razões, por conta da presença linha férrea e da estação da Santos-Jundiaí.

O "significado econômico das pressões de novos e velhos colonos sobre as terras do núcleo de São Caetano e a perda da função agrícola da colônia em favor da especulação imobiliária" (MARTINS, 1992: 106) resultaram no fato de que a chegada da especulação imobiliária veio a acabar com o projeto do subúrbio europeizado:

> A fantasia de uma cidade de São Paulo, cercada e adornada por jardins europeizados de frutas e verduras, começou a desvanecer-se justamente em São Caetano, onde a ferrovia trouxe consigo a sua própria fantasia, a da industrialização, alimentando com ela o imaginário dos novos empresários capitalistas nascidos do fluxo da riqueza gerada nos cafezais do interior (MARTINS, 1992: 158).

Já em 1915, as companhias imobiliárias atuavam vendendo terrenos a prestações – "não só terrenos, mas também a visão de espaço em que os terrenos se situavam na sua relação com a cidade de São Paulo" (MARTINS, 1992: 159). Ocorre, ainda, a venda de terras para a construção dos primeiros galpões industriais que viriam se instalar na localidade, aproveitando o acesso aos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí. Observa-se que "um dos capítulos fundamentais da história da industrialização e da acumulação de capital na área metropolitana de São Paulo foi o da manipulação da renda fundiária urbana como fonte de recursos" (MARTINS, 1992: 177), o que levou muitas indústrias a se instalarem nos subúrbios, os quais ainda tinham características marcadamente rurais.

Ou seja, a indústria acabaria nutrindo-se das formas econômicas do passado. Tanto faria especulação comercial quanto faria da renda fundiária urbana uma fonte de acumulação de capital. A indústria paulista viria a se instalar no subúrbio, no entorno da cidade, que era "o componente rural do urbano", área em que predominava uma economia "de ciclo curto", voltada ao abastecimento da cidade, diversamente da industrialização que ocorreu conforme o "modelo clássico europeu", no qual a indústria se instala no seio da metrópole. Portanto, o subúrbio é lugar

privilegiado para se estudar as transformações da cidade e a formação das classes sociais.

Qual efeito o surgimento da nova forma da propriedade, dado no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, teve sobre a produção do espaço metropolitano de São Paulo (considerando, ainda, que a partir já da primeira década do século XX a cidade sofreria uma intensificação do seu movimento de adensamento populacional)?

A transição da renda capitalizada escravista para a renda capitalizada da terra na reprodução das relações sociais na cidade de São Paulo em que se acumulavam e urbanizavam os capitais provenientes da cafeicultura, conforme visto no capítulo anterior, é o processo que contém a gênese de um novo padrão de urbanização, baseado tanto na participação de capitais públicos e privados na produção de equipamentos coletivos urbanos quanto, essencialmente, no loteamento de terra. O caso do núcleo colonial de São Caetano é interessante no sentido de mostrar como, a partir de uma experiência do governo imperial de implantação de um núcleo rural de trabalhadores livres autônomos, veio a se constituir a base de um mercado de terras (a transformação da terra em propriedade privada).

Como visto, o núcleo de São Caetano na passagem do século XIX para o século XX, era constituído de uma pequena comunidade de imigrantes que vieram ao Brasil como trabalhadores livres e instalaram-se em terras do governo, pagando por elas e obtendo o título de propriedade somente após quitar a dívida com os cofres do governo. Desenvolvendo uma economia de pequena escala, em parte voltada ao abastecimento urbano (e disso valendo-se de sua proximidade em relação à capital), em parte para a produção direta de meios de vida. Mas, dada a dificuldade de sobrevivência nas condições em que foram instalados os imigrantes, começou a haver a venda de terrenos para grupos empresariais sediados na cidade. O que está acontecendo ao final do século XIX é o fato de que o capital dos bancos e das grandes empresas vem expropriar o camponês, que na necessidade, acaba convertendo seu meio de produção em meio de circulação, vendo-se, assim, obrigado a vender sua força de trabalho para encontrar meios de sobrevivência.

Para estes grandes grupos econômicos aos quais interessava pagar pelas propriedades rurais dos colonos em São Caetano, a terra era um investimento de

capital, do qual esperavam retorno futuro na medida em que nessas terras, cortadas pela estrada de ferro, passassem a ter um novo uso potencial diante da nascente modernização de São Paulo: abria-se caminho, no subúrbio, para a possível instalação de indústrias e para o parcelamento da terra em lotes urbanos.

Anexo n°2 – Planta do Núcleo Colonial de São Caetano (cópia de 1929 da planta original)

A indicação da escala na forma numérica no documento original encontra-se distorcida nesta cópia por conta de ter sido necessário fazer a redução no tamanho da figura a fim de inseri-la neste trabalho.

Observar que a orientação desta planta é inversa à de todas as outras referências cartográficas por nós pesquisadas.

Notar a clara distinção entre os lotes rurais e os lotes urbanos e, entrecruzando esses últimos, as duas ruas principais (as atualmente denominadas Rua Vinte Oito de Julho e Rua Rio Branco) em forma de cruz voltada para o norte.

Notar ainda que a área do loteamento do Núcleo Colonial corresponde apenas parcialmente à área do atual Município de São Caetano do Sul: primeiramente, na área dos lotes situados na porção norte no núcleo atualmente encontram-se aos bairros de Heliópolis e Vila Carioca, inseridos territorialmente no Município de São Paulo. Além disso, não estão loteadas as terras a leste e a sudoeste do núcleo, as quais correspondiam ao antigo Bairro de São Caetano e, posteriormente, viriam a fazer parte dos limites territoriais do atual município. Os nomes dos proprietários fundiários das terras lindeiras ao Núcleo Colonial estão discriminados no mapa não havendo, contudo, indicação da presença dos posseiros que lá viviam.

Notam-se, também, representados os cursos hídricos, as áreas de várzeas e os caminhos antigos, além da linha ferroviária S.P. Railway.

(Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul).

Capítulo 3 - A chegada da indústria no subúrbio e o início do movimento de conversão da terra rural em terra urbana

As transações de terrenos entre famílias de imigrantes italianos no Núcleo de São Caetano e o movimento de incorporação de lotes de terras coloniais promovido por grandes grupos capitalistas, com a consequente disponibilidade desses lotes de terra em um mercado fundiário já formado nacionalmente, abriram caminho para a implantação de dois novos negócios a partir das primeiras décadas do século XX neste subúrbio: a introdução dos primeiros galpões industriais e a abertura de novos loteamentos residenciais. Os especuladores que investiram na formação de um estoque de terra junto à então recente estação ferroviária de São Caetano passaram a dispor no mercado lotes fundiários anteriormente pertencentes às famílias de colonos imigrantes e aos antigos moradores caipiras da localidade. Terra que interessava a esses novos negócios por conta dos seus atributos de localidade, especialmente a disponibilidade de trabalho do morador suburbano e a acessibilidade para a circulação do capital proporcionada desde a inauguração estação de São Caetano da ferrovia São Paulo Railway. A vida do morador nesse lugar anteriormente definido pelo trabalho livre na pequena propriedade familiar camponesa, com sua economia doméstica e seu cotidiano de privação e festa, colidirá, nesse início de século, com o aparecimento das primeiras indústrias no subúrbio, inserindo nele uma nova temporalidade que passará paulatinamente a predominar sobre o modo de vida comunitário e a paisagem predominantemente rural de São Caetano.

Politicamente, ao início do século XX, o país passava pelo período histórico da Primeira República. Mas, apesar das transformações sociais e políticas anteriormente dadas no decorrer do século XIX no Brasil, a economia nacional continuava assentada numa base de caráter primário-exportador, acarretando a permanência de representantes das elites agrárias no poder e, com isso, a reprodução dos seus interesses. Todavia, nos interstícios dessa economia fundada na grande propriedade da terra e na exploração do trabalho do colono imigrante, a indústria nascente nas cidades aparecia com seus primeiros galpões de produção.

Caio Prado Jr. aponta o último decênio do Império (1880-89) como o primeiro momento significativo de incremento no número de estabelecimentos industriais no Brasil: estes, que totalizavam pouco mais de 200 em 1881, somam mais de 600 no último ano da monarquia, distribuindo-se setorialmente entre a indústria têxtil (com a maior participação percentual, mais da metade de todos os estabelecimentos industriais), alimentação, produtos químicos e análogos, entre outras com menor participação no total (PRADO JR., 1983: 265). Em 1907, ano do primeiro censo das indústrias brasileiras, já são contados 3.258 estabelecimentos industriais no país. Do total desta produção, 33% estavam no então Distrito Federal (a capital da República, compreendendo também os 7% do Estado do Rio de Janeiro), 16% em São Paulo e 15% no Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançava os 5%. "Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total" (PRADO JR., 1983: 266). A cidade de São Paulo desponta, nesse início de século, como o lugar de maior concentração industrial do território nacional.

Atribui-se essa concentração (posteriormente continuada) da indústria em São Paulo ao "progresso geral do Estado, graças ao desenvolvimento sem paralelo de sua lavoura cafeeira, o que lhe trouxera riqueza e população", bem como à "abundância de energia hidráulica, já agora aproveitável sob a forma da eletricidade" (PRADO JR., 1983: 266). Ou, como já vimos anteriormente, devido ao acúmulo de capitais da cafeicultura e a transformações sociais que vieram a engendrar a formação das categorias básicas do capital concentrado na metrópole paulistana. Porém, as indústrias surgidas nesse período compreendido entre o fim do Império e o início da República são chamadas de parasitárias, pois dependem das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial para se estabelecerem. Elas não precisarão "conquistar e alargar mercados"; estes "virão até elas", já que, conforme se davam as crises internacionais, crescia a dificuldade de se comprar mercadorias do exterior. Isso tudo, mais a debilidade do mercado interno, as dificuldades de transporte e a deficiência técnica, teria resultado, ainda segundo a visão de Caio Prado Jr., em "uma indústria rotineira e de baixo nível qualitativo" (PRADO JR., 1983: 268).

Além dessas primeiras indústrias que vieram a concentrar-se crescentemente na cidade de São Paulo desde o final do século XIX, predominantemente classificadas

como produtoras de bens de consumo não duráveis e surgidas nos interstícios de uma economia agroexportadora, outras (de características semelhantes) passam a investir na instalação de galpões de trabalho em certas áreas lindeiras à cidade, como foi o caso das localidades antigamente denominadas Estação de São Bernardo (toponímia posteriormente mudada para Santo André, em área correspondente ao atual centro do município homônimo) e Núcleo Colonial de São Caetano, ambas inseridas no interior do Município de São Bernardo (criado em 1889) e cada uma delas marcada, já desde 1883, pela presença de sua estação da ferrovia São Paulo Railway.

Esta linha ferroviária a qual, em parte do seu trajeto, atravessava o Município de São Bernardo seguindo os terraços fluviais e planícies de inundação entre São Paulo e os morros das nascentes do Tamanduateí, tinha seu percurso traçado de modo que tanto a Estação de São Bernardo quanto a Estação de São Caetano ficavam distantes da Vila de São Bernardo (a qual desempenhava, então, o papel de sede do município). Naquele tempo, o transporte entre a Estação de São Bernardo e a Vila de São Bernardo era realizado com carroças ou no lombo de muares (VERONESI, 1999: 5).

A especulação fundiária ao longo dos trilhos da São Paulo Railway apostou no interesse do capital produtivo sobre os atributos de localidade das áreas pelas quais passaria a ferrovia, interesse que efetivamente se deu tanto ao redor da Estação de São Bernardo quanto sobre as terras do Núcleo Colonial de São Caetano, criando ali um potencial nó de circulação que tornaria possível tanto o desembarque de máquinas e matérias-primas do Porto de Santos quanto o escoamento das mercadorias produzidas para o interior de São Paulo, bem como o deslocamento de trabalhadores que posteriormente (com a maior frequência de circulação de trens de passageiros) passaria a se intensificar.

A condição de proximidade entre o subúrbio e a cidade, particularmente importante para que fosse possível a migração de capitais para uma área até então predominantemente rural, estreitava-se ainda mais se considerarmos que, com a inauguração da estação de São Caetano nos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí, a distância entre São Paulo e São Caetano passou a ser cada vez mais a distância relativa dada pela redução do tempo de percurso proporcionada pelo trem, ocasionando um desnível em relação às distâncias percorridas conforme o tempo de deslocamento dos

antigos colonos, os quais por muito tempo tiveram que percorrer em caravana o trajeto até São Bernardo ou a Mooca para enterrar seus mortos, por exemplo.

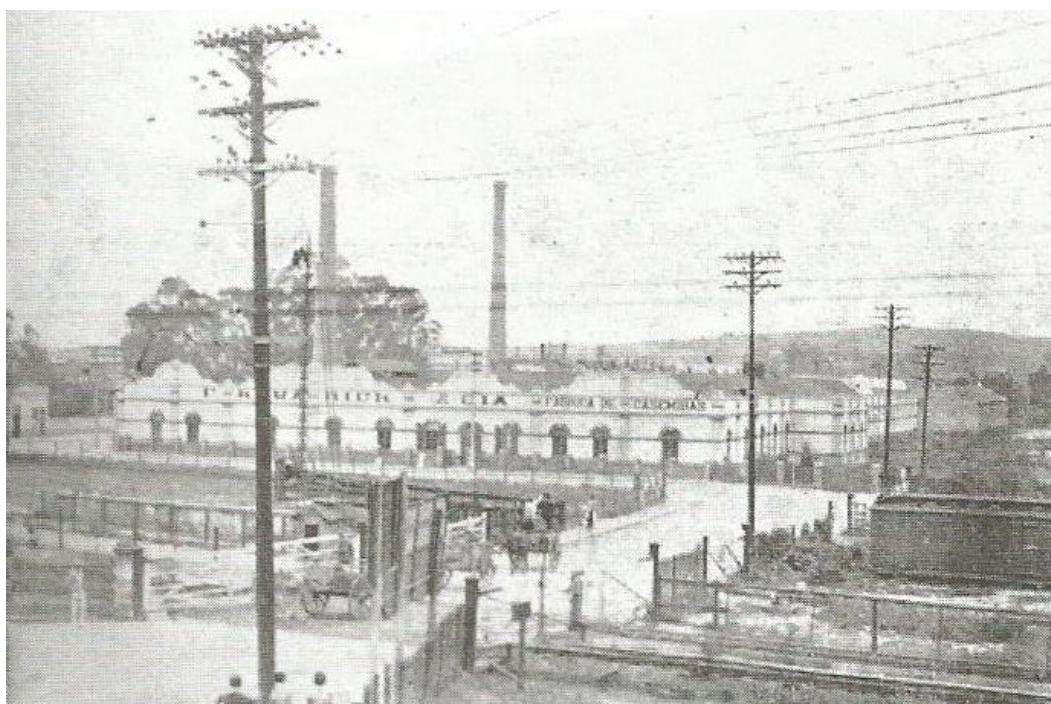
Esse núcleo de adensamento que se constitui no Bairro da Ponte e suas adjacências caracteriza o então Distrito de São Caetano, marcado pela presença da estação ferroviária, das indústrias e das primeiras residências operárias, como um povoado-estação, segundo a classificação de LANGENBUCH (1968), embora a frequência de transporte ferroviário para passageiros ainda fosse pouco constante. Em 1893, nos dias úteis, os trens de passageiros Santos para a capital paravam em São Caetano quatro vezes por dia, e três vezes aos domingos e feriados (MÉDICI, 1993: 148). De fato, a ferrovia, inicialmente, se constituía como elemento de aceleração da circulação apenas para as indústrias que às suas margens se instalavam.

Figura n° 2 - Estação ferroviária antiga

Estação de São Bernardo (hoje, estação do Centro de Santo André) em fotografia de 2 de fevereiro de 1867, dia da inauguração da Estrada de Ferro. Local em torno do qual, posteriormente, viriam a se concentrar as primeiras indústrias do atual ABC paulista. Fonte: Raízes. Ano XII - n°23. São Caetano do Sul, julho de 2001.

A antiga Estação de São Bernardo foi o primeiro e, por muitas décadas ainda, o principal local de concentração de indústrias nos subúrbios a sudeste de São Paulo. Destaca-se, entre as primeiras indústrias que vieram a se instalar em torno da antiga Estação de São Bernardo, a F. Kowarick e Cia. fundada em 1899, fabricando casimiras. Chama-se também a atenção para presença da Companhia Rhodia Química Brasileira,

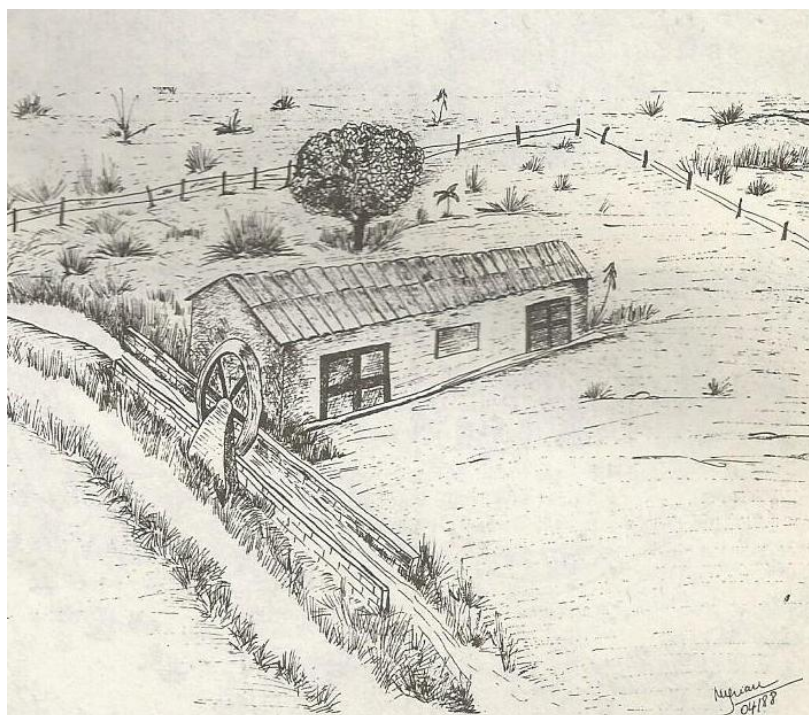
a partir de 1914, instalada às margens do Tamanduateí e próxima também à ferrovia S.P. Railway. Ali viriam ainda a instalar-se a Pirelli (1929) e a Firestone (desde 1923 como uma filial de vendas e, a partir de 1941, com sua fábrica em Santo André, próxima aos trilhos a ferrovia SPR) (MONTEIRO, 2002: 53).

Figura n° 3 - Primeiras fábricas no antigo Bairro Estação (Santo André)

Vista geral externa da fábrica F. Kowarick e Cia., fundada em 1899. Fonte: Raízes. Ano XIV- n° 26. São Caetano do Sul, dezembro de 2002.

Contudo, a chegada da indústria no subúrbio ocorreu, em sua origem, em meio a uma paisagem rural a qual era produto, em última instância, do trabalho dos moradores que desde a chegada da primeira leva de imigrantes no núcleo colonial (ou, no caso da população caipira, até mesmo antes) passou a aproveitar suas pequenas propriedades para usar os recursos da terra no cultivo agrícola e na atividade de transformação ligados a uma economia camponesa. "(...) um dos capítulos fundamentais da história da industrialização e da acumulação de capital na área metropolitana de São Paulo foi o da manipulação da renda fundiária urbana como fonte de recursos" (MARTINS, 1992: 177), o que levou muitas indústrias a se instalarem não na cidade, mas nos locais onde a terra era mais barata e nos quais

igualmente havia disponibilidade de transporte, de acesso a água e da mão-de-obra do trabalhador.

De fato, além da presença da estação ferroviária como fator de localização industrial, a amplitude dos terrenos dessa área predominantemente rural, disponíveis a preços relativamente mais baixos do que no interior da cidade, também constituiu um atrativo de barateamento de custo para o capital industrial em busca de áreas para a instalação de novos galpões. Finalmente, nas terras do núcleo colonial de São Caetano concentrava-se um contingente de trabalhadores moradores imigrantes e de origem caipira, para quem a oportunidade de trabalho industrial e de ganho salarial passou a se por como alternativa diante das dificuldades de obtenção dos meios de vida a partir de uma economia doméstica camponesa, a qual apresentava claras limitações numa área em que as famílias se defrontavam com a progressiva escassez de terra de trabalho conforme passavam-se as gerações.

Figura n° 4 - Roda de moinho de fábrica antiga em paisagem rural

Roda de moinho no Rio dos Meninos pertencente à fábrica de pólvora de Attílio Tosetti. A fábrica, após se incendiar, foi vendida para as Indústrias Aliberti. Reconstituição de Casério Veronesi, desenho de Myriam Cecília de Freitas. Fonte: Raízes, Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

Um primeiro caso a se mencionar acerca dos primórdios da instalação de indústrias em São Caetano é o da fábrica de formicida pertencente a Fernando de Albuquerque. “Em 1890, instalou-se em São Caetano a Fábrica de Formicida Paulista, de propriedade de Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, que foi presidente da província do Rio Grande do Norte e era dono de ações de um grande número de empresas comerciais, industriais e bancárias” (MARQUES, 1993: 64). Outro acionista foi Virgíneo de Rezende, eleito, em 1907, presidente honorário da Sociedade Beneficente União Operária no momento de sua fundação. A Fábrica de Formicida esteve em atividade por mais de 20 anos. Segundo dados de 1893, ela empregava 16 operários adultos e três menores (MÉDICI, 1993: 43), chegando a 35 operários em 1901 (MARQUES, 1993: 64).

A essa época, em terreno próximo à estação de São Caetano e comprado pelo Banco União com objetivo especulativo, estava também sendo construída uma destilaria de bebidas alcoólicas e refinaria de açúcar movida a vapor, fábrica que entraria em atividade a partir de 1883 (MARQUES, 1993: 65). Registra-se que, em 1895, a destilaria teve deferido um pedido de redução de impostos junto à Câmara de São Bernardo (MÉDICI, 1993: 45). Supõe-se que o fim da fábrica, na passagem para o século XX, se deu por causa da valorização dos terrenos para outros usos mais rentáveis.

Outro caso significativo dentre as primeiras indústrias instaladas em São Caetano é o da fábrica de sabão e graxa de Pamplona, Sobrinho & Cia., a qual viria a se transformar na Companhia Fábricas Pamplona, em funcionamento a partir de 1896, localizada na área onde posteriormente passariam a funcionar as fábricas do grupo Matarazzo (MARQUES, 1993: 64). A empresa Pamplona começou a surgir quando José Coelho Pamplona desfez, em setembro de 1873, uma sociedade que tinha no Rio de Janeiro, na qual possuía uma pedreira que fornecia lastro para navios. Posteriormente, José Coelho Pamplona veio para São Paulo, sendo citado em 1877 como contratador de obras públicas. Em 1881, José Coelho Pamplona fez um pedido à câmara de São Paulo para explorar um abatedouro a fim de usar os resíduos do gado para extrair substâncias e gorduras para a fabricação de produtos (MÉDICI, 1993: 158). Já em 1887, é citado como proprietário de fábrica a vapor de sabão e velas na rua dos Andradas.

Esta fábrica foi transferida para São Caetano em 1896, e instalada nos terrenos que haviam pertencido a Samuel Eduardo da Costa Mesquita.

Esta fábrica produzia sabão, velas, graxas e óleos lubrificantes, ocupando área de 40 mil metros quadrados situada no entorno da antiga capela central do Núcleo Colonial de São Caetano, no local atualmente conhecido como Bairro Fundação (MÉDICI, 1993: 47). A fábrica fora instalada próxima ao Rio dos Meninos, de onde, muito provavelmente, saía a energia para movimentação de alguns maquinários.

> Em 1912, a fábrica Pamplona era totalmente movida a vapor, fabricava sabão, velas, graxas e óleos lubrificantes de vários tipos. Possuía um ramal próprio da estrada de ferro por onde recebia as matérias-primas vindas do estrangeiro e de outros estados, e também por onde saía a produção, embalada em caixas, feitas em sua serraria (MARQUES, 1993: 65).

Localizada em um amplo terreno, a Companhia Fábricas Pamplona encerrou um dos limites para a expansão da área central do antigo Núcleo Colonial de São Caetano. Projetado para ser uma porta de entrada da nascente moderna cidade de São Paulo, criado para ser uma incubadora das novas relações de trabalho baseadas naquilo o que a consciência dos planejadores entendia ser um novo tipo humano o qual se pretendia disseminar na sociedade brasileira, este subúrbio encontra, no seio das mesmas transformações históricas, o limite para a "germinação dessa nova sociedade" (conforme pretenderam as políticas colonizadoras). A partir do processo por meio do qual a terra se converteu em mercadoria, os subúrbios paulistanos vieram a inserir-se numa relação vertical que, agora, se sobrepunha à relação horizontal historicamente estabelecida entre cidade e subúrbios. Trata-se de uma relação fundada, agora, não mais somente no comércio entre uma e outros, mas, sobretudo, no gradiente do preço da terra o qual desponta na comparação entre a metrópole e seus subúrbios. Situação a partir da qual a alocação de novos investimentos, quaisquer que sejam as finalidades (produtiva, habitacional, etc.), passa a se dar numa comparação entre o custo da terra no centro (que, no presente contexto, sobe conforme ocorre o adensamento da produção do espaço) e nos subúrbios (ao início do século XX, ainda predominantemente rurais, todavia próximos à cidade e beneficiados com algumas das infraestruturas nela concertadas).

Diante da criação desse gradiente no preço da terra entre a cidade e seus subúrbios, emerge a potencialidade de transferência de capitais da primeira para os últimos, em busca de maiores margens de retorno financeiro por conta, inicialmente, da menor necessidade de imobilização de capital em terra. Daí em diante, o subúrbio, cuja economia era ao menos parcialmente voltada ao abastecimento dos mercados urbanos, passa cada vez mais a se relacionar com a cidade por meio de uma abstração que é o preço da terra, bem que foi rapidamente monopolizado por grandes grupos econômicos, tornando-se renda capitalizada de alto potencial nas mãos destes grupos.

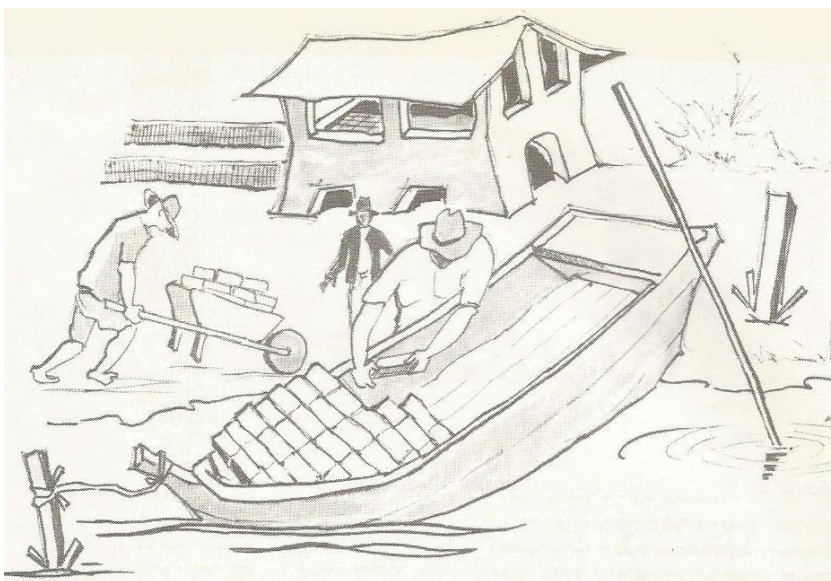
Além do preço relativamente menor da terra no subúrbio, a baixa densidade da ocupação foi um fator atrativo para que ali se instalassem especialmente indústrias causadoras de grande impacto ambiental. Duas dessas primeiras fábricas, a Formicida e a Pamplona, eram indústrias químicas, geradoras de poluição, instaladas num meio predominantemente rural em que a emissão de resíduos ocorria distante dos locais de maior adensamento populacional e de rigor da fiscalização sanitária, tal como era a Cidade de São Paulo (MARTINS, 1992: 160).

Mas o ramo da atividade de transformação de matéria prima para a produção de mercadorias que mais cresceu a partir do início do século XX em São Caetano foi o da produção ceramista, com destaque para as olarias. Tratava-se, a princípio, da continuidade de uma atividade já realizada no Tijucuçu desde o século XVIII na fazenda da Ordem de São Bento. Essa continuidade da atividade oleira pode ser verificada no fato de que, desde 1879, dois anos após o início da distribuição de lotes de terra para a formação do Núcleo Colonial de São Caetano, o já anteriormente citado capitalista Samuel Eduardo da Costa Mesquita passou a utilizar os antigos fornos da Fazenda de São Caetano para a produção de tijolos nas terras por ele adquiridas. O Banco União, segundo registro de 1892, tinha em suas terras uma olaria “cadastrada como de primeira classe”, importante recolhedor de impostos para o município de São Bernardo (em cujo território, na época, estava São Caetano) (MÉDICI, 1993: 45). Mas a fabricação de tijolos logo também passaria a ser uma atividade realizada pelas famílias de imigrantes em seus próprios lotes de terra. No ano de 1890, dentre os imigrantes moradores das terras do núcleo de São Caetano, são citados como oleiros Giuseppe Pin, Antônio Garbelotti, Paulo Martorelli (também fabricante de carvão), Ângelo Cavana e Giuseppe Ferrari (MÉDICI, 1993: 44). A respeito da produção oleira

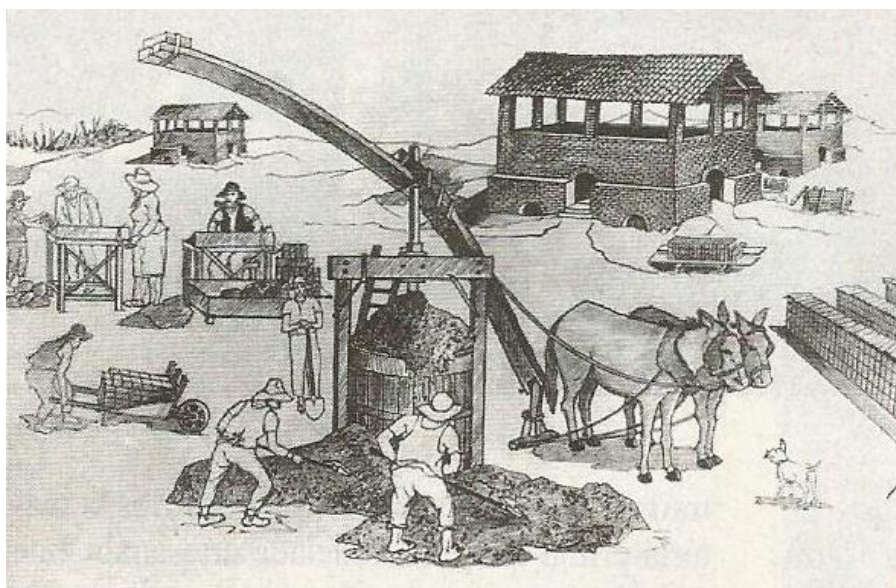
predominantemente fundada na propriedade e trabalho familiares, considera-se o seguinte:

> Típica empresa familiar, as olarias formavam um núcleo onde todos se conheciam. Oleiros, caçambeiros, pipeiros, batedores, lançadores, todos iniciavam desde as primeiras horas a ingrata tarefa de domar o barro. Porém, caso a família não conseguisse dar conta da produção, eram contratados trabalhadores de fora, geralmente amigos. Como não podia deixar de acontecer, as crianças também eram recrutadas para o trabalho, inclusive há notícias de crianças tijoleiras com apenas cinco anos de idade (FICARELLI, 1996: 62).

A descrição do trabalho nas pequenas olarias montadas pelos imigrantes (fossem eles colonos ou tivessem eles adquirido terras junto aos primeiros) releva uma divisão do trabalho simples baseada na coordenação de diferentes operações que vão da extração da matéria-prima e seu transporte à sua transformação, processo no qual as etapas do trabalho eram executadas por membros da família ou eventuais contratados de acordo com técnicas artesanais, utilizando-se tração animal e intenso emprego de energia humana operando meios de produção próprios e rústicos, caracterizando, portanto, um tipo de fábrica doméstica.

Figura n° 5 - Trabalho nas olarias (1)

Desenho de Jayme da Costa Patrão representando o embarque de tijolos por meio do rio para a comercialização. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

Nesse início do processo de trabalho realizado pelas pequenas olarias, ocorria a extração da matéria-prima, ou da torba, que, misturada a outros barros, “dava um tijolo mais resistente e leve”, tarefa esta feita por um caçambeiro. Despejado o barro no pátio da olaria, era feita a mistura da massa na pipa, procedimento que se dava com o emprego da tração animal feita por burros. “O barro misturado saía por uma boca na parte inferior da pipa e o pipeiro o transportava numa carriola até o batedor”. Este batedor pisoteava até ser encontrada a altura do tijolo, depois cortado com as próprias mãos e posto na forma e, “com a ajuda de um fio de arame preso a um arco, tirava o excesso do barro, espalhava areia por cima para o tijolo não grudar e entregava a forma ao lançador”. O tijolo era, então, tirado da forma, untado com areia e colocado sob o sol para secar, antes de ir ao forno. Por fim, o batedor arrumava os tijolos “no forno de madeira especial e colocava a lenha para queimar” (FICARELLI, 1996: 62).

Figura n° 6 - Trabalho nas olarias (2)

Etapas do trabalho em uma olaria. Desenho de Jayme da Costa Patrão. Fonte Raízes. Ano VI - n° 14. São Caetano do Sul, julho de 1996.

Ademir Médici cita a existência, em 1914, de 23 unidades de produção ligadas à atividade ceramista e às olarias, considerando essa época como a do “auge” dessas fábricas. Além das pequenas olarias (de um ou dois fornos) em nome de colonos de São Caetano, havia aquelas de três ou quatro fornos, pertencentes a nomes como

Carmine Perrella e Antônio Garbelotti, inclusive fábricas em nome da Companhia Melhoramentos de São Caetano e da Cerâmica São Caetano – a maior de todas, com seis fornos, fundada em 1913 após ter absorvido a Cerâmica Privilegiada (MÉDICI, 1993: 55-6).

Figura n° 7 - Olarias

Olaria de Sílvio Perrella (1912). Fonte: Raízes, Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

O Museu Paulista, no Bairro do Ipiranga em São Paulo, foi construído com tijolos provenientes das olarias de São Caetano, assim como muitos edifícios em Santos também foram construídos com material proveniente daquele local. No depoimento colhido por FICARELLI (1996), a entrevistada Esperança Martorelli Cairo afirma que a venda de tijolos para Santos começou porque "a estrada de ferro começou a colocar na linha vagões grandes, de transporte de tijolos, lenha, tudo!" (FICARELLI, 1996: 63). É possível afirmar, portanto, que a existência dessas olarias inseria-se no contexto de um ciclo de investimentos decorrentes do capital agrário-exportador que dominava a economia brasileira, representado aqui pela presença da estação ferroviária que passou a facilitar o escoamento do produto para outras áreas que estavam rapidamente se urbanizando. Na medida em que os capitais do café acumulavam-se e ocorria a urbanização de São Paulo e de Santos, ambas as cidades

interligadas pela ferrovia por conta dos negócios envolvendo a exportação do café, crescia a demanda por materiais de construção utilizados na época, tais como aqueles fabricados nas olarias de São Caetano, entre muitos outros núcleos de produção oleira nos subúrbios paulistanos.

Apesar do mencionado aparecimento das primeiras indústrias e do início do desenvolvimento da atividade ceramista a partir das primeiras olarias, a localidade de São Caetano, que em 1905 tinha sido elevada de Núcleo de São Caetano à categoria de Distrito Fiscal integrado ao então Município de São Bernardo (PENTEADO, 1958b: 69), aparece, em 1909, como a sexta colocada em recolhimento de impostos, dentre oito localidades que, no total, constavam para fins tributários no interior deste município[19] (MÉDICI, 1993: 48). Só depois de 1911 a industrialização ganharia força, com as fábricas ocupando os terrenos reservados pelos especuladores desde o final do século XIX.

O crescimento industrial de São Caetano, enfim, seria observado com mais nitidez a partir da década de 1910, com o aumento do número das já referidas olarias e com uma maior diversificação dos estabelecimentos comerciais, mas, principalmente, com a ampliação do setor industrial. Também na Cidade de São Paulo o número de estabelecimentos industriais aumentava rapidamente, estabelecimentos cujo caráter apontamos com referência à seguinte citação:

> (...) essa fase de *industrialização* corresponde ao aumento do número de oficinas, pequenas fábricas e manufaturas artesanais ligadas a atividades semi-industriais. As estatísticas oficiais denominam-nas de *estabelecimentos industriais*. O salto [do número de indústrias na Cidade de São Paulo] é muito grande em menos de 15 anos, tanto no número desses estabelecimentos quanto no de empregados; em 1907, havia 3.258 estabelecimentos "industriais", com 150.041 operários; em 1920, o número de indústrias eleva-se a 13.336, com 275.512 pessoas empregadas (JOVANOVIC, 2000: 12).

Esse crescimento numérico dos estabelecimentos industriais, no caso de São Caetano, ocorre paralelamente ao da Cidade de São Paulo e pode ser inicialmente

[19] Além de São Caetano e Vila de São Bernardo, as outras localidades determinadas para fins de recolhimento de impostos no Município de São Bernardo eram, segundo citação do livro de escrituração dos impostos de Indústrias e Profissões da Câmara Municipal de São Bernardo no ano de 1909: Estação (Santo André), Ribeirão Pires, Alto da Serra (Paranapiacaba), Rio Grande (da Serra), Pilar (Mauá) e Campo Grande (MÉDICI, 1993: 48).

observado a partir do momento em que foi baixada pela Câmara Municipal de São Bernardo, em 16 de setembro de 1911, a primeira lei de incentivos fiscais em São Caetano (lei n° 95). A lei beneficiava com isenções fiscais as novas indústrias instaladas na região, contanto que tivessem um mínimo de 50 empregados e desde que não houvesse empresas similares no município. Surgem, logo em seguida, três novas indústrias: The Anglo Brazilian Steel Structural and Importing Co. Ld., que realizava fundição de ferro e aço (e iria dar origem à Companhia Mecânica Importadora, depois Companhia Saad, localizada onde hoje é a Vila Lucinda, no atual Bairro Fundação); uma unidade de fabricação de óleo de coco purificado para fins alimentares, pertencente a Pedro Giorgi, Antonio Picosse e Adolpho Petrochi; além de uma fábrica de chumbos para caça, de Francisco Calzia (MÉDICI, 1993: 50).

Figura n° 8 - Primeiras indústrias

Fábrica de Giogi e Piscossi & Cia. (atual Refinadora de Milho Brasil), fundada em 1913. Fotografia da década da 1930. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

O acréscimo desses primeiros galpões industriais tanto em São Caetano quanto, mais ainda, em torno da Estação de São Bernardo passou a acarretar transformações significativas na hierarquização dos espaços de poder. Como a partir da década de 1910 começou a ocorrer esta progressiva concentração demográfica e de fábricas em

torno do Bairro da Estação, passando este a ganhar cada vez mais importância econômica em relação à própria Vila de São Bernardo, sede do município, em "1910 o Bairro da Estação passou a Distrito, com o nome de Santo André, em homenagem à antiga vila fundada por João Ramalho, a Vila de Santo André da Borda do Campo" (MONTEIRO, 1999: 41). Já em 1916, foi criada a Lei Estadual n° 1.512, de 4 de dezembro de 1916, que dispunha sobre a elevação de São Caetano à condição de Distrito de Paz, cuja instalação ocorreu em 6 de fevereiro de 1917. Na época, sua população era de aproximadamente cinco mil pessoas, tendo como base o recenseamento nacional de 1920 (GIANELLO, 2000: 6).

No decorrer das décadas de 1910 e 1920 seriam abertas muitas novas indústrias em São Caetano. Dentre elas, as já citadas Cerâmica São Caetano, olaria com seis fornos e capacidade para 270 mil tijolos (1914) e a Companhia Melhoramentos de São Caetano, olaria com quatro fornos (1913), as quais passaram a operar no ramo da produção de tijolos e outros materiais de construção segundo uma divisão manufatureira do trabalho. Surgiriam também as seguintes indústrias: Companhia Antártica Paulista (1914); a Valentim Culpi (de Silvério Perrela), com moinho de fubá (1915); a Companhia Metálicas e Mecânica, de Prudente Noé (1916); a Salvetti Massucci, refinaria de açúcar (1916); a Fábrica de Formicida de L. de Queiróz (1916); as Indústrias Reunidas F. Matarazzo, com fábrica de sabão e óleo (1917); uma fábrica de biscoitos de Domingos Pellegrini (1917); a N. Foudring e Cia., com fábrica de correias (1917); a fundição de ferro e outros metais de Romeu Mazini (1917); a fábrica de móveis de ferro de Lourenço Câmara (1917); A Mazotti e Cia, com sua fábrica de vidros (1918); a Barssotti Jorge e Cia. (1918), no ano seguinte denominada Giorgi Piscossi e Cia., produzindo manteiga de coco e salitre; a serraria e fábrica de móveis Abreu Cassini e Cia. (1920); a Vieira de Aguiar com produtos químicos e fábrica de vidros (1920); a fábrica de sabão e sapólio de J. Marques e Cia. (1920) e a Perrela e Cia., com seis teares (1920) (MÉDICI, 1993: 51). PENTEADO (1958b: 69) cita ainda a presença da Refinadora de Óleos Brasil (1913) e da General Motors do Brasil (1929).

No decorrer dessa fase de rápido incremento da instalação de unidades fabris no Distrito de São Caetano, sua participação nos recolhimentos de impostos para a Prefeitura de São Bernardo aumentava. Em registro de 1920, São Caetano já aparece

em segundo lugar dentre as localidades de maior recolhimento de impostos neste município, atrás apenas de Santo André (MÉDICI, 1993: 48-55).

Figura n°9 - Primeiras indústrias

Funcionários da Fábrica F. Gigolo & Cia. Ltda., nos anos 20. Fonte: Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989.

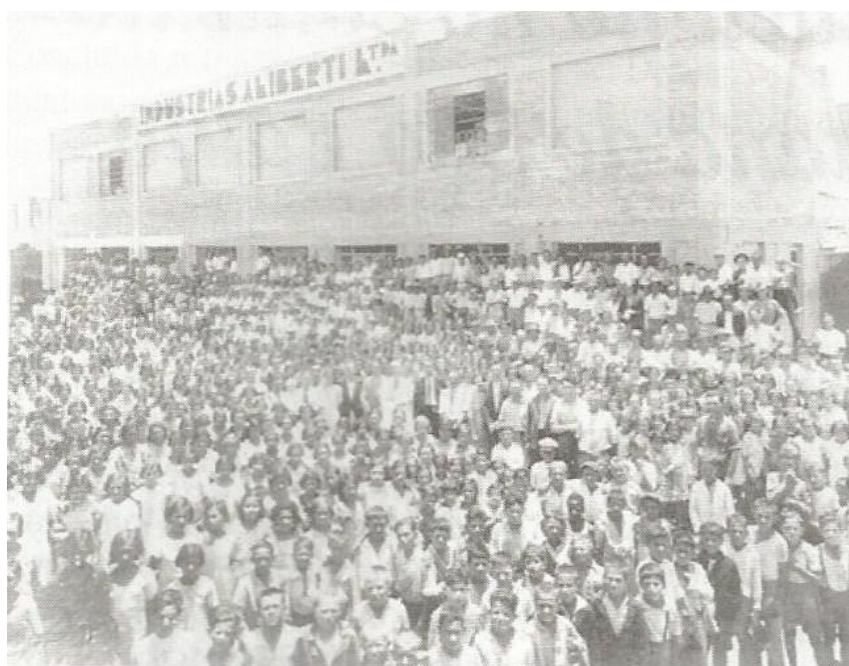
A fábrica dos irmãos Aliberti[20], em termos da quantidade de empregos gerados e do tamanho das instalações, também pode ser citada como importante fábrica nesse período de expansão no número de estabelecimentos industriais em São Caetano. Esta fábrica oficialmente chamava-se Indústrias Aliberti Ltda., tendo sido fundada em 11 de março de 1923 no local onde anteriormente funcionou uma antiga fábrica de pólvora da família Tosetti, que havia se incendiado (GIANELLO, 1999: 11). Nas Indústrias Aliberti fabricavam-se botões para camisas, atividade que empregava inclusive crianças as quais, na divisão do trabalho fabril, eram encarregadas de "bater coco", o que consistia basicamente em:

> (...) descascar coquinhos com um pedaço de ferro para retirar a semente com a qual eram fabricados os botões (...). A produção mínima diária de um menino era de um quilo, e o salário era um tostão (cem réis) por quilo de

[20] "A história destes irmãos está ligada também à evolução da aviação brasileira, pois ambos construíram o primeiro planador do Brasil e realizaram em 2 de março de 1930, o primeiro voo em planador da América do Sul, experiência pioneira de trágicas consequências para Guido Aliberti, falecido em função da seriedade dos ferimentos provocados em um acidente com seu planador" (GIANELLO, 1999: 11).

> coco descascado, suficiente para o ingresso do cinema, principal divertimento dominical da criançada (GIANELLO, 1999: 11).

É significativo, para compreendermos a forma da exploração do trabalho nas indústrias nessa época, o dado de que as crianças eram empregadas em certas etapas manualmente realizadas no processo de trabalho, recebendo por isso um salário ínfimo. Trata-se de uma forma de exploração do trabalho contraditoriamente inserida em um momento histórico de aparecimento do moderno (corroborando, aqui, a ideia de MARTINS, 1993): o trabalho infantil, nesse caso, se dava com base na existência de um *ethos* pré-moderno, no qual a criança trabalhava desde muito cedo e colaborava com a produção dos meios de vida para sua família, o que dificultava ou muitas vezes inviabilizava a possibilidade dessas crianças frequentarem a escola.

Figura n°10 - Operários das fábricas antigas

Operários da fábrica dos irmão Aliberti, na década de 1930. Raízes. Ano X - n° 20. São Caetano do Sul, dezembro de 1999.

José de Souza Martins (1993) reconstitui um evento mórbido para examinar sociologicamente o caráter do trabalho na sua gênese no subúrbio de São Caetano: o assassinato de um casal pertencente à elite de São Caetano do Sul, efetuado pelo operário Paolo Michelini que, na verdade, tinha a intenção de assassinar seus patrões, Guido e Aldo Aliberti, donos da já referida fábrica de botões. Martins aponta que nos

documentos relativos ao caso, várias testemunhas vieram a dar seus depoimentos tentando criar a tese de que teria havido um crime passional, argumento apoiado na suposição de que Paolo era apaixonado pela mulher assassinada – uma caso de amor não correspondido entre duas pessoas que se situavam diversamente na hierarquia social ainda com características estamentais do subúrbio de São Caetano. Nas investigações, o acusado pelas mesmas testemunhas de ser alcoólatra, pouco dado ao trabalho e à pontualidade e mentalmente insano. Isso tudo apesar de, como demonstra Martins, Michelini ter sido um empregado importante e bem pago dos irmãos Aliberti, tendo inclusive residido em sua casa. “Há no processo indicações de que Michelini não era o inconstante que pretendiam algumas testemunhas” (MARTINS, 1992: 342).

O fato é que “sua mobilidade profissional questionava os pressupostos corporativos e patrimoniais da indústria na época. Havia uma certa ideia de servidão no vínculo do operário com a fábrica” (MARTINS, 1992: 343). “Michelini era um artesão, um arcaísmo no interior da grande indústria” (MARTINS, 1992: 345). E “na localidade, as pessoas ainda eram classificadas socialmente segundo valores e qualidades supostamente de nascimento” (MARTINS, 1992: 346): defeitos e qualidades eram considerados inatos. O conflito entre Michelini e os Aliberti “estava relacionado com a questão da disciplina do trabalho. Ele entrava e saía quando bem entendia” (MARTINS, 1992: 346). Michelini, então, sentia que sua vida privada tinha sido capturada pelos Aliberti, era um empregado cujos patrões estavam tentando pessoalmente disciplinar de acordo com uma racionalidade típica da fábrica. Michelini, num surto de insanidade mental, decide, então, assassinar seus patrões como forma de sua própria libertação.

> Sociologicamente, Michelini se insurgia contra a dominação pessoal do patrão, os mecanismos de controle e a disciplina subserviente que lhe quisera impor. (...) Assinalava que as relações de trabalho deviam encerrar uma dupla e igualitária vontade: a do patrão, mas também do operário. Seu gesto solitário e louco anunciava, antes do tempo, o fim do patrimonialismo da República Velha e o advento das inovações sociais da Revolução de Outubro de 1930. Anunciava também, no subúrbio o fim da era da obediência, em que os patrões podiam dormir com a porta destrancada, e o início do tempo da transgressão (MARTINS, 1992: 353).

Contudo, embora as relações sociais entre patrões e empregados na indústria ainda repusessem certas formas pré-modernas de subordinação do trabalho, muitas dessas fábricas já se utilizavam de técnicas relativamente avançadas para o seu tempo, tais como a introdução de máquinas a vapor ou a energia elétrica em determinadas etapas do processo de trabalho. Exemplo disso é a Companhia Mecânica Importadora, fundada em 1914, na qual se buscou efetuar inovações tecnológicas no uso de energia e no emprego de maquinário, trazendo trabalhadores estrangeiros para treinar brasileiros (MÉDICI, 1993: 54-5). A seguinte referência faz menção a uma série de fábricas em São Caetano movidas a energia elétrica já no início do século XX:

> A energia elétrica em São Caetano, desde 1915, já movimentava o moinho de fubá, de Silvério Perrella, a fábrica de Carroças de Ceccato e Martins, a fábrica de formicida de L. de Queiroz, a fábrica de biscoitos Domingos Pelegrini, a fábrica de correias de N. Fanderings, a Cia. Fundação de Ferro de Romeu Mazini, a fábrica de móveis dos irmãos Scartozzoni, a fábrica de vidros Manzzoti e Cia., a fábrica de botões dos irmãos Aliberti, a fábrica de louças Adelinas (GIANELLO, 2000: 6).

Portanto, na gênese da indústria no Brasil, "prevaleceram os artesãos livres e avulsos, combinando às vezes suas habilidades pré-capitalistas com equipamentos industriais avançados para o seu tempo, mesclando diferentes tempos históricos num mesmo processo de trabalho" (MARTINS, 1992: 8-9). A gênese do operariado, no caso dos subúrbios paulistas, diverge da gênese do operariado conforme ela ocorreu no modelo clássico europeu, a partir do qual, segundo a crítica de José de Souza Martins, a sociologia brasileira vinha erroneamente tentando interpretar a realidade nacional. Também não é "na greve que está a gênese da condição operária" (MARTINS, 1992: 178), de modo que a perspectiva teórica que preconiza tal maneira de enxergar o operariado inverte a história real. Argumenta-se, portanto, que a formação de uma "consciência de classe" do trabalhador (ou melhor, a condição subjetiva desse trabalhador) não é algo que se possa deduzir de esquemas abstratos e de teorias importadas: ela é mais complexa do que isso, e seu entendimento, na proposta de Martins, deve partir da decifração dos meandros da percepção e da concepção de mundo no corpo e na cabeça do trabalhador, bem como da trama que se forma no tempo vivido pelo mesmo. "A história real do trabalhador não é somente a história de

suas ações coerentes com o rumo da História. Mas é também a história de suas ações incoerentes e equivocadas" (MARTINS, 1992: 178).

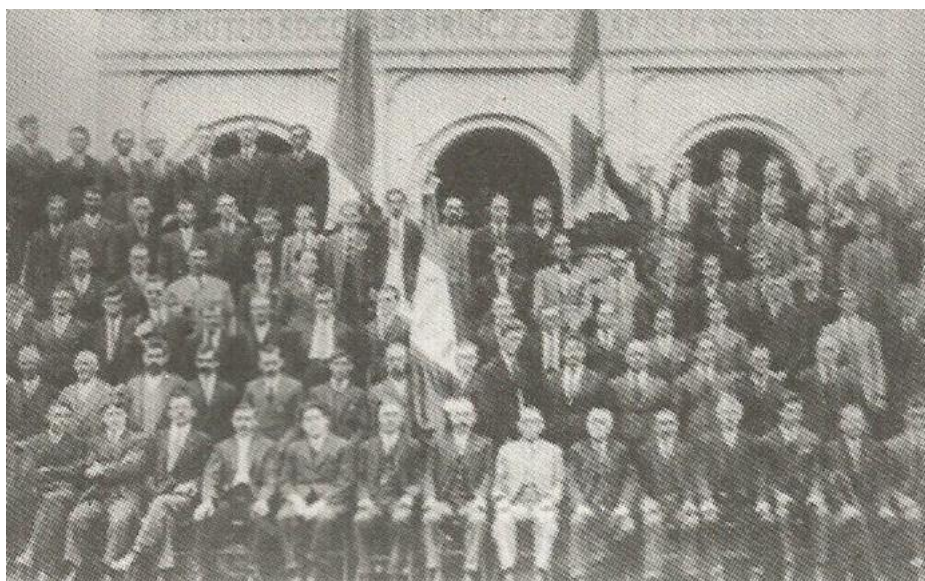
> Na história real, as relações sociais que têm datas desencontradas se mesclam, cenários historicamente excludentes se combinam. São esses desencontros parte essencial da alienação do trabalhador e não só o desencontro entre o trabalhador e a máquina. A vida cotidiana do trabalhador, aquela que é inteligível para ele próprio, se desenrola nesses cenários e situações de desencontro. E é nela que o trabalhador toma consciência do que pensa ser e do que pensa querer historicamente (MARTINS, 1992: 178).

Por isso, em sua obra, José de Souza Martins lida com a categoria de trabalhador "e não imediata e estritamente com a categoria de operário. Porque se trata de desvendar como o operário se constituiu (e, também, não se constituiu) nas mãos, no coração e na mete do trabalhador livre, no seu trabalho, nos seus dilemas e no seu projeto" (MARTINS, 1992: 179). Não se trata de um avanço nítido em direção a um perfil histórico definido, mas um processo de avanços e recuos, sendo possível, no caso do subúrbio de São Caetano, "demarcar a gênese do operário antes do aparecimento do tipo e do típico", bem como sua primeira forma de organização que foi, "nesse momento inicial, corporativa e religiosa. Teve, portanto, uma forma claramente pré-capitalista; não foi diretamente sindical" (MARTINS, 1992: 180).

A primeira "forma de organização coletiva dos colonos de São Caetano surgiu em 1879 e teve como uma de suas finalidades o sepultamento dos mortos. Era a Irmandade de São Caetano" (MARTINS, 1992: 181). Foi constituída por iniciativa dos próprios colonos como organização na qual os membros pagavam joias mensais para terem direito a indenização no caso de morte do trabalhador que sustentava a família. Era então uma organização de caridade que atuava em momentos de dificuldades naturais na vida do trabalhador: quem "dependia do seu próprio trabalho para sobreviver (...) estava sujeito à pobreza na circunstância inevitável da doença ou da morte" (MARTINS, 1992: 183), portanto, estava sujeito a uma pobreza acidental. A Irmandade não foi, entretanto, "uma iniciativa social para atender necessidades privadas", já que a preocupação com a morte "era parte da concepção de que o morrer não era assunto privado" (MARTINS, 1992: 185), e esse social era, portanto, sagrado. A Irmandade era, de fato, uma espécie de confraria religiosa, pois seus

membros se dedicavam à veneração de determinados santos católicos (a religião foi, antes mesmo que a tão proclamada italianidade, o elemento de aglutinação dos primeiros colonos de São Caetano). Mas a Irmandade ia além de suas funções religiosas e de caridade, envolvendo-se, por exemplo, por ter prestado queixa contra Samuel Eduardo da Costa Mesquita, o já mencionado médico residente na cidade de São Paulo que havia grilado terras em São Caetano, ou na briga contra os funcionários da fazenda desse mesmo médico.

Outra entidade notada na história de São Caetano foi Società de Mutuo Soccorso Príncipe di Nápoli de San Gaetano, fundada em 11 de dezembro de 1892. "Foi ela a segunda organização gremial da população local, já especificamente orientada para a prática do mútuo socorro. Era o tipo de entidade que os sociólogos, equivocadamente, gostam de considerar organização pré-sindical" (MARTINS, 1992: 193). Uma terceira entidade de apoio mútuo entre trabalhadores foi a Sociedade Beneficente Internacional União Operária, fundada em 15 de novembro de 1907, a qual também se propunha "a pagar diárias aos sócios que, por motivo de doença, não pudessem trabalhar ou, então, pagar despesas médicas e farmacêuticas. Além disso, os sócios tinham a obrigação de acompanhar ao túmulo os que falecessem" (MARTINS, 1992: 197).

Figura n°11 - Società de Mutuo Soccorso Príncipe di Nápoli

Dirigentes e membros da Società de Mutuo Soccorso Príncipe di Nápoli, nos primeiros anos do século XX, em frente à entidade. Fonte: Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989.

A diferença básica entre as duas entidades é que a União Operaria professava "uma ideologia internacionalista, em oposição à da Società, que, por seu lado, logo desenvolveu uma identidade acentuadamente italiana" (MARTINS, 1992: 197). Embora se assemelhassem na organização e nos princípios estatutários, a Società Príncipe di Nápoli só permitia o ingresso de italianos ou de seus descendentes, enquanto a segunda aceitava filiações independentemente da nacionalidade do pretendente. Segundo o pesquisador Henry Veronesi, a proibição do ingresso de não-italianos na Príncipe di Nápoli "encontrava-se implícita e explicitamente em alguns artigos do regulamento social". Até o ano de 1935, a Società só lavrou suas atas no idioma italiano, "só deixando de proceder desta forma por imposição legal do governo brasileiro" (VERONESI, 1998: 9). Na Soceità de Mutuo Soccorso Príncipe di Nápoli:

> (...) o sócio novo, para gozar dos benefícios médicos, farmacêuticos e pecuniários, tinha que cumprir um período de carência que era, mais ou menos, idêntico ao adotado pelos atuais planos de saúde. (...) O novo sócio não podia, durante esse período, manifestar-se ou sugerir qualquer coisa durante as reuniões (...) (VERONESI, 1998: 10).

Chegou a haver uma proposta de fusão entre as duas entidades: este pedido foi encaminhado por alguns membros da Sociedade União Operária à Príncipe di Nápoli, tendo, porém, sido ignorado pela segunda. A razão para o pedido de fusão entre as duas entidades pode ser compreendido diante do fato de que "ser sócio da Società Príncipe di Nápoli trazia certas vantagens não só pelo benefício que proporcionava, como também dava ao associado um status privilegiado na comunidade" (VERONESI, 1998: 11).

Contudo, segundo José de Souza Martins, o "ato de fundação da União Operária não deixou de ter os mesmos componentes de vassalagem e homenagem" da Príncipe di Napoli, tendo a direção da Sociedade União Operária sido ligada aos donos da já referida fábrica de formicidas que funcionou em São Caetano nesta época. Eram, portanto, entidades corporativistas de tipo tradicional, cuja conduta não caracteriza interesses "caracteristicamente operários": "Ao contrário, nenhum operário dirigiu qualquer das duas entidades" (MARTINS, 1992: 201), consideração que frustra qualquer tentativa de buscar nesse contexto a origem do notório sindicalismo no ABC operário a partir da segunda metade do século XX.

Esse momento de gênese da indústria e do trabalhador no Brasil tem no subúrbio um lugar, embora não único, mas privilegiado para se compreender o processo social moderno no Brasil. Sob as condições aqui apresentadas, sobretudo considerando-se o descompasso existente, na época, entre a cidade como lugar da obra e do poder e o subúrbio como lugar do trabalho, do fazer, o subúrbio pode ser lido como o espaço da classe trabalhadora em sua emergência social no Brasil.

Segundo a crítica de José de Souza Martins, o ocultamento do subúrbio no pensamento social brasileiro sugere que o modo de pensar dos intelectuais, de maneira geral, não se libertou dessa perspectiva colonial da relação de dominação entre a cidade e o subúrbio. Pois a indústria nacional não se desenvolveu no centro culto e politizado, e não só nos bairros, mas também nos subúrbios (o que significa dizer que essa história da gênese da indústria no Brasil deve se contar de uma perspectiva do trabalhador que reside nos subúrbios, e não da perspectiva do mandar, do poder que reside na cidade). Em outras palavras, os estudos sobre a gênese da classe trabalhadora no Brasil ignoram a origem peculiar do operariado nacional, "promovem a separação entre a classe e seu espaço, lidando com uma classe sem espacialidade" (MARTINS, 1992: 9), com uma existência abstrata e uma relação fantasmagórica com o urbano.

No subúrbio, temos uma "alienação particular na relação entre esse trabalhador e seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho", um subúrbio "empobrecido de vínculos com a História" e um morador-trabalhador diferente do cidadão: um cidadão menor, para quem a cidade é parcialmente real, real de modo insuficiente, incompleto, parcial. Enfim, para o trabalhador suburbano, as promessas da modernidade, o encontro promovido pela cidade, a monumentalidade desta, tudo isso se realiza de modo insuficiente (MARTINS, 1992: 11).

Na análise do modo segundo o qual o trabalhador suburbano vive as promessas da modernização, ponderamos inicialmente que a vida social do morador de São Caetano transcorria fundamentalmente no interior da centralidade formada pela presença do pátio da primeira Igreja Matriz (construída no mesmo local da antiga capela beneditina e atualmente conhecida como a antiga Igreja Matriz) e da aglomeração formada sobre os antigos lotes urbanos do Núcleo Colonial de São

Caetano. Bairro da Ponte era a denominação popular para este bairro antes do seu nome ter sido mudado para Bairro Fundação, pela Lei nº135, de 15 de dezembro de 1950, já no tempo do mandato do prefeito Ângelo Raphael Pellegrino (GARBELOTTO, 1992: 50). A ponte do nome popular refere-se à ponte existente sobre o rio Tamanduateí entre este bairro e a Rua Ibitirama, pela qual se fazia a ligação com a Cidade de São Paulo por meio do Caminho Velho do Tijucuçu. Havia uma importante relação entre a população de Vila Bela, em São Paulo, e a de São Caetano:

> (...) os poucos moradores de Vila Bela (hoje, subdistrito de Vila Prudente) dependiam exclusivamente de São Caetano. (...) Seus moradores tinham, na verdade, inteira integração com o Bairro da Ponte, e em nenhum momento se julgavam moradores da capital, mas sim de São Caetano (GARBELOTTO, 1992: 50).

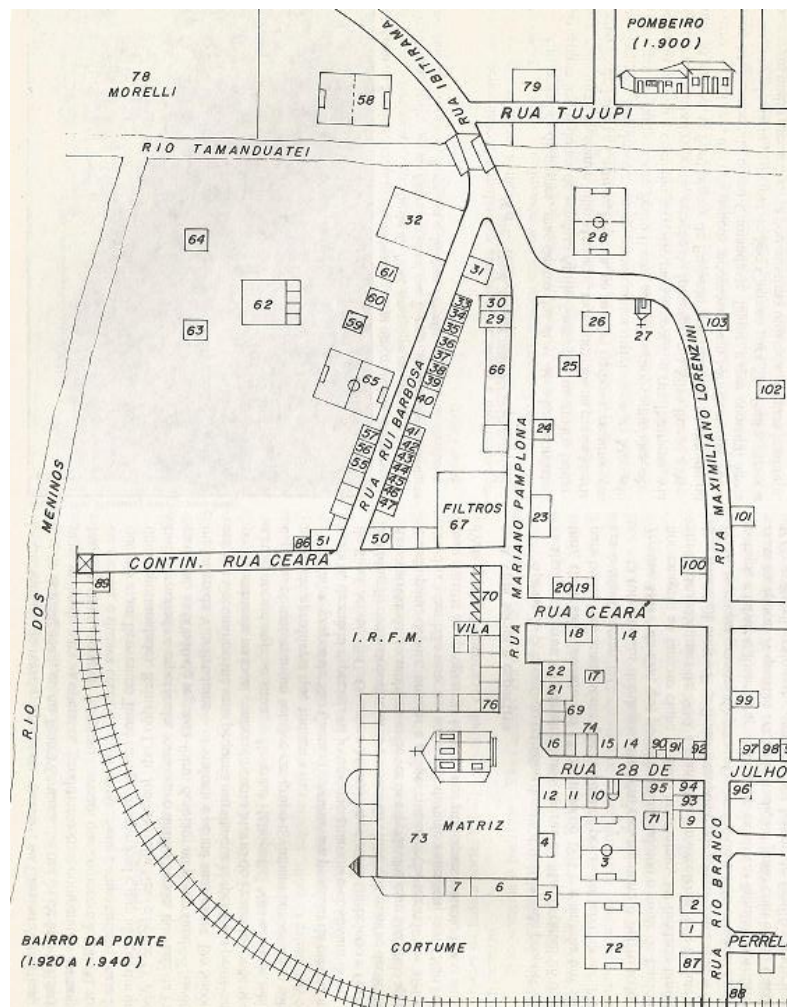
Conforme citação do depoimento de Casério Veronesi, nascido em São Caetano em 1905, é possível apreender alguns aspectos da vida cotidiana em torno da centralidade exercida pela antiga Igreja Matriz de São Caetano. Na Rua 28 de julho (em frente ao pátio da Matriz), ficava a venda de Maximiliano Lorenzini (MÉDICI, 1993: 156), local de encontro entre os homens. Sobre a venda dos Lorenzini e sobre o trânsito e o encontro de pessoas neste ponto central, relatou Casério Veronesi:

Figura n° 12- Comércio no centro do antigo Bairro da Ponte

Padaria Marchigiana, situada no atual Bairro Fundação (1937). Fonte: Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989.

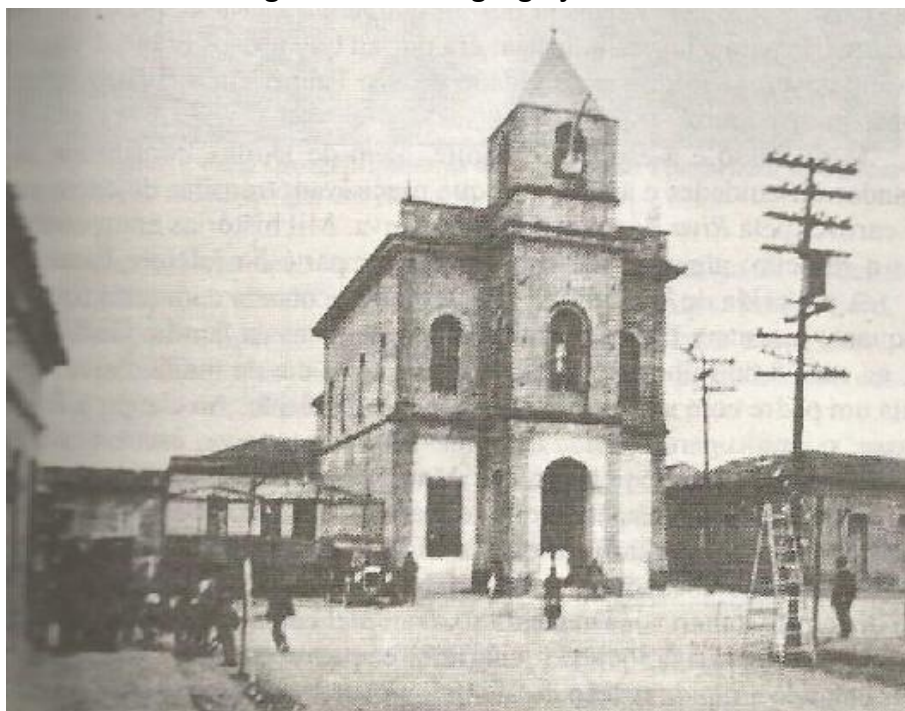
> (...) vendia açúcar preto de saco, pinga de barril, arroz, feijão, carne-seca, bacalhau e tantas outras coisas. Era um ponto estratégico esta venda. De tempos em tempos, sempre num domingo, aparecia um brasileiro (caipira) de São João Clímaco para vender tropas de burros (MÉDICI, 1993: 156-157).

Esse trecho citado ainda demonstra a condição de centralidade do pátio da Matriz na relação de intercâmbio estabelecida entre núcleo colonial e outras localidades dos arredores, ligadas a São Caetano por caminhos antigos de tropas, como foi o caso de São João Clímaco. Os burros eram comprados pelos colonos porque constituíam um importante instrumento de trabalho para realização de tração e carga nas antigas olarias (MÉDICI, 1993: 156-157).

Figura n°13 - Croqui do bairro da ponte

O bairro da ponte e alguns de seus moradores na visão de Duílio e Enzo Giorgetti. Período de 1920 a 1940. Sem escala. O norte dessa figura está apontado para o alto da folha. Fonte: Raízes. Ano III - n° 6, janeiro de 1992.

> O largo era, por assim dizer, o palco principal da vida de São Caetano. Para ali convergiam os trabalhadores das inúmeras indústrias do grupo Matarazzo. A igreja, por sua vez, particularmente após a criação da Paróquia de São Caetano, em 31 de Março de 1924 (sob direção do padre João Pelanda, seguido por Alexandre Grigolli) era um indiscutível polo de aglutinação do povo. Todos os domingos, nas festas religiosas e quermesses organizadas pelos grupos religiosos, o local tornava-se intensamente movimentado (GARBELOTTO, 1992: 55).

Na década de 1920, além da igreja, o largo era "ocupado por residências, todas pertencentes à indústria [Matarazzo], onde residiam altos funcionários italianos, trazidos para os principais postos" (GARBELOTTO, 1992: 55). Além disso, no Largo da Matriz havia do portão o curtume da Matarazzo, as canchas de bocha de Joá (João Perrela) com seu bar, na esquina da Rua 28 de Julho.

Figura n°14 - Antiga Igreja Matriz

Igreja Matriz em 1927. À direita, a vila de casas das IRFM. Fonte: Raízes, Ano III - n° 6. São Caetano do Sul, janeiro de 1992.

Nas ruas do Bairro da Ponte não havia calçamento, guia ou sarjeta. A iluminação pública era feita "por oito lampiões a querosene (jacarés)", distribuídos pelas ruas do bairro. O funcionamento deles ficava a cargo de um servidor contratado, "chamado Pedro Manzetti, morador da rua Virgílio de Rezende, que todas as tardes,

quando começava a escurecer, pegava seus instrumentos de trabalho e começava a acender os lampiões” (VERONESI, 1991: 26). Pelas ruas, transitavam somente:

> (...) carros de bois, charretes, carroças, troles de aluguel. O ponto de troles estava situado na rua Coronel Fernando Prestes (hoje, Conselheiro Antônio Prado), ao lado da linha da S.P.R. Eram alugados, geralmente, por pessoas que vinham de fora visitar o Curandeiro, tido como homem milagroso (VERONESI, 1991: 27).

Contudo, simultaneamente aos momentos iniciais do processo de concentração de indústrias suburbanas, já começou a ser deflagrado também o processo de parcelamento de terrenos dos lotes coloniais rurais os quais, como visto anteriormente, já haviam sido, em grande parte, transacionados entre os imigrantes mais antigos e os mais recentes ou mesmo incorporados por grandes grupos econômicos. A abertura de lotes residenciais para famílias de trabalhadores das fábricas foi, portanto, engendrada a partir tanto da ação de pequenos empreendedores quanto por conta do movimento de concentração da renda capitalizada da terra dos arredores rurais de São Paulo nas mãos de grandes grupos empresariais especificamente capitalistas, os quais, valendo-se simultaneamente de sua capacidade de investimento e dos direitos juridicamente garantidos pela propriedade da terra, acumularam um verdadeiro estoque de terras com a perspectiva de futuramente auferir sua participação na divisão dos possíveis retornos financeiros advindos da urbanização do subúrbio, a qual então passava a se anunciar.

É no curso do aparecimento das primeiras indústrias que se dá a origem da transformação da terra rural em terra urbana no subúrbio de São Caetano. Sobre essa transição do rural para o urbano, importa inicialmente aprofundar a exposição sobre o próprio significado da categoria de renda da terra no debate marxista e estender essa questão para o seu (contraditório) complemento, que é a questão do ambiente construído. Conforme exposto anteriormente, a questão da renda da terra no processo do capital entra como a necessidade de pagamento pelo uso da terra pelo capital produtivo. Mas, para dar conta de como se dá a relação entre proprietários de terra e proprietários de capital na economia urbana, é necessário abordar primeiramente o modo como a constituição do ambiente socialmente produzido se converte na

sedimentação de atributos permanentes, que se tornam inerentes ao local, mas podem ser apropriados privadamente.

Entendemos que a conversão da terra rural em terra urbana ocorre na medida em que a renda fundiária deixa de ser um pagamento a um proprietário privado pelo uso das características naturais (irreprodutíveis) da terra que ele monopoliza, passando a ser um tributo sobre o monopólio de localizações (e dos seus atributos particulares) no ambiente construído, uma disputa por sítios num meio em que o processo de produção do espaço resultou em um acúmulo de intervenções socialmente produzidas, as quais acabaram como que se tornando atributos próprios à terra em si.

Ao início dos seus escritos sobre renda da terra no Capital, Marx coloca que a denominação de solo compreende a água, etc., desde que esteja anexa ao solo de um proprietário. Propomos aqui a interpretação de que, no texto de Marx, a categoria "terra" é usada no sentido de que esta terra encerra todo um conjunto de "recursos naturais", que são condição de produção no processo do capital. Mas uma condição de fora do capital (justamente porque natural), alheia às suas categorias básicas, ou seja, uma barreira para o capital, pela qual ele vai ter que pagar um preço. Ou seja, Marx não fala da terra como um dado objeto, como uma coisa em si, mas trata da terra de modo relacional (e dialético) no interior de sua teoria do valor: concebe a terra como um conjunto geral de condições naturais (advindas, portanto, a partir de fora da produção capitalista), todavia necessárias à reprodução capitalista, cuja possiblidade de uso é monopolizada por um proprietário privado.

Segundo HARVEY (1984), o valor de uso da terra difere nas três maneiras seguintes: a) Para dela se extrair algo (mineração); b) pode ter suas propriedades mobilizadas como forças da natureza (ventos, quedas d'água) – nesses dois casos, terra como condição de produção – ou c) como base de uma reprodução contínua (agricultura, reflorestamento) – nesse caso, instrumento ou meio de produção.

Dentro do processo de produção de mercadorias, a forma capitalista da propriedade pressupõe que esta propriedade (isto é, o controle privado e não necessariamente produtivo sobre uma porção do globo) seja usada por algum capital produtivo para, por meio da exploração do trabalho, produzir mercadorias que possibilitem gerar lucro, donde se pode tanto cultivar essas terras, como também é

possível nelas instalar capital fixo, abrir novos meios de circulação, construir meios de consumo coletivos. Em outras palavras, o trabalho morto fixado na terra, isto é, a constituição do ambiente produzido, é, em primeira instância, um setor dentre outros da produção de mercadorias. Por isso, inclusive, a propriedade da terra com fins absolutamente especulativos (ou seja, negar-se hoje a disponibilizar terra no processo de produção em busca de maior rentabilidade futura; deixar a terra improdutiva aguardando pelo uso mais rentável) é uma irracionalidade do sistema.

Segundo HARVEY (1984), os melhoramentos na terra são, é claro, resultado do trabalho humano. Casas, estradas, etc., podem ser produzidos tais como mercadorias, podendo ser tratadas como valor no processo de circulação como ambiente construído (HARVEY, 1984: 331). Trata-se aqui do juro sobre um tipo específico de capital fixo e sobre os meios de consumo coletivo, novamente, o ambiente produzido. Mas o caminho para concebermos a análise da produção do espaço urbano por meio da categoria de renda é o de partir da ideia de que, Marx, criticando os economistas fisiocratas, afirma que a renda não brota do solo, isto é, a renda resulta da distribuição da mais-valia gerada no processo de trabalho capitalista. É, portanto, tributo pago pelo capitalista ao proprietário da terra pelo uso do recurso de que este último dispõe. Ora, quando o capitalista paga pelo uso da terra a seu proprietário no meio urbano, ele não esta só remunerando os benefícios até eventualmente implantados pelo proprietário mesmo na terra: está remunerando a condição de monopólio desse proprietário sobre todo um complexo de infraestruturas que cercam sua localização na cidade, as quais encerram possibilidades de uso sobre cuja produção o proprietário de terra não teve participação alguma.

É aqui importante, portanto, a distinção entre a posse dos meios necessários à produção capitalista de mercadorias e a propriedade privada da terra (dada com a mercantilização da terra): a primeira "interioriza a criação de mais-valia", enquanto a segunda é só "transferência do valor já criado, em outra esfera da sociedade, ao proprietário de terra". "Esta transformação da mais-valia em renda da terra aparece como elemento externo, incrustado à produção imediata e fora do domínio do capital produtivo" (PEREIRA, 1988: 60).

Portanto, a associação entre, de um lado, meios de produção produzidos e a categoria econômica de lucro sobre o capital e, de outro lado, meios de produção não

produzidos e a categoria econômica de renda é, para Marx, uma ilusão dos economistas políticos burgueses: implicam que a renda "brota do solo" e que a terra tem valor independentemente de ser produto do trabalho humano. Contra ela, argumenta: a característica da propriedade privada sob o capitalismo é a total separação entre a terra como instrumento de produção e a propriedade privada da terra. O controle sobre a terra é dos proprietários, mas os meios de produção (mesmo que a terra, enquanto meio de produção), esses, só o capital comanda (o que presume a expropriação de toda propriedade camponesa, por exemplo).

A concepção de renda da terra como resultado da distribuição da mais valia, fato não ocorre não só possivelmente, mas necessariamente no interior dos circuitos da economia urbana, é condição fundamental para entender a geração de rendas fundiárias urbanas, as quais desempenham um papel de coordenação no modo de produção capitalista (não produzem valor diretamente, mas ajudam a produzir mais-valia, coordena sua produção na medida em que os capitais podem circular em busca rendas do uso da terra, inclusive da terra urbana) (HARVEY, 1984).

É certo que os valores de uso da terra são, a princípio, dádivas da natureza, variando em quantidade e qualidade. A produtividade do trabalho na terra, portanto, pode variar de acordo com essas circunstâncias naturais, que são apropriáveis e não reprodutíveis. Ocorre o sobrelucro que, ao contrário do sobrelucro do capital industrial (temporário, porque obtido a partir de investimentos que resultam em inovações nos meios de produção, as quais podem ser equiparadas pela concorrência), se dá por conta do monopólio sobre uma terra cujas condições superiores são permanentes (as condições superiores dessa terra serão sempre superiores). Tais condições podem ser chamadas de *raridades* das quais o capital pode se apropriar. Mas assim como as condições naturais encerram raridades no que concerne ao uso do solo, também o espaço urbano que preencha determinados pré-requisitos de infraestrutura e localização pode ser considerado um sítio que possibilite o acesso a determinadas raridades necessárias (e desencadeadoras de diferenciais de produtividade) no processo de produção.

Segundo BOTELHO (2007), a evidência da existência da renda fundiária urbana se dá quando observamos que dois imóveis iguais, localizados em pontos distintos da cidade, terão preços diferentes. Botelho retoma o tema da renda da terra urbana

porque o considera importante para entender a hierarquização dos usos do solo urbano, para a acumulação do capital e para a reprodução das relações de produção capitalistas.

É possível, inclusive, estabelecer uma analogia entre as rendas rurais e urbanas: a chamada renda de situação corresponderia à renda diferencial I; a renda de equipamento correspondendo à renda diferencial II e, por fim, permanece a renda absoluta, pretendida por todo proprietário, que serve de base para a especulação. Adriano Botelho também nota que Marx fez apontamentos sobre a renda urbana na cidade em seus escritos sobre renda fundiária. No meio urbano, o preço da terra sofre influência da localização, é possível a formação de preços de monopólio, além do que, principalmente, não deixa de existir na cidade a exploração do desenvolvimento social pelo proprietário, que nada contribui ou arrisca para gerar tal desenvolvimento. É o crescimento das cidades (mais moradores aportando nelas) e a implementação de capital fixo à terra que fazem com que cresça a renda fundiária urbana (BOTELHO, 2007: 74).

Na concepção das rendas fundiárias urbanas é ainda necessário considerar que, no interior desse chamado ambiente produzido, não existe localização em si, mas investimentos sucessivos de capitais que vão criando localidades, centralidades. "É por meio da reunião e intensificação de investimentos, públicos e privados, que se formam centralidades, que por sua vez reiteram rendas por melhor localização". No termo localização estão escondidos os processos de produção do espaço. Além disso, sucessivas alterações vão criando novas camadas: "na medida em que as transformações vão se equalizando na metrópole, vão parecendo criar um nível zero a partir do qual novos investimentos irão diferenciar preços". Criam-se "vantagens locacionais", que nada mais são do que uma situação geográfica produzida, lidando com a exploração do trabalho no conjunto da produção social (MARTINS, 2010).

Existe uma particularidade da renda da terra que se torna ainda mais verdade nas cidades, ou seja, na renda da terra urbana: é necessário terra para produzir, mas ela não entra exatamente no processo produtivo. Quando se vende a mercadoria imobiliária, vende-se não somente a casa, o galpão, o terreno, mas, sobretudo, o direito de propriedade sobre os usos potenciais daquele sítio. Aliás, mesmo que a terra não entre na produção, sua propriedade deve ser remunerada a partir de um patamar

mínimo, como se entrasse nas piores condições de produção (a produção sob a mais baixa composição orgânica do capital). A remuneração sobe a partir desse patamar mínimo, por conta do desenvolvimento da forma de exploração do trabalho. Por isso o preço das habitações nunca abaixa. E é por isso que, na conversão de terra rural em urbana, essa erra urbana deve remunerar no mínimo o que a terra rural já remunerava (MARTINS, 2010: 50-51).

Em debate com Juergen Richard Langebuch, Odette Seabra discute um ponto sobre os povoados-estação: o primeiro autor afirma que estes povoados, locais de formação e concentração de um mercado de trabalho, ao crescerem em função das estações ferroviárias, fariam com que outros pontos tivessem se desvalorizado. Seabra diz que não há desvalorização alguma:

> (...) a valorização dos diferentes segmentos da cidade obedece também a leis que transcendem o próprio lugar enquanto uso possível, e lhe insere num complexo sistema que é o dos circuitos propriamente urbanos, nos quais a propriedade é remunerada segundo um patamar mínimo que equivale à produção social, conforme a riqueza que circula produtivamente pela sociedade. O preço da terra sobre em todas as áreas circunvizinhas da cidade de São Paulo (SEABRA, 1987: 40).

Acrescentamos nessa discussão que esse foi exatamente o caso da antiga Vila de São Bernardo, que, como já citado, se desenvolveu em função do antigo Caminho do Mar, mas não se desenvolveu no mesmo paralelo que o Distrito de Santo André, o qual, devido (entre outros fatores) à centralidade exercida pela estação ferroviária, tornou-se o aglomerado de maior concentração de capitais nessas três primeiras décadas do século XX. Contudo, não se pode afirmar com muita certeza se houve a chamada estagnação, ou mesmo a decadência da Vila de São Bernardo, uma vez que esta permaneceu como sede do município até 1939. O fato é que as todas as condições gerais que determinaram o aporte de capitais industriais em Santo André, mas também em São Caetano, fizeram com que não só esses dois núcleos, mas todas as terras que correspondem ao atual ABC paulista se tornassem potencialmente localizações privilegiadas para novos investimentos, tanto no setor da indústria como no de produção de moradias e estabelecimentos ligados àquilo o que se convencionou chamar de setor de serviços. Portanto, o uso até então predominantemente agrícola

dessas terras estava de frente, agora, com o fato de que elas passaram a constituir um estoque fundiário possível a toda uma cadeia de negócios ligados à produção do espaço urbano. Virtualmente, já tinham se urbanizado mesmo antes de se urbanizarem. Continuavam suburbanas, apesar de que o sentido do processo que se delineava era o de já apontar para o momento em que seria quebrada essa vivência social e geográfica horizontal dos subúrbios rurais.

Assim, a "transformação da terra em mercadoria e seu significado na mudança da lógica de expansão urbana, com a introdução da noção de lote e loteamento" (SUZUKI, 2004: 146) resultaram no surgimento de novos sujeitos sociais, particularmente o loteador. O loteamento alterou significativamente a forma de expansão da cidade de São Paulo (definem-se limites, calcula-se a área e propõe-se um desenho regular do traçado das ruas, um traçado normalmente ortogonal). A definição da terra como mercadoria permite a extração da renda territorial absoluta, enquanto a modernização (realizada no espaço produzido, inclusive a partir da abstração geométrica na produção deste mesmo espaço) configura-se como elemento de valorização do espaço.

Por isso, afirma-se que "à indústria de fazendas no campo correspondia a 'febre do loteamento' na cidade". A valorização imobiliária era favorecida mais "pelas mudanças gerais na economia – emissões de dinheiro, aprofundamento da divisão do trabalho, produção de infraestrutura... – do que pelo acréscimo da demanda que poderia significar, por exemplo, o afluxo de imigrantes" (PEREIRA, 1988: 62). Em São Caetano, o movimento de loteamento de terras para a edificação urbana começou a ser realizado nas cercanias da própria estação ferroviária. O local atualmente conhecido como Bairro Centro se formou a partir do momento em que começou a se dar a desintegração do núcleo colonial, marcada pela especulação imobiliária, conforme visto anteriormente.

> A primeira venda de terrenos no centro foi feita pela família Baraldi, com colônia no local. Os Baraldi doaram o terreno da estação ferroviária, inaugurada em 1º de Maio de 1883. Isto foi fundamental para definir um novo centro, descentralizar o centro de então – junto à antiga capela dos beneditinos – e permitir que os próprios imigrantes Baraldi abrissem ruas e iniciassem, na prática, o primeiro loteamento central (MÉDICI, 1993: 201).

O loteamento da família Baraldi, da década de 1910, é o caso de empreendimento no qual o loteador arregimenta grupos de trabalhadores para realizar a abertura de ruas em antigos lotes rurais de terra e, eventualmente, para a construção das casas, criando, com esse trabalho, os lotes e edifícios residenciais ou comerciais. O trabalho que realiza a abertura novas ruas para dar acesso aos lotes converte-se em um bem público (a via de circulação), doado à prefeitura do município que, a partir de então, passará a se responsabilizar pela manutenção desse bem e pela realização de futuras melhorias. Notar que os loteamentos começam a ser abertos por colonos, segundo seu próprio plano de abertura de ruas, ou seja, sem que haja qualquer regularização legal de como devem ser os arruamentos. A história contada sobre o nascimento do empreendimento da família Baraldi é uma narração que dramatiza essa forma particular de realização do negócio fundiário:

> (...) ao se casar, em 1902, com Ernesto Felix Baraldi, Santina Anna Corraldi Baraldi sugeriu ao marido que deixasse o emprego que mantinha há anos na Fábrica de Formicida e passasse a se dedicar à venda de terrenos a baixo preço, abrindo e fazendo ruas à sua custa para depois doá-las ao Município. Ernesto Baraldi seguiu o conselho. As ruas foram doadas ao então Município de São Bernardo e a construção da igreja Sagrada Família, na década de 30, em terreno doado pelos Baraldi, valorizou ainda mais o pedaço, a exemplo do que já fizera no século passado a estação ferroviária. Os Baraldi, na verdade, não criaram nenhum loteamento convencional. Preferiram construir pequenas casas de aluguel, posteriormente vendidas, reformadas e/ou demolidas pelos compradores. Além de vender terrenos aos interessados (CALDEIRA, João Netto Caldeira, 1937 *apud* MÉDICI, 1993: 145).

Segundo o depoimento de d. Maria Bento Soares, Joana Baraldi possuía muitas casas de quintal ao longo da atual Rua Conselheiro Antônio Prado, que acompanha a linha férrea, tendo d. Maria residido em uma dessas casas. Seu relato menciona a existência de casas de aluguel construídas por meio desses empreendimentos imobiliários de famílias locais, nas quais residiam famílias trabalhadoras como a dela, cujo pai era carpinteiro, tendo participado da construção de muitas casas na cidade (MÉDICI, 1993: 197). É importante aqui salientar a participação dos trabalhadores artesãos moradores de São Caetano na construção das casas de aluguel de empreendimentos como o da família Braido, pois as técnicas construtivas empregadas em tais edificações e a produção dos materiais utilizados eram de domínio dos

artesãos especializados, como por exemplo, os carpinteiros, assim como os materiais como tijolos e telhas eram primordialmente fornecidos por fabricantes locais.

Ainda no centro, no mesmo molde de colonos que lotearam por conta própria suas terras, a Vila Santo Antônio (dos Cavana, família de colonos, inclusive o nome vem da capela de Santo Antônio construída pelos Cavana). “Os Cavana, que também tinham lote colonial no centro de São Caetano, evitaram os intermediários e lotearam eles próprios suas terras, junto à Rua Baraldi” (MÉDICI, 1993: 201).

Mas, além de loteamentos e da construção de casas de aluguel feitas pelos próprios colonos, começou a haver a atuação de empresas loteadoras, com destaque, inicialmente, para o grupo dos Pamplona. “Os Pamplona assumiam o poder econômico em São Caetano na virada do século. Com várias iniciativas. Era deles a maior indústria” (MÉDICI, 1993: 152).

A Companhia Fábricas Pamplona é um caso exemplar de empresa que, além do investimento produtivo na indústria de transformação, teve seu capital intrinsecamente ligado à exploração rentista da propriedade fundiária. Em 1911, a empresa organizou a Cia. Melhoramentos de São Caetano, que adquiriu lotes de antigos colonos, abriu ruas e organizou boa parte do centro atual da localidade (MARTINS, 1992: 118). A propriedade privada da terra, para esta empresa, não só foi um meio de estabelecer localização para a instalação do seu galpão industrial, mas foi também uma fonte de rendimentos, realizados, porém, na medida em que a própria empresa vendia terrenos em lotes abertos por sua Companhia Melhoramentos. “Enquanto funcionou como corretora, antes de 1916, portanto, a antiga Companhia Melhoramentos de São Caetano vendeu vários lotes nessa área”. Victório Dal´Mas adquiriu cinco desses lotes para montar sua indústria química, depois transferida para a Carlo Del Prete (MÉDICI, 1993: 159-160).

É ainda significativo para compreender a imbricação do capital industrial com o rentismo na empresa dos Pamplona o já mencionado fato da transferência da fábrica de São Paulo para São Caetano, em busca de terreno amplo a um preço mais baixo do que na cidade:

> Em 1911, constituíram a Companhia Melhoramentos de São Caetano, que loteou terrenos que haviam pertencido a antigos colonos. Além disso, Mariano Paim Pamplona obteve da prefeitura de São Bernardo o privilégio

> para iniciar a instalação dos serviços de água e esgoto na localidade. A família Pamplona iniciava em uma vila em franco progresso as mesmas atividades que desenvolvia em São Paulo à época do Império – contratação de obras públicas e loteamento de terrenos (MARQUES, 1993: 65).

Temos, posteriormente, a grande empresa já realizando os loteamentos de Espólio de Mariano Paim Pamplona (103 lotes abertos em 1918, sendo que em 1939, 47 encontravam-se sem compradores). Terras nas quais veio a se instalar a fábrica de botões dos Guido e Aliberti (MÉDICI, 1993: 202).

Em consonância com a nova forma da propriedade privada representada pelo lote urbano de terra que passou então a existir, o próprio trabalho construtivo foi se modificando na Cidade de São Paulo, bem como em seus subúrbios. A esta altura, a cidade de tijolos já tinha se imposto completamente sobre a antiga cidade de taipa de pilão. As já mencionadas olarias de São Caetano foram uma das fontes de matéria-prima para que esta nova técnica construtiva passasse a predominar em São Paulo.

> A valorização imobiliária se fazia acompanhar de alterações na técnica de construção e no uso da casa e da cidade. Modificava-se tanto o produto resultante quanto o próprio processo de trabalho na construção. Aprofundava-se a divisão do trabalho de construir, exigindo-se plantas antes de iniciar os trabalhos, que eram fiscalizados pela Prefeitura e, ao mesmo tempo, cada vez mais podia se obter no mercado os materiais de construção. (...) Agora, casa e cidade faziam parte do mesmo negócio, a propriedade de uma era a forma de privatização de outra (PEREIRA, 1988: 66).

O ramo da construção, em São Caetano, tinha na comunidade local e nos saberes do trabalhador artesão os fundamentos de suas bases técnicas, embora já operasse a partir de empresas sob cujo capital passavam a reunir esse trabalho e a organizá-lo tecnicamente em etapas. Mas tanto o saber necessário à construção quanto o saber da produção da matéria-prima (tijolos, telhas, no caso aqui relatado, a própria areia) estavam, a princípio, nas mãos dos próprios trabalhadores locais. “O Dalcin tirava areia do rio Tamanduateí. (...) Angelo Paulo, que nasceu na rua Rui Barbosa em 1931, arrisca um dado: 90 por cento das casas da parte baixa do bairro Fundação foram construídas com areia que Dalcin tirava do rio e vendia” (MÉDICI,

1993: 163). Ainda sobre a construção das casas no nascente subúrbio industrial de São Caetano, observa-se que:

> Os Ribeiro [entrevista com Horácio Lourenço, que trabalhou com carpintaria e cujo pai teve sociedade com Albino Ribeiro] faziam portas, janelas, telhados. Vendiam madeira. Estes tiravam as plantas das construções e entregavam na carpintaria, cuja tarefa era providenciar um orçamento de toda a parte de madeira do prédio a ser construído, aqui incluindo-se batentes, assoalhos. Contratada a obra, entravam em ação duas equipes: a interna e a externa, que fazia os telhados (MÉDICI, 1993: 217).

Figura n° 15 - Casa antiga (1)

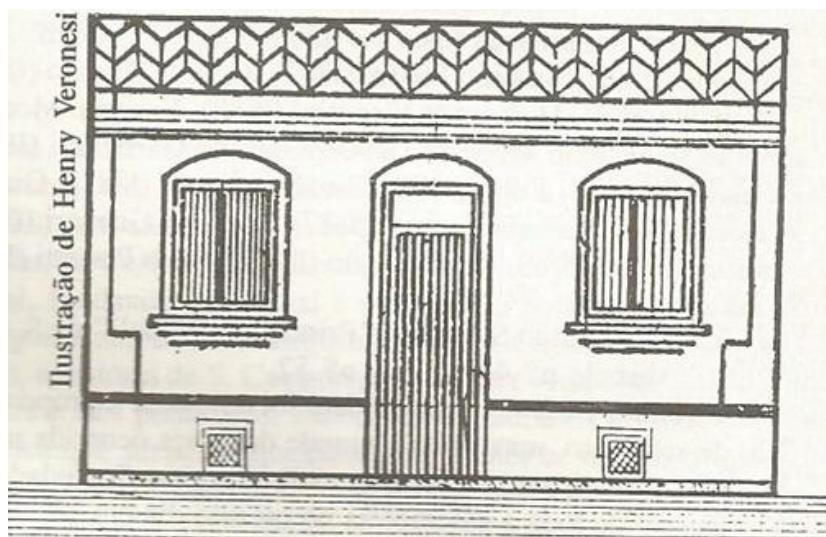
Casa da família Sacarazzato, na esquina das ruas Pará e Amazonas. Construção de 1912, fotografia de 1923. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

Aqui, o caráter artesanal na técnica construtiva – trabalho provavelmente já administrado por empresas incorporadoras e imobiliárias que contratavam e organizavam, explorando, os artesãos – é bom exemplo de como o trabalho, neste caso o trabalho da construção de casas, era realizado em etapas que mesclavam diferentes temporalidades no mesmo processo produtivo. O artesão ao mesmo tempo detinha o conhecimento e o segredo de parte do processo de trabalho, mas seu

trabalho era provavelmente contratado por uma empresa do setor imobiliário: o carpinteiro era ao mesmo tempo um artesão independente e um proletário.

> As casas residenciais, em geral, eram construídas seguindo quase um mesmo estilo e configuração. As que eram construídas com frente para a rua eram edificadas no alinhamento, diferenciando-se, apenas, pelos pequenos detalhes das fachadas. (...) Eram construídas acima do nível da calçada, em cima de um porão que servia para facilitar a ventilação no assoalho de tábuas. As salas e o quartos eram enormes, com pé direito que variava entre 3,50m a 4,0m de altura. (...) As portas e janelas eram travadas com trancas de ferro ou de madeira, confeccionadas com o mesmo material (VERONESI, 1991: 24).

Relata-se, ainda, que, nas cozinhas dessas casas, o fogão utilizado era feito em alvenaria e usava carvão ou lenha como combustível. As geladeiras eram feitas de madeira, revestidas por dentro com folhas de zinco estanhado. O gelo era adquirido em grandes pedras nos estabelecimentos comerciais de venda de bebidas. Os banhos eram tomados em tinas de madeira que podiam ser transferidas de cômodo da casa. As fossas negras localizavam-se fora da casa, no fundo do quintal (à noite, utilizavam-se urinóis ou penicos, guardados nos criados-mudos em baixo das camas) (VERONESI, 1991: 24).

Figura n° 16 - Casa antiga (2)

Casa antiga, na ilustração de Henry Veronesi. Fonte: Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

Outros depoimentos de antigos moradores do povoado em torno da antiga Igreja da Matriz de São Caetano, disponibilizados na obra de Ademir Médici, dão ideia do modo de vida rústico e comunitário desses moradores. Segundo Regina Fiorotti, nascida em Cirdighano, Itália, em novembro de 1875 e vinda para São Caetano em 1896 com 21 anos, na ocasião: "a luz era de querosene. De 1912 a 1915 foram sendo instalados alguns postes no centro da colônia. Trem só duas vezes por dia. (...) Médico só em São Paulo" (MÉDICI, 1993: 145).

Conforme o depoimento de Augusta Dalcin Botteon, nascida em São Caetano em julho de 1882 e filha da parteira Domingas Lotti, a primeira escola de primeiras letras, na rua Rio Branco, foi construída em terreno de propriedade de Ângelo Braido. Dona Joana Mota, que vinha de São Paulo, foi a primeira professora. Augusta Botteon ainda disse que gostava muito dos carnavais antigos. "Era muito divertido as famílias receberem em casa os foliões mascarados. Parecia que todos pertenciam a uma só família, uma enorme família". E relata informações sobre o trabalho agrícola e o intercâmbio com outras localidades, revelando aspectos de uma economia parcialmente relacionada com o mercado: "Minha família (Dalcin) tinha no bairro uma chácara de cinco mil metros quadrados. Num alambique caseiro, era feito o vinho. As hortaliças e uvas colocadas em jacás e remetidas a Paranapiacaba" (MÉDICI, 1993: 144-145).

São Caetano ainda não havia ainda se constituído como paróquia, não dispondo, portanto, de um pároco local. Era o padre Capra, de Santo André, quem vinha rezar a missa aos domingos e em solenidades fúnebres.

> Até o ano de 1911, quando foi instalada a paróquia de Santo André, os habitantes de São Caetano não dispunham de assistência religiosa satisfatória. A partir dessa data, contudo, o padre Luiz Capra, passou a celebrar missas no templo erguido pelos colonos. Em março de 1924, finalmente, foi constituída a paróquia de São Caetano, confiada aos padres estigmatinos (RUSSO, 2004: 18).

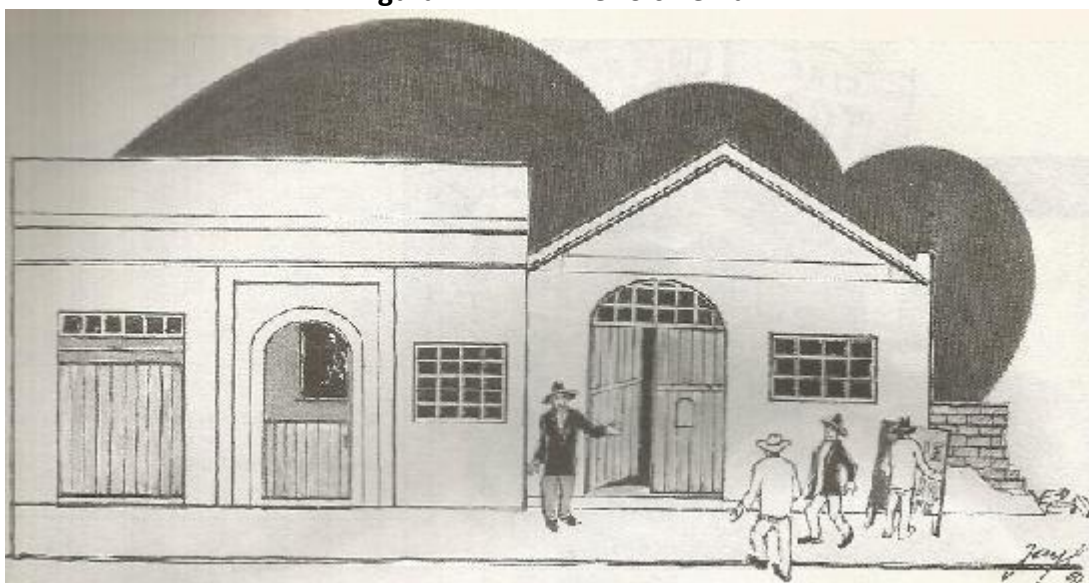
Entre as festas locais, podemos destacar a Festa do Padroeiro no dia 28 de julho, celebrando a data de chegada da primeira leva de imigrantes ao Núcleo Colonial de São Caetano e já associando-a à ideia de que nela teria ocorrido a fundação de São Caetano. Esta data passou a ser particularmente significativa após a festa do

cinquentenário de fundação, em 1927 (embora antes do cinquentenário a Sociedade Príncipe di Nápoli já comemorasse a fundação do núcleo no dia 28 de julho). Para o evento do cinquentenário (comemoração de caráter local e independente da oficialidade do poder público), a Sociedade nomeou uma comissão especial (GARBELOTTO, 1997: 22). Constituída por diretores e conselheiros da Príncipe di Nápoli, a festa tinha toda a solenidade de um evento oficial, com a presença das autoridades locais de São Bernardo (incluindo o Coronel Saladino Cardoso Franco), iniciando-se a festividade com a missa celebrada pelo Padre Alexandre Grigolli na Igreja Matriz (no então denominado Bairro da Ponte). O cortejo então seguiu para o Cine Central onde "a orquestra tocou o Hino Nacional e, logo em seguida, a Marcha Real Italiana", tendo o maestro Gioachino Capocchi (que dirigiu a Banda Musical da Casa de Savóia, da Príncipe di Nápoli) ao piano. Relata-se ainda que as festividades terminaram na sede da Sociedade "onde foram oferecidos ´refrescos´ às autoridades e convidados" (GARBELOTTO, 1997: 22-23).

O lazer em São Caetano nas primeiras décadas do século XX ficava por conta das partidas nos campos de futebol e nas partidas de bocha, no vinho que se bebia (VERONESI, 1991: 27). Nas décadas de 1910 e 20 "os subúrbios industriais em formação, como São Caetano, eram locais propícios à formação de associações recreativas, dançantes, artísticas, de grupos teatrais, literários e esportivos" (GIANELLO, 1999: 39), tais como o São Caetano Esporte Clube, fundado em 1º de Maio de 1914 (fusão do Clube dos Amigos com o Rio Branco Futebol Clube), o IAL clube, fundado em 1923 e formado por funcionários das Indústrias Aliberti Ltda. e o Grêmio Instrutivo e Recreativo Ideal, fundado em 1922 e o Esporte Clube Lázio, fundado em 1930 ("um clube modesto, formado em sua maioria por operários") (GIANELLO, 1999: 40). "(...) a juventude sancaetanense divertia-se em piqueniques em Santos e frequentava o Cinema Central localizado na Rua Perrella, e o Cine Parque, no Bairro Monte Alegre" (GIANELLO, 1999: 40).

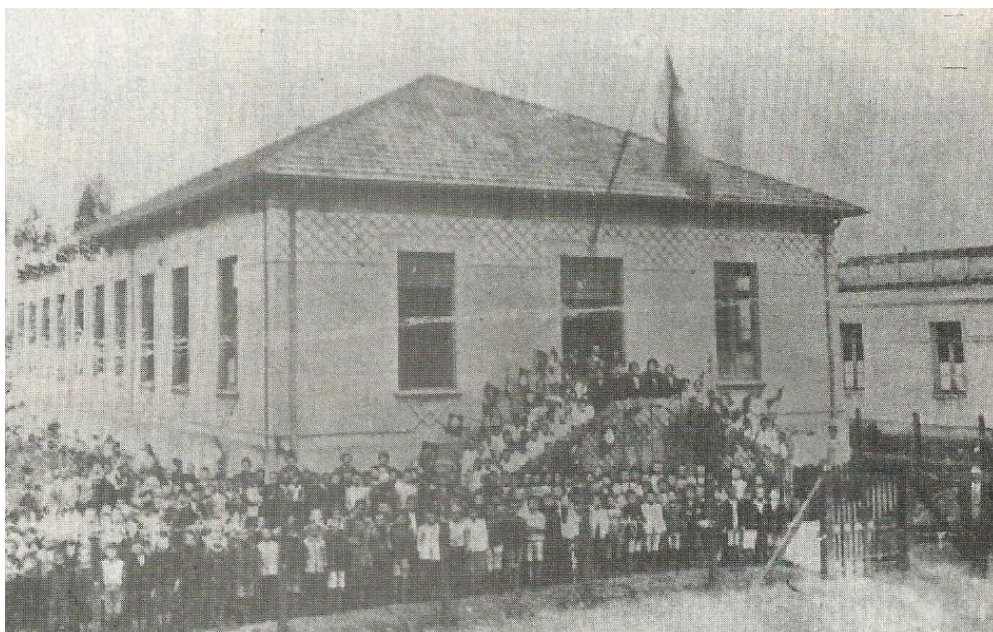
Uma referência para se compreender alguns aspectos do lazer na vida social local são as antigas edições do Jornal Argus, citadas por GIANELLO (1999). Publicado entre 1923 e 1924, o periódico tinha conteúdo "literário, recreativo e humanístico" sobre os jovens de São Caetano, uma imprensa "alternativa" à imprensa diária, ocupada com as questões políticas nacionais e estaduais. Com seus comentários

satíricos sobre os jovens da cidade, aparecia nessa publicação um pouco da linguagem (compreendendo expressões idiomáticas típicas da época) e do comportamento das pessoas naquela época, em textos que eram, na verdade, fofocas sobre namoricos e a o estilo de vida de jovens pertencentes à elite social que se formava (o que se pode auferir pelo fato de que as personalidades citadas terem sobrenomes de famílias já tidas na época como "ilustres").

Figura n°17 - Primeiro cinema

Desenho de Jayme da Costa Patrão representando a fachada do pavilhão do Cine Central (1916). Fonte: Raízes, Ano III - n° 5. São Caetano do Sul, julho de 1991.

No que tange à educação escolar de crianças das famílias moradoras de São Caetano, vale comentar o aparecimento do seu primeiro Grupo Escolar, o qual viria a ser chamado de Senador Flaquer (tendo primeiramente se chamado Grupo Escolar de São Bernardo, por ter sido criado pelo decreto de 30 de abril de 1920, portanto, no tempo em que a localidade de São Caetano ainda inseria-se no município de São Bernardo) (XAVIER, 1995: 16). Foi criada pelo decreto de 30 de abril de 1920, tendo sido fruto de uma subscrição popular. Seu nome definitivo foi dado em homenagem a José Luiz Flaquer, formado professor primário em São Paulo em 1876, médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, vindo a trabalhar como médico da São Paulo Railway em São Bernardo. Foi nomeado vice-presidente honorário da Società de Mutuo Soccorso Prínicie di Napoli em 1892, ano de sua fundação (XAVIER, 1995: 17).

O Grupo surgiu para aglutinar as diversas pequenas escolas até então existentes no município, no caso, as cadeiras de primeiras letras que eram formadas por classes masculinas e femininas. “Entre elas lembramos a que funcionava no Palácio de Nardi, hoje sede do Museu Municipal, com as professoras Mariana de Almeida Moura e Bernardina Jardim. Outra, na rua Perrella, tinha como professor Waldemar Freire; e ainda a da Sociedade Internacional com o professor Joaquim Belucci”. Essas primeiras escolas funcionavam sem material básico, como livros e lousa, com classes não seriadas formadas por alunos do primeiro ao quarto ano (XAVIER, 1995: 16).

Figura n°18 - Primeiro Grupo Escolar

Grupo Escolar Senador Flaquer (1925). Professores, alunos e funcionários em frente ao prédio.
Fonte: Fundação Pró-Memória. Raízes. Ano VI - n° 13. São Caetano do Sul, julho de 1995.

“A comunidade de São Caetano contribuiu de todas as formas possíveis [para a construção do Grupo Escolar]: fizeram várias quermesses organizadas pela Irmandade de São Caetano e jogos de futebol com venda de ingressos. Os donos das olarias cederam os tijolos, e os das serrarias cederam as madeiras. As empresas doaram as telhas e o terreno para a construção do prédio” (MIMESSE, 1999: 35). Esse tipo de participação da comunidade nas obras de interesse comum também se verificou na reforma da igreja, em 1900 e na construção do cemitério, em 1911. Em reunião na Prefeitura de São Bernardo, em dezembro de 1919, criou-se a Comissão Executiva das Obras de Construção do Edifício Escolas Reunidas de São Caetano, contando com ajuda

financeira do Governo do Estado, da Câmara de São Bernardo, da IRFM, da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo e de Armando Leal Pamplona e Mariano Paim Pamplona, proprietários da Companhia Melhoramentos de São Caetano, doadores do terreno situado na Rua Heloísa Pamplona (MIMESSE, 1999: 35-36).

Na metade dos anos 10 surgiu a primeira cadeia, na Rua Mariano Pamplona. "Não havia crimes, não havia roubos. Não havia, de fato, serviço para o soldado de plantão" (MÉDICI, 1993: 148). Aspectos rurais do trabalho e do modo de vida dos moradores, nessa época, ainda se faziam muito presentes nas primeiras décadas do século XX, conforme a citação do depoimento de d. Maria Bento Soares, nascida em Portugal, em 1901:

> (...) havia muito mato pelos lados das ruas Pernambuco e Paraíba. Também ao longo da atual Avenida Senador Roberto Simonsen era tudo deserto. Ali as pessoas iam buscar lenha, ´iam lenhar´, conforme expressão utilizada. Lenha para os fogões. Mesmo despois do casamento – dona Maria casou-se em 1920 – ela própria retornou muitas vezes ao atual Bairro Santo Antônio para lenhar. Quem preferisse, podia comprar lenha trazida ao centro pelos Fiorotti (MÉDICI, 1993: 197).

O quadro brevemente exposto a partir desses depoimentos indica de maneira qualitativa o modo de vida dos moradores do núcleo colonial, baseado em um cotidiano de trabalho e festa, com acesso restrito ao mundo da mercadoria e permeado por uma sociabilidade fundada na comunidade e na família, todavia, portadora de profundos desníveis de status, enquanto os acontecimentos da vida no meio público (ainda que esse meio fosse também desigualmente apropriado) desenrolavam-se em torno da centralidade exercida pela Igreja Matriz.

Mas a esta vida cotidiana do núcleo central de adensamento em São Caetano, representado pelo Bairro da Ponte, correspondiam outros espaços os quais passavam a se conformar em relação ao crescimento industrial e à aglomeração formada em torno da antiga Igreja Matriz. Engendrado pela disponibilidade de terra no mercado, o processo de loteamento de terras coloniais ao longo das vias que irradiavam a partir do antigo núcleo central de São Caetano (tais como o Caminho para São Bernardo e o Caminho do Mar) começou a se realizar já a partir dessas primeiras décadas do século XX. Como resultado do processo de loteamento de terras em torno da antiga aglomeração de São Caetano centrada no Bairro da Ponte, Henry Veronesi fala em dois

"territórios" que, em conjunto, correspondem à formação de São Caetano: havia um "primeiro território", o Bairro da Ponte, em que, como já visto, se concentrava o maior número de casas. Nessa área, até 1906, existiam apenas duas ruas – Vinte Oito de Julho e Rio Branco – e a saída, pela ponte sobre o Tamanduateí, para a Estrada para São Paulo (hoje, Rua Ibitirama, em Vila Prudente). O "segundo território", cuja extensão era bem maior do que a do primeiro, espalhavam-se as residências de imigrantes "italianos e de outras nacionalidades". Nesse território, poucas ruas existiam. Havia a Rua Central que ligava o distrito de São Caetano ao Distrito-sede de São Bernardo, o Caminho para a Estação de São Bernardo (hoje, Rua Visconde de Inhaúma), Estrada das Lágrimas e alguns caminhos que ligavam as casas entre si. (VERONESI, 1991: 24).

Figura n°19 - Ponto de carroceiros

Ponto de carroceiros próximo à estação de São Caetano, fazendo a ligação com outras localidades em torno do centro por meio de caminhos antigos. Fonte: Raízes. Ano X - n° 20. São Caetano do Sul, dezembro de 1999.

Dentre os primeiros loteamentos abertos ao longo das primeiras décadas do século XX neste "segundo território" de São Caetano, começaremos destacando a área correspondente ao que atualmente se chama de Centro de São Caetano do Sul, ou seja, o adensamento que passou a existir imediatamente do lado oposto da linha do trem em relação à localização da antiga Igreja Matriz e do Bairro da Ponte. Relata-se a respeito dessa área correspondente da atual Bairro Centro de São Caetano que, nos

anos de 1910, a "Rua Pará e imediações caracterizavam-se pela existência de muitas nascentes. Ali os carroceiros da estação levavam os animais para tomar água. Eram carroceiros que serviam as olarias e transportavam tijolos para serem despachados de trem para outras cidades" (MÉDICI, 1993: 199). Um mapa de 1906 citado por Ademir Médici mostra que o atual Bairro Centro apresentava "o contorno de três ruas apenas, todas interrompidas bruscamente". Além dos poucos arruamentos, o mapa de 1906 indica caminhos que irradiavam desse pequeno centro para outros povoados, em direção a Rudge Ramos, por exemplo (MÉDICI, 1993: 195).

Na sequência do já mencionado loteamento aberto pelos Baraldi, a Companhia Melhoramentos de São Caetano, dos Pamplona e Coelho, idealizou novo loteamento, sobre a colônia dos Roveri, da Rua Santo Antônio para o bairro (MÉDICI, 1993: 201). Também comprou terrenos para construção e abertura das ruas centrais, como a rua Manoel Coelho. Além de ter sido empresa loteadora, a Pamplona e Coelho tinha a olaria da Companhia Melhoramentos, fornecendo, portanto, o próprio material de construção das casas.

Mas a trajetória da empresa dos Pamplona e Coelho, a Companhia Melhoramentos de São Caetano, insere outro elemento para a compreensão do crescimento urbano a partir do surgimento do mercado de lotes residenciais e comerciais em São Caetano: trata-se do modo como as empresas urbanizadoras atuavam junto ao poder público para obter a concessão para a prestação de serviços como o de saneamento. Portanto, a Companhia Melhoramentos atuou também fortemente como empresa urbanizadora, realizando obras públicas.

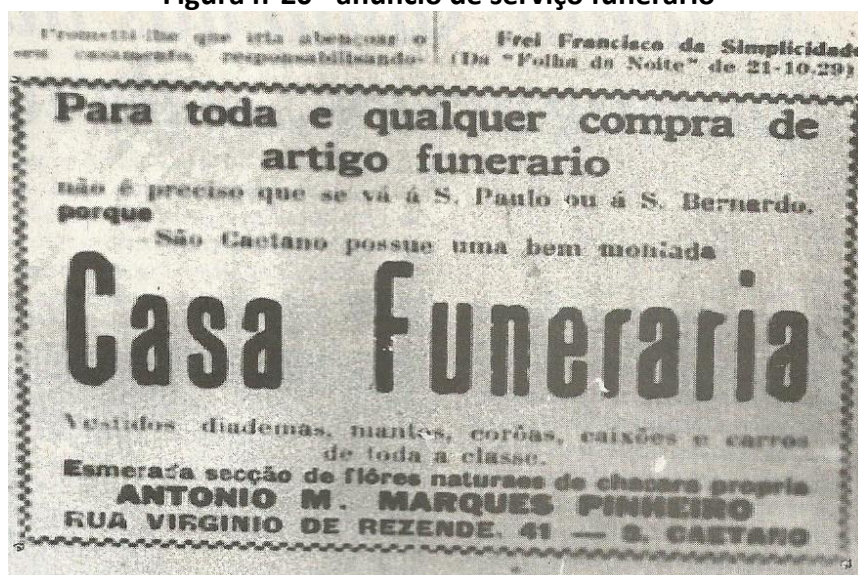
A enorme influência política dos Pamplona na prefeitura de São Bernardo por conta do seu poderio econômico pode ser verificada pela obtenção de uma concessão de 30 anos para, "por si ou empresa que organizarem, executarem os serviços de águas e esgotos e mais melhoramentos no local de São Caetano", além da existência de ruas com nomes de vários membros da família (leis sancionadas em 1912 pelo prefeito Alfredo Luiz Flaquer). Contudo, já em 1921, tempo do Coronel Saladino, pode-se verificar a perda de primazia da empresa dos Pamplona e Coelho em um episódio de perda de concorrência para a construção de rede de águas e esgoto no Distrito de Paz de São Caetano (MÉDICI, 1993: 153). Neste caso, a própria Companhia Melhoramentos, organizada por empresários que também eram grandes proprietários

fundiários, foi uma empresa que, por meio de concessão pública, investiu em obras urbanizadoras para explorar economicamente o serviço, tendo, contudo, encontrado limites para a expansão dos seus negócios frente à perda do seu monopólio e à consequente concorrência de outras empresas.

Mas esses loteamentos que se dão, a princípio, no próprio Bairro Fundação e ao redor da estação de São Caetano, passam também a ocorrer nos bairros que ao centro se ligavam por antigos caminhos de tropas, percorridos a pé ou por carroças. Um caso singular de loteamento de terra nos anos de 1910 é o do bairro Monte Alegre, atualmente dividido entre as unidades formais oficialmente denominadas bairro Oswaldo Cruz e bairro Olímpico. A Rua Monte Alegre era a referência da antiga localidade para os seus primeiros moradores, pois era o caminho que partia do centro atravessando ao meio o velho bairro Monte Alegre (MÉDICI, 1993: 321). “Nos anos 10, quando o loteamento foi aberto, Vila Monte Alegre possuía dois proprietários: Francisco Canger e Samuel Heinsfuter”, investidores em terrenos para loteamento. Nas décadas seguintes, a Vila Monte Alegre passou por sucessivas aberturas de novos loteamentos, realizados pelos herdeiros dos loteadores originais: Vila Monte Alegre Novo, Vila Gisela, entre outros (MÉDICI, 1993: 355). Localizada em meio ao antigo caminho que partia do Centro em direção ao bairro dos Meninos, onde hoje é Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo, a Vila Monte Alegre foi um dos primeiros bairros a surgir do parcelamento de lotes coloniais rurais de São Caetano, estabelecendo, junto com bairros rurais mais antigos como a Vila Ressaca, no atual Bairro Barcelona, aquilo o que futuramente uma rede de localidades viriam a ser polarizadas pela estação de São Caetano.

Já o loteamento da Vila Paula foi precedido pela abertura, no local, do primeiro cemitério do Distrito de São Caetano. Os primeiros sepultamentos desde a fundação do núcleo colonial, como já visto, foram feitos no cemitério da Consolação, em São Bernardo ou no cemitério da 4ª Parada (Brás). Durante anos, a falta de lugar para enterrar os mortos persistiu como um problema, que começou a agravar-se conforme crescia demograficamente o então Distrito de São Caetano. O ritmo da aqui descrita conversão de lotes rurais em loteamentos levou tempo para ser acompanhada pela criação oficial de espaços públicos que tivessem capacidade de acompanhar os acontecimentos necessários da vida, como é o caso da própria morte. “O cemitério da

Vila Paula só foi construído porque os próprios colonos fizeram uma lista de contribuições em dinheiro com esta finalidade". O curandeiro Vicente Rodrigues Vieira foi um dos principais doadores, encontrando-se lá sepultado (MÉDICI, 1993: 258).

Figura n°20 - anúncio de serviço funerário

Notamos nesta fotografia de um anúncio de casa funerária que esse tipo de serviço só começou a ser mais comum em São Caetano ao final da década de 1920 (o anúncio é de 1929, afirmando que "agora não é mais preciso ir a São Paulo ou a S. Bernardo"). Raízes, Ano VI - n° 13. São Caetano do Sul, julho de 1995.

As terras do cemitério local que em 1911 começaria a ser estabelecido em São Caetano eram distantes da sede do núcleo colonial. No ano referido, o prefeito Alfredo Luiz Flaquer, do Município de São Bernardo, abriu crédito para sua construção em terreno doado pelos próprios moradores. Situava-se em um lugar de passagem no caminho para Santo André pela antiga estrada do Curandeiro; caminho estreito, por onde só podiam passar pessoas a pé ou carroças. Juca Garcia (nascido em junho de 1872), "brasileiro" da área, filho de Deolinda Maria da Conceição, trabalhava com o corte de lenha, para venda em São Paulo, extraída na área onde hoje é o cemitério (MÉDICI, 1993: 255-257). É importante aqui notar que, ao tempo da construção do cemitério, o estabelecimento de espaços públicos em São Caetano dependia da doação de terrenos, assim como foi o caso da estação ferroviária e da futura nova Igreja da Matriz, ambos os terrenos doados pela família Baraldi. O cemitério da Vila Paula foi ampliado, agora por desapropriação, em 1936, pelo prefeito interino de São Bernardo Generoso Alves Siqueira (MÉDICI, 1993: 277).

Com o aparecimento do Cemitério da Vila Paula, passou a ser possível enterrar os mortos em São Caetano, e não mais em outras localidades. Porém, a princípio, não existiam casas funerárias: o defunto era preparado pela própria família para o velório, sendo o caixão adquirido em São Paulo (VERONESI, 1995: 23-24). O luto manifestava-se não só na vestimenta, mas obrigatoriamente no comportamento dos familiares: "Durante o luto fechado, a sociedade mão via com bons olhos a frequência do enlutado em bailes, festas, cinema e qualquer divertimento" (VERONESI, 1995: 24).

Figura n°21 - Planta da Vila Paula

Planta de 1929 do loteamento de Vila Paula, indicando a passagem do bonde e a Avenida Goiás (na época, Avenida Wilson). Fonte: Raízes. Ano XVI - n° 29. São Caetano do Sul, julho de 2004.

Localizado nas imediações do cemitério, o loteamento de Vila Paula foi implantado, nos anos 20, num espaço superior a 74 mil metros quadrados, de antigos

lotes coloniais. Os primeiros lotes tinham terrenos grandes e compridos, indicando que o loteamento inicial ainda guardava características rurais. O responsável pelo empreendimento, Gabriel Teixeira de Paula, adquiriu os lotes de José Mariano Garcia Jr., em 1925, e o de Joaquim Manoel de Faria, em 1926, entre outros colonos (MÉDICI, 1993: 259) e propôs a abertura da referida vila, aprovada com a assinatura do prefeito Coronel Saladino Cardoso Franco, em São Bernardo, no ano de 1927. É citada, em planta de 1929, a existência de 169 lotes em aproximadamente 74 mil metros quadrados na vila Paula. Esta planta indica, ainda, a passagem do bonde da Empresa Imobiliária São Bernardo pela atualmente chamada Avenida Goiás (MÉDICI, 1993: 263-266). A Vila Paula, à época da criação do cemitério:

> (...) era uma região afastada do centro urbano, periférica em sua localização e carente em suas necessidades. Conhecida nos velhos tempos como Morro Pelado, a região era pobre, e as chácaras possuíam dimensões humildes, terrenos em média de dez metros de testada por vinte e cinco ou trinta metros de fundos, diferentes entre si, às vezes de maior porte, que se dedicavam além do plantio de legumes e frutas para revenda, também à criação de vacas leiteiras" (TRESSITORE, 2000: 19).

Figura n°22 - Vila Paula

Vista aérea de Vila Paula na década de 1930. Notar no canto superior direito da imagem a presença da fábrica da General Motors, seguida logo abaixo pelo loteamento e, na porção triangular inferior da foto, uma extensa área não construída. Fonte: Raízes. Ano V - n° 10. São Caetano do Sul, janeiro de 1994.

Em 1926, cita-se a mudança da família de João Morales Romero e Antônia Salgueiro Gomes, com sete filhos, da casa alugada em São Paulo para "casa própria construída em terreno comprado a prestações na nascente Vila Paula". Sobre a construção das casas, registra-se que "aos domingos, em mutirão, os Morales Salgueiro ergueram rapidamente as paredes da casinha no terreno de 10 por 50 da hoje denominada rua Marechal Deodoro, na Vila Paula" enquanto, nos dias de semana, João Morales mantinha o emprego na construção do edifício Martinelli, em São Paulo. Nota-se aqui o mutirão em família para a construção de casas; o trabalhador profissional da construção civil usa seu saber para a construção da própria casa, mediante a compra do terreno em prestações (MÉDICI, 1993: 259).

A Vila Barcelona, por sua vez, foi loteada pela Sociedade Anônima Fábrica Votorantim no começo dos anos 20. "No total, 70 quadras, até hoje um dos mais extensos loteamentos de São Caetano. A Votorantim chegou a construir várias casas, negociando-as diretamente com os primeiros compradores". O Banco União de São Paulo (do "ultraconservador senador Lacerda Franco") possuía as terras de Vila Barcelona, mas após a falência do União, sua massa falida foi adquirida por Antônio Pereira Inácio, "patriarca de outra poderosa família burguesa. Foi ele quem mandou lotear os terrenos de Vila Barcelona", citando José de Souza Martins. "Ao longo dos anos 20 a venda de casas e lotes, na Vila Barcelona, era feita diretamente pela Votorantim" (MÉDICI, 1992: 298). A Votorantim vendia principalmente lotes, tendo construído poucas casas. Outros tempos quanto à técnica construtiva e o trabalho de construção: constam relatos de operários que construíram suas próprias casas.

É citado o relato dos operários sobre a dificuldade de pagar as prestações da casa. "As prestações eram pagas no escritório da Votorantim que ficava do outro lado da estação, no Bairro Fundação... Ali também a fábrica tinha um loteamento, a Vila Lucinda" (MÉDICI, 1993: 298). A Vila Lucinda foi um loteamento dos anos 1920, também em terras do Banco União compradas pela Votorantim. Seu plano de arruamento foi aprovado pela Prefeitura de São Bernardo em 6 de maio de 1929. "A companhia loteadora, Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, que ficou com os terrenos do Banco União, entrou com requerimento na prefeitura de Santo André, em 17 de abril de 1940, solicitando a aprovação de modificação no plano de arruamento original". Trata-se de um loteamento lindeiro com o terreno da Companhia Brasileira

de Mineração e Metalúrgica, a Companhia Mecânica, hoje Saad (MÉDICI, 1993: 160-162).

Para lotear a Vila Barcelona foi preciso aterrar o trecho que daria continuidade à av. Goiás. Ademais, a partir da Rua Alegre, foi necessário o corte de morros para abertura das primeiras ruas. Este aterro foi feito por um grupo de carroceiros, em tropas de cavalos que puxavam carroças. Esse trabalho incluiu fazer a continuidade da Goiás em direção à subida de Utinga (MÉDICI, 1993: 287). Portanto, os loteadores efetivamente produziram o terreno e os caminhos novos para viabilizar a abertura do loteamento.

Com o aterramento, constituiu-se o traçado primitivo daquela que, décadas mais tarde, vivia a se constituir como a Avenida Goiás, principal eixo viário no município de São Caetano do Sul, que teve que ser aberta para permitir o acesso ao loteamento de Vila Barcelona. Até 1920 a Goiás não tinha continuidade: da Tiradentes em direção ao córrego do Moinho era um brejo só. A Avenida Goiás abriu um caminho de interligação de São Caetano com Santo André e posteriormente com São Paulo. Antes de 1920, "quem quisesse ir de São Caetano para Santo André, sem utilizar do trem, tinha duas alternativas": uma era a Estrada Velha de Santo André, ou Caminho para a Estação de São Caetano, atravessando o Nova Gerty, seguindo pela Rua Visconde de Inhaúma e Rua Boa Vista, ou a Estrada do Curandeiro, equivalendo à atual Alameda São Caetano (MÉDICI, 1993: 285).

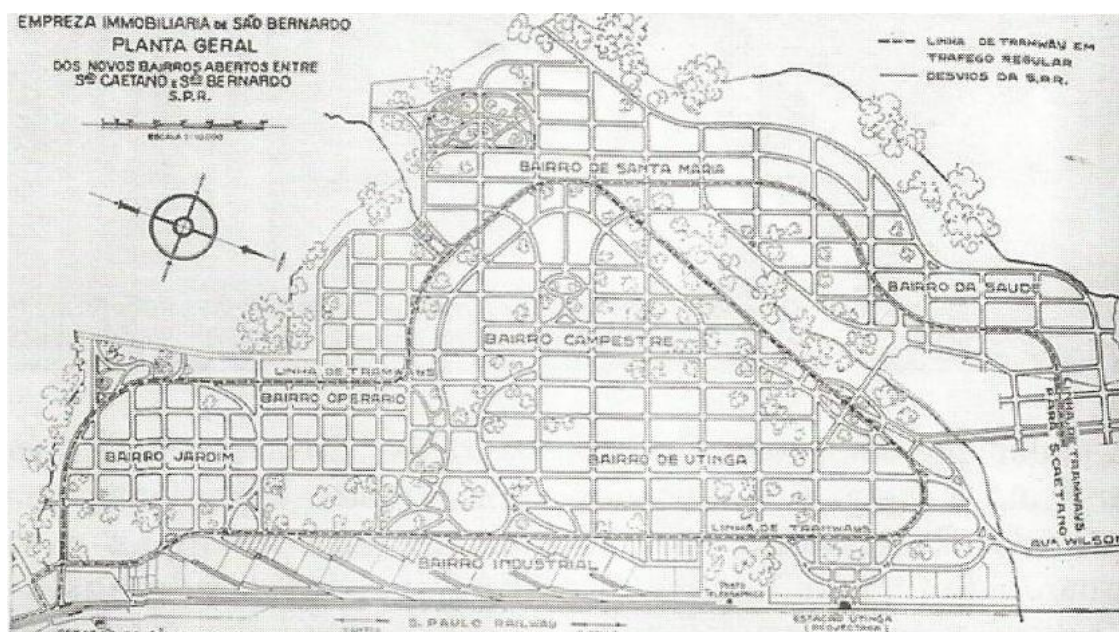
O referido curandeiro é Vicente Rodrigues Vieira, o qual é originário de Santo Amaro, em São Paulo, mas veio a instalar-se em terras anteriormente pertencentes ao domínio do antigo Bairro de São Caetano, em área atualmente conhecida como Bairro Santa Maria. Lá, Vieira mantinha sua casa na qual atendia pessoas provenientes das mais diversas localidades, vindas a partir da estação de trem de São Caetano, buscando as curas milagrosas a ele atribuídas. Ademir Médici cita inclusive os carroceiros que, nos anos 20, levavam romeiros da estação até o curandeiro Vicente (MÉDICI, 1993: 198). Um detalhe sobre a trajetória de Vicente Vieira Rodrigues é revelador do quanto, embora querido pela população e procurado por peregrinos, sua presença despertava certa tensão para com as autoridades católicas: "após sua morte em 1925, os padres de São Caetano recusaram-se a receber seu corpo para as orações fúnebres" (GIANELLO, 2000: 7).

Figura n°23 - Capela do filho do curandeiro

Capela que pertenceu a Bento Rodrigues Vieira, filho de Vicente, no atual Bairro Santa Maria. Presume-se que a foto seja da década de 1940, tempo em que Bento substituiu o pai, falecido em 9 de março de 1925. Raízes. Ano VI - n° 12. São Caetano do Sul, janeiro de 1995.

Em terras próximas ao local em que Vicente Viera Rodrigues atendia a população em busca de cura, outro loteamento antigo de São Caetano foi construído pela Empreza Imobiliária de São Bernardo, organizada pelos irmãos Hippolyto Pujol Júnior e Ernesto Pujol. Os irmãos Pujol, proprietários de terras em São Bernardo e em São Paulo, fundaram, ao final de 1921, a Empreza Imobiliária São Bernardo, com o propósito de "urbanização de grandes áreas de terrenos em São Bernardo (...), a venda de terrenos e a edificação popular, liquidáveis por pequenas prestações, a prazos de cinco anos" (CARAM, 2002: 39). "(...) não raro as empresas imobiliárias contavam com isenções ou outros privilégios concedidos pelo poder público, sobretudo para a construção de casas populares" (CARAM, 2002: 38).

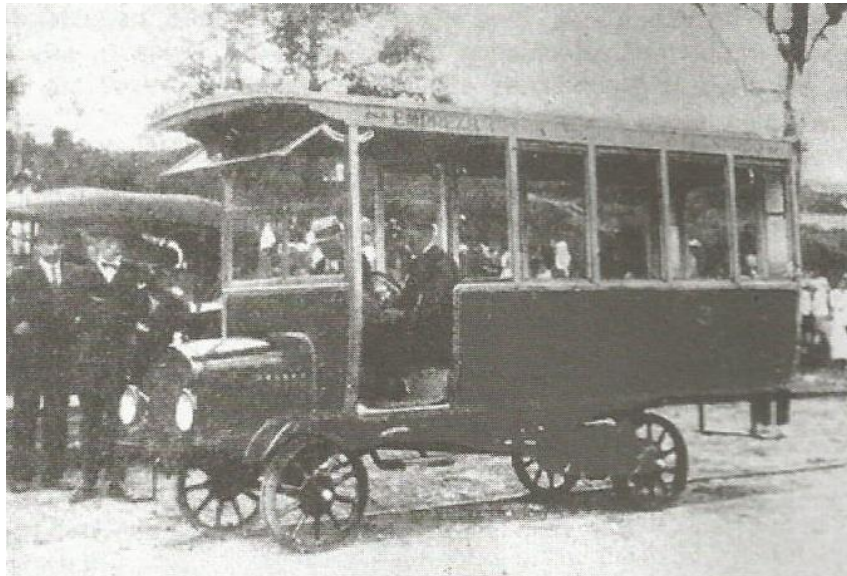
O desenho urbanístico elaborado para os loteamentos encontrava "similitudes nos conceitos de cidades-jardim idealizados por Ebenezer Howard, uma novidade para o padrão da época em termos de planejamento urbano" (CARAM, 2002: 36).

Figura n°24 - Planta dos bairros loteados pela Empreza Imobiliária São Bernardo

Primeiro loteamento da Empreza Imobiliária, dividido em sete bairros-jardins situados em torno dos atuais limites entre os municípios de São Caetano do Sul e Santo André (portanto, entre suas duas estações ferroviárias, na época), para construção de moradia burguesa, proletária e zona industrial, conforme seu zoneamento. Fonte: Raízes. Ano XIII - n° 25. São Caetano do Sul, julho de 2002.

> A primeira área loteada pela Empreza compreendia uma gleba de 6 milhões de metros quadrados entre a Estação de São Bernardo (no Distrito de Santo André) e a Estação de São Caetano. Dividido em sete bairros, esse loteamento foi parcelado em três áreas com funções distintas: Bairros de habitação burguesa – reservados às pequenas propriedades de recreio ou vilegiatura – Bairro Jardim, Bairro Campestre e Bairro Utinga; Bairros de habitação proletária – reservados à edificação popular para o operariado da Capital e dos importantíssimos centros industriais de São Bernardo e São Caetano – Bairro Operário, Bairro de Santa Maria e Bairro da Saúde; Bairro Industrial – reservado, em longa faixa marginal à São Paulo Railway, para a edificação industrial e comercial de usinas, armazéns, entrepostos, etc., que necessitam de desvios particulares das linhas da Estrada de Ferro (CARAM, 2002: 41).

Os melhoramentos urbanos e prestação de serviços essenciais incluíam "arruamento, arborização, iluminação elétrica, rede de água e esgoto", além da instalação das *tramways* (o "bondinho dos Pujol", fazendo a ligação entre São Caetano e Estação de São Bernardo) e a construção de cerca de 200 residências (CARAM, 2002: 41). A Empresa fazia, portanto, todo o trabalho de implantação de infraestrutura urbana para o Estado, em troca dos benefícios e privilégios de que gozava. No desenho urbano, verificam-se:

> (...) ruas sinuosas que acompanham o relevo do terreno; distribuição de áreas verdes e praças numa harmoniosa relação entre a população e a natureza; instalação de saneamento e infra-estrutura básica, ordenação do espaço em áreas próprias para habitação e trabalho (Bairro Industrial), servidas por rede de transporte e circulação adequada (...) (CARAM, 2002: 42).

Figura n°25 - Bonde da Empreza Imobiliária dos irmãos Pujol

A Empreza Imobiliária dos Pujol em 1921 havia conseguido contrato para exploração do serviço de bondes com motor a gasolina, cujo percurso passava por seus loteamentos, como Santa Maria, em São Caetano. Previsto para durar 50 anos, o contrato encerrou-se por conta das mudanças políticas no Brasil a partir da década de 1930. Raízes. Ano XIII - n° 25. São Caetano do Sul, julho de 2002.

Além da comercialização dos lotes, a Empreza Imobiliária São Bernardo "fomentava o povoamento dos bairros através da venda de habitações, seja por empréstimos hipotecários ou por contratos prediais, a prazo de 8 anos" (CARAM, 2002: 41), ou seja, a Empreza Imobiliária São Bernardo, além de atuar no planejamento urbano, construção e transporte, também operava como uma empresa financeira, fornecendo crédito para a aquisição dos lotes e das casas.

A empresa dos irmãos Pujol era ao mesmo tempo uma empresa de planejamento urbano atuando no loteamento e construção de residências em bairros projetados, mas também uma empresa de transporte que explorava o serviço disponibilizado aos moradores com a instalação das linhas de bonde. Esta "foi a primeira empresa de transporte coletivo da história da viação pública em São

Bernardo”. Este sistema de transportes realizou a primeira forma de interligação entre a Vila de São Bernardo, o Bairro Estação e o Distrito de São Caetano, por meio da linha de bonde.

> Em 1907, a Light instala em São Bernardo a primeira estação elétrica que, partindo de São Paulo, passava por São Caetano, atingia a Estação de São Bernardo e chegava à Vila de São Bernardo. A instalação de energia foi um dos fatores primordiais que ativou o processo de industrialização da região. Porém, a Light não cumpriu com o compromisso de instalação dos bondes, abrindo assim precedentes para que outros empreendedores se interessassem pelo negócio de transportes (CARAM, 2002: 42).

Em outubro de 1921, o prefeito Saladino Cardoso Franco promulgou a lei n° 218, concedendo aos Pujol a exploração, por um prazo de cinquenta anos, dos serviços de uma rede de viação municipal, inaugurando a linha São Bernardo-Estação São Caetano em 1923, além de outra linha circular a partir da Estação de São Bernardo. A ligação entre a Estação e a Vila de São Bernardo foi inaugurada posteriormente, em 1925. Contudo, os negócios dos irmãos Pujol tiveram curta duração: enterrada em dívidas e, a partir da recessão de 1929, passando a haver inadimplência dos compradores e até o abandono de terrenos, ao final da década de 1930 o capital da Empreza Imobiliária de São Bernardo é arrematado por Roberto Simonsen, transformando-a na Sociedade Imobiliária de Santo André.

O padrão urbanístico do Bairro Santo Maria (com sua visão racional e legitimadora da sociedade industrial emergente) seria uma exceção entre o que haveria de se mostrar como o padrão de loteamento de terras no subúrbio de São Caetano posteriormente. Com a explosão do parcelamento da terra a partir da década de 1930, as empresas imobiliárias adotariam estratégias diferentes daquelas praticadas pelos irmãos Pujol (a de associação a grupos políticos hegemônicos para fechar contratos de implantação e exploração de serviços em longo prazo). Daqui em diante, será a possiblidade de auferir renda por meio do mínimo dispêndio de capital na abertura do loteamento o fator que seduzirá os investidores na produção da terra urbana nos arredores de uma cidade de São Paulo que passará por um vertiginoso processo de metropolização.

Anexo n°3 – Planta de memória de São Caetano em 1910

As informações contidas no mapa a seguir foram obtidas com base nas memórias de Casério Veronesi, transformadas neste documento histórico-cartográfico elaborado e arquivado pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. O desenho é de Myriam Cecília de Freitas.

A indicação da escala na forma numérica no documento original encontra-se distorcida nesta cópia por conta de ter sido necessário fazer a redução no tamanho da figura a fim de inseri-la neste trabalho.

A legenda da planta de memória de Casério Veronesi segue abaixo.

Mapa e legendas de Casério Veronesi; desenhos de Myriam Cecília de Freitas, neta de Casério

1. — Olaria do Silvério Perrella 2. — Fábrica de Colchas do Silvério Perrella 3. — Olaria dos Denardi 4. — Casa do Reco 5. — Casa do João Leal 6. — Casa do Antonio Barille 7. — Casa do Carmine Perrella 8. — Casa do Miguel Perrella 9. — Casa do Giácomo Garbelotto 10. — Casa do Denardi 11. — 2. Casas de Carmine Perrella 12. — Casa do Chiararia 13. — Casa do Braido 14. — Casas da Imigração (pau a pique) — 1a. Cadeia 15. — Casa do Celeste Denardi (1º Grupo Escolar de São Caetano) 16. — Casa do Garbelotto (sacristão) 17. — 2. Casas — Furlan e Lorenzini 18. — Casa de Antonio Garbelotto 18 A — Casa de João Botteon 19. — Casa e Venda de Marieta Dal'Cin e Gildo Netti 20. — Casa de João Dal'Cin 21. — Casa de Dal'Cin (irmão) 21 A — Casa do Antonio Botteon 22. — Casa do João Domingos Perrella 23. — Olarias do João Domingos Perrella 24. — Casa de Ana Martorelli 25. — Casa dos Irmãos Martorelli 26. — Casa do Benedito Moretti 27. — Casa de Primo Cavassani 28. — Casa do Noé 29. — Casa de Angelo Cavassani 30. — Casa do Bottan 31. — Venda da Giravolta 32. — Casa do Carmine Barille 33. — Casa de Luís Fiorotti 34. — Casa e Cachoeira de Angelo Fiorotti 35. — Casa do César Cocheiro 36. — Casa de Ferdinando Capoan 37. — Casa de João das Neves 38. — "Sociedade Príncipe de Nápole" 39. — Cortiço de Antonio Barille 30. — Cinema de José Golfetti 41. — Casa do Capoan (irmão de Ferdinando) 42. — Casa de Tom Tomé (Antonio Tomé) 43. — Casa de Pedro Tomé 44. — 45. — Casa de Mena Uliani 46. — Casa do Titola 47. — Casa do Dal'Mas 48. — Casas do Silvério Perrella 49. — Casas do Silvério Perrella 50. — Casa de Secondo Cavassani 50 A — Casa da Família Linhares 51. — Casa do Dalcie 52. — Casa de Domingos Biagi (vulgo "Padeiro") 53. — Casa de Terso Cavassani 54. — Casa de Lúcia Gallo ("gala") 54 A — Casa do Martinho (1a. Escola Feminina) 55. — Casa de Afonso Gallo 56. — Casa e Cortiço de Antonio Poltronieri ("Páscoa") 56 A — Casa de Encarnacion Fernandes 57. — Casa de Eliseu Leoni 58. — Venda do Tambolin 59. — Casa de Pedro Lorenzini 60. — Casa dos Irmãos Carnevalli 61. — Casa do Velho Gallo 62. — "Sede da Príncipe de Nápoli" 63. — Casa dos Irmãos Bortolini 64. — Casa dos D'Agostini 65. — Olaria e moradias 66. — Casa dos Barros (chamada casa dos mudos — eram os antigos donos da Vila Bela). 67. — Casa de Casemiro Alonso (1a. Escola Masculina) 68. — Casa de Casemiro Alonso 68 A — Moradias de empregados da S.P.R. (Ernesto Poli e Martinho e outros) 69. — Armazém da Estação S.P.R. 70. — Casa e Venda do Gino Foratini 71. — Casa dos Rolveri 72. — Casa dos Mundin 73. — Casa dos Previatto 74. — Casa de Joana Baraldi 75. — Casa do Brochin e Antonio Pereira 76. — Casa de Carlos Galeazzi 77. — Casas de Valentin Veronesi (casa alugada José Mantovani) 78. — Casa do Cesare Pierotti, Albano e do barbeiro 79. — "Sede da Sociedade Internacional Mútuo Socorro" (2a. Escola Masculina) 80. — Casa dos Romaldini 81. — Casa dos Irmãos Scartozzoni 82. — Casa do Pitta 83. — Casa de Nazarena Magliani e Pedro Mazetti 84. — Casa e Cortiço do Manoel Cardoso 85. — Casa de Jorge Cardoso 86. — Casa de Marino Dal'Antonia 87. — Casa de José de Matos e da Beta (Jona e João Bisca) 88. Casas de Ernesto Baraldi 89. — Fábrica de Bebidas do Banco União (2 pavilhões) 90. — Fábrica de Bebidas do Banco União 91. — Casa do Barille 92. — Olaria e Prédios do Benedito Moretti 93. — As três casetas (mal-assombradas) 94. — As três casetas (mal-assombradas) 95. — As três casetas (mal-assombradas) — Organizador: Casério Veronesi.

Um detalhe a se notar nesta representação é o título no original ("Município de São Caetano do Sul – Planta de memória do município em 1910"), uma vez que, na época representada no mapa, a localidade denominada São Caetano não havia se constituído como município. O título pressupõe, na verdade, que naquela época já havia uma unidade espacial (São Caetano) embora ela ainda não houvesse se instituído oficialmente. Portanto, mais do que um documento histórico-cartográfico, esta planta de memória de Casério Veronesi pode ser lida como um elemento para a análise da formação da identidade local e política de São Caetano, visto que seu título pressupõe a ideia de que a constituição oficial do território de São Caetano teria sido uma consequência natural de sua pré-existência enquanto localidade (embora antigamente seus limites fossem frouxos e se confundissem com os limites de outros núcleos de

povoamentos existentes entre as centralidades de São Caetano, de Santo André e da Vila de São Bernardo).

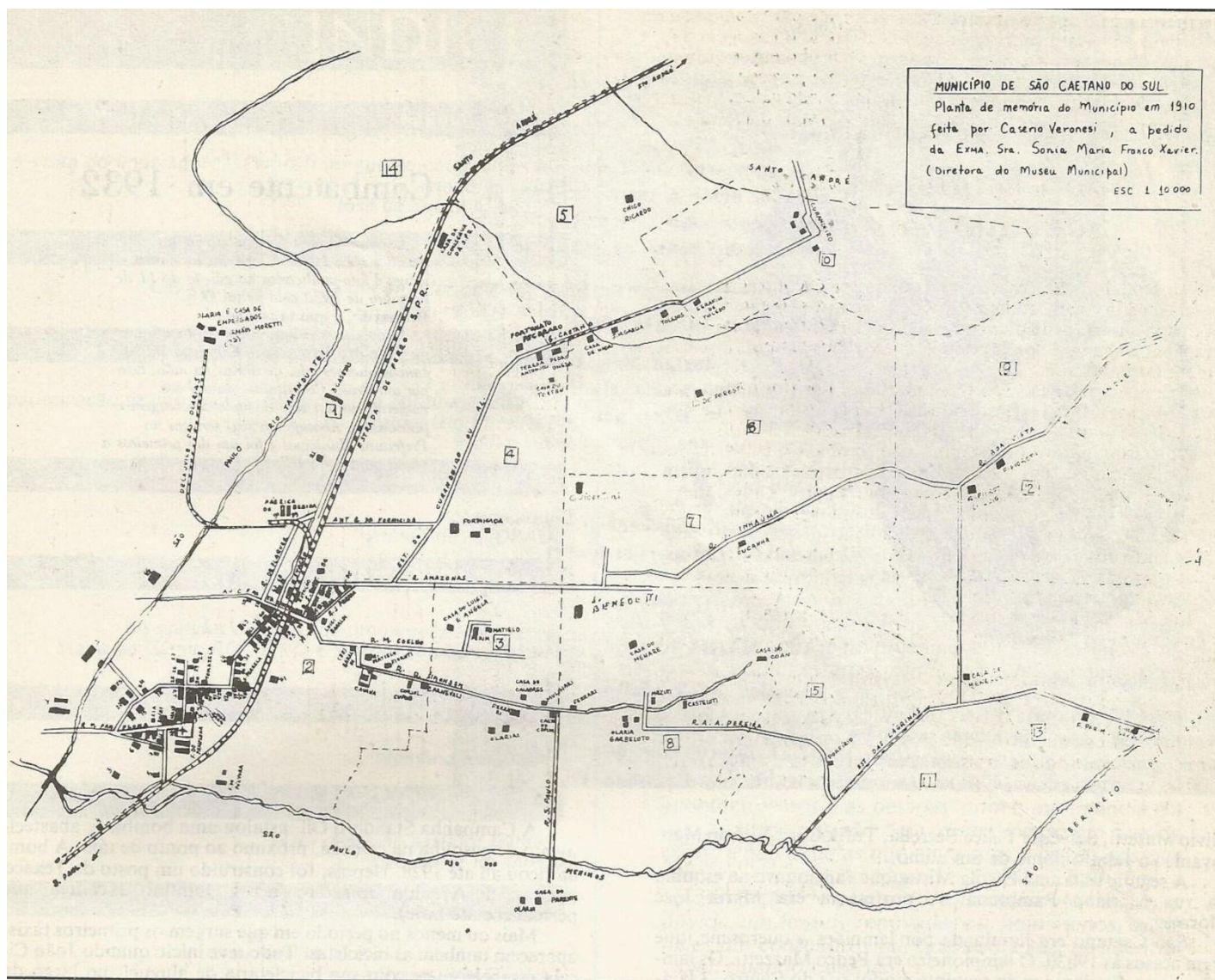
Fonte: Raízes, Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

Anexo n°4 – Planta das zonas central e urbana do Distrito de São Caetano (1929).

Planta elaborada pela Prefeitura Municipal de São Bernardo, município ao qual São Caetano pertencia na época.

Notar os distintos traçados das ruas abertas pelas primeiras levas de loteamentos que vieram a configurar o desenho urbano no interior do território do Distrito de São Caetano. Os loteamentos de Vila Paula (porção central) e Vila Barcelona (porção leste) apresentam claramente um traçado ortogonal enquanto na porção norte (atual Bairro Fundação, centralidade original deste território separada do restante pelo trilho do trem e situada entre este e o Rio Tamanduateí), as ruas formam uma diversidade de ângulos entre si. Finalmente, no Bairro Monte Alegre (porção sul do Distrito) o traçado tortuoso das ruas do antigo loteamento se deve à alta declividade do terreno (em cujo topo, atualmente, localiza-se o Estádio Anacleto Campanella do Esporte Clube São Caetano), ocupado de maneira relativamente esparsa, com características ainda rurais.

Finalmente, cabe considerar que nos limites estabelecidos para as zonas central e urbana não consta o arruamento do Bairro Santa Maria (a sudeste da malha viária representada) aberto pela Empreza Imobiliária de São Bernardo dos irmãos Pujol, embora ele já existisse na época (não sendo oficialmente considerado, portanto, parte oficialmente integrante de São Caetano, embora houvesse um trânsito social muito significativo entre a estação ferroviária e o Bairro Santa Maria, tanto por conta do da presença no bairro do curandeiro Vicente Rodrigues Vieira, falecido em 1925, quanto por conta dos bondinhos a gasolina que, vindos do centro, adentravam o loteamento dos irmãos Pujol).

Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
Planta de memória do Município em 1910
feita por Caserio Veronesi , a pedido
da EXMA. Sra. Sonia Maria Franco Xavier.
(Diretora do Museu Municipal)
ESC 1 10 000
SANTO ANDRÉ
R. AMAZONAS
R. M. COELHO
S. CAETANO
BENEDETTI
FORTUNATA
R. A. A. PEREIRA
SÃO BERNARDO

Capítulo 4 - A urbanização induzida pela indústria no subúrbio operário e a criação de novos espaços do poder

Embora as origens do processo de industrialização em São Caetano já estivessem se colocando na passagem do século XIX para o XX, é entre os anos de 1930 e 1955 que viria a ocorrer a consolidação deste processo com a enorme concentração de capital nas mãos das grandes empresas do setor industrial, bem como uma explosão e uma mudança qualitativa no processo de loteamento urbano de terra, o qual também já se iniciara em tempos anteriores. A partir do (peculiar) surgimento do trabalhador operário suburbano, tornou-se indispensável a própria produção (capitalista) do espaço de moradia e de vida desse trabalhador. A forma do loteamento encontrou as condições de sua generalização nesse contexto em que se dava a consolidação da grande indústria no subúrbio, impondo-lhe sua nova forma e passando a determinar a própria explosão demográfica subsequente por meio da possibilidade de produção em massa de terrenos para a edificação de habitações operárias. Dissemina-se nesse período, portanto, o negócio da conversão de lotes de terra rural em loteamentos de terra urbana, passando a rentabilidade fundiária agora a ser determinada pelo tempo abstrato da circulação (com os incrementos no sistema de transportes) e pela inversão de capital na terra, realizando a abertura do loteamento e *produzindo a própria terra* como mercadoria (criando novas unidades de propriedade da terra), agora apresentada na forma de lotes de terrenos para a construção de habitações operárias. Mas também, produzindo novas desigualdades na medida em que os loteamentos passavam a ser feitos sem que fossem acompanhados das devidas obras de infraestrutura, resultando no aparecimento de problemas urbanos e de tensões e arranjos correspondentes no campo da política. Tensões e arranjos que culminariam no aparecimento do próprio Município de São Caetano do Sul.

Essa fase de aceleração da urbanização induzida pela indústria e, consequentemente, a constituição do subúrbio operário de São Caetano e a construção ideológica de sua identidade local, inseriam-se em um contexto criado a partir do momento da História brasileira no qual passaram a ser dar os primeiros fatos anunciando a transição na base da reprodução econômica e, ainda, na hegemonia dos

grupos de poder que ocupavam o Estado. Os acontecimentos da política no nível nacional revelavam essa descontinuidade histórica de imensa repercussão que na época estava se processando.

> A insatisfação com o governo de Artur Bernardes era bastante acentuada. Sinal evidente era a eclosão, em São Paulo, dois anos depois da posse do novo chefe do executivo, ou seja, em 1924, da revolução que teria à frente o general Isidoro Dias Lopes. Onze dias depois do começo da revolução, em 16 de julho, mais de 300 mil pessoas já teriam deixado a cidade de São Paulo, devido à intensificação dos bombardeios entre revoltosos e legalistas (JOVANOVIC, 2000: 15).

Ao abordar a relação entre o cotidiano do trabalhador suburbano e essas descontinuidades históricas, Martins recria as condições de um fato extraordinário no cotidiano dos moradores de São Caetano do Sul: a formação de bases das tropas legalistas na Revolução de 1924 as quais vieram combater os revoltosos que, em São Paulo, rebelavam-se contra as oligarquias as quais desde a proclamação da República haviam se instalado no poder. Esse momento extraordinário rompendo o cotidiano do morador suburbano acabou entrando permanentemente como fantasia na memória coletiva, por exemplo, dos descendentes dos antigos simpatizantes da causa dos militares paulistas, alguns dos quais afirmam que seus antepassados chegaram a encontrar-se com figuras icônicas da Revolução, mesmo que esse evento tenha sido impossível, conclusão que se tira mediante a meticulosa reconstituição dos fatos ocorridos na época (MARTINS, 1992).

Naquele tempo, São Paulo era uma cidade cujo centro começava a expandir-se, mas, ainda assim, "Higienópolis era um local deserto, assim como a várzea do rio Pinheiros; fazia-se *week-end* em Santo Amaro e as pessoas banhavam-se no Tietê, perto da ponte das bandeiras" (JOVANOVIC, 2000: 16). E paralelamente às inovações trazidas pela modernidade no âmbito da produção do espaço urbano em São Paulo, a cidade se recolocava no âmbito cultural e a este revolucionava com a emergência do modernismo a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. "O período que se estende do final do século passado ao final da Segunda Grande Guerra costuma ser denominado de vanguarda e representa o embate fundamental entre os valores estéticos do passado e os desejos de renovação, reconstrução" (JOVANOVIC, 2000:

14). Contudo, é importante ressaltar, esta ruptura estética não chega de imediato ao subúrbio: novidades, excentricidades por muitas décadas ainda não seriam bem-vindas diante do gosto estético conservador das elites em São Caetano do Sul[21].

Os anos a partir da década de 1930 continuariam sendo de grande turbulência na História Política do Brasil. O país então estaria passando pelo momento da emergência de Getúlio Vargas ao poder, fato que repercutiu diretamente sobre um longo período que se estendeu até os primeiros anos da chamada Segunda República (tendo como referência para essa periodização a data do suicídio de Vargas). Considerando de modo geral os acontecimentos sociais em âmbito nacional, este período levou simultaneamente a uma política de superação da economia agrário-exportadora e ao impulso estatal ao processo de industrialização nacional, mas também a uma intensa repressão política que caracterizou a ditadura do Estado Novo no Brasil.

O Brasil então passaria finalmente por uma fase de redefinição de suas bases econômicas e sociais, as quais passariam a se fundar cada vez mais sobre um modo de reprodução urbano-industrial ao invés de agrário-exportador. Os anos entre 1930 e 1955 podem ser identificados como o momento em que se estabelece o projeto de diversificação do parque industrial brasileiro, com diferentes setores da indústria começando a atuar de modo integrado no território nacional, portanto, momento em que começa o processo de industrialização propriamente dito da economia brasileira.

Nesse tempo, a Cidade de São Paulo enquanto lugar no qual ocorreu a mais intensa concentração de capital industrial em território nacional, passava pela complexificação de sua estrutura urbana, fundada na generalização do espaço-mercadoria expresso na forma do loteamento urbano. Do ponto de vista empírico, a generalização dessa abstração teve seu desdobramento na produção da morfologia urbana com o aparecimento dos novos subúrbios-estação e, ainda, com a posterior superação da ferrovia pelo novo espaço relativo das rodovias e o consequente aparecimento dos subúrbios-entroncamento (conforme classificação estabelecida por LANGENBUCH, 1968), conhecendo, com isso, um surto demográfico significativo.

[21] Na obra de Jayme Patrão não aparecia influência modernista em 1950, pelo contrário (ver o mural de "O Anhanguera" em estilo, segundo o próprio autor, barroco). Já os seus quadros mais ao fim da carreira, têm o estilo seguindo o de Cândido Portinari.

Nesse movimento de urbanização induzida pela indústria a qual enfim passava a se consolidar no Brasil, o subúrbio começava a sediar algumas das maiores fábricas do território nacional, dentre as quais podemos aqui citar, no caso específico da localidade de São Caetano (ao início da década de 1930 ainda um Distrito inserido no Município de São Bernardo), a Cerâmica São Caetano, um dos conjuntos fabris das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e a General Motors do Brasil, todas elas instaladas entre as décadas de 1910 e 1920, realizando imenso movimento de acúmulo e expansão de seus capitais a partir de então.

Figura n°26 - Fábrica da Cerâmica Privilegiada

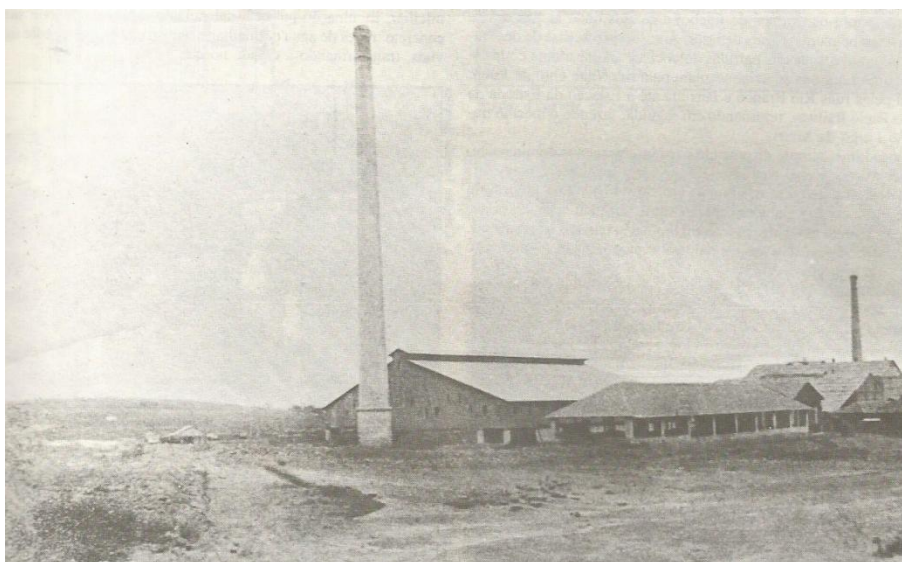
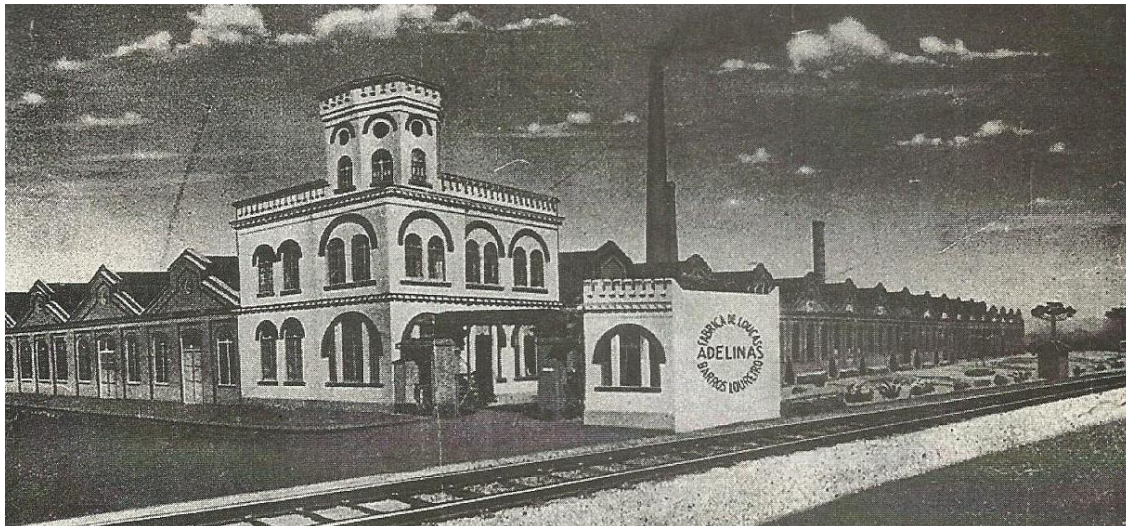



Foto sem data da antiga fábrica de Antônio Cajado, fundada em 1916 e que em 1924 passaria a chamar-se Cerâmica São Caetano S.A. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

A fábrica da Cerâmica São Caetano foi, durante décadas, uma das maiores e principais fábricas de São Caetano, tendo estabelecido enorme influência sobre a formação urbana, a vida social e inclusive política da localidade. Ela foi fundada oficialmente com o nome de Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo em 1913, empresa organizada pelo engenheiro Antônio Cajado. Esta primeira fábrica de Antônio Cajado era muito simples, “quase uma olaria”, na qual se fabricavam ladrilhos e telhas (MÉDICI, 1993: 379). Em 1919, a firma foi adquirida por João Telles da Silva Lobo, sendo incorporada à Queiróz e Lobo, dos sócios João Telles da Silva Lobo, Luiz M. de Queiroz e, a partir de 1920, também Joaquim José Pereira Braga, entre outros

acionistas. Enfim, no ano de 1923, a Companhia Construtora de Santos, do arquiteto santista Roberto Simonsen e do engenheiro Armando de Arruda Pereira, comprou a maior parte da Queiroz, Lobo e Braga Ltda., passando-se esta empresa a partir de então a se chamar Cerâmica São Caetano S/A (MÉDICI, 1993: 378).

As grandes indústrias cerâmicas que passariam a surgir em São Caetano (tais como a Fábrica de Louças Adelina e a Cerâmica do Grupo Matarazzo), de modo geral, produziam telhas, ladrilhos, produtos refratários, louças. A Cerâmica São Caetano S/A, especialmente, tinha alto padrão técnico na fabricação dos seus produtos. Estava localizada ao vale do Rio dos Meninos, ao pé das argilas de que necessitava (embora a empresa não usasse só argila local, trazendo matéria-prima de outros lugares do Brasil), ocupando área de 1.000.000 m² próxima ao local em que futuramente seria aberta a rodovia por meio da qual passaria a se estabelecer uma nova ligação entre São Caetano e a Capital. A Cidade de São Paulo era o grande centro consumidor e redistribuidor de seus produtos (PENTEADO, 1958: 81).

Figura n°27 - Fábrica de Louças Adelina

Representação da grande fábrica de louças que existiu em São Caetano entre as décadas de 1930 e 40, pertencente ao português Manoel de Barros Loureiro. Em 1937 empregava 1.200 trabalhadores e distribuía seus produtos para todo o Brasil. A fábrica ocupava área de 80 mil metros quadrados em lugar onde hoje está construído um dos módulos do terminal rodoviário de São Caetano do Sul. Fonte: Raízes. Ano VI - n° 12. São Caetano do Sul, janeiro de 1995.

A trajetória de vida pública de Roberto Simonsen como empresário, político e intelectual é emblemática para se compreender a transição de uma economia de base agrário-exportadora para outra urbano-industrial no Brasil. Para Roberto Simonsen,

era necess ário “um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos para superar a atrasada economia em que nos debatemos, praticamente ainda em fase colonial” (SIMONSEN apud GIANELLO, 2000: 9). Inclusive, é notória a inserção política de Roberto Simonsen (que chegou a ser Senador por São Paulo) e de Armando de Arruda Pereira (o qual liderou uma primeira tentativa de autonomia de São Caetano em 1928 e chegou a ocupar o cargo de prefeito na Cidade de São Paulo). Embora Simonsen tivesse se colocado na oposição no momento de ascensão de Getúlio Vargas no poder, ele posteriormente se aproveitou e foi favorável à política econômica do Estado Novo. “No dia 26 de novembro de 1941, o presidente da República Getúlio Vargas visitou as instalações da Cerâmica São Caetano” (GIANELLO 1997: 15), tendo inclusive sido asfaltada pela primeira vez uma rua para além do núcleo central em São Caetano por conta desta ocasião.

Figura n°28 - Visita de Getúlio Vargas à Cerâmica São Caetano

Visita de Getúlio Vargas, segundo da direita para a esquerda, para a inauguração da fábrica de refratários da Cerâmica São Caetano, em 26 de novembro de 1941, ocasião por conta da qual foi asfaltada a atualmente chamada Avenida Senador Roberto Simonsen. Simonsen é o primeiro à direita, na fotografia. Fonte: Raízes, Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

O viés desenvolvimentista do pensamento de Roberto Simonsen reflete evidentemente em sua atuação como empresário, sob cuja administração a Cerâmica em São Caetano implantou um moderno sistema de produção fabril baseado no conhecimento e engenheiros e administradores. A fábrica de Simonsen passou a incorporar crescentemente tecnologia e padrão de organização da produção cada vez mais sofisticados. Segundo a citação de depoimento do chefe de laboratório George Rodolfo Spore, admitido nesta fábrica em 1941, a empresa começou "a procurar argila de tudo quanto era tipo em todos os locais do Brasil. Nossos geólogos (...) começaram a procurar matérias-primas (...). Conseguimos encontrar uma jazida em Uberaba, que fornecia argila com 70% de alumínio (...)", a qual continuava a ser explorada em 1985, época em que se colheu este depoimento (MÉDICI, 1993: 379). A Cerâmica São Caetano também foi a primeira a conseguir fabricar o ladrilho de pequena espessura, produto que até então não se fabricava no Brasil, e cujas características acarretavam à empresa vantagens na economia de matéria-prima e na facilitação do transporte (MÉDICI, 1993: 380).

Ao mesmo tempo, a atividade guardava em parte o caráter artesanal, uma vez que o saber do operário, seu conhecimento específico do ofício continuava sendo parte fundamental do processo produtivo. Conforme a seguinte citação do depoimento de José Diamantino, supervisor de carpintaria, admitido como funcionário na Cerâmica São Caetano em 1952, "hoje temos treinamento na fábrica para o desenvolvimento do nosso trabalhador. Na época não. Na época, colocávamos o empregado novo ao lado de um antigo e pronto" (MÉDICI, 1993: 370). Cabe ainda comentar que a política trabalhista de Roberto Simonsen com relação aos funcionários da sua fábrica:

> Foi na verdade uma antecipação, sob vários aspectos, das conquistas dos trabalhadores que mais tarde se incorporaram à legislação trabalhista e previdenciária, tais como assistência médica, odontológica e hospitalar, abono de Natal, aprendizagem profissional, ensino primário, recreação, esportes, assistência pré-natal, alfabetização, habilitação, serviços sociais, refeitório, etc. (GIANELLO 1997: 15).

Lembramos ainda que, até o momento aqui analisado, qualquer tipo de auxílio contra momentos de doença ou morte na vida do trabalhador, bem como sua capacidade de proporcionar aos filhos o acesso à educação básica, estava condicionado à capacidade (financeira, ou até mesmo étnica) de ingressar como membro das sociedades de mútuo socorro até então existentes. Contudo, para Roberto Simonsen, a eficiência de uma fábrica "dar-se-ia pela administração das funções que incluiriam os fatores tempo, custo, execução e pagamento justo pelo trabalho desenvolvido" (SIMONSEN apud GIANELLO 1997: 16). Sua postura intelectual de um capitalista que acreditava na interferência estatal para promover o impulso modernizador de que o Brasil então necessitava é determinante para compreendermos sua atuação como empresário, por meio da qual Simonsen buscava amenizar a luta de classes, ou seja, promover uma conciliação entre capital e trabalho e, ao mesmo tempo, estabelecer as bases necessárias para o impulso industrial brasileiro:

> Ele fazia questão de ressaltar a defesa e a cooperação voluntária e consciente entre patrões e empregados, auxiliares superiores e humildes operários. Segundo a filosofia do senador, operários e patrões deveriam compartilhar de um mesmo ideal, praticando a ajuda mútua, sem lutar uns contra os outros. Outra bandeira era a defesa dos princípios de organização científica do trabalho, e uma concepção de Estado inspirada no modelo norte-americano (GIANELLO 1997: 16).

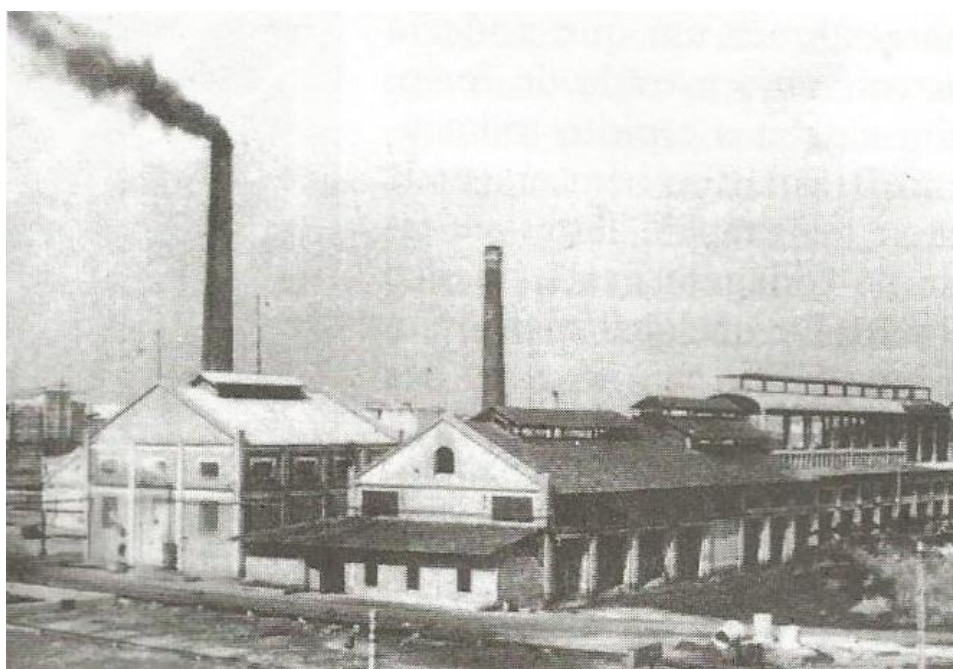
Havia, inclusive, uma escola primária aberta em 1923 pela Cerâmica São Caetano, instalada em um salão dentro da fábrica. "A atuação de Roberto Simonsen extrapolava os limites da Cerâmica São Caetano. A escola, fundada dentro das dependências da Cerâmica São Caetano, era um modelo educacional para todas as indústrias da época" (GIANELLO 1997: 16). Esta escola em São Caetano "foi o embrião dos projetos que Simonsen encetaria no futuro, preocupado com as deficiências da mão-de-obra técnico profissional no Brasil". Simonsen "preocupava-se para que a instrução se estendesse para as largas massas da população. (...) Daí a fundação do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)", para a qual sua atuação como representante dos interesses de classe dos empresários industriais foi decisiva (GIANELLO 1997: 17-18).

Outro empresário cuja atuação foi extremamente significativa para compreendermos a passagem da economia primário-exportadora para a moderna é Francisco Matarazzo. O conjunto de fábricas das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em São Caetano formava um grande complexo, localizado em área atualmente denominada Bairro Fundação de São Caetano do Sul. As Indústrias Matarazzo começam a ser implantadas em São Caetano a partir de 1918, quando o Conde Francisco Matarazzo comprou a Companhia Fábricas Pamplona, a qual deixa de figurar no livro de recolhimentos do Município de São Bernardo em 1917. Em 1919, a Matarazzo já tinha, nesses galpões, fábricas de sabão e velas, óleos e vidros, pregos, serraria e lubrificantes, embora posteriormente a fábrica de sabão e velas da Matarazzo tenha sido transferida para a Água Branca, junto a outras indústrias do grupo Matarazzo. A Fábrica de rayon começou a funcionar nos anos 1920, posteriormente sendo também implantadas as fábricas de papel e papelão, a de celulose e a Cerâmica Matarazzo (fundada em 1935 com o nome de Louças Cláudia). A unidade química começa a funcionar em 1936 com a fábrica de ácidos. Passa-se a fabricar sulfato de alumínio a partir de 1939, soda cáustica e hexacloro em 1948, acetileno em 1954, carbureto e cálcio em 1955 e ácido sulfúrico em 1961 (MÉDICI, 1993: 176-177).

Chegou até a haver uma refinaria de petróleo, a IME, no interior do complexo das Indústrias Matarazzo em São Caetano, montada em 1934. Sua criação foi resultado de uma política de "verticalização dos empreendimentos", tendo como objetivo "liberar as empresas do Grupo Matarazzo da dependência dos distribuidores de combustíveis" (KENDE, 2002: 14). "A política de verticalização, hoje condenada em favor da alta especialização e da técnica do *just-in-time*, além de outros métodos de economia de capital, era uma necessidade concreta. Quase todos os empreendimentos dos anos 20 e 30 a praticaram" (KENDE, 2002: 16). A refinaria da IME não se expandiu, segundo a análise de KENDE (2002), por conta da pressão exercida pelas leis que cercearam o setor petrolífero privado por ocasião da estatização deste setor no Brasil.

Assim como a Cerâmica São Caetano, o grupo empresarial de Francisco Matarazzo, parte do qual sediado em São Caetano, empregava imenso contingente de trabalhadores, tendo essas fábricas inclusive exercido importante influência sobre a

constituição urbana dos bairros em que se inseriam. Também no caso das Indústrias Matarazzo foram estabelecidas relações de trabalho que, paralelamente ao assalariamento, visavam cooptar o trabalhador a partir de uma situação de dependência com relação à fábrica. O Grupo Matarazzo se propunha a assegurar determinados suportes básicos à vida do trabalhador, tais como a assistência médica e a habitação na Vila Operária contígua às fábricas, embora tais benefícios simultaneamente operassem como meio de estabelecer vigilância sobre a vida individual do operário, assim como não deixavam de constituir ramos empresariais do próprio Grupo Matarazzo. Portanto, essa empresa não restringiu sua lógica de acumulação apenas no investimento de capital produtivo na indústria, inclusive atuando no ramo financeiro e tendo como clientela seus próprios empregados, como se pode inferir a partir da citação a seguir:

Figura n°29 - Indústrias Matarazzo

Vista parcial das Indústrias Matarazzo na década de 1950. Fonte: Raízes. Ano XIII - n° 25. São Caetano do Sul, julho de 2002.

> Havia um restaurante, junto à Fábrica de Rayon, com condições de fornecer 9 mil refeições diárias, a preço subsidiado, para todos os empregados do que era então chamado Grupo São Caetano. Assistência médica local, com quatro médicos presentes constantemente, além de convênio médico, extensivo às famílias, no Hospital Matarazzo, em São Paulo (...). Os salários

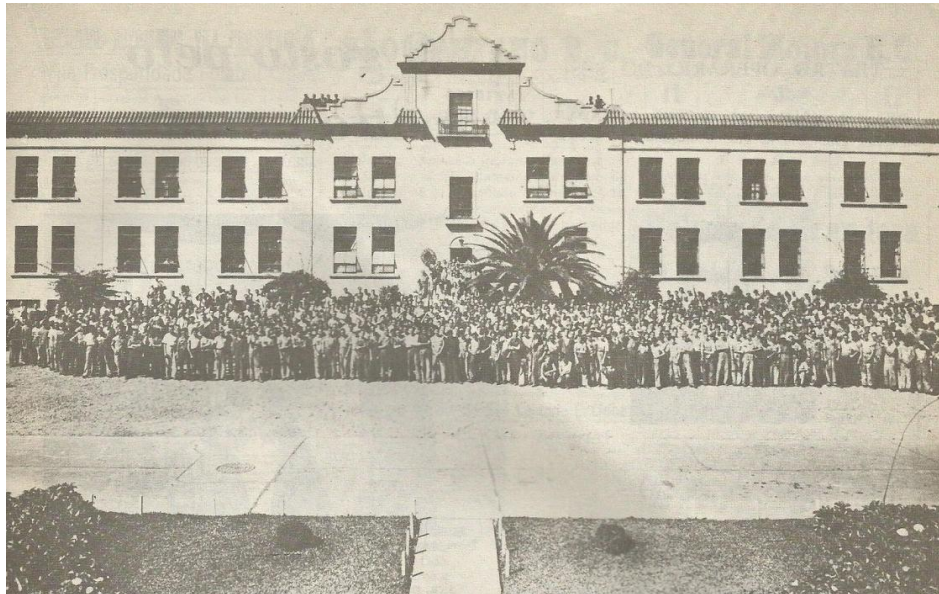
> eram pagos no Banco Matarazzo, onde os saldos das contas ficavam aplicados e terminavam por resultar em ganho extra (...) (KENDE, 2002: 21).

Dentre as grandes empresas instaladas em São Caetano a partir do segundo quartel do século XX resta ainda mencionar o caso da General Motors do Brasil. A General Motors Company norte americana foi uma indústria que, logo no início do século XX, cresceu com base na aplicação dos princípios para fabricação de automóveis em série e por meio da aquisição de outras empresas de fabricação de automóveis, passando a crescentemente concentrar capital nesse setor industrial. No curso desse crescimento, a empresa começou sua política de fabricação de automóveis em outros países. Em 1923, a GM passou a realizar a instalação de fábricas de montagem em 15 países do mundo. Na Inglaterra, a GM adquiriu a Vaux-hall; na Alemanha, a Opel e dois anos depois, em 1925, alugou um barracão no Ipiranga, em São Paulo, na avenida Presidente Wilson. "(...) já em 1926, a General Motors do Brasil comercializava caminhões GMC e [automóveis] Chevrolet, Buicks, Odlsmobiles, Oaklands e Cadillacs" (CARRARA, 2000a: 23).

Mas General Motors do Brasil logo passou a planejar a ampliação de suas instalações neste país. Em 1927, iniciou-se a construção do novo edifício em São Caetano do Sul, em terreno de 100 000 m², confrontando de um lado com a ferrovia, de outro com a estrada de rodagem que liga São Caetano do Sul a São Paulo. As peças e acessórios chegariam do exterior ao porto de Santos, seguindo pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí até a então nova fábrica (PENTEADO, 1958: 85-6).

Oficialmente, a General Motors do Brasil inaugurou suas instalações de São Caetano em 12 de agosto de 1930. Mas desde 1929 ela já estava operando nesta localidade (MÉDICI, 1993: 269). A presença dessa montadora de veículos no subúrbio foi viabilizada por conta de incentivos fiscais concedidos então pela Prefeitura Municipal de São Bernardo. A Lei n° 267, de 11 de agosto de 1928, do Prefeito Saladino Cardoso Franco, concedeu por dez anos a isenção de impostos à General Motors do Brasil S/A, mediante a construção da fábrica dentro do prazo de doze meses e contanto que ela entrasse em funcionamento em vinte e quatro meses, empregando no mínimo quinhentos operários. Os investimentos nesta fábrica foram, portanto, deliberadamente atraídos a São Caetano por meio de concessões feitas pela

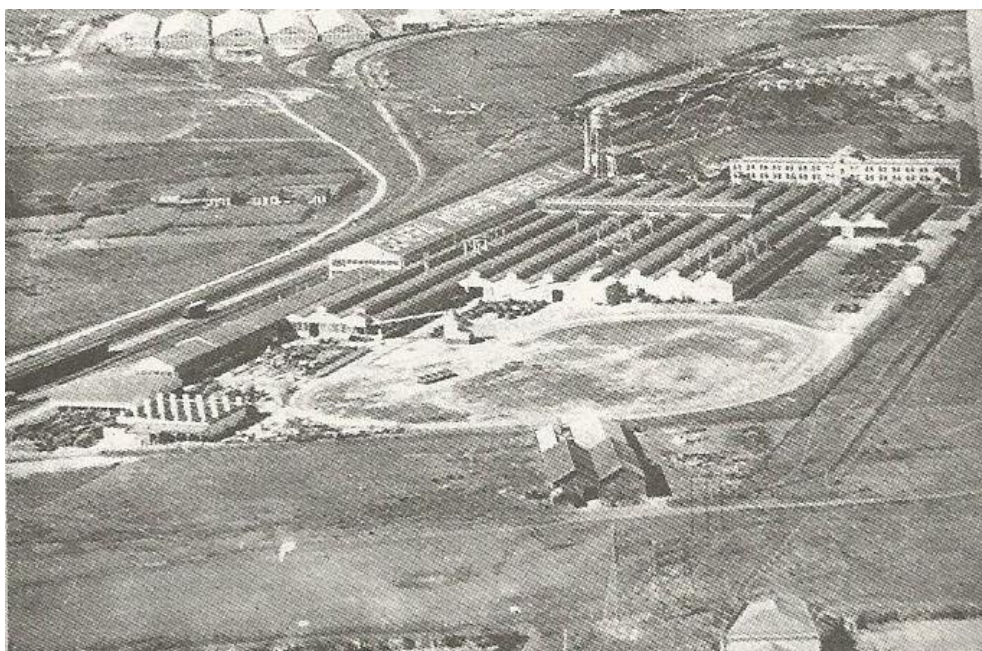
municipalidade de São Bernardo a fim de dar prosseguimento ao movimento de concentração industrial suburbana o qual se iniciara diante do contexto da eminente ascensão da forma de reprodução social de base urbano-industrial no Brasil. Com relação à inauguração da sede da General Motors do Brasil em São Caetano sob tais circunstâncias históricas, é particularmente rica a seguinte referência:

Figura n°30 - General Motors do Brasil em São Caetano

Fábrica da General Motors do Brasil com operários (1929). Fonte: Raízes. Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

> [O governo de] Getúlio Vargas ampara a lavoura cafeeira e, para forçar a alta de preços, começa a queimar montanhas de café em junho de 1931. Quem se lembra muito bem dos rolos de fumaça que subiam aos céus em função da queima do café, naquele junho de 1931, eram duas crianças que ficavam sentadas num barranco da Avenida Goiás aguardando a professora da escolinha mista da Vila Paula, em frente à General Motors: Agostinho Centelhas e Vytautas José Klisys (Vitão). Até hoje eles podem confirmar a visão dessas imagens, e acrescentar que, de cima do morro, eles também viam o pátio de manobra da General Motors, onde eram testados os caminhões. E o local exato da queima do café, que ficava no pátio dos armazéns da Vila Prosperidade, em área hoje ocupada pela Engenharia Experimental e a Estação de Tratamento de Efluentes da General Motors do Brasil (GIANELLO, 2000: 8).

Além de inserir no mercado brasileiro uma oferta mais ampla de automóveis, um produto que marcaria definitivamente a modernidade enquanto valor de uso tanto quanto como símbolo de posição social, a General Motors do Brasil teve papel decisivo

entre as empresas brasileiras no que se refere à aplicação de técnicas de propaganda com a função de criar no consumidor a (ilusória) convicção de que ele necessita de seus produtos. Ao instalar-se a GMB ainda nos seus galpões no Bairro do Ipiranga, em São Paulo, a publicidade brasileira havia acabado de entrar em uma fase na qual o anúncio não se limitava mais a informar ao público simplesmente a qualidade do produto, seu preço e a quantidade disponível, mas a persuadir pessoas a compra-los, inserindo-se a publicidade a partir daí como um componente básico da competitividade entre empresas. “Em fevereiro de 1926, surge a *Revista General Motors*, um *house-organ* (publicação empresarial destinada a um público específico) (...). Nascia assim o Departamento de Propaganda da General Motors do Brasil e que iria produzir enorme impacto na publicidade brasileira” (ANDRADE, 2000: 90).

Figura n°31 - Planta da General Motors

General Motors do Brasil na década de 1930. Podem ainda ser vistos os Armazéns Gerais de Café (canto superior esquerdo, atual bairro Prosperidade) e a linha da São Paulo Railway. Fonte: Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989.

Contudo, a vinda da GM para São Caetano coincidiu com a eclosão da crise econômica internacional de 1929. “As vendas de veículos, pela GM, caíram de quatro mil em 1930 para pouco mais de 1.500 em 1932”. Por ocasião desta crise, ocorreram dispensas em massa de trabalhadores na fábrica de São Caetano. “Dos 1.500 empregos da nova fábrica, várias centenas perderam seus empregos. No departamento de

contabilidade, dos 60 funcionários, restaram apenas seis no auge da crise” (CARRARA, 2000b: 38). A empresa “praticamente ficou reduzida à seção de peças, pois estas eram sempre necessárias e tinham mercado fixo”, de modo que os trabalhadores acabaram entrando em greve na virada de 1930 para 1931: “cruzaram os braços, ao mesmo tempo, funcionários do escritório e da produção” (MÉDICI, 1993: 270). O Departamento de Publicidade, nesta época, foi desfeito, embora a revista General Motors continuasse a ser publicada, agora sob a direção do escritor Orígenes Lessa. “Com a desativação do Departamento de Propaganda a conta da GM passou para a Americana, de Vicente Ancona Lopes” (ANDRADE, 2000: 90), havendo, portanto, uma espécie de política de terceirização setorial na indústria já em 1929. A direção da GM chegou a tomar a decisão de fechar a fábrica e interromper a produção por conta da crise mundial, embora não tivesse chegado a cumpri-la. Mas enfim, em 1932, começa a ocorrer a retomada da produção, especialmente diante do fato de que, na época, o governo paulista “adquiriu o estoque inteiro de veículos e ainda solicitou a cooperação da empresa na retaguarda civil da mobilização militar – as dependências da GM em São Caetano se tornaram uma extensão dos quartéis da Revolução Constitucionalista” (CARRARA, 2000b: 38).

Porém, em setembro de 1939 eclodiu a 2ª Guerra Mundial e, “mais uma vez, o mercado se retraiu. A General Motors sobreviveu, adaptando veículos para receberem aparelhos de gasogênio (combustível alternativo que substituiu a gasolina) e fabricando 9.167 veículos para uso militar e civil” (CARRARA, 2000b: 38). Já na década de 1940, a GM deu início à expansão das dependências de sua planta industrial em São Caetano, com o projeto de ampliação das oficinas elaborado pelos engenheiros Rangel Christoffel e Olavo Cauby, também autores da portaria principal da firma, construída em 1942 (MÉDICI, 1993: 272). Para termos uma ideia da dimensão deste projeto, bem como do poder de influência dessa empresa sobre as decisões tomadas pela administração municipal de São Bernardo, a obra de ampliação da planta industrial da GM envolveu inclusive a aquisição de uma via pública para dar lugar às novas dependências da fábrica (MÉDICI, 1993: 270).

Já em suas primeiras décadas de atividade no Brasil, a fábrica da General Motors causou enorme impacto sobre o transporte público urbano com a introdução dos ônibus motorizados que viriam a substituir os bondes elétricos em São Paulo. A

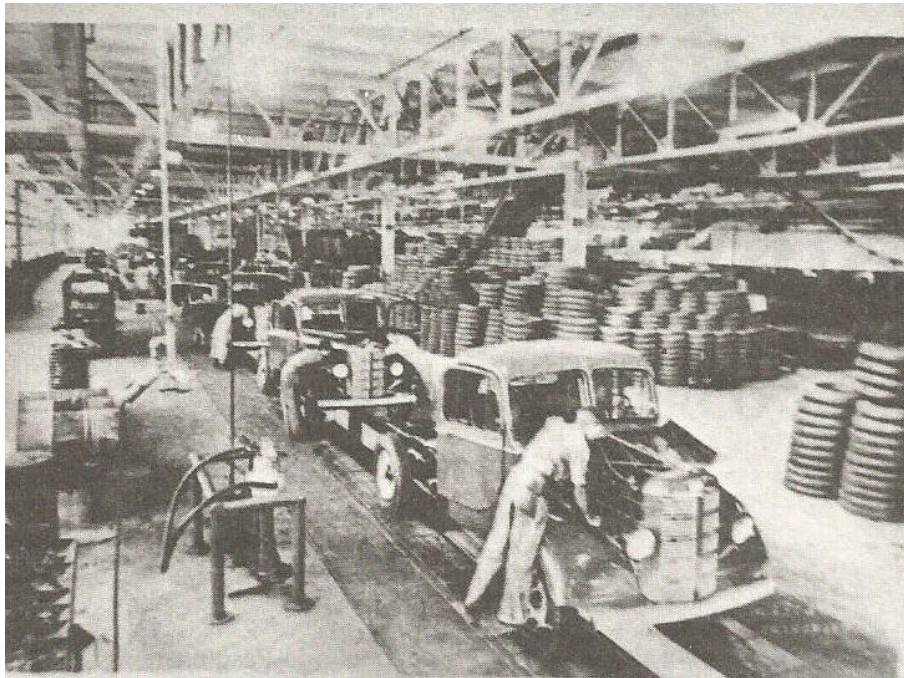
partir da década de 1920, em São Paulo, “os serviços de bondes [elétricos] foram reduzidos (...). Começaram a aparecer os ônibus que, em 1924, não passavam de 20 ou 30, que transportavam 10 a 12 passageiros cada um”. Estes primeiros ônibus, de fato, assemelhavam-se muito aos próprios bondes, “com carrocerias abertas de ambos os lados (jardineiras), montada sobre um chassi de caminhão” (CARRARA, 2000a: 24). O motorista dessas jardineiras, “que era também o proprietário, que também era o cobrador e que também era o mecânico, [em caso de defeito na máquina jogava] água no radiador, levantando nuvens de fumaça enquanto os passageiros esperavam pacientemente que a situação se resolvesse” (CARRARA, 2000a: 24). Ainda com relação ao transporte público por meio desses primeiro ônibus, há registro de que no ano de 1931 teve início o serviço intermunicipal de ônibus entre São Paulo e Santos. Posteriormente, em 1942, Manoel Diegues (que já realizava esse itinerário) adquiriu uma frota de ônibus Chevrolet para fazer a viagem de meia em meia hora (CARRARA, 2000a: 25).

Figura n°32 - Ônibus montados na General Motors do Brasil

Anos 30: a produção de ônibus e veículos comerciais pela General Motors. Fonte: Raízes. Ano III - n° 6. São Caetano do Sul, janeiro de 1992.

É importante aqui colocar que até a década de 1940 a fábrica da General Motors no Brasil praticamente restringia-se apenas à montagem dos veículos, cujas peças eram importadas da matriz norte-americana, portanto, não produzindo em território brasileiro as partes fundamentais de que se constituía um automóvel. Em 1942, a GM inicia a produção de baterias. “Em novembro de 1948, fabricou a primeira carroceria inteiramente metálica para ônibus, utilizando matéria-prima nacional” (MÉDICI, 1993: 272).

> No final da década de 40 – e já recebe o pedido de fabricação de 300 unidades – [se dá] a fabricação do primeiro ônibus de aço produzido no Brasil, montado sobre chassi e motor americanos. A tradicional carroceria de madeira revestida com chapas metálicas foi completamente abandonada. Vidros, assentos, tintas, pneus, baterias, ferragens, assoalhos, guarnições [eram feitos] de aço da famosa Usina de Volta Redonda (...). O aço propiciou redução de aproximadamente mil quilos no peso total do veículo (CARRARA, 2000a: 25).

Figura n°33 - Linha de Montagem

Linha de montagem da General Motors em São Caetano do Sul na década de 1940. Fonte: Raízes, Ano V - n° 9. São Caetano do Sul, julho de 1989.

Mas a efetiva produção de componentes dos veículos automotivos pela fábrica brasileira, aproveitando inclusive a matéria-prima disponível pelas siderúrgicas estatais nacionais, somente passaria a se realizar em maior escala a partir da política de atração de capitais do setor automotivo implantada no governo de Juscelino Kubitscheck:

> A base da consolidação da indústria automobilística nacional surgiu em junho de 1956, com a criação do Geia (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), que tinha por meta a nacionalização dos meios de transporte – proposto pelo presidente Juscelino Kubitscheck. Ciente de que o mercado brasileiro era promissor, a GMB já tinha adquirido uma área de 70 alqueires no município de São José dos Campos, no vale do Paraíba e a

> construção da primeira fundição para a fabricação de motores estava adiantada (CARRARA, 2000b: 39).

De fato, o caminhão Chevrolet veio desmontado dos Estados Unidos até o final dos anos 1950, quando finalmente a General Motors do Brasil apresentou ao público o primeiro caminhão Chevrolet constituído, em parte, de componentes fabricados no Brasil: "(...) em dezembro de 1958, a GM apresenta o seu primeiro caminhão Chevrolet brasileiro que tinha 44% de nacionalização, em peso, sobre todos os seus componentes – 4% acima do mínimo exigido pelo Geia" (CARRARA, 2000b: 39). "Dessa data em diante, a GM importou somente o motor e o chassi: as chapas de aço vinham da Usina Nacional de Volta Redonda e o assoalho era feito de pinho nacional" (CARRARA, 2000a: 24). Ao final desta década de 1950 a GM inclusive já planejava a instalação de uma nova fábrica em São José dos Campos para produzir motores, a partir de cujo início das operações o caminhão Chevrolet deveria atingir um índice de nacionalização superior a 65% (CARRARA, 2000a: 23-24).

Com a consolidação das grandes indústrias no subúrbio, tal como se deu nos casos das empresas aqui mencionadas, é estabelecido na área do entorno da cidade um mercado de trabalho ávido por novos braços a fim de ampliar o corpo de operários nas fábricas as quais encontravam espaço para crescer neste Brasil que cada vez mais se deparava com a modernidade. A continuidade do movimento da imigração para o este país ainda se fazia notar nesse período que se estende até meados do século XX, agora com a chegada em São Paulo de japoneses, espanhóis, portugueses, alemães, eslavos, entre outros povos. Mas também estava começando a se processar um movimento de migração do campo para a cidade no Brasil. Já entre os anos de 1920 e 1925, "23,5% dos imigrantes que ingressaram em São Paulo eram provenientes da Europa Central, 46% eram mediterrâneos e 27% brasileiros de outros Estados" (JOVANOVIC, 2000: 13). Diante da ampliação da demanda por mão-de-obra partindo das indústrias, é paralelamente engendrada uma fase de aceleração da produção e de ampliação da oferta de lotes de terras para a edificação de unidades residenciais para o operário suburbano, tal mercadoria se pondo a princípio como meio único de acesso à habitação próxima à cidade.

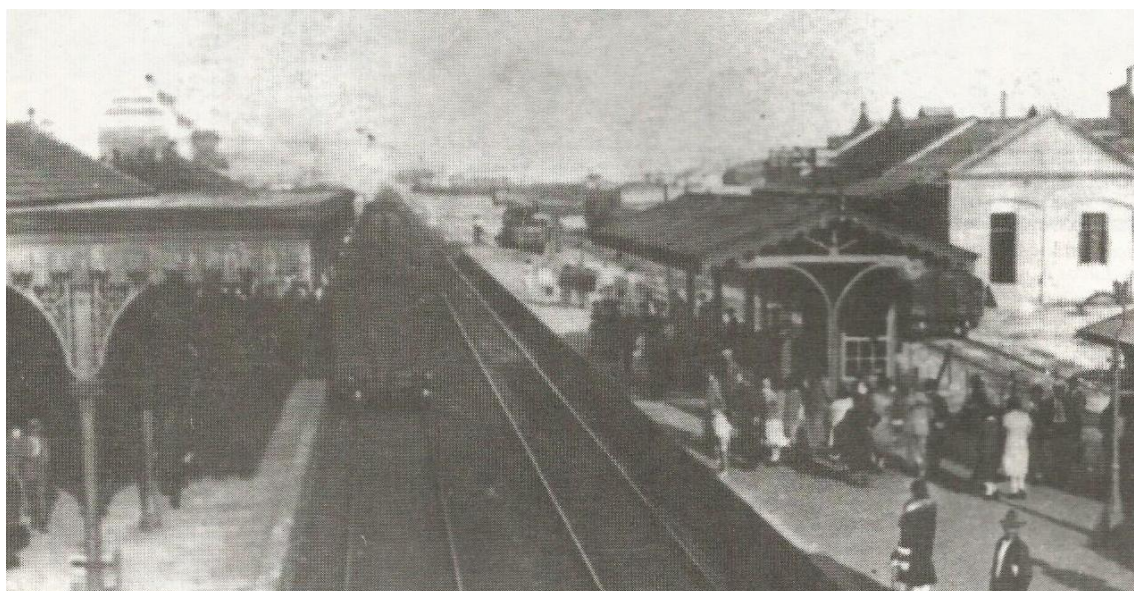
Figura n°34 - Mulheres operárias das Indústrias Matarazzo

Trabalhadoras da Fábrica Visco-Seda do Grupo Matarazzo em São Caetano, grande contingente que operava na fabricação de seda sintética (rayon) em fotografia ainda da década de 1930. A população imigrante crescia aceleradamente, a partir da referida década, por conta da expansão industrial e da consequente demanda de mão-de-obra por parte das grandes indústrias.

O ritmo do tempo na vida cotidiana dos moradores suburbanos nos aglomerados de famílias de trabalhadores que iam se formando começava a ser marcado pela presença apitos das fábricas disparando conforme seu próprio compasso, com seus ataques e pausas ao longo da semana: "Os apitos das fábricas se distinguiam entre si. Era possível saber que fábrica estava apitando pela peculiaridade do seu apito" (MARTINS, 2001: 33). Contudo, o caráter de certo modo rural e comunitário da vida suburbana ainda se fazia presente em meio a esse impacto provocado pela consolidação da grande indústria no lugar de moradia do operário:

> (...) quando cessavam os ruídos industriais em São Caetano, podia-se então ouvir os ruídos rurais que ainda persistiam em muitos traços da vida local e na própria mentalidade e nos costumes da população. Nessa cantiga de galos, ao longe, havia o colorido de uma sociedade de aldeia, comunitária, que ainda praticava muitas formas de ajuda mútua, especialmente na doença, mas também nas festas públicas e familiares, que eram muitas (MARTINS, 2001: 35).

Nas formas urbanas de São Caetano, esse ritmo lento da vida cotidiana, o qual passava a ser definitivamente invadido pela temporalidade racional e em constante aceleração característica da sociedade industrial que se implantava, também veio a defrontar-se com a emergência de uma forma urbana própria a essa modernidade, cristalizada na constituição de outro adensamento urbano central além daquele já existente no antigo Bairro da Ponte. Este novo nódulo de adensamento demográfico, comercial e de circulação em São Caetano passou a se estruturar em torno da estação de trem, mas do lado oposto da linha ferroviária se tomarmos como referência o atualmente chamado Bairro Fundação (lugar em que antigamente existiu a centralidade original deste subúrbio). Ou seja, o centro correspondente ao Núcleo Colonial de São Caetano que já havia começado a se estender, desde as primeiras décadas do século XX, para além dos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí, finalmente consolida-se nesse novo local por conta das modernas determinações agora colocadas pela emergência de uma racionalidade industrial se impondo sobre a vida cotidiana do trabalhador e pela disseminação do movimento de conversão da terra-mercadoria rural em lotes residenciais para venda no mercado.

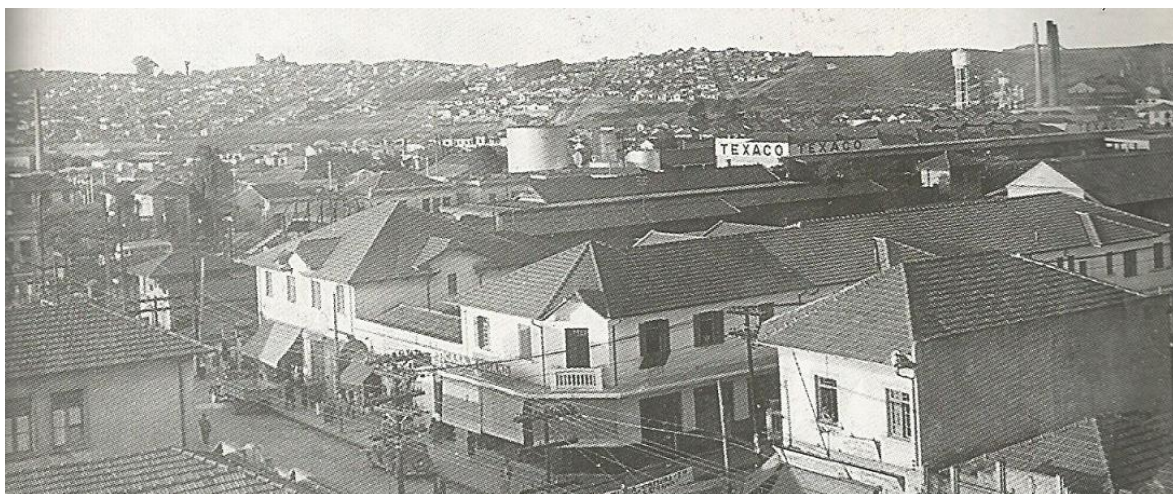
Figura n°35 - Estação ferroviária

A velha estação ferroviária de São Caetano, em torno de cujo adensamento central passaria a se dar o sentido da expansão de São Caetano, em fotografia de 1935.Fonte: Raízes, Ano VI - n° 11. São Caetano do Sul, julho de 1994.

De fato, uma vez loteadas as terras em torno da estação ferroviária, passaram a ser construídos nesta área os primeiros estabelecimentos comerciais dessa nova centralidade em São Caetano: apareciam armazéns de secos e molhados, bares, pensões, entre outros. Ao longo da década de 1930, o comércio já havia se concentrado primordialmente em torno da estação (MÉDICI, 1993: 211).

Figura n°36 - Estabelecimentos comerciais no Centro

A papelaria Ao Carioca foi um dos primeiros estabelecimentos comerciais da cidade, funcionando até a década de 1990. Fotografia de 1937. Fonte: Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989. Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989.

Mas para que este novo lugar de concentração demográfica, dos estabelecimentos comerciais e de convergência dos fluxos de circulação de pessoas e mercadorias finalmente se constituísse como um verdadeiro Centro de São Caetano, também teria que ser transferida para lá a centralidade religiosa desta localidade. A realização do ideal de progresso expressa na formação de um novo adensamento de estabelecimentos comerciais em torno da estação ferroviária, bem como da formação de bairros residenciais operários ao longo de caminhos que se estendiam a partir desse lado dos trilhos da ferrovia, se fez acompanhar pelo fato que foi o da transferência de localização da Igreja Matriz de São Caetano.

Figura n°37 - Novo Centro de São Caetano

Vista panorâmica do atualmente conhecido como Centro de São Caetano do Sul. Em primeiro plano, cruzamento da Rua Conde Francisco Matarazzo com a Rua Serafim Constantino. Ao fundo, as vilas Carioca e Alpina, em São Paulo, as quais mantinham importantes relações com São Caetano. Fonte: Raízes. Ano VIII - n° 16. São Caetano do Sul, dezembro de 1997.

Devido à impossibilidade de ampliá-la no seu lugar original (situado no largo do atual Bairro Fundação), uma nova igreja Matriz foi construída onde hoje é o Bairro Centro, isto é, fora do antigo centro do Núcleo Colonial (MARTINS, 1992: 164). Em 1929 já estava em andamento uma campanha pela mudança da Igreja para a parte de cima da ferrovia. Enfim, em 1924, os padres estigmatinos, chegados em São Caetano no ano de 1923 em substituição aos padres carlistas por ordem do arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, propuseram a criação de sua nova paróquia. A Igreja antiga ficava “mal situada, porque no extremo das casas que vão estendendo-se na direção oposta a meia hora de distância”. Num recorte de jornal anexado à petição ao arcebispo, mencionava-se que a igreja ficava fora do perímetro central e tinha tamanho pequeno para a quantidade de católicos, não correspondendo ao progresso local (MARTINS, 1992: 166). Portanto, a transferência da Igreja Matriz para outro local e acompanhada pela construção de novo templo justificava-se por conta de que:

> No final dos anos 20, com a expansão da cidade para além dos limites do hoje bairro Fundação, a antiga Matriz ia ficando pequena para uma população predominantemente católica. Era preciso, pois, que se pensasse numa igreja maior. Nada mais justo, portanto, que se tal igreja tivesse que ser construída que o fosse do outro lado da linha férrea. Além do que, a

> própria matriz velha começava a ficar deslocada geograficamente. A cidade avançava para outras direções (MÉDICI, 1993: 208).

As obras para a construção da nova Igreja Matriz foram iniciadas em março de 1932, em terreno doado por Ernesto Baraldi. "Nove moradores contribuíram com empréstimos para os primeiros trabalhos". Entre os doadores, famílias descendentes de colonos, mas também Armando de Arruda Pereira. "O restante foi arrecadado com quermesses e colaboração de várias formas de segmentos da população" (MÉDICI, 1993: 208). A Igreja Matriz nova ficou pronta ainda nos anos trinta, entre 1933 e 1938. A primeira missa nesse templo foi celebrada no Natal de 1936. A obra foi completada com a construção também de um novo pátio da Matriz, a Praça Cardeal Arcoverde, aberta no quintal de Ernesto Félix Baraldi, doador do terreno (MARTINS, 1992: 167).

Figura n°38 - Pátio da nova Igreja Matriz

Além do homem com a criança ao colo, nota-se ao fundo, nesta fotografia a Nova Igreja Matriz. Das casas circundantes, nenhuma mais existe e, nesta praça (Cardeal Arcoverde), ergueu-se uma extensão do centro comercial a partir da estação. Fonte: Raízes, Ano III - n° 5. São Caetano do Sul, julho de 1991.

Enfim, com a transferência da Igreja Matriz para o centro moderno de São Caetano seria, de certa forma, legitimado religiosamente o ideal de progresso que emanava da indústria e da constituição de um novo adensamento central e de um novo sentido do espraiamento desse subúrbio industrial. A construção da igreja

representou o início do movimento de destruição do centro antigo, reposto sobre novas bases sociais em outro lugar, revelando assim que com a industrialização houve a criação de um centro à imagem e semelhança do ideário do progresso guardando, contudo, a presença do lugar que correspondia, para a comunidade, ao templo do sagrado. A mudança de localização da Igreja Matriz relaciona-se, portanto, não só com a mudança do centro e com o crescimento demográfico "do outro lado das porteiras", como se passou a se dizer, mas com a pressuposição da própria Igreja católica de que ela ainda deveria estar no centro, e não ter ficado deslocada quando esse centro, assim como o sentido da expansão de São Caetano, passaram a se constituir em local oposto ao original, dificultando inclusive o acesso dos fiéis que moravam em bairros cada vez mais distantes da antiga Igreja Matriz.

De um lado dos trilhos da ferrovia, começava transformar-se o caráter urbano do entorno da antiga Matriz de São Caetano como o local de encontro e de convívio social público, passando cada vez mais a se tornar local de concentração de migrantes recentes. Do outro lado dos trilhos, estendia-se um adensamento urbano de estabelecimentos comerciais e o entroncamento dos caminhos que irradiavam em direção aos novos bairros operários, ou seja, estava se criando um novo centro comercial e de circulação, cujo sentido havia sido acompanhado por toda a urbanização subsequente dos bairros de São Caetano. Dois mundos conflitantes e inseparáveis, cada um de um lado dos trilhos do trem, ou cada um de um lado "das porteiras". Verifica-se nesta expressão o fato de que o imaginário espacial dos moradores locais também definia o que era centro e o que passava a não mais sê-lo, refletindo o que era considerado principal e o que era considerado secundário. A respeito dessa distinção entre duas centralidades com suas respectivas Igrejas representando os dois mundos sociais em conflito por ocasião da imposição do ritmo da indústria sobre a vida cotidiana do morador suburbano, nos fala José de Souza Martins:

> Os sinos da Matriz Velha soavam agudos, meio abafados, distantes, sinos de uma igreja de aldeia. Já os sinos da Matriz Nova soavam graves, solenes, diversificavam os tons. Destes, sabiam todos distinguir os dobres anunciando mortes. Era comum que os mortos fossem levados antes à igreja, a caminho do cemitério de Vila Paula (que alguém teve a má ideia de transformar em Santa Paula, mesmo não sendo). Na entrada da igreja, o

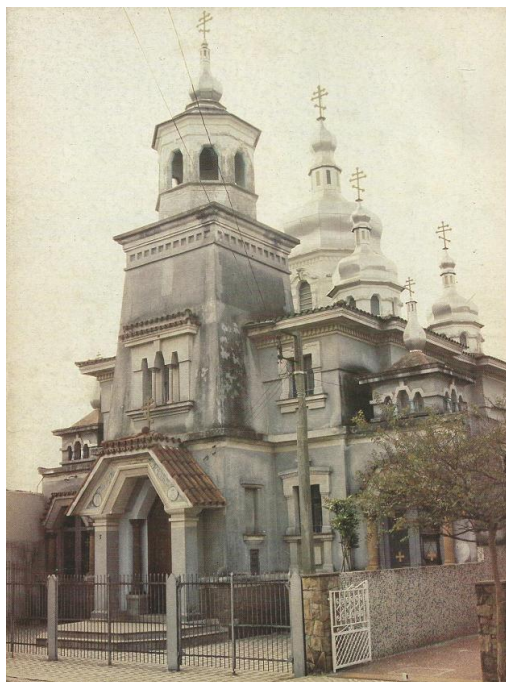
> sino batia. Se fosse pessoa rica, batia lenta e demoradamente. Se fosse pessoa simples, bastavam umas poucas badaladas. Naquele tempo, os sinos falavam. Falavam de hierarquia social (MARTINS, 2001: 34).

A leitura do caso da inauguração da nova Igreja Matriz revela que a cidade estava crescendo para o lado oposto do lugar em que estava a centralidade antiga. Os loteamentos de Vila Paula, Barcelona, Monte Alegre, Santa Maria e Cerâmica, iniciados em tempos anteriores, conhecem a partir de 1940 uma aceleração. O período entre o início da década de 1940 e 1955, aproximadamente, revela um rápido incremento da produção de lotes de terrenos residenciais. Ocorre uma explosão dos loteamentos de terra a partir da direção desse novo centro. Muitos loteamentos originais do início do século passarão por novos retalhamentos. Boa parte dos novos loteamentos abertos a partir da década de 1940 consiste na continuação do parcelamento de terras de loteamentos mais antigos, como nos casos analisados a seguir.

O primeiro caso aqui analisado de expansão de loteamentos surgidos já no início do século XX situa-se nos arredores do antigo Bairro da Ponte. "Quando a década de 40 começou, o Bairro Fundação estava sendo construídos com maior rapidez do que até então. (...) Passava a ser atraente o investimento nos negócios imobiliários, com tantos novos trabalhadores chegando atraídos pelas fábricas". Nesse bairro, abriram loteamentos nessa época a Dal´Mas Imobiliária e os irmãos Perrella, empreendimentos pertencentes a famílias locais (MÉDICI, 1993: 179). Há, ainda, o conjunto residencial da Sociedade Anônima Indústrias Reunidas F. Matarazzo (com indicação). O surgimento desse loteamento é citado no documento enviado à Prefeitura de Santo André, datado de julho de 1940, fazendo a requisição do alvará para a abertura da vila operária. Seu projeto, assinado pelo engenheiro Francisco Verrone, previa a construção de 79 casas operárias. "No projeto das casas, a Matarazzo informava que o escoamento das águas sujas das 79 casas seria diretamente no rio Tamanduateí, depois de serem tratadas por meio de fossas divididas em grupos de seis casas para cada uma", trecho indicativo da concepção de planejamento da vila operária: a mensuração e a elaboração do plano para realizar, nesse caso, a obra de saneamento (MÉDICI, 1993: 162).

Mas, além das residências familiares, registra-se que no ano 1941 já existiam pensões no Bairro Fundação, destinadas principalmente a abrigar homens que vinham

para São Caetano migrando de outras regiões do Brasil: “nos idos da década de 40 a pensão de dona Jovem era o local que recebia a maioria dos nordestinos que chegavam à cidade, na sua maioria baianos”. E havia pensões também no Centro, vendendo estadia para esses trabalhadores. “Além da [fabrica da Matarazzo, que precisava de mão-de-obra], havia a Reprensagem e Armazenagem, a Algodão Fidelidade, Mecânica, entre outras”. Já não eram só italianos os moradores do bairro Fundação e nem somente italianos e nordestinos: “foi na rua Perrella, 132, que a Sociedade Ucraniana inaugurou sua sede provisória em 22 de agosto de 1948. (...) Até hoje a Sociedade Ucraniana está no bairro, agora com sede própria à rua Mariano Pamplona” (MÉDICI, 1993: 180).

Figura n°39 - Tempo da Igreja Ortodoxa

Dentre as muitas novas levas de imigrantes que aportavam em São Caetano do Sul podemos mencionar os eslavos, também residindo em locais como Vila Zelina e Vila Bela, já em São Paulo. O templo da Igreja Ucraniana Ortodoxa Autocéfala, localizado próximo ao trilho do trem em Vila Barcelona e existente até hoje, é um lugar testemunho da presença dessa comunidade e uma construção de particular beleza incrustado em meio a uma área de grande adensamento de prédios e casas. Fonte: Raízes, Ano II - n° 3. São Caetano do Sul, julho de 1990.

Surgiu também nesse tempo a atividade de preparar e vender o alimento para o operário, dada a crescente concentração de imigrantes e migrantes por conta da demanda por trabalho nas indústrias. “Ferrucio Fortunato (...) quando ficou sabendo que a GM iria abrir uma firma de porte em São Caetano, trocou a roça pela cidade e

instalou pensão na avenida Goiás, em 1928 mesmo. Ferrucio deu refeições e hospedou muito migrante", falecendo em 1936 (MÉDICI, 1993: 269).

Embora estivesse se processando o aparecimento da nova centralidade em torno da nova Igreja da Matriz no Distrito de São Caetano, o Bairro da Ponte ainda permaneceria por algumas décadas como um importante polarizador para os aglomerados populacionais situados já no município de São Paulo, tais como Vila Zelina, Vila Carioca, Vila Prudente, ou seja, os bairros situados "do outro lado do rio", cujos habitantes cruzavam a ponte para acessar São Caetano. Portanto, além da relação suburbana, tributária para com o centro de São Paulo (a qual se dava por meio da ferrovia, como visto anteriormente), São Caetano passou a ser uma referência urbana para os imigrantes que se instalaram nos loteamentos abertos na porção leste do município de São Paulo a partir do segundo quartel do século XX. Dadas as funções exercidas pelo comércio e pela existência de centros de convivência social tais como os clubes esportivos e recreativos, o antigo local de fundação do Núcleo de São Caetano havia se convertido em um sub-centro da metrópole nascente. Sobre o caráter central de São Caetano com relação os bairros vizinhos no Município de São Paulo, na época da Segunda Guerra, relata-se que:

> (...) quando os Perrella adquiriram dos De Nardi o casarão do atual museu, na [Rua] Maximiliano Lorenzini, e ali instalaram uma padaria, percebeu-se mais uma vez como era grande a integração dos moradores dos bairros vizinhos de São Paulo com São Caetano. Os maiores fregueses da padaria dos Perrella eram os moradores de Vila Bela, a maioria ucranianos, eslavos, húngaros, lituanos, chamados de bichos d´água (MÉDICI, 1993: 164).

Mas o bairro Fundação já não tinha mais para onde se expandir. No terreno em que estavam instaladas as fábricas do grupo empresarial Matarazzo, atrás da antiga Igreja da Matriz, estabeleceu-se um dos limites de expansão da malha urbana de São Caetano. O espraiamento de São Caetano, ou melhor, a continuidade do movimento de conversão de lotes rurais em loteamentos para construção de moradias para trabalhadores migrantes passará então a se dar principalmente a partir do centro em direção aos loteamentos mais antigos, ao longo dos antigos caminhos que atravessavam este subúrbio.

Um primeiro eixo dessa expansão se deu a partir do Centro no sentido da fábrica da Cerâmica São Caetano, ou seja, ao longo dos Bairros Santo Antônio e Cerâmica. “O bairro Santo Antônio teve, historicamente, uma ocupação mista: de fábricas, a partir das antigas olarias, e de residências. E de um comércio de passagem, ao longo da Avenida Senador Roberto Simonsen, a antiga Rua Santo Antônio” (MÉDICI, 1993: 231). O crescimento do bairro Santo Antônio mostra bem a transição de um momento em que as olarias eram o maior ramo fabril até esse momento de consolidação dos grandes grupos industriais e de derrocada das olarias familiares. Trata-se de um bairro constituído pela parte “de baixo” (várzeas) e a parte de cima (morros), a primeira junto ao rio dos Meninos e a outra ao longo da vertente a partir da margem direita do rio. Na atual Avenida Senador Roberto Simonsen “ainda [hoje] existem casas espaçosas, em pontos elevados e de grades quintais, herança de um período rural” (MÉDICI, 1993: 231). Na várzea dos parentes ou do ribeirão dos Meninos, extraiu-se por muito tempo areia e argila, atividade em função da qual se deu o aparecimento de várias represas no local.

> No início dos anos 50, ainda era possível avistar as pequenas represas no vale do ribeirão dos Meninos, formadas por causa da extração de areia e argila... as represas eram procuradas por nadadores e pescadores. Anos depois começaram a matar, até serem aterradas... a represa que mais matava era a dos Parentes, do outro lado do ribeirão dos Meninos, já em São Paulo (MÉDICI, 1993: 238).

Nos terrenos em que anteriormente foram formadas estas represas, posteriormente aterradas, implantou-se uma série de indústrias, algumas das quais permanecem em atividade até os tempos atuais. “Uma das primeiras a chegar foi a Dal´Mas S/A Indústria Agro-Química Brasileira, fundada em 1920 pelo comendador Victório Dal´Mas e que transferiu suas instalações do Bairro Fundação par ao Bairro Santo Antônio”. Outra indústria também viria a se instalar na várzea dos Parentes, a Agro-Química Braido – de propriedade do futuro prefeito Hermógenes Walter Braido (MÉDICI, 1993: 239).

O bairro Santo Antônio “não possui um grande loteamento urbano e nem um grande proprietário que tenha feito, exclusivamente, a divisão da área para venda em lotes residenciais”. Dentre esses loteamentos, Ademir Médici aponta os seguintes: *Rua*

Archinto Ferrari, loteamento de Carolina Ferrari Casarejo e Archinto Ferari de novembro de 1940, composto por nove lotes com área mínima de 300 m^2 cada, grande parte adquirida pelo engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino (o qual viria a ser eleito o primeiro prefeito de São Caetano do Sul após a criação do município em 1948). *Rua Joaquim Nabuco* e *Rua Pedro Lorenzzini*: ambos do mesmo Ângelo Raphael Pellegrino, abertos em 1940. *Rua Rui Barbosa*: de Raimundo Ferrari, de 1946. *Rua José Ferrari*, terras do espólio de Carolina Ferrari Casarejo e Archinto Ferari, que tinha escritura desde 1920. *Rua Machado de Assis*, de Celso Marchesan e outros. *Rua José de Alencar*, de Frederico Pastore e Colomba Pastore, de 1955 (MÉDICI, 1993: 242-246).

Já o bairro da Cerâmica, em 1931, "não passava de uma enorme área quase plana, com algumas casas e a Cerâmica" (MÉDICI, 1993: 374). A planta de memória de Casério Veronesi indica que no antigo Bairro Cerâmica havia apenas duas vias públicas: "a futura rua Santo Antônio, hoje Avenida Senador Roberto Simonsen; e a futura rua Caramuru, hoje Engenheiro Armando de Arruda Pereira". Havia algumas casas de antigos moradores de famílias de imigrantes nesse cruzamento, e algumas outras casas mais retiradas dos caminhos centrais. "A relação oficial de ruas de 1929 aponta a existência, neste espaço estudado, de apenas um loteamento: Bairro Olinda. Além, é claro, do Bairro Cerâmica, cuja denominação já prevalecia" (MÉDICI, 1993: 383).

Dos loteamentos e arruamentos do bairro Cerâmica, o mais antigo registro é uma planta de 7 de janeiro de 1926. Houve também, no entorno deste antigo bairro, o loteamento da Sociedade Civil de Loteamento de 1928 em terras de Caetano Coppini e sua mulher Maria Mazzini Coppini, descendente de antigos imigrantes italianos, assim como o loteamento da família Benedetti em 1947, citados como "pioneiros" do Bairro Cerâmica. Houve, finalmente, os loteamentos de terrenos de José Parente e outros (1947), o loteamento de Bartolomeu Ferro (1948, com área de 8.741m2), a Vila Max (propriedade de Hermínio Jacob Lorenzini e Casa Bancária São Caetano S/A, em área de 3.245 m^2, aprovado em 1951) e o Jardim São Jorge (propriedade da Imobiliária Lar Paulista Ltda. e Jorge Mussa Assali, aberto em 1953, com 66.189m^2) (MÉDICI, 1993: 383-385).

Outro eixo de espraiamento de São Caetano a partir do Centro, além da sequência formada pelos Bairros Santo Antônio de Cerâmica, é o do Bairro Monte Alegre, seguindo pelo Bairro Oswaldo Cruz e Vila Gerty, todos eles em sequência ao

longo do antigo caminho da Estada para São Bernardo (Estação de Santo André). Nesse eixo, menciona-se o loteamento de Cândido Campos Lopes e Gisela Heinsfurter, de 1946 a 1954 (um dos novos loteamentos a partir do bairro Monte Alegre, atualmente incluído nos limites administrativos do Bairro Olímpico). Os loteadores mantinham uma olaria em seus terrenos do futuro Boqueirão (hoje Bairro Mauá). Aos compradores dos lotes desse empreendimento eram cedidos 10 mil tijolos (MÉDICI, 1993: 325), significativa informação sobre como os loteadores faziam para atrair compradores, inclusive patrocinando seus negócios imobiliários com materiais de construção produzidos por suas próprias olarias.

Um terceiro eixo ao longo do qual ocorreu a aceleração da abertura de novos loteamentos corresponde à sequência de Vila Paula, Vila Barcelona e Santa Maria, seguindo agora pelos caminhos constituídos ao longo da antiga Estrada do Curandeiro e, posteriormente, da Avenida Goiás. A abertura de novos lotes em Vila Barcelona constitui um caso significativo de como, a partir da criação de um loteamento original, ocorreu a expansão dos negócios com a produção de terrenos em loteamentos que eram outros retalhamentos sobre um loteamento original. A Companhia Bandeirantes de Loteamentos e Terrenos (sociedade imobiliária do Grupo Votorantim) foi responsável por vários arruamentos em Vila Barcelona, assim como outros proprietários independentes dessas empresas que começaram a lotear em terrenos não edificados nestas cercanias. Os vários processos de novos loteamentos datam a partir da década de 1940. "A Companhia Bandeirantes é a mesma que aparece, na década de 40 e seguintes, vendendo terrenos na Vila Barcelona, igualmente em áreas do antigo Banco União loteadas pela Votorantim" (MÉDICI, 1993: 162).

Os loteamentos em Vila Barcelona acontecem com maior rapidez em decorrência de dois fatores. O primeiro refere-se à construção da Estação de Utinga, situada em posição intermediária entre São Caetano e Santo André e inaugurada em 1º de agosto de 1933, criando um novo nó de circulação para o trabalhador e morador do aqui referido bairro. O segundo fator, ocorrido anos mais tarde ao primeiro (ao longo da década de 1950) seria o da extinção do chamado Recreio: área de prostituição em lugar de passagem, fora da cidade, próximo à mesma Estação de Utinga, ou numa área "campestre" posicionada entre estas duas áreas urbanas as quais haviam ganhado população muito rapidamente. Lugar, portanto, "ermo", mas

com facilidade de acesso. Relata-se que a presença do Recreio desvirtuou “a própria ideia dos loteadores, que imaginaram e definiram os Bairros Campestres e Utinga, além do bairro Jardim, como de habitação burguesa”. Depois do fim da zona de prostituição, aumentaram as vendas de lotes na Vila Barcelona (MÉDICI, 1993: 291). Sobre as áreas de prostituição no subúrbio operário, temos a seguinte referência:

> (...) entre os anos 30 e 50, foram se propondo evidências do dilaceramento desse mundo interior da casa de família (uma expressão que, aliás, quase desapareceu) para designar o domicílio por oposição a lugares de moralidade duvidosa, como se dizia (que em São Caetano sempre ficavam confinados muito longe de vizinhanças habitadas, como o Morro do Parente ou o Campestre, perto da Estação de Utinga) (MARTINS, 2001: 42).

Entre esses lugares “de moralidade duvidosa” em São Caetano em meados do século XX, registra-se o relato do caso de um estabelecimento que, em 1948, tentou se instalar na Rua Santa Catarina, no Centro de São Caetano, causando reclamações seguidas até ter sido fechado. “Segundo os vizinhos do Jantar Dançante El Dorado, a algazarra dos rapazes, o barulho constante da orquestra punha em perigo a integridade e a invulnerabilidade dos lares”. Este estabelecimento, após pressão da opinião pública, “foi vendido a uma proprietária de casas suspeitas, em Utinga. A briga continuaria por uns tempos” (GIANELLO, 1998: 6). Em maio de 1948, finalmente, o “famigerado bar-dançante que tanto preocupava os sancaetanenses da Rua Santa Catarina fora finalmente desativado. No mesmo local os senhores Horácio Pires e Henry Veronesi instalaram um ringue de patinação” (GIANELLO, 1998: 14).

Por conta dessa aceleração da abertura de loteamentos ao longo das vias que irradiavam a partir do novo Centro de São Caetano, passou a se formar em torno da estação ferroviária o embrião do entroncamento do sistema de transporte que passaria a ligar São Caetano a São Paulo, assim como a outros subúrbios paulistanos com os quais se estabeleciam as relações de intercâmbio. Ainda que, mesmo nos anos 1930, as ruas todas do centro de São Caetano ainda fossem de terra. “A exceção era o trecho junto à estação da Conde Francisco Matarazzo” (MÉDICI, 1993: 221). Nos anos 1940 ainda havia ponto de carroceiros junto à estação.

Sobre a questão dos deslocamentos, menciona-se o percurso de longas distâncias a pé, partindo de bairros como o Rudge Ramos, em São Bernardo, para

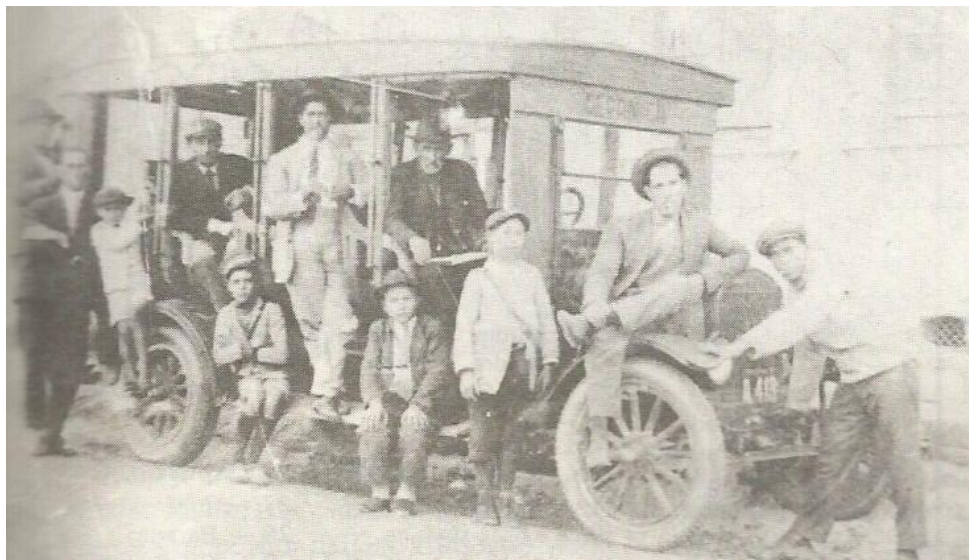
acessar São Caetano. Longas caminhadas eram feitas do bairro dos Meninos, atual Rudge Ramos, até o que atualmente se conhece por bairro Santo Antônio para buscar pães na Padaria Santa Clara, fato narrado por Aparecida Oliveira Alves. Este caminho também feito pelo carroceiro Manoel Antônio de Oliveira, pai de Aparecida.

> Ele comprava lenha pelos lados do Curral Grande, do Taboão, hoje município de Diadema, atravessava Piraporinha e o bairro dos Meninos, e vendia em São Caetano (...). Um dos fregueses mais certos do carreiro Manoel de Oliveira era a Cerâmica de Senjiro Toyoda, a S. Toyoda e Companhia Limitada, fundada em 1928 na rua Amazonas (...) chegando até a rua Goitacazes (MÉDICI, 1993: 234).

Em torno desse entroncamento que se formou na estação de São Caetano, começaram a aparecer desde a década de 1920 novas modalidades de transporte. Surgiram as jardineiras e, mais tarde, os primeiros carros coletivos motorizados, em substituição aos antigos bondes e as linhas de transporte público desde os anos 1920 (o bonde dos irmãos Pujol, conforme já vimos anteriormente, ao tratar da formação do Bairro Santa Maria). O automóvel de uso particular levou mais tempo para se generalizar. Com base em depoimento de Casério Veronesi, se diz que o primeiro automóvel visto em São Caetano, ainda na década de 1910, “pertencia a um tal Foratini, que tinha uma fábrica de macarrão na Mooca, em São Paulo. E que precisou voltar logo para casa, porque o farol de carbureto não tinha condições de iluminar bem o caminho” (MÉDICI, 1993: 199). O automóvel, um SPAT italiano, levou três horas de São Paulo a São Caetano.

A interligação por trilhos entre São Caetano e São Paulo, por um lado, e entre São Caetano e Santo André, por outro lado, permitiu o aparecimento das primeiras estradas de rodagem paralelas à ferrovia. Em 1928, Luiz Veronesi já havia instalado a primeira linha de ônibus ligando a estação de São Caetano ao Bairro Cerâmica (MÉDICI, 1993: 241). Em 1948 começa a funcionar a primeira linha entre Estação São Caetano e Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo (município emancipado desde 1944), pela Empresa de Auto Ônibus Cerâmica Ltda., de Alfredo Veronesi (MÉDICI, 1993: 388). Situação difícil pela falta de boas vias públicas. A Avenida Roberto Simonsen, que era a rua principal, só foi calçada por conta da visita de Getúlio Vargas à fábrica da Cerâmica

(MÉDICI, 1993: 389). A Vila Ressaca, uma das mais antigas de São Caetano, desde os primeiros momentos da urbanização, era uma espécie de lugar satélite da estação de trem: ”Em 1929 já tinha uma linha regular de jardineira, sob responsabilidade de João Batista e que passava pelo cemitério da Vila Paula, tendo como ponto final a Vila Ressaca” (MÉDICI, 1993: 296).

Figura n°40 - Primeiros meios de transporte público motorizados

Jardineira que operou entre as décadas de 1920 e 1930, no Bairro Cerâmica, de propriedade de Alfredo Veronesi. Foi o principal meio de deslocamento pelas estradas de terra até que começassem a aparecer as primeiras linhas de ônibus. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

A Avenida Goiás, atualmente o principal eixo de escoamento rodoviário do Município de São Caetano do Sul, era de terra nos anos 1930, nela circulando poucos automóveis. Nos anos 1940, contudo, ela já passava por obras de alargamento de dois metros (MÉDICI, 1993: 278). Com a pavimentação da Avenida Goiás e a consolidação desta via como ligação com a Estação de Santo André, aumenta o tráfego de veículos que anteriormente encontravam muita dificuldade de trânsito devido às más condições da pista. “O [antigo] aterro para a abertura da Rua Goiás, que propiciou o acesso ao novo loteamento, criou uma nova opção de interligação de São Caetano com a Estação São Bernardo”. Os primeiros ônibus provenientes de Santo André começaram a passar pela nova avenida (MÉDICI, 1993: 288).

Essa produção de novas vias de acesso esteve, portanto, intimamente relacionada com o crescimento de loteamentos como os de Vila Barcelona, Cerâmica,

Santa Maria, por que foi o novo meio de circulação (assim como a inauguração da nova estação de Utinga) que permitiu o acesso aos locais dos loteamentos (à nova terra urbana produzida). Criou-se um espaço de circulação dos ônibus e, posteriormente, do automóvel e, com ele, uma nova condição de acessibilidade entre os lugares, viabilizando a aceleração da realização da mercantilização da terra nos bairros.

Figura n°41 - Primeiros ônibus da General Motors em São Caetano

Os ônibus passaram a ser o meio de transporte em substituição ao bonde e às jardineiras na medida em que novas ruas eram abertas para dar acesso aos novos loteamentos. Fonte: Raízes, Ano III - n° 6. São Caetano do Sul, janeiro de 1992.

Embora esses loteamentos urbanos estivessem rapidamente se espalhando pelo território de São Caetano ao longo da década de 1940, especialmente nos bairros mais pobres o modo de vida continuava guardando componentes rurais e comunitários. Segundo as impressões pessoais de José de Souza Martins relata-se que na casa em que ele morou quando criança não havia rádio. “Poucos vizinhos o possuíam. De modo que, após o jantar, rezar e conversar um pouco, ia-se para a cama, muito cedo, não raro bem antes das nove horas” (MARTINS, 2001: 37). Mas o depoimento seguinte é ainda mais contundente no que se refere à caracterização desses costumes rurais ainda presentes na vida cotidiana no subúrbio:

> Periodicamente, um porco era morto ali mesmo naquele pátio, a carne cortada em pedaços e frita na hora para que os pedaços pudessem ser colocados em latas na banha, também derretida na hora, e assim conservados durante algum tempo. Também se fazia o chouriço, muito

> saboroso. Pedaços de carne eram enviados a alguns parentes e vizinhos ou repartidos entre os participantes do mutirão organizado para matar e cortar o animal em pedaços apropriados: cada parte tinha um nome e um uso. Essa prática tinha sua razão. Era evidente que os parentes sabiam da matança do porco. Isso era comentado até dois dias antes, até porque se precisava de ajuda nessa hora. E os vizinhos o sabiam não só pelos gritos do animal como, também, pelo demorado cheiro de carne frita que se seguia, tomando uma tarde inteira. Não enviar a essas pessoas como deferência e sinal de amizade, um pedaço de carne, era manifestação de egoísmo, uma óbvia negação do destino comum que decorria do parentesco e/ou da convivência no espaço da vizinhança (MARTINS, 2001: 37).

A fim de trazer elementos para caracterizar os traços ainda rurais da vida cotidiana em São Caetano mesmo em tempos de proliferação dos loteamentos de terra, podemos também citar o caso do morador Sebastião Bonifácio que "alugava duas quadras em plena Avenida Goiás, em frente à tecelagem Nice, com fundos para a Conselheiro Lafayete, onde criava gado holandês". Sebastião distribuiu leite pela cidade de 1939 a 1947 (MÉDICI, 1993: 278).

Figura n°42 - Persistência do caráter rural

Fotografia da chácara de Pedro Sanches, no ano de 1944, na extinta rua Margarido Pires. Ao fundo, a Metalúrgica São Francisco, hoje Coferraz. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

No desencontro e na coexistência entre esse caráter ainda rural da vida no subúrbio e a emergência da modernidade, com a consolidação do trabalho assalariado e a generalização do lote urbano como unidade entre propriedade e sítio para a

habitação, a vida do morador de São Caetano passava a enfrentar uma nova condição de precariedade e de carência, na medida em que os loteamentos abertos nesse momento de expansão dos negócios imobiliários realizavam-se sem quaisquer obras de infraestrutura urbana básica, como distribuição de água e coleta de esgoto, iluminação pública, pavimentação e transporte. Ao contrário de alguns loteamentos do início do século XX em São Caetano, para os quais chegaram a ser elaborados sofisticados planos urbanísticos (tendo como maior exemplo dessa sofisticação urbanística o Bairro Santa Maria original, cujo conceito até mesmo pressupunha uma visão burguesa de sociedade a qual esse mesmo plano visava realizar), nos loteamentos empreendidos a partir da década de 1940 praticamente nenhum melhoramento urbano era realizado: apenas abriam-se as ruas, doadas ao município, e vendiam-se os terrenos para construção.

Figura n°43 - Casa em novo loteamento

Família de João Almendra e seu vizinho, Benedito do Nascimento, à porta da casa de João Almendra (1845). Fonte: Raízes, Ano V - n° 9. São Caetano do Sul, julho de 1989.

O crescimento desses bairros com a ampliação da abertura dos loteamentos e das vias de circulação a partir da década de 1940 evidenciou, na constituição da moradia do trabalhador, o caráter de *habitat* sobrepujando-se ao da habitação no sentido amplo da palavra. Os loteamentos urbanos eram desprovidos de serviços, como se fossem ainda rurais, embora se tratasse de um adensamento demográfico

cada vez maior. O modo como se realizava a obra “urbanística” de abertura do loteamento resultou, enfim, numa urbanização precária.

Registra-se que, ainda em 1928, constava a representação feita pelo morador Ferdinando Américo Paine, por meio da qual a população da Vila Paula e Elekeiróz solicitava a Saladino Cardoso Franco a numeração das casas (demonstrando a dificuldade de comunicação por conta da dificuldade de identificação do endereço, reforçando o caráter de relativa distância da cidade, ou do que ela representa no seu aspecto de espaço a partir do qual se dissemina a informação); que fosse construído um pontilhão em córrego próximo ao 2º Grupo Escolar, da Vila Monte Alegre (demonstrando a necessidade, ligada à vida imediata, de melhoria das vias de circulação local); que fosse proibido andar gado solto (normatização requerida por conta desse traço rural da vida local que começava a entrar em conflito com a necessidade de normatização da circulação de pessoas e veículos que começava a se impor e a ganhar contornos crescentes com o uso do automóvel que ainda viria a se generalizar); instalação de iluminação pública elétrica, “já que os dois bairros tinham mais de mil habitantes” (outra evidência de que o caráter rural começa a ser subsumido pelo caráter urbano da localidade) (MÉDICI, 1993: 266).

Essa representação indica que os melhoramentos urbanos eram insuficientes para a vida que se desenhava a partir da situação de adensamento populacional sem acesso a infraestrutura urbana básica. Posteriormente, nos anos 40, situação urbana teria suas deficiências agravadas com a produção de loteamentos precários, com crescente quantidade de unidades terrenos vendidas a famílias trabalhadoras que chegavam a viver em condições totalmente inadequadas para a saúde. Para reafirmar em cores vivas a falta de acesso dos moradores aos equipamentos urbanos sanitários no subúrbio de São Caetano entre as décadas de 1940 e 1950, trazemos a seguinte referência:

> A água suja corria dia e noite, num canal de limbo esverdeado, e minúsculos vermes vermelhos moviam-se em conjunto quando sentiam algum movimento do solo por perto, na pisada dos passantes. Observá-los era uma diversão das crianças. Havia um leve fedor de esgoto pelas ruas, um cheiro de coisas fermentadas. O que se agravou quando alguns acharam de lançar na rua também as fezes domésticas, ao invés de canalizá-las para as fossas. Um relaxamento na fiscalização tornara o abuso generalizado. O adensamento das construções parece ter inviabilizado a manutenção de

> fossas em muitas residências. O esgoto passou, então, a ser atirado diretamente à rua, sem mesmo passar antes pela fossa séptica. O cheiro azedo de esgoto ganhou um fedor adicional de merda, que parece ter contribuído para afastar as pessoas, sobretudo as crianças, da rua, lugar até então predileto da sociabilidade infantil e de um alargamento comunitário do lazer dos imaturos: as cirandas, as cantigas de roda, o passa-anel, as adivinhações, a narrativa de casos, quase sempre fantasiosos, o esconde-esconde (MARTINS, 2001: 36).

Na nova relação estabelecida entre as empresas loteadoras e o poder público, passou a se colocar a questão de qual das partes teria responsabilidade sobre os problemas urbanos: "nem sempre o que é prometido pelo loteador é cumprido. Quase sempre não o é. A cobrança, então, recai sobre o poder público" (MÉDICI, 1993: 207). Existe uma relação complexa entre o poder público e as empresas loteadoras, porque estas não querem, de modo geral, investir em equipamentos urbanos; querem comprar terra e repassá-la com o mínimo de investimento. Para a prefeitura, as empresas loteadoras privadas chegaram a prestar um serviço, que é o de abertura de ruas e de produção de unidades de propriedade sobre as quais se funda o novo espaço da mercadoria, mas tais empresas deixaram a conta de todo o resto a se fazer para o poder público, que é cobrado pela população.

Sob esta forma precária de produção de loteamentos urbanos, os moradores que compravam o lote normalmente também tinham que investir na construção de suas próprias casas, muitas vezes esses próprios moradores realizando parte significativa deste trabalho constr utivo, embora os planos de edificação chegassem a ser oferecidos pela prefeitura no caso das chamadas casas proletárias[22]. Segundo as

[22] Notamos que a regulação e o incentivo para a construção das chamadas casas proletárias continuaria a existir depois que São Caetano tivesse sido elevado a município. A Lei Municipal n° 100 de 11/07/1950, editada, portanto, durante a gestão de Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito de São Caetano do Sul, isenta do pagamento de alvarás, entre outros encargos, e define o que são as casas proletárias (a lei é assinada por Jacob João Lorenzini, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano). Define a casa proletária de acordo com os seguintes critérios: área útil de até 60 metros quadrados, classificada entre os tipos A, B e C (dados conforme o número de cômodos, até dois quartos com sala). Não é necessária a aprovação do projeto e as plantas memoriais são oferecidas gratuitamente pela Diretoria de Obras e Serviços Públicos. Para gozar da isenção tributária que esta lei permite, é necessário provar a qualidade de trabalhador, que a casa é exclusiva para sua residência, que a pessoa não possua outra casa no município e ter o título de propriedade (ou o compromisso de compra e venda) do terreno. Porém, esta lei deixa apontado que as casas proletárias não poderão ser construídas em qualquer localidade. As leis de zoneamento, posteriores, separam as zonas residenciais em subzonas, de modo a permitir a construção de casas proletárias em algumas áreas, noutras não.

memórias de José de Souza Martins, em sua casa “a cozinha era de três paredes, aberta de um lado, tipo de construção popular estimulada pela Prefeitura de Santo André, cujo dono ficava dispensado de pagar taxas e impostos, como se dizia” (MARTINS, 2001: 34).

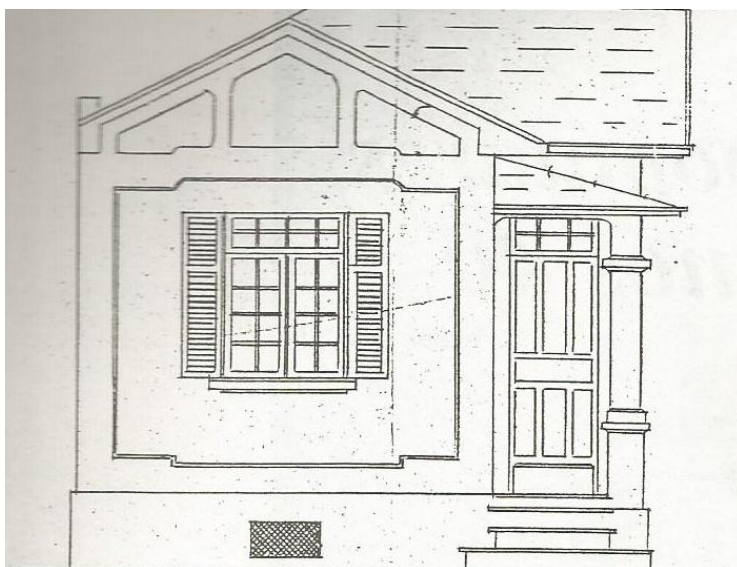
Figura n°44 - Fachada de casa em São Caetano

Projeto de casa de Francisco Malerba à Rua Herculano de Freitas enviado à Prefeitura de Santo André na década de 1940. Informações pesquisadas nos arquivos por Ademir Médici. Fonte: Raízes, Ano III - n° 6. São Caetano do Sul, janeiro de 1992.

Figura n°45 - Casas nos bairros

Estima-se que esta fotografia tenha sido tirada em torno de 1950. Notar as ruas ainda de terra, no canto inferior esquerdo da imagem. Localização: Rua Sergipe, esquina com a atual Raphael Correia Sampaio. Fonte: Raízes, Ano V - n° 9. São Caetano do Sul, julho de 1989.

Mas além das crescentes reivindicações de moradores de São Caetano no sentido de obterem as melhorias urbanas que lhes haviam sido prometidas quando no momento da compra dos terrenos para construção de suas casas, outra reivindicação se fazia presente nesses aglomerados de trabalhadores operários formados a partir do retalhamento do solo e da abertura da malha urbana. Tratava-se das reivindicações pela instalação de templos católicos e paróquias nesses loteamentos, a fim de constituí-los *a posteriori* como bairros, estabelecendo nesses lugares o sentido da convergência comunitária em torno do sagrado que não se pressupunha na lógica original de sua criação, pautada no racionalismo do traçado urbano como meio de realização da acumulação de capital para as empresas de produção de terrenos.

Como exemplo dessas campanhas em prol da construção dos templos católicos e da constituição dos loteamentos em paróquias temos, primeiramente, o caso da Paróquia de São João Batista, na Vila Paula, criada somente em 1959 (lembramos aqui que este bairro já existia desde a década de 1920). No local da atual Igreja de São João Batista, havia antigamente um cruzeiro e, depois, a capela de Santa Joana D´Arc, construída para abrigar a cruz. Sob a orientação do padre Lineo Bincelli começou a construção da igreja atual. "A escolha do nome de São João Batista foi um pedido de Marina Giacomini, doadora do terreno (...). Desde 1929, porém, existia, entre os moradores de Vila Paula, a intenção de se erguer um templo em homenagem a São João Batista" (RUSSO, 2004: 19).

Outro caso emblemático de loteamento pré-existente à paróquia, com a consequente movimentação popular para sua constituição e sua conversão em bairro, foi o da Vila Barcelona. Na década de 1930 ainda não havia templo nesta localidade a qual, assim como a Vila Paula, havia sido originalmente aberta na década de 1920. Devido à ausência de um templo católico neste local de grande adensamento populacional de famílias de trabalhadores, um grupo de devotos percorria as casas para rezar o terço. No intuito de prover fundos para a construção de uma igreja em Vila Barcelona, foi realizada a Campanha do Metro, na qual:

> (...) a comunidade se juntou no intuito de adquirir terreno para erguer uma igreja. De fato, em 1949, em área de 536 m^2 obtida junto a Celso Marchesan e Vacano Buzato (...) foi erguida a capela de Nossa Senhora

> Aparecida. Passados quase cinco anos [em 1954] (...) o povo, novamente reunido, comprou terreno de 1.500 m^2 – propriedade de Eugênio Primo Morelato – a fim de construir uma nova capela. (...) No ano seguinte, a Prefeitura doou à igreja uma área de 1.000 m^2 (RUSSO, 2004: 20).

Enquanto resíduo de uma vida cotidiana na qual o sentido da existência se dava em mínimos detalhes da vida que reproduziam o sagrado diariamente, os movimentos populares pela construção de igrejas nos bairros é um fato notável nesse momento em que o auge da modernidade se anuncia. Também nas paróquias se realizou em grande medida a vida social e o encontro entre os moradores suburbanos, bem como a arte, uma vez que nelas existiu todo um movimento de teatro, escolas e cinemas.

Figura n°46 - Processão no bairro

Nesta fotografia de processão da igreja de Nossa Senhora da Candelária podemos ver a força popular da fé católica na época, havendo inclusive campanhas de caráter comunitário nos loteamentos em prol da construção de templos. Raízes, Ano IV - n° 8. São Caetano do Sul, dezembro de 1993.

Ainda com relação a esta forma de mobilização popular para a construção de obras necessárias à vida do morador suburbano, registra-se, no final de 1947, a campanha do Jornal de São Caetano convocando 50 pessoas para uma reunião visando a formação da Sociedade Amigos de São Caetano, “com a finalidade de reivindicar junto ao poder público as necessidades do distrito” (GIANELLO, 1998: 5). Essa sociedade também atuou na campanha para a construção do Hospital São Caetano. A arrecadação de recursos financeiros para a construção do hospital São Caetano foi

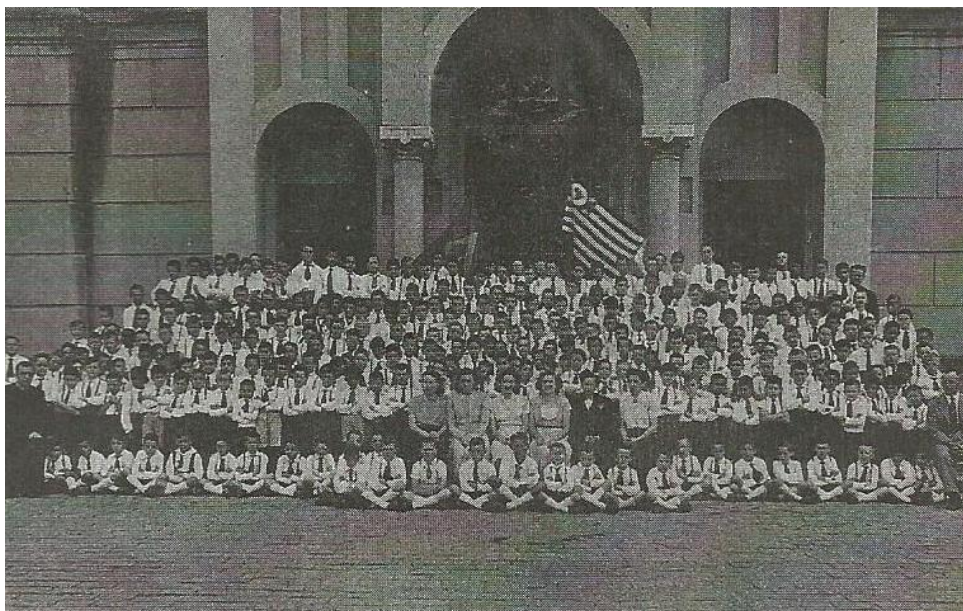
realizada com a organização de bailes beneficentes organizados pela Associação de Amigos de São Caetano (GIANELLO, 1998: 8). Em outras palavras, a fundação desse hospital não se deu pelo poder público, mas pela atuação de uma sociedade beneficente (ainda que nesta sociedade beneficente já estivesse embutida a estratégia política das elites de São Caetano em conquistar a emancipação político-administrativa da localidade com relação ao agora denominado Município de Santo André, conforme veremos adiante).

Figura n°47 - Hospital São Caetano

Fotografia da fachada do Hospital São Caetano, construído na década de 1950 com recursos de campanha da SASC. O hospital passou por uma ampliação na década de 1970, mas, recentemente, passou por crise administrativa e quase foi fechado, hoje funcionando precariamente. Fonte: Raízes. Ano XII - n°23. São Caetano do Sul, julho de 2001.

A atuação das associações na implantação de meios coletivos urbanos os quais não vinham sendo devidamente providos pelo Estado nem pelo capital privado responsável pelos loteamentos foi decisiva para que certas necessidades básicas da vida das famílias de trabalhadores pudessem ser satisfeitas. As instituições de ensino eram organizadas, por exemplo, pelas igrejas nas escolas paroquiais ou em colégios privados. Na paisagem do novo centro erguia-se, por exemplo, a escola católica para meninas denominada Externato Santo Antônio, a qual existe até os dias de hoje. Esta escola é um "estabelecimento religioso e particular criado pelas irmãs da Providencia que vieram de Tietê, interior do Estado", inaugurado em junho de 1931 na esquina da

Manoel Coelho com a Avenida Conde Francisco Matarazzo e depois transferido para a v. Goiás. Lá estudavam principalmente as crianças das famílias mais abastadas de São Caetano (MÉDICI, 1993: 212-215).

Figura n°48 - Escola paroquial

Alunos e professores da escola paroquial Sagrada Família, que funcionava junto à Matriz da Sagrada Família (a Nova Igreja Matriz, ao fundo). Fotografia de setembro de 1949. Fonte: Raízes. Ano VI - n° 12. São Caetano do Sul, janeiro de 1995.

Outras instituições a promover o ensino são as associações de empresas dos ramos da indústria e do comércio criadas com finalidade de abrir escolas especializadas no treinamento da mão-de-obra de jovens. Em 1942, por exemplo, é inaugurado o Instituto de Ensino de São Caetano (originalmente Escola Técnica de Comércio de São Caetano): "Começou sendo mantida por uma sociedade civil por cotas. A ideia era formar na própria cidade a mão-de-obra necessária para escritórios. Até então, os jovens da cidade que desejassem prosseguir os estudos tinham que recorrer a escolas da capital" (MÉDICI, 1993: 219). Portanto, as indústrias locais possuíam cotas sobre o capital do colégio: trata-se de uma concepção de educação dos jovens visando a formação de um trabalhador vinculado ao seu local de moradia, isto é, a formação a mão-de-obra local para a indústria local. O IESCS se modificou ao longo dos anos tentando acompanhar as transformações pelas quais o mundo do trabalho

viria a passar nas décadas subsequentes, mas faliu recentemente e hoje seu prédio na Rua Amazonas, Centro, encontra-se fechado, em estado de deterioração.

Enfim, o espaço produzido pela indústria, pelo novo centro e pelo crescimento dos bairros e o incremento técnico das vias de transporte, mas também marcado pela precariedade e, ainda, pela vida em comunidade, é próprio ambiente do trabalhador suburbano. É, portanto, uma maneira de produzir o próprio trabalhador, por meio da produção do espaço de sua vida cotidiana. Um espaço de inovações na mesma medida em que era um espaço de restrições. E, apesar dessas lacunas na realização das promessas da modernidade, havia as agremiações de bairro. Os bailes nos clubes.

Figura n°49 - Banda musical

O grupo J. Negão e seu Jazz existiu até 1946 tocando em cinemas e bailes nos clubes em São Caetano do Sul. Fonte: Raízes, Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

As partidas de futebol disputadas pelos clubes esportivos sediados em São Caetano inclusive reforçavam a criação de uma identidade local. Os bailes de carnaval organizados por esses clubes tinham, por sua vez, um caráter de criar um ambiente festivo familiar, atuando no sentido de reforçar a autossuficiência da comunidade no que se refere às oportunidades de encontro e de diversão entre os moradores. GIANELLO (1998) contextualiza o ambiente social e político de São Caetano às vésperas de sua emancipação com relação ao município de Santo André, permitindo-nos realizar

inferências sobre esse papel das associações desportivas e culturais na formação de um sentimento de pertencimento ao lugar.

Assim como a diversão e o encontro que existiam nas associações desportivas e de salões de bailes no clubes, assim como também existia a diversão e vida social nas ruas do Centro de São Caetano, todavia agora crescentemente mediadas pela mercadoria e pelos signos de consumo oferecidos por meio dos filmes nos vários cinemas que passaram a ser inaugurados na cidade. No contraponto da precariedade da vida urbana, o centro emergia como ponto de encontro inaugurando o consumo não só de mercadorias, mas de signos, de modas, de estilismos. Além dos cinemas, as bandas de baile e os times de futebol espelhavam pelos bairros uma sociedade moderna que se desenhava no subúrbio a partir de referências exteriores.

Figura n°50 - Cine Max

Situado na Rua Conde Francisco Matarazzo, o Cine Max, do comerciante em empresário Maximiliano Lorenzini, foi um dos maiores e mais frequentados cinemas de São Caetano no seu tempo.Fonte: Raízes, Ano III - n° 5. São Caetano do Sul, julho de 1991.

É notável em São Caetano o fato de que os proprietários de cinemas eram também comerciantes abastados que resolveram investir nesse novo ramo do entretenimento a fim de multiplicar capital ao mesmo tempo em que fugazmente

realizavam seus próprios sonhos (e os de muitas outras pessoas) assistindo à tela do cinema[23]. Exemplo desses empresários é o do italiano Maximiliano Lorenzini que chegou ao Brasil "e a São Caetano, em Maio de 1891. Tinha 10 anos de idade. Na cidade, conheceu Giácomo Garbelotto, dono de uma olaria. Ali trabalhou empregado vários anos. Quando saiu da empresa, pôde abrir um armazém na rua 28 de julho. (...) Possuiu vários cinemas na cidade" (MÉDICI, 1993: 147). Faleceu em junho de 1948.

O comércio no centro de São Caetano, em torno da nova Igreja da Matriz, começa a se diversificar nos anos 40. Começam a aparecer as lojas de quinquilharias, de coisas para a casa moderna, de bens fabricados e difundidos por propaganda: "os antigos botequins, armazéns de secos e molhados e quitandas já não eram os únicos estabelecimentos a dominar o comércio. O comércio, naqueles últimos anos da década de 40, começava a se diversificar", diz Ademir Médici, citando como exemplo desse novo comércio a Casa Ana Maria, de camisas, gravatas, enxovais para noivas, etc. (MÉDICI, 1993: 221). O centro se impunha como lugar de irradiação das promessas da modernidade para trabalhadores que viviam uma vida de privações nos bairros, contudo, reunidos em torno do sentimento e pertencimento a um local, a uma comunidade.

Um exemplo de que a cidade já não era mais a parte baixa, do atual bairro Fundação, era o footing dos sábados, domingos e feriados, que já atingia o centro, ou a "parte de cima" da ferrovia. "O footing (ou vai-e-vem) era entre a sede do São Caetano FC, na Rua Perrella, ao lado do prédio do Cine Central, até a Rua Manoel Coelho, proximidades do futuro Cine Max (inaugurado em 1943)". O novo centro se desenhava nesse raio, "tendo como marco as *porteiras* da estrada de ferro". Em frente ao Bar Americano, dos Sigolo, sobre a papelaria Ao Carioca, estava sendo montado "um

[23] É notável neste período da história das artes em São Paulo, bem como nos seus subúrbios, a participação de empresários em empreendimentos ligados aos mais diversos domínios da expressão artística, como se pode notar na seguinte referência: "(...) os segmentos capitalistas mais agressivos passam a investir nas artes como uma fonte não apenas de lucro mas, principalmente, de status e prestígio social. Surgem, em 1948, o Museu de Arte Moderna de São Paulo por iniciativa de Francisco Matarazzo Sobrinho e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro comandado por Niomar Muniz Sodré. Pouco antes, no ano anterior, Assis Chateaubriand havia instalado o MASP (Museu de Arte de São Paulo). Em 11 de outubro de 1948 era inaugurado o TBC (Teatro Brasileiro de Comédia), inciativa de Franco Zampari, um italiano cheio de ideias e funcionário do alto escalão do Grupo Matarazzo. O mesmo Zampari no ano seguinte estaria à frente do frustrado projeto de implantação de uma indústria cinematográfica brasileira, a Vera Cruz, em São Bernardo do Campo" (ANDRADE, 1998: 34).

verdadeiro estúdio de rádio, sob a responsabilidade de Odilon Franco, que tinha também um carro de reclame (publicidade) que percorria as ruas fazendo propaganda do comércio de então" (MÉDICI, 1993: 212). Tudo isso estava relacionado com o surgimento de nova uma linguagem da vida, baseada na própria forma da mercadoria, já anunciando naquela época um modo de ser no qual o consumo dos signos contidos nas mercadorias sobrepunha-se ao consumo das próprias mercadorias.

Mas embora as promessas da modernidade se fizessem anunciar por meio da apresentação desse mundo da mercadoria, São Caetano em meados do século XX, cabe aqui reforçar, era um lugar de evidentes carências, no qual muitas necessidades de vida dos seus moradores eram providas pelas próprias associações de bairro ou comunitárias. Ainda, tratava-se de um meio profundamente hierarquizado, fortemente marcado pela pelas diferenças de status social, inclusive reproduzidas diante do fato de que nas diretorias de associações de bairro e de clubes recreativos reproduzia-se um mecanismo segundo o qual os nomes mais conhecidos eram eleitos, assim como os nomes eleitos se faziam mais conhecidos. Os clubes esportivos, de dança, enfim, as agremiações, mantidas pelos próprios sócios, com suas diretorias correspondentes, replicavam mecanismos de distinção social.

MARTINS (1992) nota a estratégia de membros da elite local exercerem sua influência pessoal sobre a população trabalhadora por meio de algumas dessas entidades (em particular, as sociedades de apoio mútulo) que constantemente prestavam homenagens a essas figuras de poder social e econômico, como era o caso da família Matarazzo. Com relação ao prestígio social das famílias de empresários industriais conforme suas empresas expandiam seu capital, temos a citação da ideia segundo a qual, diante da presença da família Matarazzo, a família dos Perrella (antiga família de poder na cidade, primeiro presidente da Societa Príncipe di Nápoli) e a Società "perdiam peso. Mesmo sendo o conde Matarazzo tão italiano quanto eles. Agora, era o conde que impunha respeito (...) e admiração (...)" (MÉDICI, 1993: 178). São ainda notados os cortejos, remetendo ao sentido que a rua assumia na vida dos moradores diante dos desníveis sociais presentes nesta comunidade: a rua "não era, para população de São Caetano dessa época, o lugar do público em oposição o privado. Mas, apenas uma extensão do privado" (MARTINS, 1992: 164), conforme ainda se comenta a seguir:

> Os cortejos de São Caetano celebravam e anunciavam uma concepção patrimonial e tradicional da ordem social e política. Neles, a ordem se tornava visível. O cortejo, como alegoria da ordem, anunciava, também, que no interior do mundo republicano e no interior das relações sociais de forma contratual, subsistiam os seus opostos: a ordenação estamental da vida social e os vínculos de dominação pessoal, sobretudo a homenagem (MARTINS, 1992: 164).

Esta ordem social profundamente hierarquizada, mas organizada comunitariamente e, ainda, economicamente cada vez mais produtiva (ou seja, progressivamente capaz de gerar incrementos da mais-valia com base no capital industrial em franca expansão) reveste-se, afinal, de uma ideologia localista calcada na construção do sentimento popular de pertencimento a São Caetano, o qual desponta com força política exatamente no momento em que as elites se redefiniam e a população trabalhadora aumentava. Em outras palavras, conforme se dava a modernização do subúrbio, São Caetano emergiu como localidade associada a um certo ideal de identidade para com ela, este ideal escamoteando seu fundamento no qual imperavam as distinções sociais, até mesmo daquelas existentes entre os próprios imigrantes estrangeiros, bem como entre estes e o migrantes de outras regiões do Brasil. Enfim, o eminente subúrbio operário de São Caetano se constitui como unidade ideológica de referência espacial, compreendendo uma história oficial com seus pioneiros e heróis, com seus valores e lemas morais e, sobretudo, com a pressuposição de autossuficiência econômica em relação a outras localidades.

Há que se notar o fato de que, entre o final da década de 1930 e o decorrer da década de 1940, a criação do ideal de pertencimento ao lugar estava se processando não só em São Caetano, mas em outras localidades no interior da área na qual hoje reconhecemos os municípios do ABC paulista, provocando sucessivas alterações na configuração dos territórios, ou seja, ocorrendo os desmembramentos político-administrativos que viriam a dar origem, inicialmente, aos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Primeiramente, ocorre o fato de que, devido ao abandono geral da Estrada de Santos que passava pela antiga Vila de São Bernardo, este núcleo deixou de ser a sede do Município de São Bernardo em 1938, passando esta sede a funcionar na localidade de Santo André. Fato relacionado com a emergência de Santo André, o distrito até

então mais industrializado e com maior concentração demográfica do município, sobre a antiga Vila de São Bernardo, a qual não passou significativamente, até este momento, pelo processo de concentração industrial e pelo intenso adensamento urbano, permanecendo na maior parte do seu território a economia e o modo de vida rurais das antigas colônias (donde se origina a jocosa designação de "batateiro" para se referir aos moradores de São Bernardo, eventualmente até hoje utilizada). Portanto, com promulgação do Decreto Estadual n° 9.775 de 30 de novembro de 1938, o até então município de São Bernardo se convertia, oficialmente, em município de Santo André.

> Mudava a denominação e mudava a sede, da antiga Vila de São Bernardo para o antigo distrito de Santo André. Num único ato, Santo André foi promovido a município; São Bernardo rebaixado a distrito; e São Caetano rebaixado de distrito à condição de Segunda Zona de Santo André" (MÉDICI, 1993: 65). A própria expressão "São Caetano" desapareceria dos documentos oficiais.

Em 1942, a área total do recém-intitulado Município de Santo André era de 844,5 quilômetros quadrados; possuía, no total, 15.121 prédios, 362 fábricas e 20.460 operários. O resultado do desenvolvimento de São Caetano, em particular, é notável neste período: São Caetano, agora compreendido pela categoria territorial de Segunda Zona do Município de Santo André, equiparava-se à própria sede municipal total de indústrias (MÉDICI, 1993: 67).

> No caso dos desmembramentos ocorridos na gênese da metrópole paulistana, quando a indústria espalhava-se pelo subúrbio, trazendo consigo o operário e uma nova modalidade de relacionamento social, a do contrato de trabalho, e um novo modo de acumulação da riqueza, o lucro baseado na produção fabril, pudemos observar tais mutações no sistema de limites (...) (KUVASNEY, 1996: 102).

São Caetano já havia tentado emancipar-se de São Bernardo em duas ocasiões entre as décadas de 1920 e 30. Na origem da primeira tentativa autonomista de São Caetano esteve o surgimento do São Caetano Jornal, dirigido por Raymundo Ciríaco de Carvalho, lançando a primeira campanha pela emancipação em janeiro de 1928. Em 1929, os deputados Gama Cerqueira, Antônio Feliciano e Zoroastro Gouveia

"apresentaram ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo a reivindicação da emancipação, tendo sido transformada em projeto de lei" (SANTARNECCHI, 1998: 101). Embora São Caetano preenchesse todos os requisitos exigidos por lei para se constituir em município, "a tentativa [de emancipação política] foi repelida pela maioria da Assembleia (então Congresso Legislativo) e o periódico, que se dispunha a defender a autonomia, teve curta existência" (CINI, 1999: 17). Curiosamente, nessa época, até Antônio Flaquer, que vinte anos mais tarde seria o prefeito de Santo André, apoiava o movimento autonomista de São Caetano, devido ao seu posicionamento político de oposição ao então prefeito de São Bernardo, o coronel Saladino Cardoso Franco. Enfim, em 18 de abril de 1935, foi esboçado um outro movimento de desmembramento territorial, desta vez "para anexar São Caetano ao Município de São Paulo, face à insatisfação popular com São Bernardo. Não vingou, a exemplo da tentativa de emancipação" (SANTARNECCHI, 1998: 101)

> Em princípio, o caso [das campanhas autonomistas] de São Caetano nos aparece como a apropriação daquele espaço por novos atores, pois, como se viu, não era a elite proprietária de terras (que detinha o poder na região) quem almejava a emancipação do lugar, mas sim a burguesia emergente, oriunda de outras camadas da sociedade (KUVASNEY, 1996: 100).

Vale ainda mencionar: além de pretender elevar um grupo político já formado ao poder (ou seja, além do objetivo de criar lugares na máquina do Estado para uma elite local que já havia se constituído, que já havia formulado uma identidade local e que já tinha instituições a partir das quais organizava seu poder) a autonomia de São Caetano, desde o primeiro movimento liderado por Armando de Arruda Pereira, tinha a intenção de criar uma municipalidade a partir da qual se poderia dispor com mais agilidade os recursos financeiros captados juntos à indústria local para as obras necessárias de urbanização e de modernização, necessárias tanto à reprodução da força-de-trabalho quanto gerando recursos indispensáveis às próprias indústrias (modernização das vias de transporte, energia, etc.). Ou seja, o pretexto por trás da autonomia de São Caetano, além da criação de espaços de poder para acomodação de uma elite calcada no ideal do localismo, na identidade local forjada, também estava apoiado nas ideias de desenvolvimento keynesianas (das quais Roberto Simonsen era precursor e expoente no Brasil).

Em 1944, um importante fato enfim ocorre no histórico de desmembramentos municipais que viriam a dar origem ao ABC paulista: o Distrito de São Bernardo é elevado à categoria de município, ou seja, separa-se do município de Santo André, passando a se chamar São Bernardo do Campo, sendo seu primeiro prefeito o líder do movimento autonomista bernardense Wallace Cockrane Simonsen. O ideal emancipacionista em São Caetano, por sua vez, começou a tomar forma novamente neste momento, inclusive por conta da reação ao fato de que, após a autonomia política de São Bernardo, "São Caetano foi rebaixado de categoria, passando a ser Subdistrito [de Santo André]. Seu território ainda havia sido reduzido, para que fosse evitada nova tentativa de autonomia" (SANTARNECCHI, 1998: 101).

Às vésperas da segunda campanha autonomista a qual viria a ocorrer em 1948, em São Caetano, um fato em particular marcava a historia política do ABC paulista: "em 1947, mesmo com seu Partido na ilegalidade, os operários comunistas, através de outra sigla, elegeram o prefeito e a maioria dos vereadores do antigo município de Santo André (...) embora tenham sido impedidos de tomar posse" (MARTINS, 1992: 13).

> A decisão do TSE em relação aos comunistas eleitos foi polêmica, por quatro votos contra dois decidiu pela inexistência do registro dos candidatos, dando provimento aos recursos impostos pelo PST, PSP e PDC, este último favorecido pela decisão, já que não se tratando de anulação da eleição assumiria o segundo colocado: Antônio Flaquer. (...) Dutra conseguiu o cancelamento do registro eleitoral do PCB, a intervenção nos sindicatos e o fechamento da CGT (Confederação Geral do Trabalho) (ANDRADE, 1998: 31-32).

Vale aqui frisar, para uma melhor compreensão de alguns dos eventos analisados a seguir, que "os candidatos de Prestes em seu Programa Mínimo para a Prefeitura de Santo André propunham em seu artigo 10º a seguinte reivindicação: Pela Autonomia do Distrito de São Caetano e sua elevação a Município" (GIANELLO, 1998: 6). A segunda e, então, vitoriosa campanha autonomista de São Caetano ocorre ao longo do ano de 1948. A justificativa para o início desta campanha apoiava-se no evidente fato de que a vida do morador e trabalhador suburbano encontrava-se em estado precário devido à falta de infraestrutura urbana em São Caetano: não havia "escolas secundárias, como também não havia água encanada, esgoto rua calçada e

nem mesmo um único jardim público" (RODRIGUES, 1998: 59). Contudo, a arrecadação "que daqui seguia para Santo André continuava a aumentar cada vez, resultado da chegada de indústrias" (RODRIGUES, 1998: 60).

A fim de fazer denúncias da situação vigente e reivindicar soluções para as necessidades existentes, aparece a proposta de fundação de um novo jornal local. A primeira edição do Jornal de São Caetano, de 28 de julho de 1946 (data em que se comemorava o aniversário de fundação de São Caetano), destacava entre as prioridades da comunidade a construção de uma Santa Casa para o atendimento hospitalar (RODRIGUES, 1998: 60). "Com a credibilidade conseguida graças à aglutinação de nomes de respeito da população que participaram da campanha em prol da sonhada Santa Casa, foi dado início ao movimento autonomista para tornar São Caetano um município independente" (RODRIGUES, 1998: 61). Na edição de 24 de dezembro de 1947 o Jornal de São Caetano publicou sua principal manchete alusiva à Autonomia Municipal "pedindo oficialmente que estudasse a possibilidade de promover uma consulta popular para apurar se o povo da cidade desejava sua separação de Santo André" (RODRIGUES, 1998: 61).

O pedido de autonomia municipal apoiava-se na Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, bem como na Constituição Estadual de 9 de julho de 1947, cuja Lei Orgânica dos Municípios "previa em seu artigo primeiro a criação de municípios em todo Território Nacional, caso os habitantes assim o desejassem, desde que tivesse população mínima de 4.000 habitantes e renda mínima de Cr$ 200.000 anuais" (GIANELLO, 1998: 9).

Em abril de 1948, uma comitiva de representantes da campanha autonomista de São Caetano foi recebida na Assembleia Legislativa Estadual para tratar da autonomia, havendo nessa ocasião o encaminhamento do pedido de emancipação político-administrativa. A comissão era composta por 35 representantes e assinada por 5.200 pessoas. Tal representação pela autonomia política de São Caetano foi entregue ao governador Adhemar de Barros "que declarava estar de acordo com a elevação de São Caetano a município" (GIANELLO, 1998: 13).

Contudo, até mesmo como reflexo das disputas políticas que ocorriam no nível nacional, os grupos políticos locais engajavam-se de lados opostos no tempo da campanha autonomista. Os vereadores de São Caetano na câmara de Santo André

formavam uma coligação de partidos a favor do desmembramento municipal, enquanto o prefeito de Santo André, Antônio Flaquer, liderava a causa anti-autonomista. “Os anti-autonomistas não davam trégua, começaram a circular folhetins contra a independência de São Caetano” (GIANELLO, 1998: 12). A campanha anti-autonomista, portanto, foi também intensa. Um folheto da campanha anti-autonomista associava-a aos “comunistas”. “Naquele tempo, a polícia política temia e perseguia os comunistas de São Caetano, vários deles presos e alguns deportados. E comunista era invariavelmente estrangeiro na concepção do policial” (MARTINS, 2001: 34). “Em 15 de abril de 1948 a SASC enviou ofício ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) desmentindo que o movimento era comunista” (RODRIGUES, 1998: 63). “Grandes manifestações em favor do movimento autonomista foram feitas pelos vereadores João Dal´Mas, Anacleto Campanella, Lauro Garcia e Arlindo Marchetti. Eles enfrentavam a fúria dos adeptos do Prefeito Antônio Flaquer” (RODRIGUES, 1998: 63).

Figura n°51 - Campanha autonomista

Manifestação autonomista no Cine Max (1948). Fonte: Raízes, Ano I - n° 2. São Caetano do Sul, dezembro de 1989.

Em julho de 1948, registra-se o festejo do aniversário de São Caetano, com celebração religiosa, e toda a solenidade de um evento público no qual estavam presentes os membros da elite local, inclusive com parte dos festejos realizada em ambientes fechados e de acesso restrito a membros dessa elite, o que ocorria mesmo

que a localidade ainda não tivesse se constituído como municipalidade, conforme podemos apreender pelas notas de GIANELLO (1998: 16) ao tratar desse festejo às vésperas da emancipação de São Caetano.

> No dia 16 de setembro [de 1948] o Jornal São Caetano estampava a seguinte manchete em sua primeira página: Haverá plebiscito em São Caetano, pois dois dias antes, a maioria esmagadora da Assembleia Legislativa votara a favor da autonomia. O resultado de 40 a 10 na votação final não deixara dúvidas, e a população comemorou condignamente o primeiro passo dado em direção à autonomia (GIANELLO, 1998: 20).

"O edital do juiz da 6ª Zona Eleitoral, Vicente Sabino Jr., determinava para o dia 24 de outubro [a realização do plebiscito]" (GIANELLO, 1998: 22). Na sessão Plenária da Assembleia Legislativa de São Paulo em setembro de 1948, na qual se votou a representação que pedia a permissão para realização do plebiscito pelo qual se consultaria a população de São Caetano acerca da possibilidade de sua elevação a município, os 10 votos contra eram todos de deputados do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), portanto, ligados ao Prefeito Antônio Flaquer (RODRIGUES, 1998: 64). Em 24 de dezembro de 1948, a Lei Quinquenal seria promulgada pelo Governador do Estado criando, entre outros municípios, o de São Caetano do Sul. O novo município seria instalado em 1º de janeiro de 1948 (GIANELLO, 1998: 24). "São Caetano, como município, foi instalado em 1º de janeiro de 1949 (...). O município ganhava o apêndice 'do Sul', para diferenciá-lo de um município homônimo existente em Pernambuco" (MÉDICI, 1993: 86).

Venceu, enfim, a campanha pela autonomia política de São Caetano, restando escolher quem seria o primeiro prefeito do novo município: "(...) os partidos que formam a coligação autonomista de São Caetano em memorável decisão escolhem Ângelo Raphael Pellegrino para candidato ao cargo de prefeito". Em 13 de março de 1949, o candidato da autonomia, Ângelo Raphael Pellegrino apoiado pela ampla coligação de partidos que se uniram em torno da causa autonomista é eleito o primeiro prefeito de São Caetano do Sul, com 4.094 votos contra 1.017 do candidato "chapa-preta" do PTB (RODRIGUES, 1998: 64).

Os dois primeiros mandatos de prefeitos em São Caetano do Sul, o primeiro de Ângelo Raphael Pellegrino (de 03/04/1949 a 03/04/1953) e o segundo de Anacleto

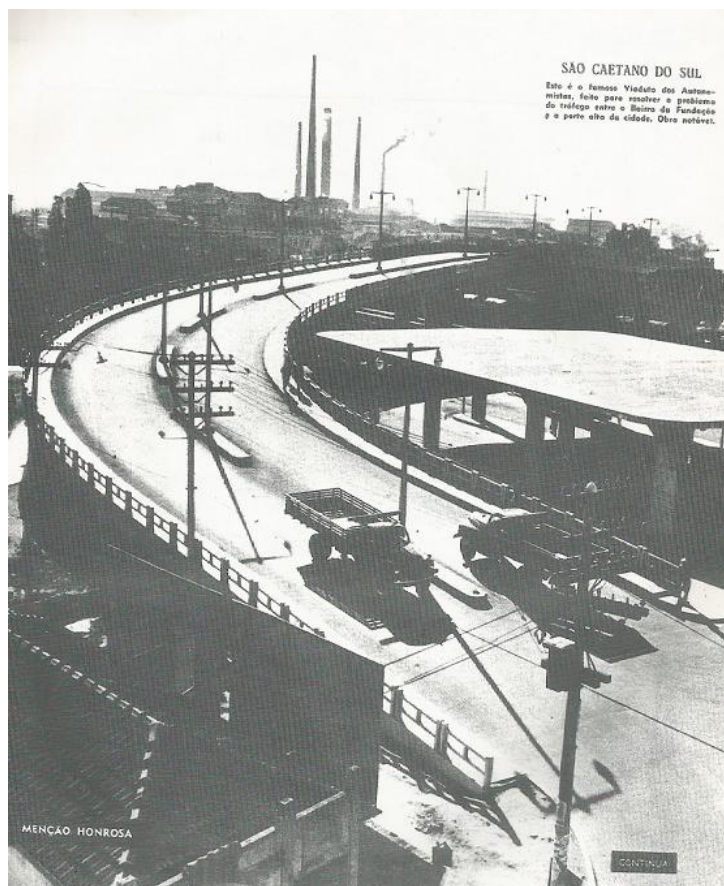
Campanella (de 04/04/1953 à 03/04/1957) caracterizaram-se por, primeiramente, terem passado pela necessidade de organizar a própria estrutura da Prefeitura Municipal além de terem começado a realizar determinadas alterações na produção do espaço urbano que seriam determinantes para a modernização de São Caetano do Sul (destacando-se em particular, neste último sentido, o Prefeito Anacleto Campanella).

Figura n°52 - Edifício sede da primeira prefeitura

Na fotografia de 1954 observa-se o edifício (na esquina das ruas Baraldi e Rio Grande do Sul) no qual funcionou a primeira sede da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul logo após sua emancipação política. Quando a foto foi tirada, lá funcionava um pronto-socorro. Fonte: Raízes. Ano X - n° 19. São Caetano do Sul, julho de 1999.

Ângelo Raphael Pellegrino, o primeiro prefeito de São Caetano, eleito pela coligação de partidos que haviam participado da campanha autonomista local, estudou engenharia na Europa durante sua juventude, concluindo seu curso universitário na Suíça, em 1918. Em 1921 começou a trabalhar na Cerâmica São Caetano "por um salário de um conto de réis mensais", tendo sido escolhido para o cargo de gerência. "Lá conheceu o também engenheiro Armando de Arruda Pereira, um dos líderes do fracassado movimento autonomista de 1928". Após dois anos da Cerâmica São Caetano, mudou-se para Campos do Jordão "iniciando-se no ramo de construtor, onde ficou durante dois anos construindo casas populares para operários", tendo retornado

para São Caetano em 1925, sem que as fontes consultadas esclareçam exatamente o porquê do seu retorno (VALENTIM, 1998: 89). Seu adversário de campanha era o médico José Luiz Flaquer Neto, pela legenda do PTB. Pellegrino participou ativamente da campanha pela construção do Hospital São Caetano. Como prefeito, criou o Pronto-Socorro Municipal.

Figura n°53 - Viaduto dos Autonomistas

Fotografia de 24 de setembro de 1955 do Viaduto dos Autonomistas, ligação rodoviária, feita por cima dos trilhos da E.F. Santos-Jundiaí, entre o antigo núcleo de adensamento em torno da antiga Igreja Matriz ao atual Bairro Centro, substituindo a passagem anteriormente feita pela Rua Conde Francisco Matarazzo, mediada por cancelas (as popularmente chamadas "porteiras") em frente às quais já no início dos anos 1950 se formavam congestionamentos.
Fonte: Raízes. Ano VI - n° 13. São Caetano do Sul, julho de 1995.

Já ao longo do mandato de Anacleto Campanella, destacamos entre essas obras importantes na produção do espaço em São Caetano do Sul, primeiramente, a construção do Viaduto dos Autonomistas e da primeira estação rodoviária: obras importantes, marcos na questão do deslocamento na cidade. A Lei n° 61, de 7 de dezembro de 1949, autorizou abertura de concorrência pública para apresentação de

projetos para uma estação rodoviária e um viaduto, inaugurados em 28 de julho de 1954 (MÉDICI, 1993: 222). O viaduto foi criado por conta da necessidade de superação do obstáculo que se impunha pela passagem do trilho do trem em meio à cidade, entre o centro antigo (no atualmente chamado Bairro Fundação) e o atual Centro de São Caetano. O viaduto era, portanto, uma ligação rodoviária entre os lados da cidade "para lá e para cá das porteiras", transpondo o trilho da ferrovia Santos-Jundiaí em cujas cancelas, anteriormente, já chegava a forma-se congestionamentos, embora ainda fosse muito restrito o número de automóveis em circulação naquela época.

Alguns equipamentos urbanos fundamentais começam a aparecer também nos bairros de São Caetano do Sul, para além do Centro. Particularmente, é importante notar o aparecimento das escolas nos bairros, mas também da monumentalidade, da obra, da arte, ambas exemplificadas, pela fundação Grupo Escolar Bartolomeu Bueno da Silva no Bairro Santo Antônio em 28 de julho de 1954 (mesmo dia da inauguração do viaduto e da estação rodoviária), em cuja parede externa havia uma imensa obra de Jayme da Costa Patrão retratando o personagem histórico Anhanguera.

Figura n°54 - Colégio Bartolomeu Bueno da Silva

Fotografia do edifício do Colégio Bartolomeu Bueno da Silva em foto de 1955. Notar no canto esquerdo da imagem o painel "O Anhanguera" de Jayme da Costa Patrão. O prédio, localizado à Rua Maranhão, inaugurava uma fase da arquitetura de edifícios públicos modernos em São Caetano do Sul, após sua autonomia. Raízes. Ano VI - n° 12. São Caetano do Sul, janeiro de 1995.

> Patrão utilizou 4.858 azulejos decorados para preparar um imenso painel em homenagem aos bandeirantes (...). Jayme fazia uma obra de arte no seu bairro. Um trabalho todo em sépia, baseado em desenho de Belmonte. As indústrias Matarazzo contribuíram com os azulejos na medida 11 X 11. Dois uruguaios especializados fizeram a colocação das peças na parede da escola. E um dos ajudantes de campo que aparece no painel saiu propositadamente com o rosto de Campanella, antigo amigo do artista (MÉDICI, 1993: 236-237).

O trabalho de Antônio da Rocha Penteado, escrito em 1950 e publicado cinco anos mais tarde, nota que no período aqui referido (correspondente ao final do mandato de Pellegrino e aos primeiros anos de Campanella no poder) já havia ocorrido melhorias na infraestrutura urbana de São Caetano do Sul, então município recém-emancipado: pavimentação, ampliação de rede de água e esgoto, iluminação pública e domiciliar, construção da estação Rodoviária e do Viaduto dos Autonomistas, resolvendo a questão da transposição dos trilhos da EF Santos-Jundiaí (PENTEADO, 1958: 73), embora especialmente a rede de saneamento, de ruas pavimentadas e de iluminação pública ainda estivessem longe do suficiente diante da quantidade de loteamentos já abertos e dos que ainda estariam por vir.

Vale registrar que a aceleração do crescimento urbano, a qual seria intensamente verificada em São Caetano do Sul nas décadas seguintes, começava a demandar do Estado medidas de ordenamento territorial, sendo então editadas as primeiras leis de uso do solo no município. Em 04/10/1954, é editada a Lei Municipal de n° 485, assinada pelo Prefeito Anacleto Campanella no seu primeiro mandato, dispondo sobre o zoneamento do município. Um plano de ordenamento territorial muito simples, dividido o município em apenas três Zonas: Residencial, Comercial e Industrial (dividida em Subzona Comercial e em Subzona Industrial) e Rural.

Na zona residencial só se permitiam residências (porém, na Subzona Principal, permitem-se alguns estabelecimentos comerciais; observamos, diante do tipo de estabelecimento permitido – açougue, entre outras coisas dessa natureza – que talvez estes estabelecimentos normalmente funcionassem num tipo de construção em que o andar térreo é a loja, e o superior é uma residência).

Não há especificação técnica quanto ao padrão de construção dessas residências na Subzona residencial, somente na Subzona Principal. Nessa Subzona

Principal (que é parte da Zona Residencial), há uma série de exigências quanto ao padrão de recuo, entre outras especificações. Nas ruas em encostas, por exemplo, é proibido construir numa faixa de terra de 2m a partir do fundo do lote, a qual se destinaria à passagem dos emissários de esgoto, podendo-se, contudo, utilizá-las como horta, jardim ou galinheiro. Demonstrando já a tendência das leis de zoneamento imporem padrões urbanos de segregação, a lei de zoneamento de 1954 expressa a proibição da construção de "casas populares" na Subzona Principal.

As indústrias pesadas ou que oferecem risco à saúde pública não são permitidas na Subzona comercial, que é parte da Zona Comercial e Industrial. Detalhe interessante: as disposições referentes à categoria de Zona Rural, na época, não impunham nenhum tipo de restrição ao uso e ocupação do solo, como é o caso de muitas zonas rurais na legislação mais recente em que este dispositivo de zoneamento aparece. O que leva a pensar que a Zona Rural nada mais era do que área em que se previa a expansão urbana em terras nas quais, contudo, não havia previamente investimento do Estado ou da iniciativa privada em equipamentos públicos e infraestrutura urbana. Guardadas as proporções, era uma espécie de periferia: lugar sem infraestrutura, sem equipamentos e serviços urbanos que, no entanto, tinha potencial para que ali pessoas viessem a construir e estabelecer suas casas.

Concluindo estas observações a respeito da lei de zoneamento de 1954, é possível apontar que a lei aqui estudada foi o primeiro instrumento criado pela municipalidade em São Caetano do Sul no sentido de disciplinar uso e ocupação do solo nas áreas residenciais (diferenciando os moradores segundo um padrão social e até mesmo racial, segregando-os em Subzonas distintas), industriais e comerciais (buscando criar uma área comercial que pudesse se desenvolver, mediante o crescimento demográfico, e que estivesse também separada da Subzona Industrial na qual havia problemas como o de emissão de poluentes), bem como orientar, regular (por meio da não-regulação dos usos possíveis na Zona Rural) o futuro padrão de crescimento urbano.

As técnicas de planificação, a exemplo do que se apresenta nessa primeira Lei de Zoneamento para o Município de São Caetano do Sul, seriam uma ferramenta intrínseca à forma de atuação do Estado na economia e no urbano nas décadas que se seguiriam à elevação de São Caetano do Sul à categoria de município. As grandes

diretrizes determinadas pelas políticas econômicas dos governos federais no Brasil a partir da década de 1950 teriam efeito direto sobre o desenvolvimento do subúrbio, vindo a reproduzi-lo de modo ampliado, definindo-se, sob tais circunstâncias, o transbordamento da cidade sobre seu entorno e, com este transbordamento, o rompimento dos laços da vida cotidiana e uma instauração generalizada da cotidianidade programada na metrópole.

Anexo n° 5 – Planta do Município de São Caetano do Sul (1955)

A indicação da escala na forma numérica no documento original encontra-se distorcida nesta cópia por conta de ter sido necessário fazer a redução no tamanho da figura a fim de inseri-la neste trabalho.

Mapa produzido já pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, seis anos após a separação deste em relação ao Município de Santo André. Trata-se nitidamente de um importante instrumento de planejamento, confeccionado com precisão técnica e já estabelecendo denominações dos bairros, indicada pela numeração – da qual não conseguimos a legenda, embora seja possível perceber que algumas nomenclaturas oficiais muito provavelmente já correspondiam às atuais, como a seguir tentamos indicar: (1) Fundação, (2) Centro, (3) Santo Antônio, (4) Vila Paula (atual Santa Paula, embora a origem do nome “Paula” não tenha nada a ver com a santa, correspondendo, de fato, ao sobrenome de seu loteador), (5) Vila Barcelona, (6) Monte Alegre (atual Bairro Olímpico), (7) Oswaldo Cruz, (8) Cerâmica (notar o desenho das instalações da fábrica na porção oeste e os amplos espaços sem loteamento, como a área de extração de argila a qual ficaria conhecida como buracão da cerâmica, atual Parque Chico Mendes), (9) Nova Gerty e (10) Santa Maria.

Documento em que se poder verificar a dimensão tomada pela proliferação dos loteamentos de terra, se compararmos a extensão do arruamento aqui representado com o que se vê no Anexo n°4.

Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

PLANTA DO MUNICIPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
ESTADO DE SÃO PAULO
NUMERAÇÃO DE BAIRROS E RUAS DE ACORDO COM A
LEI Nº
ESCALA-1:5000
LEGENDA
LIMITE MUNICIPAL
DOS BAIRROS
QUADRICULO DE LOCALIZAÇÃO DO INICIO E DO FIM DAS RUAS
SANTO ANDRE
SANTO ANDRE
SÃO BERNARDO
SÃO PAULO
SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
1955
PREFEITO MUNICIPAL
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Capítulo 5 - A racionalidade planificadora, a cotidianidade e a implosão-explosão da cidade e dos seus subúrbios

As décadas que se seguiram à autonomia política do município de São Caetano do Sul coincidiram com o tempo de instauração de uma racionalidade planificadora na produção do espaço suburbano operário, buscando restabelecê-lo como uma função da estrutura urbana metropolitana fundada na racionalidade própria da indústria que se estendeu à própria organização do espaço na cidade. Sobretudo, esta estrutura apoiada nas vias de circulação rápida a partir do surgimento do automóvel se impôs rasgando os espaços de vida cotidiana do subúrbio antigo, sobrepondo-lhe as linhas traçadas pelos novos instrumentos de ordenamento territorial. À medida que se definiram como tais a forma da propriedade privada da terra e do trabalhador assalariado moderno da indústria, mais evidente tornou-se a própria emergência da produção do espaço de moradia do subúrbio operário como meio de estabelecimento da cotidianidade que repõe, diariamente, por meio do consumo, os termos do trabalho na sociedade industrial. O novo subúrbio operário será tanto o lugar da compra da casa própria e do carro, assim como dos direitos de educação para os filhos e da previdência social enquanto símbolos da frutificação do trabalho para o proletário assalariado, quanto também o lugar de destruição dos espaços de vida para o morador, bem como de acirramento das distinções sociais entre moradores, além de lugar da alienação e da gestação de um ideário popular reacionário (muito mais do que de um ideário prático revolucionário).

Historicamente, a partir de 1956, quando tem início o governo do presidente Juscelino Kubitscheck, o Brasil passou a viver o auge da modernização de sua economia e de sua sociedade. A política econômica de JK, isto é, seu Plano de Metas, redirecionou o sentido do paradigma da industrialização por meio da abertura nacional para o aporte de capitais estrangeiros aliada ao investimento estatal em infraestrutura. A indústria de padrão fordista, sob esta política, veio a atingir o seu auge no Brasil.

Dentro dessa política desenvolvimentista, foi criado o Geia (o qual já mencionamos anteriormente, com referência à trajetória da General Motors no Brasil),

visando oferecer infraestrutura para a instalação de indústrias do setor automobilístico no Brasil, tendo em contrapartida a incorporação de peças fabricadas neste país em substituição às fornecidas por fábricas no exterior. Os automóveis que, até então, eram apenas montados no Brasil a partir de peças importadas, passarão também a ser fabricados em território nacional (CORREIA, 2008).

As indústrias de veículos automotivos que já operavam no mercado brasileiro antes das políticas de favorecimento à entrada de capitais estrangeiros, instalando-se no país para contornar barreiras alfandegárias e aproveitarem mão-de-obra barata (como foi o caso da Ford Motor Company em São Bernardo do Campo e da General Motors em São Caetano do Sul), montando automóveis com peças importadas de suas fábricas norte-americanas, aos poucos passarão a substituir as peças importadas pelas fabricadas em território nacional (PRADO JR., 1983: 272). Diversifica-se e torna-se mais complexo o parque industrial no Brasil, dada a maior interdependência entre diferentes setores na cadeia produtiva. Exemplo de empresa inserida na cadeia produtiva no setor automobilístico em São Caetano do Sul é o da indústria alemã ZF, instalada efetivamente neste município em 1959, após a compra de uma fábrica de pregos. A ZF "começou a fornecer componentes para outras montadoras nacionais, substituindo as importações e colaborando para atingir os índices de nacionalização exigidos na produção de veículos" (SANTOS, 1998: 26).

Nesse momento de consolidação das indústrias de bens de consumo duráveis no Brasil é importante considerar a abertura da Via Anchieta (em 1947), ligando a Cidade de São Paulo ao porto de Santos, rodovia que exercerá importante papel na localização das novas indústrias que virão instalar-se a seguir no ABC paulista. Antes da abertura da Via Anchieta, o governo de Washington Luís já havia planejado construir nova e mais moderna ligação rodoviária entre o planalto e o litoral, não tendo, contudo, concretizado esta intenção (SENÇO, 1997: 48). Mas, é com a abertura da via Anchieta que se cria, enfim uma alternativa rodoviária de circulação entre São Paulo e o Porto de Santos. A nova rodovia veio a substituir definitivamente o percurso feito pelo Caminho do Mar, no qual apareciam crescentes dificuldades devido à intensidade cada vez maior da demanda de transporte rodoviário (o número de caminhões em São Paulo chegaria a 26 mil em 1930). A Rodovia Anchieta foi inaugurada em 22 de abril de 1947, sob o governo de Adhemar de Barros, e com ela, estabeleceu-se um novo

espaço relativo sobreposto ao da ferrovia e dos caminhos antigos, impondo uma nova temporalidade para a circulação e, consequentemente, um novo fator de localização industrial. O engenheiro Álvaro de Souza Lima, diretor-geral do DER, forneceu os dados técnicos que possibilitariam a construção da rodovia diante da dificuldade de vencer o trecho de serra. Com a abertura da Via Anchieta, "um degrau de quase 800 metros foi vencido, numa curta distância horizontal, de pouco mais de 6 km" (SENÇO, 1997: 49).

Com a política do governo Juscelino Kubitschek de abertura para o capital internacional e com a criação do novo espaço de circulação representado pela Via Anchieta, começará então a ganhar impulso econômico o município de São Bernardo do Campo, situado entre Santos e a Capital, às margens da referida rodovia, local a partir de então privilegiado para a instalação de empresas produtoras de veículos automotivos, entre outros setores industriais que despontavam no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Dez montadoras instalam fábricas na região do ABC entre meados da década de 1950 e final da década de 1960, a maioria delas em São Bernardo do Campo. Além das montadoras, constitui-se, em todo o ABC, um parque industrial produtor de autopeças, para fornecer tanto às montadoras quanto ao mercado de reposição. Também se desenvolveram junto à cadeia produtiva automobilística a indústria de insumos, tanto química como a petroquímica (abrangendo os municípios de Mauá e Diadema), a de máquinas e as eletroeletrônicas (CONCEIÇÃO, 2006).

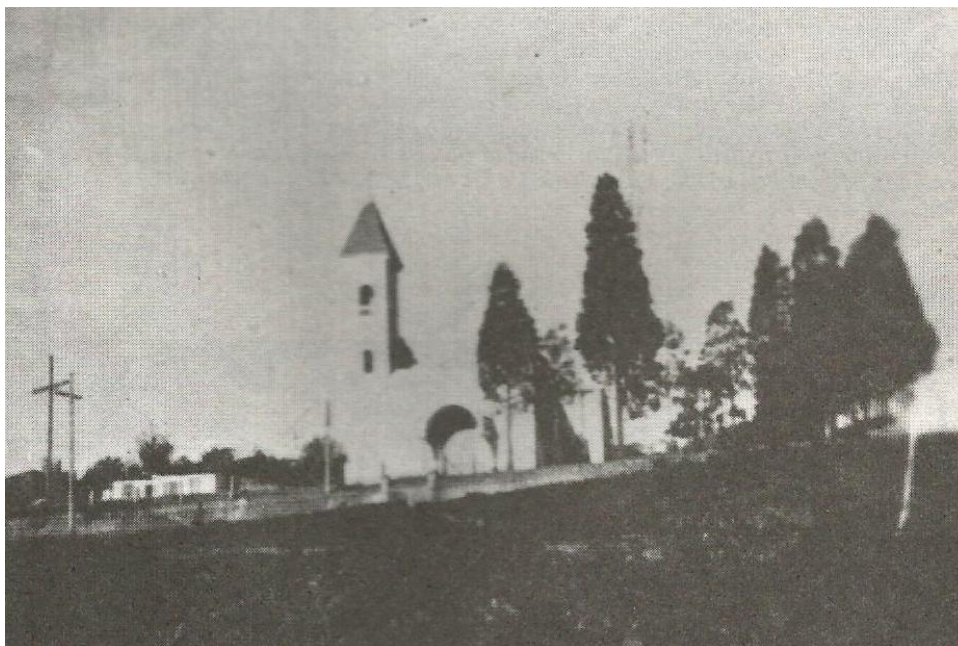
Nesta década de 1950, "São Caetano, que nos anos 40 chegou a equivaler – e às vezes a ultrapassar – o poderio industrial de Santo André, até por razões de limitação territorial agora colocava-se em segundo lugar" (MÉDICI, 1993: 93). Na época referida, o Livro dos Municípios do Estado de São Paulo aponta que São Caetano do Sul apresentava população de 60.200 habitantes, 1.320 firmas taxadas, 240 indústrias taxadas, divididas entre as de montagem de automóveis (no caso, a General Motors), cerâmica, tecelagem, fundição, metalurgia, gêneros alimentícios, serrarias, velas, porcelanas, produtos químicos, olarias (ainda existiam quatro), chinelos, artefatos de ferro e botões; registra-se, ainda, que o percentual de 22,7% do total da população de São Caetano do Sul era formado por operários (MÉDICI, 1993: 93-4).

Muitos trabalhadores que tinham seus empregos nas fábricas locais em São Caetano do Sul começam a ver novas oportunidades com a industrialização de São

Bernardo do Campo, após a abertura da via Anchieta. No início dos anos 1950, Élcio Cândido, morador de São Caetano do Sul entrevistado por Ademir Médici, revela ter trabalhado na Fontoura (fábrica instalada no novo polo de industrialização em São Bernardo). “Para ir à firma, pegava o ônibus na Vila Bela – ´do outro lado do rio´ - e seguia até a av. D. Pedro, em São Paulo. Ali, pegava outro ônibus para Rudge Ramos”, entre outros caminhos alternativos mas com longos trechos de percurso a pé (MÉDICI, 1993: 181). Esse depoimento revela a necessidade dos trabalhadores cruzarem longas distâncias, com sistema de transporte que não era suficiente, para trabalhar nas novas indústrias em São Bernardo do Campo. Mas é dessa maneira mesmo precária que acaba se consolidando o novo padrão de circulação criado pelo deslocamento diário do trabalhador que mora em um local e precisa direcionar-se diariamente a outro local para trabalhar.

Em consequência desse movimento de concentração das indústrias ligadas ao setor automobilístico no ABC (especialmente em São Bernardo do Campo), é aumentada significativamente a necessidade de contratação de mão-de-obra nestas empresas. Intensificam-se, nesse contexto, as correntes migratórias do campo para a cidade no Brasil, de modo que o crescimento demográfico dos subúrbios da Cidade de São Paulo nesse período atinge índices até então inéditos. Acrescente-se que a ampliação do parque industrial de São Bernardo do Campo e a abertura de vagas para trabalhadores operários nessas novas indústrias produzem também reflexos sobre o adensamento demográfico em São Caetano do Sul na mesma época, com a já comentada intensificação dos deslocamentos migratórios pendulares intermunicipais. Surgem em São Caetano, a partir de então, os loteamentos nos quais passam a se concentrar predominantemente os migrantes mais recentes, oriundos dos estados da região Nordeste do Brasil tanto quanto de outros Estados do interior do país, tais como Minas Gerais e o próprio interior de São Paulo.

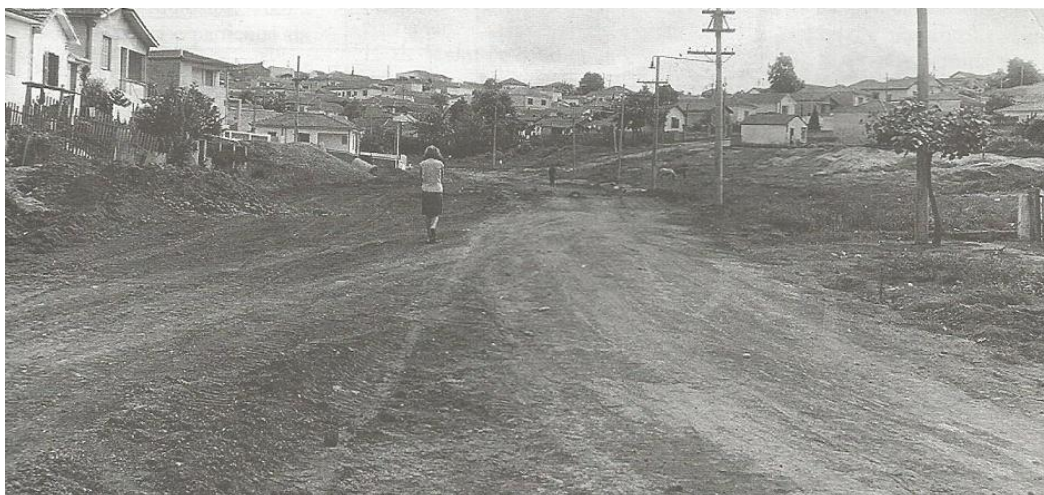
A estruturação da morfologia urbana de São Caetano do Sul e sua malha viária ainda não haviam se consolidado completamente naquele tempo, principalmente por conta da existência, até essa época, da Zona Rural na divisa com Rudge Ramos em São Bernardo do Campo, ao longo da Estrada das Lágrimas, bem como o fato de que a Vila Prosperidade ainda não havia sido anexada a São Caetano do Sul (o que só se daria em 1963).

Figura n°55 - Igreja em meio a área não loteada

Igreja da Candelária, do antigo Bairro Gonzaga (situado no interior do atual Oswaldo Cruz), em torno da qual, até a década de 1950, ainda havia uma extensão de terras rurais (notar o entorno da igreja), como as dos atais bairros Nova Gerty e Boa Vista, que passaram a ser lotados e, atualmente, constituem uma área inteiramente fragmentada. Fonte: Raízes. Ano VI - n° 11. São Caetano do Sul, julho de 1994.

Fazendo uma descrição da distribuição dos bairros de São Caetano do Sul pelo seu território no ano de 1955, Antônio da Rocha Penteado relata que o arruamento da porção central do município (formada pelos Bairros Boa Vista, Vila Elekeiroz e Vila Paula) tinha plano regular, com as ruas entrecruzando-se em ângulos retos. Já no traçado urbano dos bairros da porção norte de São Caetano do Sul (Vila Lucinda, Bairro da Ponte, atual Bairro Fundação) havia, nas palavras do autor citado, "caráter espontâneo e ausência de planejamento" (tais bairros ficavam exatamente entre os rios dos Meninos e o Tamanduateí – parte mais antiga da cidade, e onde se ergueram muitos estabelecimentos industriais). Já na porção sul, nas mais altas colinas locais, predominam os bairros operários (Vila São José, Vila Paraíso, Vila Gerti, Vila Nova, Vila Gisela): habitações padronizadas e densamente aglomeradas em virtude da pequena extensão do lote em que foram construídas. É notada a presença de alemães e eslavos, predominando os nordestinos (PENTEADO, 1958: 70-1).

Dentre as porções do atual Município de São Caetano do Sul, o atualmente denominado Bairro Nova Gerty, localizado na extremidade do município onde este se

confina com a Vila Palmares em Santo André, representa bem este momento histórico de grande aporte de migrantes em novos loteamentos criados sobre os resquícios das terras rurais em São Caetano do Sul. Constituído por dez loteamentos, dos quais o mais antigo é a Vila Gisela, mas a maioria deles aberta a partir da década de 1950, este bairro cresceu rapidamente com a migração de trabalhadores para as grandes indústrias nos subúrbios. Trata-se de uma área do município cujos moradores por muito tempo tiveram grande carência de acesso aos meios coletivos tais como os de transporte. Os primeiros ônibus somente começaram a trafegar pela Vila Gerty a partir de 1948. "Apenas em 1952 foi anunciada uma nova linha: ligava a Vila Gisela à Capital, servindo toda a Vila Gerty", cobrando-se alta soma em dinheiro pelo preço da passagem (MÉDICI, 1993: 474).

Figura n°56 - Ruas sem pavimentação

A partir da década de 1950, o poder público municipal gozando de elevada arrecadação começou a instalar a rede de infraestrutura urbana em Sã Catano do Sul, embora, como se vê na fotografia, ainda em 1966 no local da atual Avenida Tijucuçu (vale por onde antigamente corria um curso d´´agua) não havia asfaltamento. Fonte: Raízes. Ano IX - n° 17. São Caetano do Sul, julho de 1998.

Em todos os loteamentos mais recentes se fazia notar o aumento dos problemas urbanos decorrentes do crescimento demográfico sem a expansão dos meios coletivos a todos o moradores: em 1950, apenas sete bairros tinham ruas iluminadas a eletricidade, sendo que apenas nove tinham eletricidade domiciliar e água encanada, levando-se em consideração que havia, na época, um total de 21 denominações de bairros e vilas. Nos bairros da zona Sul (Vila Gerti, Vila Nova), a

obtenção de água era feita a partir da perfuração de poços (até 20 metros). Água encanada, só nos bairros centrais (PENTEADO, 1958: 73). Enfim, uma série de problemas da cidade demandavam soluções: falta de água, energia elétrica e pavimentação; intensificação do tráfego e congestionamento; ineficiência do serviço de transporte público; esgoto doméstico despejado nas ruas; coleta e destino do lixo (RUSSO, 2003: 7).

Diante dos problemas aqui elencados, cuja existência até mesmo veio a constituir justificativa para a campanha autonomista de São Caetano do Sul, passou a haver a ampliação dos métod os de ordenamento territorial baseados em uma racionalidade planificadora urbanística. Em acordo com essa nova racionalidade, o antigo subúrbio do modo de vida no limiar com o rural verá erguidas as grandes obras arquitetônicas modernistas, representando o ideal de desenvolvimento nacional o qual se realizava com a disseminação da racionalidade fabril na organização da sociedade como um todo.

Dentre as administrações municipais as quais passaram a aplicar os novos instrumentos de planificação visando a gestão urbana e o controle social no Município de São Caetano do Sul destacam-se, a princípio, as de Oswaldo Massei, o qual cumpriu dois mandatos como prefeito: de 04/04/1957 à 03/04/1961 e, depois, de 04/04/1969 a 03/04/1973, o primeiro deles pelo PDC (Partido Democrático Cristão) e segundo pela ARENA. A fim de demonstrar o quanto a política municipal já a partir dessa época se constituía vinculada às grandes disputas nacionais, ao mesmo tempo em que era completamente mediada pelo caráter personalista dos grupos políticos locais, cabe ainda relembrar o fato de que, na segunda eleição municipal da história de São Caetano, logo após sua elevação a município, Massei foi o candidato "chapa-preta", isto é, pertencente ao grupo político que havia se colocado como de oposição à campanha autonomista de São Caetano em 1948, tendo concorrido e perdido nesta eleição contra o candidato "chapa-branca" Anacleto Campanella. No entanto, Massei não só viria a ser eleito prefeito de São Caetano do Sul por dois mandatos, como ainda tornaria seu grupo político hegemônico ao ponto de ter aberto caminho para outro cacique local, Hermógenes Walter Braido e, com este, ter imposto uma linha política que se perpetuou no poder municipal até os tempos atuais.

O primeiro período com Oswaldo Massei na chefia do executivo municipal em São Caetano do Sul é contemporâneo ao momento do auge do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitscheck na Presidência da República. Seu perfil ideológico enquanto político, enquadrado por uma moldura tipicamente populista, era definido segundo sua crença em "uma linha de desenvolvimento capitalista com feição nacional e presença ativa do Estado" (SILVA, 2003: 21). Em outras palavras, Massei preconizava o ideal desenvolvimentista ao mesmo tempo em que se colocava como um defensor da propriedade privada e um conservador no campo moral. Ainda com relação ao perfil de seu personagem como político, nota-se que Massei:

> Acrescentou aos seus discursos a maneira tipicamente católica de defender os direitos de nascer, fundar família e de culto. Ideologicamente, tomou postura distinta do liberalismo e do marxismo, aderindo ao nacionalismo econômico e declarando-se anti-imperialista (SILVA, 2003: 22).

Um fato notável para se apontar o caráter populista de Massei é o uso que ele fez até mesmo dos meios de comunicação de massa para discursar à população e propagar seus feitos políticos e sua visão particular dos fatos. Evidência disso é que em 28 de julho de 1958 foi inaugurada a Rádio Cacique de São Caetano do Sul, na qual se passou a apresentar um programa semanal chamado *Conversando com o Prefeito* (RUSSO, 2003: 10), neste caso, o próprio Oswaldo Massei.

A capacidade de Oswaldo Massei e Hermógenes Walter Braido terem colocado os recursos do Estado a serviço do seu ideal desenvolvimentista, assim como da perpetuação de seu grupo político no poder, só foi possível diante do próprio contexto econômico no qual a industrialização, a partir da sua ampliação com a instalação da cadeia produtiva automobilística, passou a representar uma imensa fonte de recursos recolhidos pelo governo na forma de tributos. "Em 1957, São Caetano possuía 35 fábricas, que utilizavam a mão-de-obra de mais de 20.000 trabalhadores. (...) Existiam cerca de 1600 estabelecimentos comerciais e 95 mil pessoas, aproximadamente, moravam na cidade". Neste cenário, a arrecadação municipal no referido ano foi de mais de 112 milhões de cruzeiros, sendo que a arrecadação de impostos pela Prefeitura Municipal de São Caetano passou a atingir sucessivos recordes a partir do ano de 1958 (RUSSO, 2003: 7).

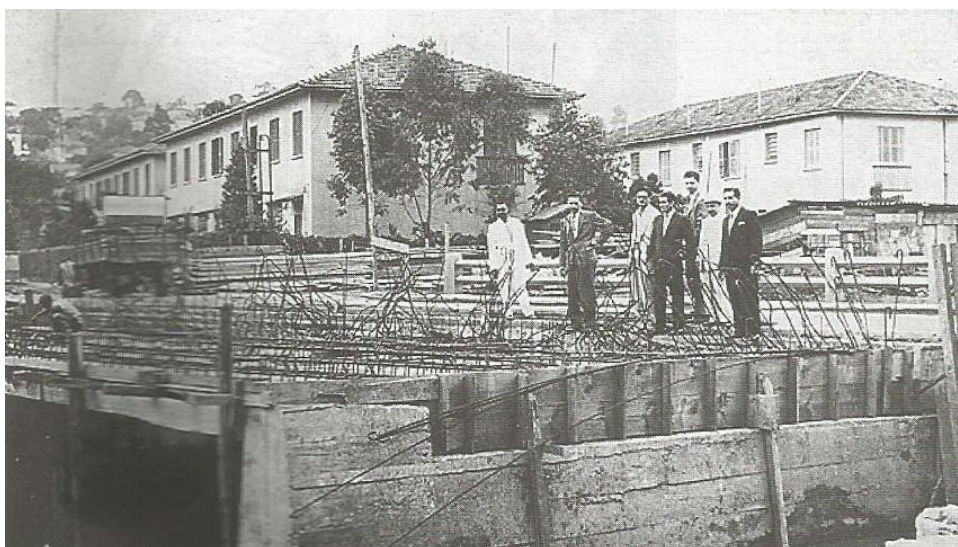
Diante desta arrecadação cada vez maior, bem como por conta de um endividamento também cada vez maior, o grupo de poder que se instalou na Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul foi capaz de injetar enormes quantias de recursos financeiros na execução das obras públicas as quais, realmente, se faziam necessárias diante da extrema concentração demográfica não acompanhada da generalização do acesso da população aos meios coletivos básicos que aconteceu neste município. Dentre as obras iniciadas na primeira gestão de Oswaldo Massei, particularmente a partir do ano de 1958, destacam-se a retificação do leito do Rio dos Meninos, a construção da ponte da Rua Ibitirama, a extensão da rede de água e esgoto e a conclusão das obras para a captação de água da represa Billings (Riacho Grande) (RUSSO, 2003: 7). A partir de 1959 entrou entre as metas a retificação do leito do Rio Tamanduateí.

Figura n°57 - Retificação do Córrego do Moinho

Além das obras de retificação dos rios dos Meninos e Tamanduateí, o Córrego do Moinho, às margens do qual se situava a antiga Vila Ressaca, também foi um curso d´água alterado: primeiramente retificado (em 1966, sob a gestão municipal de Hermógenes Walter Braido) e, já nos anos 1990, tamponado (agora sob a gestão de Luís Olinto Tortorello). Na fotografia acima, as obras em andamento, vistas na porção esquerda da imagem. Na porção direita, casa de alvenaria situada onde atualmente é a Rua Lemos Monteiro. Percebe-se também o espaço aberto, com a retificação, pronto para ser loteado, como, de fato, aconteceu, gerando por muitos anos problemas de alagamentos para os moradores desse vale. Fonte: Raízes. Ano VI - n° 14. São Caetano do Sul, julho de 1996.

A retificação do Rio dos Meninos foi acompanhada da construção das galerias de águas pluviais e da construção da avenida marginal que liga o município de São Caetano do Sul à Avenida Presidente Wilson em São Paulo e a São Bernardo do Campo,

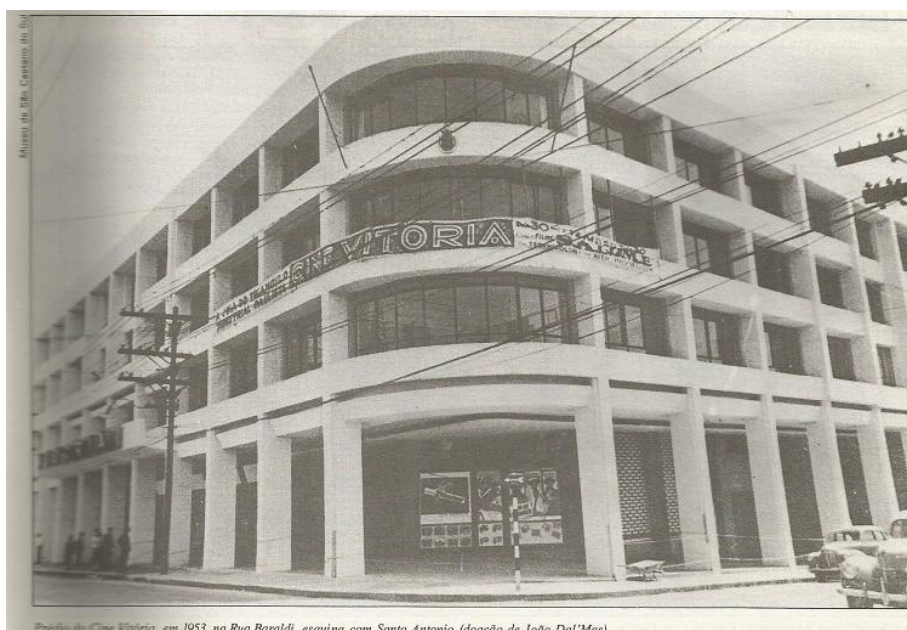
dando por aí o acesso à Via Anchieta. Outra obra visando a acessibilidade e o escoamento do trânsito foi a construção da ponte da Rua Ibitirama, permitindo o deslocamento de automóveis entre o atualmente chamado Bairro Fundação e a Vila Prudente, em São Paulo. Estas obras foram executadas a partir de acordo estabelecido com o governo do Estado de São Paulo sob a administração de Adhemar de Barros. (RUSSO, 2003: 9).

Figura n°58 - Construção da nova ponte da Rua Ibitirama

Grupo formado pelo prefeito Oswaldo Samuel Massei e vereadores de São Caetano do Sul sobre as obras da Ponte Ibitirama (1959). Fonte: Raízes. Ano IX - n° 17. São Caetano do Sul, julho de 1998.

Ampliou-se nesta época a rede de abastecimento de água encanada, passando a atingir bairros como Vila Gerty e Vila Barcelona, além de ter sido estabelecido um plano de pavimentação da cidade cobrindo 25 ruas. Foi também realizado o alargamento da Avenida Almirante Delamare, criando-se com ela uma nova ligação rodoviária com São Paulo a partir do eixo que passa pela Vila Carioca. Ocorreu ainda a inauguração do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência em 1957, bem como da agência da CTBC (Companhia Telefônica da Borda do Campo), prevendo a instalação de dois mil aparelhos (para uma população de cem mil habitantes). Criou-se, enfim, a Escola Normal que passou a funcionar no edifício do Ginásio Bonifácio de Carvalho (RUSSO, 2003: 11).

No final do primeiro mandato de Oswaldo Massei, inaugura-se uma obra que viria a ser o símbolo máximo do ideal de desenvolvimentista de progresso expressando-se na produção do espaço urbano com a planificação e a racionalização das formas: o Paço Municipal, terceiro na história da cidade[24], instalado agora na Avenida Goiás, substituindo o anterior, instalado em edifício particular, pertencente à família Dal`Mas, no qual também funcionava o Cine Vitória.

Figura n°59 - Prédio do Cine Vitória no Centro

Prédio do Cine Vitória, em 1953, na Rua Baraldi, esquina com Santo Antonio (doação de João Dal'Mas)

No moderno edifício do Cine Vitória (em fotografia de 1953), pertencente à família Dal´Mas, funcionou a segunda sede da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, no qual a administração funcionou provisoriamente até a inauguração do prédio projetado por Zenon Lotufo. Atualmente, em lugar do cinema, os teatros no andar térreo comportam uma igreja. Fonte: Raízes, Ano III - n° 5. São Caetano do Sul, julho de 1991.

A construção de um prédio público para Paço Municipal de São Caetano se deu como "busca de afirmação política pós-emancipação", tendo sido inaugurado em 1961. Para a construção dessa obra, a Prefeitura de São Caetano do Sul desapropriou, em dezembro de 1957, uma área entre as ruas Rio Grande do Sul e Goitacazes, de frente para a Avenida Goiás, ao lado do antigo Jardim 1º de Maio. Nesse local existia um campo de futebol varzeano utilizado pelo Clube Atlético Monte Alegre, além de

[24] O primeiro paço municipal de São Caetano funcionou em edifício provisoriamente determinado para este fim na esquina das ruas Baraldi e Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1953, a sede da Prefeitura Municipal passou a se localizar no recém-inaugurado Edifício Vitória, pertencente à família de D´Almas, no qual funcionaram a segunda e a terceira administrações municipais.

servir para a instalação de circos e parques de diversões (SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 2000: 39). Segundo o que constava no ofício n° 107/58 a respeito a construção do novo Paço, ele deveria:

> (...) ser instalado condignamente em prédio central, a fim de facilitar o acesso dos munícipes. Deve ser um prédio destacado, com facilidade de ordem viária e, se possível, no centro de um jardim ou praça, principalmente para a formação do centro cívico da cidade (SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 2000: 40).

Figura n°60 - Moderno paço municipal

Vista do Paço Municipal de São Caetano em 1961, construído sob a primeira gestão do prefeito Oswaldo Samuel Massei. Atualmente, sua arquitetura original encontra-se completamente desconfigurada após uma série de reformas no espaço urbano no próprio edifício e no seu entorno, abrigando agora em suas dependências a Câmara Municipal de Sã Caetano do Sul, tendo a sede do Executivo sido transferida para o chamado novo Palácio da Cerâmica. Fonte: Raízes. Ano XIV- n° 26. São Caetano do Sul, dezembro de 2002.

O projeto arquitetônico do Paço Municipal, bem como o da Câmara e do Fórum, ficou a cargo de Zenon Lotufo (formado em 1936 pela Escola Politécnica, "representando o conceito de modernismo que a municipalidade almejava por meio da arquitetura"), conhecido inclusive por ter trabalhado com Oscar Niemeyer no

projeto do Parque Ibirapuera. Lotufo também foi autor do projeto do Estádio Municipal do São Caetano Esporte Clube, no atual Bairro Olímpico (CARAM, 2002: 46).

Figura n°61- Estádio Anacleto Campanella

Vista panorâmica do complexo poliesportivo e do atualmente chamado Estádio Anacleto Camapanella, também um projeto arquitetônico moderno de Zenon Lotufo. O estádio foi doado pela prefeitura ao São Caetano E.C. para seu sua sede. Fonte: Raízes. Ano XIV- n° 26. São Caetano do Sul, dezembro de 2002.

Esta arquitetura moderna com a qual se esperava construir um espaço urbano à imagem e semelhança do ideal de progresso é definida por CARAM (2002) como "arquitetura racionalista de material, formas, elementos construtivos e espaços expressada pelo domínio da tecnologia de concreto armado", representando uma ruptura estilística com o passado, "pois se desvencilha dos modismos e dos estilos que predominavam até as primeiras décadas do século XX". "Munida de inovações tecnológicas, esta arquitetura permitiu o desenvolvimento de uma produção estandardizada com fundamentos racionais" (CARAM, 2002: 46).

No projeto original de Lotufo que, além da sede do poder executivo, incluía a sede do poder legislativo e também um Fórum, estavam previstos dois blocos "ligados por um passadiço formando um verdadeiro Centro Cívico, com os três poderes reunidos", baseando-se Lotufo no conceito por trás do projeto da Praça dos Três Poderes de Brasília, de Oscar Niemeyer, "e que resultou em vários projetos posteriores de centros cívicos, como os construídos em Santo André e São Bernardo do Campo" (SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 2000: 42).

> Quanto ao projeto do Paço, sabemos que os dirigentes da cidade almejavam uma edificação construída em área central da cidade, destacada no meio do terreno e circundada por praça ou jardim, para a realização do centro cívico da cidade, onde se realizarão as paradas e desfiles, e que se tornaria um verdadeiro cartão postal da cidade, símbolo da modernidade e referência para os demais paços da região (CARAM, 2002: 46).

Na construção do edifício, porém, o projeto original foi alterado, tendo sido eliminado o segundo bloco “ligado por passarela que abrigaria o Fórum e a Câmara” (CARAM, 2002: 47). No conjunto edificado da cidade, o Paço se sobressaía em meio às demais construções, estando ainda localizado naquela via de circulação para automóveis que havia definitivamente se estabelecido como o principal lugar de passagem em São Caetano do Sul, a Avenida Goiás. Portanto, em ponto de grande visibilidade para praticamente todos os que circulavam pela cidade. É na direção desta avenida, por sinal, que se dará um novo movimento de espraiamento do local de maior adensamento do comércio e dos fluxos em geral, até então reunidos principalmente no Centro de São Caetano junto à estação ferroviária. Agora, o espaço conhecido como o da centralidade de pessoas, das mercadorias, dos lugares de encontro e da boemia, do passeio e do flerte romântico passará a ser estruturado não mais em um ponto, mas numa extensão longilínea, seguindo as principais vias de circulação da cidade as quais eram percorridas cada vez mais pelo automóvel.

Acerca desse novo movimento de deslocamento das centralidades em São Caetano do Sul, fazemos aqui referência ao depoimento de Sebastião Gianotto, no qual consta que o mesmo costumava dizer aos familiares que o centro de São Caetano “não se fixaria junto à Rua Alagoas, na primeira quadra depois da linha férrea (...), o centro seria, sem dúvida, da Baraldi para cima”, ou seja, em direção à Avenida Goiás (tendo como referência a Praça Cardeal Arcoverde, da nova Igreja Matriz) (MÉDICI, 1993: 223). As mudanças no Centro de São Caetano do Sul eram acompanhadas (ao mesmo tempo em que outras mudanças eram viabilizadas) pelos dispositivos legais de ordenamento territorial. Notamos que as Leis Municipais n°555 de 25/02/1957 e n°656 de 25/02/1957 já alteravam a descrição e fixavam os limites da Zona Urbana e da Zona Suburbana de São Caetano do Sul (fixados anteriormente no Decreto Municipal n°16, de 18 de Julho de 1940, portanto, editada antes da emancipação do Município),

enquanto a Lei Municipal n°971 de 19 de junho de 1961 (editada já no tempo do segundo mandato do prefeito Anacleto Camapanella, cujo grupo político voltou ao poder após o primeiro Mandato de Massei) dispunha sobre a ampliação do perímetro central do município.

Figura n°62 - Esquina da Avenida Goiás com a Rua Manoel Coelho

O lugar de encontro e de passeio passaria a se deslocar do Bairro Centro em direção à Avenida Goiás já nos anos 1950. Na praça retratada nesta imagem ocorria uma série de eventos de lazer, tais como cinema ao ar livre e circo. Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

Uma vez dado este prolongamento do Centro em direção à Avenida Goiás, o *footing* passava agora se dar principalmente em direção a esta última: "Uma antevisão do que ocorreria nos anos 70 e 80 com a implantação de novos equipamentos e abertura de lanchonetes e restaurantes ao longo da nova Goiás", decorrência da construção do Paço e do alargamento desta avenida, o qual viria a ocorrer nos anos 1970 (MÉDICI, 1993: 225). Mais uma vez, enfim, o Centro de São Caetano do Sul transbordava, resultando, agora, num corredor de circulação que se estendia desde a estação, passando pela Praça da Matriz até o Jardim Primeiro de Maio e o então recém-construído Paço Municipal na Avenida Goiás.

Com a transformação do Centro, este ganhou e perdeu vários cinemas. Recebeu galerias comerciais e viu o crescimento vertical de São Caetano do Sul enfim

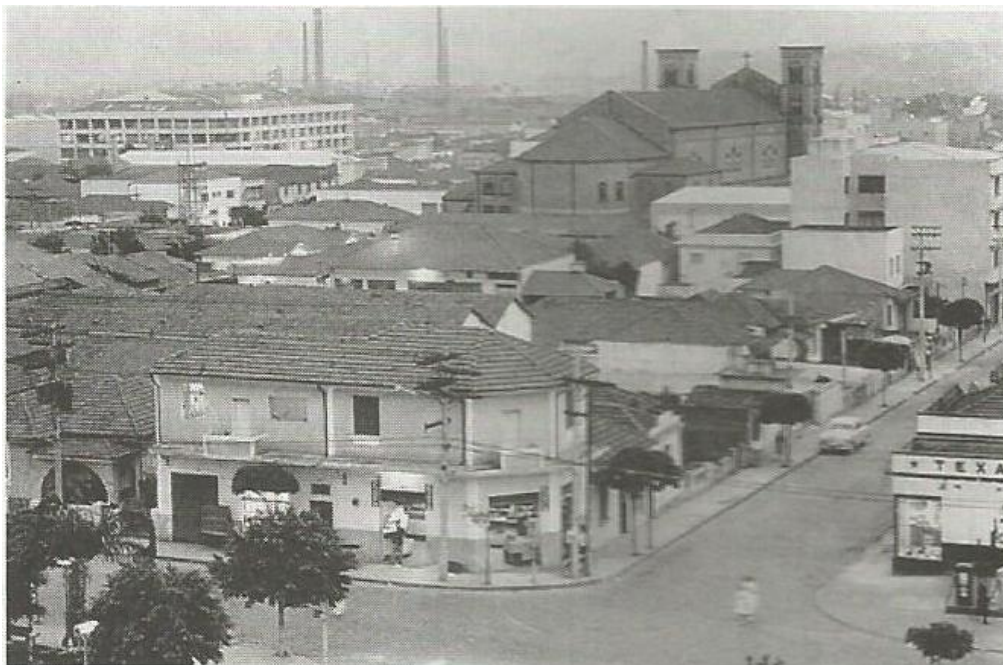
nascer. Duas galerias comerciais, que funcionavam como uma espécie de antevisão em pequena escala dos atuais *shopping centers*, foram abertas no Centro de São Caetano na virada dos anos 1950 para os 60: a Galeria Santo Antônio, criada em 1959 por Artur Zago, e a galeria Augusta, entregue no Natal de 1960 (MÉDICI, 1993: 225). Nos anos 1960, nessa área em torno da Matriz, já não havia mais apenas os bares, armazéns de secos e molhados e pequenos estabelecimentos familiares, mas agora se registrava a existência de muitos novos estabelecimentos comerciais e de serviços, além de escritórios, formando uma nova e diversificada gama de oferta de mercadorias: a IAS imobiliária, a Relojoaria e Ótica Vitória, o Banco do Brasil em novo prédio de estilo modernista; o Banco da Bahia e o Banco América S/A, a União de Bancos Brasileiros, o Consórcio Multimarcas, escritórios de Engenharia e Contábeis, a Imobiliária Wahe, a Lanchonete Cardeal Arcoverde, a Alfaiataria Bortoletto, a Modas Nadia, além de um ponto de Taxi e da Discoteca do Fininho (MÉDICI, 1993: 228).

Figura n°63 - Praça Cardeal Arcoverde

Imagem da Praça Cardeal Arcoverde após reforma em 1955, lugar de encontro e de concentração comercial em São Caetano do Sul. Fonte: Raízes. Ano X - n° 20. São Caetano do Sul, dezembro de 1999.

A nova racionalidade planificadora e a generalização da forma-mercadoria, imposta sobre o subúrbio outrora definido pelo modo de vida rural e pela relação com a cidade, buscarão efetivar-se também nos espaços públicos de convivência, de

encontro, do comércio e do lazer. Diante da eminência da metropolização da grande São Paulo, o subúrbio encontra-se com a cidade modernista.

Figura n°64 - Verticalização no Centro

A fotografia acima, retratando a Rua Rio Grande do Sul na esquina coma Avenida Goiás em 1952, já permite observar alguns edifícios verticais existentes em torno da Igreja da Sagrada Família (a Matriz Nova). Fonte: Raízes. Ano XI - n° 22. São Caetano do Sul, dezembro de 2000.

Já havia se iniciado, nessa época, a construção de edifícios comerciais verticais na área central em torno da nova Igreja Matriz. Isso indica que o próprio processo de produção na construção passava por transformações técnicas adequadas à racionalidade planificadora que passou a dominar a produção do espaço urbano, ocorrendo a chamada industrialização do processo de trabalho na construção. A construção passa a se dar pela divisão manufatureira do trabalho, que pressupõe a concepção anterior do produto fora do canteiro. Ao mesmo tempo em que se implantavam novas formas de organização do trabalho de edificação, o lote aparece como unidade da constituição da cidade: o espaço como totalidade em fragmentos, propriedade imobiliária, meio de hierarquizar e segregar (TONE, 2010). Sobre a nova espacialidade que estava se gestando com o aparecimento dos primeiros edifícios verticais no Centro de São Caetano, José de Souza Martins faz o seguinte relato pessoal:

> O fato de as duas igrejas, especialmente a segunda, terem praticamente sido cercadas por edifícios altos, tornou os sinos inaudíveis e inúteis. Foi uma tristeza descobrir um dia, aí pelos anos 60, que eu já não podia ouvir os sinos das duas igrejas. Uma época estava acabando (MARTINS, 2001: 35).

Esta nova época marcada pela desagregação dos laços vicinais que caracterizavam a vida suburbana não só encontrava sua expressão com a diluição da imposição cotidiana dos ritmos próprios a uma antiga concepção de mundo fundada no sagrado como também no que se refere à emergência do novo tipo de delinquência que passava a ser praticada no subúrbio. Conta-se que, enquanto São Caetano permanecia como lugar no qual o conhecimento entre seus moradores se dava no nível pessoal, a delinquência era quase sempre praticada às escondidas por pessoas quase sempre conhecedoras da vizinhança (e nela também conhecidas):

> (...) ladrão-de-galinha era quase sempre alguém que tinha conhecimento da vizinhança, quem tinha e quem não tinha galinheiro. (...) Os ladrões-de-galinha ficavam no ponto mais baixo da escala de classificação dos amigos do alheio. E esse era o único tipo de delinquente de que se ouvia eventualmente falar em São Caetano (...). Era, aliás, um dos fatores de distinção da localidade como subúrbio. Formas mais elevadas de transgressão eram atribuídas ao movimentado centro de São Paulo [tais como os mãos-leves – batedores de carteira – e os que aplicavam o conto-do-vigário] (...). Em São Caetano, de certo modo, todos eram conhecidos entre si, ao menos de vista, como se dizia. (...) De fato, sociologicamente falando, a delinquência do conto-do-vigário é uma delinquência de transição entre uma sociedade tradicional, a que pertence a vítima, e a sociedade moderna, a que pertence o delinquente (MARTINS, 2001: 39).

Contudo, começam a ser cada vez mais crescentes as ocorrências criminais, bem como sua publicação pelos meios de circulação de informação. “Em setembro de 1957, um crime chocou a população. Um jovem foi espancado e mutilado, a golpes de navalha, por um bando autodenominado gangue maldita. A violência atingira nível até então desconhecido”. Começavam a aparecer os discursos, como o do delegado Clodomir Collaço Veras, citado por RUSSO (2003), apontando a necessidade de reforço do policiamento para coibir assaltos, embora não se especifique exatamente de que forma de criminalidade estava se falando: “Estamos desenvolvendo o máximo esforço para pôr fim aos assaltos. (...) Apenas seis investigadores e 39 homens têm sobre si a responsabilidade de defender a cidade” (RUSSO, 2003: 8).

A entrada do subúrbio em um novo contexto social marcado pela generalização da forma-mercadoria e pela planificação impondo-se sobre a sociedade brasileira é um evento por meio do qual agora passa a se reproduzir a própria vida do morador suburbano (para quem agora uma vida com estabilidade financeira e um futuro de progressiva fartura por meio do trabalho e do consumo se põem como promessa). Mas, ao mesmo tempo, essa fase plenamente moderna de reprodução do subúrbio se coloca como fator perturbador da segurança do morador, na medida em que o trabalhador, agora ele também um potencial portador da propriedade privada, passa a ter medo do outro. E a imagem desse "outro", a partir do ponto de vista social das famílias trabalhadoras urbanas, não se constituía só no delinquente cada vez mais violento, mas, sobretudo nesse tempo, no "comunista", no "subversivo", o qual se acreditava ameaçar a propriedade privada que agora também paulatinamente tinha a possibilidade de se constituir nas mãos de muitas dessas famílias trabalhadoras. A suposta paz do morador suburbano em seu lugar de moradia e trabalho passa a ser ameaçada por uma também suposta "perturbação da ordem" anunciada nos mesmos meios de comunicação que propagandeavam uma vida de conforto a ser alcançada pelo consumo de mercadorias.

Enfim, a concepção de sociedade baseada no planejamento econômico, urbano e no ordenamento da própria vida cotidiana pelo poder centralizado no Estado passaria encontrar um novo campo de expansão do seu ideário e de efetivação do seu *modus operandi* a partir do golpe militar de 1964 no Brasil. A estratégia de contenção social e o autoritarismo do regime foram ideologicamente justificados tanto por meio criação e perseguição de um suposto inimigo da segurança nacional quanto pela propaganda de uma política estatal de promoção do crescimento econômico nacional, a partir da indução de transformações tanto no campo quanto na cidade. No primeiro, acelerou-se o processo de privatização da terra nas novas "frentes pioneiras" pelo Centro-Oeste e pelo Norte enquanto, na última, processava-se o auge da reprodução ampliada da cidade industrial com a expansão (social e espacialmente desigual) da infraestrutura urbana e das técnicas de ordenamento espacial estabelecendo seu controle sobre as localizações e a fluidez na sociedade.

Expressão desse controle planificador de sintonia cada vez mais fina sobre a produção do espaço urbano é a Lei n° 1.398 de 08 de Outubro de 1965 a qual

apresentava o novo Zoneamento do Município, dispositivo publicado sob a primeira gestão do Prefeito Hermógenes Braido. Esta Lei de Zoneamento de 1965 instituiu uma comissão para estudar os pedidos de licenciamento para a construção residencial ou industrial, avaliando ainda reformas e benfeitorias. Nela também o território do município foi dividido nas seguintes zonas e subzonas: Zona I – Residencial (dividida em duas Subzonas: I – Residencial Principal e II – Residencial Secundária); Zona II – Central (também dividida em duas Subzonas: I – Central Principal e duas áreas correspondentes à categoria II – Central Secundária); Zona 3 – Mista; Zona IV – Industrial e Zona V – Rural.

A maior complexidade das formas urbanas edificadas em São Caetano do Sul diante do processo de adensamento induzido pela industrialização reflete diretamente na divisão da Zona Central em Zona Central Principal e suas Subzonas, correspondendo estas categorias aos fragmentos urbanos historicamente acumulados no processo de abertura de loteamento nos quais houve grande adensamento de estabelecimentos comerciais, de serviços e escritórios, além dos entroncamentos principais do sistema de transportes. Com a definição dessas áreas de adensamento a partir de categorias principais e secundárias, a Lei de Zoneamento de 1965 operava como instrumento técnico que capacitava o poder municipal com uma força a qual podia ser empregada no sentido de impulsionar investimentos privados na produção do espaço, consequentemente também empregada na formação de um processo de valorização de algumas áreas da cidade em detrimento de outras.

Na Subzona Residencial Principal, por exemplo, não era permitida a construção de casas populares (as casas proletárias, que dispensavam aprovação e gozavam se isenção fiscal), entre outros perímetros definido na lei, dentro dos quais a construção dessa modalidade de habitação não era permitida. Havia também, na Lei de Zoneamento de 1965, uma preocupação de separar os usos industriais mais nocivos dos lugares de moradia da população, por meio da classificação de indústrias segundo seu nível de periculosidade.

Um conjunto de outras Leis e Decretos comporiam, junto com a Lei de Zoneamento de 1965, o aparato regulador do ordenamento territorial nesse momento da expansão urbana de São Caetano do Sul. O Decreto Municipal n° 2.706 de 11 de abril de 1966 regulamentava a Lei de Zoneamento de 1965 determinando os

estabelecimentos comerciais e de serviços permitidos (ou proibidos) em cada zona (haveria, na verdade, uma série de decretos regulamentando a Lei de 1965 nesse sentido). Segundo o Decreto n° 2.706, na zona residencial só era permitida a construção de residências, salvo exceções. Ele ainda reforçava que na Subzona Residencial não era permitida a construção de casas populares; em todas as outras áreas, exceto, ainda, na Zona Industrial, a construção dessas casas populares ainda era permitida.

No conjunto de Leis e Decretos que compunham os instrumentos de ordenamento territorial em São Caetano do Sul nesta época, consta também a Lei Municipal n° 1.552, de 17 de março de 1967, criando a Comissão de Vistoria e Policiamento de Zoneamento, composta por um advogado, um médico, um engenheiro e dois fiscais. Sua incumbência era a de aprovar (ou não) projetos, vistoriar a construção de edificações, além de ter poderes para fechar estabelecimentos comerciais e industriais que fossem julgados não adequados às normas sanitárias.

Com o passar dos anos, até mesmo uma série de alterações teria que ser feita na Lei de Zoneamento de 1965, promovendo ajustes em determinados pontos da lei original diante de questionamentos ou dificuldades práticas decorrentes do incessante crescimento urbano do município. Por exemplo, atendendo a interesses particulares que tinham sido ameaçados conforme decisões eram tomadas com base na lei original, tais como o de instalar nas áreas residenciais alguns estabelecimentos comerciais parcialmente fabris, como as padarias, ou, ainda, o de instalação de oficinas de conserto de equipamentos em áreas de concentração de moradias.

Dentre as alterações da Lei de Zoneamento, consta a Lei Municipal n° 1.568, de 15 de maio de 1967, por exemplo, dispondo sobre a permissão da instalação de novas categorias de estabelecimentos anteriormente não permitidos nas Subzonas Residencial Secundária e Central Principal. Passavam a ser agora permitidas, no geral, atividades de comércio e serviços e oficinas (ficando proibida instalação de depósito de ferro velho nestas duas Subzonas e na Central Principal). Já a Lei Municipal n° 1.589 de 5 de julho de 1967 dispunha, para efeito de zoneamento da cidade, acerca da diferença entre as definições de indústria e oficina. Passava-se a considerar oficina "todo estabelecimento em que se exerça trabalho manual ou mecânico para restaurar o consertar qualquer artigo", enquanto Indústria passava a ser definida como "todo de

estabelecimento em que se exerça trabalho manual ou mecânico para a produção de qualquer artigo com o aproveitamento de matérias-primas".

Todas essas mudanças sucessivas na Lei de Zoneamento de 1965 correspondiam, de fato, ao ritmo acelerado das transformações urbanas as quais estavam se passando em São Caetano do Sul. Como efeito dessas transformações simultâneas tanto no campo quanto na cidade processadas entre as décadas de 1960 e 70 no Brasil, ocorria um enorme incremento do já acelerado ritmo de acrescimento das migrações de trabalhadores da primeira para a segunda. É neste momento que a população brasileira, segundo a metodologia censitária empregada pelo IBGE, passou a ser predominantemente urbana.

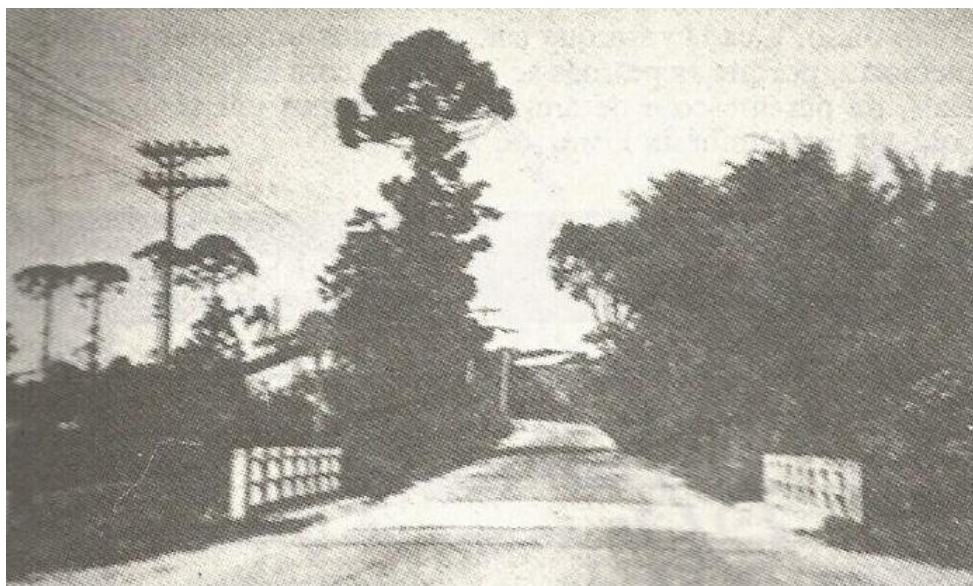
Com a intensificação do aporte de levas migratórias do campo para a cidade, especialmente em direção aos grandes centros industriais como o ABC paulista, seria então iniciado um gigantesco processo de formação de periferias urbanas, sobre as quais teceremos considerações mais detidas adiante. Por enquanto, cabe mencionar que no caso particular de São Caetano do Sul, município cuja extensão territorial então correspondia a algo em torno de apenas 13 km^2, a abertura dos últimos loteamentos produzindo unidades de propriedade privada da terra urbana para serem vendidas a trabalhadores migrantes teria como resultado o fim definitivo de sua Zona Rural como tal (conforme a classificação até então utilizada) além de que, com a intensificação dos fluxos migratórios e o próprio crescimento vegetativo de sua população, formas de adensamento já existentes passariam a se intensificar, tanto no caso do surgimento de novos cortiços quanto no caso do aparecimento dos primeiros edifícios verticais em bairros situados fora do Centro de São Caetano do Sul.

Diante dessa escassez de áreas para ampliação da malha urbana, seria publicada a Lei Municipal n° 1.556 de 18 de abril de 1967 propondo a extinção da Zona Rural no Município de São Caetano do Sul, transformando-a em Zona Residencial. Esta Zona Rural compreendia uma extensão de terras na porção sudoeste do município a partir das quais São Caetano do Sul confinava com o Bairro Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo, tendo como limite entre ambos o vale do Rio dos Meninos. A medida de extinção da zona rural de São Caetano corresponde ao fato de que "o crescimento urbano tinha atingido seus limites na cidade, que já não tinha mais para onde crescer. Começava a se cogitar o modo de crescimento vertical" (MÉDICI, 1993:

123). Sobre partes da área correspondente à antiga Zona Rural seria enfim expandido o Bairro São José e abertos os loteamentos que dariam origem ao Bairro Mauá e ao Jardim São Caetano.

Figura n°65 - Últimas áreas de expansão na Zona Rural

Fotografia de 1953 correspondendo uma visão da então definida Zona Rural. Ao qual, ao fundo (no terreno descampado no qual se avista uma casa de alvenaria) está o terreno no qual seria instalado o campus do Instituto Mauá de Engenharia. Em primeiro plano, edificações públicas (entre elas, o Depósito de Apreensões e o canil da prefeitura). Fonte: Raízes. Ano X - n° 19. São Caetano do Sul, julho de 1999.

Figura n°66 - Ponte sobre o Rio dos Meninos antes da extinção da Zona Rural

Nesta fotografia de 1957 retratando a ponte na Estrada das Lágrimas, na divisa com Rudge Ramos (onde hoje se localiza a Faculdade de Engenharia Mauá) podemos visualizar a paisagem ainda rural dessas imediações; áreas que seriam urbanizadas ao longo dos anos seguintes. Fonte: Raízes, Ano I - n° 1. São Caetano do Sul, julho de 1989.

A unidade territorial atualmente denominada Bairro São José circunscreve uma extensão de terras nas quais antigamente funcionavam olarias e fábricas tais como a Cerâmica Tupan, cuja chaminé foi demolida ao final da década de 1950 para que o terreno da fábrica desse lugar à ocupação residencial urbana (MÉDICI, 1993: 538). Contudo, já no início da década de 1940 há registro do primeiro cortiço dessa região: "50 casinhas, emendadas entre si, com sanitários coletivos. (...) O cortiço de Batata-Assada, no Bairro São José, resistiria até o início dos anos 70" (MÉDICI, 1993: 545-7). Adensada demograficamente ainda mais da metade do século XX em diante, a Vila São José "era uma vila estritamente de operários, de migrantes, que construíam casas em terrenos de 10 por 20, assentando tijolos com barro, sem cimento e areia", havendo ainda casas erguidas "com o aproveitamento de madeira das grandes caixas, ou containers, que traziam para a montagem de veículos da General Motors" (MÉDICI, 1993: 548).

Figura n°67 - Adensamento da segunda metade do sec. XX

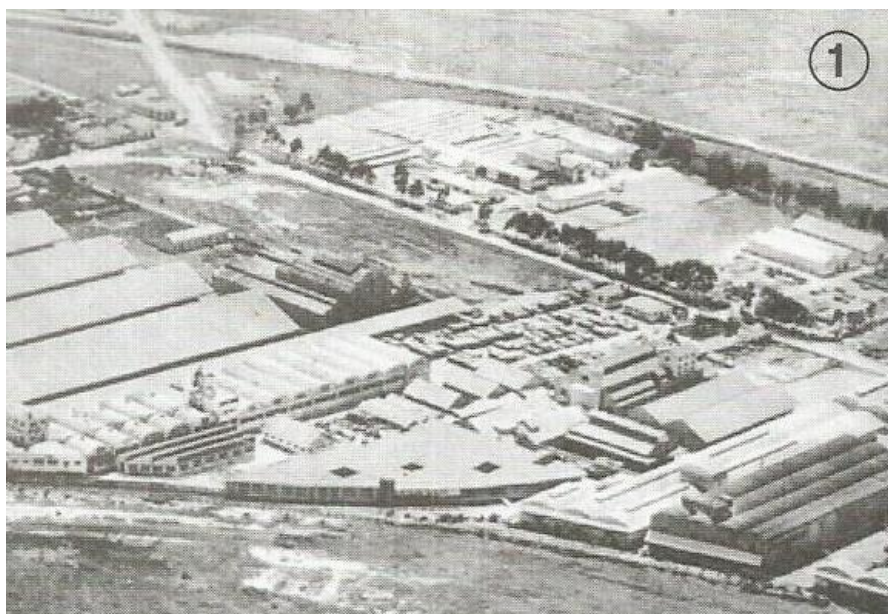
Na fotografia, datada de 1957, com dois moradores em primeiro plano pedalando suas bicicletas em rua de terra de loteamento recente inserido nos limites do atual Bairro São José. Ao fundo, observa-se um aglomerado de casas e, à direita, o terreno no qual viria a ser construída, na década de 1990, a atual sede da Prefeitura Municipal. Fonte: Raízes. Ano VI - n° 12. São Caetano do Sul, janeiro de 1995.

Além das residências precariamente construídas por operários em terrenos de pequenas dimensões tais como se verificou em Vila São José, a partir da década de 1960 também começaram a se fazer notar nos subúrbios os conjuntos habitacionais, tais como o Conjunto Residencial Samuel Gompers, situado já em Rudge Ramos, São Bernardo do Campo, imediatamente à margem do Rio dos Meninos, na divisa com território do atual Bairro Mauá, em São Caetano do Sul. Já "na área da Vila Boqueirão mesmo [situada no interior dos limites do atual Bairro Mauá], um dos primeiros conjuntos residenciais foi o Jardim Tresicore, de 1968", sutado entre o cemitério das Lágrimas (na Avenida das Lágrimas, antigo caminho de São Paulo para Santos) e a Vila Boqueirão (MÉDICI, 1993: 500-1). Os conjuntos habitacionais apareciam Introduzindo uma nova forma de espaço para habitação a qual era produto direto do planejamento urbanístico apontando para a decisiva tendência de fazer caber a maior quantidade de unidades habitacionais populares no menor espaço possível, buscando, por meio do plano, regular o acesso dos fluxos de pessoas e veículos, dispô-las no espaço em unidades de residência identificadas com categorias alfanuméricas e, enfim, ordenar a vida cotidiana do trabalhador.

O Banco Nacional de Habitação desempenhou um papel decisivo no processo de aceleração do ritmo da especulação imobiliária, a partir do financiamento estatal em massa para a construção e aquisição de casas para a classe trabalhadora. Contudo, eram produzidas simultaneamente valorizações diferenciais do solo, acarretando a elitização de algumas áreas, com a consequente expulsão dos trabalhadores de baixa renda e o encortiçamento dos mesmos em outras áreas (MORAES, 1999).

Se a extinção da Zona Rural representou o fim da disponibilidade de amplos espaços para loteamento em São Caetano do Sul por muitas décadas ainda (mais precisamente, até que os espaços industriais desativados passassem a constituir uma nova fronteira urbana neste município), resta considerar, alguns anos antes, os limites territoriais do Município de São Caetano do Sul o quais, por sua vez, haviam finalmente sido configurados do modo como eles hoje se apresentam. Tal configuração territorial definiu-se após a anexação ao Município de São Caetano do Sul da Vila Prosperidade, antigo bairro à margem do rio Tamanduateí anteriormente pertencente a Santo André, no qual se estabeleceram muitas famílias de migrantes tanto antigos quanto recentes e onde também constavam diversas plantas industriais de grandes proporções.

Além da própria insatisfação da população do bairro para com a falta de atenção por parte da Administração de Santo André, uma ideologia do espaço que certamente justificou a campanha em prol da anexação de Vila Prosperidade a São Caetano do Sul é a invenção do pressuposto de que a primeira teria sempre pertencido ao segundo. Essa ideologia se deve ao fato de que, segundo as indicações da Lei Municipal n° 1.512 de 4 de dezembro de 1916 por meio da qual foi criado o Distrito de Paz de São Caetano, a delimitação territorial do Distrito em questão já incluía a área correspondente ao atual Bairro Prosperidade, embora posteriormente, na ocasião da emancipação político-administrativa de São Caetano em 1948, a Vila Prosperidade tivesse sido incorporada ao território de Santo André.

Figura n°68 - Bairro Prosperidade

Vista aérea de Vila Prosperidade em 1958, quando ainda não havia sido anexada a São Caetano do Sul. Em primeiro plano, instalações da Quimbrasil. No terreno vazio viriam a ser construídas as instalações do Terminal de Petróleo da Petrobrás. Fonte: Raízes. Ano XII - n° 24. São Caetano do Sul, dezembro de 2001.

Mas seja as questões referentes aos problemas urbanos de Vila Prosperidade, seja as ideologias do espaço que vinham a justificar a anexação desta a São Caetano do Sul, tal disputa territorial certamente ocorreu por conta do fato de que “na época, as importantes indústrias sediadas na Vila Prosperidade tinham renda superior a 600 milhões de cruzeiros anuais, quantia mais do que suficiente para resolver seus problemas sociais” (GIANELLO, 1998: 17). Enfim, a concentração industrial na Vila

Prosperidade representava uma vultosa arrecadação de impostos para o poder municipal. Entre estas empresas estavam a Oleoduto, Confab, Quimbrasil, Atalntic e Brasilit (GIANELLO, 1998: 18).

Em 1963, realiza-se o plebiscito para consulta popular acerca da possibilidade de separação da Vila Prosperidade de Santo André e de sua anexação a São Caetano (GIANELLO, 1998: 16). Acerca dos arranjos políticos que se formavam em torno desta questão territorial, nota-se que:

> O prefeito de São Caetano Anacleto Campanella não tomava partido em prol da anexação da vila por estar ligado politicamente ao prefeito eleito de Santo André Lauro Garcia, mas 90% dos moradores da vila queriam a anexação, e contavam com o apoio político do deputado estadual por São Caetano, Oswaldo Samuel Massei [e] do futuro candidato a prefeito Hermógenes Walter Braido (...) (GIANELLO, 1998: 17).

Aqui, portanto, o antigo “autonomista” Campanella não se manifestou favoravelmente à anexação da Vila Prosperidade a São Caetano do Sul, enquanto o antigo “chapa-preta” Massei interessou-se e passou a fazer campanha em favor desta causa. Mais uma vez, reitera-se o peso do oportunismo político-partidário, muito mais do que qualquer causa de cunho ideológico, sobre as decisões tomadas no âmbito da política local. A anexação da Vila Prosperidade a São Caetano do Sul ocorreu em 1º de dezembro de 1963.

Finalmente, ainda para dar conta das transformações territoriais em São Caetano do Sul dadas com as últimas aberturas de loteamentos fundiários ao fim de um longo período marcado pelo intenso parcelamento da terra, resta abordar o caso do Jardim São Caetano, todavia, este, não um loteamento destinado à ocupação pela classe trabalhadora, mas um empreendimento imobiliário direcionado aos profissionais com cargos de alto retorno salarial nas grandes empresas, aos próprios empresários, assim como aos funcionários públicos de alto escalão, enfim, a uma população rica e desejosa de habitar espaços urbanos sofisticadamente planejados e relativamente isolados do restante da cidade que crescia aceleradamente.

As terras nas quais foram implantadas o Jardim São Caetano haviam sido adquiridas pelo Bank of London & South America Limited em 1930. No início da década de 1960, chegou-se a cogitar a construção de um ramal ferroviário que cruzaria estas

terras, contudo, este projeto foi abandonado. Neste tempo, tratava-se essa área de uma extensão de terras rurais na qual havia somente a Vila Belverde, da década de 1940, cujos moradores estabeleciam relações principalmente com o Bairro dos Meninos (Rudge Ramos) em São Bernardo, do outro lado do rio. Já a partir de 1963, o próprio Bank of London, através da Companhia City, iria a implantar o Jardim São Caetano. Ao contrário do que se verificou em todos os novos loteamentos em São Caetano a partir da década de 1940, neste novo empreendimento havia um sofisticado trabalho de implantação de infraestrutura urbana, com logradouros públicos projetados, rede de água e esgotos, energia elétrica, espaço para praças e terrenos amplos terraplanados. As vendas de lotes começaram em 1965. Como espaço de moradia da elite econômica da cidade, foi inclusive constituída neste bairro a Sociedade Amigos do Bairro Jardim São Caetano City, a qual organizou um sistema de cobrança de condomínio para a manutenção de uma equipe de vigilância constante nas ruas dessa localidade, tendo inclusive conseguido a implantação de medidas diversas a fim de restringir o acesso às vias públicas do Jardim São Caetano (tais como o impedimento à circulação de ônibus) (MÉDICI, 1993: 441-454). Medidas que, contudo, não evitaram que mais recentemente o Jardim São Caetano viesse a se tornar um local de constantes ocorrências tais como os assaltos a residências.

Desde essa época até os primeiros anos da década de 2000, permaneceria praticamente inalterada a configuração do parcelamento de terras em loteamentos. “Entre loteamentos e retalhamentos de loteamentos, é possível cadastrar, em São Caetano do Sul, perto de 150 pedaços urbanos” (MÉDICI, 1993: 131).

Nesse contexto de rápida urbanização e formação de um adensamento demográfico operário, permeado pela propagação ideológica de promessa de futuro próspero por meio do trabalho assalariado fabril cuja expansão parecia não ter fim, São Caetano do Sul chegava, em 1969, aos 180 mil habitantes. Era o quinto município brasileiro em produção industrial. As ruas eram quase todas pavimentadas, iluminadas. A renda per capita era a maior da Grande São Paulo, à exceção da Capital. Suas indústrias empregavam 24 mil operários. “São Caetano do Sul vivia seus últimos dias como a segunda colocada em números absolutos no ABC. Em arrecadação, já perdia para São Bernardo. Nos anos 70, seria suplantada por Mauá e Diadema” (MÉDICI, 1993: 126-7). Segundo o depoimento de Oswaldo Massei ao início do seu

primeiro mandato em 1969: “Estamos caminhando perigosamente para a instituição de uma cidade-dormitório, com consequências graves para daqui cinco ou dez anos”. Algumas empresas estavam de fato deixando a cidade (como foi o caso da Fábrica de Louças Adelinas). Apesar da crescente arrecadação municipal, Massei: “mostrou aos novos administradores qual era problema mais grave do município: a ameaça de empobrecimento em virtude da estagnação industrial provocada pelo tamanho reduzido de São Caetano do Sul” (RUSSO, 2003: 17). Diante deste problema:

> O prefeito enviou à Câmara projeto de lei proibindo a retalhação e o desmembramento de áreas anexas a indústrias (a fim de possibilitar a ampliação das fábricas). Também permitiu, em subzonas residenciais, a instalação de indústrias – têxteis, em geral – que não oferecessem risco à saúde dos habitantes (RUSSO, 2003: 14).

Muito embora estivessem cerrando-se as possiblidades de expansão industrial, bem como da continuidade do espraiamento urbano em São Caetano do Sul, uma profunda transformação estava se operando na vida cotidiana do morador suburbano com o com a consolidação de sua habitação na cidade e com a perspectiva de ampliação do acesso ao consumo de mercadorias por meio dos recursos monetários provenientes da condição de assalariado.

Nesse período do regime militar, o subúrbio foi lugar de especial crescimento econômico e, sobretudo, de construção de uma ideologia que prometia uma perspectiva de futuro por meio do trabalho (e do consumo): ainda que de modo genérico, é possível afirmar que apareceu ao trabalhador suburbano a positividade da sociedade industrial nesse momento de expansão da atividade econômica, do crescimento das cidades e do trabalho assalariado urbano por meio do qual o operário buscava realizar a formação de um patrimônio familiar (a compra da casa própria com o carro na garagem).

Teremos aqui a cooptação da mentalidade tradicionalista e familiar suburbana para transformá-la em conformismo. O ideal da prosperidade por meio do trabalho é aproveitado para embutir na vida cotidiana das pessoas o novo desejo de “ser” por meio do consumo de mercadorias, ou melhor, de marcas, de estilismos, de modas. São Caetano do Sul presencia o desvanecimento final do seu caráter eminentemente

suburbano para dar lugar à consolidação de hábitos de consumo e padrões de comportamento da sociedade moderna.

Surgem em lugar dos antigos armazéns de secos e molhados os primeiros supermercados locais, como o dos Franchini, na Rua Baraldi, e o Supermercado Germinal, na Rua São Paulo. Para os irmãos Franchini, o negócio existia por que a cidade passou a precisar de estabelecimentos comerciais que dessem conta do crescimento da população (MÉDICI, 1993: 228). Mas os supermercados também estão ligados à criação de um novo padrão de consumo que, por sua vez, requisitou a criação de um novo padrão de vida, de um novo padrão de habitação, de um novo padrão de vivência na cidade, de uma nova relação entre moradia e trabalho.

O crédito aparecia como meio de aquisição de bens, anunciando o que viria a seguir. Chegou a existir, no comércio de São Caetano do Sul, um cartão de crédito local, "lançado durante banquete promovido pelo Clube de Lojistas locais na Associação Comercial. Era o CME – Cartão Mágico da Economia. Ou ´Magic´s Economy Card´. Os associados teriam descontos nas lojas que aderissem ao novo sistema". O cartão de crédito era um acordo entre uma rede de lojistas locais, visando atrair clientes por meio de descontos, mas não fica claro em quais condições o cartão permitia comprar a prazo (MÉDICI, 1993: 229). Também por conta da expansão do crédito ao consumidor, consolidam-se as condições concretas sobre as quais se ergueria nacionalmente o mito das casas Bahia. O depoimento de Samuel Klein reforça o mito do empreendedor que começou com um pequeno negócio o qual se expandiu até se constituir em império comercial: "Vendi muito cobertor para metalúrgicos. Na maioria eram imigrantes do Nordeste, que eram chamados de baianos. Daí surgiu o nome Casas Bahia" (Samuel Klein apud SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 2002: 17). "Aquela simples loja de duas portas, da Avenida Conde Francisco Matarazzo, n° 567, transformou-se num suntuoso prédio na mesma avenida, n° 110, de onde são administradas mais de 300 filiais" (SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 2002: 17).

Figura n°69 - Casas Bahia

Moderno edifício das Casas Bahia no Centro de São Caetano. A primeira loja do grupo foi inaugurada em São Caetano do Sul na década de 1950, contudo, em um prédio bem mais modesto. A aproveitando-se da condição de assalariamento crescente entre a população devido ao aporte de levas de migrantes empregados em indústrias no subúrbio (daí o nome da empresa) para vender artigos para a casa moderna sob o sistema de crediário, o grupo constituiu-se como um dos maiores do seu ramo no Brasil com várias filiais, existindo esta loja até os dias atuais (embora do ponto de vista administrativo, conforme ocorriam mudanças gerais na economia brasileira e mundial – levando várias empresas do mesmo ramo à falência – o grupo tenha passado por várias reformulações, inclusive pela fusão com o Grupo Pão-de-Açúcar). Atualmente, neste edifício, além da loja, funciona a sede administrativa das Casas Bahia. Fonte: Raízes. Ano XIV- n° 26. São Caetano do Sul, dezembro de 2002.

Além de se produzir o espaço para a reprodução da indústria e do trabalhador por meio da ideologia do progresso por meio do trabalho, de se produzir o novo centro (lugar que irradia as promessas da modernidade) e até mesmo o município (a promessa do progresso local), enfim, além de consolidar São Caetano como o "pequeno gigante", o "príncipe dos municípios", trata-se também de introduzir a mercadoria como forma única de acesso aos meios de satisfação das necessidades do morador, do trabalhador e de sua família. Com isso, a propaganda, veiculando as virtudes que as mercadorias têm no sentido de satisfazer necessidades. E a criação do desejo. Para isso, o próprio espaço da cidade se coloca como uma vitrine, uma tela de

cinema, um anúncio. Os espaços públicos da cidade começam a esboçar a constituição de uma nova forma de ser, baseada no consumo de objetos de desejo produzidos agora tanto pela indústria de bens de consumo quanto pela indústria cultural. Trata-se, portanto, da criação do espaço da cotidianidade.

Figura n°70 - Carro de propaganda

Carro da Agência Lilim de publicidade com propaganda no Cine Vitória (1958). Fonte: Raízes, Ano III - n° 5. São Caetano do Sul, julho de 1991.

Esse espaço da cotidianidade permeia não só as ruas, as praças e o centro da cidade, mas invade a fachada e mesmo o interior das casas, retira-lhes os adornos e as singularidades próprios de uma época em que abundavam imagens de Nossa Senhora da Aparecida sacralizando a entradas dos lares. A casa moderna virá a instaurar-se como o novo modelo de habitação, ao invés da antiga casa suburbana com quintal, pomar, horta, criação de animais, espaço para a oficina, etc. As evidências de uso de fogão a lenha, por exemplo, ou geladeira não elétrica, vão até o fim da década de 1950, mais ou menos (embora saibamos que a mercadoria chega em tempos desiguais aos diferentes grupos sociais que dividiam espaço no subúrbio). A casa suburbana antiga era ligada em parte à realização de uma economia doméstica, da qual o quintal era lugar de obtenção de diversos meios de vida, bem como o era, a própria rua (ou os espaços fora da casa), os charcos, os matagais, as árvores frutíferas.

> (...) a casa e sua circunstância eram o cenário de quem vivia do trabalho, depois foi se tornando muito mais o cenário de ostentação, da afirmação do consumo, do contrário do trabalho. Não eram poucas as famílias que tinham no barracão do quintal o seu lugar de trabalho, geralmente uma pequena oficina, mesmo para o trabalho extra dos moradores operários no fim de semana (MARTINS, 2001: 40).

A casa moderna, por sua vez, será a realização do projeto de substituição do quintal pelos produtos adquiridos por meio de uma economia monetizada baseada na troca, pelo ingresso cada vez mais profundo numa economia fundada na equivalência, nas abstrações. Agora, a casa passa a ser mais funcional do que propriamente o lugar de acomodação e encontro da família; troca-se pelo minimalismo asséptico de um novo ambiente de conforto e confinamento o antigo lugar em que os mínimos detalhes espelhavam uma concepção de mundo no qual pessoas eram efetivamente vizinhas umas das outras, em que o nascimento e a morte tinham significado social amplo, em que a festa, não obstante as diferenças sociais então existentes, congregava ao invés de segregar. Sobretudo, a moderna casa suburbana, já no caminho de deixar de sê-lo, consolida-se como o lugar do consumo do que do trabalho.

Dois produtos que definitivamente simbolizam a consolidação da casa moderna em lugar do lar suburbano são o fogão a gás e a geladeira elétrica. O histórico de fabricação e disseminação desses produtos merece aqui uma pequena digressão. A General Motors, nos Estados Unidos, passou a aplicar os princípios da fabricação em série para a produção de geladeiras a partir da compra da empresa Figidaire, transformando-a, em 1919, na Frigidaire Corporation. Ao longo da década de 1920, o aparelho começou a passar por inovações, passando a ser feito de uma única peça de metal; passaram também a ser criadas, com a nova tecnologia, máquinas sorveteiras, geladeira equipadas com controle de temperatura, o sistema de degelo automático e o primeiro aparelho de ar condicionado doméstico. Em 1931, se descobre o gás freon e passa-se a aplicá-lo ao sistema de refrigeração (CARRARA, 2000a: 26).

Já em 1933, a General Motors do Brasil havia comercializado 5.300 aparelhos de refrigeração importados, todos com chapas de metal. "Em 1947, a fábrica de São Caetano do Sul produzia refrigeradores para bares e açougues, porém a fabricação para uso doméstico iniciou-se somente em 1951", quando já haviam sido importados 72.000 aparelhos dos Estados Unidos (CARRARA, 2000a: 26-7). A geladeiras, assim

como os automóveis, passaram paulatinamente a ser fabricadas com componentes nacionais: “A Usina de Volta Redonda tinha condições de fornecer chapas de aço galvanizadas; a indústria nacional fornecia a borracha, parafusos e ferro fundido” (CARRARA, 2000a: 26). A General Motors do Brasil que, diga-se de passagem, também chegou a produzir fogões a gás, encerrou, em 1979, sua participação no mercado de aparelhos domésticos. Vendeu a marca e concentrou-se na produção de Opalas e Chevettes, os automóveis nacionais.

Para a distribuição das mercadorias de que se compunha a casa moderna, consequentemente, um novo comércio se fez surgir: agora vendendo a comodidade, a facilidade, o não trabalho, que contraditoriamente só se pode obter por meio de uma imersão profunda numa vida de trabalho, dedicada ao trabalho. Inclusive vendendo a facilidade da compra a prazo, em parcelas, enfim, o crédito. E a difusão desse modo de vida ocorre exatamente pelo novo meio de comunicação de massa que começava a se disseminar no interior dos lares: o aparelho de televisão. Inclusive, naquela época:

Figura n°71 - A televisão

Anúncio de aparelhos de televisão produzidos pela General Eletric em setembro de 1950. Fonte: Raízes, Ano V - n° 9. São Caetano do Sul, julho de 1989.

> Visitar os raros possuidores de aparelhos de televisão, para contemplar a maravilha do momento, acompanhado por bolinhos e cafezinho, uma rotina que se instalava. Surgiam os televizinhos, uma categoria social que

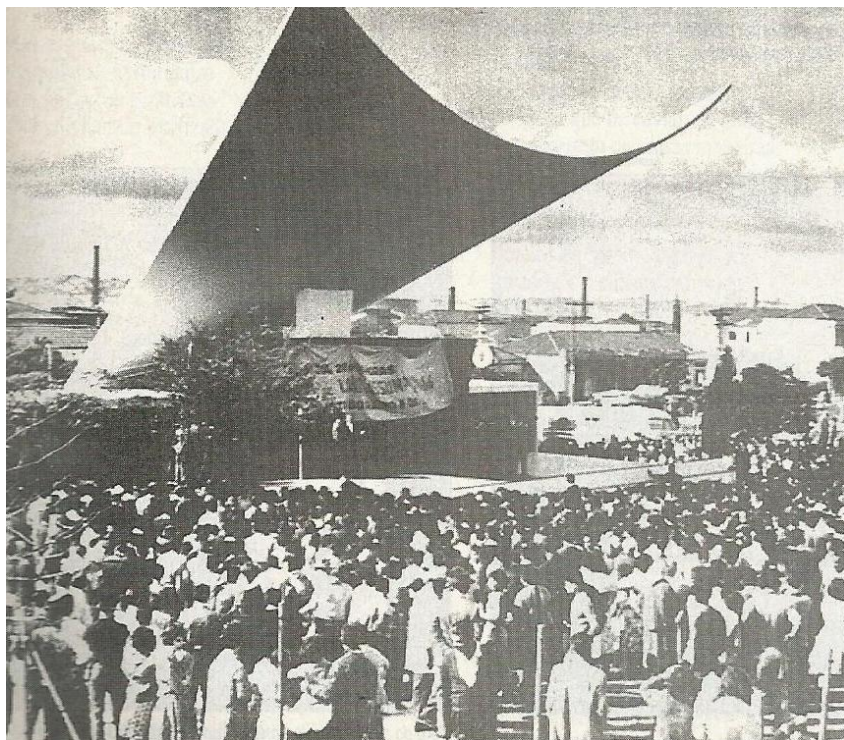
marca o derradeiro momento do ritual de socialização da sociedade urbana. A difusão e a acessibilidade do aparelho individual, aos poucos, iria colocar um fim ao mais arraigado e persistente traço de convivência social: a visita (ANDRADE, 1994: s/p).

Os bares e restaurantes foram locais em que os aparelhos de televisão passaram a ser instalados, a fim de atrair consumidores, especialmente em dias de jogo de futebol. A "difusão dos aparelhos nos bairros que já possuíam energia elétrica foi bastante rápida, embora o custo fosse excessivamente elevado" (ANDRADE, 1994: s/p). Diante da veiculação de imagens e sons, de ideias e ideologias, de arte e de marcas agora realizada não somente nos espaços coletivos tais como os cinemas, mas cada vez mais dentro dos lares das famílias trabalhadoras (função, aliás, que já havia começado a ser desempenhada pelo rádio algumas décadas antes), uma nova categoria humana se impunha à monotonia suburbana: os astros e estrelas, distantes, inalcançáveis em sua condição, embora eventualmente muitos deles aparecessem pelos estúdios da Rádio Cacique e os palcos de teatros e cinemas em São Caetano do Sul para fazer suas apresentações.

Figura n°72 - Rádio Cacique

Logotipo da Rádio Cacique de São Caetano do Sul. A chegada da televisão provocava uma transição entre em relação à anterior hegemonia do rádio como meio de difusão cultural de massas nos domicílios do Brasil, embora ao longo de toda a década de 1950, na rádio Cacique, nos cinemas e nos clubes diversos artistas na época ainda se apresentassem. Fonte: Raízes, Ano III - n° 6. São Caetano do Sul, janeiro de 1992.

De fato, há registros de artistas desses tempos de primórdios da televisão no Brasil vindos a São Caetano do Sul para apresentações nos palcos dos clubes, da concha acústica (ao lado do paço municipal na Avenida Goiás) ou na referida rádio. Por exemplo, ainda em 1954 esteve em São Caetano o “Clube do Papai Noel” para auxiliar na arrecadação de fundos para a construção do primeiro posto de puericultura da cidade. “Neste show estava presente a mais famosa dupla de cômicos da TV Tupi, Fuzarca e Torresmo, que além da programação infantil dividiam com Walter Stuart um grande sucesso da televisão na época: O Circo Bom Bril” (ANDRADE, 1994: s/p.). O contato do lar suburbano com o mundo inalcançável das celebridades, o qual ilusoriamente se ansiava alcançar por meio do consumo dos produtos por elas anunciados, encerrava a relação entre a realidade da família trabalhadora e a vastidão do mundo que naquele tempo rapidamente se descortinava e aparentemente se expandia (com a introdução de nova linguagem, novas modas, nova música).

Figura n°73- Concha acústica

Concha acústica do Jardim 1º de Maio, na Avenida Goiás, ao lado do antigo Paço Municipal em fotografia de 1958. A obra é do arquiteto Bernardo Shomann, vencedor no Salão de Belas-Artes de São Paulo. Sob a concha acústica, as pessoas assistindo a uma apresentação musical realizada pela Lilim Publicidade, sob o patrocínio das Lojas Assumpção. Ao fundo, o atualmente chamado Bairro Santo Antônio, com suas casas e as chaminés se sobressaindo. Fonte: Raízes. Ano VI - n° 13. São Caetano do Sul, julho de 1995.

Mas esse estreitamento entre o lugar de moradia da família trabalhadora e o mundo da mercadoria que prometia acesso ao ideal de mundo como um todo não poderia se dar se não fosse outro equipamento da modernidade a invadir a cidade: trata-se do automóvel, por meio do qual se acelerou o transporte de produtos e de pessoas, permitindo uma mobilidade cada vez mais individual das coisas e dos sujeitos, um adensamento cada vez mais intenso dos fluxos e, consequentemente, exigindo uma remodelação do espaço urbano, um rompimento drástico com os espaços de circulação (e de vida) anteriores. Ademais, reiterando a imagem em substituição à essência, na medida em que a propriedade do automóvel, na imaginação de quem o possuía (e na de quem admirava seus possuidores) parecia permitir a própria personificação das qualidades supostamente contidas no objeto por seu proprietário.

> Emprego para todos, inflação baixa, cursos profissionalizantes pipocando por todos os lados, a consolidação de uma classe média ávida de consumir tudo que os filmes de Hollywood e os programas de TV transformavam em fetiche e desejo de consumo. Nesse mundo de sonhos, a posse do automóvel prevalecia como ícone de modernidade, prosperidade pessoal e de status social. Vendia a publicidade muito mais que um simples meio de transporte, capaz de facilitar a vida diária e reduzir o tempo gasto na locomoção casa/transporte (...) (ANDRADE, 2000: 91).

Assim, o uso pessoal do automóvel não só foi acompanhado da racionalização do espaço proposta pela engenharia de tráfego e pelas obras de infraestrutura viária, mas ele também ensejou (e foi justificado por) uma cultura do automóvel, pelo intercâmbio fetichista de signos de poder, de status social e até de atributos de personalidade entre a mercadoria e as pessoas. Essa idolatria do automóvel teve como seu principal difusor em massa, evidentemente, a propaganda ostensiva veiculada pelos novos meios de comunicação. Até o início da década de 1950, a General Motors mantinha o Departamento de Propaganda, que atendia basicamente a área de veículos. Era seu diretor o jornalista e publicitário Eugênio Malanga, ligado à fundação Cásper Líbero. O profissional imprimiu mudanças importantes na área. "Desenvolveu o press-release, que era novidade para os jornais (...) da imprensa local" (MÉDICI, 1993: 272).

A antiga estrutura formada entre a cidade e seus subúrbios passa a ser totalmente superposta pelas novas vias de circulação, as quais, entretanto, começam a

congestionar já a partir da década de 1970, obrigando, por exemplo, a uma duplicação da Avenida Goiás a referida época. Também ocorre a ampliação dos terminais de transporte público junto à antiga estação ferroviária de São Caetano. E, evidentemente, acelera-se a produção fabril dessa mercadoria, assim como conhecem enorme crescimento as indústrias automobilística.

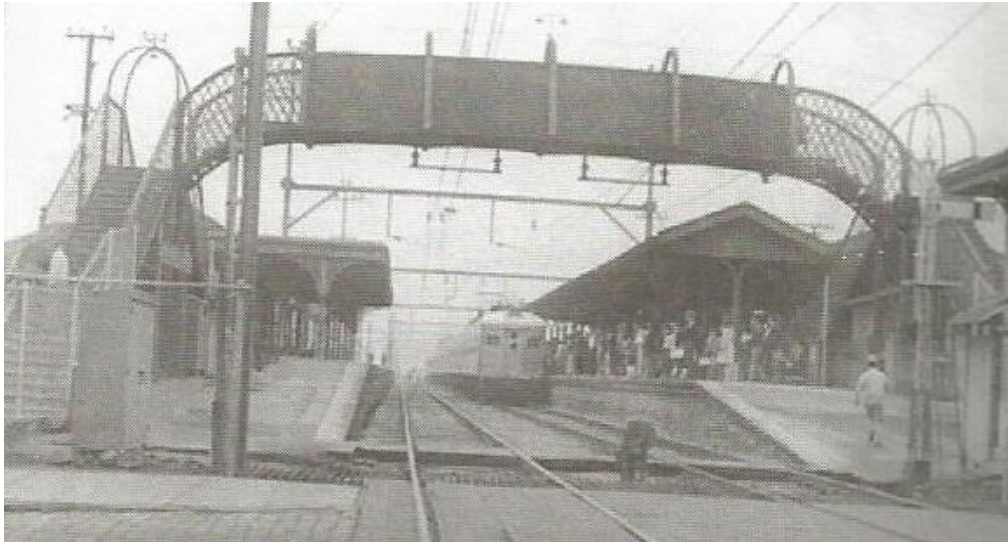
Figura n°74 - Ponte sobre trilhos da ferrovia antes da nova estação

Fotografia da estação ferroviária de São Caetano no ano de 1968, dois anos antes de sua demolição. Fonte: Raízes. Ano XIII - n° 25. São Caetano do Sul, julho de 2002.

Figura n°75 - Nova estação ferroviária

Estação ferroviária de São Caetano do Sul construída na década de 1970, após a demolição da antiga passarela. Fotografia de painel exposto em muro próximo à estação ferroviária por Giancarlo Livman Frabetti.

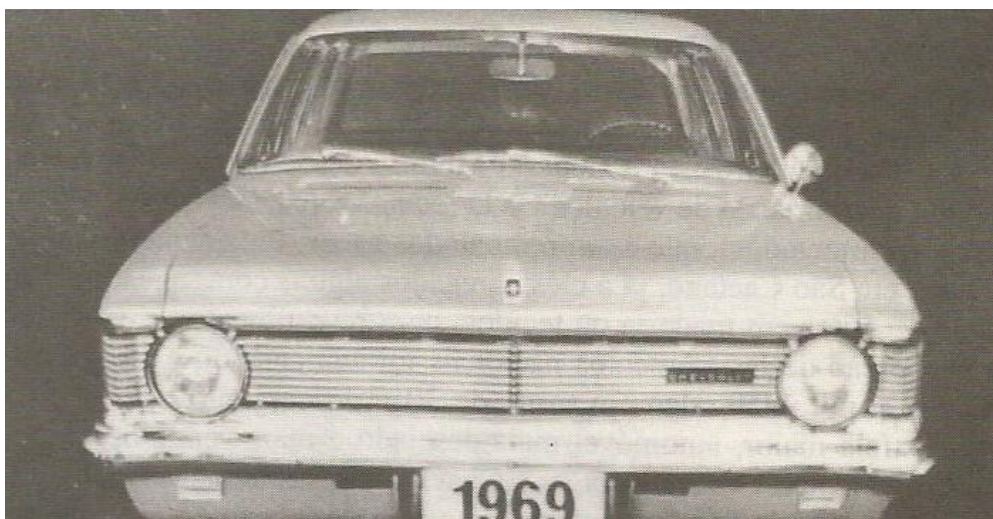
Diante da expansão do mercado consumidor brasileiro conforme transcorria o processo de industrialização nacional, as montadoras de veículos ampliavam suas instalações, adquiriam novo maquinário, contratavam mais trabalhadores. Em 1968, em São Caetano do Sul, a GM aumentou em 28.000 m^2 a área construída, elevou o número de funcionários de 5.130 para 8.155, modernizou o ferramental. E lançou o Chevrolet Opala, produzido na fábrica de São Caetano, "o primeiro veículo de passeio projetado e construído no Brasil, um automóvel de porte médio que encerrou seu ciclo de vida 24 anos depois, com a marca de 1.000.000 de unidades vendidas" (CARRARA, 2000b: 39). "Entre 1968, quando do lançamento do primeiro Chevrolet brasileiro, até 1992, quando deixou de ser produzido, a fábrica de São Caetano do Sul produziu essa quantidade enorme de veículos" (CARRARA, 2000a: 31).

Figura n°76 - Terminal rodoviário

Ônibus estacionado em ponto no novo terminal rodoviário, junto à nova estação, inaugurado na década de 1970, soba a administração municipal de Walter Hermógenes Braido, o mesmo tempo em que seu deu a demolição da antiga estação ferroviária para a construção da estação atual. Fotografia de painel em muito próximo à estação de São Caetano do Sul por Giancarlo Livman Frabetti.

"A produção da GM no Brasil cresceu 630% no período entre 1968 e 1974" (CARRARA, 2000b: 39). Em consequência desse imenso acúmulo de capital pela empresa, contudo restrita a um espaço no qual não era mais possível crescer nem

modernizar a tecnologia produtiva, em 1972 a GM compra em Indaiatuba uma fazenda com 1.127 hectares, montando ali 12 pistas de testes e laboratórios de segurança veicular, ruídos, vibrações e emissões para testar seus veículos (CARRARA, 2000b: 40). Em 1973, começa a produção do Chevette, o carro "popular" (relativamente mais barato e com menor consumo de combustível). "A GM do Brasil investiu cerca de U$ 100 milhões no desenvolvimento do modelo e na ampliação do complexo industrial de São José dos Campos para produzi-lo". Em 20 anos, foram produzidas 1.260.000 unidades (CARRARA, 2000a: 32). Em consequência desse incremento quantitativo gigantesco na produção automobilística, uma nova qualidade rítmica do deslocamento (ou melhor, do não-deslocamento) urbano se estabeleceu definitivamente, passando até mesmo a caracterizar a própria metrópole: o congestionamento.

Figura n°77 - Chevrolet Opala

Opala 1969 foi primeiro veículo de passageiros produzido pela General Motors do Brasil. Fonte: Raízes, Ano III - n° 6. São Caetano do Sul, janeiro de 1992.

> Na década de 70, o problema dos congestionamentos ganhou proporções gigantescas. (...) São Caetano, por sua localização, recebia trânsito pesado vindo de diversas regiões de São Paulo. Rota inevitável de caminhões transportando matéria-prima para os centros produtores (Mauá, Santo André, São Bernardo, etc.) (RUSSO, 2003: 16).

É verdade que, embora os espaços de vida estivessem se fragmentando em decorrência da imposição dos espaços de circulação cujos ritmos eram determinados pela temporalidade da valorização, da realização do capital, parte significativa vida

social na cidade não havia ainda deixado de se realizar nas partidas entre times de futebol de bairro, nos grêmios esportivos que ainda eram o lugar dos bailes, nas igrejas católicas com seus rituais periódicos, com suas ligas e seus eventos públicos como as quermesses, nas escolas, nas praças e nas ruas.

Mas embora ainda houvesse esse modo de vida particularmente suburbano, cujos espaços públicos eram o lugar de encontro entre as diferentes etnias dos diferentes bairros da cidade, nesse tempo de intenso crescimento demográfico e de transformações urbanas nos subúrbios paulistanos a própria cidade passa a ser vitrine da mercadoria. Emergiam os lugares da cultura *pop* e seus estrangeirismos, conformista ao mesmo tempo em que se punha como libertária: a música jovem, as lanchonetes, os espaços de encontro para os adolescentes disseminando modas e padrões de comportamento que entrariam em conflito com o tradicionalismo e o patriarcalismo da vida suburbana.

> No início dos anos 60, enquanto as orquestras Toscano e Copacabana reinavam absolutas, tocando samba-canção e música romântica em clubes dançantes, como Comercial, Teuto e Monte Alegre, a juventude de São Caetano se ocupava em assimilar as novas tendências de moda e comportamento, vindas principalmente dos EUA. (...) A partir da importação de estilos estrangeiros, surgem novos hábitos de consumo. Tomar um milk-shake no Babalu, comer um *cheeseburguer* no Lanchurra, beber um hi-fi no Felows, provar um hot-dog no Gimba, jogar um fliperama no Bira e vestir uma calça Lee era o máximo para esta nova geração. (...) Com o avanço da música mecânica, os grupos musicais foram perdendo espaço nos salões de baile e, a partir desse momento, as equipes de som dominavam o cenário noturno. Das várias equipes que surgiram, as mais famosas eram a Magic, a Moby Dick e a Masters, que arrendou o Acascs, desempregando vários músicos (SOUZA, 2001: 49-50).

Mais notável ainda como evidência de uma modernidade que, ao reproduzir o subúrbio também o corroía, é o fato de que as antigas denominações populares das vilas e bairros seria superposta e destruída pela imposição de uma nova lei que passava a delimitar e nomear ao seu modo as frações urbanas de São Caetano do Sul, ou seja, estabelecer a toponímia e o sentimento de pertencimento ao lugar de acordo com um caráter técnico-administrativo e não mais com base no vivido. Enfim, das representações do espaço que mais colidem com os espaços de representação no caso aqui analisado, temos como exemplo a nova divisão administrativa dos bairros de São

Caetano. Reconstituímos aqui, com base no trabalho de Ademir Médici, o histórico dessa transubstanciação urbana.

A legislação de São Bernardo de 1929 já citava os bairros básicos de São Caetano para efeito de denominação de suas vias públicas. Em 1939, no tempo de Santo André, outra lei era baixada com o mesmo propósito. Anacleto Camapanella, então deputado, em 1953:

> (...) enviou mensagem à Assembleia Legislativa propondo a criação de novos distritos de paz em São Caetano. A cidade ficaria dividida em quatro grandes áreas: Cerâmica, Vila Gerty, Vila Barcelona, com a sede reduzindo-se ao centro da cidade e sua parte baixa (...). A proposta não caminhou (MÉDICI, 1993: 131).

A divisão efetivamente implantada foi a que propôs três zonas, na primeira Lei de Zoneamento de 4 de outubro de 1954, revogada em outubro de 1965. Houve, ainda, a Lei n° 562, de 15 de outubro de 1955, dividindo o município em 12 bairros, mantendo-se, porém, os nomes originais dos loteamentos. Mas a divisão de São Caetano nos atuais grandes bairros conhecidos foi feita em 1968, através do processo n° 707, da Prefeitura, "que resultou no decreto n° 3.064, de 15 de fevereiro, dividindo o município justamente nesses 15 grandes pedaços" (MÉDICI, 1993: 131-132).

Justifica-se no próprio texto da lei a nova divisão territorial de São Caetano em unidades técnico-administrativas contraditoriamente denominadas "bairros" com os argumentos de proteger a funcionalidade da cidade e o bem-estar dos habitantes, disciplinar a utilização do solo com finalidades sanitárias e melhorar o zoneamento para consequências urbanísticas e tributárias. Ou seja, o "decreto que criava os bairros", apagando antigas denominações, nada mais é do que um zoneamento, um plano, que acabou se impondo ao linguajar e ao cotidiano. Hoje, é a partir dessas denominações que as pessoas dizem de que parte de São Caetano elas são.

Há aqui uma clara contradição clara entre a permanência da memória social e os advento dos princípios técnicos e o administrativos como forma de ordenamento urbano na divisão dos bairros de São Caetano. A lei atualmente em vigor foi "um rude golpe na própria história da cidade, pois numa única penada fez desaparecer nomes clássicos de bairros da cidade". A aplicação do critério apenas técnico na divisão dos bairros fez desaparecer nomes como Monte Alegre, Vila Lucinda, Vila Ressaca, Vila

Camila, Vila Paraíso, Vila Olinda, Vila Palmeiras, Vila Júlia, Bairro Saúde, Vila Belverde, Vila Gisela, Vila Nova, Vila Marlene, Vila Boqueirão, Vila Lucila, Vila Tupan, "todas elas consagradas popularmente e que, ainda hoje, um quarto de século depois do decreto de 1968, ainda são pontos referenciais no cotidiano de São Caetano" (MÉDICI, 1993: 132).

Enfim, a racionalidade planificadora veio a ensejar o seu oposto, primeiramente, no seguinte sentido: a destruição do cotidiano da vida suburbana do operário e de suas referências por conta da própria explosão do subúrbio (rompendo os espaços de vida). Esta racionalidade planificadora veio, enfim, a impor a cotidianidade programada (com seus objetos de desejo e sua pobreza de vida) em lugar da vida cotidiana (com sua banalidade e sua riqueza de possiblidades) exatamente a partir do momento em que parecia ter-se atingido um determinado nível do chamado desenvolvimento, nível este por tanto tempo perseguido, que era o do estabelecimento de uma perspectiva futura aparentemente estável de satisfação das necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Mas o planejamento também viria a ensejar seu oposto no sentido de que o crescimento econômico e urbano, os quais haviam sido estrategicamente concebidos e realizados por meio da implantação de infraestrutura, das legislações de zoneamento e da expansão do consumo de mercadorias, agora rebate sobre a nova configuração metropolitana emergente na medida em que se processa a conurbação dos subúrbios com a cidade e dos subúrbios entre si, dilacerando-se o tecido urbano e, enfim, realizando-se como tal o processo de metropolização. A estratégia de crescimento e geração de prosperidade implode com a própria implosão da cidade, seus bairros e subúrbios: a expansão que se pretendia ininterrupta resulta em fragmentação, em deterioração, em rompimento.

A pulverização político-administrativa da grande São Paulo foi notada por Juergen Richard Langenbuch, autor que chamou a atenção para o fato de que os arredores paulistanos, antes compreendidos em apenas 10 municípios, passaram a integrar nada menos que 35 em 1964. O autor ratifica que a legislação pela qual se rege a criação de novos municípios favorecia esse esfacelamento político-administrativo: os habitantes de uma área que preenchesse certos requisitos mínimos em população, renda, entre outros, podiam primeiramente contemplar a sua

estruturação em distrito para, em seguida, pleitear sua criação e submetê-la a plebiscito popular (LANGENBUCH, 1968: 337).

Essa aceleração dos desmembramentos de territórios municipais a partir da década de 1950 refletiu grandemente no caso do Grande ABC paulista, ocorrendo sucessivamente a separação de Ribeirão Pires (1953) e Mauá (1954) em relação a Santo André, de Diadema (1960) em relação a São Bernardo do Campo e de Rio Grande da Serra (1964) em relação a Ribeirão Pires, formando-se, enfim, o conjunto dos municípios ao qual se denomina Região do Grande ABC[25].

Muitos desses novos municípios vieram a conhecer melhoramentos públicos com os quais não contavam antes de sua criação. Langenbuch ainda notava que a pulverização político-administrativa dos arredores paulistanos constituía um paradoxo, "pois o processo se verifica exatamente quando se aceleram as fusões territoriais entre alguns núcleos suburbanos, e aumentam as relações entre outros" (LANGENBUCH, 1968: 339). Mas o aparente paradoxo é porque os desmembramentos não são resultado da conurbação, mas da mobilização das elites locais no sentido de se instalarem num poder executivo e legislativo local, a fim de administrarem de acordo com seus interesses próprios os recursos provenientes da arrecadação pública e de criarem as condições para favorecerem a si mesmas nos negócios envolvendo grandes obras públicas e a valorização imobiliário (cabe aqui lembrar que figuras centrais da campanha autonomista de São Caetano eram diretamente ligadas ao setor de obras públicas e de loteamento de terras).

Mas a formação da conurbação metropolitana, assim como a pulverização político-administrativa da Grande São Paulo nada mais são do que, respectivamente, a expressão fenomênica e a expressão territorial daquilo o que é a essência desse processo, ou seja, do processo de transbordamento social da cidade e dos seus subúrbios, de rompimento da vida urbana e da sua generalização (metaforicamente, a presença não mais intermitente dos ruídos e das interferências na vida suburbana). A população residente no até então subúrbio de São Caetano do Sul era, em sua maioria, de famílias ligadas diretamente ao emprego na indústria. A paisagem urbana que se

[25] "A expressão Grande ABC é publicada pela primeira vez pelo semanário *News Seller* em 2 de junho de 1967, em cima dos estudos sobre a criação das áreas metropolitanas brasileiras e, mais especificamente, da Grande São Paulo. No ano seguinte, o próprio *News Seller* mudaria de nome e cederia espaço ao *Diário do Grande ABC*, cujo número 1 circulou na quinta-feira, 9 de maio de 1968" (MÉDICI, 1993: 124).

erguia a partir desse núcleo de concentração do trabalho era a de casas e sobrados cortados por ruas que se multiplicavam na medida em que ainda eram abertos novos loteamentos. Mas esse caráter suburbano do município de São Caetano, ligado ao âmbito das "relações imediatas diretas, interpessoais, dependentes da psicosociologia ou da sociologia, desenvolvendo-se à sombra das instituições, porém mediante modelos não institucionais" (LEFEBVRE, 1971: 200) passaria a conhecer o processo de transbordamento da Cidade de São Paulo e veria essa sociabilidade espontânea ser violentamente rompida.

Houve, portanto, diante do processo quantitativo de incremento demográfico e da expansão (desigual) dos meios de consumo coletivos a emergência de questões agora referentes ao substrato social (e lógico) desse processo, isto é, uma mudança qualitativa anunciada pelo rompimento das relações vicinais em nome do aprofundamento da cotidianidade programada da vida no subúrbio operário. O processo de crescimento quantitativo em sua relação com a transformação qualitativa do subúrbio resultam, enfim, no seu próprio transbordamento, isto é, em sua destruição, tanto quanto o crescimento urbano de São Paulo resultou na destruição da cidade à qual o subúrbio se relacionava e a partir da qual se definia. Momento, este, compreendido pelo conceito de implosão-explosão da cidade, conforme teorizado por Henri Lefebvre. Segundo Lefebvre, o intenso aprofundamento das forças produtivas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial suscita então o aparecimento das cidades industriais modernas. Lefebvre entende que a indústria revelou-se, efetivamente, como sendo a "não cidade", provocando o desenvolvimento desmedido da cidade tradicional, sua violenta dispersão (fenômeno de implosão-explosão). "Tudo quanto constituiu a vitalidade da cidade, enquanto obra, desapareceu ante a generalização do produto" (LEFEBVRE, 1969: 66-7).

Indagando sobre as consequências sociais desse transbordamento da cidade, Lefebvre aponta que o crescimento quantitativo da produção econômica passa a constituir "um fenômeno qualitativo que se traduz ele mesmo em uma problemática nova: a problemática urbana" (LEFEBVRE, 1969: 64). O fenômeno de implosão-explosão da cidade não significou que a realidade urbana tivesse desaparecido; ao contrário, segundo Lefebvre, esta realidade urbana generalizou-se. A sociedade inteira se tornou urbana. "O processo dialético é o seguinte: a cidade, sua negação através da

industrialização, sua restituição a uma escala muito maior que a anteriormente, correspondente à sociedade inteira” (LEFEBVRE, 1969: 67).

Para denominar “a sociedade *pós-industrial*, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede”, Lefebvre propõe este conceito: sociedade urbana, “que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade” (LEFEBVRE, 2002: 16). O conceito de urbano toma forma ao se estabelecer a distinção entre o que é a cidade e o que é o urbano, propriamente. Este se distingue da cidade por que:

> (...) aparece e se manifesta no curso da dispersão da cidade, porém permite reconsiderar e compreender determinados aspectos desta, aspectos que haviam passado desapercebidos por espaço de muito tempo: a centralização, o espaço como ponto de reunião, a monumentalidade, etc. O urbano, quer dizer, a sociedade urbana, não existe todavia, e sem dúvida, existe virtualmente, através das contradições existentes entre o habitat, as segregações e a centralização urbana (...) (LEFEBVRE, 1969: 68).

A primeira questão propriamente urbana a qual começa a se colocar no caso de São Caetano do Sul nesse momento de transbordamento entre a cidade e os seus subúrbios é a da impossibilidade da continuidade do movimento de espraiamento, com a consequente intensificação das formas de adensamento. De um lado, inicia-se o movimento de verticalização nos bairros enquanto, de outro lado, os cortiços e favelas também se ampliam: duas formas de elevação da capacidade de concentração demográfica encerrando ainda, nas suas diferenças, os novos padrões de segregação a partir de então reproduzidos no urbano.

Conforme se deu a formação e o desenvolvimento do complexo parque industrial do ABC paulista, do incremento demográfico e, enfim, das evidentes limitações para o espraiamento urbano, especialmente em São Caetano do Sul, surgiram também novas modalidades de habitação. Os edifícios verticais apareceram como solução para a criação de novas unidades de propriedade para fins habitacionais (além da finalidade comercial e de serviços que já tinham) possibilitando a multiplicação das posições a partir das quais se podia habitar tendo acesso à infraestrutura concentrada nas áreas já urbanizadas. Destaca-se, entre esses primeiros edifícios verticais situados fora do centro, portanto, nos bairros, a construção do

Condomínio dos Radialistas, já na década de 1980, embora antes disso já existissem vários edifícios com uma única torre nos bairros em São Caetano do Sul.

Figura n°78 - Verticalização

Imagem de 1967, tempo em que a verticalização das construções já se fazia notar inclusive nos bairros. Esta foto, embora retratando o Centro (notar Matriz da Sagrada Família no canto inferior direito) mostra já a construção de um alto edifício de apartamentos sobressaindo-se na paisagem e que já havia edifícios verticais mais baixos. Ao fundo, avistavam-se as chaminés das Indústrias Matarazzo. Fonte: Raízes. Ano XII - n° 24. São Caetano do Sul, dezembro de 2001.

Todavia, a essa metropolização e sua racionalização por meio do planejamento urbano, escapam completamente a emergência dos problemas resultantes da própria estrutura social segregadora do mundo do capital industrial. O negativo do planejamento aparece exatamente com a implosão-explosão da cidade e, no caso da escassez de terrenos para o espraiamento urbano, o adensamento da população pobre que não tem recursos monetários para comprar novos apartamentos ocorre na forma de favelas.

> Em 1967 [no Município de São Caetano do Sul], eram cinco favelas. Uma delas, a favela dos Meninos, tinha 16 famílias e 200 moradores. Havia a favela São Bento. E uma terceira favela perto do Estádio Municipal, com mais de uma dezena de barracos e 100 pessoas. Uma quarta ficava na Vila Gisela (MÉDICI, 1993: 124).

Figura n°79 - Buracão da Cerâmica

Neste amplo terreno, no qual atualmente se situa o Parque Chico Mendes, havia esta imensa cratera visualizada na fotografia, aberta por conta da extração de argila pelas indústrias locais. Desapropriado pela prefeitura, na década de 1960, foi planejada a construção de um parque esportivo no local, o qual não teve prosseguimento, inclusive, parte não terminada das instalações foi ocupada por pessoas que ali tentaram se instalar. Em 1986 o prefeito Hermógenes Walter Braido ordenou a retirada dessas famílias e mourou o terreno. Fonte: Raízes. Ano XII - n° 24. São Caetano do Sul, dezembro de 2001.

História que não se conta, ou que se pretende apagar é a das favelas em São Caetano do Sul. Existem poucas fotografias registrando o fato que foi o da existência dessas favelas. Não se fotografava a pobreza, tal como se fotografa hoje. Ao menos não no subúrbio. Claramente havia, em São Caetano, a condição do morador e do não-morador: havia o conjunto dos *moradores* de São Caetano, mas havia ainda um conjunto que excedia o primeiro, incluindo-lhe, que era o da *população* de São Caetano do Sul. A diferença entre o segundo e o primeiro conjunto resultava nos *não-moradores*, conforme concebidos pela ideologia localista constituída décadas atrás. Tratava-se do migrantes recentes mais empobrecidos, que tinham lugar no subúrbio mediante o aluguel de um quarto ou de uma unidade qualquer de habitação precária, mas não tinham direitos, ou os tinham de modo parcial e incompleto, uma vez que para eles o urbano não havia se constituído plenamente, permanecendo esses não-moradores, portanto, numa situação marginal em relação ao restante da população.

Mais absurda que a desigualdade de direitos de acesso ao mundo da mercadoria e aos meios de consumo coletivos é a ideologia racista segundo a qual o migrante empobrecido, na medida em que leva essa vida de acesso à moradia na cidade mas nela permanecendo sem direito às promessas do urbano, seria diretamente culpado pela degradação urbana, pela progressão da violência e da promiscuidade, por isso, deveria retornar ao lugar de onde veio. Para que não pareça exagero atribuir esta última frase às elites locais de São Caetano do Sul, demonstramos com a seguinte citação o “método” encontrado pelo poder público sob chefia do prefeito Hermógenes Walter Braido para sanar os problemas habitacionais vividos pela população pobre neste município:

> A câmara Municipal chegou a aprovar a verba de 20 milhões de cruzeiros para o que se chamou de limpeza dos terrenos onde existiam os barracos. Cada família que deixasse a favela recebia 100 mil cruzeiros, com direito a transporte coletivo fornecido pela Prefeitura (...). Dava-se o prazo de 10 dias para a demolição dos barracos (MÉDICI, 1993: 124).

Outra questão urbana de graves consequências sociais era a das enchentes em São Caetano do Sul, as quais atingiam diretamente a população pobre que havia se instalado nos loteamentos mais recentes às margens do Rio dos Meninos e do Tamanduateí, embora estas não fossem as únicas vítimas do espraiamento que avançou sobre as várzeas, uma vez que a população do próprio Jardim São Caetano, bairro de moradores abastados situado à margem do Rio dos Meninos, também sofria com os alagamentos sazonais.

Enfim, todo o processo de disciplinamento do uso do solo até aqui verificado, voltado ao ordenamento territorial diante do crescimento demográfico e da diversidade de usos do solo, não impediu que continuasse havendo enchentes. Surgiu o movimento popular contra enchentes, o qual tinham um caráter de movimento de bairro, de realização de reivindicações ligadas às necessidades da vida cotidiana, agindo institucionalmente em nome dos moradores e viabilizando a comunicação com instituições diversas, responsáveis pelo problema, mas desintegradas diante da necessidade de criação de uma política de combate às enchentes. Reuniu moradores do Bairro Fundação, Jd. São Caetano, Vila Prosperidade, Olaria e Vila Bela.

> O movimento popular [cobrando providências contra as enchentes] começou em 1975. Cresceu em 1981, ano em que ampliaram-se as reuniões entre vizinhos de áreas atingidas. (...) O movimento tratou de contatos com todas as partes envolvidas: Prefeituras de São Caetano e São Paulo, governo do Estado (DAEE, Eletropaulo, Emplasa), governo federal (Rede Ferroviária, Petrobrás), iniciativa privada (Matarazzo e outras fábricas) (MÉDICI, 1993: 128).

Figura n°80 - Alagamento nas ruas do Centro

Fotografia de alagamento no Centro de São Caetano publicada no Jornal de São Caetano em 15 de fevereiro de 1964.Fonte: Raízes, Ano III - n° 4. São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

Além da emergência da necessidade de solução para os problemas habitacionais e de circulação agravados com a criação social enchentes, o Município de São Caetano passava, ao longo das década de 1960 e 70, pela evidente necessidade de ampliação da rede de educação nos mais diversos níveis, especialmente diante do já mencionado fato de que o crescimento industrial atingia evidentes limites e a economia local, que cada vez deixava de ser local e passava a ser propriamente metropolitana, começava a carecer de trabalhadores tecnicamente treinados para os novos cargos e profissões que passavam agora a ser incessantemente criados e recriados.

Hermógenes Walter Braido, cacique da política local eleito por três mandatos como prefeito do Município de São Caetano do Sul (sua primeira chefia do Executivo municipal foi de 04/04/1965 a 03/04/1969, a segunda de 04/04/1973 à 31/01/1977 e a

terceira de 01/02/1983 à 31/01/1989), foi o político que, em nome de suas próprias realizações como prefeito, criou o slogan para São Caetano do Sul enquanto "cidade em que educação não é problema". Sob suas administrações, uma série de instituições educacionais nos mais diversos níveis foi implantada no município, efetivamente estendendo praticamente a toda população o acesso à escola pública. Surgem novas escolas técnicas, os supletivos, toda rede educacional voltada tanto à formação humana quanto à formação profissional e ao treinamento de trabalhadores (tanto para serem absorvidos pela indústria ou empresas de outro setor como também para a crescente formação de profissionais "liberais", ou autônomos).

Merecem aqui destaque as instituições de ensino superior, as quais há muitas décadas existiam na cidade mas não no subúrbio. O Instituto Mauá de Tecnologia é um importante exemplo dentre essas primeiras instituições. Ele foi criado em assembleia do Instituto de Engenharia de São Paulo na década de 1960, visando ser "uma escola de Engenharia capaz de suprir as necessidades crescentes do parque industrial. O campus de São Caetano começou a funcionar em 1965". Inicialmente o IMT funcionou no Parque D. Pedro, em São Paulo, mas a área logo passou a não ser suficiente para a expansão das suas dependências. O então prefeito de São Caetano do Sul, Anacleto Campanella, "logo prometeu empenhar-se na doação de área para o IMT. Ainda em 1962 (...) o prefeito declarou de utilidade pública a área localizada na Estrada das Lágrimas" (BARBOSA, 1994: s/p.), na então ainda denominada Zona Rural de São Caetano do Sul, onde viria a ser construído o campus do Instituto Mauá de Tecnologia.

> Concluída a desapropriação do terreno, já na administração Walter Braido, a 3 de junho de 1967, aconteceu a efetivação da escritura de doação representando 98.346m2. O Instituto Mauá de Tecnologia adquiriu mais 39.265m^2 da Cerâmica São Caetano e aí, em cerca de 140.000m^2, foi possível planejar o campus, trabalho dos arquitetos Francisco Beck e Ary Queiroz de Barros (BARBOSA, 1994: s/p.).

A implantação do campus do Instituto Mauá de Tecnologia em São Caetano do Sul contou com doações de muitas empresas. Houve também estabelecimento de convênio com o Estado, em 1970, para investir na construção de novas edificações, incluindo o Edifício Plínio de Queiroz, o maior do campus. Também foi obtida verba junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento em 1975 para a construção do

laboratório de Bioquímica Industrial, além de financiamento junto ao FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – pra "reorganização administrativa e construção do edifício Arquiteto Francisco Beck em 1981" (BARBOSA, 1994: s/p.).

Outra instituição de ensino superior no subúrbio a qual vale aqui destacar é o Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES (atualmente denominado Universidade de São Caetano do Sul – USCS). Quanto ao surgimento do IMES, o objetivo da prefeitura municipal era criar um curso de administração de empresas. Trata-se, portanto, da tentativa de implantar uma escola de formação de empresários, correspondendo a uma mentalidade ainda suburbana de formar no local os profissionais que deveriam atuar no mesmo local. Formava-se a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas, Administrativas, Políticas e Sociais, posteriormente transformada no IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior. Para Marco Antonio Santos da Silva, o IMES preocupava-se em manter "laços estreitos com o mundo empresarial, com o propósito de conhecer-lhe as necessidades reais e, assim, adaptar o currículo de cada curso as realidade do mercado". Na década de 1990, já se buscava transformar o IMES em Universidade, para "conceder mais autonomia à escola no terreno curricular e no que respeita à possibilidade de criação de cursos novos". (MINCIOTTI, 1994: s/p).

No campus do IMES situou-se, por muitos anos, uma das mais notórias obras de arte no espaço público em São Caetano do Sul, a estátua de São Pedro. O escultor Agenor Francisco dos Santos, no ano de 1968, propôs ao prefeito Hermógenes Walter Braido o patrocínio de uma obra artística, entalhada em um único tronco de madeira de uma árvore gigantesca extraída das florestas no norte do Paraná, representando o apóstolo Pedro, visando doá-la ao Papa Paulo VI em retribuição à Rosa de Ouro doada ao povo brasileiro na época. Na impossibilidade de enviar a estátua ao Vaticano, a Prefeitura de São Caetano obteve autorização para coloca-la na Praça da Sé, local onde foi deixada durante anos até ser removida pela Prefeitura de São Paulo. Somente em 1975, por ocasião da reeleição de Braido a prefeito de São Caetano do Sul, apareceu a intenção de trazê-la a este município, tendo a estátua sido encontrada no Viveiro Manequinho Lopes, no Parque do Ibirapuera, em estado de abandono e danificada, fazendo-se necessária sua restauração. Surge, enfim, a intenção de coloca-la nos

jardins de frente do edifício do IMES, na Avenida Goiás, local onde permaneceu até muito recentemente (GARBELLOTO, 2001: 71-73).

Figura n°81 - Estátua de São Pedro

Obra do escultor Agenor Francisco dos Santos, entalhada em madeira no ano de 1968, mas já incorporada ao jardim frontal do IMES em 1977. Fonte: Raízes. Ano XII - n°23. São Caetano do Sul, julho de 2001.

Com respeito a relação entre educação e arte no subúrbio, convém finalmente mencionar a presença da Fundação das Artes, criada em 25 de Abril de 1968. O ideal de progresso do "príncipe dos municípios" passava necessariamente pela existência de espaços públicos das artes, uma das fundamentais conquistas da vida moderna que o trabalhador tem a possibilidade de vivenciar a partir do momento em que se processa sua vida de trabalho e moradia no subúrbio. A Fundação das Artes, com sua fachada modernista, representou uma pretensa superação da arte nas antigas comunidades paroquiais (como foi o teatro de paróquia). Trata-se de uma instituição que funciona até os dias de hoje, tendo seu edifício passado por reformas e seu grupo de profissionais eventualmente sido alterado ao sabor de mudanças políticas locais.

Conforme se inicia o período da redemocratização no Brasil, de João Batista Figueiredo ao final do mandato de José Sarney, manifesta-se a crise de acumulação da economia baseada na indústria de padrão fordista. Não obstante essa crise da perspectiva de futuro por meio do trabalho, e mesmo apesar da cotidianidade se impor sobre a vida cotidiana suburbana, nos anos 1980 vemos constituir-se um ideário

sobre o subúrbio que se coloca a serviço seja do inconformismo, seja do pragmatismo: de um lado, as grandes greves e a emergência de um PT que, em sua origem, mostrava-se como um novo horizonte político; de outro lado, a reprodução de uma mentalidade não só tolerante com as práticas das velhas estruturas de poder, mas absolutamente fundada no clientelismo.

O padrão de consumo se diversifica, amplia-se a difusão de modas, algumas delas buscando distanciar-se do tradicionalismo do modo de vida suburbano, buscando um ideal cosmopolita, outras (apesar de igualmente importadas) associavam-se à ideologia do subúrbio operário (em crise), como o movimento punk, identificando no subúrbio o lugar do potencial revolucionário da sociedade, ao mesmo tempo em que nele reconhecia uma desilusão e o desvanecimento da perspectiva de estabilidade no futuro em outros tempos apregoada[26]. Mas seja por sua negação, seja pela fé no seu potencial revolucionário, a consciência de uma vida suburbana coincidia exatamente com sua dissolução: as fábricas estavam por mudar-se para outras localidades, ou mesmo estavam por encerrar suas atividades. A vida comunitária já não encontrava vestígios de si diante da coisificação das relações sociais. O tempo da esperança no trabalho como via para a prosperidade estava se acabando e o tempo de expelir trabalhadores do processo produtivo estava adentrando a sala. Diante das transformações que estariam por vir, começava enfim a aparecer o que irreversivelmente haveria de se perder.

---

26 A letra da canção aqui transcrita, intitulada "Garoto Podre", de autoria de José Rodrigues Mao Júnior (vocalista da banda punk Garotos Podres e também Doutor em História pela Universidade de São Paulo), foi gravada na forma de registro fonográfico pela primeira vez em 1985. Tempo, este, situado exatamente entre o período das grandes greves do movimento sindicalista no ABC e as dispensas em massa de trabalhadores que ocorreriam com maior força na década de 1990. Nela, estão simultânea e contraditoriamente expressos, de um lado, o ideal revolucionário fundado na crença em que a luta de classes entre operários e patrões levaria a uma superação da sociedade capitalista e, de outro lado, a desesperança no futuro, a desilusão típica de um período em que as perspectivas prometidas pela modernização estavam se corroendo diante da eminência do desemprego para estes mesmos operários por conta da reestruturação produtiva da indústria. Segue a letra da canção: "Os que moram do outro lado do muro / Nunca vão saber o que se passa no subúrbio, o que se passa no subúrbio. / Eles te consideram um plebeu repugnante / Eles te chamam de garoto podre, de garoto podre. / Se está desempregado, te chamam de vagabundo / Se fizer greve, te chamam de subversivo, te chamam de subversivo. / Mas se arrumar emprego, não lhe dão dignidade / Apesar do sujo macacão e do rosto suado, e do rosto suado. / Não há um Deus que nos perdoe / Não temos destino / Para nós não há futuro, para nós não há futuro. / Vivendo acossados pelos batalhões / Proletários escravizados, destinos abortados, destinos abortados".

Anexo n° 6 – Planta do Município de São Caetano do Sul (meados da década de 1960)

Mapa original sem título, indicação de escala e legenda e em mau estado de conservação, dificultando sua visualização.

Presume-se ser este documento da década de 1960, pois o arruamento do Jardim São Caetano já está indicado na porção sudoeste do município, embora o atual Bairro Prosperidade (na porção nordeste de São Caetano do Sul) não apareça ainda no mapa, fazendo pressupor que a sua anexação a São Caetano do Sul ainda não havia ocorrido. Aparece também a indicação da Zona Rural na porção sul de São Caetano do Sul, indicando o mapa ser anterior à sua extinção oficial para a liberação desta que foi uma das últimas áreas disponíveis para loteamento (nota ainda o Bairro Boa Vista, a sudoeste do município, no qual havia terrenos não loteados até muito recentemente).

Finalmente, cabe notar que, com exceção do que já foi acima pontuado, há poucas diferenças entre este mapa e o documento do Anexo n°4, mostrando que o ritmo do espraiamento urbano já estava se encerrando nesse município, iniciando-se nova fase em que o capital imobiliário lançará mão de uma nova estratégia de multiplicação da área para a formação de novas unidades de propriedade privada do lugar por meio da produção de edifícios verticais.

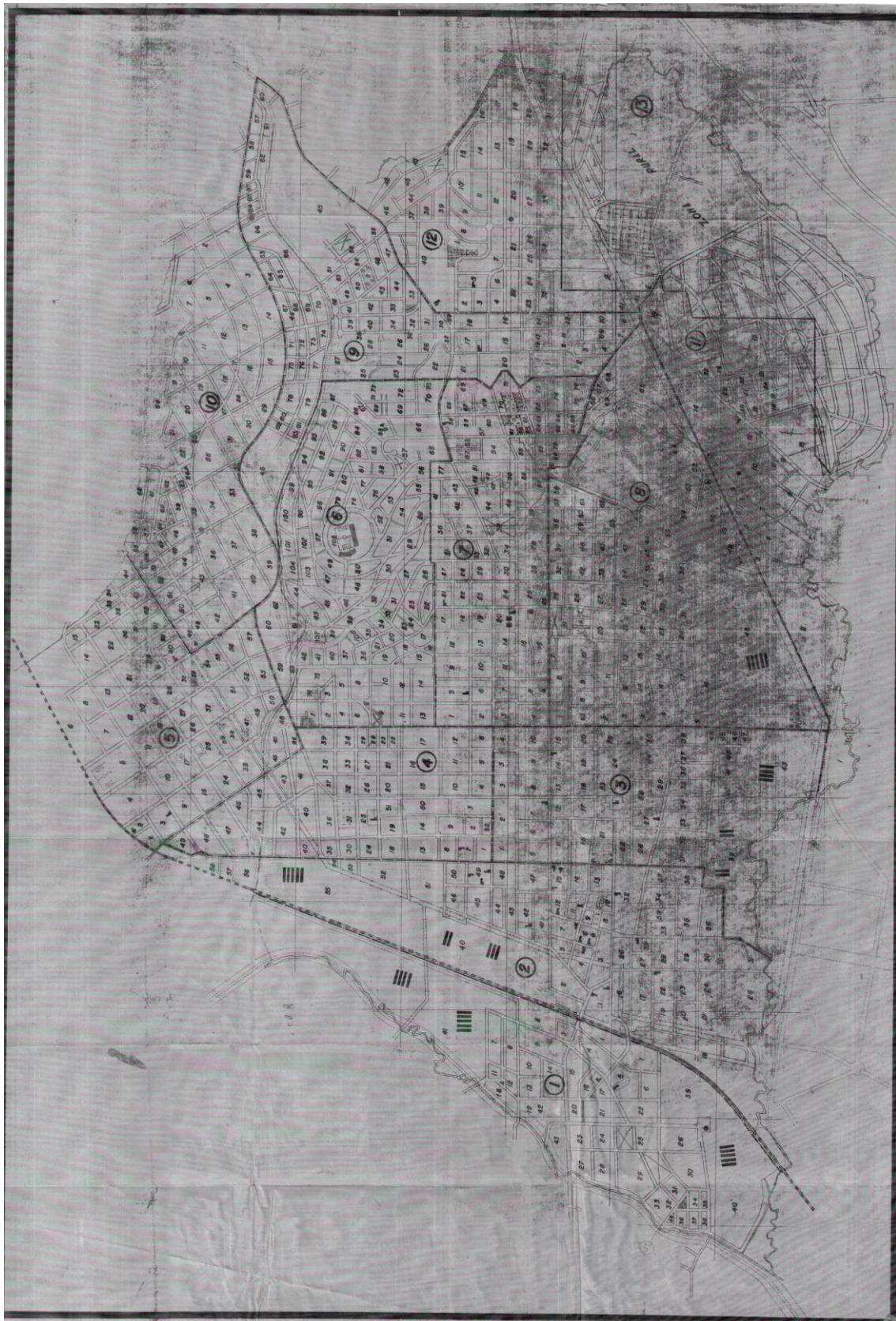
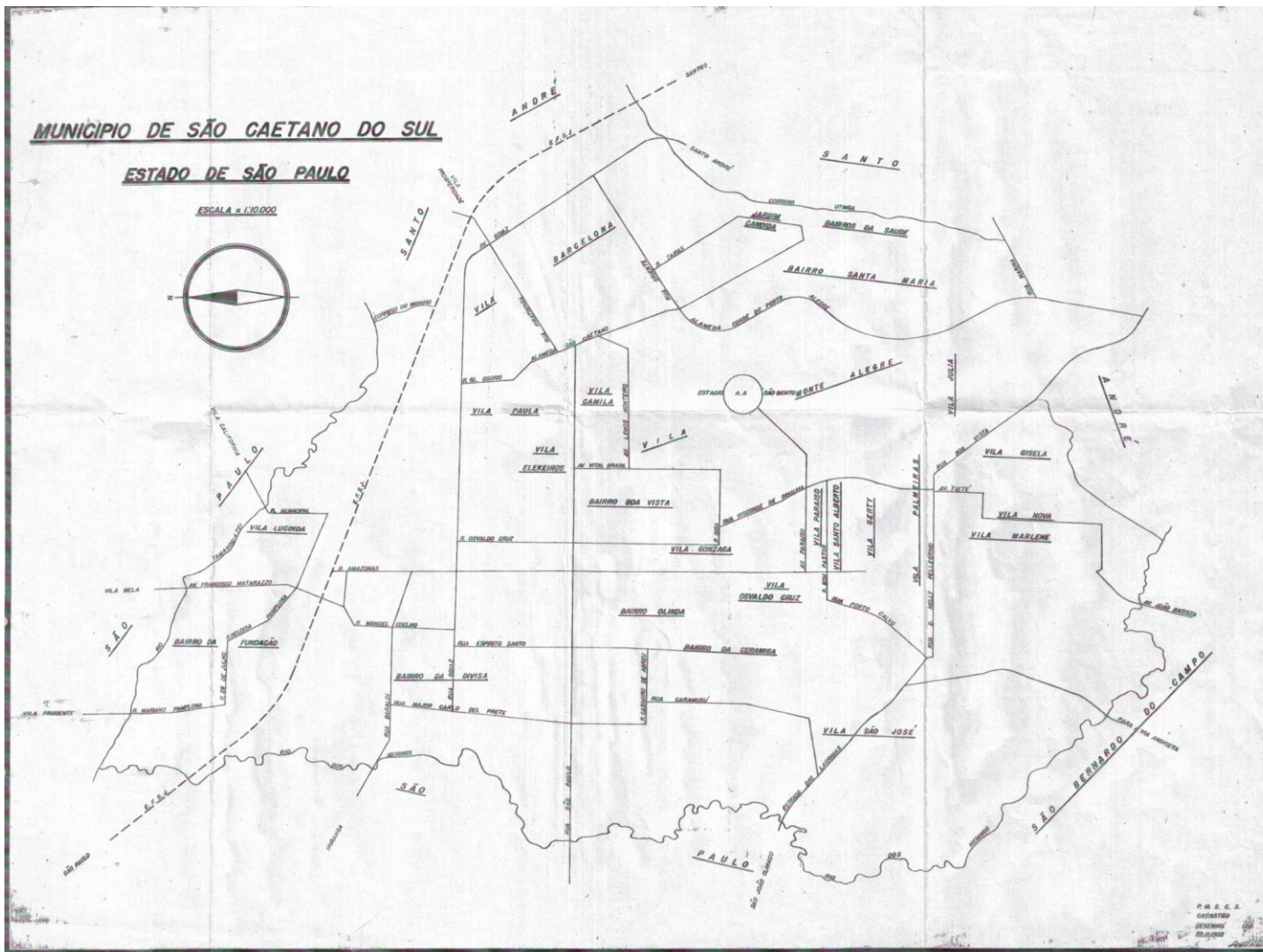
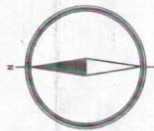
Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Anexo n°7 – Denominações antigas dos bairros

A indicação da escala na forma numérica no documento original encontra-se distorcida nesta cópia por conta de ter sido necessário fazer a redução no tamanho da figura a fim de inseri-la neste trabalho.

Mapa de 1955 no qual ainda constam algumas das antigas denominações para as localidades que vieram a ser inseridas no interior do Município de São Caetano, muitas das quais viriam a desaparecer oficialmente após a reiteração do uso da nomenclatura oficial instituída pelo Decreto Municipal n°3.064 de 15 de fevereiro de 1968. Observam-se nomes como Vila Lucinda, Vila Elekeiróz, Vila Camila, Vila Monte Alegre, Boa Vista (que não é o atual Boa Vista), Vila Lucinda, Bairro Olinda, Vila Nova, Vila Julia, Vila Palmeiras e Vila Marlene, as quais pouco a pouco vão caindo em desuso (embora muitos moradores mais antigos ainda as tenha como referência).

Observa-se também o traçado das principais vias do município na época, com um detalhe importante: a Avenida Goiás, desde a década de 1970 a via com a maior intensidade de fluxo de carros particulares e coletivos no município (ligando-o a São Paulo em uma ponta e a Santo André em outra ponta), era na época chamada Rua Goiaz e seu trajeto ainda não estabelecia ligação com a Avenida Almirante Delamare em São Paulo (fazendo-se, na época, esta conexão por meio da Rua Baraldi).

Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

MUNICIPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
ESTADO DE SÃO PAULO
ESCALA = 1:10.000
VILA BARCELONA
JARDIM CANDIDA
BAIRROS DA SAUDE
BAIRRO SANTA MARIA
VILA PAULA
VILA CAMILA
MONTE ALEGRE
VILA JULIA
VILA ELEXEIROS
BAIRRO BOA VISTA
VILA GISELA
VILA NOVA
VILA MARLENE
VILA LUCINDA
VILA GONZAGA
VILA OSVALDO CRUZ
BAIRRO OLINDA
BAIRRO DA FUNDAÇÃO
BAIRRO DA CERAMICA
BAIRRO DA DIVISA
VILA SÃO JOSÉ
SANTO ANDRÉ
SÃO PAULO
SÃO BERNARDO DO CAMPO

Capítulo 6 – Da reestruturação produtiva à nova fronteira da expansão urbana em São Caetano do Sul

Uma série de transformações de grande dimensão estava acontecendo, ao longo da década de 1980, no processo de industrialização e na relação entre este setor da economia e o próprio movimento de metropolização. Sob um contexto mundial de acirramento da competitividade entre os capitais dado com a emergência de medidas de desregulação econômica, com o desmonte do Estado interventor (e do seu sistema de segurança social) aliado ao capital industrial e com o aparecimento do novo imperativo de aceleração da fluidez diante da crise de superprodução atingida na ocasião da hegemonia mundial do padrão fordista-keynesiano de acumulação, a grande indústria consolidada ao longo do século XX passou a engajar-se, agora, na tomada de medidas de reestruturação que iam da complexificação das relações entre empresas nas cadeias produtivas à incorporação de tecnologia progressivamente mais sofisticada e das novas formas de organização do trabalho na fábrica. Medidas, essas, que invariavelmente resultaram na diminuição da necessidade de emprego de trabalho vivo do operário em grandes quantidades tal como anteriormente ocorrera, assim como se passou a exigir um crescente nível de especialização técnica e de comprometimento individual do trabalhador nessas grandes indústrias. Mas a complexificação das cadeias produtivas ainda resultaram, sob o mesmo contexto mundial de acirramento da competitividade entre os capitais, na crescente exigência desses capitais para com a implantação de meios cada vez mais rápidos e sofisticados de circulação de pessoas, mercadorias e, sobretudo agora, de informação, abrindo as oportunidades de trabalho na economia urbana de serviços ao mesmo tempo em que se intensificava a precarização das relações de trabalho.

É no contexto dessas grandes transformações sumariamente expostas acima que se processa o aparecimento das contradições particulares da sociedade urbana gestada com a crise das contradições inerentes à sociedade industrial. O movimento de metropolização assumindo seu caráter avassalador com a produção simultânea de periferias e de grandes condomínios de edifícios é apenas a evidência empírica dos processos que agora põem em evidência as contradições fundantes da relação entre as

grandes aglomerações e a reprodução social como um todo. A descontinuidade histórica representada pelo esfacelamento da realidade suburbana conforme se impõe a metropolização pode, agora, ser entendida como manifestação da continuidade e, mais, do acirramento de processos sociais profundos referentes à lógica irracional da acumulação capitalista.

A crise de superprodução do final dos anos 1970 e da década de 1980 repercutiu em uma reformulação do paradigma da política econômica no mundo. A partir já de 1971, ocorre a derrubada do sistema monetário internacional que havia sido estabelecido ao fim da Segunda Guerra. Moedas voltaram a se confundir com ativos financeiros, cuja valorização resulta da sua circulação (venda e compra a um preço que se pretende superior, tomada de concessão e empréstimos) e das variações do seu valor relativo (CHESNAIS, 1999: 248). O que temos atualmente é um novo momento do processo de acumulação do capital, marcado pela emergência do capital financeira, a qual não é uma novidade histórica, mas que agora se torna preponderante nos circuitos da economia: este capital financeiro agora ganha novos aspectos por causa da recente inflação dos títulos financeiros, resultando em um imenso movimento de formação de capital fictício. Está, portanto, havendo um novo movimento de concentração de capital, agora nas mãos dos financistas.

Muda de natureza a imbricação entre as dimensões produtivas e financeiras de grandes empresas, uma imbricação atualmente marcada pelo aumento da importância das operações puramente financeiras de grupos industriais (CHESNAIS, 1999: 239-240). Consolida-se a explosão dos movimentos financeiros internacionais e o movimento de mundialização das atividades produtivas. Os lucros financeiros formam-se sucessivamente a transferências provenientes da esfera da produção, onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais. "A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada" (CHESNAIS, 1999 241). Verifica-se, então, o crescimento das transações financeiras acompanhando a mundialização das grandes empresas (CHESNAIS, 1999: 243).

Ocorre, portanto, uma autonomização (relativa) do capital financeiro: parte elevadíssima das transações financeiras verifica-se no circuito fechado formado pelas relações financeiras especializadas. Porém, continua havendo vínculos necessários

entre a esfera da produção/circulação e das finanças (CHESNAIS, 1996: 246). Os imperativos do capital financeiro passam a determinar o modo de organização das cadeias produtivas e das próprias empresas.

Paralelamente às transformações produtivas e da mundialização das empresas por conta da explosão dos movimentos financeiros mundiais, surge a imposição de uma nova política econômica aos Estados-nação do mundo capitalista globalizado. Esta política econômica denominada neoliberal, de modo genérico, fundamenta-se na contraposição ao intervencionismo estatal. Governos brasileiros a partir de Fernando Collor de Mello empenharam-se em encontrar o equilíbrio macroeconômico (identificado com a meta de combate à inflação) por meio de medidas de cortes no investimento público, de desregulação, de privatização de empresas estatais, enfim, por meio dos mecanismos que pões em prática a ideia de diminuição da intervenção econômica estatal. A política neoliberal tinha como estratégia criar mecanismos de atração de capitais internacionais diante da desregulação do mercado financeiro ocorrida a partir de fins de 1970, mas em consequência à depressão econômica criada por essa política neoliberal, emerge a crise de desemprego e de precarização das relações e das condições de trabalho no Brasil dos anos 1990.

Mas a desregulação da circulação de capital e as políticas de forçar adequação das economias nacionais a essa nova condição foram, antes, uma reação à crise de acumulação da sociedade industrial. David Harvey problematiza essas mudanças do final do século XX e sua natureza analisando a transição entre dois regimes sociais e econômicos distintos no interior do processo de acumulação capitalista: o fordismo e a acumulação flexível. Admite-se, inicialmente, que entre as décadas de 1945 e 1970 houve "um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político econômico" que pode ser chamado de fordista-keynesiano, baseado, de modo muito sucinto, na adoção da linha de montagem pelas indústrias e na política econômica intervencionista do Estado. "O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, fluidez e incerteza" (HARVEY, 2008: 119). Mudanças que, em síntese, se expressam pela reestruturação industrial, pelo desemprego e queda na média salarial, pelo estreitamento das margens de lucro por parte das empresas, pelo setor terciário

crescendo significativamente mais que os restantes, além da formação de um mercado financeiro global.

A reestruturação industrial acima referida compreende mudanças em uma série de fatores no nível da produção, tais como: a mudança tecnológica progressivamente mais constante, a automação da produção nas fábricas, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica de plantas industriais para zonas de trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital. Medidas, todas essas, que “passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação” (HARVEY, 2008: 139-140).

Mas as novas formas de administrar a produção de modo a aumentar o tempo de giro do capital também engendram tensões que lhe são próprias. As décadas de 1970 e 1980 “foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” nos países do centro do capitalismo. Harvey demonstra que, entre essas décadas nas quais se processou a reestruturação industrial, havia crescente taxa de desemprego nos EUA e na Europa, bem como uma subida notável da taxa de inflação. Ou seja, tratava-se de um período de oscilações e incertezas (HARVEY, 2008: 140).

A chamada acumulação flexível ainda “envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” (HARVEY, 2008: 140). Esses padrões de desenvolvimento desigual tanto dizem respeito a um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” (nesse caso, um “desenvolvimento desigual setorial”), quanto referem-se aos conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (um caso de “desenvolvimento desigual entre regiões geográficas”) (HARVEY, 2008: 140). Abordaremos, a seguir, este aspecto particular do desenvolvimento desigual do capitalismo ao qual se denomina de maneira genérica “desconcentração industrial”.

A desconcentração industrial é um fenômeno que pode ser compreendido em diferentes escalas de análise. Se pensarmos na escala internacional, é possível verificar momentos de desindustrialização (parcial) no primeiro mundo e industrialização no terceiro mundo. Mas vamos aqui considerar a desconcentração industrial na escala intra-territorial de análise. Neil Smith nota que nos EUA a indústria de alta tecnologia

vem crescendo em algumas áreas específicas, enquanto "outras regiões sofreram um desinvestimento relativo do capital investido na indústria" (SMITH, 1996: 12).

Ocorre, no caso brasileiro, um notável movimento de desconcentração do capital industrial da Região Metropolitana de São Paulo. Esse movimento foi antecipado já no contexto do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79), quando novas montadoras começam a ser instaladas em Belo Horizonte (Fiat Automóveis), em Porto Alegre (Agrale), em Curitiba (Volvo) e em Campinas (Mercedez Benz). Já na década de 1990, serão implantadas uma unidade da Wolksvagen em São Carlos, uma da Honda em Sumaré, uma da Toyota em Indaiatuba e outra da Wolksvagen Caminhões em Rezende. Teremos mais cinco novas fábricas a partir de 1999, sendo três na Região Metropolitana de Curitiba (Volksvagen, Audi e Renault), uma unidade da Mercedez Benz Automóveis em Juiz de Fora e uma da General Motos em Gravataí (CORREIA, 2008: 31).

Dada a disputa entre os lugares pelos novos investimentos estrangeiros, realizou-se na década de 1990 "um imenso esforço envolvendo isenção fiscal, desenvolvimento de infraestrutura logística e financiamento com taxas de juros abaixo do mercado". Porém, registra-se o fato de que esta desconcentração industrial não ocorreu em favor de regiões menos desenvolvidas do país: 80% dos novos investimentos concentraram-se nas regiões Sudeste e Sul do Brasil (SILVA, 2008: 90).

Nesse contexto de mudança no regime de acumulação capitalista (ou melhor, de acirramento das contradições inerentes à forma como se dá o desenvolvimento das forças produtivas), antigas áreas industriais brasileiras passam a ver suas fábricas fechando ou seus galpões tornando-se ociosos. As indústrias em áreas como o ABC paulista (polo que teve grande destaque no total da produção do setor secundário nacional ao longo do século XX) teriam parcialmente se evadido a partir da década de 1980 por conta de fatores como a competitividade mais acirrada, os problemas de infraestrutura urbana, o alto índice de sindicalização dos trabalhadores, os impostos elevados e o endurecimento da legislação ambiental. Isso obrigou as antigas metrópoles industriais a entrarem "num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho" (HARVEY, 2008: 137).

Mesmo assim, é temeroso falar em "desindustrialização" enquanto "esvaziamento do tecido industrial" de polos como o ABC. Afirma-se que existe "não

apenas a persistência da indústria como atividade central no desenvolvimento do ABC", mas, ainda, "uma forte tendência de concentração e centralização do capital aplicado a este setor". Isso porque ocorre uma "complexificação da economia e câmbios inter e intra-setoriais, o que não pode ser confundido com 'desindustrialização'" (SILVA, 2008: 77). Essa reestruturação da atividade industrial consiste no fato de que houve uma reordenação das cadeias produtivas e da forma como os países e as firmas passaram a relacionar-se entre si. Temos, nesse contexto, um novo modelo de localização de firmas, baseado em vantagens comparativas dinâmicas ou "socialmente construídas", dadas por meio do domínio de tecnologias avançadas (SILVA, 2008: 78).

BOTELHO (2008) analisa relações existentes entre a reestruturação produtiva e urbanização no ABC, isto é, a produção do espaço da indústria na passagem do fordismo para a acumulação flexível. A importância do espaço da indústria não se restringe ao que se refere ao espaço interno da fábrica: relaciona-se com a urbanização e a formação de grandes metrópoles, com o processo de concentração espacial, coma própria arrumação do território nacional. De um lado, a instalação de indústrias exige transformações, exige que o espaço disponha de uma infraestrutura criada para servir às necessidades da indústria. Mas, uma vez estruturado o espaço, o local já industrializado é um mantenedor de tendências herdadas (BOTELHO, 2008: 6). Desta forma, a compreensão da produção do espaço a partir da reestruturação produtiva deve considerar não exatamente a perda de importância da indústria, mas a alteração da lógica da localização industrial e os efeitos dessa lógica no processo de reestruturação espacial.

No caso do ABC paulista, cujos municípios compreendem uma antiga zona industrial da Região Metropolitana de São Paulo, assinala-se que boa parte do setor de serviços sediado em suas cidades, atualmente, é composto por empresas "cujos maiores clientes são a indústria de máquinas e equipamentos, a indústria química, as montadoras de veículos automotores, a indústria de artigos de borracha e plástico e o setor de comércio" (SILVA, 2008: 79).

Existe, portanto, uma confusão entre "transformação do tecido industrial" e "esvaziamento do tecido industrial", dado que, apesar da região do ABC ter apresentado um grande movimento de saída de capitais, também foi importante o

movimento de entrada de novos capitais, destinados principalmente à ampliação e modernização de fábricas já existentes (SILVA, 2008: 81).

Contudo, essa é uma reestruturação industrial que necessariamente descarta trabalhadores do processo produtivo. A acumulação flexível efetivamente implica "altos níveis de desemprego, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical" (HARVEY, 2008: 141). Os anos 1990 foram marcados por uma drástica redução dos níveis de emprego industrial no Brasil. O déficit de empregos ocasionado no ABC por conta do processo de reestruturação na década de 1990 foi de cerca de 200 mil postos de trabalho (SILVA, 2009: 77). O ABC continua uma área de elevada concentração industrial após 1999, mas as novas indústrias ali instaladas não têm grande oferta de empregos e as antigas dispensam trabalhadores. Ou seja, a crise no ABC está relacionada principalmente ao emprego, e não à produção industrial, propriamente (SILVA, 2009: 78). E a "recolocação no mercado de trabalho" passa a depender crescentemente de investimentos do próprio trabalhador em cursos de treinamento para se adaptar às novas exigências do processo de trabalho na indústria.

Mas além desse chamado desemprego estrutural, temos ainda, sob a nova ordem das empresas mundializadas, a proliferação de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, resultado de fatores como a volatilidade do mercado, o aumento da competição, o estreitamento das margens de lucro, o poder sindical mais fraco e a grande quantidade de mão de obra excedente (HARVEY, 2008: 143).

Nos antigos subúrbios industriais paulistas, o aparecimento da massa de desempregados na década de 1990 permitiu a criação de um contingente de trabalhadores potencialmente empregáveis sob relações de trabalho precarizadas na emergente economia urbana de serviços, em empresas de terceirização. Ou seja, a mão-de-obra dispensada pelo processo produtivo durante a reestruturação industrial da década de 1980 foi em grande medida realocada em empregos de remuneração mais baixa, frequentemente na condição do emprego "informal", mais que isso, do "subemprego", nas economias "subterrâneas" (até mesmo da máfia), as quais não raramente estão ligadas ao capitalismo avançado (HARVEY, 2008: 145).

As condições impostas pela reestruturação industrial sobre o próprio trabalho, tornando-o mais facilmente descartável e gerando essa situação de desemprego e de

crescimento do trabalho destituído dos direitos legais criados nacionalmente, foram absolutamente decisivas para que o "novo sindicalismo" do final do século XX viesse a dar lugar a um sindicalismo de acordos, de negociações.

> Tais mudanças [compreendidas de modo geral pela reestruturação produtiva] tiveram repercussão tanto no processo de organização dos trabalhadores como na relação capital/trabalho. Os organismos sindicais, incluindo aí seus aspectos de movimento e instituição, passaram a ter dificuldade de dar conta do novo cenário, que lhes reduzia gradativamente os espaços de manobra, colocando em risco as práticas de ação e conquista desenvolvidas ao longo do século XX (SANTANA; RAMALHO, 2003: 12).

A atuação considerada combativa que o "novo sindicalismo" teve no ABC entre as décadas de 1970 e 80 sofre um imenso impacto com os efeitos da reestruturação produtiva. Assim, a partir de 1990 ocorre uma inflexão drástica nas estratégias e demandas do sindicalismo.

> A agenda sindical se voltou para o interior da empresa, discutindo mais diretamente temas relacionados à problemática do trabalho, quer vinculados à organização e gestão do trabalho, quer relacionados à remuneração variável, como Participação nos Lucros e Resultados (PLR), ou ainda, os que dizem respeito à flexibilização da ornada de trabalho, como banco de horas, entre outro (RODRIGUES, 2003: 301).

Uma postura, portanto, defensiva dos sindicatos. No entanto, o autor acredita que ações como as de setembro de 1999 pelo Contrato Nacional do trabalho, uma ação conjunta da CUT e Força Sindical (o "festival de greves") demonstram uma "retomada ofensiva" que, contudo, não se equipara à de 70-80 (RODRIGUES, 2003: 303). Considera-se, enfim, estar ocorrendo o "surgimento de estratégias sindicais neocorporativistas de cariz propositivo", criando "sérias dificuldades do sindicalismo em preservar o horizonte da classe", "de se voltar contra o capital, diante das imposições da acumulação flexível" (ALVES, 2003: 276-7). Portanto, uma rendição política (e ideológica) à lógica do capital.

Existe, contudo, a visão de que nos sindicatos, atualmente, "pode estar ocorrendo um ressurgimento do movimento organizado de trabalhadores", a partir de uma mudança no eixo de intervenção dos sindicatos: estes passam, agora, a abranger temas "anteriormente pouco explorados", participando de "certas instâncias, tais

como o debate e a intervenção em projetos de políticas públicas e sociais". Se o trabalho sai de um cenário de proteção para outro de desproteção, aumentam a pobreza e as disparidades sociais. Acredita-se que essa chamada "nova questão social" estará agora sendo levada em conta pelo movimento sindical, de forma articulada com seu papel "tradicional". Afirma-se, assim, que a tendência atual é a de um sindicalismo propositivo ou de cooperação conflitiva (SANTANA; RAMALHO, 2003: 12-3).

Diante do desemprego e da precarização das relações de trabalho, o problema colocado pela nova ordem neoliberal, portanto, não é somente o de uma mudança na forma de produzir e de novas formas de organização do trabalho decorrentes da revolução técnica informacional e microeletrônica e cujo resultado é a desconcentração industrial, mas a questão é, sobretudo, a do trabalho que se torna crescentemente descartável no estágio contemporâneo de desenvolvimento das forças produtivas do capital. Atualmente, a tendência é a de expelir trabalhadores do processo produtivo. Perde-se a substância do trabalho, ou melhor, perde-se a potência da dicotomia da luta de classes para explicar o mundo (PINHO, 2009: 59).

Mas embora tenha havido uma intensa fase de recessão decorrente da política econômica neoliberal associada à reestruturação produtiva da indústria como expressão dessa eliminação tendencial do trabalho produtivo, verifica-se contraditoriamente o fenômeno do crescimento urbano sem precedentes, especialmente nos países de industrialização recente. A metrópole assume o papel de condição fundamental de reprodução dos circuitos do capital globalizado. Deixa de ser lugar da produção (ainda que continue concentrando indústrias) para ser primordialmente o lugar da administração sobre a produção; esta, articulada, agora, entre pontos diversos do território e para além dele. A metrópole assume, enfim, o caráter de centro de decisões: alguns autores falam da constituição da cidade global (SASSEN, 1996), da nova metrópole de serviços ligada aos circuitos internacionais do capital financeiro, à informação e comunicação, às sedes dos escritórios de empresas.

Na metrópole conforme a concebemos na atualidade, a centralidade administrativa, financeira, informacional e, no geral, de serviços se torna imperativa para a organização geral do processo produtivo. No que se refere às grandes cidades contemporâneas, bem como ao atual estágio da divisão do trabalho, esta condição de centralidade se põe a favorecer, fundamentalmente, a instalação de escritórios de

empresas e praças financeiras. As metrópoles modernas passaram, no final do século XX, de lugares da produção (fundamentalmente industrial) a lugares de tomadas de decisões sobre um complexo produtivo que integra diferentes lugares.

> Enquanto na cidade pré-capitalista foram as necessidades de troca mercantil que ditaram o movimento de centralização espacial, e na cidade industrial capitalista foi a aglomeração de capital produtivo, na cidade capitalista avançada são os ditames financeiros e administrativos que perpetuam a tendência à centralização (SMITH, 1996:17).

O processo de reestruturação industrial foi necessariamente acompanhado por um vultoso crescimento no setor de serviços e da concentração desse setor econômico nas grandes metrópoles. Em um contexto de alta competitividade, as atividades ligadas ao transporte, à administração das empresas, à pesquisa de mercado e propaganda, às finanças, etc., vieram a constituir meios indispensáveis à realização do processo produtivo. Assim, a administração de todo o complexo produtivo espalhado pelo(s) território(s) passou a ocorrer por conta da atuação de um setor terciário sofisticado, localizado estrategicamente de modo a se ter acesso a toda fluidez e infraestrutura necessárias à realização de suas atividades. A metrópole vem então a caracterizar-se como um centro de decisões, um gigantesco nó de atividade muito ligado ao crescimento do que em inglês se denomina *white collar economy*.

Mas essa não é só a metrópole das atividades terciárias sofisticadas e do trabalho ligado ao conhecimento e à técnica, mas é também o lugar das massas de indivíduos alijados do processo de produção ou a ele precariamente relacionados: a metrópole da emergência dos problemas da periferia, da pobreza urbana.

Amélia Luisa Damiani aponta que nos anos 1970 houve, nas grandes cidades industriais brasileiras, a expectativa do desenvolvimento de um proletariado diferenciado, produto da industrialização maciça e complexa. “Florestan Fernandes admitia que esse proletariado poderia configurar uma forma política autêntica de democracia burguesa, isto é, modernizaria o país” (DAMIANI, 2004: 28). Mas essa expectativa é atualmente frustrada por conta do fato de que o trabalho põe-se como negativo. Isso se dá, reiteramos, quando o trabalho não chega a constituir sua positividade como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da

riqueza como sujeito: “o sentido do processo de diferenciação industrial, que hoje se esclarece, é expelir trabalhadores do processo produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas significa essa expulsão compulsória” (DAMIANI, 2004: 29). O proletariado diferenciado se esfacela. Acentua-se a intermitência do trabalho, assim como a redução dos salários e dos direitos trabalhistas.

Considerando “os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades” e, ainda, a propriedade da terra capitalizada, a qual “sustenta um amplo campo de negócios urbanos”, propõe-se que “a urbanização em nosso país é crítica” (DAMIANI, 2004: 30). Esta é a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais. “Não há o urbano para todos (...). Todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite em que estamos vivendo” (DAMIANI, 2004: 30).

Diante das novas contradições da modernização econômica e do acirramento das desigualdades sociais no Brasil, reformula-se, na atualidade, a questão social: emerge todo um debate em torno do tema da exclusão, noção aqui discutida a partir da ideia de José de Souza Martins sobre o tema, segundo a qual é preciso discutir ainda as formas precárias de inclusão. Embora, com o rápido movimento de modernização das cidades brasileiras, temos agora um momento em que os dados referentes à população apresentam melhoria nos índices tais como os de mortalidade infantil, etc., ocorre simultaneamente o desmonte das relações de trabalho, a precariedade no acesso a infraestrutura urbana e a serviços, levando ao que Lúcio Kowarick denomina processo de destituição de direitos, uma subcidadania urbana, difícil de ser apreendida apenas por meio dos índices (KOWARICK, 2002). O desenraizar para incluir torna-se um modo de vida na sociedade contemporânea; há uma massa que se encontra permanentemente alijada de direitos, embora esteja (marginalmente) incluída na produção e no consumo.

A manifestação morfológica da metrópole diante das contradições sociais acirradas na contemporaneidade se expressa na diferenciação entre centro, bairros e periferia. Estabelecem-se novos padrões de segregação urbana. O crescimento demográfico de São Paulo é drasticamente reduzido nos bairros e no centro, enquanto

na periferia e, sobretudo na chamada hiperperiferia (TORRES, 2002 e 2004), o crescimento demográfico dispara a partir da década de 1990. Os problemas sociais decorrentes dessa urbanização sem possibilidade de vida urbana emergem as políticas urbanas da metrópole: revitalização do centro e de bairros, por um lado, e tentativas de amenização das urgências diárias (bem como a repressão policial) na periferia com seus problemas urbanos por outro lado.

Mas sob esta morfologia derivada dos padrões de segregação urbana, funda-se a forma essencial do espaço metropolitano: as vias de circulação material e imaterial, os fluxos e pontos do espaço em rede que permitem a circulação, as diferenciações de renda fundiária urbana a explicar as alocações. Trata-se, agora, da própria metrópole fragmentada. A morfologia da metrópole vem, portanto, a resultar do padrão contraditoriamente estabelecido a partir de um emaranhado destas localidades e de suas redes correspondentes, da maneira violenta pela qual a lógica de multiplicação da propriedade privada e a implantação das estruturas de circulação rápida do capital invadem a cidade:

> Depois dos anos 1980, mal se distinguem as partes do todo na justaposição de formas desconexas que caracterizam a morfologia da metrópole. Agora são os pontos/nexos das redes que se inscrevem numa textura indiferenciada, ao mesmo tempo homogênea (estruturas de circulação) e quebrada (espaços do viver) do espaço da metrópole (SEABRA, 2004: 276).

Assim, com a crise do trabalho e com a urbanização crítica nessa metrópole agora fragmentada, evidencia-se uma destituição da própria noção de subúrbio. Com a fragmentação da metrópole e a emergência dos problemas da pobreza urbana, estaríamos diante da perda de sentido do significado da categoria de subúrbio no entendimento da urbanização na atualidade?

Para José de Souza Martins, “a concepção de subúrbio entra em crise com os novos problemas sociais, a nova pobreza e a nova concepção autoritária do urbano que se difundem a partir do golpe de Estado de 1964”. Para ele, a concepção de subúrbio acabou indevidamente cedendo lugar à concepção, segundo ele, “ideológica de ´periferia´, um produto do neopopulismo cuja elaboração teve a contribuição do próprio subúrbio para distinguir-se dos deteriorados extremos de uma ocupação antiurbana do solo urbano”. O subúrbio é tido como a negação da periferia: “É, aliás,

por excelência, o espaço da ascensão social, diferente da periferia que é o espaço do confinamento nos estreitos limites da falta de alternativas de vida" (MARTINS, 2001: 81). Do ponto de vista da formação do espaço urbano, a diferença entre ambos é a de que, mesmo na fase alcançada pela indústria, no subúrbio:

> (...) os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano (...). A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos (...). A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização, é um dos fatores do atraso do próprio capitalismo (...). A periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização.

Já na visão de PINHO (2010), a expansão suburbana expressa os processos indutores de diferenciações intraurbanas ligados à industrialização. Para ele, a concepção de expansão suburbana das metrópoles: está ligada "a uma leitura dos espaços ocupados pelas camadas pobres a partir do que era denominado marginalidade urbana e a separação destes espaços a partir da precariedade e da pobreza" (PINHO, 2010: 30), concepção, esta, a qual estaria fundada na teoria da dependência e da marginalidade na América Latina. O subúrbio, então, seria o lugar do trabalho e zona dormitório dos operários e dos desempregados marginalizados, ocupando terras a preços baixos para constituir moradia, de onde poderiam acessar as áreas industriais. Resultava das contradições dessa sociedade industrial de classes a diferenciação e segregação urbana: o acesso diferenciado aos meios de consumo coletivo de acordo com os distintos setores sociais.

A crítica efetuada por PINHO (2010) a essa concepção de subúrbio, bem como à categoria de periferia, é a de que, segundo ele, se o trabalho está em crise, sua categoria espacial também está. É negada a ideia de periferia urbana como local da classe operária, já que o meio majoritário e entrar no mundo do consumo não é mais o trabalho operário. Este autor aqui citado vai, enfim, por em xeque a noção de que a periferia é o lugar do exército industrial de reserva, porque o trabalho perdeu centralidade na medida em que existe uma crise do trabalho que faz com que o produtor seja expelido do processo de produção. No entanto, a obtenção dos meios de vida pelos indivíduos nessa sociedade se faz por meio do consumo de mercadorias.

Donde emerge uma contradição: estando o trabalho em crise, a sobrevivência do indivíduo fundada no consumo passa a depender do ingresso no mundo do trabalho precário. Por isso, a periferia, para o autor, é importante lugar de consumidores que, inclusive, se endividam para consumir. Diante da fragmentação da metrópole, dada com a explosão da cidade, o centro agora está em todo lugar e a periferia, a pobreza, estão no centro (PINHO, 2010: 88).

Nosso empenho, neste trabalho, referiu-se, em primeira instância, na análise dos termos da fragmentação da metrópole e do avassalador movimento de destruição de capital do subúrbio industrial realizados sobre a antiga concentração de estruturas criadas no auge do desenvolvimentismo no Brasil. No entanto, a destruição do subúrbio foi simultaneamente condição geral de integração da economia do município de São Caetano do Sul à nova economia de serviços metropolitana. E, contraditoriamente, esta reintegração (abstrata) do fragmento à metrópole passa pela restauração espetacular dos elementos residuais do modo de vida suburbano, selados enquanto imagem de ordem e segurança, de familiaridade e prosperidade diante de um mundo urbano identificado como de insegurança e caos, de desvanecimento dos "valores" e da pobreza. Em outras palavras, a destruição do subúrbio pelo fenômeno metropolitano está fundada no mesmo processo que o reinsere enquanto imagem a ser consumida, condição essencial para a realização da integração metropolitana da economia de São Caetano no sentido de que o próprio mercado imobiliário, para viabilizar a expansão dos empreendimentos de condomínios no município, aposta na propagação do mito de que São Caetano do Sul seria um município cuja localização relativa permite facilidade de acesso aos mais sofisticados meios coletivos ao mesmo tempo em que ele estaria apartado dos problemas sociais da metrópole contemporânea, reconstituindo-se espetacularmente, assim, a própria noção antiga de subúrbio enquanto lugar simultaneamente fora e envolvido pela cidade.

Um primeiro aspecto a se desvendar para se tratar do resultado desse movimento de constituição-destituição-instituição do subúrbio refere-se às metamorfoses do trabalho diante da mencionada tendência de expelir trabalhadores do processo produtivo por conta da reestruturação produtiva processada. Os moradores do polo industrial do ABC paulista conhecem, a partir da década de 1990, os efeitos diretos da reestruturação industrial no nível de emprego na região. A leitura

do Gráfico n°1 permite distinguir, de modo geral, duas fases no que se refere ao crescimento da quantidade de empregos com carteira assinada no grande ABC. Na primeira fase, estendendo-se até o ano de 2003, os níveis de emprego mantêm-se, de modo geral, em patamares mais baixos do que nos anos a partir de 2004, quando se inicia uma fase de crescimento do nível numérico de empregos formais nos municípios do Grande ABC, especialmente em São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema e Mauá. Vale ainda mencionar que a tendência geral de queda no nível de emprego entre 1991 e 2003, bem como a tendência de crescimento no mesmo índice após 2004, podem igualmente ser observadas nos dados relativos aos empregos formais no município de São Paulo entre 1991 e 2010, conforme nos revela a leitura do Gráfico n°2.

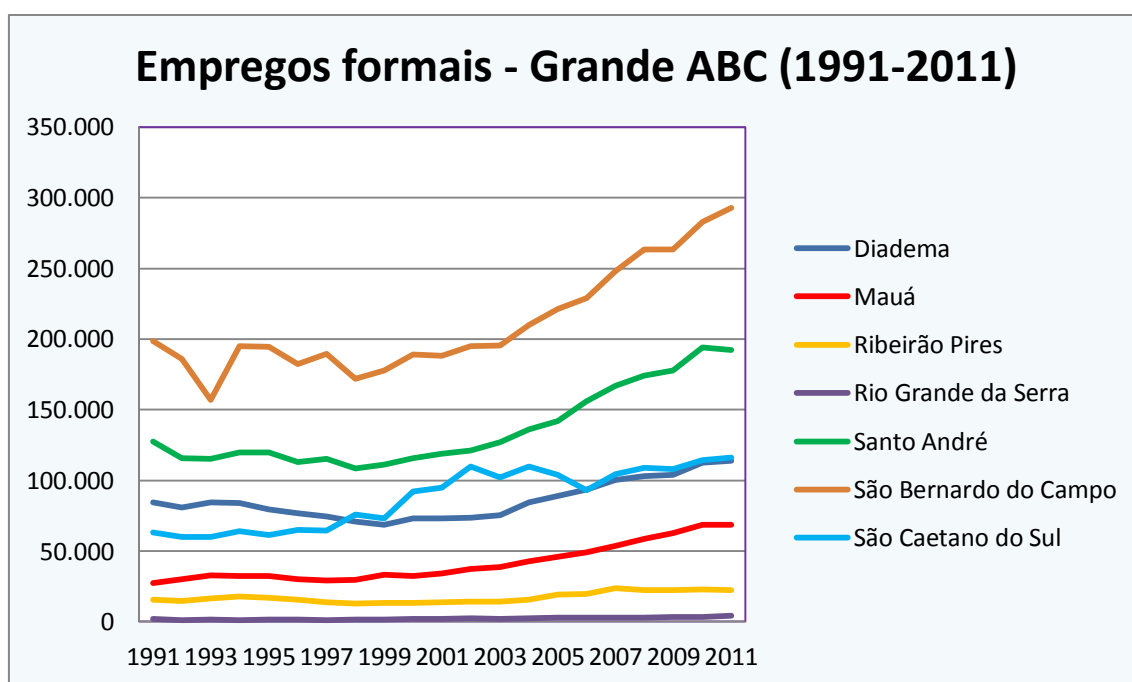



Gráfico n. 1

Fonte: Fundação SEADE.

Contudo, o município de São Caetano do Sul se faz, em alguns momentos, exceção a essas duas fases bem marcadas da tendência geral do emprego em São Paulo e no ABC (ver Gráfico n°3). Entre os anos de 1999 e 2002 (momento de recessão

na maior parte do ABC) já se tem uma fase de significativo incremento do nível de emprego formal em São Caetano, aumentando de 73.125 para 109.882 o número de empregos com carteira assinada neste período. Contata-se, porém, um momento de queda tendencial nesta taxa entre os anos de 2003 e 2006, indo de 102.181 para 93.116 empregos formais. Finalmente, a partir de 2007, o nível de emprego com carteira assinada em São Caetano do Sul passa a acompanhar a tendência geral de aumento do referido índice (embora, vale notar, há ligeira queda compreendida entre os anos críticos de 2008 e 2009 neste município). Explicação para esta discrepância é o fato de que a aceleração do emprego formal em São Caetano do Sul entre 1999 e 2002 coincide exatamente com momento em que transformações urbanas estavam se processando neste município a fim de integrá-lo à nova economia metropolitana de serviços, como adiante veremos com mais detalhes.

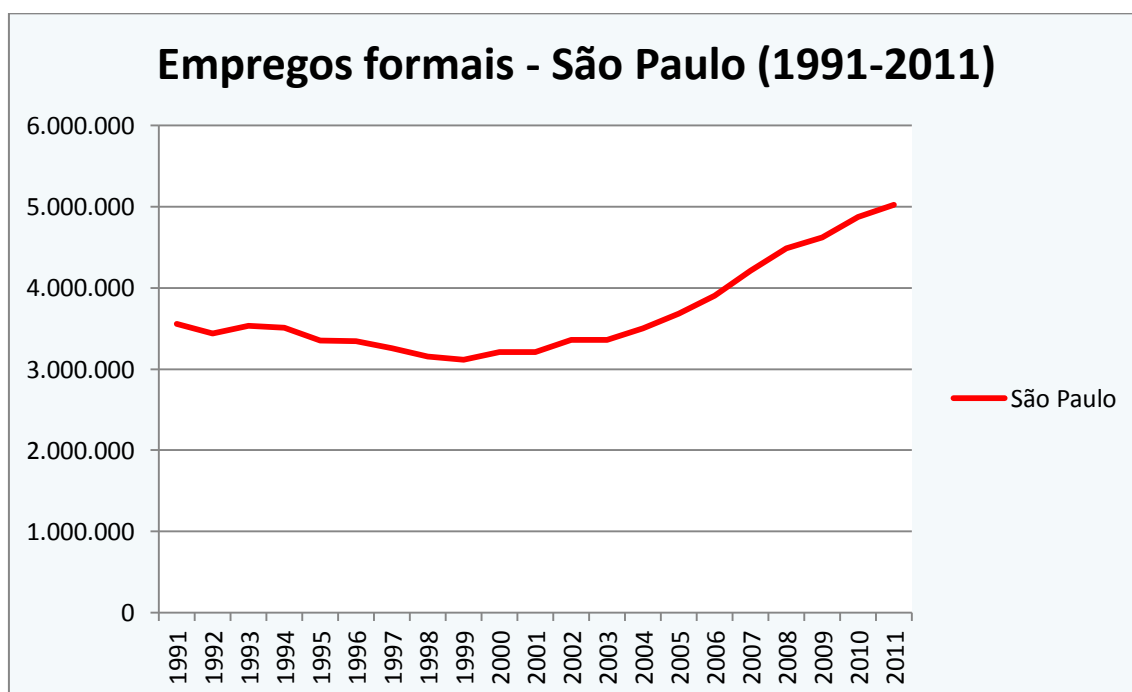
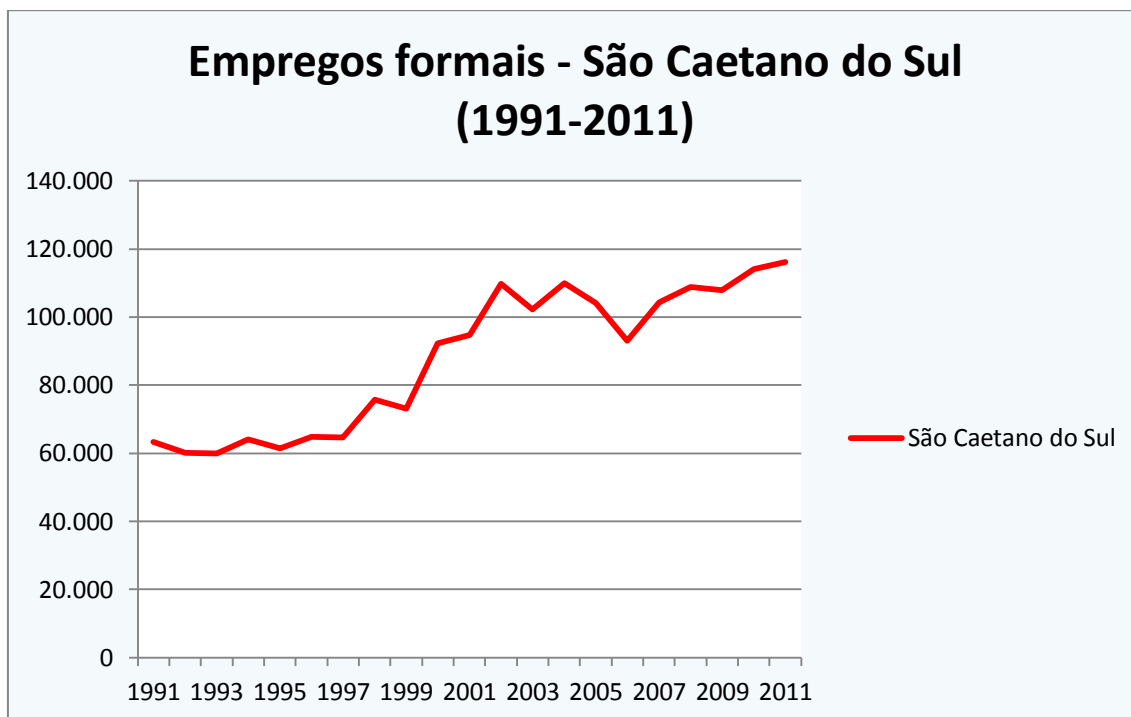
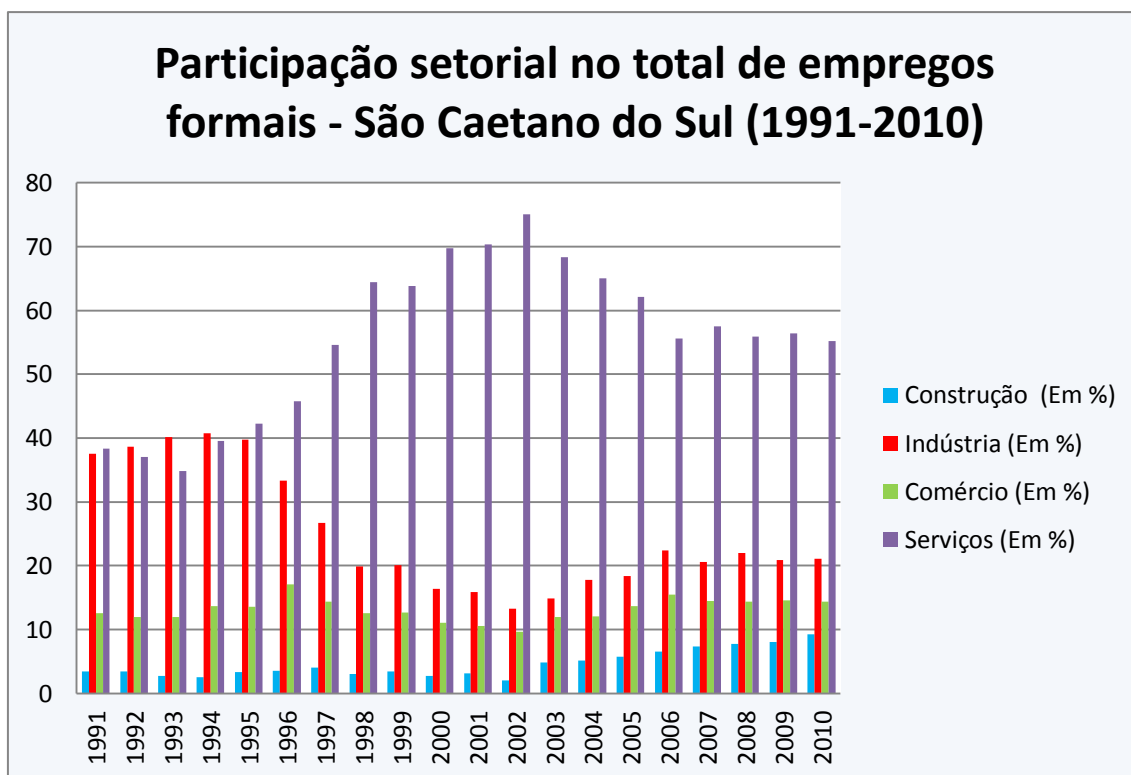
Gráfico n. 2

Fonte: Fundação SEADE.

Gráfico n. 3

Fonte: Fundação SEADE.

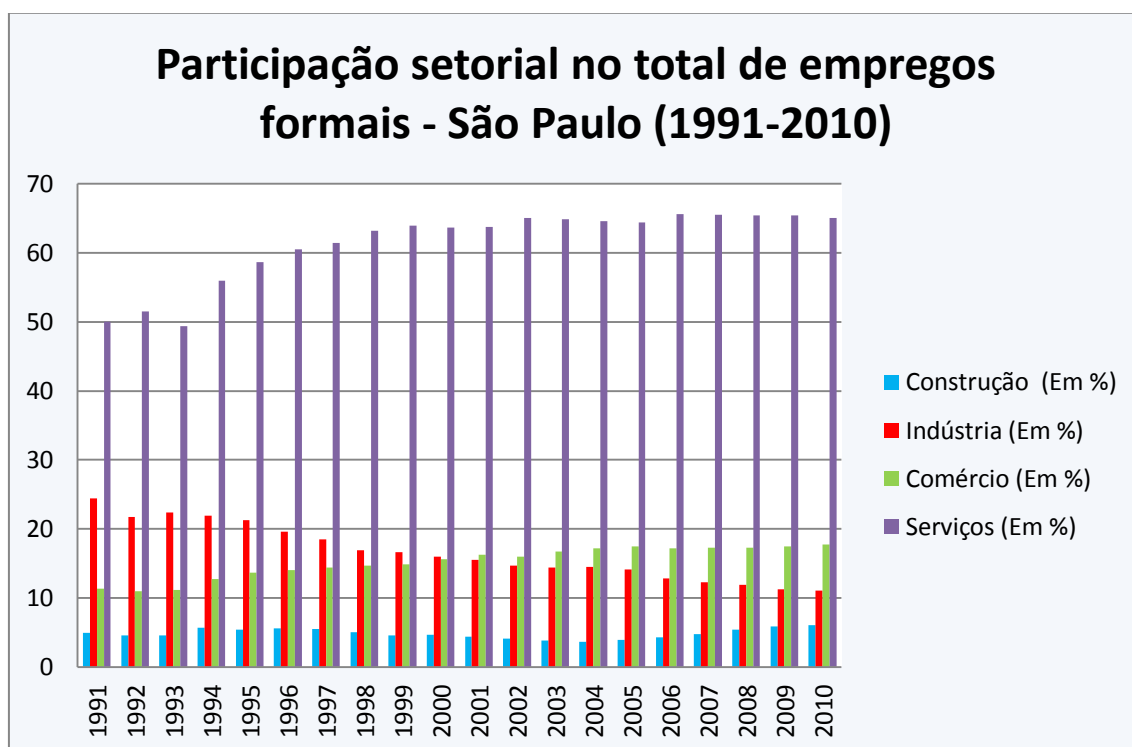
Entre os anos de 1991 e 2010, o fechamento das fábricas e, portanto, a redução do emprego no setor industrial em São Caetano do Sul, é acompanhada por um crescimento percentual dos empregos gerados pelo setor de serviços. A leitura do Gráfico n°4 permite a observação da participação setorial no total de empregos (aqui considerados somente os vínculos empregatícios com carteira de trabalho assinada) em São Caetano do Sul, indicando uma significativa queda no percentual de participação do setor industrial na geração de empregos entre os anos de 1991 e 2002 (de cerca de 40% dos empregos formais cai para pouco mais de 10%). O percentual de empregos industriais no município tem um aumento, entre os anos de 2003 e 2006, para a faixa de 20% dos empregos criados no total, tendendo a estabilizar-se nesse patamar. Sem que, portanto, haja qualquer indicação de uma retomada aos níveis de emprego industrial anteriores à década de 1990.

Gráfico n. 4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Já os empregos com carteira assinada no setor de serviços em São Caetano do Sul aumentam de uma média menor do que 40% do total de empregos existentes, entre os anos de 1991 e 1995, para a taxa de 75% no ano de 2002. Embora haja uma queda percentual do setor de serviços no total de empregos criados entre os anos de 2003 e 2006 (diga-se de passagem, no exato momento em que se ensaia uma tentativa de retomada produtiva na política econômica nacional), essa taxa tende a se manter no nível médio dos 55% (bastante superior a todas as categorias restantes) entre o período que vai de 2007 a 2010.

Esta tendência de hipertrofia do setor terciário com relação aos outros setores da atividade em São Caetano do Sul está ligada ao modo como a política das empresas e do Estado buscaram incorporar, na economia deste município, esse novo leque de funções associadas às da metrópole paulistana no que se refere ao seu caráter de "cidade global" e de possuir uma economia fundada na circulação. Esta função organizacional e de prestação de serviços desempenhada pela economia paulistana

evidentemente reflete na distribuição setorial dos empregos neste município. Sediando o principal centro de decisões sobre a economia nacional (e de relação desta economia com os circuitos globais de capitais), o Município de São Paulo, conforme podemos observar por meio da leitura do Gráfico n°5, constitui o mais extremo caso de expansão na participação econômica das atividades de prestação de serviços (aumentando de 50% dos empregos formais em 1991 para 63% em 1998, estabilizando-se em uma média de 65% a partir de 1999), incluindo o próprio emprego no comércio (num aumento de pouco mais de 10% do total de empregos formais em 1991 para a taxa de quase 20% em 2010). Concomitantemente, ocorre uma retração do emprego industrial (em queda constante desde 1991, indo dos 24% aos 11% do total de empregos com carteira assinada).

Gráfico n. 5

Participação setorial no total de empregos formais - São Paulo (1991-2010)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Essa mesma tendência de queda no emprego industrial e de hipertrofia do setor de serviços na economia urbana de São Paulo e de São Caetano do Sul pode também ser verificada, como revela o Gráfico n°6, nos casos dos municípios de Santo André (município no qual ainda destaca-se o emprego no setor de comércio) e de São Bernardo do Campo (Gráfico n°7), embora a participação do emprego industrial neste último ainda permaneça especialmente importante quando comparado aos demais (correspondendo atualmente a 35% do total de empregos formais). O caso de São Bernardo é especialmente drástico porque, dentre os municípios do ABC paulista até agora analisados, este é o que veio comportando, desde a década de 1950, a maior porção do parque industrial da referida região, refletindo, portanto, a dimensão tomada pelo fenômeno social do desemprego entre a classe operária na década de 1990 no Brasil, como um todo.

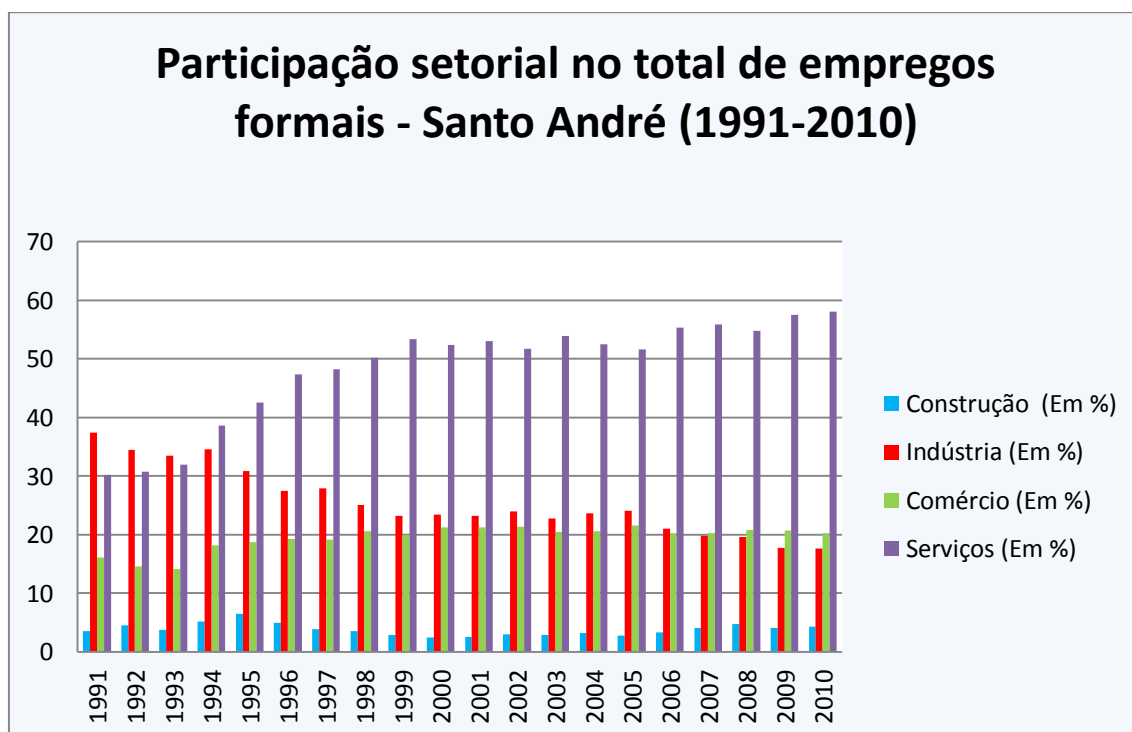
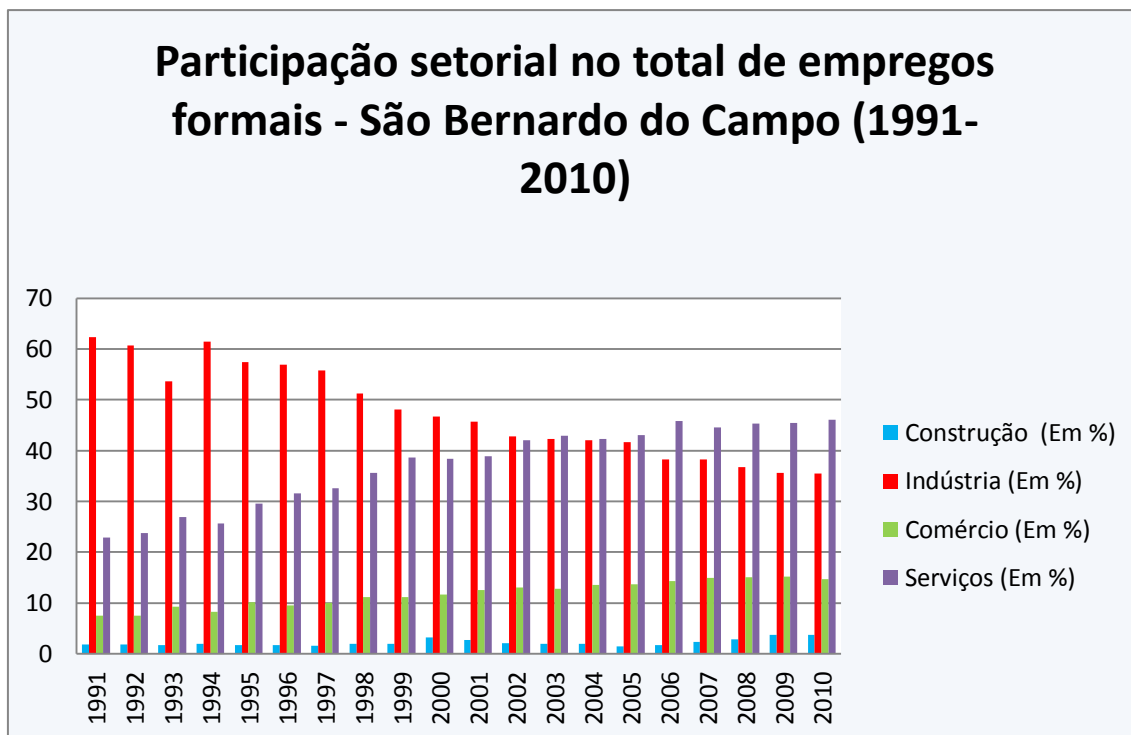
Gráfico n. 6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Gráfico n. 7

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

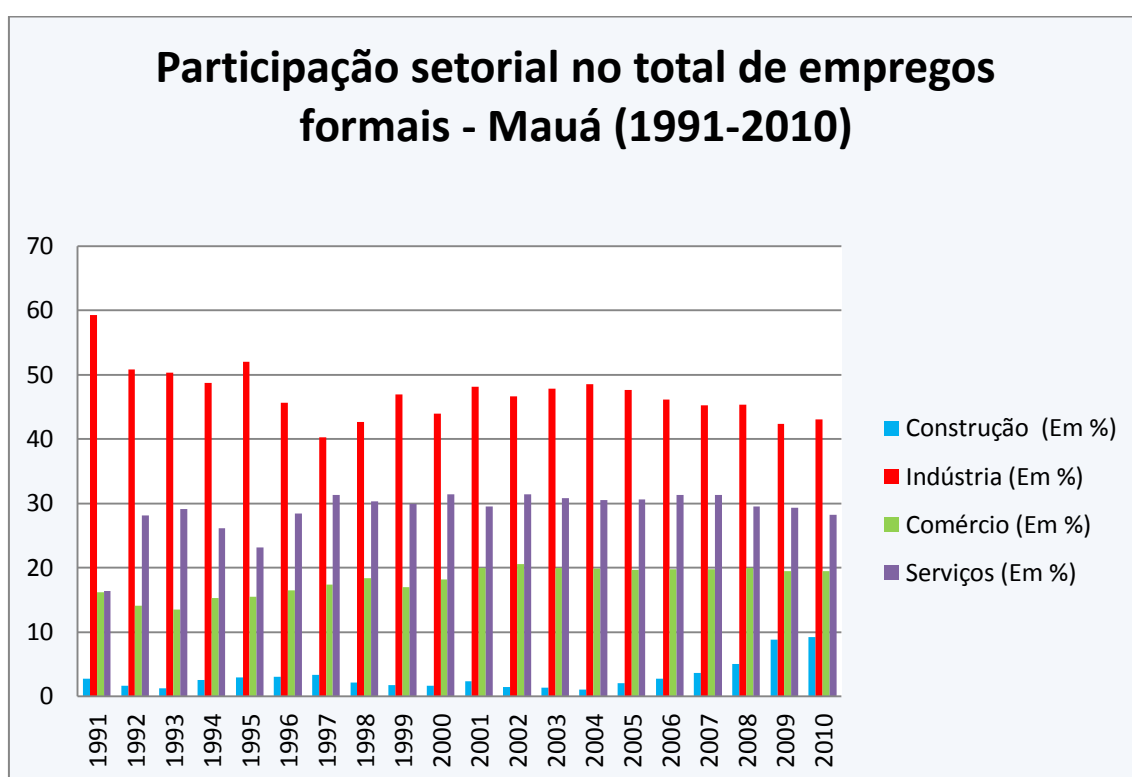
Porém, ainda no que se refere à participação setorial no total de empregos em São Paulo e no ABC, não se pode deixar de notar que destoam dessa tendência geral os casos dos municípios de Mauá (Gráfico n°8) e Diadema (Gráfico n°9), no grande ABC. Em ambos os casos, o emprego industrial ainda mantém a mais significativa participação no total de empregos formais existentes (com a participação de 54% e de 43%, respectivamente).

A relevância do setor industrial nos municípios de Mauá e Diadema pode, em parte, ser explicada pelos importantes fatores de localização neles ainda existentes, tais como disponibilidade de terrenos de grande metragem e consequentemente com o baixo preço relativamente mais baixo da terra e o sistema viário que permite acesso às principais rodovias e à ferrovia. Trata-se de municípios de urbanização e de industrialização posteriores às de Santo André, São Bernardo e São Caetano; nestes últimos, a expansão da indústria passou a encontrar limites e a dispensar massas de trabalhadores a partir da década de 1990, a fim de adequar-se aos padrões de competição impostos. Mauá e Diadema, porém, passaram a concentrar novas indústrias a partir de 1970, havendo neles um aporte de investimentos que não

encontravam taxas de retorno satisfatórias sob as condições de superacumulação nas áreas de industrialização mais antiga da Região Metropolitana de São Paulo. É ainda importante mencionar que, em Mauá e Diadema, houve um intenso movimento de chegada de migrantes de outras regiões do Brasil a partir da década de 1970 sem que, contudo, fossem criadas condições de infraestrutura adequadas à moradia urbana nesses municípios, resultando na formação de imensas áreas de concentração da moradia de uma parcela extremamente pobre da população metropolitana.

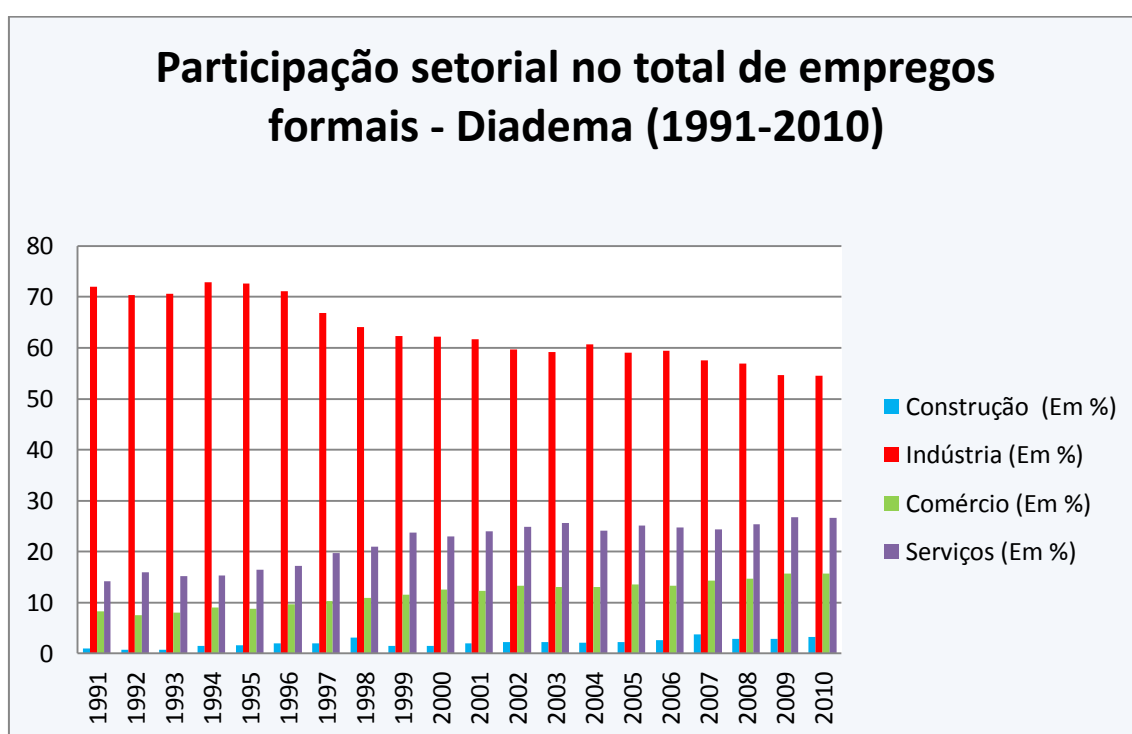
Gráfico n. 8

Participação setorial no total de empregos formais - Mauá (1991-2010)

Construção (Em %)
Indústria (Em %)
Comércio (Em %)
Serviços (Em %)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Mediante a observação dos dados comentados acima, é possível concluir que a reestruturação produtiva da indústria teve efeitos diretos sobre a economia de São Paulo e dos municípios do ABC paulista. Sob a tendência de se expelir trabalhadores do processo produtivo (ainda que minimizada por eventuais políticas econômicas do Governo Federal, tais como a recente redução tributária concedida à indústria automobilística no Brasil), o patamar do nível de emprego industrial caiu ao longo do tempo e, ainda que atualmente mostre ligeira recuperação, não há indicações de que

ele deva seguir no sentido de retomar os níveis de emprego industrial anteriores. Os dados referentes à participação setorial na economia dos municípios de São Paulo, São Caetano e Santo André demonstram uma clara integração dessas economias ao que se entende por setor de serviços, enquanto os dados referentes a Diadema e Mauá mostram que nestes últimos, a indústria ainda encontra condições de permanecer aproveitando fatores de localização (especialmente referentes ao preço da terra e à presença dos meios de circulação, tais como, agora, o Rodoanel) que barateiam seus custos de produção.

Gráfico n. 9

Participação setorial no total de empregos formais - Diadema (1991-2010)

Construção (Em %)
Indústria (Em %)
Comércio (Em %)
Serviços (Em %)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Essa disposição das economias dos municípios aqui abordados sugere que nos casos de Santo André, São Caetano e São Bernardo está aparecendo um setor da economia ligado às novas tecnologias da produção e da circulação, servindo de apoio tecnológico, logístico e administrativo às indústrias ali ainda existentes (bem como às indústrias agora concentradas em Diadema e Mauá). Mas também aparecem empresas prestadoras de serviços terceirizados, muitas delas estabelecendo contratos com empresas já consolidadas no polo industrial do ABC. Os dados expostos acima

reforçam a ideia de que existe não uma desindustrialização, mas uma reestruturação produtiva que é viabilizada por uma reorganização espacial, envolvendo todo o ABC, na qual (re) produziu-se (porque recriado de modo ampliado e mais complexo) o espaço da produção de mercadorias, ou o espaço econômico da produção fabril: a partir dessa divisão setorial do trabalho dada nos moldes da reestruturação produtiva, estrutura-se, entre os municípios do ABC, uma rede composta de locais do pensar e do fazer.

Inclusive, se compararmos os níveis salariais dentre os setores existentes nesta nova estrutura produtiva apoiada em uma expansão do setor terciário, veremos que o nível salarial correspondente à categoria de serviços é inferior ao da indústria, sugerindo que esse setor terciário, longe de abrigar somente os trabalhadores tecnicamente especializados e que têm no intelecto sua principal ferramenta de trabalho, abarca principalmente uma massa de trabalhadores mal pagos e precariamente contratados. A partir da leitura do gráfico n°10, no qual temos indicado, conforme o setor da economia, o rendimento médio nos empregos formais nos municípios de São Paulo e do ABC paulista, é possível identificar o nível superior do rendimento médio do emprego industrial com relação ao de todos os outros setores, especialmente nos municípios de São Bernardo do Campo e de São Caetano no Sul. A menor diferença entre o rendimento médio do emprego industrial e os rendimentos médios das outras categorias em Diadema e Mauá (embora também ali o salário industrial seja superior aos das categorias restantes) sugere que, além dos fatores locacionais como o preço da terra e o acesso aos meios de circulação rápidos, as indústrias mais recentes se instalaram (e permaneceram) nesses municípios aproveitando-se da concentração da população pobre ali presente para pagar salários abaixo da média a seus operários, barateando assim seus custos de produção e mantendo-se em condições de competitividade.

As médias salariais do setor de serviços são reveladoras: embora esse setor inclua os chamados profissionais liberais ou, ainda, os trabalhadores que prestam serviço “por conta própria” (cuja média salarial seria, supostamente, de alto nível), os rendimentos médios indicados nessa categoria são especialmente baixos nos casos de Mauá e de São Caetano do Sul, apontando a precariedade salarial de um grande contingente de trabalhadores que também entram na composição dos rendimentos

médios no setor de serviços nesses municípios. No Município de São Paulo, no qual se encontra a maior concentração de serviços caros e sofisticados, ligados à tecnologia, à comunicação e à ciência, a média de rendimentos nesse setor é evidentemente maior do que nos municípios do ABC, inclusive comparável à média de rendimentos do emprego industrial.

Gráfico n. 10

Rendimento médio dos empregos formais por setor da economia - São Paulo e ABC (2010)

4.500,00
4.000,00
3.500,00
3.000,00
2.500,00
2.000,00
1.500,00
1.000,00
500,00
0,00

Diadema
Mauá
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul
São Paulo

Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista (Em reais correntes)
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Em outras palavras, a reestruturação industrial que dispensa trabalhadores operários no processo de produção a fim de aumentar o nível de competitividade empresarial, cria, por outro lado, uma gama de empregos de baixo rendimento no setor de prestação de serviços. Embora atualmente empregue menos, a indústria mantém um padrão salarial superior ao de todos os outros setores. E, finalmente, fica

evidente que essa realocação do trabalho para o setor de serviços, embora retire trabalhadores da situação de desemprego, tem o efeito, agora, de concentrar a maioria desses trabalhadores urbanos em atividades de remuneração inferior.

Mas além da baixa remuneração média no setor de serviços, no qual se concentra a maioria dos novos empregos, há que se considerar ainda a deterioração das condições no próprio regime de trabalho, com a criação das categorias do trabalho chamado informal, ou sem carteira assinada (ver Tabela n°1). É significativo notar que nos municípios de Mauá e Diadema haja mais de 15% dos trabalhadores em situação de precariedade quanto aos direitos trabalhistas. Incluem-se nessa categoria trabalhadores que utilizam recursos próprios para exercer sua função, como os motoboys ou donos de veículos utilitários com os quais estes profissionais realizam o transporte de mercadorias. Além de arcarem com os custos de manutenção de seus equipamentos, são trabalhadores sujeitos a ficar sem ganho salarial em períodos de acidentes de trabalho ou enfermidades. Sobretudo, são pessoas que provavelmente poderão contar com recursos mínimos do sistema previdenciário no futuro.

Vale mencionar que a categoria identificada como a de trabalhadores que atuam por conta própria na Tabela n°1 tanto pode incluir, por exemplo, pequenos artesãos ou motoristas de "lotações", entre outros profissionais que também operam com recursos próprios e não têm quaisquer garantias trabalhistas, quanto pode também incluir os chamados autônomos ou, ainda, os "free-lancers", ligados, principalmente, a uma parcela do setor de serviços fundamentada na aplicação de ciência e tecnologia ao trabalho.

Já a quantidade significativa de empregadores em São Caetano do Sul (ainda na Tabela n°1) não pode ser compreendida como se ela abarcasse apenas grandes empresários. Muitos empregadores assim se tornaram conforme foram demitidos de indústrias nas quais atuavam como funcionários havia décadas. Com o dinheiro obtido nas rescisões de contrato, houve uma onda investimentos na abertura de pequenos negócios em São Caetano do Sul (ou em outros municípios), tais como estabelecimentos de alimentação, pequenas escolas de línguas, oficinas, entre outros. A categoria também pode incluir os pequenos industriais (que constantemente administram pequenas oficinas fornecedoras de produtos e serviços, como afiação de ferramentas, às grandes indústrias) e os pequenos empresários dos ramos de

consultoria, administração, contabilidade e saúde, por exemplo, os quais, contraditoriamente, também personificam a categoria social de trabalhadores, na medida em que eles também são empregados nos seus próprios negócios e, frequentemente, encontram nessa forma de investimento e de trabalho uma alternativa para a falta de oportunidades nas grandes empresas.

Examinando os ramos de trabalho em São Caetano do Sul (Tabela n°2) no ano de 2010, pode-se constatar a participação percentual ainda muito importante do emprego industrial, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Entre as categorias estabelecidas para analisar os ramos de trabalho, aparece também a importância do emprego no comércio, também para ambos os sexos. Entre esses dados revela-se ainda a porcentagem significativa do emprego na construção, particularmente importante entre no município de São Caetano do Sul (em comparação com São Paulo e com o restante do ABC), devido ao peso que teve neste município a política de atração dos negócios imobiliários, associados à sua integração à economia metropolitana, desde a década de 1990. Vale notar que esta categoria de emprego na construção inclui não somente o trabalho contratado por grandes empresas na produção dos condomínios de edifícios residenciais e de escritórios, como também abarca os trabalhadores que atuam "por conta própria", tais como pintores e pedreiros que prestam serviços de reforma de imóveis para empresas imobiliárias ou para particulares.

Já a participação dos ramos de trabalho associados ao setor de serviços encontra-se pulverizada em várias categorias em São Caetano do Sul, poucas delas isoladamente significativas perante o total de empregos (ver Tabela n°2). Além da pulverização do emprego no setor de serviços em uma série de categorias, a distribuição dos empregos por categorias também apresenta diferenças significativas no que tange aos cargos ocupados por mais pelos homens ou mais pelas mulheres. Enquanto aqueles primeiros aparecem (considerando-se apenas as atividades relacionadas aos serviços) com destaque maior somente nos ramos de Transporte, armazenagem e correios (distribuindo-se homogeneamente entre as outras categorias do setor de serviços), estas últimas têm importante participação nas categorias de Educação (11% do total), Saúde Humana e serviços sociais (9%) e nos Serviços domésticos (6,96). Resta, finalmente, apontar que outra categoria muito importante

na geração de empregos dentre os serviços em São Caetano do Sul é a de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, desta vez com semelhante participação de homens e mulheres frente aos seus respectivos totais (ambos em torno de 6%).

Observando-se as categorias que distinguem os níveis de qualificação do trabalho em São Caetano do Sul (ver Tabela n°3), fica evidente que há uma grande representatividade do emprego formal em profissões que exigem aperfeiçoamento intelectual e capacitação técnica. Aqui aparece com destaque, novamente, a emergência dos profissionais da ciência e intelectuais (pouco mais de 20% dos homens e de 26% das mulheres), dos Diretores e gerentes (10% entre os homens e 7% entre as mulheres). Neste município são poucos os profissionais na categoria de Ocupações elementares diante do todo, embora essa categoria ainda abarque 10% dos empregos formais entre as mulheres.

O evidente crescimento da participação do setor de serviços nos empregos formais e a enorme diversificação das profissões existentes nesse setor da economia não nos permitem, contudo, afirmar que isso se deva a um suposto processo de desindustrialização. Quando se analisa o trabalho nesse lugar do antigo subúrbio que agora se tornou um amontoado de fragmentos da metrópole, torna-se possível aprofundar a negação da ideia de desindustrialização para explicar as transformações ocorridas na produção, inclusive a migração de fábricas para outras regiões e próprio desemprego.

Embora efetivamente tenha havido o fechamento de fábricas e a demissão em massa de funcionários nas empresas que permaneceram Santo André, São Bernardo do Campo em São Caetano do Sul, estrutura-se nesses municípios uma nova forma de organização e de inter-relação das atividades produtivas sob os ditames da política econômica neoliberal e da reestruturação produtiva. O "setor terciário" crescente agora presta serviços que inclusive podem estar ligados diretamente ao processo produtivo industrial ainda significativo na economia desses municípios. Trata-se, por exemplo, das empresas que prestam serviços terceirizados às indústrias (uma "vocação da nova economia" do ABC) ou das já citadas pequenas oficinas que são fornecedoras ou prestadoras de serviços para as grandes indústrias ainda existentes (tanto no próprio ABC quanto no restante do território nacional, dadas as atuais facilidades de comunicação e deslocamento de coisas e de pessoas). O ABC, enfim,

continua sendo ainda uma das regiões do Brasil que mais recebe investimentos, mas agora se sobressai o papel de sediar todo campo de empresas ligadas à prestação de serviços a outras empresas ou aos próprios moradores desses municípios.

Inclusive, continua havendo, no ABC em geral, a instalação de novas empresas que, contudo, contratam menos. Aproveitam-se das condições de infraestrutura que facilita a logística, a comunicação, a acessibilidade às principais rodovias, etc., mas elas também têm interesse tanto no trabalho intelectual e tecnicamente capacitado formado nos centros de educação profissionalizante do ABC quanto no trabalho precário e barato empregado, por exemplo, em empresas de terceirização. São empresas que subcontratam, pagam salários mais baixos e usam a força de trabalho para viabilizar a circulação do capital nos grandes centros urbanos.

Na nova economia urbana, há todo um setor composto por empresas que não participam diretamente do processo de produção da mais-valia, mas sem as quais não se viabiliza esse mesmo processo. O setor terciário é aquele que, por definição, executa serviços, administra as finanças, ou, a princípio, o que se chamaria de trabalho não produtivo, no sentido de que não produz bens materiais, mas somente se encarrega de sua circulação, dos financiamentos, da elaboração técnica empregada na produção dos bens materiais de consumo ou de produção. Mas esse conceito de trabalho improdutivo (e a categoria de "setor terciário" que daí decorre) esconde contradições fundamentais do trabalho no mundo contemporâneo. O conceito de setor de serviços decorre do seguinte:

> Serviço se define como uma atividade comprada com a finalidade de obter seu efeito útil e, portanto, como trabalho concreto, e pode ser material ou imaterial, isto é, o efeito útil que produz pode ou não recair sobre objeto material (COTRIM, 2009: 48).

Tabela n. 1

População economicamente ativa por posição na ocupação e categoria do emprego (valores totais e percentuais) – São Paulo e ABC (2010)

	Diadema		Mauá		Santo André		São Bernardo do Campo		São Caetano do Sul		São Paulo	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Empregados (com carteira de trabalho assinada)	122.058	65,94	123.993	65,68	204.584	61,08	238.816	63,03	44.400	57,06	3.726.779	62,12
Empregados (sem carteira de trabalho assinada)	28.751	15,53	28.799	15,26	47.063	14,05	53.331	14,08	10.255	13,18	839.722	14,00
Militares e funcionários públicos estatutários	4.920	2,66	4.357	2,31	10.097	3,01	10.782	2,85	2.303	2,96	177.484	2,96
Conta própria	25.608	13,84	28.182	14,93	60.228	17,98	62.232	16,43	16.157	20,76	1.050.014	17,50
Empregadores	1.613	0,87	1.678	0,89	8.922	2,66	9.188	2,43	4.299	5,52	138.318	2,31
Não remunerados	2.031	1,10	1.599	0,85	3.826	1,14	4.025	1,06	366	0,47	64.150	1,07
Produção para consumo próprio	114	0,06	166	0,09	233	0,07	494	0,13	37	0,05	3.320	0,06
Total	185.095	100,00	188.774	100,00	334.953	100,00	378.868	100,00	77.817	100,00	5.999.787	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Tabela n. 2

População economicamente ativa por ramo de trabalho (valores totais e percentuais) - São Caetano do Sul (2010)

	Homens		Mulheres		Homens e Mulheres	
	Total	%	Total	%	Total	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	103	0,25	106	0,28	209	0,27
Indústrias extrativas	134	0,32	70	0,19	204	0,26
Indústrias de transformação	8692	21,06	4503	12,05	13195	16,78
Eletricidade e gás	79	0,19	29	0,08	108	0,14
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	285	0,69	96	0,26	381	0,48
Construção	2470	5,99	324	0,87	2794	3,55
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	7553	18,30	5296	14,17	12849	16,34
Transporte, armazenagem e correio	2495	6,05	1359	3,64	3854	4,90
Alojamento e alimentação	1359	3,29	1320	3,53	2679	3,41
Informação e comunicação	1469	3,56	786	2,10	2255	2,87
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1388	3,36	1244	3,33	2632	3,35
Atividades imobiliárias	352	0,85	434	1,16	786	1,00
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2480	6,01	2552	6,83	5032	6,40
Atividades administrativas e serviços complementares	1256	3,04	1370	3,66	2626	3,34
Administração pública, defesa e seguridade social	1416	3,43	1525	4,08	2941	3,74
Educação	1248	3,02	4118	11,02	5366	6,82
Saúde humana e serviços sociais	1157	2,80	3406	9,11	4563	5,80
Artes, cultura, esporte e recreação	783	1,90	626	1,67	1409	1,79
Outras atividades de serviços	848	2,06	1772	4,74	2620	3,33
Serviços domésticos	80	0,19	2602	6,96	2682	3,41
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Atividades mal especificadas	5617	13,61	3843	10,28	9460	12,03
TOTAL	41264	100	37381	100	78645	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Tabela n. 3

População economicamente ativa por nível de qualificação do trabalho (valores totais e percentuais) - São Caetano do Sul (2010)

	Homens		Mulheres		Homens e Mulheres	
	Total	%	Total	%	Total	%
Diretores e gerentes	4233	10,25	2603	7,12	6836	8,78
Profissionais das ciências e intelectuais	8575	20,77	9840	26,93	18415	23,66
Técnicos e profissionais de nível médio	5110	12,38	3524	9,65	8634	11,09
Trabalhadores de apoio administrativo	2318	5,61	5601	15,33	7919	10,18
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	5230	12,67	6422	17,58	11652	14,97
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	11	0,03	33	0,09	44	0,06
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	5201	12,60	631	1,73	5832	7,49
Operadores de instalações e máquinas e montadores	3676	8,90	844	2,31	4520	5,81
Ocupações elementares	2097	5,08	3678	10,07	5775	7,42
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	67	0,16	0	0,00	67	0,09
Ocupações mal definidas	4765	11,54	3360	9,20	8125	10,44
TOTAL	41283	100	36536	100	77819	100

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Nas *Teorias da Mais-valia*, Karl Marx argumenta que, do ponto de vista do capital, o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia, enquanto o trabalho improdutivo não só não produz, como consome mais-valia (MARX, 1987). Trata-se, neste último caso, dos serviços prestados a indivíduos ou produtores. Quando pago um barbeiro independente para cortar meu cabelo e aparar minha barba, não estou recolhendo de seu trabalho uma parcela do valor produzido e entregando-lhe na forma de salário a diferença em relação ao total do valor que ele produziu; ao contrário, estou dispendendo recursos particulares meus para que ele execute seu serviço. Trata-se, neste caso, de trabalho improdutivo. No entanto, se existe um empresário que contrata um grupo de cabeleireiros para executar esse serviço em um salão, pagando-lhes um salário correspondente a parte do seu tempo de trabalho e recolhendo para si o sobrante de todos os seus empregados, estes estarão realizando trabalho produtivo do ponto de vista do capital, mesmo que não estejam fabricando nada.

Da mesma forma um professor, por exemplo, em relação aos seus alunos, é um trabalhador improdutivo; mas perante o dono da escola que lhe paga o salário, é trabalhador produtivo, pois esse dono de escola lhe explora como força de trabalho da qual espera a atividade de ensino para os estudantes-clientes, por meio de cujo pagamento de mensalidades o empresário realiza a multiplicação do capital investido. Portanto, os serviços em geral, e mesmo o trabalho "imaterial" podem também ser produtivo, no sentido de que ele é produtivo para o capital.

"Os trabalhos improdutivos requeridos na esfera da circulação estão restritos às atividades de circulação pura, isto é, que alteram apenas a forma do valor, fazendo-o circular, mas não geram nenhuma transformação no valor de uso" (COTRIM, 2009: 51). É um trabalho necessário à forma de sociabilidade do capital: "não pertence ao conjunto de funções que advêm unicamente da forma de sociabilidade do capital, mas é especialmente necessária à organização social ou coletiva do trabalho" (COTRIM, 2009: 54). Novamente, o trabalhador do comércio não produz valor no sentido da produção social total, mas pode ser para o capital mercantil, considerado produtivo (COTRIM, 2009: 57).

Diante dessas considerações, temos que a economia urbana dos municípios do ABC, determinadas pelos ditames do neoliberalismo e da produção que tende a expelir trabalhadores do processo produtivo, baseia-se agora na exploração desse tipo de trabalho que, para o empresário, é meio de apropriação de uma fração da mais-valia socialmente produzida e, para as empresas ou consumidores particulares, é dispêndio de capital. De modo geral, trabalho precário e mal pago que realiza essa função da circulação ou, ainda, trabalho qualificado com formação técnica, o trabalho intelectual relacionado à administração, aos projetos de desenvolvimento de novos produtos, à pesquisa e campanha de mercado, entre outras funções.

Formas de trabalho que tanto se prestam aos suportes das mais diversas naturezas a outras empresas, ou que se destinam a atender a particulares nas funções estabelecidas na própria cotidianidade do morador e trabalhador da metrópole: almoçar, se deslocar, se divertir, criar e educar os filhos. É com base nesse trabalho que se constitui a inserção metropolitana dos municípios do ABC e, em particular, de São Caetano do Sul: antigos os subúrbios que, embora tornados unidades territoriais pela instituição das municipalidades, resultaram em amontoados de fragmentos da metrópole contemporânea.

Diante dessa complexificação do mundo do trabalho, quem seria a classe trabalhadora, hoje? Atualmente, entra em crise o conceito de classe trabalhadora como unidade entre a prática e a consciência, o sujeito histórico da superação da sociedade capitalista. O trabalhador não corresponde mais, imediatamente, ao trabalhador operário e sua forma de existir socialmente já não nos dá a entender que haja unidade de classe no sentido de que ainda exista uma significativa organização dos trabalhadores contra o capital. Quando Marx escreveu O Capital, a classe trabalhadora se apresentava de modo imediato e como tal, identificando-se com o trabalho operário (COTRIM, 2009: 2). Mas, atualmente, há uma enorme diversidade da configuração atual do trabalho social, tanto de atividades concretas, quanto de formas jurídicas que o regulamentam. A classe trabalhadora encontra-se pulverizados quanto ao modo de reivindicar seus interesses enquanto classe trabalhadora, porque os interesses dos trabalhadores entre si são diferentes.

Mas os trabalhadores revelam-se uma unidade sobretudo no sentido de que dependem de dedicar seu tempo à realização de atividades por meio das quais possam

obter um retorno em dinheiro que lhes permita comprar mercadorias as quais necessitam ou desejam. Não só os operários, mas ainda os profissionais vendedores do comércio e toda a enorme e diversa gama de prestadores de serviços; trabalhadores de regime empregatício estável ou instável; trabalhadores dos mais diversos níveis de retorno monetário conta do trabalho; autônomos, contratados e trabalhadores que atuam “por conta própria”; profissionais do pensar e profissionais do fazer: todos eles são trabalhadores e, frequentemente, também exploradores do trabalho alheio.

Não é incomum encontrar no trabalhador autônomo, no empregado tecnicamente bem treinado, no profissional que lida com o conhecimento, a mentalidade especificamente empresarial contemporânea ou o chamado modo de ser neoliberal (mais do que uma política de estado, uma maneira particular de compreender as coisas, uma doutrina de vida), com todos os seus moralismos e supostas verdades. Contraditoriamente, esse novo modo de ser e de ver o mundo agora também se associa, no cotidiano das classes médias trabalhadoras em sua trajetória de formação de patrimônio privado, do costume e do antigo pressuposto de que algumas pessoas nasceram para dedicar-se ao pensamento e, portanto, nasceram para ser servidas, enquanto outras pessoas estão condenadas ao trabalho braçal e nasceram para servir. E é sobre forma pré-moderna de concepção da natureza dos indivíduos que se fundam os pós-modernos circuitos da economia urbana em São Caetano do Sul e no ABC paulista. Particularmente em São Caetano do Sul, de modo geral, acredita-se pertencer à categoria daqueles que nasceram para ser servidos, enxergando-se preconceituosamente a população de outros municípios do ABC paulista e do bairros pobres vizinhos em São Paulo a partir da categoria daqueles que nasceram para servir.

A observação dos padrões de migração diária de trabalhadores entre os municípios do ABC e São Paulo é bastante reveladora do modo como a pretensa autonomização do trabalho intelectual pressupõe uma precarização ainda maior do trabalho braçal e, sobretudo, na metrópole, dos serviços prestados com a finalidade útil de reprodução de uma vida de comodidades dos trabalhadores bem remunerados e especializados, treinados, às vezes pensantes.

Os dados relativos aos municípios de São Paulo e do ABC paulista demonstram as significativas parcelas de moradores que se deslocam para outros municípios para

trabalhar (ver dados da Tabela n°4 até Tabela n°9). É primeiramente notável o fato de que em torno de 53% dos trabalhadores domésticos de Diadema e 51% em Mauá atuem fora do município em que residem, muito provavelmente deslocando-se para trabalhar em outros municípios do ABC ou em São Paulo. Enquanto isso, em Santo André, São Bernardo do Campo e em São Caetano do Sul é possível verificar a migração diária de altos contingentes de trabalhadores empregados em categorias como as de Informação e comunicação, Atividades financeiras, seguros e serviços relacionados e nas Atividades profissionais, científicas e técnicas, encontrando postos de trabalho principalmente no vasto mercado do dito setor terciário em São Paulo. É importante aqui observar que, embora em Mauá e Diadema o percentual de trabalhadores nas três categorias de trabalho intelectual aqui mencionadas chegue a ser percentualmente até maior do que nos outros municípios citados, a quantidade de trabalhadores em números absolutos nesses setores é muito reduzido e, inclusive, percentualmente pouco representativo no contingente total.

A mobilidade intensa do trabalho verificada entre os municípios do ABC sugere que haja uma entrada diária significativa de trabalhadores de outros municípios em São Caetano do Sul. Dadas as características do emprego neste município (concertados sobretudo no setor de serviços), é possível afirmar que a maioria dos trabalhadores que vêm todos os dias de outros municípios para São Caetano do Sul estejam ligados diretamente ao emprego no comércio e na prestação de serviços domésticos, entre outras ocupações em que há baixa média salarial e níveis altos de precariedade na relação de trabalho. É possível afirmar a partir dos dados analisados que o novo emprego gerado no neste município (particularmente para trabalhadores que não residentes) é, de modo muito significativo, caracterizado por ser um trabalho especializado em transformar as atividades anteriormente realizadas em âmbito doméstico ou comunitário em mercadorias acessíveis a quem disponha de dinheiro para trocar por esses serviços, a fim de poupar a si mesmos da realização dos trabalhos domésticos. O almoço no horário de trabalho, levar os filhos à escola, limpar ou fazer reparos na casa, divertir-se junto aos amigos, levar os filhos para brincar em espaços do lazer: tudo isso passa a ser oferecido na forma de mercadoria pronta para o consumo, produzida por meio de um trabalho frequentemente exercido em condições de precariedade.

Considerando-se, enfim, a quantidade população em São Caetano do Sul atuando, em sua vida profissional, dentro ou fora do município de residência, temos que, segundo o Censo do IBGE para o ano de 2010 (ver dados da Tabela n°6), um total de 44.253 de trabalhadores residentes de São Caetano do Sul atuava profissionalmente no próprio município, enquanto uma soma de 32.491 pessoas correspondia aos moradores de São Caetano que exerciam o trabalho em outro município. Portanto, em sua maioria ainda, a população economicamente ativa de São Caetano reside e trabalha no interior dos mesmos limites municipais, embora uma parcela muito significativa efetivamente se desloque diariamente para trabalhar em outros lugares.

Os dados apresentados acerca da parcela da população de São Caetano que se desloca diariamente para o trabalho não nos permitem, contudo, analisar um fator certamente importante que é o da tendência dos jovens estudantes formados graças aos investimentos de seus familiares em educação (fenômeno relativamente recente, se tomado como uma tendência geral, nos municípios do ABC paulista) frequentemente inclinarem-se no sentido de migrar definitivamente de São Caetano do Sul para outras localidades da metrópole, ou mesmo para fora do Brasil, em busca de um modo de vida ligado a modas e a padrões de consumo tidos por eles como mais sofisticados e cosmopolitas. Aparentemente cerram-se, no interior dos limites territoriais do município, as oportunidades de trabalho para os jovens e permanece uma proporcionalmente crescente população idosa ou em idade de se aposentar (embora atualmente esteja havendo significativa expansão dos negócios imobiliários atraindo novos moradores – com um novo perfil – e novos investidores ao município, fato cuja análise procederemos mais adiante).

Tabela n°4 - Trabalho dentro e fora do município - Santo André (2010)

	Trabalho no Município de Residência		Trabalho fora do município de Residência		Total de trabalhadores	Proporção entre trabalhadores que atuam dentro e fora do município de residência	
	Pessoas	%	Pessoas	%		Dentro (% do total)	Fora (% do total)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	637	0,31	319	0,26	956	66,63	33,37
Indústrias extrativas	254	0,12	251	0,20	505	50,30	49,70
Indústrias de transformação	29.664	14,36	35.659	28,64	65.323	45,41	54,59
Eletrecidade e gás	333	0,16	334	0,27	667	49,93	50,07
Água, esgoto, gestão de redísduos e descontaminação	1.833	0,89	605	0,49	2.438	75,18	24,82
Construção	12.568	6,08	4.686	3,76	17.254	72,84	27,16
Comércio, reparação de veículos automotores e motorcicletas	41.885	20,28	17.020	13,67	58.905	71,11	28,89
Transporte, armazenagem e correio	7.025	3,40	5.815	4,67	12.840	54,71	45,29
Alojamento de alimentação	9.829	4,76	3.005	2,41	12.834	76,59	23,41
Informação e comunicação	4.251	2,06	4.803	3,86	9.054	46,95	53,05
Atividades financeira, seguros e serviços relacionados	3.146	1,52	5.002	4,02	8.148	38,61	61,39
Atividades imobiliárias	1.954	0,95	509	0,41	2.463	79,33	20,67
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.743	3,75	5.678	4,56	13.421	57,69	42,31
Atividades administrativas e serviços complementares	7.692	3,72	4.798	3,85	12.490	61,59	38,41
Administração pública, defesa e seguridade social	6.415	3,11	3.331	2,68	9.746	65,82	34,18
Educação	12.872	6,23	5.733	4,60	18.605	69,19	30,81
Saúde humana e serviços sociais	11.171	5,41	7.267	5,84	18.438	60,59	39,41
Artes, cultura, esporte e recreação	2.572	1,25	1.117	0,90	3.689	69,72	30,28
Outras atividades de serviços	9.290	4,50	1.843	1,48	11.133	83,45	16,55
Serviços domésticos	13.113	6,35	2.054	1,65	15.167	86,46	13,54
Organismos internacionais	0	0,00	60	0,05	60	0,00	0,00
Atividades mal especificadas	22.298	10,80	14.616	11,74	36.914	60,41	39,59
TOTAL	206.545	100	124.505	100	331.050	-	-

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Tabela n°5 - Trabalho dentro e fora do município - São Bernardo do Campo (2010)

	Trabalho no Município de Residência		Trabalho fora do município de Residência		Total de trabalhadores	Proporção entre trabalhadores que atuam dentro e fora do município de residência	
	Pessoas	%	Pessoas	%		Dentro (% do total)	Fora (% do total)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.810	0,68	171	0,15	1.981	91,37	8,63
Indústrias extrativas	98	0,04	74	0,07	172	56,98	43,02
Indústrias de transformação	48.831	18,47	22.213	19,98	71.044	68,73	31,27
Eletrecidade e gás	149	0,06	162	0,15	311	47,91	52,09
Água, esgoto, gestão de redísduos e descontaminação	1.622	0,61	450	0,40	2.072	78,28	21,72
Construção	14.107	5,33	4.591	4,13	18.698	75,45	24,55
Comércio, reparação de veículos automotores e motorcicletas	43.195	16,34	16.791	15,10	59.986	72,01	27,99
Transporte, armazenagem e correio	15.784	5,97	5.192	4,67	20.976	75,25	24,75
Alojamento de alimentação	11.802	4,46	3.057	2,75	14.859	79,43	20,57
Informação e comunicação	3.950	1,49	3.812	3,43	7.762	50,89	49,11
Atividades financeira, seguros e serviços relacionados	3.820	1,44	4.941	4,44	8.761	43,60	56,40
Atividades imobiliárias	1.900	0,72	791	0,71	2.691	70,61	29,39
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8.419	3,18	6.003	5,40	14.422	58,38	41,62
Atividades administrativas e serviços complementares	13.021	4,92	4.995	4,49	18.016	72,27	27,73
Administração pública, defesa e seguridade social	6.725	2,54	3.335	3,00	10.060	66,85	33,15
Educação	15.153	5,73	6.514	5,86	21.667	69,94	30,06
Saúde humana e serviços sociais	9.482	3,59	6.174	5,55	15.656	60,56	39,44
Artes, cultura, esporte e recreação	2.514	0,95	1.106	0,99	3.620	69,45	30,55
Outras atividades de serviços	9.147	3,46	2.052	1,85	11.199	81,68	18,32
Serviços domésticos	16.615	6,28	1.911	1,72	18.526	89,68	10,32
Organismos internacionais	0	0,00	73	0,07	73	0,00	0,00
Atividades mal especificadas	36.282	13,72	16.784	15,09	53.066	68,37	31,63
TOTAL	264.426	100	111.192	100	375.618	-	-

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Tabela n°6 - Trabalho dentro e fora do município - São Caetano do Sul (2010)

	Trabalho no Município de Residência		Trabalho fora do município de Residência		Total de trabalhadores	Proporção entre trabalhadores que atuam dentro e fora do município de residência	
	Pessoas	%	Pessoas	%		Dentro (% do total)	Fora (% do total)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	81	0,18	120	0,37	201	40,30	59,70
Indústrias extrativas	82	0,19	122	0,38	204	40,20	59,80
Indústrias de transformação	6.741	15,26	6.397	19,69	13.138	51,31	48,69
Eletrecidade e gás	9	0,02	99	0,30	108	8,33	91,67
Água, esgoto, gestão de redísduos e descontaminação	190	0,43	180	0,55	370	51,35	48,65
Construção	1.848	4,18	882	2,71	2.730	67,69	32,31
Comércio, reparação de veículos automotores e motorcicletas	8.011	18,14	4.593	14,13	12.604	63,56	36,44
Transporte, armazenagem e correio	1.336	3,03	1.547	4,76	2.883	46,34	53,66
Alojamento de alimentação	2.017	4,57	566	1,74	2.583	78,09	21,91
Informação e comunicação	627	1,42	1.591	4,90	2.218	28,27	71,73
Atividades financeira, seguros e serviços relacionados	789	1,79	1.836	5,65	2.625	30,06	69,94
Atividades imobiliárias	628	1,42	135	0,42	763	82,31	17,69
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2.403	5,44	2.554	7,86	4.957	48,48	51,52
Atividades administrativas e serviços complementares	1.551	3,51	1.075	3,31	2.626	59,06	40,94
Administração pública, defesa e seguridade social	1.686	3,82	1.243	3,83	2.929	57,56	42,44
Educação	3.485	7,89	1.916	5,90	5.401	64,53	35,47
Saúde humana e serviços sociais	2.511	5,69	1.973	6,07	4.484	56,00	44,00
Artes, cultura, esporte e recreação	877	1,99	421	1,30	1.298	67,57	32,43
Outras atividades de serviços	1.974	4,47	625	1,92	2.599	75,95	24,05
Serviços domésticos	2.371	5,37	259	0,80	2.630	90,15	9,85
Organismos internacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Atividades mal especificadas	4.944	11,20	4.360	13,42	9.304	53,14	46,86
TOTAL	44.161	100	32.494	100	76.655	-	-

Tabela n°7 - Trabalho dentro e fora do município - Diadema (2010)

	Trabalho no Município de Residência		Trabalho fora do município de Residência		Total de trabalhadores	Proporção entre trabalhadores que atuam dentro e fora do município de residência	
	Pessoas	%	Pessoas	%		Dentro (% do total)	Fora (% do total)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	284	0,26	110	0,15	394	72,08	27,92
Indústrias extrativas	10	0,01	18	0,02	28	35,71	64,29
Indústrias de transformação	33.203	30,60	15.210	20,48	48.413	68,58	31,42
Eletrecidade e gás	91	0,08	127	0,17	218	41,74	58,26
Água, esgoto, gestão de redísduos e descontaminação	849	0,78	354	0,48	1.203	70,57	29,43
Construção	5.496	5,07	3.255	4,38	8.751	62,80	37,20
Comércio, reparação de veículos automotores e motorcicletas	17.576	16,20	9.415	12,68	26.991	65,12	34,88
Transporte, armazenagem e correio	3.956	3,65	4.764	6,41	8.720	45,37	54,63
Alojamento de alimentação	4.735	4,36	2.627	3,54	7.362	64,32	35,68
Informação e comunicação	767	0,71	2.133	2,87	2.900	26,45	73,55
Atividades financeira, seguros e serviços relacionados	693	0,64	1.877	2,53	2.570	26,96	73,04
Atividades imobiliárias	232	0,21	441	0,59	673	34,47	65,53
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.905	1,76	2.512	3,38	4.417	43,13	56,87
Atividades administrativas e serviços complementares	4.667	4,30	5.311	7,15	9.978	46,77	53,23
Administração pública, defesa e seguridade social	2.500	2,30	1.476	1,99	3.976	62,88	37,12
Educação	4.350	4,01	2.294	3,09	6.644	65,47	34,53
Saúde humana e serviços sociais	2.572	2,37	3.868	5,21	6.440	39,94	60,06
Artes, cultura, esporte e recreação	544	0,50	800	1,08	1.344	40,48	59,52
Outras atividades de serviços	4.456	4,11	1.796	2,42	6.252	71,27	28,73
Serviços domésticos	5.480	5,05	6.114	8,23	11.594	47,27	52,73
Organismos internacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Atividades mal especificadas	14.137	13,03	9.765	13,15	23.902	59,15	40,85
TOTAL	108.503	100	74.267	100	182.770	-	-

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Tabela n°8 - Trabalho dentro e fora do município - Mauá (2010)

	Trabalho no Município de Residência		Trabalho fora do município de Residência		Total de trabalhadores	Proporção entre trabalhadores que atuam dentro e fora do município de residência	
	Pessoas	%	Pessoas	%		Dentro (% do total)	Fora (% do total)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	512	0,49	146	0,18	658	77,81	22,19
Indústrias extrativas	253	0,24	186	0,22	439	57,63	42,37
Indústrias de transformação	23.372	22,44	23.402	28,30	46.774	49,97	50,03
Eletrecidade e gás	276	0,27	96	0,12	372	74,19	25,81
Água, esgoto, gestão de redísduos e descontaminação	1.201	1,15	368	0,45	1.569	76,55	23,45
Construção	8.809	8,46	5.314	6,43	14.123	62,37	37,63
Comércio, reparação de veículos automotores e motorcicletas	21.924	21,05	11.920	14,42	33.844	64,78	35,22
Transporte, armazenagem e correio	4.418	4,24	3.499	4,23	7.917	55,80	44,20
Alojamento de alimentação	4.340	4,17	2.725	3,30	7.065	61,43	38,57
Informação e comunicação	854	0,82	1.834	2,22	2.688	31,77	68,23
Atividades financeira, seguros e serviços relacionados	741	0,71	1.908	2,31	2.649	27,97	72,03
Atividades imobiliárias	512	0,49	370	0,45	882	58,05	41,95
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2.248	2,16	2.014	2,44	4.262	52,75	47,25
Atividades administrativas e serviços complementares	3.454	3,32	5.305	6,42	8.759	39,43	60,57
Administração pública, defesa e seguridade social	2.983	2,86	1.645	1,99	4.628	64,46	35,54
Educação	5.978	5,74	2.324	2,81	8.302	72,01	27,99
Saúde humana e serviços sociais	3.294	3,16	4.032	4,88	7.326	44,96	55,04
Artes, cultura, esporte e recreação	661	0,63	670	0,81	1.331	49,66	50,34
Outras atividades de serviços	4.399	4,22	1.444	1,75	5.843	75,29	24,71
Serviços domésticos	5.967	5,73	6.398	7,74	12.365	48,26	51,74
Organismos internacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
Atividades mal especificadas	7.950	7,63	7.080	8,56	15.030	52,89	47,11
TOTAL	104.146	100	82.680	100	186.826	-	-

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Tabela n°9 - Trabalho dentro e fora do município - São Paulo (2010)

	Trabalho no Município de Residência		Trabalho fora do município de Residência		Total de trabalhadores	Proporção entre trabalhadores que atuam dentro e fora do município de residência	
	Pessoas	%	Pessoas	%		Dentro (% do total)	Fora (% do total)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	16.315	0,31	1.873	1,03	18.188	89,70	10,30
Indústrias extrativas	2.807	0,05	976	0,54	3.783	74,20	25,80
Indústrias de transformação	584.515	10,97	41.844	22,95	626.359	93,32	6,68
Eletrecidade e gás	8.640	0,16	346	0,19	8.986	96,15	3,85
Água, esgoto, gestão de redísduos e descontaminação	27.788	0,52	933	0,51	28.721	96,75	3,25
Construção	283.387	5,32	10.829	5,94	294.216	96,32	3,68
Comércio, reparação de veículos automotores e motorcicletas	924.337	17,35	23.742	13,02	948.079	97,50	2,50
Transporte, armazenagem e correio	276.118	5,18	12.239	6,71	288.357	95,76	4,24
Alojamento de alimentação	220.315	4,14	4.899	2,69	225.214	97,82	2,18
Informação e comunicação	187.336	3,52	7.181	3,94	194.517	96,31	3,69
Atividades financeira, seguros e serviços relacionados	183.949	3,45	6.122	3,36	190.071	96,78	3,22
Atividades imobiliárias	45.777	0,86	1.180	0,65	46.957	97,49	2,51
Atividades profissionais, científicas e técnicas	319.076	5,99	8.522	4,67	327.598	97,40	2,60
Atividades administrativas e serviços complementares	414.500	7,78	8.952	4,91	423.452	97,89	2,11
Administração pública, defesa e seguridade social	158.127	2,97	8.084	4,43	166.211	95,14	4,86
Educação	281.075	5,28	9.576	5,25	290.651	96,71	3,29
Saúde humana e serviços sociais	284.233	5,34	9.976	5,47	294.209	96,61	3,39
Artes, cultura, esporte e recreação	70.187	1,32	1.445	0,79	71.632	97,98	2,02
Outras atividades de serviços	169.549	3,18	3.314	1,82	172.863	98,08	1,92
Serviços domésticos	369.866	6,94	4.256	2,33	374.122	98,86	1,14
Organismos internacionais	765	0,01	20	0,01	785	0,00	0,00
Atividades mal especificadas	498.686	9,36	16.043	8,80	514.729	96,88	3,12
TOTAL	5.327.348	100	182.352	100	5.509.700	-	-

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Não poderíamos aqui nos dar por contentes na análise do trabalho em São Caetano do Sul sem consideramos brevemente um outro extremo do mesmo fato referente às pessoas enquadradas pelas estatísticas na categoria de População economicamente não ativa (a maioria delas, perante o total da população, entre os idosos e os jovens, conforme demonstra a Tabela n°11), especialmente os mencionados aposentados, os estudantes e também as donas de casa (a tabela n°10 mostra uma maior proporção de pessoas enquadradas na categoria de População não economicamente ativa entre as mulheres). Se, por um lado, esses moradores não estão se encontram (ao menos não atualmente) na condição de indivíduos cuja vida implica vender sua própria força-de-trabalho para adquirir salário e, com isso, comprar os bens e serviços de que faz uso para sobreviver, suas atividades certamente são relevantes nos circuitos de reprodução da sociedade contemporânea não só porque eles também são consumidores de mercadorias, mas, sobretudo, porque, particularmente no caso dos aposentados e das donas de casa, seus afazeres constantemente permitem a outras pessoas a obtenção de determinados meios de vida e a satisfação de determinadas necessidades evitando ter que recorrer diretamente ao mundo da mercadoria: o preparo do alimento, a faxina da casa, a confecção de uma vestimenta, entre muitas outras atividades usufruídas sem que se tenha que compra-las.

Tabela n°10

População economicamente ativa e não economicamente ativa por gênero - São Caetano do Sul (2010)

	Homens		Mulheres	
	Pessoas	Participação no total (%)	Pessoas	Participação no total (%)
População economicamente ativa	43.596	71	39.473	54
População não economicamente ativa	17.976	29	33.951	46
Total	61.572	100	73.424	100

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti

Tabela n°11

População economicamente ativa e não economicamente ativa por faixa de idade - São Caetano do Sul (2010)

	População economicamente ativa	População não economicamente ativa
De 10 a 14 anos	315	8.297
De 15 a 19 anos	4.004	5.394
De 20 a 24 anos	9.339	1.752
De 25 a 29 anos	11.089	1.163
De 30 a 34 anos	10.301	1.413
De 35 a 39 anos	9.504	1.467
De 40 a 44 anos	8.987	1.669
De 45 a 49 anos	9.827	2.067
De 50 a 55 anos	7.663	2.915
De 55 a 59 anos	5.604	3.853
De 60 a 69 anos	4.953	8.847
70 anos ou mais	1.482	13.090
Total	83.068	51.927

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Giancarlo Livman Frabetti.

Feitas essas considerações sobre a complexidade do mundo do trabalho e sobre a mobilidade do trabalhador entre os municípios do ABC paulista (particularmente em São Caetano do Sul) e São Paulo, torna-se possível desfazer o mito de que os antigos subúrbios, após a evasão de muitas unidades industriais, teriam se constituído em "cidades-dormitório", com predominância da "função residencial". Compete para a disseminação dessa ideia o fato de que muitos trabalhadores residentes no município têm, de fato, sua atuação profissional fora dos limites de São Caetano do Sul, realizando diariamente o tipo de movimento pendular entre a casa e o local de trabalho. Questionamos aqui a ideia de que São Caetano do Sul tenha se tornado uma "cidade-dormitório", mesmo que a chamada "função residencial" atualmente seja o modo mais evidente por meio do qual se pode conceber a relação entre esta localidade e a totalidade do fenômeno metropolitano.

Os dados já expostos neste nosso trabalho demonstram claramente tanto a importância do emprego industrial e dos ramos comerciais quanto a emergência do emprego em um setor de prestação de serviços complexo, extremamente diverso, tanto no que se refere aos ramos de ocupação e aos níveis de aperfeiçoamento técnico do trabalho, quanto no que se refere aos níveis de ganho salarial e da contratualidade/precariedade na relação de trabalho. Em outras palavras, existe, no interior dos limites territoriais do município de São Caetano do Sul, uma produção econômica de importante participação na metrópole paulistana, baseada fundamentalmente mais na circulação do que na produção. Não só existem empregos "para os próprios moradores", como também há significativa migração diária de trabalhadores moradores de outros municípios para o local de emprego em São Caetano do Sul.

Com o desmantelamento de seu antigo parque industrial, a integração da economia própria do Município de São Caetano do Sul aos circuitos metropolitanos passou a se definir a partir de um projeto cuja estratégia é a de atrair aos novos moradores e investidores para um espaço organizado a fim de ofertar mercadorias e serviços de modo cada vez mais abundante. Evidentemente, a existência dos lugares de concentração da oferta e dos meios de propagação do consumo de mercadorias como forma primordial de sociabilidade não é novidade alguma na sociedade capitalista. Mas revela-se, na análise do caso de São Caetano do Sul, que *o estímulo ao consumo de mercadorias atualmente emergiu como a fundamental atividade produtiva do capitalismo*. Produtiva, vale pontuar, no sentido de que produz retorno ampliado de capital ao investidor por meio da exploração do trabalho alheio. Enfim: nas atuais condições de competitividade entre os capitais, não é mais possível continuar realizando a mais-valia produzida sem que haja vultosos investimentos em estratégias de incessante reprodução da inclinação para o consumo.

Nesse sentido, quando a cidade industrial elevou como instância social máxima o planejamento, ela destruiu o caráter da vida cotidiana citadina (o encontro) para restabelecê-la enquanto cotidianidade programada, produto maior do planejamento. Durante décadas, a estratégia que aliava Estado e grande indústria teve como objetivo programar a vida cotidiana, por meio do planejamento, para torná-la um instrumento da produção. Fundamentalmente, os nexos e fluxos da cidade eram programados para

fazer com que a produção industrial fosse viabilizada, para que a indústria se relacionasse funcionalmente com seu espaço. A mercadoria se instaurava como meio para obter a satisfação das necessidades criadas pelo novo espaço produzido: vestuário, alimentação, transporte. Mas fundamentalmente o espaço produzido o era com o objetivo de reduzir cotidiano da cidade industrial ao imperativo da produção e da acumulação crescente, ampliada.

Mas não é isso o que define exatamente a metrópole contemporânea. Ou melhor, nessa nova sociedade urbana, a produção do espaço tem como estratégia central a produção do espaço da *reprodução do consumo*. O espaço que se volta não só a suprir com mercadorias as necessidades dessa vida programada, mas que se volta, sobretudo, a ordenar a vida cotidiana para que ela seja *crescentemente capaz de consumir mais mercadorias*. A vida cotidiana, de produto, ela se revela produtiva. Todo planejamento urbano enquanto política da vida se volta à criação de desejos, à criação de símbolos de consumo. O trabalho produtivo da metrópole industrial é ultrapassado pelo trabalho improdutivo (do ponto de vista de quem consome, mas produtivo para quem explora esse trabalho), portanto, potencializando a criação incessante de novas necessidades e desejos como mecanismo de reprodução social. Assim, a metrópole produzida não é só o espaço da produção e do intercâmbio de coisas: ela é também o espaço da reprodução da vida e, como tal, espaço de produção e intercâmbio tanto das coisas materiais quanto das coisas imateriais. Fundamentalmente, hoje, o espaço de reprodução das modas, das tendências, do desejo. Enfim, o espaço da reprodução ampliada do consumo.

Esta estratégia de produção do espaço de reprodução incessante do consumo está fundada na propagação da nova ideologia do consumir como meio de "parecer" alguém, já que a identidade marcada pelo ter (casa e automóvel, produtos antigamente tidos como duráveis) degenera diante da nova sociedade do consumo de mercadorias cada vez mais descartáveis. Um consumo crescente (e por endividamento) de coisas que, também de modo crescente, vão se tornando mais rapidamente obsoletas. De um mundo em que havia a mentalidade de dar aos filhos a educação que os próprios pais nunca tiveram, desembocamos num tempo em que as relações humanas são inteiramente mediadas pelos signos da mercadoria, dos objetos de consumo, os quais os indivíduos passam a adquirir com velocidade cada vez maior, ao mesmo tempo em que se endividam cada vez mais para consumir e assim se

parecerem com os estereótipos da moda. É o consumo de coisas que vão se tornando cada vez mais rapidamente obsoletas como meio de se construir uma personalidade a qual não se tem.

Incorporam-se sobre as antigas estruturas do subúrbio operário a nova rede de circulação plenamente construída para comportar os fluxos da mercadoria e do trabalho. Constitui-se um novo sistema de transportes, integrado à complexidade dos circuitos da metrópole. Esse sistema de transporte se presta fundamentalmente à aceleração da circulação, fator indispensável à viabilidade da constituição dessa economia fundada no "setor terciário". Tanto as empresas prestadoras de serviços como a própria "função residencial" de São Caetano escoram-se numa enorme frota de veículos. Contudo, esse sistema de circulação interna e de ligação externa de São Caetano culmina, atualmente, em intensos congestionamentos nas principais vias de acesso/saída do município e também nas vias de circulação no interior dos bairros, conforme nesses bairros instalam-se equipamentos como escolas, comércio, locais de trabalho, bem como os condomínios de moradia. Nota-se também a escassez de vagas para estacionar carros não só nos corredores comerciais principais, mas em praticamente toda a cidade. Enfim, o meio pelo qual pretensamente se esperava alcançar a fluidez entrou em colapso sistêmico: o termo "trânsito" é usado, de modo geral, para designar o oposto daquilo o que ele etimologicamente significa.

Ligados a esse sistema de circulação e diante das novas "funções" da economia em São Caetano do Sul, surgem os novos estabelecimentos comerciais do consumo de massa, tais como os supermercados, as unidades de grandes redes de lanchonetes e o primeiro *shopping center* o Shopping São Caetano, no qual havia inclusive uma loja da rede de lanchonetes McDonald´s[27]. Este conjunto de lojas, inaugurado na década de

---

[27] A primeira lanchonete do grupo McDonald´s em São Caetano do Sul foi aberta somente nos anos 1990, no pátio da loja do Grupo Carrefour. Pouco depois, foi aberta outra loja da mesma rede no Shopping São Caetano. Tratou-se, por incrível que pareça, de uma espécie de marco na cotidianidade e na própria identidade do morador de São Caetano. Na década de 1980, era um costume de algumas famílias que dispunham de recursos reservarem um dia do final de semana (portanto, uma atividade que tinha um caráter de passeio) para irem de carro até as unidades mais próximas das lojas dessa rede de lanchonetes, situadas em São Paulo ou em Santo André. Não se fazia uma refeição, propriamente, mas se "lanchava" em família. Após a abertura das lojas no próprio município, a venda dessa facilidade generaliza-se a quaisquer momentos do dia e sob quaisquer circunstâncias, desde que se tenha disposição para pagar o preço estipulado e que se aprecie esse tipo de comida. Ouvia-se frequentemente na fala das pessoas que após a abertura do McDonald´s, São Caetano começava a "deixar de ser cidade do interior".

1990, e ficava localizado em ponto privilegiado na Avenida Goiás, hoje em dia já não oferece mais capacidade de atrair consumidores, estando agora esta capacidade atrativa localizada no novo *shopping center* situado no terreno da antiga fábrica da Cerâmica São Caetano, conforme comentaremos adiante.

Entre as grandes redes de supermercados, consta uma unidade do Extra (no terreno da fábrica ZF que transferiu-se para o interior), outra do Pão de Açúcar no bairro agora denominado Bairro Santa Paula (ambas as lojas localizadas estrategicamente para atenderem ao público consumidor esperado para cada um desses tipos de loja) e outra do Grupo Carrefour, margeando a Avenida dos Estados. Além dessas unidades das grandes redes de supermercados, existe ainda o Grupo Joanim de supermercados, criado no próprio município de São Caetano, contando com lojas no Centro, Oswaldo Cruz e em Nova Gerty. Recentemente houve uma ampla reforma do estabelecimento da loja da Cooperhodia, grupo originado em Santo André a partir da cooperativa da fábrica de produtos químicos Rhodia. .

Diante dos novos estabelecimentos comerciais com sua gama de produtos e marcas e sua “facilidade” de formas de pagamento e financiamento, tende a desaparecer, sob a concorrência dos grandes grupos econômicos, o antigo comércio, o fiado, os estabelecimentos formados por famílias que impuseram condição de destaque social no passado; um comércio que monopolizava, de certa forma, o acesso a produtos da modernidade, à mercadoria moderna (devido à distância relativa do antigo subúrbio em relação aos mercados mais sofisticados da cidade). Esse comércio teve que entrar em crise para que se pudesse dar lugar à nova cidade de serviços. São destruídos incessantemente os padrões de consumo estabelecidos para que novos sejam criados.

Assim, a (re)produção do indivíduo consumidor no caso de São Caetano do Sul tanto passa necessariamente pela destruição das estruturas urbanas criadas como fruto do trabalho no antigo subúrbio operário a fim de erguer novas formas agora apropriadas ao novo caráter desse lugar como lugar do consumo. Isso significa que a produção desse lugar de consumo é feita por meio do consumo do lugar: emerge a procura por localizações com acessibilidade e infraestrutura urbana para serem destruídos e, nesta medida, apropriados pelos novos ramos empresariais.

A destruição para posterior reconstrução não é só um meio de criar a nova fisionomia da cidade e, com isso, parte das condições para a integração de São Caetano do Sul à economia de serviços metropolitana: é também um meio de apagar os vestígios dos grupos políticos que já saíram do poder e colocar em seu lugar as marcas dos novos grupos políticos (até que estes voltem a perder o poder para também verem seus monumentos serem destruídos por seus sucessores). Notório, nesse sentido, foi o destino dado às obras do antigo prefeito Luís Olinto Tortorello (cacique local eleito por três mandados a partir da década de 1990, ele mesmo, um produtivo destruidor). Em seu governo, várias reformas em prédios públicos foram acompanhadas da construção de estruturas sugerindo a letra "T", inicial do seu sobrenome (tais como ocorreu na reforma da Fundação das Artes, na do Colégio Idalina Macedo Costa Sodré e na construção do novo Palácio da Cerâmica). Seu sucessor, José Auricchio Jr., também filiado ao PDT mas cujo grupo político emergiu de um cisma no grupo político de Tortorello, derrubou várias dessas estruturas em forma de "T", embora algumas delas ainda existam. Sob o governo de Auricchio também foi empreendida a completa destruição daquele que foi projetado para ser o "cartão-postal" da cidade sob o governo Tortorello: o conjunto de monumentos que criava um "portal" do município de São Caetano na divisa entre este e São Paulo.

Enfim, o espaço produzido, de modo a se reproduzir o novo trabalhador e consumidor urbano, tem, portanto, suas condições necessárias de criação no processo de destruição da economia industrial suburbana para emergência de uma economia de serviços, na crise do trabalho para emergência do trabalho precário a sustentar os serviços urbanos, no desmantelamento dos laços de sociabilidade direta (embora estamental) que caracterizavam a vida suburbana para a criação de um modo de ser baseado na racionalização do próprio corpo diante dos imperativos da acumulação e da concorrência, do consumo desenfreado como meio de atingir o status social.

Mas esse amplo projeto de destruição do subúrbio como lugar de trabalho não significou, contudo, um rompimento com a mentalidade conservadora, fundada na defesa dos chamados valores da família e da propriedade privada. A reprodução dessa imagem de lugarejo ordeiro e tradicional que se forjou para São Caetano do Sul pode, por exemplo, ser evidenciada nos dias atuais a partir dos dispositivos nas leis de zoneamento do município que, já há algumas décadas, tentam impedir tanto a

prostituição quanto a existência de estabelecimentos de prestação de serviços aos encontros de finalidade sexual. São Caetano é "a cidade que não tem motéis". Também faz parte da instauração da ilusão de ordem a construção do status de "cidade que não tem tráfico de drogas[28]". Mas entre cujos habitantes, evidentemente, o consumo da prostituição e das drogas não encontra barreiras significativas.

As políticas por meio das quais se escolhe um inimigo público e se cria um meio para destruí-lo se tornam um instrumento fundamental de produção da cidade de consumo, criam a maquiagem de um lugar no qual a segurança estaria supostamente garantida. Bairros como o Bairro Fundação, antigo lugar de encontro, religiosidade e festividade no antigo subúrbio de São Caetano e que depois do fechamento das Indústrias Reunidas Matarazzo passou a abrigar um contingente de migrantes, resultando ao longo dos últimos anos em uma imagem estereotipada e preconceituosa de que era um lugar "decadente", passa agora por políticas de "revitalização", incluindo-se o projeto de construção de uma praça pública no espaço da antiga fábrica, todavia interditado por conta da grave contaminação química do solo. De qualquer modo, o uso do termo "revitalização" inclui sempre o sentido de instituir a sensação de segurança sob pena de políticas autoritárias e racistas que enxergam no pobre o outro da "nossa comunidade".

---

[28] Na década de 1990, houve um caso no qual se evidenciou um conflito entre a ordem pública e as questões comportamentais e, inclusive, de saúde do adolescente morador da metrópole. Na Avenida Goiás, a poucos metros de distância da primeira delegacia do município, existe uma praça anteriormente denominada Praça Juscelino Kubitscheck. Na referida década, a praça passou a ser lugar de encontro noturno de adolescentes, por conta da existência de bares cujo chamariz era a propagação de vertentes então contemporâneas da cultura *pop*. Devido ao aglomerado de pessoas e às próprias características paisagísticas da praça, tornou-se evidente aos seus frequentadores noturnos a facilidade do uso de drogas ilícitas sem que isso acarretasse grande risco de serem flagrados pela polícia. Em pouco tempo, disseminou-se no convívio entre esses adolescentes frequentadores da praça o uso de todo tipo de substâncias psicoativas proibidas. A concentração de jovens usando e, depois, traficando drogas nesse local situado em um ponto de intensa passagem de pedestres e veículos chegou a mover, em várias circunstâncias, operações das autoridades policiais sem que isso, contudo, evitasse definitivamente a continuidade do uso e do tráfico de drogas no local. Contudo, um evento violento acabou sendo deflagrado dentro dessas circunstâncias: houve um tiroteio em plena praça em uma noite do ano de 1999, acarretando vários feridos a bala de pistola, mas nenhum óbito. Consequentemente, em seguida, foi instalada uma unidade da Guarda Civil Municipal na praça, funcionando dia e noite, de modo que acabou havendo uma dispersão dos usuários e traficantes (embora não imediatamente). Meses depois, o projeto de lei de um vereador local propôs um novo nome à praça: Praça da Bíblia. No local em que havia anteriormente a concentração de adolescentes, ergueu-se uma obra em forma de arco, contendo ao alto uma inscrição com a nova denominação do logradouro. Não que isso tenha evitado definitivamente a aglomeração de adolescentes e, até, o uso de entorpecentes proibidos no local. Mas permaneceu a imagem do monumento à ordem, a mostrar a suposta eficiência da interdição pública municipal no local tido anteriormente como o da desordem.

A Guarda Civil Metropolitana é uma instituição que foi particularmente reforçada durante e após o governo do prefeito Tortorello, com a contratação de efetivo, compra de viaturas, instalação de bases e de centrais da organização. Nas principais vias de circulação de automóveis nos limites entre São Caetano com outros municípios, existem guaritas da GCM com carros parados e luminosos ligados dia e noite. Mas os casos de abuso de poder por parte da guarda municipal são inúmeros, destacando-se entre eles a ocorrência recente e amplamente noticiada nos grandes meios de comunicação na qual uma viatura da GCM excedeu os limites do próprio município numa perseguição a outro carro, entrando nas ruas de Heliópolis, em São Paulo. Na ocasião, os guardas municipais de São Caetano dispararam tiros de revólver, atingindo e matando uma adolescente moradora de Heliópolis que se encontrava na rua naquele momento.

O estabelecimento da imagem de cidade conforme uma concepção autoritária de ordem social incluiu a tentativa de eliminação dos cortiços e a expulsão dos pobres. Até o ponto de ficar conhecida como a "cidade que não tem favelas". "São Caetano é a única cidade do ABC a não ter uma única favela. Mas possui 342 cortiços em que até 12 famílias compartilham de um mesmo banheiro e tanque de lavar roupa" (MÉDICI, 1993: 129), informação de março de 1991 fornecida a Ademir Médici pela catequista Terezinha Ferreira Zane, da Comunidade da Igreja Candelária.

Com a política de estabelecimento daquilo o que as elites dominantes locais (e os próprios moradores, em geral) concebem como segurança, a urbanização sofre uma crítica conservadora, porque baseada no pressuposto de que o morador de São Caetano do Sul teria o privilégio de poder se manter à parte daquilo o que se se entende como a degradação do mundo moderno, da sua linguagem mundana, da sua moda, da sua violência. Somos a "cidade sem favelas". Somos a "cidade de primeiro mundo". Tudo isso é fortemente fundado no orgulho residual da vida suburbana familiar, social, hierarquizada e pautada tanto pelo pressuposto de que as pessoas são naturalmente mais nobres umas do que as outras quanto pela ideologia do enriquecimento pelo trabalho. Nossos acúmulos culturais são a matéria-prima dessa ideologia suburbana que agora repõe o subúrbio como imagem, ainda que a rigor, o subúrbio tenha se esfacelado.

No atual estágio de destruição do subúrbio (do seu modo de vida e do seu espaço comunitários, das suas obras e monumentos pré-modernistas e até dos modernistas, das suas categorias econômicas, como o trabalho, do seu cotidiano voltado para dentro, e não para as vias e os circuitos de circulação, de transporte, medidos pelo tempo abstrato) o *não-morador*, ou o indivíduo privado dos direitos de morador, não está mais assentado em terrenos dentro do município, em favelas dentro do município. As favelas foram "extintas" por planos de expulsão da população migrante pobre. Agora, o *não-morador* é o trabalhador que vem todos os dias às cidade (enquanto boa parte dos seus moradores saem) atuar em atividades mal remuneradas e informais no serviço, mas um jovem que inclusive frequenta festas, consome, usa serviços particulares e até públicos no município, no limite das restrições que lhes são impostas. É visto pelos "clientes" moradores da cidade como um serviçal, ao mesmo tempo em que representa o "perigo" da periferia (em todos os sentidos, porque, mesmo sendo um trabalhador, é visto como potencial assaltante, traficante, dirige escutando funk em volume alto, ainda influenciando a classe média com seu comportamento tido como obsceno).

Já o *morador* é degradado em consumidor do espaço. Frequentemente trabalha fora, ou no próprio município mantém estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, mas em "sua cidade" (ou melhor, na cidade em que detém propriedade) e no interior de sua residência, quer ser servido. Seu lugar de convivência se restringe ao ambiente privado, à área comum do condomínio, aos grandes centros comerciais padronizados, aos lugares que promovem o encontro mediante o consumo. Acredita que a cidade toda deve funcionar em função do seu bem-estar individual. Acredita, ainda, estar apartado e protegido dos problemas sociais que emergiram da metropolização na medida em que comprou uma unidade de propriedade privada na "cidade que não tem favelas". Nesse sentido, *mais do que um consumidor do espaço, esse novo morador é um consumidor de imagens por meio da compra da propriedade*, de um lugar no espaço. Com essa degradação do morador em consumidor, o subúrbio revela-se como categoria do passado, mas que começa a fazer sentido exatamente no curso de sua dissolução: ele se repõe enquanto imagem, reconstituindo espetacularmente o lugar da esperança da família na racionalidade (de fato irracional) do mundo moderno. Desfeita a vida cotidiana do subúrbio, revela-se o sentido do

subúrbio: constituir-se signo utilizado como justificativa para repor as relações de produção, oferecer ao morador-consumidor a ilusão de que, morando e consumindo, ele viverá no lugar do acesso ao conforto e aos meios coletivos mais sofisticados (postos como a positividade do urbano) ao mesmo tempo em que estará apartado de toda a negatividade do urbano, fora das "cracolândias", seguro e protegido. Trabalhando e se endividando em níveis crescentes para poder morar cada vez mais e consumir cada vez mais.

Do antigo subúrbio operário, efetivamente destruído e espetacularmente incorporado na estratégia de integração de São Caetano do Sul à nova economia metropolitana emergente, resta atualmente a condição de ser um fragmento da metrópole (ou um amontoado de fragmentos unidos politicamente entre si pelo território municipal), portanto, definido por ser mais um ponto (ou mais um conjunto de pontos) inserido na rede metropolitana de nexos e fluxos de circulação de capitais.

Todavia, o caráter da localização de São Caetano do Sul na Região Metropolitana de São Paulo é o de possuir fácil acessibilidade em relação às centralidades mais importantes da metrópole (pela proximidade tanto absoluta como relativa entre São Caetano e tais centralidades metropolitanas) e o da presença significativa de equipamentos de consumo coletivo, das infraestruturas urbanas. Em outras palavras, a produção (destrutiva) do espaço urbano visando constituir em São Caetano do Sul uma centralidade da economia de serviços metropolitana foi um negócio a movimentar tantos outros negócios, os quais passaram a ser a "nova vocação" econômica do município. Diante dessa oferta de serviços e infraestruturas que interessam tanto às finalidades administrativas e logísticas das empresas quanto resultam em um ambiente de consumo e de habitat adequados a um novo perfil de morador que se pretendia atrair ao município, abriu-se particularmente um campo de negócios para as empresas de produção e venda de imóveis, entre outros ramos empresariais ligados à produção imobiliária e ao urbanismo. Negócios que serão viabilizados por estratégias do poder municipal e pela instituição de uma legislação que, por meio de dispositivos de permissões e restrições ao uso do solo, abre as portas para a produção de uma enxurrada de unidades dessa mercadoria que vem a se tornar a fundamental mercadoria produzida e transacionada na economia de São Caetano do Sul: a propriedade imobiliária na forma de apartamentos em condomínios.

Um primeiro elemento, portanto, a se considerar quando se trata de compreender aquilo o que, enquanto fenômeno, se manifesta na verticalização acelerada da paisagem no município de São Caetano do Sul, é a mencionada disponibilidade de infraestruturas urbanas e equipamentos de consumo coletivo e público. Os negócios imobiliários encontram, na maioria dos bairros de São Caetano, um ambiente especialmente bem equipado com vias e meios de transporte, coleta de esgoto, distribuição de água e energia, redes de comunicação, escolas, comércio e serviço de proteção ao patrimônio privado.

É comum encontrar nos prospectos de propaganda imobiliária a informação de que o município de São Caetano do Sul tem o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano dentre os municípios do Brasil (índice de 0,919 segundo a PNUD para o ano de 2000). A exploração política e propagandística desse dado resultou na forma de expressão segundo a qual São Caetano é identificado como "cidade de primeiro mundo". Expressão generalizada e de uso corrente entre moradores, mas também a referência mais comum a partir da qual, atualmente, os moradores de quaisquer outros lugares identificam São Caetano do Sul, seja para admirar, seja para ironizar. A análise de alguns dados é imprescindível para a real compreensão do significado deste índice.

O município de São Caetano do Sul tem pouco mais de 15km^2 e no interior dos seus limites territoriais reside, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE para o ano de 2010, uma população de 149.263 habitantes. Segundo o "Relatório de Atratividade" produzido pela empresa All Consulting sob a encomenda da Prefeitura de São Caetano do Sul, a taxa de alfabetização no município é superior a 99%, tendo sido "apontado em 2008 como líder em escolaridade entre todos os 645 municípios do Estado de São Paulo pela Fundação Seade" (RELATÓRIO DE ATRATIVIDADE: 9) e, segundo dado da própria Secretaria Municipal de Educação, tem índice de 100% de matrículas em pré-escolas. Também tem a totalidade de suas ruas asfaltadas, assim como 100% de residências com abastecimento de água encanada pela rede geral da cidade e 100% do esgoto recolhido e tratado na estação da SABESP situada na divisa entre São Caetano e São Paulo, assim como 100% do lixo doméstico produzido na cidade recolhido. Existem 38 estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS.

> Não coincidentemente, o município é o que possui maior IDH do País, sintetizando as possíveis relações entre saneamento, expectativa de vida ao nascer, escolaridade e renda como exemplos de saúde, educação e economia (RELATÓRIO DE ATRATIVIDADE: 29).

Existe, portanto, com base nos dados acima apresentados, a formulação de um discurso de engrandecimento do poder público municipal assentado nessa afirmação de que São Caetano do Sul é uma "cidade de primeiro mundo". Evidentemente, a confirmação desse discurso não passa por uma análise mais detida dos próprios dados apresentados. A renda per capita do município, por exemplo, se comparada à de bairros ricos da cidade de São Paulo, ou mesmo de Santo André, mostra-se claramente inferior. O acesso aos meios coletivos mais sofisticados também é inferior se compararmos como unidades de análise o município de São Caetano aos distritos ricos dentro dos limites político-administrativos de São Paulo. Um exemplo drástico dessa diferença é o dos hospitais: embora exista uma rede de hospitais, postos de saúde e de prontos-socorros públicos e privados, os recursos tecnológicos e a expertise não se comparam aos hospitais de primeira linha em São Paulo. Existe, inclusive, uma crise generalizada nos hospitais mais antigos da cidade, como o hospital Beneficência Portuguesa e, sobretudo, no histórico Hospital São Caetano.

A alcunha de "cidade de primeiro mundo" é, de fato, uma falsificação da história do subúrbio, porque atribui o "progresso" e a "qualidade de vida" à presumida competência do poder público municipal, e não àquilo o que existiu como positividade na sociedade industrial, ou seja, ao relativo desenvolvimento das condições materiais de vida e ao progresso social e cultural alcançados por meio do trabalho. Supostamente, é o poder público (e não o histórico de trabalho e privações do morador suburbano, o histórico de acúmulos da produção e da obra, dos bens imateriais e dos bens culturais do subúrbio) quem "concede" os meios para a população atingir a boa qualidade de vida. Portanto, a aparentemente inocente e ingênua expressão "cidade de primeiro mundo" resulta de uma ideologia poderosa e é o próprio instrumento de propagação dessa mesma ideologia, incidindo, a princípio, na constituição de uma mentalidade local e sobre o local: a expressão é o modo imediato pelo qual os moradores de São Caetano do Sul entendem a si mesmos no contexto de

uma nação brasileira (colocando-se como diferenciados de todos os demais) e também é mote para o eventual desejo de se vir morar em São Caetano.

Mas além de constituir a acima comentada mentalidade local e do local, a imagem de que São Caetano do Sul é o município com a melhor qualidade de vida no Brasil também repercute no mais valioso instrumento publicitário para o mercado local de imóveis. O enaltecimento da qualidade de vida, da infraestrutura e dos serviços municipais aparece como instrumento de destaque na propaganda das empresas do setor imobiliário as quais vieram investindo no município nesses últimos anos.

A produção incessante de obras públicas, habitações e estabelecimentos "prestadores de serviços" sobre os restos do que havia antes, ou seja, a produção pós-moderna do espaço sobre os escombros do subúrbio, ela é impulsionada pela necessidade do capital encontrar novos lugares cujos atributos lhe permitam aproveitar vantajosamente das condições de produção (ou de tomada de decisões sobre a produção) ali criadas e, ainda que no passado tenham produzidas, atualmente se põem como irreprodutíveis. Mesmo com a mais elevada soma de capital e a mais sofisticada engenharia, não se pode produzir outro município entre São Paulo e Santo André. E, se considerarmos a ideologia da "cidade de primeiro mundo" como uma condição de valorização do valor para o mercado imobiliário, é também irreprodutível a condição de "cidade de primeiro mundo". A renda urbana sobre a propriedade privada reaparece na base da explicação para a compreensão da verticalização na metrópole.

Trata-se, portanto, de uma política de atração de investimentos para a produção do espaço de uma economia agora propriamente urbana de São Caetano do Sul como meio de superar a crise da sociedade industrial (ainda que essa superação engendre novas contradições e crises ainda mais profundas). Uma maneira simples de conferir o efeito dessa política de reestruturação urbana é a análise dos dados de crescimento demográfico em São Paulo e nos municípios do ABC paulista.

No Gráfico n°13 representando a evolução da taxa de população absoluta no Grande ABC entre os anos de 1980 e 2012, é possível verificar uma tendência geral de aumento demográfico até o ano 2000 e, a partir daí, uma desaceleração no ritmo do crescimento (tendência verificada mais nitidamente no caso de São Bernardo do Campo). O município de São Paulo (Gráfico n°12) como um todo apresenta uma

evolução linear do crescimento demográfico no período ora abordado, sempre no sentido de apresentar um crescimento na sua taxa de população absoluta. Exceção a essa tendência se faz no município de São Caetano (Gráfico n°13) que, na verdade, apresenta um parâmetro inverso ao geral: há um decréscimo demográfico até o ano 2000 e, desse ano em diante, uma fase de crescimento demográfico positivo. Enquanto o movimento decrescente de sua população absoluta corresponde ao período de evasão de unidades industriais e de fechamento das oportunidades de trabalho, o momento de crescimento da população em São Caetano coincide exatamente com o início da estratégia de atrair compradores da mercadoria imobiliária por meio da propagação da imagem de São Caetano do Sul como "o município de primeiro mundo".

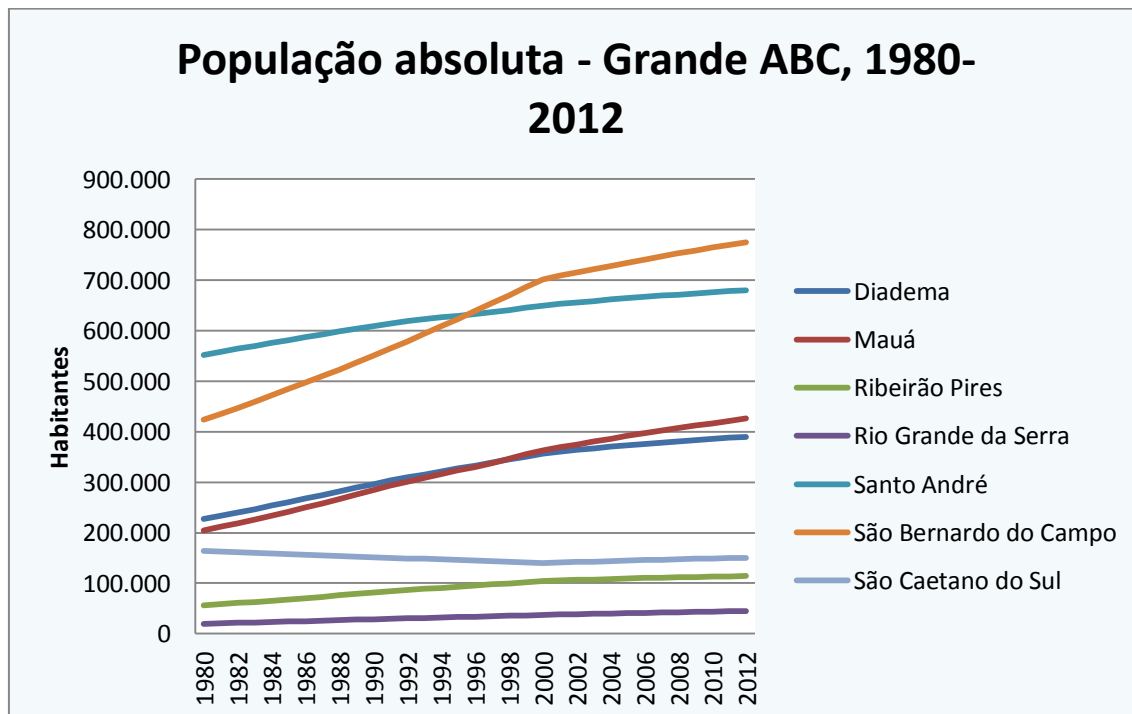
Gráfico n°11

População absoluta - Grande ABC, 1980-2012

Habitantes

900.000
800.000
700.000
600.000
500.000
400.000
300.000
200.000
100.000
0

1980 1982 1984 1986 1988 1990 1992 1994 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012

Diadema
Mauá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

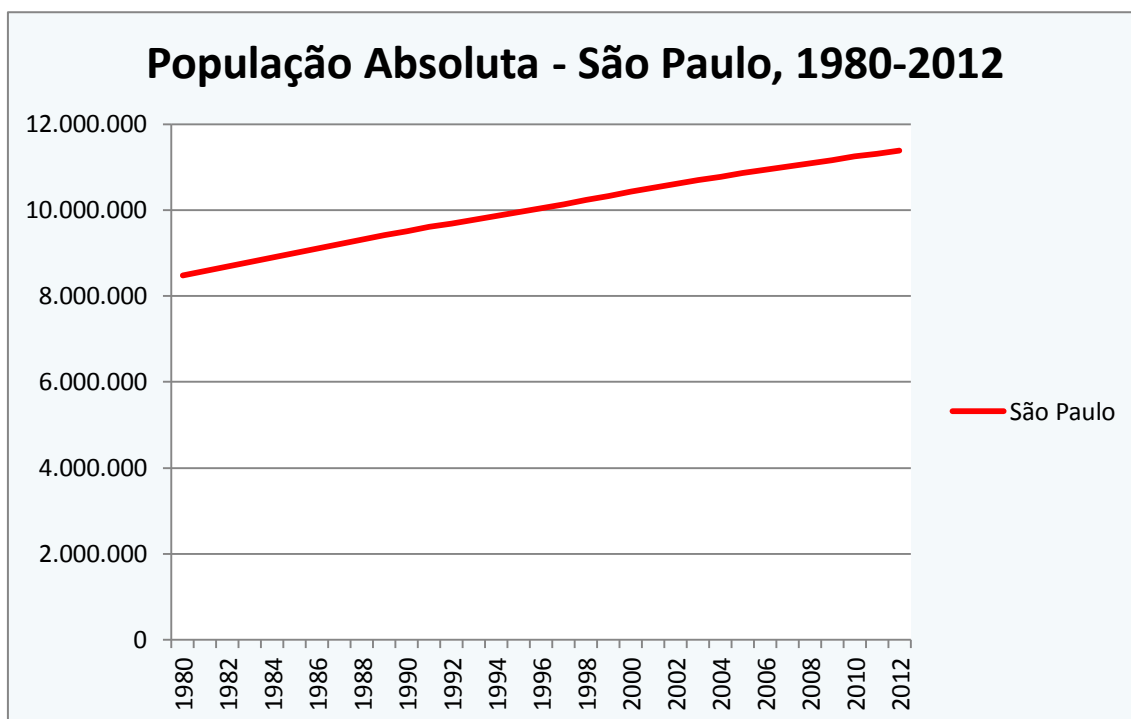
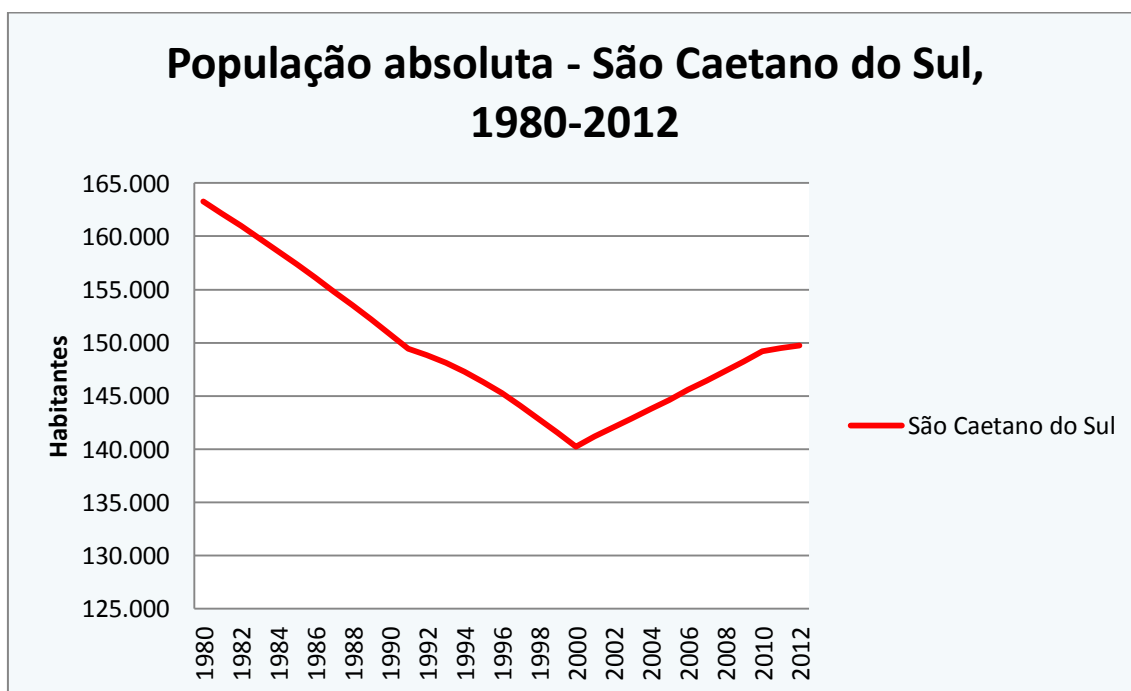



Gráfico n°12

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Gráfico n°13

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Uma série de trabalhos pode ser lembrada para trazer evidências de que existe um processo de transformações urbanas da região do ABC paulista e em outros subúrbios de São Paulo relacionadas com a mudança no padrão de uso do solo e com a valorização imobiliária[29]. Destacamos o trabalho de ALVAREZ (2008), que relaciona o processo de reprodução do espaço na metrópole a transformações estruturais no capitalismo, as quais indicam uma transição entre a hegemonia do capital industrial e o crescimento e domínio do capital financeiro. Segundo seu trabalho, a metrópole passou, ao final do século XX, a articular espaços mais amplos, numa divisão territorial do trabalho em que a metrópole centraliza o comando e a gestão. Com essas mudanças estruturais, ocorreu no ABC paulista a desativação de unidades industriais provocando a produção momentânea de "vazios urbanos", estes, considerados um momento do processo de reprodução. São, porém, áreas com infraestrutura e acessibilidade, mas cuja valorização estava relacionada com o uso para o qual foram construídas (atividade industrial), tendo sido abandonadas e "desvalorizadas". Nessas condições, vêm sendo reincorporadas ao circuito imobiliário-financeiro. A autora dá ainda destaque ao papel do Estado, o qual lança mão de instrumentos para reinscrever a propriedade privada no âmbito da valorização (promovendo sua mudança de uso), como no caso do Projeto Tamanduatehy em Santo André, projeto de requalificação urbana para uma antiga área industrial visando convertê-la em local para construção de complexo de escritórios (ALVARES, 2008).

Ocorre, enfim, um grande incremento no número de lançamentos imobiliários em São Caetano do Sul desde fins da década de 1990, aproximadamente. Aumenta a competitividade pela compra de terrenos para construção de edifícios de apartamentos; some-se isso a um contexto econômico que, mesmo ao longo de crises, promoveu um crescimento geral da economia brasileira, acelerando o consumo, o resultado é que cresce imensamente, a partir da década mencionada, a produção de edifícios verticais e também preço da mercadoria imobiliária dispara no município no mesmo período.

Na verdade, a verticalização nos bairros em São Caetano do Sul é um fenômeno que tem sua origem desde a década de 1960, pelo menos (na área central da cidade

---

[29] Sobre esse tema, podemos citar JESUS (2009), abordando o bairro Baeta Neves, em São Bernardo do Campo, e ENDRIGUE (2008), investigando a produção residencial de luxo no Tatuapé, São Paulo.

existem prédios anteriores a esta década). Um fator dessa relativamente precoce urbanização de São Caetano foi, sem dúvida, a pequena dimensão de sua extensão territorial; diante dessa condição e, sobretudo, tratando-se, no passado, de um município de economia predominantemente industrial e população predominantemente operária, acompanhados da ampliação crescente do comércio e da oferta de serviços, o poder técnico dos planejadores e engenheiros não tardou em aparecer com a solução da verticalização para atacar o problema da raridade das unidades de propriedade fundiária para a construção de residências para novos moradores e para a abertura de novos empreendimentos produtivos. Mas o que atualmente ocorre não é exatamente uma continuidade do primeiro movimento de verticalização acima descrito e, sim, uma aceleração tão intensa dessa verticalização do uso da terra que o dado quantitativo da aceleração da verticalização converte-se em uma mudança qualitativa da própria urbanização. E na base da explicação desse fenômeno da verticalização recente está a relação entre renda imobiliária, o capital financeiro e o poder público municipal diante das imposições e impasses criados a partir do novo contexto econômico do desenvolvimento capitalista.

Esse processo acelerado de verticalização decorre, em uma primeira aproximação, da nova maneira de realização do negócio imobiliário conforme se deu o novo contexto geral de globalização do capital, da política econômica neoliberal e da metropolização como condição geral de reprodução desse capital globalizado. A abertura de capitais pelas incorporadoras faz com que seja acirrada a competitividade e a busca de terrenos (nova raridade), especialmente aqueles destinados à construção de edifícios para comportar as atividades da economia de serviços em expansão e a moradia da nova classe profissional associada a essa economia. Tentaremos, a seguir, apreender o movimento de verticalização por meio dos novos instrumentos teóricos pensados para dar conta desta realidade urbana também nova. Destaca-se, para essa nova forma de realização do negócio imobiliário, a financeirização das empresas imobiliárias e seu novo funcionamento (dividindo-se entre empresas de incorporação, construção e vendas, dentro do paradigma da reestruturação industrial e da acumulação flexível). Uma reestruturação das empresas imobiliárias que passa a demandar eficiência, resultados, novas técnicas construtivas para satisfazer o insaciável apetite por renda dos investidores.

BOTELHO (2007) demonstra como se dá essa relação entre o capital financeiro e a renda da terra urbana, indo de encontro à crescente integração do capital imobiliário ao financeiro, levando a uma maior fragmentação do espaço, aprofundamento da segregação socioespacial e aumento do capital monopolista sobre as localizações intra-urbanas. Tanto as incorporações de luxo como as autofinanciadas (as quais também evoluíram para novas modalidades, vigorando a construção de edifícios em cooperativas habitacionais ou consórcios habitacionais) têm que "criar uma nova modalidade de uso do solo com a implantação de projetos", tendo que remover o existente e abrir novas frentes (BOTELHO, 2007: 11).

As novas formas de financiamento seriam uma maneira de contornar a barreira imposta pela propriedade da terra à efetivação da reprodução do ciclo do capital. Rearranjo que passa pelo fim do BNH (meados de 80) e a partir de 1997 resulta na promulgação do Sistema Financeiro Imobiliário, o que acontece num contexto de desregulamentação estatal neoliberal, com a transferência para o mercado de grande parte da provisão e financiamento habitacional. Nesse contexto, surgem duas formas de relações entre o mercado financeiro e o setor imobiliário:

> (...) a primeira é aquela ligada à necessidade de um capital autônomo para financiar a produção imobiliária como forma de sua viabilização [Cooperativas habitacionais], dadas as suas peculiaridades; a segunda é relacionada com o que aqui se denominou de "financeirização do imobiliário", ou seja, a transformação de imóveis em ativos financeiros, no sentido de uma desabsolutização da propriedade imobiliária (BOTELHO, 2007: 10-15).

Surgem novas formas de captação de recursos para o financiamento do setor imobiliário, sobretudo da incorporação: securitização de ativos imobiliários, através dos Fundos de Investimentos Imobiliários e da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – instrumentos "surgidos no seio da reestruturação do financiamento habitacional brasileiro na década e 1990", mecanismos que permitem "encurtar o tempo de circulação do capital comprometido e manter o fluxo de terrenos para as construções". Todo processo a montante (incorporação) e a jusante (promoção e vendas) fica submetido aos imperativos da valorização financeira (MARTINS, 2010: 10). Ocorre uma inversão na forma do acesso à habitação: antes, conforme ia recebendo

seu salário, o trabalhador ia comprando os materiais aos poucos e produzia sua casa, mas agora o trabalhador se ajustará à compra do conjunto: propriedade mais habitação, associadas sob a forma de condomínio. E passará a remunerar a renda do capital adiantado para a produção da mercadoria imobiliário, tanto de incorporadoras quanto de financiadoras (MARTINS, 2010: 29).

MARTINS (2010) vai realizar um estudo a partir do modo de atuação das incorporadoras (abrindo capitais na bolsa de valores e a partir daí produzindo em massa condomínios) tentando compreender associações e embates na divisão da renda entre proprietários do capital e da terra obtida por meio da realização dos produtos imobiliários produzidos. Abertura de capitais é um meio de captação de recursos que empresas brasileiras fazem há décadas, e que agora, a partir da abertura de capitas por parte das incorporadoras, vai se tornar decisivo para a produção do espaço metropolitano (MARTINS, 2010: 22).

O processo de abertura de capitais é uma soma de capitais disponíveis, mas significa em última análise uma concentração dos mesmos. Outro momento de concentração de capitais é a fusão entre incorporadoras. Por meio da securitização, as dívidas dos consumidores passam às mãos de instituições financeiras cada vez mais poderosas. Trata-se de um capital financeiro concentrado, com forte presença de capital fictício projetando uma possível valorização por meio da assignação de trabalho futuro (MARTINS, 2010: 16). A securitização é a transformação dos direitos a receber pela venda dos imóveis a prazo em títulos vendidos a vista. Ou seja, na medida em que as incorporadoras vendem seus títulos de securitização, transferem aos investidores o recebimento das parcelas que os mutuários lhes devem, recebendo a vista o capital que necessitam para concretizar o empreendimento imobiliário. A incorporadora não precisa esperar pelo vencimento da dívida dos mutuários para recuperar o capital investido (BOTELHO, 2007: 40-1).

Quando as incorporadoras e construtoras passam a fazer parte das empresas que estão aptas a receber o capital financeiro em suas estruturas, a mercadoria que elas produzem, a propriedade, ganha novas características. Assim, a abertura de capitais por parte das incorporadoras tem particularidades. Uma delas é a de que o tempo de giro do capital é especialmente longo no caso das mercadorias imobiliárias. Existe, portanto, a necessidade de um grande volume de capital de giro de longa

rotação (imobiliza-se capital por muito tempo, exigindo-se financiamento) (BOTELHO, 2007: 55). Por isso, a abertura de capitais: o risco do pagamento a longo prazo é transferido para as instituições bancárias como ação complementar à abertura de capitais, a chamada securitização (MARTINS, 2010). Os obstáculos à reprodução do capital no setor são incorporados no circuito mais geral de valorização do capital global (BOTELHO, 2007: 55). "O longo período de produção das mercadorias imobiliárias e o grande volume de recursos necessários à sua produção leva, por sua vez, à necessidade de autonomização do capital de giro", ou seja, existência de um capital autônomo (financeiro, bancário) que financie esta parte do processo. Capital que cobra juros do produtor, extraindo parte da mais-valia gerada no processo de construção e encarecendo o produto final. Como o produto final é caro, também acontecem os mecanismos de financiamento ao consumidor, de quem também são cobrados juros (BOTELHO, 2007: 56-57).

Outra particularidade na relação entre propriedade da terra e mercado financeiro se dá porque a propriedade imobiliária coloca sérios obstáculos à reprodução do capital no setor: dada propriedade privada da terra, ocorre que, dentro das normas legais de uso e ocupação do solo, os proprietários podem fazer o que quiserem com a terra, inclusive deixá-la sem uso. Por conta desse direito dos proprietários, os empresários da construção têm de dispor de grande volume de capital para adquirir terras necessárias. O direito do proprietário de não dispor sua terra no processo produtivo limita as opções de construção e encarece o produto final. Segundo estudo do DIEESE, o elemento de maior peso na produção habitacional é a terra (BOTELHO, 2007: 56).

Para contornar esse problema, o setor imobiliário pode usar os recursos provenientes da abertura de capitais para investir em estoque de terras, imobilizando capital que poderia ser usado produtivamente (BOTELHO, 2007: 57). Assim, a necessidade de produção massiva de produtos imobiliários leva à necessidade de formação de um banco de terras, o que dificulta, pelo aumento de preço, o acesso tanto à habitação quanto de empresas menores reduzindo habitação em escala menor, causando a concentração de capital nas duas pontas. Portanto, a entrada de grande volume de capitais, que ocorre quando as incorporadoras parram a captar recursos na bolsa, faz com que se intensifique a produção imobiliária em si, mas a

realidade é que parte desse capital é utilizado na compra de terrenos, e em parte segue para sua “ valorização” na esfera financeira. Encontra valorização real na construção civil, mas se posiciona também junto à captação de rendas futuras, imobiliárias e financeiras, por meio da compra de terras e da atuação no mercado financeiro (MARTINS, 2010: 30). Por isso, afirma-se que “o pagamento de renda da terra remunerou os agentes imobiliários muito mais que qualquer aumento de produtividade interno à construção civil (MARTINS, 2010: 28).

O processo de valorização de terras no centro pode levar à paralisação das atividades no setor e ao deslocamento das construções para áreas periféricas. Como o atributo central da localização espacial atua na formação de preços de terreno, elevando-os e diminuindo a proporção de ganho das incorporadoras nesses lugares (MARTINS, 2010: 36), torna-se necessária a incorporação de novas áreas visando a geração de sobrelucros, porque aí a diferença entre o que se paga pelo terreno e o preço de venda das mercadorias é bastante grande. “Nesse processo de expansão da área construída urbana como estratégia para o enfrentamento do aumento dos preços nas áreas mais ‘nobres’ da cidade é fundamental o papel dos promotores/incorporadores imobiliários para a criação de novas necessidades (...)” (BOTELHO, 2007: 57). Por exemplo, a Rossi, após abrir IPO, aumentou quase dez vezes o Valor Geral de Vendas, o que foi possível devido à “expansão geográfica e parceria com empresas locais” (BOTELHO, 2007: 33).

Evidência que nos remete à teoria do desenvolvimento desigual do capital na escala metropolitana, da reciprocidade da renda da terra entre centro e subúrbios, com a consequente migração de investimentos de um para outro conforme ocorre o *rent gap* (SMITH, 1988). O capital dessas empresas não poderia crescer se elas só dispusessem do estoque de terras no centro de São Paulo: é preciso ir além, e até o território nacional como um todo, por meio dessa coisa das “empresas parceiras”. Com isso, áreas externas a São Paulo passam a ter um número de lançamentos superior ao da capital (MARTINS, 2010: 34). A busca por terrenos além do centro é, portanto, uma resposta ao embate possível entre as rendas pagas pelo capital financeiro e aquelas pagas pela terra. Constrói-se na periferia não porque não existam terrenos no centro: eles existem, mas a renda paga por eles entra em conflito com a necessidade de remuneração do capital financeiro (MARTINS, 2010: 56).

O papel de barreira que a terra exerce no processo produtivo da construção civil é o fator de desencadeamento de uma característica inerente a esse setor, que é a baixa composição orgânica do capital e altas taxas de exploração do trabalho no canteiro de obras. O trabalho na construção civil se dá a partir de formas aparentemente arcaicas de produção, mas que são, de fato, complementares à industrialização (MARTINS, 2010: 29). Há uma linha de produção atípica (baixa composição orgânica), empresas pequenas (MARTINS, 2010: 28).

> Os dados sobre a construção civil revelam ser este um setor com grande uso de força de trabalho de baixa qualificação, e com um atraso relativo em termos de composição orgânica do capital. Por utilizar uma proporção de capital variável superior à média das indústrias de transformação, este setor desempenha no meio urbano um papel análogo ao da agricultura, ou seja, de produtor de mais-valia que é distribuída para os proprietários através da renda fundiária e de juros que são pagos ao sistema financeiro (BOTELHO, 2007: 55).

Mas o fato é que a entrada do capital financeiro nas incorporadoras passou a exigir maior velocidade na finalização do produto imobiliário. Todavia, na indústria da construção civil, os processos se alteram não tanto no que tange aos investimentos tecnológicos, mas principalmente na organização dos trabalhadores a fim de obter maiores índices de produtividade (MARTINS, 2010: 55).

O capital financeiro que passa a fazer parte das incorporadoras, ao invés de rivalizar com a renda da terra, submeterá as mesmas aos ritmos de pagamento que a sociedade poderá realizar futuramente, se tornando ele próprio o dono dessa propriedade. Parte desse capital adiantado volta a circular na esfera financeira, se tornando capital fictício. E os riscos disso desaparecem na medida em que são comprados por empresas de securitização. Além de tudo, esse capital circula por um meio de valorização real, que é a construção civil (MARTINS, 2010: 29-30).

Enfim, a criação de “vazios urbanos” (bem servidos por infraestrutura urbana) por conta, por exemplo, do fechamento de fábricas em São Caetano do Sul aliada à mobilidade de capitais em busca de oportunidades rentáveis de investimento na metrópole na qual vieram a concentrar-se vultosos investimentos em produção do ambiente construído a partir da década de 1990, é um primeiro aspecto relevante na compreensão desse processo de reestruturação urbana recente em São Caetano do

Sul baseado na atração de novos empreendimentos imobiliários. Surge a forma condomínio como nova maneira de produzir unidades de habitação, mas também de criar os espaços de convivência. O condomínio dos Radialistas foi o primeiro condomínio desse tipo em São Caetano do Sul e, até hoje, um dos maiores. Vários outros se seguem, nos diversos bairros da cidade.

Sobre o que são esses condomínios, TONE (2010) demonstra que eles têm diversas funções e formas: habitacional, comercial, industrial, multifuncional, verticalizado ou horizontal. A produção de condomínios tem sido a forma predominante de produção para o mercado, na atualidade, no atual contexto do capitalismo (em que se dá o domínio da lógica financeira sobre a lógica produtiva). Agora, ela fala também do ponto de vista do consumo a explicar, em parte, a produção de condomínios: o condomínio é um objeto de desejo de quem quer recuperar a "qualidade de vida" perdida com a disseminação dos problemas urbanos (ou seja, um modo de se auto-segregar). Assim, a produção da cidade por meio de condomínios vai: a) tomando forma cada vez mais social (porque se constitui na ação do conjunto da sociedade) e, ao mesmo tempo, b) é cada vez mais antissocial, porque "rebaixa ou elimina do horizonte a possibilidade de construção (como obra) e fruição da cidade por seus habitantes" (TONE, 2010: 6).

Segundo TONE (2010), a forma-condomínio reflete a valorização do produto imobiliário pela concepção do produto e produção sob a divisão manufatureira do trabalho na forma-canteiro. Há, inclusive, combinação de técnicas tradicionais com inovações técnicas. Ocorre a separação entre concepção e construção, ou seja, a subordinação intelectual do trabalho ao capital (numa indústria em que o trabalhador ainda detinha parte do segredo, bem como outros funcionários como o mestre, inclusive as empresas de engenharia eram pequenas, familiares, agora quem determina a organização do trabalho, as técnicas empregadas, os materiais, etc., são os investidores que exigem competitividade da empresa, padronizando o processo de trabalho, ainda que isso não tenha se efetivado por completo no campo da construção civil).

A produção de condomínios é, enfim, a própria transformação definitiva do antigo subúrbio em fragmento da metrópole. Reitera-se a cotidianidade. Com o antigo "modo de apropriação da terra" (da casa, do quintal) suburbano, havia um modo

também suburbano de apropriação da rua (todavia mediado por uma sociedade com resquícios estamentais). Hoje, o modo de apropriação da habitação (portanto, da cidade), determinado, inclusive, pela proliferação do condomínio é o do esfacelamento da vida de vizinhança que caracterizou o subúrbio.

Quanto à interferência do poder público e dos instrumentos de planejamento na proliferação de edifícios residenciais verticais em São Caetano, há que se compreender com funcionam os dispositivos por meio dos quais são atraídos os capitais das empresas incorporadoras e construtoras. Trata-se, em primeira instância, dos impedimentos, das restrições ao uso da propriedade, em nome da ordem urbana – ao que Ricardo Baitz chama de relativização, em oposição à absolutização da propriedade. Essa relativização da propriedade decorre do planejamento colocando impedimentos ao livre uso (ao uso absoluto) da propriedade em nome da ordem pública por meio da instrumentalização do espaço.

> O disciplinamento do espaço por normas públicas produz artificialmente a diferença jurídica entre as propriedades, gerando um atributo que se compõe à localização, declividade, proximidade às fontes naturais de água e acesso à infraestrutura urbana (BAITZ, 2011: 165).

O espaço passa, então, a receber um tratamento unidimensional: “ele passa a ser geometrizado dentro e fora das casas e expressa, nos vazios, a presença pela ausência, o que indica que nada mais é gratuito, e inclusive o oco é meticulosamente pensado, tornando-se funcional” (BAITZ, 2011: 165). Por meio da organização e funcionalização do espaço, impõe-se a necessidade de estabelecer tamanho mínimo de lotes, testada, etc. Agora, não só o Estado realiza pequenas intervenções como a de calçar ruas e fazer caminhos ligando as diversas regiões, mas “ele passa a limitar o mercado pelas mais diversas formas, que vão desde lotes mínimos à obrigação de recuos e servidões”, de modo que a intervenção reguladora do Estado sobre o espaço passa a criar atributos próprios às localidades cujo uso e ocupação do solo passam a ser regulados (BAITZ, 2011: 170).

Uma primeira abstração do fundiário consistiu em pensá-lo cartesianamente – impondo à propriedade da terra a métrica (imposição da métrica aos diferentes usos) e a necessidade de compra e venda, formando um mercado de terras que lhes

valorizava artificialmente (lei de terras criou artificialmente a escassez de terras ao enumerá-las). Declividade, proximidade dos cursos d´água proporcionavam rendas diferenciais. Numa outra etapa (um segundo grau de abstração da propriedade fundiária), “a possibilidade de empregar o lote para fins comerciais ou de se construir um número maior de andares (coeficiente de aproveitamento) tornará a negociação do lote a preços superiores daquele praticado em lotes sem esses atributos” (BAITZ, 2011: 171).

A limitação em construir trouxe uma aceleração da mobilidade (compra e venda) – para edificar mais andares era preciso comprar lotes limítrofes – e impõe a destruição da cidade. Surge a possiblidade de vender metros quadrados não construídos a fim de que quem lhes compra possa aumentar sua capacidade de sobre-edificar (compra-se o atributo “poder de aumentar o coeficiente de aproveitamento”) (BAITZ, 2011: 172). O direito de construir achava-se atado à propriedade, agora “destacando-se da propriedade de forma a alçar voos solos: sob a forma de título, ele pode ser retirado de uma propriedade e ser colocado em outra”. Cria-se uma nova gama de negócios envolvendo o fundiário (BAITZ, 2011: 173).

O potencial de construção como atributo da mercadoria que é a propriedade privada e, portanto, a possibilidade de abertura dessa nova gama de negócios envolvendo o fundiário, encontra lugar privilegiado para se desenvolver diante da condição em que passaram a se encontrar as finanças municipais após o fechamento consecutivo de indústrias no município de São Caetano do Sul (e, de modo geral, com a reestruturação produtiva em toda a Região Metropolitana de São Paulo). O Plano Diretor municipal e a nova Lei de Zoneamento, bem como outras leis editadas nos últimos anos em São Caetano, têm como uma de suas mais significativas finalidades regulamentar esses dispositivos de regulação e de restrição do direito de construir e de uso da propriedade privada, de modo a viabilizar a proliferação dos negócios imobiliários na cidade e aumentar a arrecadação municipal de impostos sobre a propriedade e sobre a prestação de serviços.

Portanto, o Plano Diretor Estratégico de São Caetano do Sul (Lei n°4.438 de 09 de outubro de 2006) tem o objetivo “ordenar e disciplinar” o desenvolvimento urbano (no seu art. 2º, consta: “Organizar o uso e a ocupação do solo no território do município”). É o instrumento por meio do qual o governo municipal exerce seu poder

de impor certas diretrizes ao processo de produção do espaço urbano, condicionando-o de acordo com interesses os quais buscaremos identificar. Esta lei, em hipótese aqui apresentada, deve atender a demandas do setor de produção e venda de bens imobiliários (incorporadoras, construtoras), do chamado “mercado de terras” e todos os setores que se sustentam pela renda fundiária (na medida em que o ritmo da urbanização se acelera e o preço do metro quadrado sobe) e do próprio governo, pois as novas diretrizes de ordenamento territorial criam a necessidade de aplicação de recursos públicos em obras de urbanização, as quais revertem em ganhos políticos (além de, como já mencionado, aumentarem a arrecadação de IPTU).

Além disso, toda essa legislação que analisaremos é a base jurídica que foi preparada para criar alternativa econômica ao município diante da crise do antigo regime fordista e da desindustrialização: com o enfraquecimento do setor industrial, buscou-se criar incentivos para atrair investimentos nos setores do “terciário sofisticado”, o trabalho intelectual que é posto para organizar a produção e não para produzir, propriamente. Além de propor a criação de novos centros de escritórios e serviços, bem como a “revitalização” de antigos centros comerciais, o próprio ramo de produção e venda de bens imobiliários passou comportar parcela significativa de empresas dessa nova economia de São Caetano, pois, atualmente, as incorporadoras, os escritórios de projetos imobiliários, as agências de propaganda e de venda de imóveis, enfim, toda essa parcela do “terciário sofisticado” existente no ramo de produção de imóveis ganhou importância na realização do empreendimento e cresceu com o ramo como um todo.

Os instrumentos técnicos que aparecem tanto no Plano Diretor quanto na Lei de Zoneamento no sentido de viabilizar a nova estratégia econômica por meio do ordenamento territorial são o da Taxa de Ocupação e do Coeficiente de Aproveitamento. A Taxa de ocupação é a relação percentual entre a projeção da edificação e a área do terreno. Ou seja, ela representa a porcentagem do terreno sobre o qual há edificação. O Coeficiente de Aproveitamento, por sua vez, é um número que, multiplicado pela área do lote, indica a quantidade máxima de metros quadrados que podem ser construídos em nesse lote, somando-se as áreas de todos os pavimentos. Os exemplos seguintes mostram duas possibilidades de edificação em um lote de 24 x 30m, com CA=2. A primeira, que utiliza TO=50%, permite apenas 4

pavimentos. A segunda distribui a área edificada em 8 pavimentos, cada um com TO de 25%.

O estabelecimento de Taxas de Ocupação e de Coeficientes de Aproveitamento diferenciados entre as zonas do município resulta da estratégia de criar áreas de adensamento de moradores em áreas de terrenos ociosos ou de "revitalização" (revalorização). Ao se permitir, em determinadas Zonas, maiores taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento, é possível atrair para essas zonas especialmente os empreendimentos imobiliários de torres de edifícios residenciais ou de escritórios.

Mas não se trata somente de estabelecer o limite do potencial construtivo em cada Zona, mas ainda, de eventualmente permitir a compra de potencial construtivo adicional em determinadas Zonas estrategicamente destinadas ao adensamento. Nesse sentido, o Plano Diretor Estratégico de São Caetano do Sul institui alguns dos chamados *Instrumentos do Desenvolvimento Urbano:* dispositivos de lei criados com o objetivo de atribuir diferenciais de uso à propriedade privada de acordo com o zoneamento, criando áreas de verticalização e outras de restrição; estabelecendo o potencial construtivo em cada zona; criando meios de aumentar potencial construtivo por meio do dispêndio de capital; enfim, criando mecanismos de atribuição de características à propriedade privada conforme sua localização estratégica do ponto de vista do plano de desenvolvimento urbano. Trata-se, portanto, dos novos dispositivos para "criar novas unidades de propriedades privadas": a criação das "permissões-restrições" de uso do solo como meio de viabilizar o aporte de investimentos das empresas imobiliárias.

No Artigo 8º do Plano Diretor, adotam-se os seguintes instrumentos jurídico-urbanísticos de ordenamento territorial previstos no Estatuto da Cidade: o direito de preferência; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios da propriedade urbana (direito de desapropriar); outorga onerosa do direito de construir; transferência do direito de construir (esses dois últimos itens, visando ao mesmo tempo permitir que se se construa acima do limite estabelecido em cada zona, no primeiro caso, inclusive, ainda gerando recursos financeiros para os cofres municipais); operação urbana consorciada (visando a revitalização dos centros comerciais e a implantação do Espaço Cerâmica), além do estudo de impacto ambiental e de vizinhança.

No Artigo 12 do Plano Diretor, coloca-se que “a concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir, conforme previsto na Seção IX do Capítulo II do Estatuto da Cidade, será facultada pelo Poder Público Municipal mediante contrapartida financeira, em obras de infra-estrutura ou ainda na forma de Dação em Pagamento”. No § 1º, fica estabelecido que “A Outorga Onerosa do Direito de Construir será aplicada nas Macrozonas MZ-RA, MZ-RC, MZ-CP, MZ-CS, MZ-PI, MZ-PT até o Coeficiente de Aproveitamento máximo previsto no QUADRO nº 1”.

Nos lugares onde existe um coeficiente básico de aproveitamento do solo, surge a possibilidade de comprar títulos que permitam edificação subterrânea ou aérea, criando-se o conceito de outorga onerosa do direito de construir, “que consiste no acesso ao direito de solo criado mediante retribuição (pagamento) à municipalidade” (BAITZ, 2011: 176). Isso abre a possiblidade de valorização imobiliária de terrenos nos quais os novos dispositivos passam a valer, conforme esses lugares colocam-se como estratégicos para os planos de desenvolvimento urbano. Essa valorização consiste de três momentos: a) inexistência de regulamentação; b) a regulamentação, com proibição de atividades; c) a regulamentação com onerosidade de direito: “apenas porque existe o zoneamento urbano é que essa lei se faz possível: sua significação depende do zoneamento e da capacidade de extrapolar essa legislação” (BAITZ, 2011: 180). “O sobrelucro de localização surge quando um incorporador consegue comprar o terreno por um preço estabelecido por um determinado uso, para nele realizar um empreendimento que permite um uso mais rentável” (BAITZ, 2011: 185). Abre-se oportunidade, na metrópole, para uma busca dos capitais por diferenças de renda: o capital se move em busca de localizações que permitam sobrelucro em relação a usos anteriores. O Plano Diretor de São Caetano evidentemente busca estabelecer no município novas fronteiras para esse tipo de investimento.

Outro dispositivo no sentido de viabilizar transações financeiras com base nas restrições e permissões impostas pelo Plano Diretor é o da Transferência do Direito de Construir: conta no Artigo 13 que “A Transferência do Direito de Construir, conforme previsto na Seção XI do Capítulo II do Estatuto da Cidade, ocorrerá para os imóveis declarados de utilidade pública que poderão transferir a totalidade do Coeficiente de Aproveitamento básico não utilizado para os terrenos localizados nas Macrozonas MZ-

RA, MZ-CP, MZ-CS, MZ-PT e MZ-PI e nas áreas de Operação Urbana Consorciada indicadas no artigo 14 sem ônus”. Além disso, se doado o imóvel, a totalidade do Coeficiente de Aproveitamento pode ser transferida segundo o § 1º: “O proprietário que doar o imóvel declarado de utilidade pública ao município poderá transferir a totalidade do Coeficiente de Aproveitamento para os terrenos localizados nas Macrozonas MZ-RA, MZ-CP, MZ-CS, MZ-PT e MZ-PI e nas áreas de Operação Urbana Consorciada indicadas no artigo 14 sem ônus”.

Portanto, um proprietário cujo “imóvel” foi declarado de utilidade pública, pode transferir para outras zonas da cidade o coeficiente de aproveitamento não utilizado no imóvel desapropriado. Pode, portanto, vender o direito de construir acima do acima do Coeficiente de Aproveitamento do solo permitido naquelas zonas planejadas estrategicamente para serem as de verticalização: a Zona de Alta Densidade, o Centro, a Zona de Comércio e Serviços, a Zona Industrial e a do Polo Tecnológico (área onde antigamente funcionou a fábrica da Cerância São Caetano e que, depois de desativada, passou a comportar um gigantesco empreendimento prevendo a construção de edifícios de escritórios e residenciais, além de um *shopping center*, atualmente já inaugurado, e um hospital privado).

A compreensão do ordenamento territorial em São Caetano do Sul visando integrar sua economia à economia urbana moderna e, com isso, aumentar arrecadação municipal, não estaria completa sem a análise da operação urbana do Bairro Cerâmica. A proposta final de viabilização do empreendimento se dá a partir dos instrumentos de regulação do uso da propriedade e de zoneamento urbano do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento. Dentre eles, destaca-se, neste caso, o dispositivo que institui a operação urbana do espaço cerâmica: condomínio-bairro em terreno da antiga indústria.

O Plano Diretor institui no Artigo 14: “As Operações Urbanas Consorciadas, conforme previsto na Seção X do Capítulo II do Estatuto da Cidade, realizar-se-ão em perímetros contínuos ou não e objetivam, por meio de parcerias público-privadas coordenadas pelo Poder Público Municipal, a requalificação urbana do município por meio de intervenções significativas”. São previstas seis Operações Urbanas, dentre as quais destaco a da Avenida Goiás, a do Polo Tecnológico, a do Parque dos Meninos e a da Barcelona/Santa Maria.

Na Operação Urbana do Espaço Cerâmica (ou do Polo Tecnológico, como o empreendimento é chamado no Plano Diretor e na Lei de Zoneamento), o terreno pertence a um só proprietário: o Grupo Empresarial Magnesita, que incorporou a fábrica da Cerâmica nos anos de 1970. Aparentemente ocorreu incorporação da fábrica para neutralizar sua concorrência e desativá-la, aproveitando o terreno com uma forma de exploração mais rentável no contexto atual.

Para viabilizar o empreendimento no terreno da antiga Cerâmica, portanto, funciona a concessão do Direito de superfície para a empresa urbanizadora, que também empreendeu a Riviera de São Lourenço. Para BAITZ (2011: 209), o "Direito de superfície", é a modernização do direito de enfiteuse. Define-se pelo direito real de construir ou plantar em solo alheio, tornando um proprietário apto a ceder a superfície da terra para empreendimentos, conservando-se a titularidade fundiária. A incorporadora pode construir no terreno, desde que faça melhorias; o titular do terreno permanece titular, mas a incorporadora tem o direito de aumentar o solo criado, de construir para cima ou para baixo e lucrar com isso (na forma de concessão da exploração do negócio imobiliário, por exemplo).

O projeto do Espaço Cerâmica já é relativamente antigo, indicando, portanto, que não é nova a estratégia de produção de ambiente construído e de valorização imobiliária para a atração de novos empreendimentos e novos moradores visando estabelecer um novo caminho para a economia municipal. Desde o primeiro mandato do prefeito Luiz Tortorello havia já o desenvolvimento do projeto de atração de um empreendimento de reestruturação urbana no terreno da antiga fábrica da Cerâmica. Os lugares que a prefeitura pretendia desapropriar com base nesse dispositivo já estavam indicados no Plano Diretor: o entorno da Zona de Pólo Tecnológico, o Centro, as áreas de predominância comercial (para modificar o arruamento, conforme foi feito nos centros da Barcelona e na Vila Gerty), na zona Industrial e a área de alta densidade. Também já haviam sido declaradas áreas de interesse social os terrenos pelos quais passaria a nova Avenida Nelson Braido, construída como uma das incumbências do poder público municipal de São Caetano na realização dessa Operação Urbana.

A prefeitura de São Caetano também realizou obras de ampliação da rede de galerias pluviais e de controle das enchentes, a fim de tentar evitar esse recorrente

problema que afeta a área do empreendimento e seu entorno. Enfim, a participação do poder público na Operação Urbana do Espaço Cerâmica, ou seja, o gasto de dinheiro público em obras para viabilizar tal empreendimento, beneficia fundamentalmente os próprios empreendedores e a própria prefeitura, cujo objetivo era o de usar o empreendimento para aumentar arrecadação municipal e, ao mesmo tempo, conseguir projeção política do grupo da situação.

O empreendimento erguido no terreno da antiga Cerâmica é fundado em um conceito urbanístico de viver, trabalhar e se divertir no mesmo bairro, sem precisar do automóvel para se deslocar. O conceito paisagístico do bairro baseia-se na tecnologia que permite enterrar rede elétrica e cabos. A rede viária, programada para permitir o trânsito de pedestres e a circulação lenta mas fluida dos automóveis. A "preservação do patrimônio" aparece com a restauração do antigo forno da Cerâmica São Caetano.

O empreendimento de "revitalização" do bairro Cerâmica é, ainda, um aprofundamento da segregação do morador com relação ao não-morador. Os preços são caros e o espaço restritivo. É o lugar no qual o trabalhador encaixa-se no já mencionado setor de prestação de serviços mal remunerado. O mesmo trabalhador que serve ao consumidor do shopping é impedido, pelo mecanismo do encarecimento dos preços, a consumir e, portanto, frequentar esse espaço. O Bairro Cerâmica é, portanto, lugar de auto-segregação, lugar que seleciona os seus frequentadores, que vende um pretenso isolamento dos problemas da metrópole.

Anexo n°8 – Planta do Município de São Caetano do Sul para seu Zoneamento Estratégico (2010)

Apesar no alto nível de elaboração técnica desta planta, não há nela indicação de escala.

Desenhado como instrumento para a aplicação da Lei de Zoneamento Estratégico do Município (2010) e, por meio dessa função, se põe como instrumento de efetivação da estratégia de reinserir o município economicamente na nova economia de serviços e na nova fronteira urbana (estratégia definida diante da evasão de indústrias e das extremas limitações para expansão da área construída). Dentro desse propósito, se dá, por exemplo, a definição das áreas de aplicação dos novos instrumentos urbanísticos (coeficiente de construção, outorga onerosa do direito de construir, a operação urbana do Espaço Cerâmica). Por conta desse intuito subjacente à confecção do documento, é possível aqui observar o grau extremo de distinção entre as Zonas delimitadas (ver legenda), se o compararmos nesse aspecto às leis de zoneamento mais antigas em São Caetano do Sul.

Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Considerações finais

Uma vez percorrido o trajeto de retomar o sentido do processo de metropolização por meio da análise das (relativas) transformações sociais vistas a partir do espaço suburbano, chegamos ao momento de aqui tecer as considerações pelas quais sintetizamos os meios e os momentos do referido percurso.

Quanto aos meios empregados, faz-se necessária neste momento uma breve revisão das ferramentas conceituais com as quais operamos no sentido de efetuar a análise proposta. Trabalho, propriedade e cotidiano: três fundamentos da reprodução social moderna e, no entanto, três pilares implodidos pela extensão e profundidade do mesmo processo (crítico) cuja finalidade única (e infindável) é a da acumulação.

Quanto aos momentos atravessados, cabe colocar que as descontinuidades identificadas nada mais são do que descontinuidades relativas, separadas e reunidas (por uma forma ilusória revestida de coerência) no mesmo processo (contraditório) de valorização do valor. Os momentos, portanto, não se autonomizam do movimento, o qual não é linear e muito menos aponta para o ideal de progresso. Não se encerram sem que a tragédia de suas contradições fundamentais seja perpetuada na forma de farsa.

O mundo suburbano moderno foi o centro relativo tanto dos meios quanto dos momentos do presente esforço de reflexão-pesquisa-pensamento. Constituído, do ponto de vista de seu morador, de um presente de trabalho e de uma perspectiva de formação de patrimônio no futuro, costurado diariamente pela silenciosa reprodução cotidiana do trabalhador, esse mundo suburbano moderno operou como o motor por meio do qual a irracionalidade do capital pareceu fazer sentido por muito tempo. Todo o processo anterior de liberação da força de trabalho para o assalariamento e de redução da terra à forma da equivalência revestiram-se de uma capa de coerência na medida em que se criava um mundo à imagem e semelhança da indústria.

A cidade antiga e seus subúrbios rurais, acordando de um longo sono (no qual aquela parecia existir como decorrência destes), adentraram enfim uma verdadeira linha de produção do real, na qual as disposições antigas se inverteram e tomaram uma forma já anteriormente pressuposta nas hierarquias sociais: a de que a cidade era

o centro, o lugar do mandar, e os subúrbios, a externalidade necessária, o lugar do fazer.

Uma vez estabelecida esta (arbitrária) ordem dos fatores, a reprodução (ampliada) metropolitana, tendo em vista a reprodução (novamente, ampliada) do processo como um todo, seguiu seu caminho de industrialização, de adensamento demográfico e de planificação, cujos limites já então desenhados passavam, contudo, despercebidos. Mas até do ponto de vista de suas contradições particulares esse subúrbio industrial parecia fazer sentido: acreditava-se que capital e trabalho encerrariam a luta de classes até que isso levasse à esperada superação das próprias classes sociais por uma sociedade socialista.

No entanto, tanto a esperança na ditadura do proletariado quanto a ideologia da conquista de uma vida de comodidades por meio do trabalho viriam a defrontar-se com o absurdo de suas categorias fundantes. O trabalho, tendencialmente, se mostrou dispensável ao próprio capital, passando a ser expelido do processo produtivo. A propriedade privada se mostrou uma ilusão momentânea nas mãos dos indivíduos, na medida em que o esforço para detê-la pode ao mesmo tempo significar sua perda, seja por meio do endividamento, seja por meio das restrições de uso impostas pelo Estado (a partir, por exemplo, os planos diretores e zoneamentos estratégicos) a fim de beneficiar os reais proprietários, isto é, os proprietários dos meios de acumulação: grandes empresas, grandes incorporadoras e o capital financeiro. O cotidiano, enfim, enquanto lugar tanto da reprodução quanto das possibilidades, se perdeu pelo caminho das imagens nas quais a felicidade e o drama, a vida e a morte, o gozo e o esforço, ainda que desde muito tempo já mediados pela mercadoria, perderam finalmente o sentido de realização diante da potencial capacidade de fruição ao alcance de todos, desde que não se tenha medida para comprometer o futuro em função do presente e, principalmente, escrúpulos.

De uma linha de produção do real, passamos a um circo da desilusão. Horrenda comédia na qual, novamente, algo que sempre pareceu fazer sentido, embora apenas se insinuasse nos interstícios da sociedade industrial, passou atualmente a ser por como um postulado absoluto e, por isso, esplêndido invólucro para a violência do capital: vivemos para consumir, não para trabalhar.

A metrópole, sob um primeiro olhar, se coloca não mais como o lugar da reprodução da sociedade: agora, ela é a própria reprodução em lugar da sociedade, um antigo germe que autonomizou-se do corpo que lhe gerou e tornou-se aberração. E ela está, nesse momento, em todo lugar.

E todo lugar está nela. O cosmopolitismo é uma colcha de retalhos filtrada por uma (dualidade) moral criada por conta da forçosa necessidade dos diferentes (e, sobretudo, dos desiguais) terem se (des)encontrado no mesmo lugar e terem passado a conviver diante da (irracional) esperança de poderem se ver livres do trabalho por meio do consumo. De não terem mais nada durável e de quererem cada vez mais as mesmas coisas que para nada servem a não ser serem descartadas. De nunca mais terem que viver de acordo com a monotonia minimalista dos rimos da própria vida, caindo em uma existência cacofônica na qual cada som é apenas uma buzina na pletora de estímulos ruidosos oferecida pelo espetáculo.

Resulta uma confusão imensa a respeito de quem são os exploradores e os explorados nesse circo da desilusão, como se todos fossem exploradores e explorados ao mesmo tempo. E de certa forma são, na medida em que o trabalhador passa a se ver como empresário de sua própria força-de-trabalho (e, frequentemente, da força de trabalho dos outros por meios cada vez mais frouxos de contratação) ao mesmo tempo em que o capitalista trabalha para seu capital (e, também cada vez mais frequentemente, para o capital dos outros).

Ao mesmo tempo, não há como afirmar que são todos exploradores e explorados ao mesmo tempo, porque a exploração efetivamente se põe na medida em que há uma multidão em condições de trabalho, de modo geral, crescentemente precarizadas e simultaneamente aprisionada pelo fato de ter na mercadoria (cada vez mais rapidamente obsoleta) o meio inevitável para todos os outros meios (cada vez menos necessários). Da mesma forma, a exploração se torna especializada e se autonomiza, de modo que tanto a produção quanto o consumo não existem mais (ao menos não no volume atualmente a que hoje se chegou) se não for por meio do capital financeiro que encontrou a sua forma plena ao poder livremente valorizar a si mesmo sem nada ter que produzir, exigindo, porém, produtividade crescente de tudo o que mais resta no mundo.

Se as considerações finais até aqui apresentadas podem parecer não satisfazer o pressuposto de se ter que definir uma resposta satisfatória para uma pergunta claramente colocada, é porque nossa pergunta está em construção e sua resposta é prática.

O caso estudado neste trabalho nada mais é do que um caso. Existem tantos outros e, mesmo o subúrbio, noção sobre a qual nos debruçamos e aqui buscamos ter reconstruído de modo a dar conta de uma parcela do real (remetendo-nos, se possível, ao próprio movimento do real), nada tem de especial se pensarmos em tantas outras noções a partir das quais se poderia adentrar o universo de abstrações concretas, pois este é um universo. Contém suas partes, mas suas partes não lhe contém.

Todavia, como não é possível ao pensamento adentrar esse universo do real de modo imediato, fazemo-lo com os recursos de que dispomos, esperando, quem sabe, transpô-los. Fazemos com a categoria de subúrbio que, se não é única, tem o privilégio de sintetizar boa parte das determinações do mundo moderno. Fazemos com a geografia, essa ciência parcelar e, talvez, cada vez menor diante da constelação de novas e cada vez mais restritas especialidades do conhecimento. Mas cada vez mais necessária enquanto ela se dá conta da imprescindibilidade da crítica do espaço diante da estratégia de reprodução que tem na produção desse espaço um seu meio privilegiado para atingir o seu fim (que não tem fim).

Reconhecendo em nossa ciência e na categoria por nós problematizada suas limitações e sua necessidade, cumpriremos a seguir o dever de fazer um breve sumarização da pergunta que motivou a pesquisa e dos resultados obtidos.

A trajetória de constituição, reprodução e destituição-instituição do subúrbio, exposta neste trabalho, teve como seu norte o processo de metropolização de São Paulo, visto, porém, a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo exterior e pertencente à cidade. Enquanto esta seguia o curso do seu transbordamento, sendo assimilada por seus antigos espaços de intercâmbio, de complementaridade horizontal, a cidade simultaneamente também passava, por sua vez, a ser composta pelo crescimento desses subúrbios, encetando assim a destruição suburbana, bem como a sua própria (e, imediatamente, a reposição de ambos enquanto imagem).

O caso de São Caetano do Sul, vendida como a “cidade de primeiro mundo” (uma falsificação daquilo o que um dia foi a positividade do trabalho no subúrbio) é

emblemático para a compreensão de como o urbano passa pela recomposição (espetacular) do não-urbano, tendo nesse não-urbano espetacular, inclusive, sua crítica (conservadora) ao urbano, diante da expectativa que o comprador da propriedade em São Caetano do Sul (na verdade, um comprador da imagem do lugar por meio da compra da propriedade) tem de se ver fora daquilo o que ele identifica como o seu outro (a “cracolândia”, a violência banalizada), tanto quanto ele quer ter acesso ao mundo da fluidez e da vertiginosa gama de ofertas proporcionadas por sua inserção metropolitana.

Externalidade e pertencimento para com a cidade: embora isso não fosse tão evidente, foi o que definiu o subúrbio no passado. E é o que dele reaparece, enquanto imagem, depois de seu fim para um novo começo na metrópole que se espalhou pelo mundo e a tudo concentra no interior de sua malha.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALMEIDA, Cardoso Cecília Teixeira de. *O grande ABC paulista*: o fetichismo da região. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. *A reprodução da metrópole*: o projeto Eixo Tamanduatehy. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

ALVES, Alexandre. Os imigrantes do núcleo colonial de São Bernardo e a constituição de um subúrbio paulistano" in IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Diadema nasceu no grande ABC:* história retrospectiva da cidade vermelha. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2001.

ALVES, Giovanni. "O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo" in SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANDRADE, Antônio de. "Estamos em 1948: reflexões sobree política e comunicação num ano muito especial" in *Raízes*, ano IX – Edição Especial. São Caetano do Sul, outubro de 1998.

ANDRADE, Antônio de. "Televisão e cotidiano em transformação" in *Raízes*, ano VI – no11. São Caetano do Sul, julho de 1994.

ANDRADE, Antonio. "A general Motors e a publicidade brasileira" in *Raízes*, ano XI – Edição Especial, São Caetano do Sul, Agosto de 2000.

AZEVEDO, Aroldo de. *Subúrbios orientais de São Paulo*. Tese (provimento de cátedra) apresentada ao concurso para provimento da cadeira de geografia do Brasil da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1945.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar* (vilas operárias na cidade de São Paulo). São Paulo: livraria Nobel, S.A., 1985

BOTELHO, Adriano. *Do fordismo à acumulação flexível*: o espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: Annablume, 2008.

BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário*: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo. Tese (doutorado). São Paulo, DG-FFLCH-USP, 2005.

BRABOSA, Marli. “Instituto Mauá de Tecnologia: 29 anos de presença constante” in *Raízes*, ano V, no10, São Caetano do Sul, janeiro de 1994.

CARAM, André Luis Balsante. “A região do ABC no tempo dos bondes” in *Raízes*, ano XIII, no25, São Caetano do Sul, Julho de 2002.

CARAM, André Luís Balsante. “O antigo Paço e o Estádio Anacleto Campanella: arquitetura moderna presente em São Caetano” in *Raízes*, ano XIV – no26. São Caetano do Sul, dezembro de 2002.

CARRARA, Valda. “Evolução do transporte de carga de passageiros cresce depois da I Guerra Mundial” in *Raízes*, ano XI – Edição Especial, São Caetano do Sul, Agosto de 2000a.

CARRARA, Valda. “Início da década de 20 marca a instalação da primeira montadora do país” in *Raízes*, ano XI – Edição Especial, São Caetano do Sul, Agosto de 2000b.

CHAYANOV, Aleksandr V. *The theory of peasant economy*. Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1986.

CINI, Celso de Almeida. “Fatos históricos, batalhas políticas e jornalísticas que envolveram a autonomia” in *Raízes*, ano X – nº20. São Caetano do Sul, dezembro de 1999.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *As fábricas do ABC no olho do furacão*: indústria de autopeças e reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90. São Caetano do Sul: dissertação de mestrado em Administração, IMES, 2001).

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Quando o apito da fábrica silencia*. Atores sociais diante da reestruturação do parque industrial da Região do ABC. São Paulo: Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2006.

CORREIA, João Carlos. *Impactos da indústria automobilística nas cidades do Estado de São Paulo e sua transformação em função do processo industrial*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

DAMIANI, Amélia Luisa. "Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.* São Paulo: Contexto, 2004. 2 v.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENDRIGUE, Taíse da Costa. *Tatuapé: a valorização imobiliária e a verticalização residencial no processo de diferenciação sócio-espacial*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERRARI, Narcisio. "O que fomos: transformações desde a época da emancipação" in *Raízes*, ano XII, nº 23. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, julho de 2001.

FICARELLI, Flávio. "Trabalho rude das olarias foi elo precursor da economia de São Caetano" in *Raízes*, ano VII, nº14, São Caetano do Sul, Julho de 1996.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo, Martins Fontes, 2008.

GARBELLOTO, Oscar. "Estátua de São Pedro: referência artística marcante" in *Raízes*, ano XII – nº23, São Caetano do Sul, julho de 2001.

GARBELOTTO, Oscar. "Cenas do Bairro da Ponte (1920-1940)" in *Raízes*, ano III, nº6. Janeiro de 1992.

GARBELOTTO, Oscar. "O núcleo colonial e sua evolução vista pelas Festas de São Caetano (1883-1927)" in *Raízes*, ano VIII, nº15, São Caetano do Sul, julho de 1997.

GIANELLO, José Roberto. “A herança cultura da Cerâmica São Caetano S/A” in *Raízes*, ano VIII, no16, São Caetano do Sul, Dezembro e 1997.

GIANELLO, José Roberto. “Bairro Prosperidade: A História de sua anexação a São Caetano do Sul” in *Raízes*, ano IX – no17. São Caetano do Sul, julho de 1998.

GIANELLO, José Roberto. “O Jornal Argus e as modernas transformações dos anos vinte” in *Raízes*, ano X, nº20, São Caetano do Sul, Dezembro de 1999.

GIANELLO, José Roberto. “O pioneirismo dos irmãos Aldo e Guido Aliberti na década de 30” in *Raízes*, ano X, nº19, São Caetano do Sul, Julho de 1999.

GIANELLO, José Roberto. “São Caetano, 24 de outubro de 1948. O nascimento de um município” in *Raízes*, ano IX – Edição Especial. São Caetano do Sul, outubro de 1998.

GIANELLO, José Roberto. “São Caetano, década de 20: o cenário que a General Motors encontrou” in *Raízes*, ano XI – Edição Especial, São Caetano do Sul, Agosto de 2000.

GRUO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *Social justice and the city*. London: Edward Arnold, 1979.

HARVEY, David. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

IORIO, Patrícia de Miranda. “´Avenida Brasil´ e o subúrbio carioca: apontamentos para um estudo sobre a telerrealidade na narrativa ficcional televisiva”. Trabalho apresentado no GP Ficção Seriada, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação. Fortaleza, Ceará, 2012.

JESUS, Leandra Brito de. *A tecelagem Tognato e as transformações do espaço industrial em São Bernardo do Campo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2009).

JOVANOVIC, Aleksandar. “Profundas mudanças marcam o Brasil no século XX” in *Raízes*, ano XI – Edição Especial, São Caetano do Sul, Agosto de 2000.

KENDE, Pedro. “IME – A primeira refinadora de petróleo do ABC” in *Raízes*, ano XIII, no25. São Caetano do Sul, julho de 2002.

KENDE, Pedro. “Nascimento e desenvolvimento da cerâmica” in *Raízes*, ano XII, no24, São Caetano do Sul, Dezembro de 2001.

KENEZ, Cristina Alves. “A transição do trabalho escravo ao trabalho livre no Grande ABC e os fluxos populacionais: 1880-1920” in IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Diadema nasceu no grande ABC*: história retrospectiva da cidade vermelha. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2001.

KOWARICK, Lúcio. "Viver em risco - sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano" in *Novos Estudos Cebrap*, n. 63, (2002).

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2ª ed. 1983.

KUVASNEY, Eliane. *Separar para reinar*: desmembramentos na gênese da metrópole paulistana. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo.* Estudo de geografia urbana. Tese de Doutoramento. São Paulo, Rio Claro, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. S.l.: Ulisses, 1972.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARQUES, Antônio José. “A indústria primitiva” in *Raízes*, ano V, nº9, São Caetano do Sul, Julho de 1993.

MARTINS, Flavia Elaine da Silva. *A (re)produção social na escala metropolitana*: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento

imobiliário urbano em São Paulo. Tese (doutorado). São Paulo, DG-FFLCH-USP, 2010.

MARTINS, José de Souza. “O bairro de São Caetano no censo de 1765” in *Raízes*, ano II, nº3. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, julho de 1990.

MARTINS, José de Souza. “O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano” in *Raízes,* nº4. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, janeiro de 1991.

MARTINS, José de Souza. “Periferia revisitada” in *Espaço & Debates* – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XVII, Número 42, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 2001, p. 75-84.

MARTINS, José de Souza. “Ruídos, cheiros e cores em São Caetano dos anos quarenta e cinquenta” in *Raízes*, ano XII – nº24. São Caetano do Sul, dezembro de 2001.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica*: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Editora 24, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo – São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo, São Caetano do Sul; Editora Hucitec, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. *El Capital*: crítica de la economia política. Volumen Primeiro, Libro Primeiro. Traduccion al castelano de la ultima edicion alemana por el prof. Manuel Pedroso. Mexico: Fuente Cultural, 1945a.

MARX, Karl. *El Capital*: crítica de la economia política. Volumen Quinto, Libro Terceiro. Traduccion al castelano de la ultima edicion alemana por el prof. Manuel Pedroso. Mexico: Fuente Cultural, 1945b.

MARX, Karl. *Teorias da mais valia*: história crítica do pensamento econômico - Vol. 1. 2ª edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, Murillo de Azevedo. *Cidade no Brasil*: terra de quem? São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MÉDICI, Ademir. *Migração e urbanização*. A presença de São Caetano na região do ABC. São Paulo - São Caetano do Sul: Editora Hucitec - Prefeitura de São Caetano do Sul, 1993.

MIMESSE, Eliane. "Empenho da comunidade para construir o primeiro Grupo Escolar" in *Raízes*, ano X, nº20, São Caetano do Sul, Dezembro de 1999.

MIMESSE, Eliane. "O cotidiano escolar em São Caetano", in *Raízes*, ano V, no10, São Caetano do Sul, janeiro de 1994. (sem numeração de páginas).

MINCIOTTI, Silvio A. "IMES- resultado de trabalho e perseverança", in *Raízes*, ano V, no10, São Caetano do Sul, janeiro de 1994. (sem numeração de páginas).

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* Tradução: Ary França e Raul Andrade e Silva. HUCITEC – POLIS, São Paulo, 1984.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. "As fazendas nas terras do ABC paulista" in *Raízes*, ano XXI, nº24. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, dezembro de 2001.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. "O Grande ABC Paulista quando era São Bernardo e Santo André" in *Raízes*, ano XIV, São Caetano do Sul, dezembro de 2002.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. “Os imigrantes ao longo dos trilhos da The São Paulo Railway” in *Raízes*, ano X, nº19, São Caetano do Sul, Julho de 1999.

MORAES, João Carlos de. “A formação de São Caetano no contexto da região metropolitana de São Paulo” in *Raízes*, ano X, nº20. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, dezembro de 1999.

PENTEADO, Antônio Rocha. “Os subúrbios de São Paulo e suas funções”. In: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo*. Estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios paulistanos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958a.

PENTEADO, Antônio Rocha. “São Caetano do Sul e Osasco: subúrbios industriais”. In: Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo*. Estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios paulistanos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958b.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, técnica e construção*: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *Questão da construção*: urbanização e industrialização em São Paulo (1872-1914). São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH – USP, 1990.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulistana*: estudo de geografia histórica. Tese (livre docência): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: S.N., 1964.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Dialética do rural e do urbano”. In: BLAY, Eva Alterman (org.). *A luta pelo espaço*. Petrópolis [Brasil]: Editora Vozes, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Do rural e do urbano no Brasil”. In: SZMERECSÁNYI, T.; QUEDA, O. *Vida Rural e mudança social*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

RODRIGUES, Iram Jácome. RODRIGUES, Iram Jácome. “Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990” in SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

RODRIGUES, Mário Porfírio. “Participação popular marcou o surgimento do movimento autonomista” in Raízes, ano IX – Edição Especial. São Caetano do Sul, outubro de 1998.

RUSSO, Alexandre Toler. “Política e economia do ABC no fim da década de 20 e início dos anos 30” in *Raízes*, ano XXII, nº23. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, julho de 2001.

RUSSO, Alexandre Toller. “Igrejas católicas no Município” in *Raízes,* ano XVI – nº29, São Caetano do Sul, julho de 2004.

RUSSO, Alexandre Toller. “Um ano de vacas magras, três anos de vacas gordas” in *Raízes*, ano XV – no28. São Caetano do Sul, dezembro de 2003.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo [org.]. *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTARNECCHI, Domingos Glenir. “Eventos pós-autonomia reúnem acontecimentos que devem ser lembrados” in *Raízes*, ano IX – Edição Especial. São Caetano do Sul, outubro de 1998.

SANTOS, Sérgio Proto. “ZF do Brasil, três décadas de atividade ininterrupta na cidade” in *Raízes,* ano IX, no18. São Caetano do Sul, Dezembro de 1998.

SASSEN, Saskia. *The global city*: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, v 1.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Meandros dos rios nos meandros do poder*: Tietê e Pinheiros – valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH – USP, 1987.

SILVA, Izildo Carlos Alves da. *A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, José Odair da. “Massei, o prefeito progressista” in *Raízes*, ano XV – no28. São Caetano do Sul, dezembro de 2003.

SMITH, Neil. “Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space”. Tradução de SANFELICI, Daniel de Mello. In: *Readings in Urban Theory* edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell (Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Edusp, 1997.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole.* São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Ricardo Martins de. “Três décadas de agitação noturna” in *Raízes*, ano XII – nº23, São Caetano do Sul, julho de 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão arranha o céu*: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. Tese de doutorado. FFLCH-USP: São Paulo, 1991.

SUZUKI, Júlio César. “Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação”. In *Revista NERA*, p. 134-150 – ano 10, n. 10. Jan./Jun. 2007.

SUZUKI, Júlio César. “Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.) *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.* São Paulo: Contexto, 2004. 2 v.

TONE, Beatriz Bezerra. *Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2010

TORRES, Haroldo da Gama. "Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano" in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, 2002.

TORRES, Haroldo da Gama. “Fronteira paulistana” in ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 14., *Anais.* Caxambu: 20 a 24 set. 2004. CD-ROM.

TRESSITORE, Nívio. “A arte religiosa e a arquitetura funerária revelam movimentos sutis e poéticos” in *Raízes*, ano XI, nº21. São Caetano do Sul, julho de 2000.

VAINER, Carlos B. “Estado e migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias”. In: *Travessia*. Janeiro-Abril/2000.

VALENTIM, Osmar Costa. “Pellegrino, de forasteiro a primeiro prefeito eleito do município” in *Raízes*, ano IX – Edição Especial. São Caetano do Sul, outubro de 1998.

VERONESI, Henry. “Antigos Costumes 2. Do velório ao sepultamento” in *Raízes*, ano VII, nº13. Julho de 1995.

VERONESI, Henry. “Há 76 anos foram inauguradas as primeiras linhas do tramway municipal”. In *Raízes,* ano X, nº19, São Caetano do Sul, Julho de 1999.

VERONESI, Henry. “História de vida e História vivida (a casa, a rua, a fábrica)” in *Raízes*, ano III, nº4, São Caetano do Sul, Janeiro de 1991.

VERONESI, Henry. “Primeira entidades de socorro de São Caetano” in *Raízes*, ano IX, no18. São Caetano do Sul, Dezembro de 1998.

VERONEZI, Henri. “Origens dos municípios da região do Grande ABC” in *Raízes*, ano XI, nº21. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, julho de 2000.

VICENZI, Jordano. “Origens históricas da cidade dividem-se em dois períodos distintos” in *Raízes*, ano X, nº19, São Caetano do Sul, Julho de 1999.

XAVIER, Sônia Maria Franco. “Primeiro Grupo Escolar do Município festeja passagem do 75º aniversário” in *Raízes*, ano VII, nº13. Julho de 1995.

ZENHA, Edmundo. *A vila de Santo Amaro*. São Paulo: S. C. P., 1977.